



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

---

ANO LXVII – Nº 177 – SEXTA-FEIRA, 2 DE NOVEMBRO DE 2012 – BRASÍLIA-DF

---

## MESA DO SENADO FEDERAL

**PRESIDENTE**  
José Sarney - (PMDB-AP)  
**1º VICE-PRESIDENTE**  
'CpkdcrF kpk - (RV-CE)\*. ; +  
**2º VICE-PRESIDENTE**  
Waldemir Moka - (PMDB-MS)<sup>(3,4)</sup>  
**1º SECRETÁRIO**  
Cícero Lucena - (PSDB-PB)  
**2º SECRETÁRIO**  
João Ribeiro - (PR-TO)<sup>2</sup>

**3º SECRETÁRIO**  
João Vicente Claudino - (PTB-PI)  
**4º SECRETÁRIO**  
Ciro Nogueira - (PP-PI)  
**SUPLENTES DE SECRETÁRIO**  
1º - Casildo Maldaner - (PMDB-SC)<sup>(1,5,6,7)</sup>  
2º - João Durval - (PDT-BA)  
3º - Maria do Carmo Alves - (DEM-SE)  
4º - Vanessa Grazziotin - (PC DO B-AM)

As notas referentes à Mesa do Senado Federal encontram-se publicadas na Composição do Senado Federal (Vide Sumário).

### LIDERANÇAS

<b>Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PV) - 25</b> <b>Líder</b> <b>Renan Calheiros - PMDB</b> ..... <b>Líder do PMDB - 19</b> <b>Renan Calheiros</b> Vice-Líderes do PMDB Vital do Rêgo Romero Jucá (40) Sérgio Souza (20) Waldemir Moka Ricardo Ferraço Casildo Maldaner <b>Líder do PP - 5</b> <b>Francisco Dornelles</b> Vice-Líder do PP Ana Amélia (12) <b>Líder do PV - 1</b> <b>Paulo Davim</b>	<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT/PDT/PSB/PC DO B/PRB) - 24</b> <b>Líder</b> <b>Walter Pinheiro - PT</b> (22,26) Vice-Líderes Acir Gurgacz (49) Lídice da Mata (29,39) Inácio Arruda Eduardo Lopes (37,45) ..... <b>Líder do PT - 12</b> <b>Walter Pinheiro</b> (22,26) Vice-Líderes do PT Wellington Dias (28) Lindbergh Farias (23) Ana Rita (25) Aníbal Diniz (24) <b>Líder do PDT - 5</b> <b>Acir Gurgacz</b> (49,55) Vice-Líder do PDT Pedro Taques (21) <b>Líder do PSB - 4</b> <b>Lídice da Mata</b> (29,39) Vice-Líder do PSB Antonio Carlos Valadares (30) <b>Líder do PC DO B - 2</b> <b>Inácio Arruda</b> <b>Líder do PRB - 1</b> <b>Eduardo Lopes</b> (37,45) <b>Governo</b> <b>Líder</b> <b>Eduardo Braga - PMDB</b> (38) Vice-Líderes Gim Argello Benedito de Lira Lídice da Mata (29,39) Jorge Viana Vital do Rêgo	<b>Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) - 15</b> <b>Líder</b> <b>Jayme Campos - DEM</b> (27) Vice-Líderes Cyro Miranda (34) Flexa Ribeiro (7,32) Lúcia Vânia (33) Mário Couto (31) Paulo Bauer (5,35) ..... <b>Líder do PSDB - 10</b> <b>Alvaro Dias</b> Vice-Líderes do PSDB Aloysio Nunes Ferreira (6) Paulo Bauer (5,35) Flexa Ribeiro (7,32) <b>Líder do DEM - 5</b> <b>José Agripino</b> (2,10,14,43,46) Vice-Líder do DEM Jayme Campos (27) <b>PSD - 2</b> <b>Líder</b> <b>Marco Antônio Costa - PSD</b> (53) Vice-Líder Sérgio Petecão <b>PSOL - 1</b> <b>Líder</b> <b>Randolfe Rodrigues - PSOL</b> (18)
<b>Bloco Parlamentar União e Força (PTB/PR/PSC/PPL) - 14</b> <b>Líder</b> <b>Gim Argello - PTB</b> Vice-Líderes Blairo Maggi (19,51) Alfredo Nascimento (41) João Vicente Claudino Eduardo Amorim (17,47,48) ..... <b>Líder do PTB - 6</b> <b>Gim Argello</b> Vice-Líderes do PTB João Vicente Claudino Mozarildo Cavalcanti <b>Líder do PR - 6</b> <b>Blairo Maggi</b> (19,51) Vice-Líderes do PR Alfredo Nascimento (41) Vicentinho Alves (42,54) <b>Líder do PSC - 1</b> <b>Eduardo Amorim</b> (17,47,48) <b>Líder do PPL - 1</b> <b>João Costa</b>		

As notas referentes às Lideranças do Senado Federal encontram-se publicadas na Composição do Senado Federal (Vide Sumário).

### EXPEDIENTE

<b>Doris Marize Romariz Peixoto</b> Diretora-Geral do Senado Federal <b>Florian Augusto Coutinho Madruga</b> Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações <b>José Farias Maranhão</b> Diretor da Subsecretaria Industrial	<b>Claudia Lyra Nascimento</b> Secretária-Geral da Mesa do Senado Federal <b>Maria Amália Figueiredo da Luz</b> Diretora da Secretaria de Ata <b>Zuleide Spinola Costa da Cunha</b> Diretora da Secretaria de Taquigrafia
--	--

ELABORADO PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL  
SECRETARIA DE ATA

# SENADO FEDERAL

## SUMÁRIO

<b>1 – ATA DA 202ª SESSÃO, NÃO DELIBERATIVA, EM 1º DE NOVEMBRO DE 2012 .....</b>	58258	
1.1 – ABERTURA .....	58258	
1.2 – EXPEDIENTE .....	58258	
<b>1.2.1 – Leitura de requerimentos</b>		
Nº 925, de 2012, de autoria do Senador Antonio Carlos Valadares, em aditamento ao Requerimento nº 891, de 2012, solicitando licença para desempenho de missão parlamentar no período de 10 a 17 do corrente. ....	58258	
Nº 926, de 2012, de autoria do Senador Delcídio do Amaral, solicitando tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 513, de 2007, e 127, de 2012. ....	58258	
<b>1.2.2 – Comunicação da Presidência</b>		
Realização de sessão especial segunda-feira próxima, às 11 horas, destinada a comemorar os 63 anos de criação da Associação dos Magistrados Brasileiros – AMB, nos termos do Requerimento nº 477, de 2012, de autoria do Senador Eunício Oliveira e outros Senadores. ....	58259	
<b>1.2.3 – Aviso do Ministro de Estado da Fazenda</b>		
Nº 68/2012 (nº 409/2012, na origem), encaminhando o relatório com as características das operações de crédito analisadas no âmbito daquela Pasta, no mês de setembro último, a tabela demonstrativa da Dívida Consolidada Líquida dos Estados e do Distrito Federal e a relação entre a Dívida Consolidada Líquida e a Receita Corrente Líquida dos Municípios. ....	58259	
<b>1.2.4 – Comunicações</b>		
Da Comissão de Serviços de Infraestrutura, de eleição do Presidente da Subcomissão Temporária sobre a Aviação Civil ( <b>Ofício nº 87/2012-CI</b> ). ....	58296	
Da Liderança do PSB na Câmara dos Deputados, de substituição de membros na Comissão Mista destinada a proferir parecer à Medida Provisória nº 579, de 2012 ( <b>Ofício nº 190/2012</b> ). Designação do Deputado Paulo Foleto, como titular, e do Deputado Edson Silva, como suplente, para comporem a referida Comissão. ....	58296	
Da Liderança do PSD na Câmara dos Deputados, de substituição de membros na Comissão Mista destinada a proferir parecer à Medida Provisória nº 585, de 2012 ( <b>Ofício nº 1.136/2012</b> ). Designação dos Deputados Moreira Mendes e Júlio César, como titulares, e dos Deputados Armando Vergílio e Diego Andrade, como suplentes, para comporem a referida Comissão. ....	58296	
<b>1.2.5 – Comunicação da Presidência</b>		
Abertura do prazo até o encerramento da discussão, no turno suplementar, para apresentação de emendas, perante a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, ao Substitutivo ao Projeto de Lei da Câmara nº 85, de 2011 ( <b>Ofício nº 247/2012-CRA</b> ). ....	58296	
<b>1.2.6 – Leitura de projeto</b>		
Projeto de Lei do Senado nº 395, de 2012, de autoria do Senador Paulo Paim, que altera a <i>Lei nº 11.442, de 5 de janeiro de 2007, que “dispõe sobre o transporte rodoviário de cargas por conta de terceiros e mediante remuneração” e revoga a Lei nº 6.813, de 10 de julho de 1980, para nele incluir a atividade de transporte de cargas indivisíveis, superdimensionadas em peso ou dimensão; e dá outras providências.</i> ....	58297	
<b>1.2.7 – Leitura de requerimento</b>		
Nº 10, de 2012-CN, de iniciativa da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito criada nos termos do Requerimento nº 1, de 2012-CN, solicitando prorrogação do seu prazo de duração.....	58299	
<b>1.2.8 – Discursos do Expediente</b>		
SENADOR ALVARO DIAS, como Líder – Críticas à prorrogação, que seria insuficiente, dos trabalhos da CPMI do “Cachoeira” .....	58319	
<b>1.2.9 – Comunicação da Presidência</b>		
Recebimento de requerimento, protocolado na Secretaria-Geral da Mesa, tendo como primeiro signatário o Senador Magno Malta, que requer a criação de Comissão Parlamentar de Inquérito para investigar as causas dos problemas relacionados aos serviços prestados pelas operadoras de planos de assistência à saúde no País, aos índices de reajuste das mensalidades dos planos, à ocorrência de fraudes na contratação de planos e operadoras e à ineficácia dos mecanismos de resarcimento do Sistema Único de		

<i>Saúde (SUS) pelo atendimento prestado a beneficiários de planos de saúde. O requerimento não será lido por não alcançar o número mínimo de subscritores exigido constitucional e regimentalmente.....</i>	58320
<b>1.2.10 – Discursos do Expediente (continuação)</b>	
SENADOR PAULO PAIM – Reflexão sobre os dois anos de existência do Estatuto da Igualdade Racial; e outros assuntos.....	58320
SENADOR ROMERO JUCÁ, como Líder – Preocupação com a queda de arrecadação do Fundo de Participação dos Municípios (FPM).....	58329
<b>1.2.11 – Comunicação da Presidência</b>	
Deferimento do Requerimento nº 925, de 2012, de autoria do Senador Antonio Carlos Valadares. ....	58333
<b>1.2.12 – Discursos do Expediente (continuação)</b>	
SENADOR JOÃO CABIBERIBE – Considerações sobre o recebimento, pelo Tribunal de Justiça do Amapá, de denúncia contra deputados estaduais....	58333
SENADOR EDUARDO SUPlicy – Preocupação com a violência nas grandes cidades paulistas; e outro assunto.....	58335
SENADOR CRISTOVAM BUARQUE – Refleção sobre a situação dos índios Guarani-Kaiowá.	58339
SENADOR CASILDO MALDANER – Críticas ao atual sistema de repartição de tributos entre os entes federados; e outros assuntos.....	58342
SENADOR TOMÁS CORREIA – Considerações acerca da Medida Provisória que trata da redução das tarifas de energia elétrica no País. ...	58344
SENADORA ANA AMÉLIA – Preocupação com o aumento de acidentes nas rodovias brasileiras nos feriados.....	58347
SENADOR ANIBAL DINIZ – Registro de audiência realizada com o Ministro dos Transportes e com o Diretor do DNIT; e outro assunto. ....	58350
SENADOR FERNANDO COLLOR – Comentários acerca do agravamento do processo de degradação das instituições democráticas.....	58352
SENADOR RANDOLFE RODRIGUES – Defesa do povo indígena Guarani-Kaiowá, no Estado do Mato Grosso do Sul. ....	58357
<b>1.2.13 – Leitura de requerimento</b>	
Nº 927, de 2012, de autoria do Senador Paulo Paim, solicitando tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 213 e 301, de 2012; com o Projeto de Lei do Senado nº 271, de 2008. ....	58360
<b>1.2.14 – Discursos encaminhados à publicação</b>	
SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES – Registro do transcurso do 63º aniversário da Associação dos Magistrados Brasileiros – AMB.....	58360
SENADORA ANGELA PORTELA – Expectativa sobre os trabalhos, na Região Norte, da CPMI que investiga a violência contra a mulher no Brasil.....	58361
1.3 – ENCERRAMENTO.....	58362

**2 – ATAS**

2.1 – Comissão Mista destinada a proferir parecer sobre a Medida Provisória nº 576, de 2012

Ata da 1ª Reunião, realizada em 17 de outubro de 2012 ..... 58363

Ata da 2ª Reunião, realizada em 30 de outubro de 2012 ..... 58365

Ata da 3ª Reunião, realizada em 31 de outubro de 2012 ..... 58409

**3 – REQUERIMENTOS DE LICENÇA .....****4 – DOCUMENTOS E CORRESPONDÊNCIAS ENCAMINHADOS À PUBLICAÇÃO****4.1 – Termo de Reunião**

Referente à Comissão Mista destinada a proferir parecer sobre a Medida Provisória nº 585, de 2012 ... 58420

**5 – SUPLEMENTOS À PRESENTE EDIÇÃO****5.1 – Secretaria-Geral da Mesa**

**5.1.1 – Resenha dos trabalhos legislativos de 1º a 31 de outubro de 2012 (Publicada em Suplemento “A”)**

**5.1.2 – Atas de Comissões Permanentes (Publicadas em Suplemento “B”)**

**5.1.3 – Atas de Comissões Temporárias (Publicadas em Suplemento “C”)**

**SENADO FEDERAL****6 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL**

Por Unidade da Federação ..... 58421

Bancadas dos Partidos ..... 58422

Por ordem alfabética ..... 58423

**7 – COMPOSIÇÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL.....**

**8 – LIDERANÇAS .....**

**9 – COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO .....**

**10 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS .....****11 – COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES**

CAE – Comissão de Assuntos Econômicos 58440

CAS – Comissão de Assuntos Sociais ..... 58447

CCJ – Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania ..... 58453

CE – Comissão de Educação, Cultura e Esporte ..... 58458

CMA – Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle ..... 58463

CDH – Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa ..... 58473

CRE – Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional ..... 58479

CI – Comissão de Serviços de Infraestrutura. 58487

CDR – Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo..... 58494

CRA – Comissão de Agricultura e Reforma Agrária ..... 58501

CCT – Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática .....	58505
<b>12 – CONSELHOS E ÓRGÃOS</b>	
Corregedoria Parlamentar (Resolução nº 17, de 1993) .....	58507
Conselho de Ética e Decoro Parlamentar (Resolução nº 20, de 1993).....	58508
Procuradoria Parlamentar (Resolução nº 40, de 1995) .....	58510
Ouvidoria do Senado Federal (Resolução nº 1, de 2005) .....	58510
Conselho do Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz (Resolução nº 2, de 2001) .....	58511
Conselho do Diploma José Ermírio de Moraes (Resolução nº 35, de 2009).....	58513
Conselho da Comenda de Direitos Humanos Dom Hélder Câmara (Resolução nº 14, de 2010). ....	58515
Comissão do Projeto Jovem Senador (Resolução nº 42, de 2010) .....	58517
Conselho do Prêmio Mérito Ambiental (Resolução nº 15, de 2012).....	58519

### **CONGRESSO NACIONAL**

#### **13 – COMISSÕES MISTAS**

CMO – Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (Resolução nº 1, de 2006) .....	58521
--	-------

CMMC – Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas (Resolução nº 4, de 2008)..	58526
--	-------

Comissão Mista Representativa do Congresso Nacional no Fórum Interparlamentar das Américas –Fipa (Resolução nº 2, de 2007).....	58528
---	-------

CCAI – Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência (Lei nº 9.883, de 1999) ....	58529
---	-------

Comissões Parlamentares Mistas de Inquérito.	58530
--	-------

Comissões Mistas Especiais .....	58534
----------------------------------	-------

#### **14 – CONSELHOS E ÓRGÃO**

Conselho da Ordem do Congresso Nacional (Decreto Legislativo nº 70, de 1972) .....	58535
--	-------

Conselho de Comunicação Social (Lei nº 8.389, de 1991) .....	58536
--	-------

Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul (Resolução nº 1, de 2011) .....	58537
--	-------

# Ata da 202<sup>a</sup> Sessão, Não Deliberativa, em 1º de novembro de 2012

## 2<sup>a</sup> Sessão Legislativa Ordinária da 54<sup>a</sup> Legislatura

*Presidência dos Srs. Anibal Diniz e Tomás Correia*

*(Inicia-se a sessão às 14 horas e 15 minutos  
e encerra-se às 18 horas e 15 minutos)*

**O SR. PRESIDENTE** (Anibal Diniz. Bloco/PT – AC) – Há número regimental. Declaro aberta a presente sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

**O SR. PRESIDENTE** (Anibal Diniz. Bloco/PT – AC) – Sobre a mesa, requerimento que será lido.

É lido o seguinte:

**O SR. PRESIDENTE** (Anibal Diniz. Bloco/PT – AC) – O requerimento que acaba de ser lido vai à publicação.

Sobre a mesa, requerimento que será lido.

É lido o seguinte:

## REQUERIMENTO Nº 925, DE 2012

Senhor Presidente,

Em aditamento ao requerimento nº 891, de 2012, solicito, nos termos do art. 40 do Regimento Interno do Senado Federal, licença para me ausentar dos trabalhos da Casa durante o período de 10 a 17 de novembro do corrente ano, tendo em vista minha participação como observador parlamentar das atividades da 67<sup>a</sup> Assembléia-Geral das Nações Unidas, em Nova York, Estados Unidos da América.

Comunico, nos termos do art. 39, I, do mesmo Diploma Legal, que estarei ausente do País no período acima citado.

Brasília, 31 de outubro de 2012.

Senador ANTONIO CARLOS VALADARES

**O SR. PRESIDENTE** (Anibal Diniz. Bloco/PT – AC) – O requerimento que acaba de ser lido vai à publicação.

Sobre a mesa, requerimento que será lido.

É lido o seguinte:

## REQUERIMENTO Nº 926, DE 2012

Requeiro, nos termos do art. 258 do Regimento Interno, a tramitação em conjunto dos Projeto de Lei do Senado nºs 127, de 2012 com o Projeto de Lei do Senado nº 513, de 2007 (direito de greve).

### Justificação

Tramita nesta Casa o Projeto de Lei do Senado nº 513, de 2007, que acrescenta o § 4º ao art. 6º da Lei nº 7.783, de 28 de junho de 1989, que dispõe sobre o exercício de direito de greve, a fim de impossibilitar a utilização do interdito proibitório na hipótese que menciona.

Também com o propósito de modificar a Lei nº 7.783, de 1989, para disciplinar questões relativas ao direito de greve, tramita o Projeto de Lei do Senado nº 127, de 2012.

Nos termos do art. 258, do Regimento Interno requeiro a tramitação conjunta das matérias.

Sala das Sessões, – Senador **Delcídio do Amaral**.

**O SR. PRESIDENTE** (Aníbal Diniz. Bloco/PT – AC) – O requerimento que acaba de ser lido será incluído em Ordem do Dia oportunamente.

**O SR. PRESIDENTE** (Aníbal Diniz. Bloco/PT – AC) – A Presidência lembra às Senadoras e aos Senadores

que o Senado Federal está convocado para uma Sessão Especial a realizar-se segunda-feira, dia 5, às 11 horas, destinada a comemorar os sessenta e três anos de criação da Associação dos Magistrados Brasileiros – AMB, de acordo com o **Requerimento nº 477, de 2012**, do Senador Eunício Oliveira e outros Senadores.

**O SR. PRESIDENTE** (Aníbal Diniz. Bloco/PT – AC) – A Presidência recebeu o **Aviso nº 68, de 2012** (nº 409/2012, na origem), do Ministro de Estado da Fazenda, encaminhando o relatório com as características das operações de crédito analisadas no âmbito daquela Pasta, no mês de setembro de 2012, a tabela demonstrativa da Dívida Consolidada Líquida dos Estados e do Distrito Federal e a relação entre a Dívida Consolidada Líquida e a Receita Corrente Líquida dos Municípios.

É o seguinte o Aviso:

## AVISO Nº 68, DE 2012

Aviso nº 409/GMF

Brasília, 23 de outubro de 2012.

Assunto: **Artigos 41 e 42 da Resolução do Senado Federal nº 43, de 2001.**

Excelentíssimo Senhor Presidente,

1. Em cumprimento ao art. 41 da Resolução do Senado Federal nº 43, de 2001, encaminho, em anexo, relatório contendo as características das operações de crédito analisadas no âmbito deste Ministério, no mês de setembro de 2012, tabela demonstrativa da Dívida Consolidada Líquida dos Estados e do Distrito Federal e relação entre a Dívida Consolidada Líquida e a Receita Corrente Líquida dos Municípios, esclarecendo que os dados relativos às dívidas consolidadas foram extraídos dos Relatórios de Gestão Fiscal elaborados pelos entes da Federação, em cumprimento ao art. 54 da Lei Complementar nº 101 (LRF), de 4 de maio de 2000.

2. Em cumprimento ao art. 42 da Resolução do Senado Federal nº 43, de 2001, informo que não consta de nossos registros, nos meses de julho a setembro de 2012, qualquer emissão primária de títulos públicos de responsabilidade dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

3. Informo que o trâmite das operações de crédito neste Ministério é atualizado diariamente no seguinte endereço: "[www.tesouro.fazenda.gov.br/lrf](http://www.tesouro.fazenda.gov.br/lrf)". No mapa apresentado, selecionar o 'Estado', "Consultar" e "Situação das Operações de crédito analisadas pela STN".

Atenciosamente,

  
**GUIDO MANTEGA**  
 Ministro de Estado da Fazenda

**MINISTÉRIO DA FAZENDA - MIF**  
**Secretaria do Tesouro Nacional - STN**  
**Coordenação-Geral de Operações de Crédito de Estados e Municípios - COPEM**

Data: 22/10/2012

**DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO DE ESTADOS E MUNICÍPIOS**

Período de 01/09/2012 a 30/09/2012

<b>PROCESSO</b>	<b>INTERESSADO / INSTIT. FINANCEIRA</b>	<b>INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES</b>						
		<u>Type de Operação:</u> Operação Contratual Interna	<u>Prazo:</u> 180 meses	<u>Valor:</u> 131.168.000,00	<u>Juros Efetivos:</u> 1,9 % a.a. acrescido de TJLP	<u>Ofício:</u> Ofício nº 3956	<u>Data:</u> 04/09/2012	<u>Posicionamento:</u> Cumprimento de Limites e Condições
<b>INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES</b>								
<b>PROCESSO</b>	<b>INTERESSADO / INSTIT. FINANCEIRA</b>	<u>Type de Operação:</u> Operação Contratual Interna	<u>Prazo:</u> 260 meses	<u>Valor:</u> 10.044.512,00	<u>Juros Efetivos:</u> 6% a. a. acrescidos de TR	<u>Ofício:</u> Ofício nº 3980	<u>Data:</u> 12/09/2012	<u>Posicionamento:</u> Arquivamento
		<u>Instituição Financeira:</u> Prefeitura Municipal de Jaboatão dos Guararapes						
<b>INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES</b>								
<b>PROCESSO</b>	<b>INTERESSADO / INSTIT. FINANCEIRA</b>	<u>Type de Operação:</u> Operação Contratual Interna	<u>Prazo:</u> 108 meses	<u>Valor:</u> 9.702.110,54	<u>Juros Efetivos:</u> 3,4% a.a. acrescidos de TJLP	<u>Ofício:</u> Não há	<u>Data:</u> 13/09/2012	<u>Posicionamento:</u> Arquivamento
		<u>Instituição Financeira:</u> Caixa Econômica Federal						
<b>INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES</b>								
<b>PROCESSO</b>	<b>INTERESSADO / INSTIT. FINANCEIRA</b>	<u>Type de Operação:</u> Operação Contratual Interna	<u>Prazo:</u> 255 meses	<u>Valor:</u> 8.030.000,00	<u>Juros Efetivos:</u> 6% a.a. acrescidos de atualização das contas do FGTS (atualmente, a Taxa Referencial - TR)	<u>Ofício:</u> Ofício nº 4000	<u>Data:</u> 14/09/2012	<u>Posicionamento:</u> Arquivamento
		<u>Instituição Financeira:</u> Prefeitura Municipal de Janaúba						
<b>INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES</b>								
<b>PROCESSO</b>	<b>INTERESSADO / INSTIT. FINANCEIRA</b>	<u>Type de Operação:</u> Operação Contratual Interna	<u>Prazo:</u> 255 meses	<u>Valor:</u> 8.030.000,00	<u>Juros Efetivos:</u> 6% a.a. acrescidos de atualização das contas do FGTS (atualmente, a Taxa Referencial - TR)	<u>Ofício:</u> Ofício nº 4000	<u>Data:</u> 14/09/2012	<u>Posicionamento:</u> Arquivamento
		<u>Instituição Financeira:</u> Caixa Econômica Federal						

**MINISTÉRIO DA FAZENDA - MF****Secretaria do Tesouro Nacional - STN****Coordenação-Geral de Operações de Crédito de Estados e Municípios - COPEM**

Data: 22/10/2012

**DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO DE ESTADOS E MUNICÍPIOS**

PROCESSO	INTERESSADO / INSTIT. FINANCEIRA	INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES			
		Type de Operação: Operação Contratual Interna	Prazo: 144 meses	Valor: 450.843.366,00	Juros Efectivos: 1,9% a.a. acrescidos de TJLP
17944.0009677/2012-85	<u>Interessado:</u> Governo do Estado de Rondônia  <u>Instituição Financeira:</u> Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social	<u>UF:</u> RO  <u>Ofício:</u> Ofício nº 2995	<u>Data:</u> 17/09/2012	<u>Posicionamento:</u> Cumprimento de Limites e Condições	<u>Periodo de:</u> 01/09/2012 a 30/09/2012
17944.0011514/2010-13	<u>Interessado:</u> Prefeitura Municipal de Hulha Negra  <u>Instituição Financeira:</u> Cooperativa Regional de Eletrificação Rural Fronteira Sul Ltda	<u>UF:</u> RS  <u>Ofício:</u> Não há	<u>Data:</u> 17/09/2012	<u>Posicionamento:</u> Arquivamento	<u>Juros Efectivos:</u> 5% a.a. acrescido de TJLP
17944.00191/2012-02	<u>Interessado:</u> Prefeitura Municipal de Jequié  <u>Instituição Financeira:</u> Empresa Bahiana de Águas e Saneamento S/A	<u>UF:</u> BA  <u>Ofício:</u> Ofício nº 4006	<u>Data:</u> 17/09/2012	<u>Posicionamento:</u> Cumprimento de Limites e Condições	<u>Prazo:</u> 120 meses <u>Valor:</u> 6.314.063,73 <u>Juros Efectivos:</u> 12% a.a. Tabela Price
17944.001072/2009-63	<u>Interessado:</u> Prefeitura Municipal de Padre Bernardo  <u>Instituição Financeira:</u> Banco do Brasil S/A	<u>UF:</u> GO  <u>Ofício:</u> Não há	<u>Data:</u> 17/09/2012	<u>Posicionamento:</u> Arquivamento	<u>Prazo:</u> 64 meses <u>Valor:</u> 1.000.000,00 <u>Juros Efectivos:</u> 4% a.a. TJLP

**MINISTÉRIO DA FAZENDA - MF**  
**Secretaria do Tesouro Nacional - STN**  
**Coordenação-Geral de Operações de Crédito de Estados e Municípios - COPEM**

Data: 22/10/2012

Período de 01/09/2012 a 30/09/2012

**DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO DE ESTADOS E MUNICÍPIOS**

PROCESSO	INTERESSADO / INSTIT. FINANCEIRA	INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES			
		Type de Operação:	Prazo:	Valor:	Juros Efetivos:
17944.000108/2012-97	<u>UE:</u> AP  <u>Interessado:</u> Governo do Estado do Amapá  <u>Instituição Financeira:</u> Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social	Operação Contratual Interna	96 meses	7.000.000,00	2% a.a. acrescidos da TJLP
	<u>Ofício:</u> Ofício nº 4016  <u>Data:</u> 19/09/2012	<u>Posicionamento:</u> Cumprimento de Limites e Condições			
PROCESSO	INTERESSADO / INSTIT. FINANCEIRA	Type de Operação:	Prazo:	Valor:	Juros Efetivos:
17944.000719/2012-35	<u>UE:</u> AM  <u>Interessado:</u> Governo do Estado do Amazonas  <u>Instituição Financeira:</u> Caixa Econômica Federal	Operação Contratual Interna	90 meses	40.755.198,28	3,4% a.a. acrescidos da TJLP
	<u>Ofício:</u> Ofício nº 4045  <u>Data:</u> 26/09/2012	<u>Posicionamento:</u> Cumprimento de Limites e Condições			
PROCESSO	INTERESSADO / INSTIT. FINANCEIRA	Type de Operação:	Prazo:	Valor:	Juros Efetivos:
17944.002037/2011-86	<u>UE:</u> BA  <u>Interessado:</u> Prefeitura Municipal de Jequié  <u>Instituição Financeira:</u> Caixa Econômica Federal	Operação Contratual Interna	232 meses	21.840.000,00	6% a.a. acrescidos de TR
	<u>Ofício:</u> Ofício nº 4047  <u>Data:</u> 26/09/2012	<u>Posicionamento:</u> Arquivamento			
PROCESSO	INTERESSADO / INSTIT. FINANCEIRA	Type de Operação:	Prazo:	Valor:	Juros Efetivos:
17944.000660/2012-56	<u>UE:</u> RN  <u>Interessado:</u> Governo do Estado do Rio Grande do Norte  <u>Instituição Financeira:</u> Caixa Econômica Federal	Operação Contratual Interna	266 meses	6.174.668,89	6% a.a. acrescidos da TR
	<u>Ofício:</u> Ofício nº 4055  <u>Data:</u> 27/09/2012	<u>Posicionamento:</u> Arquivamento			

**MINISTÉRIO DA FAZENDA - MF**  
**Secretaria do Tesouro Nacional - STN**  
**Coordenação-Geral de Operações de Crédito de Estados e Municípios - COPEM**

### DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO DE ESTADOS E MUNICÍPIOS

PROCESSO	INTERESSADO / INSTIT. FINANCEIRA		INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES			
	UF:	Interessado: Prefeitura Municipal de Almenara	Type de Operação: Operação Contratual Interna	Prazo:	Valor:	Juros Efetivos:
17944.001171/02012-61	MG	Instituição Financeira: Caixa Econômica Federal	Ofício: Ofício nº 4048	Data: 27/09/2012	Posicionamento: Arguamento	6% a.a. acrescidos de TR Periodo de 01/09/2012 a 30/09/2012
PROCESSO	INTERESSADO / INSTIT. FINANCEIRA	Type de Operação: Operação Contratual Interna	Prazo:	Valor:	Juros Efetivos:	
17944.001185/2012-64	MG	Interessado: Prefeitura Municipal de Teófilo Otoni	Ofício: Ofício nº 4058	Data: 28/09/2012	Posicionamento: Cumpimento de Limitas e Condições	4,85% 000,00 4% a.a. acrescidos da T.J.P Periodo de 01/09/2012 a 30/09/2012

### MINISTÉRIO DA FAZENDA - MF

**Secretaria do Tesouro Nacional - STN**  
**Coordenação-Geral de Operações de Crédito de Estados e Municípios - COPEM**

### RESUMO DO DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO DE ESTADOS E MUNICÍPIOS

TIPO DE ENTE	INSTITUIÇÃO FINANCEIRA / NÃO-FINANCEIRA	NÚMERO DE OPERAÇÕES	VALOR (R\$)	
			Município	Estado
Município	Banco do Brasil S/A	2	5.851.000,00	
Município	Caixa Econômica Federal	5	56.316.622,54	
Município	Cooperativa Regional de Eletrificação Rural Fronteira Sul Ltda	1	79.423,92	
Município	Empresa Bahiana de Águas e Saneamento S/A	1	6.314.063,73	
	Total das Operações dos Municípios:	9	68.561.110,19	
Estado	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social	3	589.011.366,60	
Estado	Caixa Econômica Federal	2	46.929.887,17	
	Total das Operações dos Estados:	5	635.941.253,77	
	Total das Operações:	14	704.502.363,35	

## Relação Dívida Consolidada Líquida/Receita Corrente Líquida dos Municípios (DCL/RCL)

DCL/RCL - RGF 2º Quadrimestre de 2012  
data-base 30/08/2012

Dados extraídos dos Relatórios de Gestão Fiscal homologados no SISTN Posição: 18/10/2012

UF	Nome do Município	Cód IBGE Estado	Cód IBGE Município	DV IBGE Município	DCL 2º Quadrimestre 2012	RCL 2º Quadrimestre 2012	% DCL/RCL
AC	RIO BRANCO	12	40	1	101.625.082,97	449.080.009,07	22,63
AM	MANAUS	13	260	3	(506.765.158,70)	2.785.713.939,92	-
AP	MACAPA	16	30	3	(58.918.313,68)	360.340.345,56	-
BA	ANGICAL	29	140	3	10.476.686,86	22.579.032,92	46,40
BA	ARACATU	29	200	5	9.766.725,77	21.664.901,68	45,08
BA	ARAMARI	29	220	3	4.247.178,83	13.659.082,71	31,09
BA	BAIXA GRANDE	29	260	9	4.311.074,31	26.999.601,68	15,97
BA	BARRA DA ESTIVA	29	280	7	2.645.963,32	31.249.204,18	8,47
BA	BRUMADO	29	460	5	(3.715.035,97)	96.278.126,84	-
BA	CAMACAN	29	560	2	21.524.157,94	38.375.221,52	56,09
BA	CANDIBA	29	660	0	3.149.209,88	16.441.808,14	19,15
BA	CARAVELAS	29	680	7	21.698.832,44	40.414.338,54	53,69
BA	CASA NOVA	29	720	2	12.856.026,84	90.451.154,43	14,21
BA	CIPO	29	780	5	9.420.323,14	23.849.353,55	39,83
BA	COTEGIPE	29	940	6	242.800,95	22.801.971,97	1,06
BA	CRISTOPOLIS	29	970	3	763.706,51	19.791.455,27	3,86
BA	DOM MACEDO COSTA	29	1020	6	720.068,39	8.716.952,16	8,26
BA	FEIRA DE SANTANA	29	1080	0	69.621.522,21	596.779.074,68	11,67
BA	GANDU	29	1120	4	30.640.345,26	37.245.220,55	82,27
BA	JAGUARARI	29	1770	6	2.701.974,77	47.801.705,77	5,65
BA	JEQUIE	29	1800	1	22.523.548,96	205.872.178,51	10,94
BA	JEREMOABO	29	1810	0	19.778.409,75	54.311.180,30	36,42
BA	LAGOA REAL	29	1875	3	6.852.727,38	21.590.911,03	31,74
BA	LAURO DE FREITAS	29	1920	7	9.870.065,40	305.985.304,36	3,23
BA	LIVRAMENTO DE NOSSA SENHORA	29	1950	4	(1.884.981,01)	49.004.340,08	-
BA	MARACAS	29	2050	2	(2.117.081,51)	33.376.702,08	-
BA	MATA DE SAO JOAO	29	2100	5	5.769.092,90	105.040.470,70	5,49
BA	MUCURI	29	2200	3	54.924.593,96	89.198.011,16	61,58
BA	NOVA FATIMA	29	2273	0	819.355,74	13.456.175,23	6,09
BA	NOVO HORIZONTE	29	2303	5	3.821.845,05	15.511.149,94	24,64
BA	OLIVEIRA DOS BREJINHOS	29	2320	9	19.662.109,08	31.776.753,61	62,51
BA	PALMAS DE MONTE ALTO	29	2340	7	7.552.028,33	30.806.365,35	24,51
BA	PALMEIRAS	29	2350	6	4.097.644,20	12.224.535,93	33,52
BA	PAULO AFONSO	29	2400	9	(8.877.277,81)	178.823.045,17	-
BA	POJUCA	29	2520	4	8.541.104,52	78.551.195,95	10,87
BA	PORTO SEGURU	29	2530	3	121.758.099,21	187.526.841,29	64,93
BA	QUIXABEIRA	29	2593	1	(1.407.545,88)	12.463.536,52	-
BA	RIACHAO DAS NEVES	29	2620	2	-	37.305.747,37	-
BA	RYU BARBOSA	29	2720	0	29.071.810,91	37.555.622,35	77,41
BA	SALINAS DA MARGARIDA	29	2730	9	(3.467.578,46)	26.118.214,36	-
BA	SALVADOR	29	2740	8	1.298.930.509,28	3.462.835.564,36	37,51
BA	SANTO ANTONIO DE JESUS	29	2870	3	(11.547.903,31)	113.518.187,26	-
BA	SAO DESIDERIO	29	2890	1	(1.725.152,21)	81.848.741,14	-
BA	SAO FELIPE	29	2910	7	1.290.605,25	27.361.235,49	4,72
BA	SAO FELIX DO CORIBE	29	2905	7	(7.150.726,93)	22.431.700,62	-
BA	SIMOES FILHO	29	3070	9	68.214.779,74	214.409.802,89	31,82
BA	SOUTO SOARES	29	3080	8	(1.259.671,64)	23.093.015,84	-
BA	TANQUINHO	29	3110	3	(787.453,38)	10.720.965,17	-
BA	TEOFILANDIA	29	3150	9	1.678.684,16	33.468.779,99	5,02
BA	UBAIRA	29	3210	1	-	28.766.362,42	-
BA	UIBAI	29	3240	8	(1.585.552,79)	19.151.202,38	-
BA	UTINGA	29	3280	4	5.801.756,88	27.344.615,34	21,22
BA	VALENCA	29	3290	3	24.725.002,76	103.595.389,97	23,87
BA	VARZEA DA ROCA	29	3305	9	3.163.274,57	20.731.241,52	15,26
BA	VARZEA DO POCO	29	3310	9	(885.120,40)	12.713.012,08	-
BA	VITORIA DA CONQUISTA	29	3330	7	38.013.081,37	404.627.731,62	9,39
CE	ACOFIARA	23	30	9	22.363.472,84	62.627.349,61	35,71
CE	CRATEUS	23	410	3	18.750.455,30	83.200.246,74	22,54
CE	FORTALEZA	23	440	0	(7.340.009,34)	3.871.686.566,71	-

CE	FORTIM	23	445	9	132.002,46	23.784.227,35	0,55
CE	IGUATU	23	550	6	13.163.766,04	128.812.040,21	10,22
CE	JUAZEIRO DO NORTE	23	730	4	58.563.164,97	282.880.030,98	20,74
CE	MARACANAÚ	23	765	0	(7.800.874,97)	432.338.487,11	-
CE	MILAGRES	23	830	2	1.043.483,96	33.809.764,61	3,09
CE	QUIXELO	23	1135	5	5.085.310,23	22.885.704,65	22,22
CE	SOBRAL	23	1290	8	(38.888.590,01)	353.880.921,49	-
ES	ARACRUZ	32	60	7	(34.432.674,00)	313.443.887,00	-
ES	CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM	32	120	9	(89.981.433,00)	290.044.304,00	-
ES	CARIACICA	32	130	8	(17.553.079,34)	417.852.046,66	-
ES	COLATINA	32	150	6	(1.404.484,23)	213.915.389,67	-
ES	GUARAPARI	32	240	5	(9.384.826,06)	199.914.775,56	-
ES	LINHARES	32	320	5	(41.787.562,11)	431.293.282,57	-
ES	NOVA VENECIA	32	390	8	3.720.603,15	86.979.303,24	4,28
ES	SERRA	32	500	2	217.328.916,27	816.652.677,07	26,81
ES	VITORIA	32	530	8	1.357.925,30	1.319.267.794,95	0,10
GO	ANAPOLIS	52	110	8	20.035.180,08	503.220.015,66	3,98
GO	APARECIDA DE GOIANIA	52	140	5	(146.883.185,38)	551.221.023,34	-
GO	BOM JESUS DE GOIAS	52	350	0	(7.470.453,57)	34.267.853,06	-
GO	CAIAPONIA	52	440	9	(7.475.232,00)	28.762.099,00	-
GO	GOIANIA	52	870	7	246.392.876,06	2.549.796.553,68	9,66
GO	JARAGUA	52	1180	0	69.511.963,94	52.245.957,61	133,05
GO	JATAI	52	1190	9	(28.805.090,20)	211.706.258,76	-
GO	JESUOPOLIS	52	1205	5	499.851,46	8.121.126,85	6,15
GO	PALMEIRAS DE GOIAS	52	1570	2	14.459.536,35	41.357.466,31	34,96
MA	IMPERATRIZ	21	530	2	(41.337.418,78)	349.705.041,61	-
MA	SAO JOSE DE RIBAMAR	21	1120	1	(10.453.873,45)	163.203.712,31	-
MA	SAO LUIS	21	1130	0	(183.617.806,63)	1.854.402.963,48	-
MG	ALFENAS	31	160	7	35.779.155,22	135.593.739,26	26,39
MG	ARAXA	31	400	7	58.839.225,79	181.876.344,34	31,25
MG	BELO HORIZONTE	31	620	0	1.598.989.622,74	5.990.682.002,51	26,69
MG	BETIM	31	670	5	376.962.850,52	1.132.829.282,62	33,28
MG	CAMPO DO MEIO	31	1130	9	(2.070.741,37)	18.139.530,99	-
MG	CARVALHOPOLIS	31	1470	9	(3.020.725,22)	9.343.779,73	-
MG	CLAUDIO	31	1660	5	(2.546.197,10)	35.727.889,21	-
MG	CONTAGEM	31	1860	1	251.038.348,97	994.566.724,49	25,24
MG	CURVELO	31	2090	4	(13.168.319,00)	86.990.487,66	-
MG	DIVINOPOLIS	31	2230	6	38.735.018,26	361.493.760,22	10,72
MG	ESMERALDAS	31	2410	4	(4.263.897,86)	67.682.136,20	-
MG	FORMIGA	31	2610	9	(38.487.346,52)	90.850.176,85	-
MG	GOVERNADOR VALADARES	31	2770	1	90.135.902,22	447.179.123,65	20,16
MG	GUAPE	31	2810	5	(1.202.505,52)	24.628.653,79	-
MG	ITAJUBA	31	3240	4	(12.148.248,86)	114.149.225,30	-
MG	ITAUNA	31	3380	8	17.078.981,35	155.360.376,71	10,99
MG	JOAO MONLEVADE	31	3620	7	3.607.783,00	138.858.576,00	2,60
MG	JUIZ DE FORA	31	3670	2	(82.461.126,19)	935.216.881,76	-
MG	LAVRAS	31	3820	3	21.406.192,09	163.477.862,14	13,09
MG	MACHADO	31	3900	3	(4.274.066,87)	50.407.932,26	-
MG	MOEMA	31	4240	3	(1.039.096,63)	10.918.576,39	-
MG	MURIAE	31	4390	6	(19.524.532,21)	153.599.797,80	-
MG	NOVA ERA	31	4470	6	1.304.196,45	33.282.023,28	3,92
MG	PARA DE MINAS	31	4710	5	(8.755.491,26)	116.073.762,38	-
MG	PARACATU	31	4700	6	(10.547.660,73)	143.749.479,73	-
MG	POUSO ALEGRE	31	5250	1	(11.251.067,91)	238.125.626,88	-
MG	PRATINHA	31	5300	4	(733.633,26)	8.761.999,66	-
MG	RIBEIRAO DAS NEVES	31	5460	6	12.848.047,16	80.406.275,70	15,98
MG	SANTA RITA DO SAPUCAI	31	5960	5	(2.237.945,17)	51.852.205,80	-
MG	SAO BENTO ABADE	31	6080	1	-	9.702.281,46	-
MG	SAO JOAO DEL REI	31	6250	0	3.360.258,56	123.422.180,49	2,72
MG	TIMOTEO	31	6670	5	117.758.972,97	133.004.525,20	88,54
MG	TIROS	31	6890	3	(1.042.873,50)	13.409.958,63	-
MG	TRES CORACOES	31	6930	7	4.054.906,93	97.495.012,72	4,16
MG	TRES PONTAS	31	6940	6	(10.054.740,54)	76.243.246,93	-
MG	UBA	31	6990	1	(64.957.518,78)	117.983.116,37	-
MG	UBERLANDIA	31	7020	6	(36.275.737,00)	1.234.111.943,00	-
MG	VESPASIANO	31	7120	4	9.797.503,04	146.761.156,44	6,68

MS	CAARAPO	50	240	7	(2.221.457,41)	48.318.327,65	-
MS	CAMPO GRANDE	50	270	4	(192.581.658,77)	2.012.980.968,36	-
MS	NAVIRAI	50	570	7	(2.518.632,38)	100.435.308,54	-
MS	TRES LAGOAS	50	830	5	(12.012.024,27)	250.018.853,28	-
MT	AGUA BOA	51	20	1	(13.855.515,50)	45.899.186,09	-
MT	ALTO ARAGUAIA	51	30	0	(15.978.980,54)	51.598.473,85	-
MT	BARRA DO GARCAS	51	180	3	(44.403.765,55)	95.848.305,88	-
MT	CAMPNO NOVO DO PARECIS	51	263	7	(73.161.033,79)	85.128.171,62	-
MT	CARLINDA	51	279	3	(10.470.329,41)	18.637.295,47	-
MT	CASTANHEIRA	51	285	0	(3.304.259,65)	13.851.963,50	-
MT	CLAUDIA	51	305	6	(1.127.846,28)	18.556.645,71	-
MT	COLIDER	51	320	5	(20.483.831,14)	47.213.919,96	-
MT	CUIABA	51	340	3	466.166.288,79	1.167.124.947,87	39,94
MT	FELIZ NATAL	51	370	0	(3.979.480,10)	22.721.791,78	-
MT	IPIRANGA DO NORTE	51	452	6	(5.019.099,13)	18.398.289,51	-
MT	ITANHANGA	51	454	2	(1.039.232,02)	11.425.785,32	-
MT	LUCAS DO RIO VERDE	51	525	9	(55.340.035,58)	110.865.486,41	-
MT	MIRASSOL D'ESTE	51	562	2	(6.228.688,61)	32.598.651,28	-
MT	NOVA BRASILANDIA	51	620	8	(6.196.651,43)	12.131.510,01	-
MT	NOVA CANAA DO NORTE	51	621	6	(9.754.540,99)	30.909.486,04	-
MT	NOVA GUARITA	51	680	8	(4.467.261,84)	9.698.118,09	-
MT	NOVA MARINGA	51	890	7	(1.523.160,00)	18.075.299,44	-
MT	NOVA MUTUM	51	622	4	(18.552.806,57)	75.129.708,62	-
MT	NOVA SANTA HELENA	51	619	0	(4.257.368,45)	10.841.899,23	-
MT	NOVA UBIARTA	51	624	0	(5.854.129,29)	26.787.270,80	-
MT	QUERENCIA	51	706	5	(294.647,07)	35.033.844,49	-
MT	RIO BRANCO	51	720	6	(5.991.858,15)	10.939.836,16	-
MT	RONDONOPOLIS	51	760	2	90.745.975,00	390.343.093,50	23,25
MT	SANTA CARMEM	51	724	8	(373.292,75)	12.014.473,72	-
MT	SANTA RITA DO TRIVELATO	51	776	8	-	12.053.998,02	-
MT	SAO JOSE DO RIO CLARO	51	730	5	(14.065.574,81)	28.509.374,68	-
MT	SAO JOSE DOS QUATRO MARCOS	51	710	7	(17.606.539,98)	26.183.087,95	-
MT	SINOP	51	790	9	(14.474.254,63)	199.197.715,15	-
MT	SORRISO	51	792	5	(52.962.774,20)	136.486.737,65	-
MT	TANGARA DA SERRA	51	795	8	5.423.559,47	129.126.469,26	4,20
MT	TAPURAH	51	800	6	(7.163.232,28)	26.657.507,94	-
MT	UNIAO DO SUL	51	830	3	(1.945.734,63)	10.008.208,97	-
MT	VERA	51	850	1	(9.407.118,95)	19.642.074,05	-
MT	VILA RICA	51	880	0	(16.994.956,80)	32.223.883,72	-
PA	BELEM	15	140	2	78.274.663,00	1.781.193.808,00	4,39
PA	PARAGOMINAS	15	550	2	-	151.425.938,25	-
PB	JUNCO DO SERIDO	25	780	4	(248.456,90)	9.308.497,63	-
PE	AFRANIO	26	20	3	(59.715,75)	32.947.428,83	-
PE	AGRESTINA	26	30	2	16.817.322,47	29.578.742,43	56,86
PE	AGUA PRETA	26	40	1	5.075.455,87	42.308.733,18	12,00
PE	AGUAS BELAS	26	50	0	11.075.926,89	49.199.526,99	22,51
PE	ALAGOINHA	26	60	9	1.969.389,71	21.543.460,18	9,23
PE	ALTINHO	26	80	7	8.308.381,78	26.125.004,51	31,80
PE	ANGELIM	26	100	3	(1.713.579,64)	16.209.402,62	-
PE	ARCOVERDE	26	120	1	2.635.718,84	74.012.598,47	3,56
PE	BARREIROS	26	140	9	23.036.066,68	47.097.984,68	48,91
PE	BELEM DE SAO FRANCISCO	26	160	7	4.018.662,59	26.746.851,33	13,98
PE	BELO JARDIM	26	170	6	(1.136.818,05)	94.869.119,24	-
PE	BOM CONSELHO	26	210	0	2.538.701,35	51.841.773,86	4,90
PE	BONITO	26	230	8	14.651.887,05	48.928.212,54	29,95
PE	BUENOS AIRES	26	270	4	(789.315,02)	16.635.787,52	-
PE	BUIQUE	26	280	3	(4.741.045,05)	56.166.530,59	-
PE	CABO DE SANTO AGOSTINHO	26	290	2	(24.647.187,35)	445.201.052,44	-
PE	CABROBO	26	300	9	7.976.355,51	41.505.642,55	19,22
PE	CALCADO	26	330	6	(400.371,11)	17.319.402,49	-
PE	CAMARAGIBE	26	345	4	15.148.888,87	169.885.704,08	8,92
PE	CAMOCIM DE SAO FELIX	26	350	4	2.025.409,45	723.672.095,77	0,28
PE	CANHOTINHO	26	370	2	4.186.768,55	29.894.713,51	14,01
PE	CARNAUBEIRA DA PENHA	26	392	6	(4.237.105,94)	16.411.741,78	-
PE	CARPINA	26	400	7	8.869.847,25	66.455.785,71	13,35
PE	CARUARU	26	410	6	3.271.558,21	371.437.233,75	0,88

PE	CATENDE	26	420	5	14.788.523,29	44.004.084,58	33,51
PE	CEDRO	26	430	4	(2.838.180,53)	14.637.431,23	-
PE	CONDADO	26	460	1	22.966.508,39	30.009.959,78	76,53
PE	CORRENTES	26	470	0	(4.207.379,12)	24.421.177,43	-
PE	CORTES	26	480	9	-	24.675.815,59	-
PE	CUSTODIA	26	510	3	10.454.617,00	45.782.422,00	22,84
PE	DORMENTES	26	515	2	7.202.990,52	26.350.609,55	27,34
PE	FLORESTA	26	570	7	8.593.932,14	54.840.654,73	15,87
PE	GARANHUNS	26	600	2	2.386.777,48	161.686.977,92	1,48
PE	GRAVATA	26	640	8	16.579.282,68	91.760.200,34	18,07
PE	IATI	26	650	7	1.110.236,69	31.583.246,48	3,52
PE	IBIMIRIM	26	660	6	2.564.174,86	33.043.259,84	7,76
PE	INAJA	26	700	0	(151.036,73)	23.286.482,93	-
PE	IPOJUCA	26	720	8	(85.500.984,37)	405.235.782,80	-
PE	IPUBI	26	730	7	2.344.661,83	39.708.064,88	5,90
PE	ITAIBA	26	750	5	717.794,30	37.435.897,92	1,92
PE	ITAMBE	26	765	3	5.953.340,39	39.807.433,03	14,96
PE	JABOATAO DOS GUARARAPES	26	790	1	112.060.752,80	683.995.130,56	16,38
PE	JAQUEIRA	26	795	0	4.988.813,05	18.790.510,24	26,55
PE	JATAUBA	26	800	8	1.658.689,62	24.897.277,79	6,66
PE	JOAO ALFREDO	26	810	7	4.451.988,54	36.669.156,77	12,14
PE	JOAQUIM NABUCO	26	820	6	1.320.943,79	26.337.440,73	5,02
PE	JUCATI	26	825	5	685.703,81	18.359.219,36	3,73
PE	JUPI	26	830	5	(950.106,11)	22.352.462,21	-
PE	JUREMA	26	840	4	7.141.090,15	20.176.324,61	35,39
PE	LAGOA DO CARRO	26	845	3	5.285.149,71	20.699.740,57	25,53
PE	LAGOA DO OURO	26	850	2	(605.049,77)	21.665.866,23	-
PE	LAGOA DOS GATOS	26	870	1	4.765.134,93	21.667.116,43	21,99
PE	LAJEDO	26	880	0	(1.349.094,85)	48.650.628,92	-
PE	LIMOEIRO	26	890	9	20.035.123,13	60.495.560,48	33,12
PE	MANARI	26	915	4	543.772,67	27.255.271,06	2,00
PE	MARAIAL	26	920	4	15.235.653,89	18.822.983,14	80,94
PE	MOREILANDIA	26	1430	3	-	18.058.667,70	-
PE	NAZARE DA MATA	26	950	1	18.251.034,69	32.539.625,62	56,09
PE	OLINDA	26	960	0	57.671.595,70	389.769.562,99	14,80
PE	OROCO	26	980	8	5.203.907,83	19.713.475,12	26,40
PE	OURICURI	26	990	7	27.849.375,18	72.346.222,05	38,22
PE	PALMARES	26	1000	4	5.538.052,63	89.207.341,36	6,21
PE	PALMEIRINA	26	1010	3	2.345.752,19	13.472.284,15	17,41
PE	PANELAS	26	1020	2	11.891.112,47	40.862.709,55	29,10
PE	PARNAMIRIM	26	1040	0	1.447.194,72	32.350.866,77	4,47
PE	PESQUEIRA	26	1090	5	9.765.291,55	68.914.074,58	14,17
PE	PETROLANDIA	26	1100	2	(2.637.290,43)	71.934.607,13	-
PE	PETROLINA	26	1110	1	76.223.270,40	348.378.981,10	21,88
PE	RECIFE	26	1160	6	(52.030.477,86)	2.910.877.931,73	-
PE	RIACHO DAS ALMAS	26	1170	5	3.242.535,48	28.206.886,77	11,50
PE	RIO FORMOSO	26	1190	3	12.129.201,36	38.408.033,31	31,58
PE	SAIRE	26	1200	0	-	19.896.874,65	-
PE	SALOA	26	1230	7	1.715.178,49	23.573.389,57	7,28
PE	SANTA CRUZ DO CAPIBARIBE	26	1250	5	8.051.972,80	84.612.332,76	9,52
PE	SANTA FILOMENA	26	1255	4	4.891.542,64	20.049.169,59	24,40
PE	SANTA MARIA DA BOA VISTA	26	1260	4	7.829.244,66	53.059.598,77	14,76
PE	SAO BENEDITO DO SUL	26	1290	1	4.836.630,07	18.885.298,56	25,61
PE	SAO CAITANO	26	1310	7	5.904.467,59	38.440.200,95	15,36
PE	SAO JOAO	26	1320	6	(356.332,37)	29.536.482,98	-
PE	SAO JOAQUIM DO MONTE	26	1330	5	5.319.476,25	29.527.993,40	18,02
PE	SAO LOURENCO DA MATA	26	1370	1	11.603.385,38	94.526.693,94	12,28
PE	SOLIDAO	26	1440	2	1.387.327,85	12.104.217,29	15,59
PE	SURUBIM	26	1450	1	(2.709.351,76)	61.915.250,12	-
PE	TAQUARITINGA DO NORTE	26	1500	3	15.002.796,47	28.839.002,14	52,02
PE	TEREZINHA	26	1510	2	(717.869,53)	12.592.861,56	-
PE	TERRA NOVA	26	1520	1	(1.836.589,47)	14.332.961,14	-
PE	TORITAMA	26	1540	9	(2.951.684,67)	38.894.765,36	-
PE	TUPANATINGA	26	1580	5	(1.238.090,37)	37.960.176,09	-
PE	VERTENTES	26	1620	9	(6.035.111,54)	26.808.532,37	-
PE	VICENCIA	26	1630	8	4.368.184,87	33.076.341,10	13,21

PI	TERESINA	22	1100	1	(284.209.371,33)	1.400.518.126,87	-
PR	CAMBE	41	370	1	(32.184.109,00)	123.796.632,06	-
PR	CAMPOMOURAO	41	430	3	(8.088.657,23)	150.739.853,15	-
PR	CIANORTE	41	550	8	(15.381.966,22)	121.845.766,91	-
PR	FOZ DO IGUACU	41	830	4	87.510.710,45	477.205.724,41	18,34
PR	IBAITI	41	970	8	(3.209.151,43)	34.012.696,24	-
PR	IRATI	41	1070	6	(3.838.739,31)	74.510.778,28	-
PR	LONDRINA	41	1370	0	186.168.192,55	887.988.705,81	20,97
PR	MARECHAL CANDIDO RONDON	41	1460	9	(11.271.983,63)	90.102.313,99	-
PR	MATO RICO	41	1573	9	(84.869,38)	9.148.643,23	-
PR	PATO BRANCO	41	1650	1	(14.082.188,05)	142.701.498,37	-
PR	PINHAIS	41	1915	2	(28.495.600,04)	200.451.454,48	-
PR	PONTA GROSSA	41	1990	5	185.934.258,37	226.270.055,70	82,17
PR	SENGES	41	2630	6	(5.372.757,04)	29.034.400,01	-
PR	TOLEDO	41	2770	0	2.258.848,89	211.168.143,56	1,07
RJ	ANGRA DOS REIS	33	10	0	10.460.515,40	759.744.343,30	1,38
RJ	BARRA DO PIRAI	33	30	8	(12.662.710,90)	155.598.513,80	-
RJ	BARRA MANSA	33	40	7	31.548.280,40	307.033.153,20	10,28
RJ	CACHOEIRAS DE MACACU	33	80	3	(10.929.191,90)	140.248.979,40	-
RJ	ITABORAI	33	180	0	(60.292.494,80)	447.404.032,20	-
RJ	MANGARATIBA	33	260	1	(4.078.668,00)	197.726.086,10	-
RJ	MARICA	33	270	0	(33.567.829,00)	272.224.988,00	-
RJ	NILOPOLIS	33	320	3	(17.523.898,30)	178.345.112,90	-
RJ	NOVA FRIBURGO	33	340	1	(37.512.221,80)	295.064.920,70	-
RJ	NOVA IGUACU	33	350	0	135.706.879,60	766.739.920,60	17,70
RJ	PARATI	33	380	7	(24.666.066,00)	161.994.064,00	-
RJ	RESENDE	33	420	1	96.620.469,10	318.433.921,60	30,34
RJ	RIO DE JANEIRO	33	455	7	5.836.740.154,62	15.392.970.333,70	37,92
RJ	SAPUCAIA	33	540	6	(2.419.386,10)	46.879.524,00	-
RJ	TERESOPOLIS	33	580	2	(26.492.999,20)	302.844.707,80	-
RJ	TRES RIOS	33	600	8	(9.553.218,80)	154.473.753,70	-
RJ	VALENCA	33	610	7	23.246.115,40	120.622.888,40	19,27
RN	ACU	24	20	8	(3.734.905,84)	66.780.890,04	-
RN	NATAL	24	810	2	170.275.022,28	1.239.627.149,40	13,74
RO	ARIQUEMES	11	2	3	(29.485.850,71)	152.042.686,10	-
RO	CACOAL	11	4	9	(13.753.156,43)	113.627.775,07	-
RO	CEREJEIRAS	11	5	6	(11.105.804,74)	26.408.098,87	-
RO	GUAJARA-MIRIM	11	10	6	(9.452.797,39)	55.889.782,32	-
RO	ITAPUA DO OESTE	11	110	4	(2.572.382,73)	15.773.967,27	-
RO	JARU	11	11	4	13.952.158,17	78.941.178,46	17,67
RO	JI-PARANA	11	12	2	(7.924.004,07)	149.007.890,26	-
RO	NOVA MAMORE	11	33	8	(2.548.891,68)	31.404.976,69	-
RO	PORTO VELHO	11	20	5	(52.766.218,84)	789.917.039,31	-
RO	PRESIDENTE MEDICI	11	25	4	(5.058.727,00)	30.117.381,66	-
RO	THEOBROMA	11	160	9	(1.002.501,99)	22.020.551,12	-
RO	VILHENA	11	30	4	(1.619.200,61)	135.686.661,31	-
RS	ALEGRETE	43	40	6	(8.572.049,26)	116.592.321,47	-
RS	BAGE	43	160	2	662.224,46	188.301.080,12	0,35
RS	BENTO GONCALVES	43	210	5	(2.805.763,39)	257.912.497,57	-
RS	CACAPAVA DO SUL	43	280	8	(8.868.940,53)	46.656.610,79	-
RS	CACHOEIRA DO SUL	43	300	4	(3.708.540,17)	122.725.688,93	-
RS	CACHOEIRINHA	43	310	3	13.172.861,80	219.645.432,46	6,00
RS	CAMAQUA	43	350	9	(1.025.308,69)	84.189.302,29	-
RS	CAMPO BOM	43	390	5	3.746.997,45	126.497.160,47	2,96
RS	CANGUCU	43	450	7	(1.008.324,37)	81.758.425,05	-
RS	CANOAS	43	460	6	63.971.295,85	727.103.089,23	8,80
RS	CAPAO BONITO DO SUL	43	462	2	(989.965,39)	9.061.145,23	-
RS	CARAZINHO	43	470	5	(7.225.432,08)	99.052.912,96	-
RS	CARLOS GOMES	43	485	3	(209.420,51)	6.868.343,88	-
RS	CAXIAS DO SUL	43	510	8	64.981.186,80	1.037.388.660,59	6,26
RS	CRISTAL DO SUL	43	607	2	(1.271.706,87)	7.840.948,19	-
RS	ERECHIM	43	700	5	(18.082.815,67)	146.135.888,58	-
RS	ESTEIO	43	770	8	-	134.306.599,26	-
RS	FARROUPILHA	43	790	6	(9.908.889,61)	132.079.319,64	-
RS	FAXINAL DO SOTURNO	43	800	3	588.684,72	11.207.218,76	5,25
RS	GRAVATAI	43	920	9	291.323.826,03	415.132.154,22	70,18

RS	GUAIBA	43	930	8	6.436.039,16	143.795.641,79	4,4B
RS	IJUI	43	1020	7	(28.746.834,46)	167.199.579,46	-
RS	IMBE	43	1033	0	24.661.605,04	52.094.978,58	47,34
RS	ITAQUI	43	1060	3	(4.387.513,39)	69.850.270,09	-
RS	LAJEADO	43	1140	3	(48.307.291,98)	130.515.052,39	-
RS	MAXIMILIANO DE ALMEIDA	43	1220	3	(564.564,78)	10.968.936,01	-
RS	MONTE ALEGRE DOS CAMPOS	43	1237	7	(2.433.556,75)	12.981.074,33	-
RS	MONTENEGRO	43	1240	1	54.648.492,13	99.449.592,93	54,95
RS	NOVA SANTA RITA	43	1337	5	(3.382.877,28)	46.042.487,45	-
RS	NOVO HAMBURGO	43	1340	9	49.844.437,17	513.600.323,67	9,70
RS	PAROBÉ	43	1405	0	5.425.569,88	75.780.049,80	7,16
RS	PASSO FUNDO	43	1410	0	(48.798.597,83)	304.856.815,91	-
RS	PINHEIRO MACHADO	43	1450	6	(370.875,02)	25.194.363,74	-
RS	PORTO ALEGRE	43	1490	2	(37.482.868,75)	3.788.313.618,06	-
RS	RIO GRANDE	43	1560	2	(74.444.188,57)	367.717.434,98	-
RS	RIOZINHO	43	1575	0	580.071,07	12.241.252,07	4,74
RS	ROLANTE	43	1600	6	(3.894.321,01)	29.268.652,72	-
RS	SANTA CRUZ DO SUL	43	1680	8	10.719.641,69	239.322.568,45	4,48
RS	SANTA MARGARIDA DO SUL	43	1697	2	(504.008,37)	9.458.958,35	-
RS	SANTA MARIA	43	1699	7	(77.191.986,02)	293.374.348,93	-
RS	SANTO ANGELO	43	1750	9	(2.863.568,95)	97.096.075,24	-
RS	SAO GABRIEL	43	1830	9	(3.173.814,00)	79.665.313,00	-
RS	SAO JOAO DA URTIGA	43	1842	4	(730.278,28)	10.657.876,22	-
RS	SAO LEOPOLDO	43	1870	5	129.053.887,71	430.995.404,89	29,94
RS	SAPIRANGA	43	1990	1	(34.499.037,33)	124.462.601,84	-
RS	SAPUCAIA DO SUL	43	2000	8	40.529.962,57	192.652.606,13	21,04
RS	SOLEDADE	43	2080	0	1.317.344,09	42.346.402,05	3,11
RS	TAQUARA	43	2120	4	3.686.112,00	73.681.982,11	5,02
RS	TAQUARI	43	2130	3	6.998.114,05	33.340.440,69	20,99
RS	TORRES	43	2150	1	9.469.796,61	72.971.428,73	12,98
RS	URUGUAIANA	43	2240	0	49.007.450,00	152.963.578,49	32,04
RS	VACARIA	43	2250	9	(1.923.547,50)	99.672.314,65	-
RS	VENANCIO AIRES	43	2260	8	(9.708.401,15)	96.278.025,04	-
RS	VIAMAO	43	2300	2	87.433.195,82	209.183.093,12	41,80
SC	APIUNA	42	125	7	(1.250.044,71)	20.877.036,49	-
SC	ARARANGUA	42	140	6	(9.407.514,16)	89.098.182,52	-
SC	BALNEARIO CAMBORIU	42	200	8	(108.730.943,97)	378.757.770,78	-
SC	BIGUACU	42	230	5	(518.582,57)	100.130.264,47	-
SC	BLUMENAU	42	240	4	83.200.124,07	794.359.980,10	10,47
SC	BOTUVERA	42	270	1	(2.046.985,89)	10.733.145,23	-
SC	BRUSQUE	42	290	9	32.329.120,42	204.509.320,22	15,81
SC	CAMBORIU	42	320	4	(2.137.147,57)	97.568.525,08	-
SC	CANOINHAS	42	380	8	(1.178.318,45)	81.821.322,54	-
SC	CONCORDIA	42	430	1	(16.216.206,89)	140.080.575,63	-
SC	FAXINAL DOS GUEDES	42	530	8	(1.674.271,83)	23.413.612,02	-
SC	FLORIANOPOLIS	42	540	7	195.254.856,89	973.864.067,78	20,05
SC	GALVAO	42	560	5	306.392,37	9.092.803,83	3,37
SC	GRAO PARA	42	610	8	986.547,76	12.704.950,98	7,77
SC	HERVAL D'OESTE	42	670	2	(4.916.804,24)	36.601.820,34	-
SC	IBIAMI	42	675	1	(259.687,42)	8.513.317,87	-
SC	INDAIAL	42	750	2	(5.095.962,13)	104.918.654,45	-
SC	IPIRA	42	760	1	(1.226.024,91)	11.439.170,70	-
SC	ITAJAI	42	820	3	(1.830.860,00)	655.887.492,39	-
SC	ITAPEMA	42	830	2	(13.452.263,26)	118.515.134,24	-
SC	ITAPOA	42	845	0	(7.353.088,93)	48.825.047,87	-
SC	JARAGUA DO SUL	42	890	6	(23.444.144,75)	417.313.230,36	-
SC	JOACABA	42	900	3	(15.729.371,85)	79.329.798,90	-
SC	LAGES	42	930	0	23.564.614,87	292.257.152,58	8,10
SC	LAGUNA	42	940	9	(2.996.078,11)	64.403.299,38	-
SC	LUZERNA	42	1003	5	(2.723.724,04)	13.046.764,58	-
SC	MAFRA	42	1010	0	(551.673,75)	91.427.935,74	-
SC	NAVEGANTES	42	1130	6	(8.053.857,81)	127.173.380,82	-
SC	PALHOCA	42	1190	0	(44.661.577,65)	214.394.607,27	-
SC	PETROLANDIA	42	1270	0	(1.989.726,60)	11.772.261,19	-
SC	RIO DO SUL	42	1480	5	(8.226.161,40)	154.775.193,10	-
SC	SALETE	42	1530	7	(1.629.043,07)	13.969.334,63	-

SC	SAO BENTO DO SUL	42	1580	2	5.047.646,83	182.073.365,88	2,77
SC	SAO FRANCISCO DO SUL	42	1620	6	(10.018.644,73)	162.099.288,45	-
SC	SAO LUDGERO	42	1700	6	(2.141.317,80)	21.979.730,95	-
SC	SIDEROPOLIS	42	1760	0	(1.486.524,49)	21.948.962,34	-
SC	TURVO	42	1880	6	(2.701.792,95)	24.294.870,01	-
SC	URUBICI	42	1890	5	(711.733,04)	15.707.351,22	-
SC	VARGEAO	42	1910	1	(2.416.587,26)	11.479.877,64	-
SE	ARACAJU	28	30	8	(2.117.292,33)	1.098.168.296,19	-
SE	ESTANCA	28	210	6	7.536.655,00	116.608.959,80	6,46
SE	NOSSA SENHORA DA GLORIA	28	450	8	-	41.343.822,87	-
SP	ADAMANTINA	35	10	5	(8.652.934,14)	80.546.928,89	-
SP	AGUAI	35	30	3	629.004,49	55.009.613,56	1,14
SP	AGUAS DA FRATA	35	40	2	(4.564.080,16)	18.251.649,65	-
SP	ALTINOPOLIS	35	100	4	(1.057.309,87)	41.691.220,48	-
SP	AMERICANA	35	160	8	246.588.824,56	548.816.988,66	44,93
SP	AMPARO	35	190	5	(28.451.725,20)	158.650.063,65	-
SP	ANALANDIA	35	200	2	(2.483.748,00)	17.543.063,00	-
SP	ANDRADINA	35	210	1	1.665.339,59	100.086.021,14	1,66
SP	ANGATUBA	35	220	0	(2.414.751,00)	46.654.999,00	-
SP	APARECIDA	35	250	7	21.251.504,15	77.959.720,34	27,26
SP	ARACATUBA	35	280	4	195.195.236,80	369.620.034,54	52,81
SP	ARACOIA DA SERRA	35	290	3	(4.845.648,80)	55.367.300,67	-
SP	ARANDU	35	310	9	873.604,00	16.521.282,73	5,29
SP	ARARAQUARA	35	320	8	6.332.618,19	496.283.973,69	1,28
SP	ARUJA	35	390	1	(37.516.952,73)	158.137.231,69	-
SP	ATIBAIA	35	410	7	(45.509.737,21)	279.477.206,35	-
SP	AVANHANDAVA	35	440	4	929.467,28	21.735.202,77	4,28
SP	AVARE	35	450	3	17.077.923,00	164.277.467,00	10,40
SP	BARIRI	35	520	3	5.848.512,36	60.481.626,82	9,67
SP	BASTOS	35	580	7	(192.120,02)	37.545.345,23	-
SP	BAURU	35	600	3	110.267.662,86	654.665.636,48	16,84
SP	BEBEDOURO	35	610	2	(7.159.282,55)	143.823.352,36	-
SP	BERNARDINO DE CAMPOS	35	630	0	(85.276,89)	19.978.524,66	-
SP	BIRIGUI	35	650	8	(8.085.193,48)	208.815.022,25	-
SP	BOITUVA	35	700	1	(7.878.823,28)	118.240.528,14	-
SP	BORACEIA	35	730	8	(1.820.673,68)	15.764.052,42	-
SP	BORBOREMA	35	740	7	4.035.396,07	28.804.644,08	14,01
SP	BRAGANCA PAULISTA	35	780	5	(50.577.034,70)	287.030.543,55	-
SP	BREJO ALEGRE	35	775	3	(2.330.286,45)	13.084.525,89	-
SP	CABREUVA	35	840	5	(12.618.749,16)	92.408.846,19	-
SP	CAIABU	35	890	0	(519.017,78)	10.578.831,86	-
SP	CAIEIRAS	35	900	7	(32.250.452,99)	160.466.287,14	-
SP	CAIU	35	910	6	14.431.618,22	16.908.924,03	85,35
SP	CAJURU	35	940	3	(1.689.133,94)	42.176.600,05	-
SP	CAPAO BONITO	35	1020	3	16.670.049,04	80.588.122,71	20,69
SP	CAPELA DO ALTO	35	1030	2	(2.013.205,64)	34.431.399,69	-
SP	CARAPICUBA	35	1060	9	58.919.301,00	341.427.035,00	17,26
SP	CERQUEIRA CESAR	35	1140	9	(1.098.908,00)	36.865.003,00	-
SP	CESARIO LANGE	35	1160	7	(1.321.540,43)	37.538.074,15	-
SP	CHARQUEADA	35	1170	6	(4.409.871,68)	30.403.966,13	-
SP	CONCHAL	35	1220	9	6.837.118,45	55.671.563,98	12,28
SP	CONCHAS	35	1230	8	1.413.388,91	33.456.987,83	4,22
SP	CORDEIROPOLIS	35	1240	7	(1.557.263,11)	83.555.032,06	-
SP	CORONEL MACEDO	35	1260	5	12.054.074,36	12.635.473,16	95,40
SP	CORUMBATAI	35	1270	4	(1.445.220,00)	15.707.584,00	-
SP	COSMOPOLIS	35	1280	3	43.353.214,70	113.058.040,47	38,35
SP	COSMORAMA	35	1290	2	81.193,59	18.301.844,38	0,44
SP	CRUZALIA	35	1330	6	405.799,43	10.981.245,13	3,70
SP	CRUZEIRO	35	1340	5	59.278.168,45	121.527.859,01	48,78
SP	CUBATAO	35	1350	4	(191.977.644,87)	720.945.087,04	-
SP	DIADEMA	35	1380	1	161.197.188,51	758.952.452,99	21,24
SP	DOURADO	35	1430	4	(3.536.215,80)	16.790.165,11	-
SP	EMBU	35	1500	4	29.787.734,77	356.109.058,03	8,36
SP	ENGENHEIRO COELHO	35	1515	2	5.913.636,31	31.914.042,24	18,53
SP	FERNANDO PRESTES	35	1550	8	(2.234.670,48)	14.531.519,19	-
SP	FERNANDOPOLIS	35	1550	9	(4.182.273,15)	108.589.317,35	-

SP	FRANCA	35	1620	0	(123.619.920,98)	424.564.348,81	-
SP	FRANCISCO MORATO	35	1630	9	(84.115.976,38)	178.185.024,58	-
SP	GENERAL SALGADO	35	1690	3	43.565.344,59	23.939.623,04	181,98
SP	GLICERIO	35	1710	9	-	13.697.105,50	-
SP	GUAIRA	35	1740	6	2.545.202,04	111.179.240,74	2,29
SP	GUAPIACU	35	1750	5	(2.655.634,67)	41.635.527,42	-
SP	GUARACI	35	1790	1	5.810.609,43	30.273.037,97	19,19
SP	GUARAREMA	35	1830	5	(26.397.220,10)	152.572.310,60	-
SP	GUARATINGUETA	35	1840	4	51.023.477,00	203.776.068,37	25,04
SP	GUAREI	35	1850	3	(1.480.417,87)	23.473.584,68	-
SP	GUARUJA	35	1870	1	399.259.612,90	818.367.313,80	48,79
SP	GUARULHOS	35	1880	0	1.564.455.838,96	2.568.689.610,91	60,90
SP	HORTOLANDIA	35	1907	1	(286.385.823,43)	481.793.612,63	-
SP	IBITINGA	35	1960	0	(8.143.576,34)	83.580.970,03	-
SP	ILHABELA	35	2040	0	(18.609.956,89)	140.103.450,72	-
SP	INDAIATUBA	35	2050	9	(717.405.848,54)	631.013.769,66	-
SP	INUBIA PAULISTA	35	2080	6	(1.818.575,25)	10.674.435,31	-
SP	IPAUSSU	35	2090	5	(734.594,08)	33.721.108,12	-
SP	IPERO	35	2100	2	(7.378.515,91)	56.557.515,78	-
SP	IEPUNA	35	2110	1	(3.129.753,46)	20.397.781,34	-
SP	IPUA	35	2130	9	(2.322.113,48)	35.839.447,90	-
SP	ITABERA	35	2170	5	(2.432.651,13)	31.083.884,36	-
SP	ITAJOBI	35	2190	3	(183.982,45)	34.683.814,33	-
SP	ITAPETININGA	35	2230	7	(47.108.605,34)	258.576.784,38	-
SP	ITAPEVA	35	2240	6	30.776.825,14	185.811.214,99	16,56
SP	ITAPIRA	35	2260	4	20.011.630,04	150.690.750,28	13,28
SP	ITAPOLIS	35	2270	3	7.192.350,43	71.352.672,16	10,08
SP	ITAQUAQUECETUBA	35	2310	7	90.402.635,95	370.794.049,88	24,38
SP	ITATIBA	35	2340	4	(36.880.760,23)	227.943.949,14	-
SP	ITIRAPINA	35	2360	2	(203.762,00)	41.717.775,00	-
SP	ITU	35	2390	9	35.113.544,42	364.584.799,92	9,63
SP	ITUPEVA	35	2400	6	1.410.962,42	134.889.200,74	1,05
SP	JABOTICABAL	35	2430	3	(56.506.957,90)	155.690.345,32	-
SP	JACAREI	35	2440	2	(25.028.558,88)	475.119.985,74	-
SP	JARDINOPOLIS	35	2510	2	(5.390.475,80)	79.765.041,27	-
SP	JARINU	35	2520	1	(1.884.637,35)	61.119.094,18	-
SP	JUNDIAI	35	2590	4	110.902.058,95	1.194.485.564,00	9,28
SP	LEME	35	2670	4	29.024.087,95	192.258.604,41	15,10
SP	LENCOIS PAULISTA	35	2680	3	(18.328.658,20)	165.751.630,93	-
SP	LIMEIRA	35	2690	2	(25.436.768,86)	587.671.934,57	-
SP	LINS	35	2710	8	4.549.474,04	124.381.130,27	3,66
SP	LUCIANOPOLIS	35	2750	4	-	9.688.606,02	-
SP	MAIRIPORA	35	2850	2	(32.854.117,74)	149.808.358,74	-
SP	MARTINOPOLIS	35	2920	3	14.896.189,36	46.933.788,50	31,95
SP	MINEIROS DO TIETE	35	2980	7	3.309.075,97	19.345.914,66	17,10
SP	MOJI MIRIM	35	3080	5	(11.544.626,27)	227.243.772,40	-
SP	NHANDEARA	35	3260	3	(1.035.870,83)	22.029.301,80	-
SP	NOVA GUATAPORANGA	35	3310	6	(2.349.026,80)	8.545.268,19	-
SP	NOVA ODESSA	35	3340	3	(2.488.183,36)	110.111.660,90	-
SP	ONDA VERDE	35	3400	5	(5.411.650,58)	15.437.935,14	-
SP	ORINDIUA	35	3420	3	(3.283.942,03)	19.686.703,82	-
SP	OSVALDO CRUZ	35	3460	9	(5.289.085,62)	49.582.759,89	-
SP	PACAEMBU	35	3490	6	(805.148,22)	22.352.474,31	-
SP	PALMITAL	35	3530	9	1.790.899,15	48.026.067,51	3,73
SP	PEDERNEIRAS	35	3670	3	(15.761.120,86)	79.623.116,65	-
SP	PEDREIRA	35	3710	7	7.139.979,21	93.806.168,91	7,61
SP	PEDRO DE TOLEDO	35	3720	6	(2.816.328,07)	22.704.481,48	-
SP	PENAPOLIS	35	3730	5	24.116.785,00	123.998.749,42	19,45
SP	PEREIRA BARRETO	35	3740	4	(1.695.654,89)	63.968.812,82	-
SP	PEREIRAS	35	3750	3	-	17.057.645,74	-
SP	PIADEDE	35	3780	0	(4.209.710,54)	64.354.173,53	-
SP	PINDAMONHANGABA	35	3800	6	(84.841.006,96)	327.854.959,39	-
SP	PIQUEROBI	35	3830	3	(1.499.125,00)	12.520.953,00	-
SP	PIRACAI	35	3860	0	44.736,90	45.796.293,09	0,10
SP	PIRACICABA	35	3870	9	(75.858.486,06)	909.640.618,26	-
SP	PITANGUEIRAS	35	3950	9	11.575.564,94	71.115.438,04	16,28

SP	PLATINA	35	3970	7	-	11.595.105,51	-
SP	POA	35	3980	6	(33.717.163,39)	262.886.619,31	-
SP	POPULINA	35	4040	8	783.928,43	14.405.900,73	5,44
SP	PORTO FERREIRA	35	4070	5	12.215.970,93	112.396.660,53	10,87
SP	POTIM	35	4075	4	1.913.501,14	32.704.657,59	5,85
SP	PRAIA GRANDE	35	4100	0	35.052.235,20	789.478.819,29	4,56
SP	PRESIDENTE EPITACIO	35	4130	7	12.309.454,86	53.145.228,81	23,16
SP	PRESIDENTE PRUDENTE	35	4140	6	23.548.304,70	382.214.148,88	6,16
SP	RANCHARIA	35	4220	6	(4.970.215,32)	59.094.003,26	-
SP	REGINOPOLIS	35	4250	3	(948.796,69)	14.979.119,38	-
SP	RIBEIRAO BONITO	35	4290	9	(7.266.921,02)	25.988.927,70	-
SP	RIBEIRAO CORRENTE	35	4310	5	(777.653,35)	12.648.175,37	-
SP	RIBEIRAO PIRES	35	4330	3	23.600.940,45	184.635.780,77	12,78
SP	RIBEIRAO PRETO	35	4340	2	628.219.626,31	1.392.923.541,92	45,10
SP	RIO DAS PEDRAS	35	4400	4	7.492.230,33	74.856.461,31	10,01
SP	RIOLANDIA	35	4420	2	(3.266.618,65)	23.522.582,86	-
SP	ROSEIRA	35	4430	1	-	19.525.636,61	-
SP	SALES OLIVEIRA	35	4490	5	(602.064,10)	24.267.229,16	-
SP	SALTO DE PIRAPORA	35	4530	8	(11.646.066,56)	77.450.152,55	-
SP	SANTA BARBARA D'OESTE	35	4580	3	(34.119.437,32)	317.832.884,65	-
SP	SANTA CRUZ DA CONCEICAO	35	4620	7	(788.066,00)	14.216.380,00	-
SP	SANTA CRUZ DA ESPERANCA	35	4625	6	1.195.284,37	10.863.448,26	11,00
SP	SANTA CRUZ DO RIO PARDO	35	4640	5	(3.804.637,57)	80.029.017,87	-
SP	SANTA FE DO SUL	35	4660	3	5.617.735,91	79.377.772,19	7,08
SP	SANTA RITA DO PASSA QUATRO	35	4750	2	(6.408.757,15)	65.006.464,96	-
SP	SANTA RITA D'OESTE	35	4740	3	(241.061,82)	10.714.848,53	-
SP	SANTO ANASTACIO	35	4770	0	-	32.905.475,71	-
SP	SANTO ANTONIO DA ALEGRIA	35	4790	8	(1.679.128,84)	14.707.936,48	-
SP	SANTOS	35	4850	0	59.113.336,42	1.436.435.148,88	4,12
SP	SAO BERNARDO DO CAMPO	35	4870	8	658.899.178,22	2.457.643.979,27	26,81
SP	SAO CARLOS	35	4890	6	24.929.526,10	498.476.843,96	5,00
SP	SAO JOAO DA BOA VISTA	35	4910	2	(91.249.960,64)	177.118.762,86	-
SP	SAO JOAQUIM DA BARRA	35	4940	9	5.524.061,95	83.503.713,03	6,62
SP	SAO JOSE DO RIO PRETO	35	4980	5	(2.419.524,74)	927.315.502,39	-
SP	SAO JOSE DOS CAMPOS	35	4990	4	(120.487.301,42)	1.812.598.190,64	-
SP	SAO SEBASTIAO	35	5070	4	(25.337.797,99)	517.247.010,71	-
SP	SAO VICENTE	35	5100	9	75.038.502,06	603.714.437,03	12,43
SP	SEBASTIANOPOLIS DO SUL	35	5130	6	(1.258.158,47)	16.644.829,43	-
SP	SEVERINIA	35	5190	0	(1.524.809,52)	33.759.067,49	-
SP	SOROCABA	35	5220	5	64.555.811,40	1.427.458.506,64	4,52
SP	SUD MENNUCCI	35	5230	4	(657.816,34)	25.074.429,99	-
SP	TAIUVA	35	5320	3	(511.855,00)	12.657.578,00	-
SP	TAMBAU	35	5330	2	1.547.478,30	50.817.968,17	3,05
SP	TAPIRAI	35	5350	0	872.739,61	17.493.143,41	3,85
SP	TAQUARITUBA	35	5380	7	-	40.168.720,72	-
SP	TATUI	35	5400	3	2.440.578,84	196.771.982,73	1,24
SP	TIETE	35	5450	8	(2.822.121,79)	92.901.449,34	-
SP	TUPA	35	5500	0	(5.454.463,96)	97.117.927,15	-
SP	UBATUBA	35	5540	6	9.438.367,13	226.463.653,77	4,17
SP	UCHOA	35	5560	4	(564.338,94)	21.942.188,25	-
SP	UNIAO PAULISTA	35	5570	3	(1.117.893,54)	9.346.013,08	-
SP	VALENTIM GENTIL	35	5610	7	(4.341.728,33)	22.443.907,57	-
SP	VALINHOS	35	5620	6	250.687.082,87	311.226.225,87	80,55
SP	VARGEM GRANDE DO SUL	35	5640	4	(3.313.009,11)	58.890.432,89	-
SP	VARZEA PAULISTA	35	5650	3	(1.226.729,54)	145.928.137,59	-
SP	VISTA ALEGRE DO ALTO	35	5690	9	(4.203.906,17)	19.599.056,58	-
SP	VOTUPORANGA	35	5710	5	(8.648.000,15)	155.909.813,61	-
TO	ARAGUAINA	17	210	9	324.440,89	201.948.457,60	0,16
TO	CRIXAS DO TOCANTINS	17	625	8	-	7.543.998,90	-
TO	GURUPI	17	950	0	-	89.490.265,81	-

## Relação Dívida Consolidada Líquida/Receita Corrente Líquida dos Municípios (DCL/RCL)

DCL/RCL - RGF 1º Semestre de 2012  
data-base 30/06/2012

Municípios com população inferior a cinqüenta mil habitantes que optaram por divulgar semestralmente o Relatório de Gestão Fiscal, nos termos do artigo 63 da Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal)

Dados extraídos dos Relatórios de Gestão Fiscal homologados no SISTN

Posição: 18/10/2012

UF	Nome do Município	Cód IBGE Estado	Cód IBGE Município	DV IBGE Município	DCL 1º Semestre 2011	RCL 1º Semestre 2011	DCL/RCL
AP	MAZAGAO	16	40	2	-	25.582.932,30	-
BA	ABAIRA	29	10	8	6.352.328,99	14.223.697,05	44,66
BA	AGUA FRIA	29	40	5	(811.214,34)	24.919.361,86	-
BA	BARRA DO CHOCÀ	29	290	6	32.688.776,89	51.512.891,46	63,46
BA	BELMONTE	29	340	9	(4.260.631,81)	35.504.136,76	-
BA	CAFARNAUM	29	530	5	(1.382.453,58)	26.373.575,52	-
BA	CORIBE	29	910	9	8.690.377,10	23.136.183,22	37,56
BA	GLORIA	29	1140	2	(3.185.601,36)	15.803.579,26	-
BA	ITIUBA	29	1700	3	(4.862.623,01)	45.471.547,12	-
BA	JIQUIRICA	29	1820	9	856.342,81	19.767.746,43	4,33
BA	LENCOIS	29	1930	6	(671.668,01)	16.994.636,26	-
BA	NILO PECANHA	29	2260	7	9.873.070,35	23.696.154,29	41,67
BA	PILAO ARCAÐO	29	2440	5	(2.424.608,13)	50.584.070,95	-
BA	SAO GABRIEL	29	2925	5	178.174,86	27.637.066,28	0,64
BA	SAO SEBASTIAO DO PASSE	29	2950	3	5.753.499,92	69.000.765,30	8,34
BA	TAPEROA	29	3120	2	4.429.434,79	29.784.459,83	14,87
CE	BARRO	23	200	8	3.566.918,06	26.922.609,53	13,25
CE	EUSEBIO	23	428	5	(47.450.062,57)	121.106.989,99	-
CE	GUARAMIRANGA	23	510	0	4.578.638,44	12.251.934,23	37,37
CE	IBIAPINA	23	530	8	4.939.656,69	32.558.451,85	15,17
CE	IPAUMIRIM	23	570	4	1.754.615,98	16.626.795,56	10,55
CE	MAURITI	23	810	4	1.094.767,09	57.457.542,08	1,91
CE	MISSAO VELHA	23	840	1	6.454.252,58	45.138.448,44	14,30
CE	PACOTI	23	980	5	2.581.147,80	18.799.764,63	13,62
CE	PARACURU	23	1020	9	8.027.906,22	51.013.074,80	15,74
CE	UBAJARA	23	1360	9	(1.312.998,00)	41.583.262,98	-
CE	UMIRIM	23	1375	7	1.939.547,61	26.538.753,24	7,31
CE	VARJOTA	23	1395	5	1.054.216,56	25.651.044,30	4,11
ES	AFONSO CLAUDIO	32	10	2	(11.706.502,15)	57.670.929,19	-
ES	ALEGRE	32	20	1	14.217.827,17	58.107.694,06	24,47
ES	ANCHIETA	32	40	9	(78.443.425,03)	241.892.105,34	-
ES	ATILIO VIVACQUA	32	70	6	(5.039.570,00)	25.010.148,00	-
ES	CASTELO	32	140	7	(11.940.704,27)	66.744.602,25	-
ES	CONCEICAO DO CASTELO	32	170	4	(5.172.340,17)	29.097.766,23	-
ES	DOMINGOS MARTINS	32	190	2	(19.100.448,43)	70.553.776,31	-
ES	FUNDAO	32	220	7	(13.182.256,60)	48.019.084,76	-
ES	IBIRACU	32	250	4	(3.684.326,91)	28.040.603,77	-
ES	ICONHA	32	260	3	(2.247.335,05)	30.794.683,15	-
ES	ITAPEMIRIM	32	280	1	(136.375.129,52)	245.958.493,76	-
ES	ITARANA	32	290	0	(6.945.889,38)	24.327.166,68	-
ES	JERONIMO MONTEIRO	32	310	6	(4.766.935,36)	25.065.081,04	-
ES	MANTENOPOLIS	32	330	4	152.414,83	28.371.968,54	0,54
ES	MARATAIZES	32	332	0	(43.203.966,00)	100.390.729,00	-
ES	MARILANDIA	32	335	3	(1.877.282,81)	24.976.720,63	-
ES	MUQUI	32	380	9	(4.282.348,59)	27.884.385,29	-
ES	PANCAS	32	400	5	(2.613.258,74)	37.065.005,71	-
ES	PEDRO CANARIO	32	405	4	(7.936.829,18)	42.925.075,92	-
ES	PRESIDENTE KENNEDY	32	430	2	(309.819.144,92)	289.835.039,57	-
ES	SANTA LEOPOLDINA	32	450	0	(5.231.114,01)	25.912.709,63	-
ES	SANTA MARIA DE JETIBA	32	455	9	(5.823.605,95)	69.519.990,82	-
ES	SANTA TEREZA	32	460	9	(5.992.499,12)	51.355.221,49	-
ES	SAO JOSE DO CALCADO	32	480	7	(5.511.628,71)	23.902.732,28	-
ES	SAO ROQUE DO CANAA	32	495	5	-	23.574.439,76	-
ES	VARGEM ALTA	32	503	6	(2.431.954,14)	44.979.648,91	-
ES	VENDA NOVA DO IMIGRANTE	32	506	9	(7.969.967,76)	44.678.068,61	-
ES	VILA VALERIO	32	517	6	2.000.528,81	31.657.010,76	6,32
GO	CAMPOM LIMPO DE GOIAS	52	485	4	(1.299.600,73)	11.239.970,61	-

GO	INDIARA	52	995	2	116.286,28	25.670.534,33	0,45
GO	SAO MIGUEL DO ARAGUAIA	52	2020	7	22.496.950,34	38.045.985,03	59,13
MG	ABADIA DOS DOURADOS	31	10	4	898.123,94	12.142.792,63	7,40
MG	ABAETE	31	20	3	9.112.134,86	29.106.654,87	31,31
MG	AGUA COMPRIDA	31	70	8	399.824,27	10.927.154,93	3,66
MG	ALBERTINA	31	140	9	-	8.861.451,18	-
MG	ALTEROSA	31	200	1	532.597,59	19.510.005,48	2,73
MG	ALTO CAPARAO	31	205	0	281.382,84	9.788.500,50	2,87
MG	ALVINOPOLIS	31	230	8	4.203.408,07	19.674.566,73	21,36
MG	AMPARO DO SERRA	31	250	6	(254.981,00)	8.735.409,00	-
MG	ANDRADAS	31	260	5	(1.580.430,01)	49.086.492,17	-
MG	ANDRELANDIA	31	280	3	448.215,09	15.856.765,20	2,81
MG	ARACUAI	31	340	5	-	31.463.032,55	-
MG	ARCEBURGO	31	410	6	(4.772.610,78)	18.970.420,49	-
MG	AREADO	31	430	4	(729.683,32)	21.097.010,75	-
MG	BAMBUI	31	510	3	4.809.565,87	30.955.175,85	15,54
MG	BARAO DE COCAIS	31	540	0	-	68.048.140,33	-
MG	BELA VISTA DE MINAS	31	600	2	-	14.912.965,78	-
MG	BICAS	31	690	3	(2.781.114,74)	19.667.783,14	-
MG	BOA ESPERANCA	31	710	9	16.046.035,91	54.152.034,44	29,63
MG	BOM JESUS DO AMPARO	31	770	3	569.281,06	9.319.878,46	6,11
MG	BOM REPOUSO	31	790	1	(13.718,09)	14.617.429,82	-
MG	BORDA DA MATA	31	830	5	(3.392.537,85)	22.412.187,43	-
MG	BOTUMIRIM	31	850	3	808.000,32	10.518.008,38	7,68
MG	BRASILANDIA DE MINAS	31	855	2	(2.676.243,19)	19.690.069,00	-
MG	BRASILIA DE MINAS	31	860	2	543.040,87	44.388.746,68	1,22
MG	BRASOPOLIS	31	890	9	(3.138.765,53)	17.956.781,73	-
MG	BRUMADINHO	31	900	6	(42.013.609,31)	133.427.931,05	-
MG	BUENO BRANDAO	31	910	5	(2.678.051,45)	13.371.692,06	-
MG	BURITIS	31	930	3	(411.851,77)	43.575.658,66	-
MG	CACHOEIRA DA PRATA	31	960	0	(2.549.275,42)	9.253.617,77	-
MG	CACHOEIRA DE MINAS	31	970	9	(3.378.181,38)	15.601.319,18	-
MG	CAETANOPOLIS	31	990	7	(78.279,74)	14.392.412,02	-
MG	CAMANDUCAIA	31	1050	9	(8.583.731,52)	32.675.949,67	-
MG	CAMBUJ	31	1060	8	(23.703.103,23)	40.206.162,12	-
MG	CAMPANARIO	31	1080	6	(1.394.070,74)	9.391.625,27	-
MG	CAMPANHA	31	1090	5	(810.478,99)	23.146.951,48	-
MG	CANA VERDE	31	1190	3	1.663.783,07	8.607.479,20	19,33
MG	CAPETINGA	31	1240	6	(754.531,39)	10.751.434,89	-
MG	CAPIM BRANCO	31	1250	5	-	11.221.928,28	-
MG	CAPINOPOLIS	31	1260	4	1.720.905,34	25.132.719,21	6,85
MG	CAPITAO ANDRADE	31	1265	3	(1.067.926,00)	9.843.607,22	-
MG	CAPITOLIO	31	1280	2	(3.116.316,04)	18.511.027,49	-
MG	CARANAIBA	31	1310	7	-	9.260.839,06	-
MG	CARBONITA	31	1350	3	-	12.812.360,09	-
MG	CAREACU	31	1360	2	(815.768,47)	11.394.975,56	-
MG	CARMO DE MINAS	31	1410	5	(753.781,43)	18.069.440,82	-
MG	CARMO DO PARANAIBA	31	1430	3	(7.769.697,66)	39.420.430,25	-
MG	CARMO DO RIO CLARO	31	1440	2	(5.594.684,48)	32.185.072,25	-
MG	CARMOPOLIS DE MINAS	31	1450	1	(5.505.255,33)	26.724.038,79	-
MG	CARNEIRINHO	31	1455	0	2.598.806,99	31.377.503,90	6,28
MG	CARVALHOS	31	1480	8	(499.371,91)	7.940.629,79	-
MG	CATAS ALTAS	31	1535	9	(1.761.228,32)	21.856.562,03	-
MG	CATUTI	31	1547	4	(1.677.976,94)	9.708.958,44	-
MG	CEDRO DO ABAETE	31	1560	7	(714.757,17)	7.247.448,59	-
MG	CHACARA	31	1590	4	(1.204.378,65)	8.200.443,07	-
MG	CLARAVAL	31	1640	7	867.495,62	9.406.831,53	9,22
MG	COLUNA	31	1680	3	-	12.145.584,47	-
MG	COMENDADOR GOMES	31	1690	2	-	11.247.657,96	-
MG	CONCEICAO DA APARECIDA	31	1710	8	1.697.690,02	13.632.820,82	12,45
MG	CONCEICAO DA BARRA DE MINAS	31	1520	1	(76.624,39)	8.233.451,96	-
MG	CONCEICAO DAS PEDRAS	31	1720	7	(885.667,38)	7.431.439,10	-
MG	CONCEICAO DO PARA	31	1760	3	(4.995.426,37)	14.697.724,59	-
MG	CONCEICAO DO RIO VERDE	31	1770	2	(3.233.123,37)	18.204.146,94	-
MG	CONGONHAL	31	1790	0	(825.677,36)	13.603.027,61	-
MG	CONGONHAS DO NORTE	31	1810	6	(3.252.137,67)	8.781.148,11	-

MG	CONSELHEIRO PENA	31	1840	3	(3.365.890,75)	29.768.425,73	-
MG	CONSOLACAO	31	1850	2	(1.608.026,66)	7.102.521,51	-
MG	CORACAO DE JESUS	31	1880	9	6.126.416,82	29.729.446,62	20,61
MG	CORDISBURGO	31	1890	8	254.940,55	10.473.392,15	2,43
MG	CORDISLNDIA	31	1900	5	(1.055.506,41)	8.149.665,03	-
MG	CORINTO	31	1910	4	-	38.203.006,15	-
MG	COROMANDEL	31	1930	2	(16.603.984,42)	40.540.609,87	-
MG	CORREGO DO BOM JESUS	31	1990	6	(1.003.297,36)	7.773.710,45	-
MG	CORREGO FUNDO	31	1995	5	(2.848.526,00)	12.291.707,00	-
MG	CRISTAIAS	31	2020	1	161.945,12	17.591.679,40	0,92
MG	CRISTALIA	31	2030	0	1.499.711,57	11.925.858,66	12,58
MG	CRISTINA	31	2050	8	(1.520.128,88)	13.971.734,28	-
MG	CURRAL DE DENTRO	31	2087	0	-	10.766.098,30	-
MG	DATAS	31	2100	1	2.963.161,47	10.313.690,30	28,73
MG	DELFIN MOREIRA	31	2110	0	(1.276.359,87)	11.120.340,83	-
MG	DELTA	31	2125	8	(28.981,35)	20.872.140,48	-
MG	DESTERRO DO MELO	31	2150	6	(153.430,30)	9.180.022,48	-
MG	DIAMANTINA	31	2160	5	(6.333.032,37)	59.049.682,18	-
MG	DIVINESIA	31	2190	2	-	7.718.201,00	-
MG	DOM BOSCO	31	2247	0	(571.960,09)	8.535.626,55	-
MG	DOM SILVERIO	31	2270	2	(2.516.139,07)	9.356.205,98	-
MG	DOM VICOSO	31	2280	1	(499.803,77)	7.219.959,45	-
MG	DORES DE GUANHAES	31	2310	6	(2.559.972,80)	11.231.905,74	-
MG	DORES DO INDAIA	31	2320	5	5.970.268,78	19.636.987,98	30,40
MG	DOURADOQUARA	31	2350	2	327.394,72	8.486.813,09	3,86
MG	ENTRE RIOS DE MINAS	31	2390	8	(5.155.535,94)	17.430.477,93	-
MG	ESPERA FELIZ	31	2420	3	(5.385.528,52)	15.380.992,18	-
MG	ESPIRITO SANTO DO DOURADO	31	2440	1	(519.252,60)	5.068.076,74	-
MG	EWBANK DA CAMARA	31	2500	2	-	8.808.047,51	-
MG	FELICIO DOS SANTOS	31	2540	8	373.980,16	11.030.821,19	3,39
MG	FERROS	31	2590	3	197.600,02	13.783.911,36	1,43
MG	FRANCISCO BADARO	31	2650	5	(541.923,09)	12.005.929,99	-
MG	FREI GASPAR	31	2680	2	1.060.039,10	11.072.020,73	9,57
MG	FREI LAGONEGRO	31	2695	0	241.702,33	8.289.615,77	2,92
MG	GOUVEIA	31	2760	2	190.812,43	14.040.235,63	1,36
MG	GRAO MOGOL	31	2780	0	(125.555,83)	29.062.959,47	-
MG	GUARACIABA	31	2820	4	(354.035,87)	13.832.926,55	-
MG	GUARANESIA	31	2830	3	(5.281.879,18)	29.876.841,58	-
MG	GUARDA-MOR	31	2860	0	(2.896.211,93)	15.830.329,83	-
MG	GUIMARANIA	31	2890	7	-	11.954.332,50	-
MG	HELIODORA	31	2920	2	(897.641,95)	10.697.396,21	-
MG	IBIRACI	31	2970	7	(4.365.521,53)	22.278.171,46	-
MG	IGARAPE	31	3010	1	10.911.498,88	49.518.143,18	22,04
MG	ILICINEA	31	3050	7	(1.543.652,79)	16.479.669,14	-
MG	INCONFIDENTES	31	3080	6	(158.683,91)	10.831.239,20	-
MG	IPANEMA	31	3120	8	(1.243.789,76)	23.744.586,06	-
MG	ITAMARANDIBA	31	3250	3	388.950,20	37.782.765,10	1,03
MG	ITAMOGI	31	3290	9	415.500,54	15.949.970,33	2,61
MG	TAPAGIPE	31	3340	2	4.417.204,31	28.581.115,14	15,45
MG	ITAPECERICA	31	3350	1	(688.848,21)	22.985.413,78	-
MG	ITAPEVA	31	3360	0	2.597.983,22	16.751.608,42	15,51
MG	ITUETA	31	3410	3	(1.666.260,63)	12.296.138,88	-
MG	ITUMIRIM	31	3430	1	594.473,69	8.811.205,31	6,75
MG	ITURAMA	31	3440	0	21.511.011,09	86.413.805,74	24,89
MG	ITUTINGA	31	3450	9	(367.771,97)	10.249.535,88	-
MG	JABOTICATUBAS	31	3460	8	73.616,76	24.747.933,83	0,30
MG	JAGUARACU	31	3500	1	(1.901.848,21)	8.805.995,22	-
MG	JAIBA	31	3505	0	919.587,84	38.033.156,06	2,42
MG	JAPARAIBA	31	3530	8	(2.073.042,21)	9.395.158,38	-
MG	JEQUITINHONHA	31	3580	3	7.499.825,45	31.346.255,31	23,93
MG	JESUANIA	31	3590	2	511.731,10	9.396.356,84	5,45
MG	JURUAIA	31	3690	0	(1.229.760,97)	13.507.711,02	-
MG	LAGOA DA PRATA	31	3720	5	(7.111.743,79)	59.262.224,07	-
MG	LAGOA FORMOSA	31	3750	2	3.752.144,29	26.766.725,65	14,02
MG	LAGOA GRANDE	31	3753	6	(3.067.518,33)	13.793.464,48	-
MG	LAJINHA	31	3770	0	4.437.665,22	26.620.316,44	16,67

MG	LAMIM	31	3790	8	525.994,20	7.595.918,59	6,92
MG	LEANDRO FERREIRA	31	3830	2	(1.829.369,72)	7.688.116,80	-
MG	LEME DO PRADO	31	3835	1	(1.166.660,54)	10.509.693,59	-
MG	LIMEIRA DO OESTE	31	3862	5	1.913.743,55	17.831.280,03	10,73
MG	LONTRA	31	3865	8	4.473.927,11	11.570.209,91	38,67
MG	LUISBURGO	31	3867	4	-	10.054.647,20	-
MG	LUMINARIAS	31	3870	8	(5.033.083,10)	9.490.618,69	-
MG	MAMONAS	31	3925	0	(2.590.005,45)	11.227.423,82	-
MG	MANTENA	31	3960	7	4.631.633,36	37.552.278,96	12,33
MG	MARIA DA FE	31	3990	4	(1.780.832,93)	18.293.759,94	-
MG	MARIO CAMPOS	31	4015	9	(4.924.768,93)	15.605.275,93	-
MG	MATERLANDIA	31	4060	5	(1.595.158,96)	9.940.917,38	-
MG	MATHIAS LOBATO	31	7150	1	162.614,55	9.925.109,84	1,64
MG	MATIPO	31	4090	2	2.567.639,22	24.426.474,93	10,51
MG	MATOZINHOS	31	4110	8	14.768.625,61	48.300.151,31	30,58
MG	MATUTINA	31	4120	7	200.787,50	9.102.643,12	2,21
MG	MENDES PIMENTEL	31	4150	4	299.366,27	10.901.041,93	2,75
MG	MINDURI	31	4190	0	-	8.641.391,86	-
MG	MIRADOURO	31	4210	6	(897.173,27)	15.684.281,28	-
MG	MONSENHOR PAULO	31	4260	1	(1.429.882,78)	12.677.358,84	-
MG	MONTALVANIA	31	4270	0	(2.786.605,08)	17.457.000,83	-
MG	MONTE ALEGRE DE MINAS	31	4280	9	(6.559.829,45)	38.668.916,94	-
MG	MONTE BELLO	31	4300	5	(2.769.032,94)	14.555.153,40	-
MG	MONTE CARMELO	31	4310	4	12.242.454,34	68.220.486,54	18,49
MG	MONTE SANTO DE MINAS	31	4320	3	(2.992.265,80)	28.865.157,88	-
MG	MONTEZUMA	31	4345	0	(4.757.292,24)	10.812.178,05	-
MG	MORADA NOVA DE MINAS	31	4350	0	(9.848.376,57)	23.069.732,14	-
MG	MORRO DA GARCA	31	4360	9	(42.206,80)	9.166.647,38	-
MG	MUNHOZ	31	4380	7	619.469,13	9.163.082,48	6,76
MG	MUZAMBINHO	31	4410	2	(2.913.972,19)	30.233.645,91	-
MG	NATALANDIA	31	4437	5	801.812,04	8.384.962,03	9,56
MG	NATERCIA	31	4440	9	(64.760,78)	9.124.015,30	-
MG	NEPOMUCENO	31	4460	7	(1.529.126,17)	30.991.044,35	-
MG	NOVA MODICA	31	4490	4	(478.123,03)	8.742.010,90	-
MG	NOVA UNIAO	31	3680	3	-	9.123.660,50	-
MG	NOVO CRUZEIRO	31	4530	7	(5.290.151,24)	33.764.394,49	-
MG	NOVORIZONTE	31	4537	2	(2.140.130,26)	9.690.597,82	-
MG	OLARIA	31	4540	6	(1.727.238,94)	8.090.465,31	-
MG	OLIMPIO NORONHA	31	4550	5	(792.515,29)	9.296.283,44	-
MG	OLIVEIRA	31	4560	4	(8.384.765,44)	58.624.837,81	-
MG	OURO BRANCO	31	4590	1	8.980.470,73	84.063.251,45	10,58
MG	OURO FINO	31	4600	8	(4.757.655,19)	38.849.793,56	-
MG	PADRE CARVALHO	31	4625	5	(777.425,25)	9.701.027,94	-
MG	PAINS	31	4650	3	722.971,00	17.976.217,00	4,02
MG	PAPAGAIOS	31	4690	9	787.100,52	11.152.013,28	7,06
MG	PARAOPEBA	31	4740	2	1.745.623,53	31.534.218,73	5,54
MG	PASSA QUATRO	31	4760	0	(2.170.824,20)	20.834.765,12	-
MG	PASSABEM	31	4750	1	(1.452.203,49)	7.035.954,52	-
MG	PECANHA	31	4860	8	185.578,68	21.239.630,15	0,87
MG	PEDRA BONITA	31	4875	6	(729.262,75)	13.809.857,83	-
MG	PEDRA DO ANTA	31	4880	6	(692.564,30)	8.125.099,15	-
MG	PEDRA DOURADA	31	4900	2	71.076,45	8.746.743,63	0,81
MG	PEDRALVA	31	4910	1	(652.079,24)	14.153.958,92	-
MG	PEDRAS DE MARIA DA CRUZ	31	4915	0	56.537,48	13.992.887,95	0,40
MG	PERDIGAO	31	4970	5	-	12.874.882,34	-
MG	PERDIZES	31	4980	4	6.460.908,86	33.504.197,73	19,28
MG	PIEDADE DO RIO GRANDE	31	5030	7	(2.016.409,80)	8.944.109,15	-
MG	PIEDADE DOS GERAIS	31	5040	6	1.164.657,71	9.115.391,70	12,78
MG	PIMENTA	31	5050	5	2.302.214,00	14.970.351,00	15,38
MG	PIRACEMA	31	5060	4	462.749,80	10.231.509,61	4,52
MG	PIRANGUCU	31	5090	1	419.900,00	8.621.774,41	4,87
MG	PIRANGUINHO	31	5100	8	-	11.522.192,21	-
MG	PIUMHI	31	5150	3	436.737,00	48.971.651,00	0,89
MG	PLANURA	31	5160	2	-	20.463.954,94	-
MG	POCO FUNDO	31	5170	1	(487.883,79)	21.575.296,37	-
MG	POMPEU	31	5200	6	1.860.124,44	44.602.547,31	4,17

MG	PORTO FIRME	31	5230	3	764.099,93	11.285.661,80	6,77
MG	PRATA	31	5260	8	(10.170.649,54)	38.439.788,13	-
MG	PRESIDENTE JUSCELINO	31	5320	2	(126.092,76)	8.964.805,97	-
MG	PRESIDENTE OLEGARIO	31	5340	0	(9.110.074,98)	30.726.565,47	-
MG	RAPOSOS	31	5390	5	(2.399.272,09)	18.610.286,45	-
MG	RAUL SOARES	31	5400	2	(67.013,89)	32.283.213,61	-
MG	RESENDE COSTA	31	5420	0	(2.033.672,84)	13.643.099,00	-
MG	RESPLENDOR	31	5430	9	3.762.484,30	29.285.597,74	12,85
MG	RIO DOCE	31	5500	9	(1.064.550,27)	8.842.102,15	-
MG	RIO PARANAIBA	31	5550	4	5.032.348,00	12.812.268,00	47,08
MG	RIO PIRACICABA	31	5570	2	965.658,41	26.917.830,65	3,59
MG	RODEIRO	31	5630	4	-	11.433.443,38	-
MG	SACRAMENTO	31	5690	8	(6.612.674,31)	66.586.882,05	-
MG	SANTA BARBARA DO LESTE	31	5725	2	(1.445.730,29)	12.034.946,81	-
MG	SANTA CRUZ DE MINAS	31	5733	6	(3.526.227,13)	9.130.640,84	-
MG	SANTA JULIANA	31	5770	8	-	21.890.324,37	-
MG	SANTA MARGARIDA	31	5790	6	(215.465,85)	21.033.949,94	-
MG	SANTA MARIA DE ITABIRA	31	5800	3	-	18.850.592,50	-
MG	SANTA RITA DE MINAS	31	5935	7	(1.586.403,21)	10.841.003,29	-
MG	SANTA VITORIA	31	5980	3	12.045.972,84	63.477.107,12	18,98
MG	SANTANA DE PIRAPAMA	31	5850	8	3.172.743,98	10.271.927,70	30,89
MG	SANTANA DO MANHUACU	31	5890	4	1.950.460,32	12.192.953,27	16,00
MG	SANTANA DO PARAISO	31	5895	3	(4.786.982,33)	33.058.132,74	-
MG	SANTANA DOS MONTES	31	5910	0	(748.288,93)	8.802.186,91	-
MG	SANTOS DUMONT	31	6070	2	(9.980.936,05)	49.394.885,60	-
MG	SAO BRAS DO SUACUI	31	6090	0	283.759,67	9.972.694,15	2,85
MG	SAO DOMINGOS DO PRATA	31	6100	7	1.858.186,08	21.653.739,49	8,58
MG	SAO FRANCISCO DE PAULA	31	6120	5	4.428.598,05	10.426.916,78	42,47
MG	SAO FRANCISCO DE SALES	31	6130	4	1.667.225,98	15.603.831,81	10,68
MG	SAO FRANCISCO DO GLORIA	31	6140	3	(229.227,74)	10.287.936,18	-
MG	SAO GERALDO DO BAIXIO	31	6165	0	(1.224.340,06)	8.169.621,30	-
MG	SAO GONCALO DO ABAETE	31	6170	0	50.746,75	14.602.073,20	0,35
MG	SAO GONCALO DO RIO PRETO	31	2550	7	2.420.173,39	8.967.025,25	26,99
MG	SAO GONCALO DO SAPUCAI	31	6200	5	(311.792,61)	29.819.365,59	-
MG	SAO GOTARDO	31	6210	4	2.276.170,55	38.417.202,20	5,92
MG	SAO JOAO BATISTA DO GLORIA	31	6220	3	(1.184.845,45)	19.643.441,43	-
MG	SAO JOAO DA LAGOA	31	6225	2	(428.171,79)	10.059.733,41	-
MG	SAO JOAO DA MATA	31	6230	2	(1.242.397,85)	7.638.487,06	-
MG	SAO JOAO EVANGELISTA	31	6280	7	(89.777,40)	21.825.049,93	-
MG	SAO JOAQUIM DE BICAS	31	6292	2	1.218.076,52	43.680.519,67	2,79
MG	SAO JOSE DA LAPA	31	6295	5	(2.605.633,03)	34.975.413,72	-
MG	SAO JOSE DO MANTIMENTO	31	6360	7	(482.732,62)	7.566.361,31	-
MG	SAO LOURENCO	31	6370	6	6.364.771,75	70.261.457,33	9,06
MG	SAO MIGUEL DO ANTA	31	6380	5	(1.382.460,05)	10.147.478,96	-
MG	SAO PEDRO DA UNIAO	31	6390	4	(3.151.578,88)	11.018.592,80	-
MG	SAO SEBASTIAO DA BELA VISTA	31	6440	7	(335.369,13)	9.628.050,19	-
MG	SAO SEBASTIAO DO MARANHAO	31	6450	6	(2.134.690,20)	13.309.743,27	-
MG	SAO SEBASTIAO DO RIO VERDE	31	6490	2	106.355,59	7.746.278,33	1,37
MG	SAO TOMAS DE AQUINO	31	6510	7	867.039,03	12.245.442,59	7,08
MG	SAPUCAI-MIRIM	31	6540	4	-	11.121.565,46	-
MG	SARZEDO	31	6553	7	498.779,10	59.164.578,19	0,84
MG	SEM-PEIXE	31	6556	0	208.176,94	8.611.527,59	2,42
MG	SENADOR JOSE BENTO	31	6580	0	(691.879,05)	7.874.984,53	-
MG	SENADOR MODESTINO GONCALVES	31	6590	9	765.972,91	9.113.726,51	8,40
MG	SENHORA DE OLIVEIRA	31	6600	6	(1.143.740,93)	9.269.177,04	-
MG	SENHORA DOS REMEDIOS	31	6620	4	(690.456,96)	11.571.230,56	-
MG	SERITINGA	31	6640	2	-	7.618.031,58	-
MG	SERRA DA SAUDADE	31	6660	0	91.640,86	7.544.301,43	1,21
MG	SERRA DO SALITRE	31	6680	8	(943.096,27)	21.269.010,66	-
MG	SERRA DOS AIAMORES	31	6670	9	2.026.807,73	12.074.527,04	16,79
MG	SERRANIA	31	6690	7	(1.358.723,89)	12.823.072,39	-
MG	SERRANOS	31	6700	4	95.525,43	7.350.002,50	1,30
MG	SILVEIRANIA	31	6730	1	232.263,34	7.599.204,66	3,06
MG	SIMONESIA	31	6760	8	129.924,20	21.831.855,64	0,60
MG	TAPARUBA	31	6805	1	(637.482,22)	7.751.364,25	-
MG	TAQUARACU DE MINAS	31	6830	9	2.084.654,98	2.450.525,99	85,07

MG	TIRADENTES	31	5880	4	(3.400.549,52)	13.477.080,87	-
MG	TOLEDO	31	6910	9	-	10.402.171,14	-
MG	TOMBOS	31	6920	8	(3.474.479,29)	15.377.851,82	-
MG	TRES MARIAS	31	6935	6	6.535.332,37	60.344.870,37	11,00
MG	TURVOLANDIA	31	6980	2	(1.406.172,00)	9.230.402,65	-
MG	UMBURATIBA	31	7030	5	345.273,32	9.682.076,00	3,57
MG	UNIAO DE MINAS	31	7043	8	1.069.412,38	12.262.386,31	8,72
MG	URUANA DE MINAS	31	7047	9	(29.956,39)	10.432.878,36	-
MG	URUCANIA	31	7050	3	1.537.749,75	16.083.179,99	9,56
MG	VARGEM BONITA	31	7060	2	258.137,74	8.480.791,95	3,04
MG	VARJAO DE MINAS	31	7075	0	(829.629,86)	11.754.208,83	-
MG	VERISSIMO	31	7110	5	(102.342,04)	10.440.004,30	-
MG	WENCESLAU BRAZ	31	7220	2	(2.026.281,29)	7.283.229,28	-
MS	ALCINOPOLIS	50	25	2	1.961.429,63	22.745.983,87	8,62
MS	AMAMBAI	50	60	9	2.401.320,80	63.540.977,66	3,78
MS	ARAL MOREIRA	50	124	3	(1.854.837,86)	23.878.124,44	-
MS	BRASILANDIA	50	230	8	(12.335.926,14)	40.078.013,37	-
MS	CAMAPUA	50	260	5	595.082,77	33.343.362,27	1,78
MS	CASSILANDIA	50	290	2	-	43.345.743,35	-
MS	CHAPADAO DO SUL	50	295	1	(3.746.063,17)	65.351.324,73	-
MS	COSTA RICA	50	325	6	-	63.517.980,18	-
MS	COXIM	50	330	6	-	59.952.798,94	-
MS	FIGUEIRAO	50	390	0	(2.493.202,05)	13.223.238,22	-
MS	IGUATEMI	50	430	4	(2.875.839,62)	29.656.798,29	-
MS	INOCENCIA	50	440	3	(6.061.829,29)	26.078.970,01	-
MS	ITAQUIRAI	50	460	1	2.138.841,43	33.862.854,19	6,32
MS	JARDIM	50	500	4	(21.272.994,68)	46.931.725,75	-
MS	JUTI	50	515	2	(1.044.528,28)	15.008.596,45	-
MS	LAGUNA CARAPA	50	525	1	(1.654.106,72)	22.255.423,17	-
MS	NOVA ALVORADA DO SUL	50	600	2	-	41.232.257,51	-
MS	RIBAS DO RIO PARDO	50	710	9	(2.460.606,82)	58.334.638,43	-
MS	RIO BRILHANTE	50	720	6	(9.920.673,55)	65.471.384,55	-
MS	ROCHEDO	50	750	5	317.195,01	14.091.316,20	2,25
MS	SAO GABRIEL DO OESTE	50	769	5	(6.023.627,91)	62.540.681,31	-
MS	SIDROLANDIA	50	790	1	5.834.556,39	90.350.772,17	6,46
MS	TAQUARUSSU	50	797	6	(177.762,46)	16.093.380,36	-
MS	TERENOS	50	800	8	(10.423.990,02)	34.961.387,63	-
MT	CANABRAVA DO NORTE	51	268	4	(940.399,91)	10.709.788,56	-
MT	CANARANA	51	270	2	(2.919.388,57)	43.367.995,40	-
MT	PORTO ESTRELA	51	585	1	-	9.740.011,65	-
PA	XINGUARA	15	840	7	(15.426.529,48)	56.899.398,07	-
PB	CONCEICAO	25	440	5	23.380.656,36	21.924.948,76	106,64
PB	EMAS	25	590	7	3.145.379,74	7.701.282,28	40,84
PB	MAE D'AGUA	25	870	3	-	8.490.111,63	-
PB	MATUREIA	25	939	6	(324.020,24)	10.453.377,13	-
PB	NOVA OLINDA	25	1020	4	698.701,53	10.999.412,68	6,35
PB	SANTANA DE MANGUEIRA	25	1350	5	2.736.722,97	9.424.984,81	29,04
PB	SAC DOMINGOS DE POMBAL	25	1396	8	(601.241,25)	7.968.365,13	-
PB	SAO JOSE DE ESPINHARAS	25	1440	4	3.884.985,93	9.527.403,93	40,88
PB	TEIXEIRA	25	1670	6	457.581,81	18.731.837,10	2,44
PB	VARZEA	25	1710	0	(7.143,94)	7.552.843,38	-
PB	VIEIROPOLIS	25	1720	9	(613.035,44)	8.614.446,50	-
PE	AFOGADOS DA INGAZEIRA	26	10	4	6.255.283,74	46.791.184,77	13,37
PE	BETANIA	26	180	5	289.214,36	19.703.507,35	1,47
PE	BODOCO	26	200	1	383.072,88	49.334.758,55	0,78
PE	BOM JARDIM	26	220	9	(958.320,42)	43.099.933,56	-
PE	BREJINHO	26	250	6	(2.781.766,61)	6.808.734,49	-
PE	CARNAIBA	26	390	0	921.036,98	29.370.583,78	3,14
PE	CASINHAS	26	415	5	1.397.129,00	21.645.453,26	6,45
PE	CHA DE ALEGRIA	26	440	3	518.902,74	18.788.136,33	2,76
PE	CUMARU	26	490	8	8.374.974,08	23.841.172,47	35,13
PE	FERREIROS	26	550	9	(158.467,37)	16.419.441,84	-
PE	FLORES	26	560	8	1.156.255,82	29.937.660,36	3,90
PE	FREI MIGUELINHO	26	580	6	3.215.229,43	19.135.102,03	16,80
PE	GRANITO	26	630	9	(3.878.712,74)	14.708.240,30	-
PE	IBIRAJUBA	26	670	5	4.757.740,81	13.061.798,29	36,42

PE	IGUARACI	26	690	3	(1.725.377,63)	15.643.593,21	-
PE	ILHA DE ITAMARACA	26	760	4	13.012.135,00	33.775.664,00	38,53
PE	INGAZEIRA	26	710	9	(52.514,44)	11.194.499,80	-
PE	ITACURUBA	26	740	6	2.590.367,82	21.744.740,75	11,91
PE	ITAPETIM	26	770	3	448.262,59	10.547.626,80	4,25
PE	ITAPISSUMA	26	775	2	-	48.640.686,13	-
PE	JATOBA	26	805	7	-	21.874.395,49	-
PE	MACAPARANA	26	900	6	(3.737.955,00)	34.790.023,31	-
PE	MACHADOS	26	910	5	1.650.116,00	20.468.076,47	8,06
PE	OROBO	26	970	9	15.230.670,69	32.451.735,22	46,93
PE	PASSIRA	26	1050	9	2.551.385,00	35.442.476,62	7,20
PE	PEDRA	26	1080	6	(7.296.493,32)	25.272.669,29	-
PE	PRIMAVERA	26	1140	8	10.876.425,11	19.073.346,87	57,02
PE	QUIXABA	26	1153	3	1.871.692,46	12.364.502,19	15,14
PE	SALGADINHO	26	1210	9	826.094,36	12.626.172,66	6,54
PE	SANTA CRUZ	26	1245	5	(61.421,81)	24.471.054,43	-
PE	SANTA MARIA DO CAMBUCA	26	1270	3	(329.619,15)	17.688.171,80	-
PE	SANTA TEREZINHA	26	1280	2	1.695.477,57	17.660.218,72	9,60
PE	SAO JOSE DA COROA GRANDE	26	1340	4	81.972,55	27.674.407,90	0,30
PE	SAO JOSE DO EGITO	26	1360	2	146.361,19	40.281.602,12	0,36
PE	SAO VICENTE FERRER	26	1380	0	1.911.547,00	27.415.985,58	6,97
PE	SERRITA	26	1400	6	1.070.556,95	28.550.899,04	3,75
PE	SERTANIA	26	1410	5	(1.612.683,58)	41.853.178,85	-
PE	TACARATU	26	1480	8	2.097.091,05	26.084.775,09	8,04
PE	TAMANDARE	26	1485	7	18.758.307,70	36.581.868,37	51,28
PE	TRIUNFO	26	1570	6	(10.670.675,68)	26.485.884,54	-
PE	TUPARETAMA	26	1590	4	1.921.832,20	13.739.483,31	13,99
PE	VENTUROSA	26	1600	1	1.143.003,74	23.008.902,29	4,97
PE	VERDEJANTE	26	1610	0	(1.856.598,96)	16.853.277,10	-
PE	VERTENTE DO LERIO	26	1618	3	(828.217,83)	13.606.133,54	-
PI	ALTO LONGA	22	30	1	(3.002.409,65)	18.120.164,90	-
PR	ADRIANOPOCLIS	41	20	2	3.591.187,74	15.677.978,18	22,91
PR	ALTONIA	41	50	9	3.198.597,17	30.426.382,03	10,51
PR	AMPERE	41	100	2	(584.646,99)	24.961.845,91	-
PR	ANTONINA	41	120	0	(416.405,50)	34.562.041,84	-
PR	ARIRANHA DO IVAI	41	185	3	(204.261,25)	8.530.137,28	-
PR	ASSIS CHATEAUBRIAND	41	200	0	(1.238.699,72)	50.295.737,16	-
PR	ATALAIA	41	220	8	(2.754.638,30)	9.239.570,83	-
PR	BANDEIRANTES	41	240	6	8.895.956,90	45.036.345,69	19,75
PR	BARBOSA FERRAZ	41	250	5	3.130.909,30	18.235.534,73	17,17
PR	BARRACAO	41	260	4	(1.013.885,65)	15.872.744,08	-
PR	BELA VISTA DA CAROBA	41	275	2	180.228,99	9.374.224,88	1,92
PR	BITURUNA	41	290	1	(1.573.361,25)	33.699.829,26	-
PR	BOA ESPERANCA	41	300	8	(45.261,34)	12.150.571,80	-
PR	BOA ESPERANCA DO IGUACU	41	302	4	(192.134,90)	9.817.169,89	-
PR	BOA VISTA DA APARECIDA	41	305	7	1.792.797,81	15.621.736,75	11,48
PR	BOM JESUS DO SUL	41	315	6	(1.149.162,91)	9.680.284,69	-
PR	BOM SUCESSO	41	320	6	3.622.041,83	12.062.405,83	30,03
PR	BOM SUCESSO DO SUL	41	322	2	1.328.466,18	10.577.213,29	12,56
PR	BORRAZOPOLIS	41	330	5	3.380.001,08	13.224.743,96	25,56
PR	BRASILANDIA DO SUL	41	337	0	-	10.075.824,21	-
PR	CAFEARA	41	340	4	(7.811.123,81)	8.427.306,02	-
PR	CAFELANDIA	41	345	3	739.984,90	30.870.348,08	2,40
PR	CAFEZAL DO SUL	41	347	9	1.053.965,69	10.154.622,92	10,38
PR	CAMBARA	41	360	2	973.632,81	31.759.529,75	3,07
PR	CAMPINA DA LAGOA	41	390	9	7.904.466,72	23.050.587,24	34,29
PR	CAMPINA DO SIMAO	41	395	8	(1.780.872,25)	10.983.081,67	-
PR	CAMPINA GRANDE DO SUL	41	400	6	565.323,64	65.064.624,64	0,87
PR	CAMPO DO TENENTE	41	410	5	876.780,77	15.315.041,96	5,72
PR	CAMPO MAGRO	41	425	3	1.486.605,75	39.456.138,12	3,77
PR	CANDIDO DE ABREU	41	440	2	1.202.812,66	23.650.222,68	5,09
PR	CANDOI	41	442	8	(19.862.263,16)	35.072.771,24	-
PR	CANTAGALO	41	445	1	(2.278.503,68)	19.560.310,87	-
PR	CAPITAO LEONIDAS MARQUES	41	460	0	(660.345,94)	25.428.168,54	-
PR	CARAMBEI	41	465	9	1.477.801,27	46.289.878,60	3,19
PR	CENTENARIO DO SUL	41	510	2	(3.402.905,65)	15.648.208,14	-

PR	CEU AZUL	41	530	0	(4.986.086,96)	28.946.997,50	-
PR	CHOPINZINHO	41	540	9	2.174.663,32	42.389.871,85	5,13
PR	CIDADE GAUCHA	41	560	7	89.333,73	20.424.087,78	0,44
PR	CLEVELANDIA	41	570	6	1.187.872,85	24.933.620,30	4,76
PR	CONTENDA	41	620	9	(7.468.741,74)	23.729.884,01	-
PR	CORNELIO PROCÓPIO	41	640	7	11.510.520,09	69.866.331,87	16,48
PR	CORONEL VIVIDA	41	650	6	(4.309.187,60)	33.305.032,30	-
PR	CORUMBATAÍ DO SUL	41	655	5	(430.587,22)	9.368.798,85	-
PR	CRUZ MACHADO	41	680	3	1.763.901,18	35.157.069,82	5,02
PR	CRUZEIRO DO IGUAÇU	41	657	1	482.543,86	13.079.756,87	3,69
PR	CRUZMALTINA	41	685	2	(706.785,04)	8.818.386,51	-
PR	CURIUVA	41	700	9	3.517.433,13	10.894.968,21	32,28
PR	DIAMANTE DO OESTE	41	715	7	(550.513,61)	11.779.507,23	-
PR	DOIS VIZINHOS	41	720	7	6.802.034,04	55.994.437,09	12,15
PR	DOUTOR CAMARGO	41	730	6	2.085.418,43	10.273.269,80	20,30
PR	ENEAS MARQUES	41	740	5	(348.942,58)	14.019.013,82	-
PR	ENTRE RIOS DO OESTE	41	753	8	(679.676,50)	16.923.831,52	-
PR	ESPERANÇA NOVA	41	752	0	(2.265.388,30)	8.067.001,46	-
PR	FAROL	41	755	3	1.176.325,20	9.825.662,40	11,97
PR	FENIX	41	770	2	2.635.991,16	10.873.094,24	24,24
PR	FERNANDES PINHEIRO	41	773	6	(848.475,53)	14.632.191,21	-
PR	FLOR DA SERRA DO SUL	41	785	0	602.282,45	11.494.167,31	5,24
PR	FLORAI	41	780	1	(777.908,20)	10.137.705,43	-
PR	FLORESTOPOLIS	41	800	7	8.147.662,09	15.299.664,27	53,25
PR	FLORIDA	41	810	6	(761.499,29)	7.992.246,14	-
PR	FOZ DO JORDÃO	41	845	2	(1.559.372,57)	12.967.975,84	-
PR	FRANCISCO ALVES	41	832	0	(2.383.985,46)	12.230.115,68	-
PR	GODOY MOREIRA	41	855	1	(1.367.564,04)	8.362.414,73	-
PR	GOIOXIM	41	865	0	(1.442.165,04)	13.927.446,54	-
PR	GRANDES RIOS	41	870	0	8.002.938,21	10.948.514,37	73,10
PR	GUAIRA	41	880	9	(9.586.277,92)	52.467.746,74	-
PR	GUAPORÉMA	41	910	4	(498.282,15)	8.378.321,64	-
PR	GUARACI	41	920	3	(1.150.910,69)	11.220.032,68	-
PR	GUARANIACU	41	930	2	(893.702,64)	25.929.792,83	-
PR	HONORIO SERPA	41	965	8	(674.888,16)	12.398.517,80	-
PR	IBIPORA	41	980	7	(6.730.179,63)	81.762.992,90	-
PR	IGUATU	41	1005	2	236.262,46	8.065.138,92	2,93
PR	IMBITUVA	41	1010	2	3.674.966,11	37.877.320,86	9,75
PR	IPIRANCA	41	1050	8	(1.979.696,63)	24.606.185,66	-
PR	IRACEMA DO OESTE	41	1065	6	(116.013,06)	8.149.152,64	-
PR	IRETAMA	41	1080	5	3.905.122,06	18.035.152,80	21,65
PR	ITAIPULANDIA	41	1095	3	936.805,12	42.830.035,17	2,19
PR	ITAMBARACA	41	1100	1	(515.214,61)	14.420.222,32	-
PR	ITAPEJARA D'OESTE	41	1120	9	(13.547,10)	19.085.650,50	-
PR	ITAUNA DO SUL	41	1130	8	117.976,13	8.871.630,15	1,33
PR	IVAI	41	1140	7	641.428,53	18.288.057,92	3,51
PR	IVAPORA	41	1150	6	4.702.584,05	38.203.484,83	12,31
PR	IVATE	41	1155	5	1.306.174,38	13.649.004,78	9,58
PR	JACAREZINHO	41	1180	3	931.305,81	54.852.467,98	1,70
PR	JAGUARIÁVA	41	1200	9	(8.347.475,77)	55.012.987,38	-
PR	JANIOPOLIS	41	1220	7	1.158.283,79	12.589.461,86	9,20
PR	JAPURA	41	1240	5	(2.556.100,58)	13.909.826,33	-
PR	JARDIM ALEGRE	41	1250	4	(3.863.244,30)	18.059.657,39	-
PR	JESUITAS	41	1275	1	2.501.273,09	14.317.372,92	17,47
PR	JUSSARA	41	1300	7	934.416,14	13.695.550,47	6,82
PR	KALORE	41	1310	6	2.515.047,47	9.896.593,51	25,41
PR	LAPA	41	1320	5	1.527.514,03	66.445.668,16	2,30
PR	LARANJEIRAS DO SUL	41	1330	4	1.126.746,89	43.649.683,92	2,58
PR	LIDIANOPOLIS	41	1342	9	(2.272.319,84)	9.103.093,55	-
PR	LOBATO	41	1360	1	(317.764,94)	11.380.638,70	-
PR	LUNARDELLI	41	1375	9	2.206.821,41	10.462.099,04	21,09
PR	MALLET	41	1390	8	10.144.754,56	19.669.047,76	51,58
PR	MAMBORÉ	41	1400	5	(2.153.457,18)	26.520.826,70	-
PR	MANDAGUARI	41	1420	3	14.528.595,38	52.999.714,56	27,41
PR	MARIALVA	41	1460	7	2.790.049,83	48.226.204,45	5,79
PR	MARILANDIA DO SUL	41	1490	6	863.395,70	17.205.049,93	5,02

PR	MARILENA	41	1500	2	1.199.430,83	11.505.535,96	10,42
PR	MARILUZ	41	1510	1	1.704.874,07	17.444.101,14	9,77
PR	MARIOPOLIS	41	1530	9	(1.974.382,30)	15.377.505,10	-
PR	MARIPA	41	1535	8	(2.767.078,79)	15.983.866,19	-
PR	MARMELEIRO	41	1540	8	(3.352.504,53)	26.371.217,01	-
PR	MARUMBI	41	1550	7	1.527.462,60	9.318.277,06	17,47
PR	MATINHOS	41	1570	5	(12.776.342,18)	65.457.838,52	-
PR	MEDIANEIRA	41	1580	4	2.864.117,26	60.034.539,39	4,77
PR	MERCEDES	41	1585	3	(1.199.359,61)	16.009.241,06	-
PR	MIRASELVA	41	1600	0	792.989,77	7.516.574,97	10,55
PR	MISSAL	41	1605	9	(947.548,78)	24.878.976,02	-
PR	NOSSA SENHORA DAS GRACAS	41	1640	6	4.505.665,78	9.291.369,76	48,49
PR	NOVA AMERICA DA COLINA	41	1680	4	791.675,25	9.694.512,17	8,17
PR	NOVA AURORA	41	1670	3	601.513,24	21.777.321,93	2,76
PR	NOVA CANTU	41	1680	2	137.551,27	11.824.214,40	1,16
PR	NOVA ESPERANCA	41	1690	1	2.049.779,95	36.491.603,27	5,62
PR	NOVA ESPERANCA DO SUDOESTE	41	1695	0	(1.271.912,74)	11.668.976,10	-
PR	NOVA PRATA DO IGUACU	41	1725	5	3.062.279,62	21.019.172,53	14,57
PR	NOVA SANTA BARBARA	41	1721	4	132.353,44	11.163.440,96	1,19
PR	NOVA SANTA ROSA	41	1722	2	(58.861,91)	16.639.220,40	-
PR	NOVA TEBAS	41	1727	1	(1.044.025,57)	12.675.893,97	-
PR	OURIZONA	41	1740	4	(473.129,70)	8.882.510,04	-
PR	OURO VERDE DO OESTE	41	1745	3	(3.420.185,15)	15.425.139,04	-
PR	PALMAS	41	1760	2	(2.651.612,34)	58.554.884,51	-
PR	PALMEIRA	41	1770	1	2.808.593,84	50.086.834,32	5,51
PR	PALOTINA	41	1790	9	(3.503.690,71)	52.653.121,07	-
PR	PARANACITY	41	1810	5	591.238,02	16.983.139,80	3,48
PR	PATO BRAGADO	41	1845	1	(3.466.462,18)	19.576.296,25	-
PR	PAULA FREITAS	41	1860	0	1.210.109,64	10.961.398,76	11,04
PR	PEROLA	41	1890	7	(6.813.479,70)	17.845.129,74	-
PR	PIEN	41	1910	3	553.945,92	23.682.543,83	2,34
PR	PINHALAO	41	1920	2	(1.711.985,03)	12.631.065,17	-
PR	PIRAI DO SUL	41	1940	0	(2.802.314,32)	39.624.438,96	-
PR	PITANGA	41	1950	8	5.221.754,22	47.152.776,03	11,07
PR	PITANGUEIRAS	41	1965	7	489.210,11	9.128.977,29	5,36
PR	PLANALTO	41	1980	6	(920.075,39)	21.414.106,49	-
PR	PONTAL DO PARANA	41	1995	4	(24.147.834,91)	45.342.949,97	-
PR	PORTO AMAZONAS	41	2010	1	(807.367,40)	10.175.370,92	-
PR	PRANCHITA	41	2035	8	(2.032.715,99)	11.681.020,37	-
PR	PRIMEIRO DE MAIO	41	2050	7	8.500,14	19.506.641,81	0,04
PR	QUATRO PONTES	41	2085	3	(2.241.890,19)	11.349.085,72	-
PR	QUEDAS DO IGUACU	41	2090	3	4.331.111,84	42.872.820,48	10,10
PR	QUITANDINHA	41	2120	8	1.877.459,81	27.809.671,74	6,75
PR	RAMILANDIA	41	2125	7	(681.033,91)	10.088.086,38	-
PR	RANCHO ALEGRE D'ESTE	41	2135	6	305.848,79	9.296.744,85	3,29
PR	REALEZA	41	2140	6	(1.874.894,07)	24.898.152,56	-
PR	REBOUCAS	41	2150	5	924.736,96	22.463.088,00	4,12
PR	RENASCENCA	41	2160	4	(1.863.867,46)	14.079.340,62	-
PR	RESERVA	41	2170	3	(2.991.577,05)	36.407.749,76	-
PR	RIBEIRAO CLARO	41	2180	2	(5.986.312,51)	22.969.691,33	-
PR	RIO AZUL	41	2200	8	(4.882.049,02)	23.204.901,09	-
PR	RIO BRANCO DO IVAI	41	2217	2	839.976,33	9.500.700,99	8,84
PR	RIO NEGRO	41	2230	5	(2.141.024,47)	46.909.148,95	-
PR	SABAUDIA	41	2270	1	1.370.116,42	13.621.932,19	10,06
PR	SALGADO FILHO	41	2280	0	(1.543.749,60)	10.744.190,75	-
PR	SALTO DO LONTRA	41	2300	6	2.519.882,22	22.814.411,27	11,05
PR	SANTA HELENA	41	2350	1	(7.130.665,33)	78.006.897,35	-
PR	SANTA IZABEL DO OESTE	41	2380	8	1.286.151,90	19.720.278,42	6,52
PR	SANTA TEREZINHA DE ITAIPU	41	2405	3	(10.462.126,51)	39.526.872,88	-
PR	SANTO ANTONIO DA PLATINA	41	2410	3	6.861.884,91	51.097.675,60	13,43
PR	SANTO ANTONIO DO CAIUA	41	2420	2	390.147,40	8.146.385,76	4,79
PR	SANTO ANTONIO DO SUDOESTE	41	2440	0	2.716.676,98	26.589.086,41	10,22
PR	SAO JOAO	41	2480	6	(1.166.020,77)	18.770.127,80	-
PR	SAO JOAO DO IVAI	41	2500	1	2.141.689,50	17.076.497,30	12,54
PR	SAO JORGE DO PATROCINIO	41	2535	7	(935.138,20)	16.910.039,55	-
PR	SAO JORGE D'OESTE	41	2520	9	(4.502.656,91)	27.645.471,51	-

PR	SAO JOSE DAS PALMEIRAS	41	2545	6	(228.625,08)	9.349.277,64	-
PR	SAO MANOEL DO PARANA	41	2555	5	(3.123.967,23)	9.804.680,79	-
PR	SAO MIGUEL DO IGUACU	41	2570	4	(10.717.309,82)	57.910.428,88	-
PR	SAO SEBASTIAO DA AMOREIRA	41	2600	9	3.796.570,23	13.030.778,23	29,14
PR	SAPOPEMA	41	2620	7	635.732,20	11.785.229,86	5,39
PR	SAUDADE DO IGUACU	41	2627	2	135.073,63	24.150.986,36	0,56
PR	SERRANOPOLIS DO IGUACU	41	2635	5	(1.408.871,69)	16.507.930,20	-
PR	SERTANOPOLIS	41	2650	4	6.632.775,36	28.714.656,09	23,10
PR	SIQUEIRA CAMPOS	41	2660	3	52.730,74	26.224.887,75	0,20
PR	SULINA	41	2665	2	(159.142,10)	9.931.397,56	-
PR	TAPEJARA	41	2680	1	5.226.229,37	23.778.051,73	21,98
PR	TAPIRA	41	2690	0	(431.173,84)	11.647.170,02	-
PR	TEIXEIRA SOARES	41	2700	7	(1.146.639,44)	18.310.176,50	-
PR	TERRA BOA	41	2720	5	(537.812,09)	26.465.427,27	-
PR	TERRA RICA	41	2730	4	3.863.246,48	24.519.209,29	16,16
PR	TERRA ROXA	41	2740	3	2.509.476,86	26.918.664,64	9,32
PR	TIJUCAS DO SUL	41	2760	1	5.488.896,93	23.495.140,31	23,36
PR	TRES BARRAS DO PARANA	41	2785	8	2.940.284,68	23.530.510,79	12,50
PR	TUPASSI	41	2795	7	-	17.175.845,45	-
PR	UBIRATA	41	2800	5	2.197.630,68	32.902.675,49	6,68
PR	VERA CRUZ DO OESTE	41	2855	9	(1.475.172,97)	15.557.239,44	-
PR	VITORINO	41	2870	8	(1.204.323,70)	13.626.069,45	-
PR	WENCESLAU BRAZ	41	2850	0	2.047.517,20	26.526.911,12	7,72
PR	XAMBRE	41	2880	7	1.364.529,91	11.818.585,48	11,55
RJ	CANTAGALO	33	110	8	(6.721.162,10)	62.012.537,70	-
RJ	CASIMIRO DE ABREU	33	130	6	(203.699.312,20)	228.624.024,50	-
RJ	ITALVA	33	205	6	(1.226.006,90)	38.808.045,35	-
RJ	ITATIAIA	33	225	4	6.319.147,50	95.654.959,50	6,61
RJ	NATIVIDADE	33	310	4	3.500.152,60	45.000.728,50	7,78
RJ	PINHEIRAL	33	395	5	(2.694.832,70)	49.662.262,41	-
RJ	PORTO REAL	33	411	0	(19.664.630,70)	180.455.655,00	-
RJ	QUATIS	33	412	8	(1.319.447,50)	40.295.476,10	-
RJ	RIO CLARO	33	440	9	10.996.349,00	58.888.436,00	18,67
RJ	SANTA MARIA MADALENA	33	460	7	1.470.449,50	42.218.335,00	3,48
RJ	SAO FIDELIS	33	480	5	2.237.195,50	64.717.452,10	3,46
RJ	TANGUA	33	575	2	(10.342.131,60)	59.136.889,30	-
RJ	VASSOURAS	33	620	6	(8.996.831,20)	71.120.483,20	-
RN	ACARI	24	10	9	9.519.020,88	14.941.303,35	63,71
RN	APODI	24	100	6	1.854.697,26	42.474.818,94	4,37
RN	EQUADOR	24	340	0	949.749,49	10.538.858,20	9,01
RN	GUAMARE	24	450	7	3.934.259,05	64.639.711,78	6,09
RN	JARDIM DE PIRANHAS	24	560	3	2.159.304,56	18.615.947,21	11,60
RN	JARDIM DO SERIDO	24	570	2	1.549.448,30	14.653.452,53	10,57
RN	NISIA FLORESTA	24	820	1	8.876.799,76	52.062.160,65	17,05
RN	PARELHAS	24	890	4	145.244,36	24.442.941,64	0,58
RN	PORTO DO MANGUE	24	1025	6	(194.821,47)	7.957.521,71	-
RN	RODOLFO FERNANDES	24	1100	7	(258.440,31)	10.519.140,54	-
RN	SAO JOAO DO SABUGI	24	1210	4	(1.533.282,71)	9.395.584,93	-
RN	SERRA NEGRA DO NORTE	24	1340	9	(1.714.259,72)	12.024.328,21	-
RO	ALTA FLORESTA D'OESTE	11	1	5	(1.980.597,72)	41.100.463,80	-
RO	ALTO ALEGRE DOS PARECIS	11	37	9	(3.887.618,21)	21.853.908,43	-
RO	ALTO PARAISO	11	40	3	(8.375.956,16)	28.615.276,82	-
RO	ALVORADA D'OESTE	11	34	6	(6.489.637,00)	26.382.764,62	-
RO	CABIXI	11	3	1	(3.652.089,23)	14.334.102,64	-
RO	CACAULANDIA	11	60	1	(12.926.324,24)	13.361.167,56	-
RO	CASTANHEIRAS	11	90	8	(212.092,08)	12.553.853,88	-
RO	COLORADO DO OESTE	11	6	4	(4.397.011,56)	28.215.601,85	-
RO	ESPIGAO D'OESTE	11	9	8	(10.216.365,64)	43.424.223,04	-
RO	OURO PRETO DO OESTE	11	15	5	-	60.886.126,69	-
RO	PIMENTEIRAS DO OESTE	11	146	8	-	12.482.323,11	-
RO	PRIMAVERA DE RONDONIA	11	147	6	21.709,78	9.635.120,88	0,23
RO	SAO FRANCISCO DO GUapore	11	149	2	(165.820,28)	34.683.633,69	-
RO	URUPA	11	170	8	-	22.845.773,70	-
RO	VALE DO PARAISO	11	180	7	(2.505.253,08)	17.097.494,39	-
RS	ACEGUA	43	3	4	(2.679.980,16)	14.687.352,61	-
RS	AGUA SANTA	43	5	9	102.024,64	12.065.209,53	0,85

RS	AGUDO	43	10	9	-	26.841.064,84	-
RS	AJURICABA	43	20	8	-	15.100.468,25	-
RS	ALMIRANTE TAMANDARE DO SUL	43	47	1	(870.886,88)	9.124.514,05	-
RS	ALPESTRE	43	50	5	(3.861.636,08)	17.482.952,70	-
RS	ALTO FELIZ	43	57	0	(2.782.993,44)	9.506.373,28	-
RS	AMARAL FERRADOR	43	63	6	1.012.424,38	11.437.908,76	8,85
RS	AMETISTA DO SUL	43	64	6	(500.992,00)	14.040.331,00	-
RS	ANDRE DA ROCHA	43	66	1	(1.694.556,92)	7.536.996,97	-
RS	ANTA GORDA	43	70	3	267.225,29	13.177.595,98	2,03
RS	ANTONIO PRADO	43	80	2	-	23.811.832,49	-
RS	ARAMBARE	43	85	1	(12.457.602,24)	13.157.804,73	-
RS	ARARICA	43	87	7	(859.077,28)	13.680.117,24	-
RS	ARATIBA	43	90	1	(8.142.127,95)	36.729.217,34	-
RS	ARROIO DO MEIO	43	100	8	397.208,52	36.812.753,54	1,08
RS	ARROIO DO SAL	43	105	7	(532.123,40)	24.311.804,65	-
RS	ARROIO DO TIGRE	43	120	6	(346.380,80)	20.677.850,19	-
RS	ARROIO GRANDE	43	130	5	(870.542,34)	30.630.401,13	-
RS	ARVOREZINHA	43	140	4	414.792,45	17.498.193,90	2,37
RS	AUGUSTO PESTANA	43	150	3	(3.933.044,80)	15.094.885,88	-
RS	BALNEARIO PINHAL	43	163	6	(1.035.095,82)	29.525.344,62	-
RS	BARAO	43	165	1	(653.332,00)	12.602.153,00	-
RS	BARAO DE COTEGIPE	43	170	1	(1.932.680,00)	13.269.470,00	-
RS	BARAO DO TRIUNFO	43	175	0	(153.048,39)	12.663.541,72	-
RS	BARRA DO QUARAI	43	187	5	(1.836.416,43)	14.603.537,54	-
RS	BARRA DO RIO AZUL	43	192	5	-	9.173.327,77	-
RS	BARRA FUNDA	43	195	8	(545.240,31)	11.994.857,18	-
RS	BARRACAO	43	180	0	(755.307,43)	14.254.809,25	-
RS	BARROS CASSAL	43	200	6	(405.097,58)	19.447.724,64	-
RS	BENJAMIN CONSTANT DO SUL	43	205	5	(1.527.846,44)	8.700.991,11	-
RS	BOA VISTA DAS MISSOES	43	215	4	(740.872,54)	9.699.993,94	-
RS	BOA VISTA DO BURICA	43	220	4	186.833,85	14.944.088,84	1,25
RS	BOA VISTA DO CADEADO	43	222	0	(2.227.875,63)	11.821.327,04	-
RS	BOA VISTA DO INCRA	43	223	8	(572.614,30)	11.868.258,49	-
RS	BOA VISTA DO SUL	43	225	3	(2.936.725,45)	12.850.047,20	-
RS	BOM JESUS	43	230	3	10.653.129,03	21.344.252,68	49,91
RS	BOM PRINCPIO	43	235	2	1.522.344,27	27.628.024,54	5,51
RS	BOM PROGRESSO	43	237	8	(784.952,49)	8.179.983,75	-
RS	BOQUEIRAO DO LEAO	43	245	1	(1.187.274,90)	15.782.955,70	-
RS	BOSSOROCA	43	250	1	548.190,83	15.115.640,37	3,63
RS	BOZANO	43	258	4	(1.669.204,91)	8.000.794,11	-
RS	BRAGA	43	260	0	1.263.708,41	9.598.668,53	13,17
RS	BROCHIER	43	265	9	(655.071,87)	11.231.997,92	-
RS	BUTIA	43	270	8	7.586.017,49	31.330.606,68	24,24
RS	CACEQUI	43	290	7	4.343.757,07	21.303.612,06	20,39
RS	CACIQUE DOBLE	43	320	2	(733.312,03)	10.101.321,84	-
RS	CAIBATE	43	330	1	(477.934,91)	10.828.000,08	-
RS	CAICARA	43	340	0	517.868,19	11.210.845,21	4,62
RS	CAMARGO	43	355	8	(2.640.975,64)	10.417.096,76	-
RS	CAMPESTRE DA SERRA	43	367	3	8.492,43	11.342.142,04	0,07
RS	CAMPINA DAS MISSOES	43	370	7	(1.571.297,92)	12.087.910,93	-
RS	CAMPINAS DO SUL	43	380	6	(4.254.838,59)	13.878.224,77	-
RS	CAMPO NOVO	43	400	2	(1.233.375,28)	11.487.837,56	-
RS	CANDELARIA	43	420	0	(2.802.331,08)	38.988.410,45	-
RS	CANDIDO GODOI	43	430	9	79.390,35	13.303.956,69	0,60
RS	CANDIOTA	43	435	8	3.938.924,27	39.034.191,23	10,09
RS	CANELA	43	440	8	(12.731.356,18)	79.533.895,68	-
RS	CAPAO DA CANOA	43	463	0	(4.174.490,34)	90.609.001,10	-
RS	CAPAO DO CIPO	43	465	5	-	12.171.994,79	-
RS	CAPITAO	43	469	7	(673.719,92)	11.564.135,91	-
RS	CAPIVARI DO SUL	43	467	1	(5.869.032,72)	13.371.097,44	-
RS	CARLOS BARBOSA	43	480	4	(11.542.469,15)	61.346.612,39	-
RS	CASCA	43	490	3	(5.020.364,69)	16.953.656,14	-
RS	CASEIROS	43	495	2	(3.435.456,64)	9.724.590,20	-
RS	CATUIPE	43	500	9	(640.062,72)	16.068.245,35	-
RS	CENTENARIO	43	511	6	(759.767,57)	9.263.397,24	-
RS	CCRRO GRANDE	43	515	7	(916.412,00)	8.373.120,30	-

RS	CERRO GRANDE DO SUL	43	517	3	(534.025,34)	16.526.943,89	-
RS	CERRO LARGO	43	520	7	421.986,03	22.899.942,59	1,84
RS	CHAPADA	43	530	6	423.690,50	18.793.036,00	2,25
RS	CHARQUEADAS	43	535	5	9.659.584,66	73.914.716,50	13,07
RS	CHARRUA	43	537	1	(3.237.236,34)	8.672.361,15	-
RS	CHUVISCA	43	544	7	(2.310.330,65)	11.055.953,14	-
RS	CIDREIRA	43	545	4	8.595.217,81	35.479.106,27	24,23
RS	CIRIACO	43	550	4	(728.205,24)	11.164.753,94	-
RS	COLINAS	43	558	7	(1.768.852,00)	9.399.259,75	-
RS	COLORADO	43	560	3	(6.823.642,06)	11.731.461,87	-
RS	CONDOR	43	570	2	(220.822,14)	15.343.348,84	-
RS	COQUEIRO BAIXO	43	583	5	(708.956,33)	7.788.824,08	-
RS	COQUEIROS DO SUL	43	585	0	(2.409.981,46)	10.026.501,53	-
RS	CORONEL BARROS	43	587	1	(2.425.641,63)	10.268.713,40	-
RS	CORONEL BICACO	43	590	0	1.164.950,89	13.848.573,55	8,41
RS	CORONEL PILAR	43	593	4	(1.434.574,13)	8.431.105,31	-
RS	COTIPORA	43	595	8	(2.285.618,00)	11.137.304,00	-
RS	CRISIUMAL	43	600	7	(2.450.064,08)	23.545.717,37	-
RS	CRISTAL	43	605	6	(1.228.008,04)	12.889.023,90	-
RS	CRUZEIRO DO SUL	43	620	5	(1.089.415,10)	19.047.695,38	-
RS	DAVID CANABARRO	43	630	4	(1.796.508,94)	10.956.379,31	-
RS	DOIS IRMAOS	43	640	3	(7.916.821,07)	52.922.053,92	-
RS	DOM FELICIANO	43	650	2	(4.556.279,31)	25.953.939,37	-
RS	DOM PEDRITO	43	660	1	(7.330.290,45)	61.650.745,63	-
RS	DOM PEDRO DE ALCANTARA	43	655	1	(1.685.609,38)	8.179.387,69	-
RS	DONA FRANCISCA	43	670	0	(214.701,13)	10.183.687,83	-
RS	DOUTOR MAURICIO CARDOSO	43	673	4	(1.172.209,00)	13.878.539,00	-
RS	DOUTOR RICARDO	43	675	9	(1.184.438,29)	7.880.823,71	-
RS	ELDORADO DO SUL	43	676	7	(6.170.525,61)	66.431.088,01	-
RS	ENCRUZILHADA DO SUL	43	690	8	(1.543.443,42)	41.726.410,39	-
RS	ENTRE RIOS DO SUL	43	695	7	(3.848.586,37)	6.193.822,66	-
RS	ENTRE-IJUIS	43	693	2	(571.635,74)	17.857.127,28	-
RS	ERNESTINA	43	705	4	(200.252,25)	12.575.373,32	-
RS	ERVAL GRANDE	43	720	3	(1.073.787,28)	11.114.653,76	-
RS	ESMERALDA	43	740	11	-	12.340.053,00	-
RS	ESTANCIA VELHA	43	760	9	(3.464.415,86)	75.574.486,98	-
RS	ESTRELA	43	780	7	(5.796.702,78)	57.548.567,33	-
RS	EUGENIO DE CASTRO	43	783	1	363.409,10	10.713.157,54	3,39
RS	FAGUNDES VARELA	43	786	4	(795.745,56)	10.104.915,42	-
RS	FAXINALZINHO	43	805	2	(108.384,59)	8.971.933,57	-
RS	FAZENDA VILANOVA	43	807	8	(2.364.811,00)	12.434.710,00	-
RS	FELIZ	43	810	2	(7.416.702,87)	26.417.942,22	-
RS	FLORES DA CUNHA	43	820	1	(11.675.451,13)	55.239.213,61	-
RS	FONTOURA XAVIER	43	830	0	(2.639.100,58)	19.291.025,06	-
RS	FORMIGUEIRO	43	840	9	(2.830.928,17)	11.916.403,80	-
RS	FORQUETINHA	43	843	3	(2.170.275,39)	8.229.627,86	-
RS	FORTALEZA DOS VALOS	43	845	8	(881.664,69)	18.570.500,99	-
RS	GARIBALDI	43	860	7	(13.901.852,90)	67.247.472,71	-
RS	GARRUCHOS	43	865	6	(2.539.920,20)	15.352.255,62	-
RS	GAURAMA	43	870	6	(3.974.290,28)	12.422.972,08	-
RS	GETULIO VARGAS	43	890	4	7.749.169,29	25.416.965,42	30,49
RS	GIRUA	43	900	1	133.974,89	37.789.436,33	0,35
RS	GLORINHA	43	905	0	(3.845.918,52)	20.501.935,89	-
RS	GRAMADO	43	910	0	(16.921.138,21)	94.271.953,72	-
RS	GRAMADO DOS LOUREIROS	43	912	6	657.182,03	8.314.590,44	7,90
RS	GRAMADO XAVIER	43	915	9	(1.137.999,26)	9.613.886,14	-
RS	GUABIJU	43	925	8	(1.688.099,09)	7.404.152,14	-
RS	GUARANI DAS MISSOES	43	950	6	1.564.517,25	13.601.177,75	11,50
RS	HARMONIA	43	955	5	(409.417,31)	13.471.401,08	-
RS	HERVEIRAS	43	957	1	(1.637.135,20)	8.648.365,32	-
RS	HORIZONTINA	43	960	5	(7.466.734,40)	40.041.842,53	-
RS	HULHA NEGRA	43	965	4	(1.409.651,52)	12.928.667,63	-
RS	HUMAITA	43	970	4	(3.529.057,71)	14.113.676,17	-
RS	IBARAMA	43	975	3	(1.400.611,39)	10.723.049,49	-
RS	IBACA	43	980	3	(105.542,43)	12.520.324,49	-
RS	IBAIARAS	43	990	2	(284.725,81)	14.410.263,24	-

RS	IBIRAPUITA	43	995	1	(225.398,52)	11.580.135,61	-
RS	IBIRUBA	43	1000	9	405.902,76	34.289.621,31	1,18
RS	JILOPOLIS	43	1030	6	(1.528.380,01)	10.445.859,66	-
RS	IMIGRANTE	43	1036	3	(1.194.254,00)	12.584.856,43	-
RS	INDEPENDENCIA	43	1040	5	(230.742,85)	13.801.387,99	-
RS	INHACORA	43	1041	3	442.476,63	8.453.622,25	5,23
RS	IPE	43	1043	9	866.332,45	14.273.329,18	6,07
RS	IPIRANGA DO SUL	43	1046	2	(2.263.837,86)	9.480.257,73	-
RS	IRAI	43	1050	4	353.720,79	11.822.132,85	2,99
RS	ITAARA	43	1053	8	-	10.765.421,70	-
RS	ITAPUCA	43	1057	9	(493.219,92)	7.786.791,02	-
RS	ITATIBA DO SUL	43	1070	2	77.506,67	10.438.088,03	0,74
RS	IVORA	43	1075	1	(2.179.358,74)	9.184.620,61	-
RS	IVOTI	43	1080	1	(8.105.635,29)	35.473.589,52	-
RS	JACUIZINHO	43	1087	6	-	8.521.971,76	-
RS	JAGUARI	43	1110	6	(782.512,17)	17.720.702,26	-
RS	JARI	43	1113	0	(2.617.709,10)	10.371.005,92	-
RS	JOIA	43	1115	5	(1.375.629,88)	20.801.442,94	-
RS	LAGOA DOS TRES CANTOS	43	1127	0	(879.583,13)	9.035.640,61	-
RS	LAGOA VERMELHA	43	1130	4	(7.483.757,02)	42.678.098,66	-
RS	LAGOAO	43	1125	4	(1.056.864,49)	11.180.089,61	-
RS	LAJEADO DO BUGRE	43	1142	9	(94.568,94)	7.731.372,67	-
RS	LAVRAS DO SUL	43	1150	2	(498.817,14)	16.792.787,04	-
RS	LIBERATO SALZANO	43	1160	1	(1.998.869,86)	12.356.264,89	-
RS	LINDOLFO COLLOR	43	1162	7	(599.119,31)	11.085.120,12	-
RS	MACAMBARA	43	1171	8	507.526,64	14.798.451,82	3,43
RS	MACHADINHO	43	1170	0	(6.033.982,09)	14.085.567,77	-
RS	MAMPITUBA	43	1173	4	(1.375.173,69)	9.662.971,29	-
RS	MANOEL VIANA	43	1175	9	(2.869,98)	14.436.053,99	-
RS	MAQUINE	43	1177	5	-	13.416.058,20	-
RS	MARATA	43	1179	1	(4.739.074,65)	9.499.262,18	-
RS	MARAU	43	1180	9	(5.407.010,63)	71.520.318,89	-
RS	MARCELINO RAMOS	43	1190	8	(1.599.240,59)	11.248.759,00	-
RS	MARIANO MORO	43	1200	5	(1.359.969,92)	9.368.180,45	-
RS	MARQUES DE SOUZA	43	1205	4	(3.394.941,66)	11.740.226,53	-
RS	MATA	43	1210	4	624.679,26	11.527.962,70	5,42
RS	MATO CASTELHANO	43	1213	8	235.114,99	9.926.227,71	2,37
RS	MATO LEITAO	43	1215	3	(864.065,72)	11.513.566,21	-
RS	MATO QUEIMADO	43	1217	9	(182.200,72)	7.833.162,88	-
RS	MIRAGUAI	43	1230	2	2.204.794,89	943.547,40	233,67
RS	MONTE BELO DO SUL	43	1238	5	(669.602,95)	9.735.926,57	-
RS	MORMACO	43	1242	7	(564.833,80)	10.303.302,09	-
RS	MORRINHOS DO SUL	43	1244	3	(767.249,37)	7.858.293,30	-
RS	MORRO REDONDO	43	1245	0	(3.932.363,85)	11.218.910,58	-
RS	MORRO REUTER	43	1247	6	627.514,06	13.056.302,89	4,81
RS	MOSTARDAS	43	1250	0	(928.442,17)	26.400.971,27	-
RS	MUCUM	43	1260	9	172.431,53	11.974.556,28	1,44
RS	MUITOS CAPOES	43	1261	7	(767.333,45)	13.695.875,40	-
RS	NAO-ME-TOQUE	43	1265	8	(1.848.105,60)	32.935.249,35	-
RS	NICOLAU VERGUEIRO	43	1267	4	(1.155.018,19)	7.858.187,65	-
RS	NONOAI	43	1270	8	3.067.714,75	20.284.274,76	15,12
RS	NOVA ALVORADA	43	1275	7	233.200,58	11.388.085,17	2,05
RS	NOVA ARACA	43	1280	7	(2.739.487,45)	12.984.671,41	-
RS	NOVA BASSANO	43	1290	6	(10.098.340,78)	22.830.867,51	-
RS	NOVA BOA VISTA	43	1295	5	269.750,46	9.250.986,21	2,91
RS	NOVA BRESCIA	43	1300	3	558.039,94	11.518.390,49	4,84
RS	NOVA CANDELARIA	43	1301	1	(2.037.644,24)	10.900.700,94	-
RS	NOVA ESPERANCA DO SUL	43	1303	7	484.859,68	10.158.787,70	4,77
RS	NOVA PALMA	43	1310	2	(1.467.843,32)	15.483.869,41	-
RS	NOVA PETROPOLIS	43	1320	1	(14.518.495,52)	38.657.606,83	-
RS	NOVA PRATA	43	1330	0	(8.094.207,58)	52.408.120,33	-
RS	NOVA RAMADA	43	1333	4	-	9.629.099,09	-
RS	NOVA ROMA DO SUL	43	1335	9	-	13.141.758,45	-
RS	NOVO CABRALIS	43	1339	1	-	10.427.647,25	-
RS	NOVO MACHADO	43	1342	5	(782.978,95)	10.525.844,86	-
RS	NOVO TIRADENTES	43	1344	1	(1.115.674,94)	8.479.417,04	-

RS OSORIO	43	1350	8	(28.493.466,21)	160.502.814,50	-
RS IPAIM FILHO	43	1360	7	(451.369,49)	10.403.354,73	-
RS PALMEIRA DAS MISSOES	43	1370	6	(19.321.661,64)	57.599.268,78	-
RS PALMITINHO	43	1380	5	(1.157.527,73)	12.849.564,15	-
RS PANAMBI	43	1390	4	(10.387.176,94)	85.127.914,46	-
RS FANTANO GRANDE	43	1395	3	2.301.172,59	17.202.303,96	13,38
RS PARAISO DO SUL	43	1402	7	(173.007,66)	13.008.199,71	-
RS PARECI NOVO	43	1403	5	15.222,37	13.181.299,19	0,12
RS PASSA SETE	43	1405	8	(1.785.342,56)	11.564.032,13	-
RS PASSO DO SOBRADO	43	1407	6	(498.125,27)	12.498.149,37	-
RS PAVERAMA	43	1415	9	155.262,00	12.068.656,00	1,29
RS PEDRAS ALTAS	43	1417	5	(3.080.120,05)	10.833.702,37	-
RS PEJUCARA	43	1430	8	1.128.516,90	13.235.236,46	6,53
RS PICADA CAFE	43	1442	3	(3.089.512,64)	16.608.283,10	-
RS PINHAL DA SERRA	43	1446	4	(530.805,59)	16.642.829,83	-
RS PINHAL GRANDE	43	1447	2	(2.178.046,72)	17.853.038,25	-
RS PINHEIRINHO DO VALE	43	1449	8	(1.363.278,11)	10.819.371,10	-
RS PIRAPO	43	1455	5	(869.236,44)	8.432.761,36	-
RS PIRATINI	43	1460	5	(585.039,76)	32.885.285,34	-
RS PLANALTO	43	1470	4	(1.154.035,38)	15.710.132,24	-
RS POCO DAS ANTAS	43	1475	3	(2.583.459,11)	9.225.844,85	-
RS PONTAO	43	1477	9	(7.354.687,88)	12.389.183,69	-
RS PONTE PRETA	43	1478	7	(11.944.513,00)	8.721.402,00	-
RS PORTO MAUA	43	1505	7	(5.762.451,06)	8.043.597,51	-
RS PORTO VERA CRUZ	43	1507	3	(951.051,92)	7.914.237,23	-
RS PORTO XAVIER	43	1510	7	(790.895,58)	17.547.668,32	-
RS PRESIDENTE LUCENA	43	1514	9	(1.605.339,42)	8.518.982,74	-
RS PROGRESSO	43	1515	6	(1.299.252,85)	11.844.773,47	-
RS PROTASIO ALVES	43	1517	2	(718.609,28)	8.147.767,96	-
RS PUTINGA	43	1520	6	9.290,33	12.976.504,58	0,07
RS QUATRO IRMAOS	43	1531	3	(747.142,62)	7.796.729,47	-
RS QUEVEDOS	43	1532	1	(335.816,80)	12.244.084,71	-
RS QUINZE DE NOVEMBRO	43	1535	4	(259.612,08)	12.213.963,76	-
RS REDENTORA	43	1540	4	1.805.701,78	15.689.431,51	11,51
RS RELVADO	43	1545	3	(889.306,56)	8.223.161,36	-
RS RESTINGA SECA	43	1550	3	(13.154.005,55)	26.508.938,42	-
RS RIO DOS INDIOS	43	1555	2	3.428.314,62	10.418.177,01	32,91
RS RIO PARDO	43	1570	1	12.520.522,38	50.654.881,00	24,72
RS ROCA SALES	43	1580	0	(3.626.545,17)	18.725.882,13	-
RS RODEIO BONITO	43	1590	9	(728.816,43)	11.673.664,43	-
RS ROLADOR	43	1595	8	(3.084.066,18)	9.740.526,54	-
RS RONDA ALTA	43	1610	5	(34.972,13)	20.743.048,96	-
RS RONDINHA	43	1620	4	(696.224,65)	10.872.064,56	-
RS ROQUE GONZALES	43	1630	3	(1.523.299,65)	14.663.124,71	-
RS ROSARIO DO SUL	43	1640	2	19.563.934,09	49.906.162,63	39,20
RS SALTO DO JACUI	43	1645	1	4.661.453,93	28.336.953,50	16,45
RS SALVADOR DAS MISSOES	43	1647	7	(888.799,04)	10.239.678,12	-
RS SALVADOR DO SUL	43	1650	1	(5.852.127,42)	16.012.080,00	-
RS SANANDUVA	43	1660	0	(1.863.401,31)	27.418.214,87	-
RS SANTA BARBARA DO SUL	43	1670	9	3.365.178,57	20.777.671,24	16,20
RS SANTA CECILIA DO SUL	43	1673	3	(1.383.599,22)	8.879.320,38	-
RS SANTA CLARA DO SUL	43	1675	8	(2.172.059,52)	12.842.754,87	-
RS SANTA MARIA DO HERVAL	43	1695	6	1.085.593,01	13.236.565,97	8,20
RS SANTA TEREZA	43	1725	1	(1.604.646,28)	7.471.297,61	-
RS SANTA VITORIA DO PALMAR	43	1730	1	9.781.458,58	53.866.041,51	18,15
RS SANTANA DA BOA VISTA	43	1700	4	232.542,09	18.674.461,24	1,39
RS SANTIAGO	43	1740	0	3.843.242,10	65.253.113,26	5,89
RS SANTO ANTONIO DA PATRULHA	43	1760	8	(6.964.595,83)	63.502.560,27	-
RS SANTO ANTONIO DO PALMA	43	1755	8	(326.953,13)	9.153.615,39	-
RS SANTO CRISTO	43	1790	5	(1.202.092,96)	25.607.442,17	-
RS SANTO EXPEDITO DO SUL	43	1795	4	36.840,42	8.760.465,38	0,42
RS SAO DOMINGOS DO SUL	43	1805	1	(1.208.888,33)	9.134.665,67	-
RS SAO FRANCISCO DE ASSIS	43	1810	1	2.706.293,33	32.860.837,12	8,24
RS SAO FRANCISCO DE PAULA	43	1820	0	(6.200.533,16)	35.378.665,36	-
RS SAO JORGE	43	1844	0	(1.331.403,65)	8.419.154,53	-
RS SAO JOSE DO HORTENCIO	43	1848	1	(3.691.274,48)	12.809.545,64	-

RS	SAO JOSE DO INHACORA	43	1849	9	-	8.560.822,65	-
RS	SAO JOSE DO NORTE	43	1850	7	(11.101.340,87)	34.227.353,24	-
RS	SAO JOSE DO OURO	43	1860	6	(1.062.947,54)	12.808.817,28	-
RS	SAO JOSE DO SUL	43	1861	4	(861.798,21)	10.113.032,11	-
RS	SAO LOURENCO DO SUL	43	1880	4	(14.384.210,37)	65.657.180,82	-
RS	SAO LUIZ GONZAGA	43	1890	3	2.315.708,56	45.837.265,17	5,05
RS	SAO MARTINHO	43	1910	9	459.621,34	11.856.718,98	3,88
RS	SAO MARTINHO DA SERRA	43	1912	5	-	8.707.968,55	-
RS	SAO MIGUEL DAS MISSOES	43	1915	8	(3.854.524,58)	20.068.758,40	-
RS	SAO PEDRO DA SERRA	43	1935	6	(1.151.384,11)	11.542.616,31	-
RS	SAO PEDRO DO BUTIA	43	1937	2	433.535,38	9.040.844,80	4,80
RS	SAO PEDRO DO SUL	43	1940	6	(5.550.970,11)	27.874.060,29	-
RS	SAO SEBASTIAO DO CAI	43	1950	5	(1.811.300,40)	41.469.259,31	-
RS	SAO SEPE	43	1960	4	(23.140.170,00)	39.873.351,00	-
RS	SAO VALENTIM	43	1970	3	(1.904.666,10)	9.714.094,47	-
RS	SAO VALENTIM DO SUL	43	1971	1	(1.948.537,96)	8.383.207,09	-
RS	SAO VALERIO DO SUL	43	1973	7	2.422.877,08	8.309.743,70	29,15
RS	SAO VENDELINO	43	1975	2	(950.920,98)	9.938.015,92	-
RS	SAO VICENTE DO SUL	43	1980	2	(4.032.421,03)	16.401.124,48	-
RS	SARANDI	43	2010	7	(5.025.636,79)	33.324.592,16	-
RS	SEBERI	43	2020	6	(1.919.415,78)	20.236.832,59	-
RS	SEDE NOVA	43	2023	0	(1.224.412,92)	9.655.925,05	-
RS	SEGREDO	43	2026	3	(2.140.791,74)	14.141.898,52	-
RS	SELBACH	43	2030	5	(826.021,82)	12.979.389,18	-
RS	SENADOR SALGADO FILHO	43	2032	1	(1.587.961,32)	8.717.357,69	-
RS	SERAFINA CORREA	43	2040	4	1.860.843,03	31.648.785,78	5,88
RS	SERIO	43	2045	3	(1.829.881,50)	9.081.501,41	-
RS	SERTAO	43	2050	3	(1.540.161,87)	13.765.800,84	-
RS	SETE DE SETEMBRO	43	2057	8	-	8.024.029,55	-
RS	SEVERIANO DE ALMEIDA	43	2060	2	(863.294,40)	11.068.357,01	-
RS	SILVEIRA MARTINS	43	2065	1	(561.133,42)	8.623.447,29	-
RS	SINIMBU	43	2067	7	(5.817.183,55)	16.874.580,55	-
RS	SOBRADINHO	43	2070	1	287.812,34	24.637.493,56	1,17
RS	TABAII	43	2085	9	(734.742,95)	10.217.863,18	-
RS	TAPEJARA	43	2090	9	(2.310.071,95)	35.060.337,90	-
RS	TAPERA	43	2100	6	2.287.751,84	20.296.135,57	11,27
RS	TAPES	43	2110	5	(319.677,07)	25.245.932,99	-
RS	TAQUARUCU DO SUL	43	2132	9	(1.460.342,02)	8.935.999,84	-
RS	TAVARES	43	2135	2	962.532,79	10.737.489,95	8,96
RS	TEUTONIA	43	2145	1	1.219.509,35	48.975.032,30	2,49
RS	TIO HUGO	43	2146	9	(504.944,51)	9.363.675,97	-
RS	TIRADENTES DO SUL	43	2147	7	(2.531.285,70)	11.098.543,11	-
RS	TOROPI	43	2149	3	(2.420.299,04)	9.044.487,48	-
RS	TRAMANDAI	43	2160	0	(8.456.590,11)	112.725.881,67	-
RS	TRAVESSEIRO	43	2162	6	(902.925,38)	8.701.950,90	-
RS	TRES ARROIOS	43	2163	4	(790.068,97)	10.431.561,99	-
RS	TRES CACHOEIRAS	43	2166	7	(3.836.543,11)	15.667.340,06	-
RS	TRES COROAS	43	2170	9	-	46.970.541,23	-
RS	TRES DE MAIO	43	2180	8	(2.757.515,61)	31.598.435,97	-
RS	TRES PALMEIRAS	43	2185	7	(1.914.259,33)	13.551.588,43	-
RS	TRES PASSOS	43	2190	7	(1.219.005,13)	36.876.331,75	-
RS	TRINDADE DO SUL	43	2195	6	(302.641,57)	11.986.452,19	-
RS	TUCUNDUVA	43	2210	3	(1.120.362,76)	11.383.535,64	-
RS	TUPANCI DO SUL	43	2218	6	(1.095.435,08)	8.145.151,26	-
RS	TUPANDI	43	2225	1	869.415,02	18.032.508,46	4,82
RS	TUPARENDI	43	2230	1	(361.576,87)	14.331.898,76	-
RS	TURUCU	43	2232	7	(2.244.802,71)	9.701.529,03	-
RS	UBIRETAMA	43	2234	3	(2.610.879,07)	8.377.178,48	-
RS	UNISTALDA	43	2237	6	(6.555,04)	8.775.474,20	-
RS	VALE REAL	43	2254	1	877.000,74	11.279.225,21	7,78
RS	VALE VERDE	43	2252	5	(1.529.515,59)	10.242.251,43	-
RS	VANINI	43	2255	8	(1.654.419,64)	8.333.072,32	-
RS	VERA CRUZ	43	2270	7	(4.650.238,66)	42.456.742,14	-
RS	VERANOPOLIS	43	2280	6	(8.934.028,46)	51.023.471,35	-
RS	VESPASIANO CORREA	43	2285	5	(2.773.317,44)	8.643.655,94	-
RS	VIADUTOS	43	2290	5	(634.175,06)	11.999.875,78	-

RS	VICENTE DUTRA	43	2310	1	(1.156.901,46)	10.342.239,01	-
RS	VICTOR GRAEFF	43	2320	0	592.506,24	11.308.121,39	5,24
RS	VILA LANGARO	43	2335	8	786.378,99	9.764.571,65	8,05
RS	VILA MARIA	43	2340	8	(1.443.865,55)	14.181.792,31	-
RS	VILA NOVA DO SUL	43	2345	7	(55.922,83)	9.793.761,23	-
RS	VISTA ALEGRE	43	2350	7	(1.261.908,45)	8.788.228,77	-
RS	VISTA ALEGRE DO PRATA	43	2360	8	40.158,86	10.533.465,78	0,38
RS	VISTA GAUCHA	43	2370	5	-	9.880.415,93	-
RS	XANGRI-LA	43	2380	4	2.911.506,89	53.855.552,02	5,41
SC	ABDON BATISTA	42	5	1	(3.204.569,17)	13.611.159,49	-
SC	ABELARDO LUZ	42	10	1	7.215.317,07	36.023.893,88	20,03
SC	AGROLANDIA	42	20	0	(1.603.808,83)	15.807.935,66	-
SC	AGRONOMICA	42	30	9	(1.108.961,84)	10.845.448,41	-
SC	AGUA DOCE	42	40	8	(4.511.765,51)	21.118.521,19	-
SC	AGUAS DE CHAPECO	42	50	7	(831.492,03)	12.610.172,36	-
SC	AGUAS FRIAS	42	55	6	(557.897,49)	9.306.358,44	-
SC	ANCHIETA	42	80	4	(2.377.106,06)	11.341.147,94	-
SC	ANITA GARIBALDI	42	100	0	(3.817.711,80)	19.316.834,02	-
SC	ANTONIO CARLOS	42	120	8	(2.397.852,30)	20.260.266,08	-
SC	ARABUTA	42	127	3	(818.898,53)	12.006.000,30	-
SC	ARVOREDO	42	165	3	35.151,00	8.595.164,00	0,41
SC	ASCRURRA	42	170	3	(624.203,85)	12.549.655,90	-
SC	AURORA	42	190	1	(1.124.406,86)	11.768.359,83	-
SC	BALNEARIO ARROIO DO SILVA	42	195	0	(2.920.382,92)	17.785.545,73	-
SC	BALNEARIO GAIOTA	42	207	3	(2.772.982,97)	17.177.369,55	-
SC	BARRA BONITA	42	209	9	(643.756,74)	7.525.825,94	-
SC	BARRA VELHA	42	210	7	(484.040,26)	44.428.559,96	-
SC	BELA VISTA DO TOLDO	42	213	1	(542.612,81)	14.147.585,43	-
SC	BELMONTE	42	215	6	(459.922,55)	8.626.336,22	-
SC	BENEDITO NOVO	42	220	6	(3.471.182,76)	16.866.458,48	-
SC	BOCAINA DO SUL	42	243	8	(776.084,81)	10.082.767,90	-
SC	BOM JARDIM DA SERRA	42	250	3	(11.025.352,88)	11.121.912,10	-
SC	BOM JESUS DO OESTE	42	257	8	537.037,98	7.913.843,13	6,79
SC	BOM RETIRO	42	260	2	(1.909.949,09)	14.042.089,84	-
SC	BRACO DO TROMBUDO	42	285	9	(2.774.879,23)	12.046.945,70	-
SC	CAIBI	42	310	5	598.762,60	13.067.058,64	4,58
SC	CALMON	42	315	4	2.155.499,60	10.384.031,28	20,76
SC	CAMPO ALEGRE	42	330	3	(5.348.381,45)	22.961.931,01	-
SC	CAMPO BELO DO SUL	42	340	2	(1.801.633,04)	14.685.632,01	-
SC	CAMPOM ERE	42	350	1	(39.797,22)	17.506.511,75	-
SC	CAMPOS NOVOS	42	360	0	(14.048.459,25)	77.948.389,26	-
SC	CAPINZAL	42	390	7	(10.756.206,76)	48.447.936,82	-
SC	CAPIVARI DE BAIXO	42	395	6	958.746,81	49.339.046,68	1,94
SC	CATANDUVAS	42	400	4	(1.673.360,30)	19.974.685,54	-
SC	CAXAMBU DO SUL	42	410	3	630.311,94	12.642.615,81	4,99
SC	CELSO RAMOS	42	415	2	691.781,12	10.496.500,58	6,59
SC	CERRO NEGRO	42	417	8	42.769,12	9.619.149,23	0,44
SC	CHAPADAO DO LAGEADO	42	419	4	(767.388,55)	9.338.232,04	-
SC	COCAL DO SUL	42	425	1	(981.089,48)	32.347.666,86	-
SC	CORDILHEIRA ALTA	42	435	0	(1.559.589,83)	13.164.548,82	-
SC	CORONEL FREITAS	42	440	0	(1.763.821,95)	20.021.130,14	-
SC	CORREIA PINTO	42	455	8	(3.287.549,53)	31.029.998,45	-
SC	CORUPA	42	450	9	(784.245,20)	27.138.691,43	-
SC	CUNHA PORA	42	470	7	-	8.689.388,99	-
SC	CUNHATAI	42	475	6	(248.491,00)	8.103.574,30	-
SC	CURITIBANOS	42	480	6	(11.162.750,48)	55.782.980,22	-
SC	DIONISIO CERQUEIRA	42	500	1	(7.607.600,95)	23.957.823,10	-
SC	DOUTOR PEDRINHO	42	515	9	(1.122.783,24)	9.511.768,59	-
SC	ENTRE RIOS	42	517	5	(1.576.959,29)	9.016.734,26	-
SC	ERVAL VELHO	42	520	9	(2.190.852,80)	11.050.070,34	-
SC	FORMOSA DO SUL	42	543	1	(1.134.835,53)	9.001.787,12	-
SC	FRAIBURGO	42	550	6	(9.637.919,32)	65.063.479,44	-
SC	FREI ROGERIO	42	555	5	(1.507.008,29)	8.453.772,44	-
SC	GAROPABA	42	570	4	(185.467,86)	35.116.420,39	-
SC	GARUVA	42	580	3	(8.292.236,13)	31.291.631,46	-
SC	GOVERNADOR CELSO RAMOS	42	600	9	(2.783.055,34)	27.018.830,70	-

SC	GRAVATAL	42	620	7	(1.885.825,11)	17.904.937,70	-
SC	GUABIRUBA	42	630	6	(3.670.835,73)	32.264.765,81	-
SC	GUARACIABA	42	640	5	(1.745.856,11)	16.877.166,24	-
SC	GUARAMIRIM	42	650	4	(5.066.841,62)	77.687.579,35	-
SC	GUARUJA DO SUL	42	660	3	(552.351,05)	10.413.155,24	-
SC	GUATAMBU	42	665	2	161.028,56	13.141.465,32	1.38
SC	IBICARE	42	680	1	(1.963.310,56)	9.495.102,12	-
SC	IBIRAMA	42	690	0	(3.302.510,24)	31.245.164,81	-
SC	IMARUI	42	720	5	1.103.144,26	18.048.069,51	6,11
SC	IMBITUBA	42	730	4	(13.352.694,48)	63.806.963,00	-
SC	IMBUIA	42	740	3	(3.802.890,51)	11.676.155,60	-
SC	IOMERE	42	757	7	(1.685.387,26)	12.111.754,49	-
SC	IPORA DO OESTE	42	765	0	(4.043.356,35)	16.272.282,65	-
SC	IPUACU	42	768	4	4.533.69	14.908.406,93	0,03
SC	IPUMIRIM	42	770	0	(780.343,38)	18.023.949,49	-
SC	IRACEMINHA	42	775	9	(212.045,44)	9.787.211,89	-
SC	IRANI	42	780	9	416.068,26	17.777.132,29	2,34
SC	IRINEOPOLIS	42	790	8	(2.432.748,23)	18.611.121,16	-
SC	ITA	42	800	5	1.354.147,53	30.591.333,92	4,43
SC	ITAIOPOLIS	42	810	4	(2.358.158,29)	32.850.639,87	-
SC	ITAPIRANGA	42	840	1	(2.900.629,64)	34.190.567,78	-
SC	JABORA	42	860	9	(595.775,72)	12.201.517,33	-
SC	JACINTO MACHADO	42	870	8	(3.151.111,24)	17.432.564,93	-
SC	JARDINOPOLIS	42	895	5	670.082,00	7.744.330,51	8,65
SC	JOSE BOITEUX	42	915	1	368.145,44	10.990.098,68	3,35
SC	JUPIA	42	917	7	(1.489.120,49)	8.113.382,57	-
SC	LAJEADO GRANDE	42	945	8	(669.199,25)	8.234.684,01	-
SC	LAURENTINO	42	950	8	(1.331.346,30)	12.102.865,98	-
SC	LEOBERTO LEAL	42	980	5	(818.230,12)	10.408.156,50	-
SC	LINDOIA DO SUL	42	985	4	(2.625.874,02)	12.595.014,88	-
SC	LONTRAS	42	990	4	(2.764.574,13)	19.164.056,93	-
SC	MACIEIRA	42	1005	0	(379.487,98)	8.831.494,93	-
SC	MARACAJA	42	1040	7	544.005,66	12.666.842,48	4,28
SC	MAREMA	42	1055	5	(802.122,68)	9.199.430,35	-
SC	MASSARANDUBA	42	1060	5	(5.299.319,25)	28.077.937,09	-
SC	MATOS COSTA	42	1070	4	90.107,00	8.345.703,27	1,08
SC	MELEIRO	42	1080	3	743.903,02	15.254.486,15	4,88
SC	MIRIM DOCE	42	1085	2	(445.642,80)	9.020.436,93	-
SC	MONDAI	42	1100	9	67.374,95	19.553.719,44	0,34
SC	MONTE CASTELO	42	1110	8	(1.629.358,51)	13.849.231,13	-
SC	MORRO DA FUMACA	42	1120	7	(1.148.196,41)	30.600.568,76	-
SC	MORRO GRANDE	42	1125	6	(751.565,58)	10.330.565,14	-
SC	NOVA ERECHIM	42	1140	5	(475.026,66)	11.773.978,51	-
SC	NOVA ITABERABA	42	1145	4	(283.960,12)	11.658.485,52	-
SC	NOVA TRENTO	42	1150	4	(781.077,40)	23.682.514,79	-
SC	NOVA VENEZA	42	1160	3	(3.515.802,94)	25.722.814,74	-
SC	NOVO HORIZONTE	42	1165	2	(533.894,27)	9.988.789,27	-
SC	ORLEANS	42	1170	2	(2.769.697,51)	39.296.644,12	-
SC	OTACILIO COSTA	42	1175	1	128.307,40	33.934.694,12	0,38
SC	OURO	42	1180	1	(2.948.875,50)	13.958.430,31	-
SC	OURO VERDE	42	1185	0	(1.463.939,53)	9.331.409,59	-
SC	PAIAL	42	1187	6		7.745.219,17	-
SC	PALMITOS	42	1210	6	(2.825.833,50)	27.075.701,20	-
SC	PAPANDUVA	42	1220	5	(8.715.222,41)	29.821.537,63	-
SC	PASSOS MAIA	42	1227	0	(3.459.573,42)	13.773.431,71	-
SC	PAULO LOPES	42	1230	4	992.420,06	13.351.010,25	7,43
SC	PEDRAS GRANDES	42	1240	3	(1.410.874,36)	9.269.155,19	-
SC	PERITIBA	42	1260	1	(108.940,61)	9.016.647,87	-
SC	PICARRAS	42	1280	9	(19.893.564,81)	42.024.262,27	-
SC	PINHALZINHO	42	1290	8	(3.165.246,13)	32.641.471,60	-
SC	PINHEIRO PRETO	42	1300	5	339.139,70	10.751.542,35	3,15
SC	PIRATUBA	42	1310	4	(5.898.938,83)	26.474.006,79	-
SC	PLANALTO ALEGRE	42	1315	3	(75.447,87)	8.564.088,21	-
SC	POMERODE	42	1320	3	(3.680.957,16)	70.987.549,59	-
SC	PONTE ALTA	42	1330	2	(685.428,45)	11.081.138,96	-
SC	PONTE ALTA DO NORTE	42	1335	1	(373.751,60)	9.979.557,75	-

SC	PONTE SERRADA	42	1340	1	(3.821.966,57)	18.647.411,72	-
SC	PORTO BELO	42	1350	0	(6.754.837,81)	42.215.364,38	-
SC	PORTO UNIAO	42	1360	9	(8.462.794,98)	48.786.958,45	-
SC	POUSO REDONDO	42	1370	8	(2.300.961,59)	26.491.354,41	-
SC	PRAIA GRANDE	42	1380	7	568.855,40	11.761.426,47	4,84
SC	PRESIDENTE CASTELO BRANCO	42	1390	6	(679.896,56)	8.427.602,10	-
SC	PRESIDENTE GETULIO	42	1400	3	(3.202.278,29)	27.642.257,93	-
SC	PRESIDENTE NEREU	42	1410	2	(491.380,31)	8.279.461,96	-
SC	PRINCESA	42	1415	1	-	8.612.483,14	-
SC	QUILOMBO	42	1420	1	(572.610,45)	19.983.329,29	-
SC	RIO DAS ANTAS	42	1440	9	(1.123.180,95)	15.909.565,94	-
SC	RIO DO CAMPO	42	1450	8	(263.802,79)	11.217.995,87	-
SC	RIO DO OESTE	42	1460	7	(1.812.425,36)	13.105.155,84	-
SC	RIO DOS CEDROS	42	1470	6	(5.533.191,54)	18.442.347,74	-
SC	RIO FORTUNA	42	1490	4	(847.327,54)	10.754.337,50	-
SC	RIO RUFINO	42	1505	9	49.023,98	7.555.100,49	0,65
SC	RIQUEZA	42	1507	5	(1.083.849,18)	10.346.720,71	-
SC	RODEIO	42	1510	9	(1.898.946,85)	17.481.291,75	-
SC	SALTO VELOSO	42	1540	6	(1.600.517,13)	15.817.093,50	-
SC	SANGAO	42	1545	5	(2.032.463,54)	16.496.193,16	-
SC	SANTA CECILIA	42	1550	5	115.810,42	26.732.987,47	0,43
SC	SANTA HELENA	42	1555	4	(1.388.356,98)	8.640.331,28	-
SC	SANTA ROSA DO SUL	42	1565	3	(695.493,25)	12.502.907,40	-
SC	SANTA TEREZINHA DO PROGRESSO	42	1568	7	(409.142,87)	8.478.410,02	-
SC	SANTIAGO DO SUL	42	1569	5	(1.717.995,34)	7.581.678,16	-
SC	SANTO AMARO DA IMPERATRIZ	42	1570	3	971.399,61	31.277.451,54	3,11
SC	SAO BERNARDINO	42	1575	2	(661.974,88)	8.358.903,56	-
SC	SAO CARLOS	42	1600	8	(1.164.798,43)	17.975.782,27	-
SC	SAO JOAO BATISTA	42	1630	5	(1.950.502,96)	44.559.156,49	-
SC	SAO JOAO DO ITAPERIÚ	42	1635	4	(671.058,44)	11.080.800,18	-
SC	SAO JOAO DO SUL	42	1640	4	(1.063.795,72)	12.748.249,78	-
SC	SAO JOSE DO CEDRO	42	1670	1	(1.894.682,36)	23.197.151,96	-
SC	SAO JOSE DO CERRITO	42	1680	0	(1.012.539,54)	14.563.499,01	-
SC	SAO LOURENCO DO OESTE	42	1690	9	(6.839.784,25)	39.622.608,61	-
SC	SAO MIGUEL DO OESTE	42	1720	4	(1.319.495,46)	56.533.806,92	-
SC	SAO PEDRO DE ALCANTARA	42	1725	3	(1.828.645,32)	10.285.953,65	-
SC	SAUDADES	42	1730	3	646.532,87	15.892.418,97	4,07
SC	SCHROEDER	42	1740	2	(5.428.895,41)	28.422.314,05	-
SC	SEARA	42	1750	1	654.875,00	33.515.251,05	1,95
SC	SERRA ALTA	42	1755	0	(599.380,59)	8.504.156,95	-
SC	TANGARA	42	1790	7	1.702.326,49	21.876.233,71	7,78
SC	TIGRINHOS	42	1795	6	(547.961,64)	7.776.910,67	-
SC	TIJUCAS	42	1800	4	(2.496.423,59)	62.874.488,89	-
SC	TIMBE DO SUL	42	1810	3	(1.647.354,97)	10.739.723,51	-
SC	TIMBO	42	1820	2	(19.249.860,68)	88.926.553,75	-
SC	TRES BARRAS	42	1830	1	(781.069,46)	40.349.312,21	-
SC	TREVISÓ	42	1835	0	(136.155,74)	15.225.834,40	-
SC	TREZE DE MAIO	42	1840	0	(1.559.715,00)	12.403.130,32	-
SC	TROMBUDO CENTRAL	42	1860	8	(1.172.514,99)	15.222.078,31	-
SC	UNIAO DO OESTE	42	1885	5	107.980,97	9.100.059,02	1,19
SC	URUPEMA	42	1895	4	(617.653,37)	7.959.496,76	-
SC	URUSSANGA	42	1900	2	(1.208.607,29)	37.874.938,23	-
SC	VARGEM BONITA	42	1917	8	(679.504,07)	15.028.216,39	-
SC	VIDEIRA	42	1930	9	(6.977.579,62)	105.665.066,24	-
SC	VITOR MEIRELES	42	1935	8	(295.055,80)	10.589.167,28	-
SC	WITMARSUM	42	1940	8	(2.253.733,88)	9.700.579,53	-
SC	XAVANTINA	42	1960	6	(889.692,14)	12.218.837,95	-
SC	ZORTEA	42	1985	3	(1.111.228,70)	10.822.179,43	-
SE	AQUIDABA	28	20	9	(2.366.457,31)	14.387.736,12	-
SE	ARAUJA	28	40	7	-	19.116.966,49	-
SE	BREJO GRANDE	28	70	4	(1.682.548,79)	13.600.213,45	-
SE	CAMPO DO BRITO	28	100	9	974.192,17	22.372.125,82	4,35
SE	CANINDE DE SAO FRANCISCO	28	120	7	(1.344.469,48)	107.267.931,03	-
SE	CEDRO DE SAO JOAO	28	160	3	1.094.718,07	9.613.794,48	11,39
SE	CUMBE	28	190	0	(298.158,12)	5.873.637,10	-
SE	GRACIO CARDOSO	28	260	1	-	10.809.635,79	-

SE	ITABAIANINHA	28	300	5	(8.550.251,30)	26.489.212,34	-
SE	MACAMBIRÁ	28	370	6	(1.307.438,68)	5.505.033,56	-
SE	MALHADA DOS BOIS	28	380	7	(198.662,82)	10.479.784,50	-
SE	MALHADOR	28	390	6	(4.193.186,06)	7.930.967,63	-
SE	MARUIM	28	400	3	(1.038.070,22)	25.772.195,11	-
SE	MOITA BONITA	29	410	2	(3.520.622,50)	15.415.641,83	-
SE	NOSSA SENHORA APARECIDA	28	445	8	922.247,89	6.497.736,70	14,19
SE	PACATUBA	28	490	4	10.008.279,23	25.107.567,72	39,86
SE	PORTO DA FOLHA	28	560	4	(264.693,62)	35.323.195,12	-
SE	SALGADO	28	620	6	(5.317.411,00)	24.112.345,63	-
SE	SAO FRANCISCO	28	690	9	466.572,49	9.350.789,29	4,99
SP	ADOLFO	35	20	4	60.048,07	13.259.931,14	0,45
SP	AGUAS DE SAO PEDRO	35	60	0	4.347.505,69	15.783.526,04	27,54
SP	AGUDOS	35	70	9	9.499.415,45	82.485.339,82	11,52
SP	ALTAIR	35	90	7	-	12.923.231,81	-
SP	ALVARES FLORENCE	35	120	2	(676.450,15)	12.365.534,36	-
SP	AMERICO BRASILIENSE	35	170	7	(6.438.596,14)	58.552.408,48	-
SP	APARECIDA D'OESTE	35	260	6	28.692,03	11.308.096,81	0,25
SP	ARCO-IRIS	35	335	5	(2.198.222,47)	8.714.211,03	-
SP	ARIRANHA	35	370	3	(5.621.630,03)	35.440.567,84	-
SP	ARTUR NOGUEIRA	35	380	2	9.221.580,08	81.617.468,80	11,30
SP	ASPASIA	35	395	0	119.760,88	8.801.811,49	1,36
SP	BADY BASSITT	35	460	2	2.637.413,05	29.731.460,33	8,87
SP	BALSAMO	35	480	0	845.973,55	15.270.656,13	5,54
SP	BARRA BONITA	35	530	2	(7.942.801,13)	72.107.244,45	-
SP	BARRINHA	35	560	9	-	51.482.033,99	-
SP	BILAC	35	640	9	(2.402.648,20)	16.807.316,90	-
SP	BOCAINA	35	680	5	(2.373.788,93)	25.672.601,92	-
SP	BOM JESUS DOS PERDOES	35	710	0	(2.380.820,21)	41.435.993,91	-
SP	BORA	35	720	9	(1.601.558,00)	9.276.150,00	-
SP	CARDOSO	35	1070	8	-	26.088.218,28	-
SP	CEDRAL	35	1130	0	-	19.405.191,48	-
SP	CLEMENTINA	35	1190	4	(1.108.671,03)	16.447.693,70	-
SP	COLINA	35	1200	1	8.553.336,55	46.456.210,39	18,41
SP	CRISTAIS PAULISTA	35	1320	7	641.000,00	17.691.662,67	3,62
SP	CUNHA	35	1360	3	(3.960.736,12)	32.837.964,02	-
SP	DIRCE REIS	35	1385	0	(1.681.315,84)	8.405.479,09	-
SP	DRACENA	35	1440	3	(2.415.162,72)	74.893.717,29	-
SP	DUMONT	35	1460	1	105.021,99	17.697.342,10	0,59
SP	ELDORADO	35	1480	9	(1.033.001,18)	30.549.959,05	-
SP	ELISIARIO	35	1492	4	(517.619,30)	10.323.124,66	-
SP	FLOREAL	35	1590	5	(12.007.181,18)	14.094.280,83	-
SP	FLORIDA PAULISTA	35	1600	2	(3.103.551,01)	23.099.781,33	-
SP	GABRIEL MONTEIRO	35	1650	7	(691.643,10)	8.913.683,36	-
SP	GUARA	35	1770	3	1.356.426,64	41.983.277,45	3,23
SP	GUARANTA	35	1810	7	(1.224.391,48)	14.761.467,66	-
SP	GUATAPARA	35	1885	9	(107.848,37)	20.458.317,17	-
SP	IACANGA	35	1910	5	(1.449.720,54)	27.405.116,79	-
SP	IACRI	35	1920	4	(1.845.137,70)	13.957.190,66	-
SP	IBATE	35	1930	3	17.885.955,53	56.921.370,59	31,42
SP	IBIRA	35	1940	2	7.649.971,00	22.783.624,00	33,58
SP	IGARATA	35	2020	2	(1.962.267,84)	22.297.151,56	-
SP	INDIAPORA	35	2070	7	24.133,76	13.673.132,08	0,18
SP	IRAPUA	35	2150	7	(1.359.525,44)	14.189.521,70	-
SP	ITAJU	35	2200	0	-	11.308.605,09	-
SP	ITAPURA	35	2300	8	180.207,60	16.280.346,31	1,11
SP	ITIRAPUA	35	2370	1	-	11.934.653,36	-
SP	JABORANDI	35	2420	4	1.274.932,55	17.908.952,06	7,12
SP	JAMBEIRO	35	2490	7	(2.078.899,70)	20.193.149,39	-
SP	JOAO RAMALHO	35	2560	7	(1.627.345,26)	13.745.236,51	-
SP	JOSE BONIFACIO	35	2570	6	(8.903.417,20)	60.778.619,56	-
SP	JUMIRIM	35	2585	4	(2.616.337,60)	12.161.816,10	-
SP	JUNQUEIROPOLIS	35	2600	1	1.023.918,50	38.154.778,27	2,68
SP	LAGOINHA	35	2630	8	(1.312.923,16)	11.811.076,74	-
SP	LARANJAL PAULISTA	35	2640	7	(3.304.699,93)	53.688.733,04	-
SP	LAVINIA	35	2650	6	(1.302.916,67)	18.550.784,77	-

SP	LUCELIA	35	2740	5	(3.188.966,85)	36.337.808,06	-
SP	MACATUBA	35	2800	7	(6.146.439,21)	46.340.027,43	-
SP	Macedonia	35	2820	5	(724.397,63)	11.653.111,21	-
SP	MARAPOAMA	35	2885	8	(426.852,22)	10.356.094,37	-
SP	MESOPOLIS	35	2965	8	1.191.372,64	10.119.152,08	11,77
SP	MIRACATU	35	2990	6	(5.549.047,11)	43.321.216,65	-
SP	MONTE ALTO	35	3130	8	(8.932.980,98)	87.424.759,52	-
SP	MONTE CASTELO	35	3160	5	(2.626.186,24)	12.375.531,64	-
SP	MONTEIRO LOBATO	35	3170	4	(1.712.297,46)	11.955.620,35	-
SP	MORUNGABA	35	3200	9	(2.376.930,67)	25.826.626,32	-
SP	MURUTINGA DO SUL	35	3210	8	282.953,84	11.532.517,60	2,45
SP	NATIVIDADE DA SERRA	35	3230	6	274.303,16	17.675.476,55	1,55
SP	NIPOA	35	3270	2	458.197,00	11.290.678,18	4,06
SP	NOVA ALIANCA	35	3280	1	(1.217.731,83)	13.695.649,88	-
SP	NOVA CAMPINA	35	3282	7	(2.673.213,09)	20.844.433,32	-
SP	NOVAIS	35	3325	4	(526.028,28)	11.361.657,83	-
SP	OCAUCU	35	3370	0	(1.824.872,49)	11.458.871,34	-
SP	PALMARES PAULISTA	35	3510	1	4.794.875,81	16.870.520,61	28,42
SP	PALMEIRA D'OESTE	35	3520	0	340.151,49	15.422.767,78	2,21
SP	PARAPUA	35	3600	0	(2.356.140,50)	21.548.987,18	-
SP	PARIQUERA-ACU	35	3620	8	(1.182.656,88)	31.428.481,22	-
SP	PEDREGULHO	35	3700	8	(6.034.193,64)	17.287.602,35	-
SP	PIRANGI	35	3900	4	(2.944.196,64)	20.111.508,31	-
SP	PONTALINDA	35	4025	9	-	10.967.758,33	-
SP	PORANGABA	35	4050	7	-	15.951.269,20	-
SP	POTIRENDABA	35	4080	4	(2.413.689,20)	36.305.333,18	-
SP	QUATA	35	4170	3	(4.302.588,23)	29.402.311,50	-
SP	RIBEIRAO GRANDE	35	4325	3	(15.785.126,32)	21.914.347,03	-
SP	RIFAINA	35	4360	0	(1.101.252,32)	19.311.855,71	-
SP	RINOPOLIS	35	4380	8	(2.050.903,80)	16.771.989,50	-
SP	RUBINEIA	35	4450	9	1.341.590,34	16.370.894,16	8,19
SP	SABINO	35	4460	8	1.457.489,01	16.218.488,73	8,99
SP	SAGRES	35	4470	7	-	8.942.756,38	-
SP	SALTINHO	35	4515	9	(2.456.721,81)	17.071.367,76	-
SP	SANTA ADELIA	35	4560	5	111.848,31	28.252.416,03	0,40
SP	SANTA ALBERTINA	35	4570	4	(559.130,49)	15.284.500,17	-
SP	SANTA CLARA D'OESTE	35	4610	8	723.694,53	10.379.030,46	6,97
SP	SANTA ERNESTINA	35	4650	4	(2.373.437,55)	11.378.096,37	-
SP	SANTA MARIA DA SERRA	35	4700	7	(829.270,60)	14.257.742,58	-
SP	SANTANA DA PONTE PENSA	35	4720	5	(4.129.703,48)	9.514.666,89	-
SP	SANTO ANTONIO DO PINHAL	35	4820	3	(3.445.287,44)	16.997.451,55	-
SP	SANTOPOLIS DO AGUAPEI	35	4840	1	(2.146.950,10)	10.807.131,13	-
SP	SAO FRANCISCO	35	4900	3	(1.583.498,75)	9.867.804,62	-
SP	SAO JOAO DAS DUAS PONTES	35	4920	1	(267.792,13)	9.503.535,67	-
SP	SAO LUIS DO PARAITINGA	35	5000	1	(3.000.664,45)	23.908.434,49	-
SP	SAO PEDRO	35	5040	7	(9.382.792,18)	66.253.898,32	-
SP	SOCORRO	35	5210	5	-	55.019.386,86	-
SP	TABAPUA	35	5260	1	305.342,89	22.655.513,28	1,35
SP	TABATINGA	35	5270	0	(4.007.052,69)	26.659.147,06	-
SP	TORRINHA	35	5470	6	(376.500,91)	16.795.668,14	-
SP	TURIUBA	35	5520	8	(901.703,32)	11.056.120,88	-
SP	UBARANA	35	5535	6	1.281.783,06	16.793.190,54	7,63
SP	URANIA	35	5580	2	42.170,82	14.950.923,38	0,28
SP	VALPARAISO	35	5630	5	(2.678.550,00)	45.051.122,00	-
SP	VIRADOURO	35	5680	0	(1.428.665,09)	34.935.105,22	-
SP	VITORIA BRASIL	35	5695	8	(956.690,07)	8.273.720,95	-
TO	DIVINOPOLIS DO TOCANTINS	17	710	6	1.891.118,65	10.557.326,96	17,91
TO	NOVA OLINDA	17	1488	0	1.994.256,01	12.945.723,10	15,40
TO	SANTA TEREZINHA DO TOCANTINS	17	2000	2	(740.468,29)	6.694.527,47	-

## Dívida Consolidada Líquida dos Estados

Atualizado: 22/10/2012

UF	Dívida Consolidada Líquida - DCL										RS mil			
	31/12/00	31/12/01	31/12/02	31/12/03	31/12/04	31/12/05	31/12/06	31/12/07	31/12/08	31/12/09	31/12/10	31/12/11	31/12/12	31/06/12
AC	705.834	633.786	703.547	684.081	718.119	655.896	841.825	794.953	632.692	886.478	1.423.022	1.468.775	1.355.615	1.325.932
AL	2.670.510	2.451.153	3.491.788	4.482.250	5.072.920	5.487.731	5.921.277	6.218.123	6.955.422	6.509.556	6.798.649	7.089.147	6.754.218	7.166.918
AM	1.921.679	1.568.313	1.850.163	1.696.945	1.681.725	1.602.703	1.556.436	1.611.766	819.609	1.459.101	2.006.938	1.648.844	751.873	62.575
AP	31.016	15.232	226.777	260.458	273.970	151.826	173.481	184.009	97.370	246.708	249.436	347.815	95.495	n.d.
BA	8.165.057	9.735.867	12.156.157	12.246.048	12.878.412	12.048.374	11.616.488	10.370.837	10.238.352	9.234.647	9.057.007	8.917.888	7.396.037	8.316.806
CE	2.711.864	1.463.000	4.543.190	4.448.874	4.276.527	3.876.734	3.641.566	2.512.039	1.857.038	1.446.623	2.650.112	3.221.715	2.805.716	2.132.340
DF	1.152.478	1.269.158	1.587.169	1.599.518	1.467.462	2.128.696	2.278.953	1.551.449	1.341.196	1.777.578	2.081.761	2.046.859	1.366.781	697.870
ES	2.129.037	2.131.028	2.962.375	3.185.641	3.011.009	2.247.686	1.872.059	1.210.426	800.197	636.022	1.145.501	1.335.776	827.450	1.217.383
GO	8.369.621	9.029.903	10.611.339	10.948.751	11.744.077	11.386.819	11.334.808	12.231.562	12.553.278	11.697.404	13.580.116	12.770.815	12.901.124	12.812.223
MA	4.634.286	4.452.327	5.784.811	5.448.982	5.141.515	4.908.145	5.056.291	4.419.838	4.316.280	4.073.167	4.359.646	3.895.114	2.716.694	2.645.214
MG	13.611.394	26.257.517	32.941.741	34.735.247	37.464.487	39.706.346	41.767.078	44.692.747	51.560.659	52.264.415	60.199.483	67.779.833	65.477.048	68.695.933
MS	4.131.669	4.507.029	5.450.997	5.662.201	6.001.254	6.117.359	6.207.989	5.839.442	5.567.198	5.602.766	6.213.168	6.781.344	6.391.813	6.698.775
MT	4.179.490	4.107.381	3.995.655	5.006.364	5.037.846	4.781.491	4.959.587	4.592.566	4.324.155	3.497.758	3.298.181	3.121.225	2.341.641	2.071.126
PA	1.314.362	1.713.734	2.138.123	2.121.048	2.458.420	2.229.659	2.436.549	2.164.718	2.144.103	1.907.534	2.009.966	2.020.245	1.123.199	1.193.527
PB	2.418.937	1.977.968	2.769.185	2.618.406	2.511.817	2.584.626	2.461.929	2.201.350	2.115.180	1.584.180	1.809.843	1.492.822	1.212.561	1.147.173
PE	2.961.347	4.253.635	5.495.023	5.429.048	5.495.363	5.210.644	4.920.433	4.404.193	4.249.424	4.589.102	4.760.385	5.676.720	4.664.909	5.437.705
PI	2.002.126	2.241.789	2.602.189	2.561.526	2.751.157	2.580.395	2.229.659	2.436.549	2.164.718	2.144.103	1.907.534	2.009.966	2.020.245	1.123.199
PR	7.751.797	8.395.766	9.659.101	8.755.690	9.951.071	11.496.215	14.346.486	14.506.003	17.192.100	16.937.485	15.130.153	14.930.307	13.671.316	13.830.764
RJ	23.870.049	25.840.562	35.449.314	38.571.959	42.929.196	43.901.530	45.972.844	46.575.258	51.104.607	47.204.513	51.055.732	57.269.426	55.785.676	60.869.465
RN	1.146.656	946.036	1.329.192	1.157.033	599.857	1.001.351	976.171	870.173	879.003	841.601	1.104.556	775.654	862.198	n.d.
RO	1.001.894	1.076.043	1.745.181	1.781.637	1.837.978	1.774.749	1.610.206	1.666.582	1.642.818	1.716.495	2.010.036	2.232.441	1.962.236	2.075.074
RR	160.000	171.009	257.377	289.172	32.909	159.660	123.991	-164.810	-204.269	506.160	113.668	238.747	-429.333	107.888
RS	17.746.010	18.515.181	23.496.895	27.658.812	30.357.246	31.935.491	33.423.927	35.514.404	39.038.514	38.170.677	43.637.027	46.874.223	47.435.864	49.903.512
SC	6.018.289	5.680.842	8.511.284	8.555.064	9.224.284	8.019.912	9.301.920	7.677.817	8.065.824	6.312.745	7.641.225	6.298.321	5.337.060	6.107.823
SE	1.064.373	1.056.869	1.215.377	1.216.565	1.322.020	1.149.727	1.636.893	1.121.718	829.760	1.043.660	1.141.388	2.133.519	2.272.919	2.458.012
SP	62.347.593	70.308.906	90.210.046	97.876.864	110.130.919	111.916.498	118.155.919	120.461.916	130.298.693	133.970.658	152.577.942	157.420.449	160.578.123	163.915.318
TO	121.219	291.441	515.266	403.259	112.970	308.144	255.459	340.330	372.955	341.993	910.303	665.090	669.008	n.d.
<b>Totais</b>	<b>184.556.637</b>	<b>212.654.938</b>	<b>271.275.752</b>	<b>291.079.441</b>	<b>315.639.960</b>	<b>321.287.505</b>	<b>333.546.345</b>	<b>335.486.027</b>	<b>364.548.999</b>	<b>353.270.448</b>	<b>404.871.184</b>	<b>411.008.425</b>	<b>408.871.048</b>	<b>416.578.123</b>

Fontes: Relatórios Fiscais homologados no SISFIN em cumprimento à Portaria STN n° 68/311.

Obs:

n.d. - Informação não disponível ou Internet ou endereços inacessíveis pelos Estados  
Ods: Os dados referentes a 31/08/2012 foram extraídos exclusivamente dos Relatórios de Gestão Física do 2º Quadrimestre de 2012 homologados e publicados ate 22/10/2012 no SISFIN.

# Dívida Consolidada Líquida dos Estados

Atualizado: 22/10/2012

UF	Receita Corrente Líquida - RCL												RS mil	
	31/12/00	31/12/01	31/12/02	31/12/03	31/12/04	31/12/05	31/12/06	31/12/07	31/12/08	31/12/09	31/12/10	31/12/11	30/4/12	31/8/12
AC	677.082	781.799	970.673	1.021.469	1.156.560	1.466.890	1.635.875	1.933.479	2.213.257	2.453.080	2.648.933	2.974.628	3.074.919	3.165.494
AL	1.195.875	1.374.355	1.477.875	1.619.021	1.918.255	2.442.949	2.674.902	3.105.463	3.528.416	3.597.965	4.205.565	4.801.069	4.913.115	5.015.189
AM	1.923.171	2.268.852	2.767.751	3.024.642	3.751.410	4.294.390	4.670.314	5.131.831	6.395.985	6.611.491	7.407.733	8.511.352	8.712.384	9.239.311
AP	678.300	701.103	810.519	940.819	1.210.060	1.444.006	1.394.277	1.917.132	2.404.878	2.237.967	2.492.465	2.897.411	3.160.580	n.d.
BA	5.105.240	5.715.509	6.691.304	7.506.510	9.075.419	10.329.111	11.563.718	12.584.607	14.237.786	14.671.427	17.377.551	19.226.976	19.985.869	20.716.157
CE	3.101.121	3.628.078	3.866.405	4.209.618	4.626.442	5.094.380	6.012.666	6.560.059	7.886.593	8.409.940	9.664.273	10.966.415	11.459.092	11.443.276
DF	3.209.332	3.419.965	3.987.827	4.467.483	5.309.661	6.149.618	6.569.867	8.121.059	10.154.999	11.485.148	12.859.742	13.401.452	13.738.411	
ES	2.176.256	2.563.412	2.567.765	3.331.571	4.122.214	5.143.638	5.552.712	6.367.980	7.735.570	7.486.192	8.239.168	9.772.998	10.259.232	10.532.231
GO	2.671.633	3.208.572	3.529.074	4.553.742	5.304.978	6.153.147	6.230.992	7.618.220	8.944.459	9.305.645	10.510.493	12.639.405	12.770.487	13.755.072
MA	1.794.116	2.121.935	2.121.935	2.454.001	2.950.816	3.700.427	4.389.950	4.900.239	5.836.926	5.971.500	6.816.192	8.665.450	8.945.679	8.594.127
MG	9.529.396	11.412.358	12.542.039	14.305.976	16.685.979	19.530.334	22.083.399	23.813.678	29.242.489	29.242.489	31.719.152	37.238.184	38.412.272	39.490.016
MS	1.335.184	1.531.786	1.755.433	2.123.550	2.579.044	3.041.883	3.427.592	3.910.857	4.829.848	4.886.919	5.692.065	5.991.642	6.251.565	6.328.442
MT	1.743.543	2.065.871	2.512.858	3.126.452	3.872.916	4.296.180	4.516.921	4.882.482	6.181.777	6.467.671	7.098.677	7.720.279	8.185.162	8.640.366
PA	2.112.543	2.706.765	3.204.717	3.503.004	4.068.313	4.847.313	5.500.771	6.273.059	7.587.651	7.997.163	9.174.930	10.126.350	11.084.649	11.476.212
PB	1.599.214	1.801.118	1.944.563	2.124.382	2.335.662	2.912.034	3.254.483	3.668.635	4.191.207	4.617.840	5.062.418	5.992.566	6.151.946	6.274.982
PE	3.458.418	3.803.157	4.383.769	5.295.449	5.295.561	6.281.379	7.388.604	8.391.076	10.010.231	10.631.354	12.441.687	14.449.104	15.024.538	15.340.032
PI	1.155.352	1.290.514	1.586.525	1.659.464	1.940.464	2.157.829	2.671.043	3.054.199	3.811.023	4.041.255	4.524.858	5.050.101	5.176.180	5.256.154
PR	5.709.576	6.260.845	7.490.807	8.167.454	9.245.030	10.453.929	11.406.520	12.469.291	14.492.743	15.092.440	16.968.377	19.713.389	20.657.570	21.394.805
RJ	11.529.968	13.608.845	15.100.326	19.158.751	21.006.274	21.104.091	26.132.742	26.819.321	31.820.885	32.976.638	34.524.304	39.522.480	40.437.529	
RN	1.620.444	1.784.766	1.969.524	2.166.838	2.618.351	3.144.162	3.491.517	3.926.240	4.516.137	4.822.600	5.443.269	5.915.154	6.233.416	n.d.
RO	902.789	1.022.129	1.204.301	1.457.062	1.757.061	2.094.079	2.282.220	2.586.405	3.261.805	3.726.548	3.741.134	4.480.602	4.643.935	4.757.715
RR	517.069	604.774	712.306	658.297	776.946	1.028.551	1.199.370	1.314.562	1.595.732	1.633.114	1.788.505	2.121.210	2.380.804	2.456.538
RS	6.657.896	7.378.894	8.414.927	9.859.597	10.716.730	12.349.352	13.132.373	13.991.364	16.652.705	17.381.287	20.291.347	21.927.905	23.625.744	23.188.622
SC	3.288.096	3.504.463	4.373.551	5.129.578	5.669.194	6.718.512	7.376.828	8.498.148	10.420.913	10.401.650	11.851.684	13.791.477	14.213.867	14.292.791
SE	1.298.361	1.395.943	1.674.710	1.805.467	2.041.107	2.526.568	2.855.674	3.102.889	3.799.764	3.934.265	4.627.387	4.914.198	5.002.433	5.119.165
SP	32.298.817	35.681.659	39.675.808	43.659.168	49.479.722	56.775.075	62.468.354	70.567.561	82.132.734	86.630.746	99.914.614	108.053.551	111.301.770	114.405.893
TO	922.133	1.084.734	1.39.075.233	1.58.653.755	181.302.771	210.183.337	231.197.224	268.451.553	307.055.093	313.459.066	356.515.197	404.773.944	417.781.316	434.348.847
Total	108.432.525	123.170.204	149.075.233	1.58.653.755	181.302.771	210.183.337	231.197.224	268.451.553	307.055.093	313.459.066	356.515.197	404.773.944	417.781.316	n.d.

Fontes: Relatórios Fiscais homologados no SISTN em cumprimento à Portaria STN n° 663/11.  
Relatórios Fiscais disponibilizados na Internet ou encaminhados pelos Estados.

n.d. - Informações não disponíveis  
Os dados referentes a 31/08/2012 foram extraídos exclusivamente dos Relatórios de Gestão Fiscal do 2º Quadrimestre de 2012 homologados e publicados até 21/10/2012 no SISTN.

Obs:

# Dívida Consolidada Líquida dos Estados

Atualizado: 22/10/2012

UF	Relação DCL / RCL													
	31/12/00	31/12/01	31/12/02	31/12/03	31/12/04	31/12/05	31/12/06	31/12/07	31/12/08	31/12/09	31/12/10	31/12/11	30/04/12	30/08/12
AC	1,04	0,83	0,73	0,68	0,62	0,45	0,52	0,41	0,38	0,37	0,54	0,50	0,41	0,47
AL	2,23	1,78	2,36	2,77	2,64	2,25	2,22	2,00	1,97	1,81	1,62	1,48	1,37	1,43
AM	1,69	0,59	0,67	0,56	0,45	0,37	0,33	0,19	0,13	0,24	0,27	0,19	0,09	0,01
AP	0,05	0,05	0,28	0,28	0,23	0,11	0,11	0,10	0,04	0,11	0,18	0,12	-0,03	n.d.
BA	1,64	1,71	1,82	1,63	1,42	1,17	1,02	0,82	0,72	0,63	0,52	0,46	0,37	0,40
CE	0,87	0,94	1,18	1,06	0,92	0,73	0,60	0,38	0,24	0,17	0,28	0,29	0,24	0,24
DF	0,36	0,35	0,40	0,36	0,28	0,35	0,33	0,19	0,16	0,17	0,18	0,16	0,09	0,05
ES	0,93	0,83	1,16	1,02	0,73	0,44	0,34	0,19	0,10	0,03	0,17	0,14	0,08	0,11
GO	3,13	2,81	2,77	2,40	2,21	1,85	1,82	1,61	1,40	1,28	1,30	1,01	1,01	0,93
MA	2,58	2,10	2,33	2,22	1,74	1,33	1,15	0,91	0,74	0,68	0,64	0,47	0,33	0,31
MG	1,41	2,34	2,63	2,43	2,34	2,03	1,89	1,88	1,76	1,79	1,82	1,82	1,70	1,74
MS	3,10	2,94	3,10	2,67	2,33	2,01	1,81	1,48	1,15	1,15	1,20	1,13	1,02	1,05
MT	2,50	1,97	1,59	1,76	1,10	1,11	1,10	0,94	0,70	0,54	0,55	0,40	0,29	0,24
PA	0,57	0,63	0,67	0,61	0,60	0,46	0,44	0,35	0,28	0,24	0,29	0,19	0,12	0,10
PB	1,53	1,10	1,42	1,17	1,08	0,89	0,76	0,50	0,48	0,34	0,36	0,25	0,20	0,18
PE	0,86	1,12	1,15	1,17	1,04	0,83	0,67	0,53	0,42	0,43	0,38	0,39	0,31	0,35
PI	1,73	1,64	1,52	1,42	1,09	0,85	0,78	0,60	0,50	0,54	0,57	0,49	0,47	n.d.
PR	1,29	1,34	1,24	1,05	1,08	1,29	1,26	1,16	1,19	1,12	0,89	0,76	0,66	0,65
RJ	2,07	1,90	2,15	2,01	2,04	1,96	1,72	1,73	1,50	1,63	1,56	1,46	1,41	1,50
RN	0,71	0,54	0,65	0,53	0,38	0,32	0,26	0,22	0,19	0,17	0,20	0,13	0,14	n.d.
RO	1,11	1,05	1,45	1,21	1,03	0,85	0,72	0,54	0,30	0,53	0,54	0,50	0,42	0,44
RR	0,51	0,28	0,35	0,43	0,04	0,15	0,10	0,13	-0,13	0,31	0,04	-0,10	-0,18	0,08
RS	2,66	2,51	2,39	2,80	2,63	2,53	2,53	1,54	2,34	2,20	2,14	2,14	2,10	2,15
SC	1,83	1,45	1,95	1,67	1,64	1,19	1,09	0,90	0,77	0,61	0,63	0,46	0,38	0,44
SE	0,88	0,78	0,11	0,58	0,45	0,45	0,57	0,42	0,22	0,27	0,35	0,43	0,45	0,48
SP	1,93	1,97	2,27	2,23	1,97	1,89	1,71	1,63	1,50	1,53	1,46	1,48	1,43	1,43
TO	0,35	0,27	0,27	0,26	0,35	0,14	0,13	0,08	0,10	0,11	0,16	0,21	0,14	0,14
Total	1,70	1,73	1,95	1,83	1,74	1,53	1,43	1,30	1,19	1,13	1,12	1,04	0,98	n.d.

(À Comissão de Assuntos Econômicos)

Relatórios Fiscais homologados no SISTN em cumprimento à Portaria STN n° 563/2011.

Relatórios Fiscais disponibilizados na Internet, ou encaminhados pelos Estados

n.d. - Informação não disponível

Obs: Os dados referentes a 31/08/2012 foram extraídos exclusivamente dos Relatórios de Gestão Fiscal do 2º Quadrimestre de 2012 homologados e publicados até 22/10/2012 no SISTN.

**O SR. PRESIDENTE** (Anibal Diniz. Bloco/PT – AC) – O Aviso nº 68, de 2012, vai à Comissão de Assuntos Econômicos.

**O SR. PRESIDENTE** (Anibal Diniz. Bloco/PT – AC) – Sobre a mesa, ofício que será lido.

É lido o seguinte:

Ofício nº 87/2012-CI

Brasília, 31 de outubro de 2012

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência que, em reunião realizada no dia 31 de outubro do ano em curso, foi eleito Presidente da Subcomissão Temporária sobre a Aviação Civil o Senador João Costa, em substituição ao Senador licenciado, Vicentinho Alves.

Atenciosamente, – Senadora **Lúcia Vânia**, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Anibal Diniz. Bloco/PT – AC) – O ofício que acaba de ser lido vai à publicação.

**O SR. PRESIDENTE** (Anibal Diniz. Bloco/PT – AC) – A Presidência designa, como membro titular, o Deputado Paulo Foletto, em substituição ao Deputado Edson Silva, que passará à condição de suplente, em substituição ao Deputado Glauber Braga, para integrar a Comissão Mista destinada a proferir parecer à Medida Provisória nº 579, de 2012, conforme o **Ofício nº 190, de 2012**, da Liderança do PSB na Câmara dos Deputados.

O Ofício será encaminhado à Comissão Mista para ser juntado ao processado da matéria.

É o seguinte o Ofício:

OF. B/190/12

Brasília, 1º de novembro de 2012

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência a indicação dos Deputados Paulo Foletto (PSB – ES), como titular, e Edson Silva (PSB – CE), como suplente, da Medida Provisória nº 579, de 2012, que “Dispõe sobre as concessões de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, sobre a redução dos encargos setoriais, sobre a modicidade tarifária, e dá outras providências”, em substituição aos já indicados.

Respeitosamente, – Deputado **Givaldo Carimbão**, Líder do PSB.

**O SR. PRESIDENTE** (Anibal Diniz. Bloco/PT – AC) – A Presidência designa os Deputados Moreira Mendes e Júlio César, como membros titulares, em substituição aos Deputados Guilherme Campos e Fábio Faria, e os Deputados Armando Vergílio e Diego Andrade, como membros suplentes, em substituição aos Deputados Eduardo Sciarra e Geraldo Thadeu,

para integrarem a Comissão Mista destinada a proferir parecer à Medida Provisória nº 585, de 2012, conforme o **Ofício nº 1.136, de 2012**, da Liderança do PSD na Câmara dos Deputados.

O Ofício será encaminhado à Comissão Mista para ser juntado ao processado da matéria.

É o seguinte o Ofício:

Ofício GAB/PSD nº 1.136

Brasília, 31 de outubro de 2012

Senhor Presidente,

Cumprimentando-o cordialmente, solicito que sejam indicados os seguintes parlamentares à Comissão Mista destinada a oferecer parecer à Medida Provisória nº 585, de 2012, em substituição aos membros atuais.

#### Membros Titulares

Moreira Mendes

Júlio Cesar

#### Membros Suplentes

Armando Vergílio

Diego Andrade.

Deputado **Guilherme Campos**, Líder do PSD.

**O SR. PRESIDENTE** (Anibal Diniz. Bloco/PT – AC) – A Presidência recebeu o **Ofício nº 247, de 2012**, da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, comunicando a aprovação de Substitutivo ao Projeto de Lei da Câmara nº 85, de 2011.

É o seguinte o Ofício:

Of. PRES nº 247/2012 – CRA

Brasília, 1º de novembro de 2012

Assunto: Comunica a aprovação de proposição na Comissão.

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência, nos termos do § 2º do art. 91 do Regimento Interno do Senado Federal, que esta Comissão aprovou em 1º de novembro do corrente, a Emenda nº 1-CAE/CRA (Substitutivo) ao Projeto de Lei da Câmara nº 85 de 2011, que Determina que frigoríficos com registro no Serviço de Inspeção Federal – SIF informem, diariamente, ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento os preços, as quantidades e outras características dos bovinos adquiridos para abate, de autoria do Deputado Ronaldo Caiado, e que o Substitutivo será submetido a Turno Suplementar na Comissão, nos termos do art. 282 do Regimento Interno do Senado Federal.

Atenciosamente, – Senador **Acir Gurgacz**, Presidente da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária.

**O SR. PRESIDENTE** (Anibal Diniz. Bloco/PT – AC) – Com referência ao **Ofício nº 247, de 2012**, a Presidência comunica ao Plenário que poderão ser oferecidas emendas à matéria até o encerramento da

discussão, no turno suplementar, perante a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária.

**O SR. PRESIDENTE** (Aníbal Diniz. Bloco/PT – AC)

– Sobre a mesa, projeto de lei do Senado que será lido.

É lido o seguinte:

**PROJETO DE LEI DO SENADO  
Nº 395, DE 2012**

**Altera a Lei nº 11.442, de 5 de janeiro de 2007, que dispõe sobre o transporte rodoviário de cargas por conta de terceiros e mediante remuneração e revoga a Lei nº 6.813, de 10 de julho de 1980, para nele incluir a atividade de transporte de cargas indivisíveis, superdimensionadas em peso ou dimensão; e dá outras providências.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 2º da Lei nº 11.442, de 5 de janeiro de 2007, passa a vigorar acrescido dos seguintes §§ 6º e 7º:

“Art. 2º .....

.....  
§ 6º A atividade de transporte de cargas indivisíveis, superdimensionadas em peso ou dimensão, só poderá ser realizada pelas empresas de que dispõe o inciso II.

§ 7º A ETC que realizar a atividade de que trata o § 6º manterá reserva técnica que assegure a continuidade da operação sempre que o transporte se der em via pública, conforme o regulamento.” (NR)

Art. 2º – A Lei nº 11.442, de 5 de janeiro de 2007, passa a vigorar acrescida do seguinte artigo 2º-A:

“Art. 2º-A. São atividades complementares ao transporte rodoviário de cargas o rolamento e o içamento de cargas.

§ 1º As empresas que exercem as atividades de que trata o *caput* deverão ter sede no Brasil.

§ 2º As empresas que exercem as atividades de que trata o *caput* cadastrarão no RNTR-C os equipamentos usados nessas atividades.”

Art. 3º Esta Lei entra em vigor cento e vinte dias após sua publicação.

**Justificação**

A atividade de transporte de cargas excedentes (aqueles indivisíveis, com peso ou dimensões que não permitem o transporte em caminhões comuns) é cada vez mais importante para a economia brasileira. São itens tais como turbinas de usinas hidroelétricas, trans-

formadores industriais, escavadeiras para a construção civil, estruturas para parques eólicos de eletricidade, partes de plataformas de petróleo, e até mesmo vagões inteiros de metrô.

Entretanto, as exigências feitas para o transporte de itens comuns não são suficientes para o transporte de cargas especiais. Quando esse tipo de operação é realizado em via pública, se a carga não puder ser movimentada dentro do horário previsto pela autoridade competente, existe grande potencial de prejuízo à população devido à restrição ao tráfego na via. Por isso, entendemos que o transporte dessas cargas tenha de ser executado apenas por empresas de transporte e que estas mantenham reserva técnica para evitar o bloqueio das vias públicas no caso de pane em um de seus veículos.

Outro aspecto importante da movimentação desse tipo de carga é a necessidade de operações de rolagem ou içamento, tanto na origem quanto no destino do material. Tais procedimentos só existem em função do transporte da carga especial. Por isso, considero que são atividades complementares e que devam ser realizadas sob a regulamentação da Lei nº 11.442, de 2007, e com equipamentos registrados pela Agência Nacional de Transportes Terrestres.

São esses os motivos que nos levam a apresentar este projeto, e que esperamos sejam capazes de sensibilizar os nobres Pares do Congresso Nacional para sua expedita aprovação.

Sala das Sessões, – Senador **Paulo Paim**.

**LEGISLAÇÃO CITADA**

**LEI N° 11.442, DE 5 DE JANEIRO DE 2007**

**Dispõe sobre o transporte rodoviário de cargas por conta de terceiros e mediante remuneração e revoga a Lei nº 6.813, de 10 de julho de 1980.**

O Presidente da República Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Esta Lei dispõe sobre o Transporte Rodoviário de Cargas – TRC realizado em vias públicas, no território nacional, por conta de terceiros e mediante remuneração, os mecanismos de sua operação e a responsabilidade do transportador.

§ 1º No caso de transporte de produtos perigosos, será observado exclusivamente o disposto em lei federal, considerando-se as competências estabelecidas nos arts. 22 e 24 da Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001. (Incluído pela Lei nº 12.667, de 2012)

Art. 2º A atividade econômica de que trata o art. 1º desta Lei é de natureza comercial, exercida por pessoa física ou jurídica em regime de livre concorrência,

e depende de prévia inscrição do interessado em sua exploração no Registro Nacional de Transportadores Rodoviários de Cargas – RNTR-C da Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT, nas seguintes categorias:

I – Transportador Autônomo de Cargas – TAC, pessoa física que tenha no transporte rodoviário de cargas a sua atividade profissional;

II – Empresa de Transporte Rodoviário de Cargas – ETC, pessoa jurídica constituída por qualquer forma prevista em lei que tenha no transporte rodoviário de cargas a sua atividade principal.

§ 1º O TAC deverá:

I – comprovar ser proprietário, co-proprietário ou arrendatário de, pelo menos, 1 (um) veículo automotor de carga, registrado em seu nome no órgão de trânsito, como veículo de aluguel;

II – comprovar ter experiência de, pelo menos, 3 (três) anos na atividade, ou ter sido aprovado em curso específico.

§ 2º A ETC deverá:

I – ter sede no Brasil;

II – comprovar ser proprietária ou arrendatária de, pelo menos, 1 (um) veículo automotor de carga, registrado no País;

III – indicar e promover a substituição do Responsável Técnico, que deverá ter, pelo menos, 3 (três) anos de atividade ou ter sido aprovado em curso específico;

IV – demonstrar capacidade financeira para o exercício da atividade e idoneidade de seus sócios e de seu responsável técnico.

§ 3º Para efeito de cumprimento das exigências contidas no inciso II do § 2º deste artigo, as Coopera-

tivas de Transporte de Cargas deverão comprovar a propriedade ou o arrendamento dos veículos automotores de cargas de seus associados.

§ 4º Deverá constar no veículo automotor de carga, na forma a ser regulamentada pela ANTT, o número de registro no RNTR-C de seu proprietário ou arrendatário.

§ 5º A ANTT disporá sobre as exigências curriculares e a comprovação dos cursos previstos no inciso II do § 1º e no inciso III do § 2º, ambos deste artigo.

(À Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, em decisão terminativa)

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco/PT – AC) – O projeto que acaba de ser lido será publicado e remetido à Comissão competente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco/PT – AC) – A Presidência comunica ao Plenário que recebeu requerimento solicitando a prorrogação do prazo de funcionamento da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada pelo **Requerimento nº 1, de 2012**, do Congresso Nacional, destinada a “investigar práticas criminosas do Senhor Carlos Augusto Ramos, conhecido vulgarmente como Carlinhos Cachoeira, desvendadas pelas operações “Vegas” e “Monte Carlo”, da Polícia Federal, nos termos que especifica.

O requerimento contém o número regimental de subscritores.

O requerimento será publicado no *Diário Oficial* do Senado Federal, de 2 de novembro do corrente.

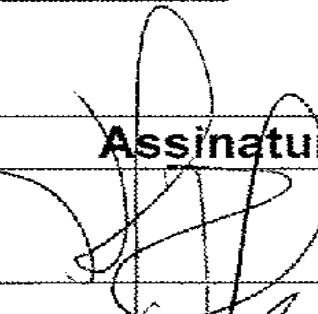
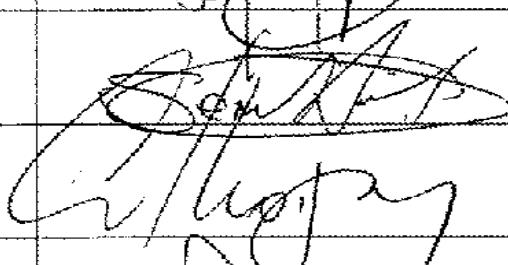
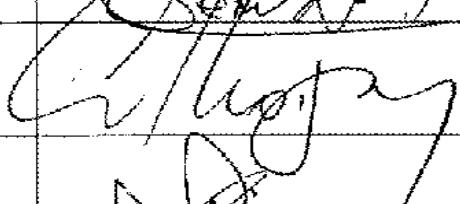
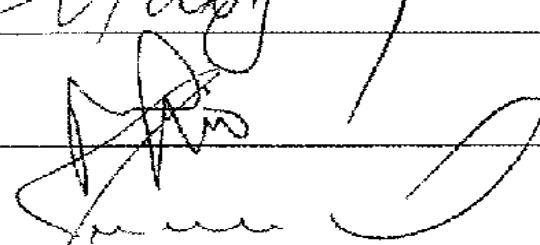
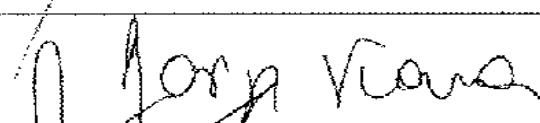
E será feita a comunicação à Câmara dos Deputados.

É lido o seguinte:

## REQUERIMENTO Nº 10, DE 2012-CN

(Requerimento de Prorrogação de Comissão  
Parlamentar Mista de Inquérito)

Requeremos, nos termos do §3º do art. 58 da Constituição Federal, combinado com o art. 21 do Regimento Comum do Congresso Nacional e art. 152 do Regimento Interno do Senado Federal, a prorrogação da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito destinada a investigar práticas criminosas do senhor Carlos Augusto Ramos, conhecido vulgarmente como Carlinhos Cachoeira, desvendadas pelas operações “Vegas” e “Monte Carlo” da Polícia Federal, por 48 (quarenta e oito) dias.

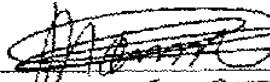
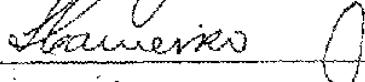
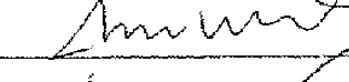
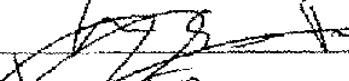
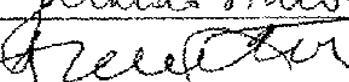
Senador	Assinatura
VITAL do RÉGO	
SEBASTIÃO SENA RODRIGUES	
EDUARDO BRAGA	
SÉRGIO PETREZ	
TOMAS CORRÊA	
JACOB VIEIRA	
AIRTON BURGESS	

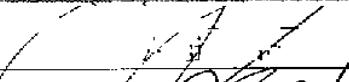
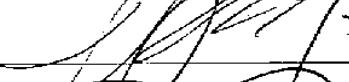
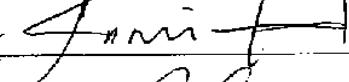
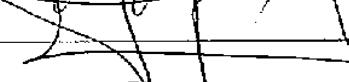
Périco Dourado	PTB
Gilm Argello	PT
Eduardo Amorim	Eduardo
Renan	Renan
Marcos	Antônio Oliveira
José	Roberto Pimentel
Renato	Paulo
Fádice da Mata e Silva	Marcelo
	Barroso
Ronelio Júnior	José Alvaro
Ivo Cassol	José
Ara Antônio (PP/RS)	Luiz
Wid Henrique	Wid

João Ribeiro	João Barreto
Angelo Portela	João Barreto
Humberto Costa	Humberto Costa

JORGE VIANA PINHEIRO LINSBACH	Jorge Viana <del>Pinheiro</del> <del>Linsbach</del>
EMILY SUDIAGA <del>Felicity</del> Acir Decálio	Edmundo M. SUDIAGA <del>Felicity</del> <del>Acir</del> Decálio
ANA RITA ESGARIO	<del>Wilder Góes</del> <del>WPA</del>
ANIBAL DINIZ JOÃO DURVAL AUGUSTO DECÁLIO	Aníbal Diniz <del>João Durval</del> <del>Augusto Decálio</del>
WELLINGTON DIAS	<del>W. Dias</del> <del>W. Dias</del>
Rodrigo Hollister	<del>Rodrigo Hollister</del> <del>CLECIO ANDRADE</del>
Giro NOICMA	<del>Giro NOICMA</del>

MARCELA GRATTAN	Juan
INÁCIO ARRUDA	p - tra
ALFREDO VASCONCELOS	Huc
ANTONIO ANTONIO BONI	Q - tra
WALDEMAR WOLF	W - tra
DÉSIRÉ LINHA	W
ROBERTO LEMES	PT
PAULO TEIXEIRA	PT
MIRO TEIXEIRA	PT
JOSE GUIMARÃES	X
RUBENS OME	PT
JUAN LOPEZ	PT
FIDES XAVIER	PT
ASSIS DO COVADONGA	PT
CLAUDIO PIMENTEL	PT
JOSÉ SÉRGIO	PT
ARTUR BRUNO	PT
LUIZ COSTA	PT
VALDEMORAIS	P.R.

MARCON	569	
BOHN GASS	269	
Sérgio BARRADAS Carneiro	534	
LOIS SÉRGIO	409	
Amauri Teixeira	237	
Paulo Fernandes	545	
BIFFI		
Gabriel Guimarães	821	
Vaccarezza	958	
LOUIS ALBERTO	954	
Jilson Ribeiro		
GERALDO SIMÕES	446	
José Mentor	502	
JOSE DE FILIPPI SR	611	

Quirinio Chaves	306	
Paulo Pimenta	552	
Fábio Pinheiro	803	
Alfonso Florencio	481	
Guararapes Lopes	945	
Henrique Fontane		
Maria Santi Anne	274	

Pedro Eupemus	202	<i>G. S.</i>
CHICO O ANGELO	232	<i>Chico</i>
Guilherme Mattos	262	<i>S. G.</i>
Vander Zwart	838	<i>Vander</i>
Jesus Rodrigues	706	<i>Jesu</i>
Bonifácia da Silva	330	<i>Bonifácia</i>
DR. ROSWITA	474	<i>Roswita</i>
Miriquinho Batista	435	<i>Miriquinho</i>
Delyse Figueiredo	704	<i>Delyse Figueiredo</i>
Fátima Bezerra	236	<i>Fátima</i>
Dabellis Lúcio	332	<i>Dabellis</i>
Padre Júnio	753	<i>Padre Júnio</i>
ASSIS DO COUTO	428	<i>Assis</i>
ASSIS CARVALHO	909	<i>Assis</i>
PEDRO UOTTA	929	<i>Pedro Uotta</i>
NEWTON LIMA	805	<i>Newton</i>
Vicente Júnior	569	<i>Vicente</i>
Carlos Zarattini		<i>Carlos</i>

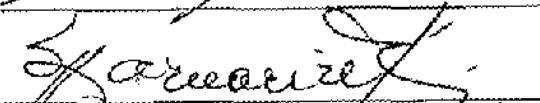
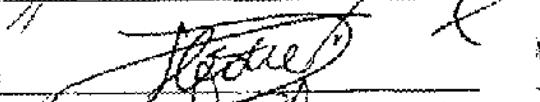
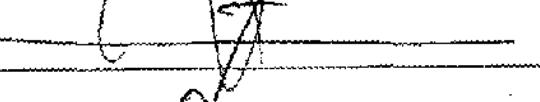
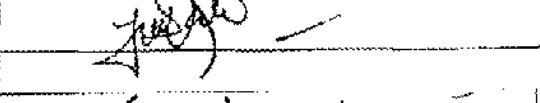
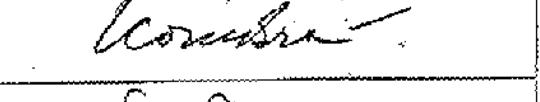
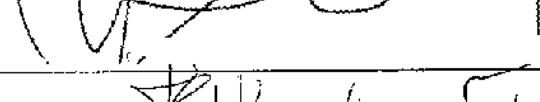
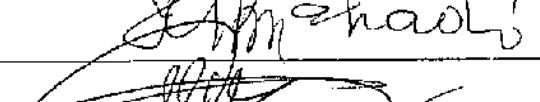
Yozanen Fontes	640	<del>Yozanen</del>
Fernando Ferraz	427	<del>Flávio</del>
Elisa Jucá	285	<del>Elisa</del>
Vanderley Serafim	55	<del>Vanderley</del>
Edson Santos	402	<del>Edson</del>
Leonardo Motta	922	<del>Leonardo</del>
José Zochodowitsch	378	<del>José Zochodowitsch</del>
Pedro Pacheco	352	<del>Pedro Pacheco</del>
Siba Machado		<del>Siba Machado</del>
Alessandro Molon	652	<del>Alessandro Molon</del>
Alcides	740	<del>Alcides</del>
Antônio Dória	360	<del>Antônio Dória</del>
Eduardo Góis	826	<del>Eduardo Góis</del>
Waldenor Pereira	307	<del>Waldenor Pereira</del>
Renzo	344	<del>Renzo</del>
Mazzoni	314	<del>Mazzoni</del>
Patrícia Tom	280	<del>Patrícia Tom</del>
Erika Kokay	203	<del>Erika Kokay</del>
Ronaldo Zulka	858	<del>Ronaldo Zulka</del>
Márcio Macêdo	654	<del>Márcio Macêdo</del>
Beto Góis	223	<del>Beto Góis</del>
Salomão Assunção	779	<del>Salomão Assunção</del>
Wellington Prado	862	<del>Wellington Prado</del>
Arlindo Chinaglia	966	<del>Arlindo Chinaglia</del>
Cecília Sliva	613	<del>Cecília Sliva</del>

Milton Matos	320	<del>July 1</del>	70
José Hummes	267	<del>September 80</del>	
Paulo Freixo	286	<del>September 81</del>	
Luiz Ribeiro	618	<del>September 82</del>	
Garcia Pessôa	206	<del>September 83</del>	
Antônio Braga	429	Ah	
MAGDA MAFATTO	536	<del>Mydor</del>	
SÓSÉ CHAVES	436	<del>20000</del>	
Josué Sengtsou	505	<del>10000</del>	
JOVAIR ARANTES	348	<del>June 01/2</del>	
Nilton Papixobá	324	<del>July 01/2</del>	
helson luizguerdi	920	<del>July 01/2</del>	
Ricardo Vaz	546	<del>July 01/2</del>	
Sabino C. Barreto	711	<del>July 01/2</del>	
Silvio Costa	411	<del>July 01/2</del>	
Oscar Soárez	460	<del>July 01/2</del>	
Carlos Souza	317	<del>July 01/2</del>	
SIMÃO SOARES	709	<del>July 01/2</del>	

<del>Yogi Ishii</del>	<del>Brasil 46</del>	<del>Yogi Ishii</del>
Paulo Gómez	445	<del>Yogi Ishii</del>
Diego Andrade	307	<del>Yogi Ishii</del>
Marcos Henrique	943	<del>Yogi Ishii</del>
Jefferson Camargo	346	<del>Yogi Ishii</del>
Mário da Oliveira	341	<del>Yogi Ishii</del>
ELESES PAIVA	658	<del>Yogi Ishii</del>
Andréa Bérgolo Doria	917	<del>Yogi Ishii</del>
FELIPE BORNIER	216	<del>Felipe Bornier</del>
EDSON PIMENTA	403	<del>Edson Pimenta</del>
MANOEL HINTERHOLZ	566	<del>Manoel Hinterholz</del>
José Nunes	-	<del>José Nunes</del>
Júlio Cesar	944	<del>Júlio Cesar</del>
JUNSI Abe	340	<del>JUNSI Abe</del>
CARLOS SCIARRA	435	<del>Carlos Sciarra</del>
José Boavida	342	<del>José Boavida</del>
SÉRGIO BUTO	638	<del>Sérgio Buto</del>
Homero Peres	960	<del>Homero Peres</del>
Gilherme Gomes	283	<del>Gilherme Gomes</del>

Valeski Simões	207	<del>207</del>
Walter Salama	242	<del>242</del>
MARCHEZAN	368	<del>368</del>
Marco Tardini	483	<del>483</del>
Nívea Lins	276	<del>276</del>
Rogério Marinho	310	<del>310</del>
Cesar Espírito	602	<del>602</del>
Chico Lopes	310	<del>310</del>
Delegado Presidencial	745	<del>745</del>
Anísio Medo	605	<del>605</del>
Jessica St.	531	<del>531</del>
Fábio da Feplaf	622	<del>622</del>
Daniel Almeida	317	<del>317</del>
Eduardo Miltomar	419	<del>419</del>
Cláudia Andrade	303	<del>303</del>
André Góes	940	<del>940</del>
Volney Oconez	936	<del>936</del>
Thierry Moisés	738	<del>738</del>
Marcelo Nogueira	711	<del>711</del>
Valeski Simões		

Vicente da Cunha	711	Cunha
Marcos Rogério	583	Rogério
Renato Faria	573	Faria
Souza Vidal	812	Vidal
Giovanni Belotti	618	Belotti
REGUFFE	372	Reguffe
SALVADOR Pinheiro	804	Pinheiro
Giovanni Cherini	468	Cherini
GINALDO CORIMBOS	732	Corimbos
Ricardo Alves	729	Alves
Antônio Fachin	522	Fachin
Luiz José	338	José
FERNANDO COELHO	662	Coelho
LAUREZ MOREIRA	736	Moreira
Marco Flávio	543	Flávio
Voltemir Pereira	913	Pereira
Kiyoshi Ota	523	Ota
Zorildo de Souza Faria	411	Faria
Postes Henrique	369	Postes
Severino Viana	380	Viana
Ivan Weller	475	Weller
Luiza Erundina	690	Erundina

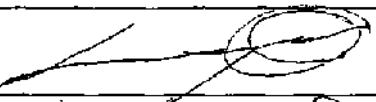
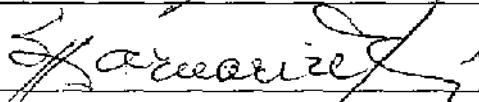
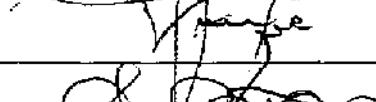
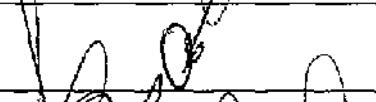
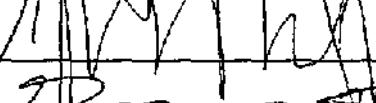
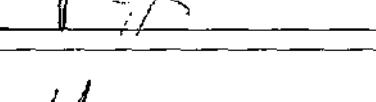
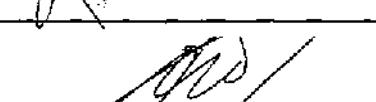
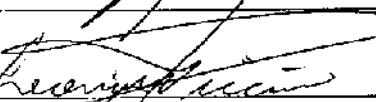
LEOPOLDO MEYER	233	
CAMASINHA	609	
JOSÉ STEFIL	354	
Vicente Selistre	438	
GLAUCIA BRAGA	362	
Mauricio Nazzari	948	
PAULO FOLCHI	839	
VALMIR FILHO	660	
Jean Wyllys	646	
Léo Cunha	807	
Ruy	416	
Aureano Edwards Silveira	539	
Pé de Meia	530	
Júnior Coimbra	274	
Patrônio	318	

ELCIONE BARBALHO	919	<u>Elcione Barbalho</u>
MARCO LOPES	844	<u>Marco Lopes</u>
Lucio Viana Góis	612	<u>Lucio Viana Góis</u>
Edi Lopes	350	<u>Edi Lopes</u>
Marcos Reis	811	<u>Marcos Reis</u>
José Priante	752	<u>José Priante</u>
Ronaldo Benedito	58	<u>Ronaldo Benedito</u>
Eliseu Padilha	222	<u>Eliseu Padilha</u>
André Fachada	238	<u>André Fachada</u>
Júlio Sondim	833	<u>Júlio Sondim</u>
Hugo Motta	582	<u>Hugo Motta</u>

Kane Henry	707	<u>Kane Henry</u>
Adrívalo Bentia	410	<u>Adrívalo Bentia</u>
Vânia Couto	708	<u>Vânia Couto</u>
Wilson Filho	534	<u>Wilson Filho</u>
José E. C. Jr.	911	<u>José E. C. Jr.</u>
WASHINGTON REIS	856	<u>Washington Reis</u>

EDSON EZEQUIEL	748	<i>GCN</i>
Giroto	277	<i>5</i>
EDIVALDO ARRUDA	418	<i>NC</i>
ROGÉRIO PENINHAS	656	<i>Almeida</i>
ADRIAN	441	<i>Adriano</i>
Vladimir Costa		<i>Santos</i>
Andre Zochdager	838	<i>Zochdager</i>
Daniel Freitas	384	<i>Daniel Freitas</i>
Geddo Ferreira	905	<i>Geddo Ferreira</i>
PERONDI	518	<i>Perondi</i>
JOSÉ MAGALHÃES	211	<i>José Magalhães</i>
Ricar Motta	445	<i>Ricar Motta</i>
IMPRENSA FOTO	448	<i>Imprensa Foto</i>
Antônio Andrade	305	<i>Antônio Andrade</i>
Oswar Peres	345	<i>Oswar Peres</i>
SENADOR MESTER	443	<i>Senador Mester</i>
Antônio Main	532	<i>Antônio Main</i>

Odilis Balbinotti	278	<i>Balbinotti</i>
CELSO MALDANER	311	<i>Celso Maldaner</i>
Luz Pitman	331	<i>Luz Pitman</i>
OSMAN TIRNA	927	<i>Osman Tirna</i>
Cecília Figueiredo	554	<i>Cecília Figueiredo</i>
LEONARDO STOLEZHA	735	<i>Leonardo Stolezha</i>
ANTONIA WEIN	644	<i>Antonia Wein</i>
José Linhares	880	<i>José Linhares</i>
CARMEN ZANDITO	503	<i>Carmen Zandito</i>
Paulo Rubem Santiago	623	<i>Paulo Rubem Santiago</i>
Totá Amâncio	303	<i>Totá Amâncio</i>
Alexandre Rosso	742	<i>Alexandre Rosso</i>
Utoni Pinto	422	<i>Utoni Pinto</i>
Ionil Coimbra	315	<i>Ionil Coimbra</i>
Therizinha Manuhu	823	<i>Therizinha Manuhu</i>
Yô Moreira	322	<i>Yô Moreira</i>
Perpétua Almeida	625	<i>Perpétua Almeida</i>
Usam Junor	356	<i>Usam Junor</i>

LEOPOLDO MEYER	233	
CAMARINTHA	609	
JOSÉ STEPHILE	354	
Vicente Gelistree	438	
CLAUDIO BRAGA	362	
Miguel Nazzari	948	
PAULO FELIPE	839	
VALADARES FILHO	660	
JULIO DELGADO	323	
GONZAGA PATRIOTA	430	
DOMINGOS NETO	546	
Alexandre Rorato	741	
Jonete Capiberibe	209	
Floriano Peixoto	224	
LEONARDO PICCIANI	302	
Alberto Filho	617	

**Secretaria-Geral da Mesa  
Secretaria de Coordenação Legislativa do Congresso Nacional**

**PRORROGAÇÃO DA CPMI: REQUERIMENTO N° 1, DE 2012-CN**      **PRAZO: 46 DIAS**  
**ASSINATURAS VÁLIDAS DE SENADORES: 41**

Requer-se, nos termos do § 3º do art. 58 da Constituição Federal, combinado com o art. 21 do Regimento Comum do Congresso Nacional e art. 152 do Regimento Interno do Senado Federal, a prorrogação da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito destinada a investigar investigar práticas criminosas do senhor Carlos Augusto Ramos, conhecido vulgarmente como Carlinhos Cachoeira, desvendadas pelas operações 'Vegas' e 'Monte Carlo', da Polícia Federal, por 48 (quarenta e oito dias).

Nome	Partido	UF
VITAL DO RÉGO	PMDB	PB
ACIR GURGACZ	PDT	RO
ALFREDO NASCIMENTO	PR	AM
ANA AMÉLIA	PP	RS
ANA RITA	PT	ES
ANGELA PORTELA	PT	RR
ANIBAL DINIZ	PT	AC
ANTONIO CARLOS RODRIGUES	PR	SP
ARMANDO MONTEIRO	PTB	PE
BENEDITO DE LIRA	PP	AL
CASILDO Maldaner	PMDB	SC
CIRNO NOGUEIRA	PP	PI
CLESIO ANDRADE	PMDB	MG
DELcídio do AMARAL	PT	MS
EDUARDO AMORIM	PSC	SE
EDUARDO BRAGA	PMDB	AM
EDUARDO SUPlicy	PT	SP
EUNÍCIO OLIVEIRA	PMDB	CE
GIM ARGELLO	PTB	DF
HUMBERTO COSTA	PT	PE
INÁCIO ARRUDA	PC DO B	CE
IVO CASSOL	PP	RO
JOÃO DURVAL	PDT	BA
JOÃO RIBEIRO	PR	TO
JORGE VIANA	PT	AC
JOSÉ PIMENTEL	PT	CE
LÍDICE DA MATA	PSB	BA
LINDBERGH FARIA	PT	RJ
LUIZ HENRIQUE	PMDB	SC
MAGNO MALTA	PR	ES
PAULO DAVIM	PV	RN
PAULO PAIM	PT	RS
RENAN CALHEIROS	PMDB	AL
RODRIGO ROLLEMBERG	PSB	DF
ROMERO JUCÁ	PMDB	RR
SÉRGIO PETECÃO	PSD	AC
SÉRGIO SOUZA	PMDB	PR
TOMÁS CORREIA	PMDB	RO
VANESSA GRAZZIOTIN	PC DO B	AM
WALTER PINHEIRO	PT	BA
DÉCIO LIMA	PT	SC
ABELARDO CAMARINHA	PSB	SP
ADRIAN	PMDB	RJ
AFONSO FLORENCE	PT	BA
ALBERTO FILHO	PMDB	MA
ALCEU MOREIRA	PMDB	RS
ALESSANDRO MOLON	PT	RJ
ALEXANDRE ROSO	PSB	RS
AMAURI TEIXEIRA	PT	BA
ANDRÉ FIGUEIREDO	PDT	CE
ANDRÉ ZACHAROW	PMDB	PR
ANTÔNIA LÚCIA	PSC	AC
ANTÔNIO ANDRADE	PMDB	MG
ANTONIO BALHMAN	PSB	CE
ARLINDO CHINAGLIA	PT	SP
AROLDE DE OLIVEIRA	PSD	RJ
ARTHUR OLIVEIRA MAIA	PMDB	BA
ARTUR BRUNO	PT	CE
ASDRUBAL BENTES	PMDB	PA

ASSIS CARVALHO	PT	PI
ASSIS DO COUTO	PT	PR
ASSIS MELO	PCdoB	RS
BENEDITA DA SILVA	PT	RJ
BETO FARO	PT	PA
BIFFI	PT	MS
BOHN GASS	PT	RS
CÂNDIDO VACCAREZZA	PT	SP
CARLINHOS ALMEIDA	PT	SP
CARLOS SAMPAIO	PSDB	SP
CARLOS SOUZA	PSD	AM
CARLOS ZARATTINI	PT	SP
CARMEN ZANOTTO	PPS	SC
CELSO MOLDANER	PMDB	SC
CESAR COLNAGO	PSDB	ES
CHICO D'ANGELO	PT	RJ
CHICO LOPES	PCdoB	CE
CLÁUDIO PUTY	PT	PA
COSTA FERREIRA	PSC	MA
DALVA FIGUEIREDO	PT	AP
DANIEL ALMEIDA	PCdoB	BA
DANILO FORTE	PMDB	CE
DANRLEI DE DEUS HINTERHOLZ	PSD	RS
DARCÍSIO PERONDI	PMDB	RS
DELEGADO PROTÓGENES	PCdoB	SP
DEVANIR RIBEIRO	PT	SP
DIEGO ANDRADE	PSD	MG
DOMINGOS NETO	PSB	CE
DR. ROSINHA	PT	PR
EDINHO ARAUJO	PMDB	SP
EDIO LOPES	PMDB	RR
EDSON EZEQUIEL	PMDB	RJ
EDSON PIMENTA	PSD	BA
EDSON SANTOS	PT	RJ
EDUARDO SCIARRA	PSD	PR
ELCIONE BARBALHO	PMDB	PA
ELEUSES PAIVA	PSD	SP
ELISEU PADILHA	PMDB	RS
EMILIANO JOSÉ	PT	BA
ERIKA KOKAY	PT	DF
EUDES XAVIER	PT	CE
EVANDRO MILHOMEN	PCdoB	AP
FATIMA BEZERRA	PT	RN
FATIMA PELAES	PMDB	AP
FELIPE BORNIER	PSD	RJ
FERNANDO COELHO FILHO	PSB	PE
FERNANDO FERRO	PT	PE
FERNANDO MARRONI	PT	RS
FLÁVIA MORAIS	PDT	GO
FLAVIANO MELO	PMDB	AC
FRANCISCO PRACIANO	PT	AM
GABRIEL GUIMARÃES	PT	MG
GERALDO RESENDE	PMDB	MS
GERALDO SIMÕES	PT	BA
GILMAR MACHADO	PT	MG
GIOVANI CHERINI	PDT	RS
GIOVANNI QUEIROZ	PDT	PA
GIVALDO CARIMBÃO	PSB	AL
GLAUBER BRAGA	PSB	RJ
GONZAGA PATRIOTA	PSB	PE
GORETE PEREIRA	PR	CE
GUILHERME CAMPOS	PSD	SP
HENRIQUE EDUARDO ALVES	PMDB	RN
HENRIQUE FONTANA	PT	RS
HOMERO PEREIRA	PSD	MT
HUGO MOTTA	PMDB	PB
IRINY LOPES	PT	ES
IRIS DE ARAÚJO	PMDB	GO

JANDIRA FEGHALI	PCdoB	RJ
JANETE CAPIBERIBE	PSB	AP
JANETE ROCHA PIETÀ	PT	SP
JEAN WYLLYS	PSOL	RJ
JEFFERSON CAMPOS	PSD	SP
JESUS RODRIGUES	PT	PI
JILMAR TATTO	PT	SP
JÓ MORAES	PCdoB	MG
JOÃO ANANIAS	PCdoB	CE
JOÃO CAMPOS	PSDB	GO
JOÃO MAGALHÃES	PMDB	MG
JOÃO PAULO LIMA	PT	PE
JORGE BOEIRA	PSD	SC
JOSÉ CARLOS ARAÚJO	PSD	BA
JOSÉ CHAVES	PTB	PE
JOSÉ DE FILIPPI	PT	SP
JOSÉ GUIMARÃES	PT	CE
JOSÉ HUMBERTO	PHS	MG
JOSÉ LINHARES	PP	CE
JOSÉ MENTOR	PT	SP
JOSÉ NUNES	PSD	BA
JOSÉ PRIANTE	PMDB	PA
JOSE STÉDILE	PSB	RS
JOSIAS GOMES	PT	BA
JOSUÉ BENGTSON	PTB	PA
JOVAIR ARANTES	PTB	GO
JÚLIO CESAR	PSD	PI
JÚLIO DELGADO	PSB	MG
JÚNIOR COIMBRA	PMDB	TO
JUNJI ABE	PSD	SP
KEIKO OTA	PSB	SP
LAUREZ MOREIRA	PSB	TO
LELO COIMBRA	PMDB	ES
LEONARDO GADELHA	PSC	PB
LEONARDO MONTEIRO	PT	MG
LEONARDO PICCIANI	PMDB	RJ
LEONARDO QUINTÃO	PMDB	MG
LEOPOLDO MEYER	PSB	PR
LINCOLN PORTELA	PR	MG
LUCI CHOINACKI	PT	SC
LUCIANA SANTOS	PCdoB	PE
LUCIO VIEIRA LIMA	PMDB	BA
LUIZ ALBERTO	PT	BA
LUIZ COUTO	PT	PB
LUIZ NOÉ	PSB	RS
LUIZ PITIMAN	PMDB	DF
LUIZ SÉRGIO	PT	RJ
LUIZA ERUNDINA	PSB	SP
MAGDA MOFATTO	PTB	GO
MARÇAL FILHO	PMDB	MS
MARCELO CASTRO	PMDB	PI
MARCELO MATOS	PDT	RJ
MÁRCIO FRANÇA	PSB	SP
MÁRCIO MACÊDO	PT	SE
MARCO TEBALDI	PSDB	SC
MARCON	PT	RS
MARCOS ROGÉRIO	PDT	RO
MARINA SANTANNA	PT	GO
MARIO DE OLIVEIRA	PSC	MG
MAURO LOPES	PMDB	MG
MAURO NAZIF	PSB	RO
MILTON MONTI	PR	SP
MIRIQUINHO BATISTA	PT	PA
MIRO TEIXEIRA	PDT	RJ
MOREIRA MENDES	PSD	RO
NAZARENO FONTELES	PT	PI
NELSON MARCHEZAN JUNIOR	PSDB	RS
NELSON MARQUEZELLI	PTB	SP
NEWTON LIMA	PT	SP
NILDA GONDIM	PMDB	PB
NILSON LEITÃO	PSDB	MT
NILTON CAPIXABA	PTB	RO

ODAIR CUNHA	PT	MG
ODÍLIO BALBINOTTI	PMDB	PR
ONOFRE SANTO AGOSTINI	PSD	SC
OSMAR JUNIOR	PCdoB	PI
OSMAR SERRAGLIO	PMDB	PR
OSMAR TERRA	PMDB	RS
PADRE JOÃO	PT	MG
PADRE TON	PT	RO
PASTOR EURICO	PSB	PE
PAULO FEIJÓ	PR	RJ
PAULO FERREIRA	PT	RS
PAULO FOLETO	PSB	ES
PAULO PIMENTA	PT	RS
PAULO RUBEM SANTIAGO	PDT	PE
PAULO TEIXEIRA	PT	SP
PEDRO EUGÉNIO	PT	PE
PEDRO UCZAI	PT	SC
PERPÉTUA ALMEIDA	PCdoB	AC
POLICARPO	PT	DF
RAIMUNDÃO	PMDB	CE
RAUL HENRY	PMDB	PE
REGUFFE	PDT	DF
RIBAMAR ALVES	PSB	MA
RICARDO BERZOINI	PT	SP
ROGÉRIO MARINHO	PSDB	RN
ROGÉRIO PENINHA MENDONÇA	PMDB	SC
ROMÁRIO	PSB	RJ
RONALDO BENEDET	PMDB	SC
RONALDO NOGUEIRA	PTB	RS
RONALDO ZULKE	PT	RS
RUBENS OTONI	PT	GO
SABINO CASTELO BRANCO	PTB	AM
SALVADOR ZIMBALDI	PDT	SP
SANDRO MABEL	PMDB	GO
SÉRGIO BARRADAS CARNEIRO	PT	BA
SÉRGIO BRITO	PSD	BA
SEVERINO NINHO	PSB	PE
SIBÁ MACHADO	PT	AC
SILVIO COSTA	PTB	PE
SIMÃO SESSIM	PP	RJ
SUEL VIDIGAL	PDT	ES
TAUMATURGO LIMA	PT	AC
VALADARES FILHO	PSB	SE
VALDIR COLATTO	PMDB	SC
VALMIR ASSUNÇÃO	PT	BA
VALTENIR PEREIRA	PSB	MT
VANDER LOUBET	PT	MS
VANDERLEI SIRAQUE	PT	SP
VICENTE CANDIDO	PT	SP
VICENTE SELISTRE	PSB	RS
VICENTINHO	PT	SP
VIEIRA DA CUNHA	PDT	RS
VITOR PAULO	PRB	RJ
WALDENOR PEREIRA	PT	BA
WALTER FELDMAN	PSDB	SP
WASHINGTON REIS	PMDB	RJ
WELTON PRADO	PT	MG
WILSON FILHO	PMDB	PB
WLADIMIR COSTA	PMDB	PA
WOLNEY QUEIROZ	PDT	PE
ZÉ SILVA	PDT	MG
ZÉCA DIRCEU	PT	PR
ZÉQUINHA MARINHO	PSC	PA

**O SR. PRESIDENTE** (Anibal Diniz. Bloco/PT – AC) – Iniciamos a nossa lista de oradores.

O primeiro orador inscrito da lista de oradores é o Senador João Capiberibe. (*Pausa.*)

**O SR. ALVARO DIAS** (Bloco/PSDB – PR) – Pela ordem, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Anibal Diniz. Bloco/PT – AC) – Pela ordem, Senador Alvaro Dias.

**O SR. ALVARO DIAS** (Bloco/PSDB – PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – É para me inscrever pela Liderança do PSDB.

**O SR. PRESIDENTE** (Anibal Diniz. Bloco/PT – AC) – V. Ex<sup>a</sup> está inscrito.

Não estando presente o Senador João Capiberibe, fala, pela Liderança do PSDB, o Senador Alvaro Dias.

**O SR. PRESIDENTE** (Anibal Diniz. Bloco/PT – AC) – Os oradores inscritos no art. 17 só vêm após encerrados os inscritos para a sessão.

Para comunicação inadiável, logo após o primeiro orador.

**O SR. ALVARO DIAS** (Bloco/PSDB – PR. Pela Liderança. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sras. Senadoras, o Presidente acaba de fazer a leitura de um requerimento que prorroga os trabalhos da CPMI Cachoeira por cerca de 48 dias. Trata-se de uma estratégia. Não se trata, na verdade, do anúncio de uma disposição de aprofundar as investigações para revelar ao País os detalhes de um gigantesco esquema de corrupção que promoveu um desvio monumental de recursos públicos nos últimos anos, especialmente dos cofres da União.

Há poucos dias, em São Paulo, mais precisamente na segunda-feira – tive oportunidade, inclusive, de contar àqueles que me acompanham nas redes sociais, aproveitando o espaço disponível que temos – um amigo disse: “Os brasileiros sabem escalar a seleção nacional e, agora, muitos brasileiros sabem escalar também o Supremo Tribunal Federal.” Esse é o reflexo do impacto que provoca a atuação de Ministros que se transformaram em ídolos para muita gente neste País. Foi um exemplo de combate à impunidade no julgamento do mensalão, ressuscitando esperanças em boa parte da população brasileira que quer instituições públicas valorizadas pela ética. E o Supremo Tribunal Federal conquista respeitabilidade ao julgar, de forma implacável, os responsáveis pela arquitetura, instrumentalização e operacionalização desse complexo esquema de corrupção que se chamou de mensalão.

E nós, no Congresso Nacional, aprendemos a lição? Lamentavelmente, não. O que se faz agora é decretar o fim desta Comissão Parlamentar de Inquérito e é preciso explicar por quê.

Mas não há prorrogação? Há um simulacro de prorrogação, há uma encenação. A prorrogação que se anuncia agora não é suficiente para avançar nas investigações, especialmente de cerca de 29 empresas supostamente laranjas, que tiveram movimentação financeira atípica no relacionamento com a Delta. E a Delta é a matriz desse grande escândalo de corrupção, com participação de Carlos Cachoeira, uma espécie de sócio oculto ou de grande lobista que arquitetava e articulava as negociações com o Poder Público, obtendo contratos generosos que foram alimentando seus cofres nos últimos anos. Assim, ela se tornou uma empresa monumental, com repasses de recursos para empresas coadjuvantes que se instalaram para o desvio do dinheiro público ou para ocultação dos valores. São empresas que não produzem objetos, equipamentos, que não realizam obras e não prestam serviços, mas movimentaram milhões de reais nos últimos anos nessa relação promiscua com a empresa Delta, e dela com o Poder Público da União, de alguns Estados e de alguns Municípios deste País.

O que desejávamos era uma prorrogação de 180 dias para que tivéssemos tempo de quebrar o sigilo bancário dessas 29 empresas. Dessa forma, na análise da movimentação financeira delas, conferindo o passeio dos recursos desde a origem até a destinação final, poderíamos encontrar os responsáveis por esquema de desvio de dinheiro público como jamais se viu na história deste País.

Sim, os valores são excepcionais. Em pouco tempo, em relação a empresas que tiveram o sigilo quebrado, verificamos que mais de R\$421 milhões foram repassados da Delta para coadjuvantes, que destinavam os recursos a beneficiários integrantes do esquema de Carlinhos Cachoeira.

E a origem era sempre o Poder Público, sobretudo DNIT. Maior percentual: DNIT. Estados e Municípios da mesma forma. As empresas que tiveram seus sigilos quebrados estão instaladas no Estado de Goiás. Desde o início, prevaleceu a tese de que o objetivo da instalação da CPI era ferir o partido de oposição em Goiás, o PSDB, e era, se possível, desviar as atenções da opinião pública desse memorável julgamento do mensalão.

Se conseguiram esses objetivos, não cabe aqui discutir, mas o que se verifica agora é que não desejavam investigar para valer. Não desejavam apurar a realidade dos fatos. A sujeira e o lixo da corrupção estão sendo empurrados para debaixo do tapete da impunidade. E nós ficamos devendo. Enquanto os Ministros do Supremo Tribunal Federal, especialmente alguns deles, se transformam em ídolos de boa parte

da população brasileira, Parlamentares se tornam desavergonhados *pizzaiolos...*

(*Soa a campainha.*)

**O SR. ALVARO DIAS** (Bloco/PSDB – PR) – ...ao impedir que o Congresso Nacional preste este serviço ao País: o serviço maior, que é o de combate à impunidade, que é a razão do estímulo à corrupção no Brasil, que tanto mal tem feito ao povo brasileiro.

Portanto, lamentamos. Denunciamos que houve uma encenação. Denunciamos que se estabeleceu um cronograma para que a CPI chegassem ao final do ano sem apresentar um relatório veemente. O que tememos é um relatório chapa-branca, escondendo fatos e permitindo que o lixo da corrupção fique debaixo do tapete da impunidade.

**O SR. PRESIDENTE** (Anibal Diniz. Bloco/PT – AC) – Com a palavra, como orador inscrito, pelo art. 17, o Senador Paulo Paim.

Enquanto o Senador Paulo Paim se dirige à tribuna, faço uma comunicação.

**O SR. PRESIDENTE** (Anibal Diniz. Bloco/PT – AC) – A Presidência comunica ao Plenário que foi protocolado na Secretaria-Geral da Mesa requerimento, tendo como primeiro signatário o Senador Magno Malta, que *requer a criação de Comissão Parlamentar de Inquérito para investigar as causas dos problemas relacionados aos serviços prestados pelas operadoras de planos de assistência à saúde no País, aos índices de reajuste das mensalidades dos planos, à ocorrência de fraudes na contratação de planos e operadoras e à ineficácia dos mecanismos de resarcimento do Sistema Único de Saúde (SUS) pelo atendimento prestado a beneficiários de planos de saúde.*

Em referência ao expediente, de criação de Comissão Parlamentar de Inquérito, a Presidência comunica ao Plenário que, nos termos do art. 244 do Regimento Interno, foram retiradas assinaturas.

Dessa forma, como as assinaturas remanescentes no referido Requerimento não alcançam o número mínimo de subscritores exigido constitucional e regimentalmente, a Presidência informa que não será lido o referido documento.

**O SR. PRESIDENTE** (Anibal Diniz. Bloco/PT – AC) – Com a palavra o Senador Paulo Paim.

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco/PT – RS) Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Senador Anibal, Senador Suplicy, Senador Tomás Correia, Senador Alvaro Dias, fiz ontem, aqui da tribuna, lá pelas 21h30, uma reflexão e mostrei toda a indignação dos aposentados e pensionistas em relação ao não reajuste dos seus vencimentos, à não votação do fator, e ainda comentei a situação desesperadora dos aposentados e pensionistas do Aerius.

Reflexão feita, remeti o discurso a inúmeras entidades de aposentados e pensionistas que o solicitaram, e o vídeo está na Internet.

Hoje, Sr. Presidente, faço uma reflexão sobre os dois anos do Estatuto da Igualdade Racial, Lei Federal nº 12.228, de 2010, de minha autoria.

No dia 20 de julho de 2010, após longa e dificiliosa tramitação, o Congresso enfim aprova o Estatuto da Igualdade, para combater que neste País ninguém, ninguém seja discriminado pela cor da pele.

Lei promulgada nº 12.228. Estava consagrada a criação do Estatuto da Igualdade, criado para garantir à população discriminada, povo negro, a igualdade de oportunidades, a defesa de seus direitos e combatendo todo tipo de discriminação.

Transcorridos dois anos de sua vigência, iniciada 90 dias após a data da sua publicação, não faltaram na época, lembro-me, críticos que se apressavam em afirmar que o Estatuto não seria implementado.

A reflexão que fazemos hoje, após dois anos, tem fundamento, como diziam também, o Estatuto do Idoso, também de nossa autoria não seria aplicado. Hoje todo mundo bate palmas por eu ter apresentado e aprovado o Estatuto do Idoso.

E a pergunta que faço: será que o árduo trabalho que nós todos realizamos ao longo de mais de 10 anos, enfrentando incompreensão, não tem hoje o resultado positivo? Eu digo que sim.

O cerne da proposta que viria a se tornar o Estatuto da Igualdade sobreviveu a todas as investidas das forças conservadoras por um motivo muito claro: são aqueles mesmos que lá na África do Sul queriam manter o *apartheid*, em que negro andava numa rua e branco, na outra; nas escolas, onde brancos estudavam, não podiam estudar negros. Rompemos isso.

Os que defendiam o *apartheid*, hoje se submetem e admitem que nós temos razão. Os negros e brancos passaram a ocupar espaços nas universidades, no serviço público, em outras áreas, como por exemplo, por que não lembrar, nos próprios partidos políticos.

Os que se enganaram é porque não entenderam que a nossa proposta se assentava sobre uma base histórico-social muito legítima, e que o percurso da população negra neste País, nossa multissecular experiência de espoliação, de discriminação, de exclusão estava rompendo essas barreiras.

Apesar dos recuos que tivemos de fazer para aprovar o Estatuto, surgiu na realidade um instrumento jurídico-social e político no nosso País como um relevante documento forte, exatamente por ter suas raízes firmemente cravadas na experiência histórica das mulheres e homens que não admitem o preconceito.

Como é bom poder dizer isso! Agora, ao avaliarmos os dois primeiros anos de vigência, não há como deixar de perceber um primeiro e muito importante avanço assegurado pelo Estatuto. Graças ao Estatuto conseguimos que a situação de desigualdade vivida pela população negra, explicitada e formalmente reconhecida no Brasil, passou a ser um eixo de debate do próprio Estado, do Governo da Presidenta Dilma, para diminuir as desigualdades.

Graças ao Estatuto da Igualdade Racial, vamos conseguindo, ao longo dos últimos dois anos, que a transversalidade da questão étnico-racial seja considerada no planejamento das mais diversas políticas governamentais, como na área da educação. Estão aí as cotas. Talvez muitos não saibam, mas quando aprovamos o Estatuto, nós sabíamos que ali não estavam escritas as cotas, mas estavam as ações afirmativas que diziam que os negros teriam que ter acesso às universidades. E foi baseado no Estatuto que o próprio Supremo reconhece a legitimidade das cotas. Foi baseado no Estatuto que, num segundo momento, o Congresso aprova as cotas e hoje elas são fato, são realidade.

Nas mais diversas políticas – eu dizia –, seja na área da educação, da saúde, do trabalho, do emprego, da comunicação, da segurança, do acesso à justiça, do esporte, da cultura, do desenvolvimento agrário, do meio ambiente, das políticas para as mulheres e para a juventude. Podemos inclusive afirmar que, com o Estatuto, as ações afirmativas se escreveram como parte do projeto geral da superação das desigualdades e da pobreza em nosso País.

Hoje, é só olharmos a LDO – Lei de Diretrizes Orçamentárias, é só olharmos o Plano Plurianual – PPA, e veremos que os programas de governos, os objetivos, as ações estão calcados em iniciativas constantes lá no Estatuto, porque essas diretrizes de combate à desigualdade de fundo étnico agora têm um instrumento legal, que permite aos ministérios apontarem caminhos de investimento para que todos – negros, brancos e índios – tenham direitos iguais. Isso é novo. E isso é efeito do Estatuto.

Com o Estatuto, estamos começando a vencer o desafio de incluir perspectiva que não mais permita que, nas políticas públicas, alguns tenham tudo e outros não tenham nada.

Passam a existir orientações orçamentárias, por exemplo, específicas para o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, o BNDES, para o Banco do Brasil, para a Caixa Econômica Federal, para o Banco da Amazônia, para o Banco do Nordeste do Brasil.

Tudo isso é um impacto que está lá, no art. 56 do Estatuto. Gradativamente, documentos importantes do Governo vão assimilando com maior profundidade e introduzindo em suas orientações a ideia da promoção definitiva da igualdade racial.

Sr. Presidente, Senador Anibal, o Plano Plurianual 2012–2015 incorpora 25 Programas Temáticos – de um total de 65 –, que contêm indicadores, iniciativas e metas que fazem referência à questão étnico-racial, ou seja, ao combate a esse preconceito. Por vezes, são dispositivos especificamente relacionados ao tema racial; outras vezes são dispositivos mais genéricos, que mencionam medidas especiais para contemplar o combate ao preconceito.

No conjunto desses 25 Programas Temáticos, há 63 objetivos, 96 metas e 51 iniciativas que apontam que a promoção da igualdade racial é fundamental e ali é explícita.

A análise do PPA 2012–2015 deixa claro que suas diversas disposições que mencionam a população negra atendem à preocupação transversal do artigo 40 do Estatuto, o qual prevê uma série de mecanismos para promover a participação da população negra na sociedade brasileira em condição de igualdade de oportunidades.

Sendo o PPA 2012–2015 o primeiro formulado sob a vigência do Estatuto da Igualdade Racial, houve, no momento de sua elaboração, um esforço sistemático e bem-sucedido da Seppir, Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, de auxiliar os órgãos de Governo na formulação de proposições que contemplassem as previsões legais do Estatuto em todas as áreas de política pública.

Cito, aqui, dois exemplos. Dentro do tema juventude, a questão da mortalidade da juventude negra, no programa temático intitulado Autonomia e Emancipação da Juventude, prevendo, inclusive, a construção de um Plano Nacional de Enfrentamento à Mortalidade da Juventude Negra. E por que isso? De cada dez jovens assassinados, oito são negros. É necessário que o Governo tenha políticas para essa área. Por isso, programas temáticos, como Segurança Pública e Cidadania e Cidadania e Justiça, e a inclusão da temática racial na formação de agente de segurança pública e privada, uma reeducação que me lembra, quando eu era jovem ainda, li no muro de uma academia: negro parado é suspeito, negro correndo é culpado. Coisas como essa, aqui no Brasil, estamos superando: a inclusão da temática racial na formação, ou seja, na educação de agente de segurança pública e privada, e a promoção de um programa de combate ao racismo institucional, nas corporações de segurança pública.

Também, na atual Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO, a questão racial está explicitada em diversos itens, todos de destacada importância para a melhoria nas condições de vida da nossa população.

Enganam-se aqueles que pensam que, se você investe na população negra ou na índia, está deixando de lado a população branca. Um grande engano de quem não entende as políticas humanitárias. Quando você investe na população –negros, brancos e índios – o conjunto ganha. Se você combate a pobreza, se você investe na educação, se você investe na distribuição de renda, você está diminuindo a violência do nosso País. E qualquer pesquisa realizada mostra que a população brasileira tem três grandes preocupações: educação, que é fundamental para negros, brancos e índios; saúde, que é mortal, eu diria, para negros, brancos e índios; e segurança, que é mortal, também, para todos.

Lembro aqui, também, no § 7º, desse mesmo artigo, fica estabelecido “A elaboração e a execução dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social” – lá, onde está saúde, previdência e assistência – “deverão obedecer à diretriz de redução das desigualdades regionais” – sim, regionais –, “de gênero” – sim, porque é grande o preconceito contra as mulheres –, “raça e etnia”.

No capítulo LDO, referente à Política de Aplicação de Recursos das Agências Financeiras Oficiais de Fomento, ficou estabelecido como prioridade para o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, que é o BNDES, “financiamento de programas de Plano Plurianual, especialmente as atividades produtivas que propiciem a redução das desigualdades regional, de gênero e étnico-raciais”.

Ainda no item LDO, referente ao BNDES, estão estabelecidos lá, como prioridade, o “financiamento para o apoio à expansão e ao desenvolvimento (...) dos empreendimentos afro-brasileiros e indígenas” e “o financiamento à geração de renda e de emprego por meio do microcrédito, com ênfase nos empreendimentos protagonizados pelos pobres brancos, afro-brasileiros, indígenas, mulheres ou pessoas com deficiência”.

Como vemos, o Estatuto avançou, e muito, apesar dos pessimistas de sempre. A prioridade de redução das desigualdades sociais, de gênero, étnico-raciais é também estabelecida na LDO para os bancos regionais, tais como Banco da Amazônia, Banco do Nordeste do Brasil, além do Banco do Brasil. Tem que ter política de combate aos preconceitos.

Nas ações hoje em curso, nos mais diversos Ministérios, observa-se, também, uma convergência de propósitos com dispositivos que vão na linha do que norteia o Estatuto da Igualdade Racial.

No caso do Ministério da Educação, há algumas ações que, em função de seu desenho, têm grande incidência sobre essa população discriminada. Menciono aqui o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec); o Programa de Educação Tutorial (PET) Conexão de Saberes; e o ProJovem Urbano, que garante espaço para a população negra.

Este último, por exemplo, apesar de não possuir especificamente um recorte étnico-racial, trabalha com a meta de que 75% dos atendidos sejam os mais pobres e, dentre os mais pobres, vocês vão ver que 75% são negros.

Vale destacar, e vou passar em seguida ao aparte do meu querido amigo Senador Tomás Correia, que o Pronatec, que é inspirado no Fundep – que eu apresentei há mais de 10 anos aqui, que é um fundo de investimento no ensino técnico, e me lembro quando criaram o Pronatec ainda disseram o seguinte: não pode ser Fundep, porque Fundep é o projeto do Paim, senão fica o mesmo nome, mas a intenção que importa é a mesma –, e o Projovem Urbano são programas com grande escala, voltados a atender dezenas de milhares de pessoas por ano, com alto nível de prioridade dentro do Governo e já em curso.

No Ministério da Saúde, devo citar duas grandes linhas de ação que, entre outras, beneficiam os mais pobres, a população negra.

A primeira delas é a efetivação da Política Nacional de Saúde Integral da População Negra nas esferas estadual e municipal.

A segunda é o acordo de cooperação celebrado entre o Ministério da Saúde e a Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR), visando à implementação de ações conjuntas que assegurem a efetivação da Política Nacional de Saúde Integral da População Negra, por meio da adesão desse Ministério à Campanha da SEPPIR intitulada “Igualdade Racial é pra Valer”.

Senador Tomás Correia.

**O Sr. Tomás Correia** (Bloco/PMDB – RO) – Senador Paulo Paim, na verdade, temos no Brasil a igualdade formal, que está no capítulo da nossa Carta Constitucional, notadamente no art. 5º, que trata dos Direitos Fundamentais. Ali está dizendo que todos são iguais perante a lei, e isso já vem da Constituição anterior, que vinha da anterior e da anterior. Praticamente todas as Constituições do Brasil vinham trazendo um capítulo sobre a igualdade entre todos os brasileiros. Mas a igualdade real é muito diferente. Veja V. Ex<sup>a</sup>, a maioria dos brasileiros somos negros. Quantos negros há no Parlamento? Aqui no Senado e na Câmara dos Deputados? Aqui no Senado, só V. Ex<sup>a</sup>. Aliás, o Rio Grande do Sul está de parabéns nesse aspecto, não

só por tê-lo conduzido para cá, um excelente Senador representando a raça negra, mas lá também eu conheço outras figuras também negras, como é o caso do Carlos Santos, que foi Deputado Federal, meu amigo, Alceu Colares, que foi Governador também do Estado do Rio Grande, negro, então um excelente exemplo de participação de negros no Rio Grande do Sul. Mas veja V. Ex<sup>a</sup>, quantos Deputados negros na Câmara dos Deputados? No Supremo Tribunal Federal, há quantos Ministros negros? Um só e, por sinal, vem demonstrando um trabalho extraordinário, demonstrando que não é a cor, não é a raça, isso não diferencia ninguém, as qualidades não estão na cor de ninguém, nem na raça, estão na garra e na inteligência, na questão ética. Também nas Assembleias, no Judiciário, não se vê quase nenhum Desembargador negro. Parece que há um caso que é até tido com certa admiração e, realmente, é extraordinário, há uma Desembargadora negra acho que na Bahia.

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco/PT – RS) – É amiga pessoal do Senador Suplicy, que tive a alegria de, por intermédio do Senador Suplicy, conhecê-la.

**O Sr. Tomás Correia** (Bloco/PMDB – RO) – E eu a conheci, pela televisão, uma pessoa extraordinária, que tem demonstrado a sua importância no contexto. Então, quero dizer que o Brasil deve muito, ainda, a essa questão. Um Brasil que teve escravidão, e não faz muito tempo, historicamente, ainda hoje, estamos lidando com essa chaga, tentando tirar isso, de uma vez por todas, mas não conseguimos ainda, Senador Paulo Paim, nos libertar do preconceito. Somos um País, ainda, lamentavelmente – tenho que dizer isso, porque é verdade – preconceituoso. Então, precisamos dar esse passo, mas ter política efetiva. Quero cumprimentar V. Ex<sup>a</sup> pela Lei das Cotas. Lamentavelmente, tem que haver a Lei de Cotas, pelo Estatuto da Igualdade, que, lamentavelmente, tem que haver. Não precisaria haver, bastava que tivéssemos o entendimento de que todos somos iguais, bastaria isso, mas, lamentavelmente, tem que haver. Mas é importante que haja, para criarmos essa cultura, remodelarmos essa cultura e trazermos um conceito realmente adequado, para que nos coloquemos todos, efetivamente e do ponto de vista material, do ponto de vista real, como pessoas iguais, como cidadãos iguais. Muito obrigado a V. Ex<sup>a</sup> pelo discurso que faz. Parabéns a V. Ex<sup>a</sup>!

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco/PT – RS) – Agradeço ao Senador Tomás Correia, V. Ex<sup>a</sup> foi feliz, no conjunto do aparte.

Temos, no Brasil, hoje, em torno de umas 50 leis, para combater o preconceito. Precisaria tanta lei se não houvesse o preconceito? É Lei das Cotas, Lei do Estatuto, Lei do Percentual. É lei que penaliza

aquele que comete, a Lei Caó, por exemplo, estava lembrando aqui; está na Constituição que o crime de racismo não prescreve e a pessoa vai para a prisão, quando cometer.

Enfim, são em torno de 50 leis, para combater o preconceito. Então, não tem como alguém dizer para mim ou para nós que o preconceito não existe, senão o Congresso não teria construído tantas leis com o único objetivo de combater o preconceito contra, principalmente, negros e índios.

Parabéns a V. Ex<sup>a</sup>, Senador Tomás Correia.

Senador Suplicy.

**O Sr. Eduardo Suplicy** (Bloco/PT – SP) – Senador Paulo Paim, quero cumprimentá-lo por sua batalha para que possa efetivamente a igualdade racial se tornar algo real no nosso Brasil. V. Ex<sup>a</sup> hoje faz um diagnóstico dos avanços das diversas iniciativas que têm promovido a igualdade racial, que tem tido resultados positivos. Mas, na conclusão de seu pronunciamento hoje, eu não poderia deixar de ressaltar que V. Ex<sup>a</sup>, como Presidente da Comissão de Direitos Humanos, hoje, mais uma vez, lavra um tanto notável ao convocar a audiência para debater a questão dos guarani-kaiowá, do Mato Grosso do Sul, inclusive com a presença de representantes do Cimi, da Presidenta, a Sr<sup>a</sup> Marta, da Funai, e com os representantes, alguns dos principais líderes dos guarani-kaiowá e a presença de inúmeras pessoas daquela comunidade, de inúmeros Senadores, inclusive o Senador Delcídio do Amaral, que é do Mato Grosso do Sul. V. Ex<sup>a</sup>...

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco/PT – SP) – Tomás Correia, Capiberibe, Deputada Janete também, Rodrigo Rollemberg, Delcídio do Amaral, que presidiu uma parte, porque é Senador do Mato Grosso...

**O Sr. Eduardo Suplicy** (Bloco/PT – SP) – Tomás Correia, Capiberibe, Deputada Janete, Rodrigo Rollemberg, Delcídio do Amaral e outros que estivemos lá. V. Ex<sup>a</sup>, que tem feito audiências tão significativas, ainda na terça-feira, sobre as questões relativas à igualdade racial, que foi excelente, com representantes da Bahia, o Secretário de Segurança da Bahia, mas hoje foi um dia muito especial porque os índios guarani-kaiowá estavam já há muito querendo a oportunidade de trazer a sua problemática para um fórum onde, de fato, eles pudesse ser ouvidos, inclusive por pessoas como nós, membros do Congresso Nacional, que podemos agora, diante das sugestões, realizar uma visita bem organizada e, se possível, até ter a cooperação do Governador André Puccinelli. A própria Sr<sup>a</sup> Marta, Presidenta da Funai, nos garantiu que estará junto, numa possível visita ali, para verificar como avançar na direção de resolução mais rápida daquela problemática de um povo que, segundo depoimento de seus líderes,

às vezes se veem em estados quase à morte para que os seus sucessores possam continuar a batalha pelo direito à vida, com dignidade. Meus parabéns a V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco/PT – RS) – Obrigado, Senador.

Eu lembro o Senador Randolfe Rodrigues também, que apresentou uma proposta da Comissão, que foi fundida com outras e nós transformamos numa comissão mista, por iniciativa também da Deputada Janete Capiberibe, de Câmara e Senado, para visitarmos o Mato Grosso do Sul.

Senador Capiberibe, o aparte.

**O Sr. João Capiberibe** (Bloco/PSB – AP) – Senador Paulo Paim, nós acompanhamos, junto com o Senador Suplicy, com o Senador Correia, com o Senador Randolfe, com a Deputada Janete, um depoimento comovente e preocupante...

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco/PT – RS) – O Senador Cristovam, estou lembrando aqui, também estava lá.

**O Sr. João Capiberibe** (Bloco/PSB – AP) – Com o líder dos kaiowás, que participou da audiência pública. Mas o que me deixou extremamente preocupado foi a judicialização dos processos demarcatórios e de homologação das terras indígenas. Foi-nos informado que algumas dessas terras indígenas estão homologadas há muitos anos e estão pendentes de decisão judicial. Essa foi...

(*Interrupção do som.*)

**O Sr. João Capiberibe** (Bloco/PSB – AP) – Pelo Judiciário brasileiro. A Constituição é clara. O povo indígena tem direito às suas terras, onde eles habitavam. E nós tivemos a oportunidade de ouvir um ofício encaminhado no dia 12 de outubro de 1941, por um chefe de posto do antigo Serviço de Proteção ao Índio, comunicando a um superior hierárquico que, na margem do Rio Naviraí, creio, na região do Sul do Mato Grosso do Sul, com um grupo de civilizados... Ele usa o termo civilizados.

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco/PT – RS) – Exatamente. Eu me lembro.

**O Sr. João Capiberibe** (Bloco/PSB – AP) – Armatos de armas longas, fuzis e mosquetões, teriam expulsado 80 almas, ou seja, algumas famílias indígenas que habitavam havia muitos anos aquela região. E ele pedia providência. Então, fica muito claro que as terras hoje requeridas pelos índios é um direito legítimo que lhes cabe. Portanto, o Estado brasileiro precisa fazer respeitar a Constituição e a lei. Essa é minha preocupação. Eu conheço essa situação, acompanho isso. Observo que há um setor da sociedade que insiste em descumprir as determinações legais. É como se as leis no País valessem para uns e não valessem para outros. Isso me parece um desrespeito, na me-

dida em que a Justiça demora a decidir – dizem que justiça que tarda não é justiça, é injustiça – e a gente pode testemunhar isto, que há uma situação de injustiça pela delonga, pela demora nas decisões judiciais, e a gente precisa levantar a situação de cada processo que envolve a demarcação e homologação de terras indígenas, para que então a gente tome providências no sentido de fazer respeitar a Constituição e a lei. Muito obrigado.

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco/PT – RS) – Muito bem, Senador Capiberibe, eu faço questão, na mesma linha do que os senhores falaram...

Aquela frase do líder indígena que diz que lá, naquela região, há até pouco tempo, índio não era considerado ser humano. Isso está documentado lá. Há até pouco tempo. “Não, aqueles são índios, e os humanos estão trabalhando para que eles saiam de lá.” Quer dizer, não considerar o ser humano como humano... A que ponto nós chegamos.

Por isso, a Comissão cumpriu o seu papel e há de cumprir muito mais ainda na linha de garantir a titularidade definitiva da terra que de direito é dos povos indígenas. É bom porque a Comissão encaminhou na linha – e o Ministério Público e o Promotor que estava lá também – de que ninguém está desconhecendo aqueles que, na época de Getúlio Vargas, ganharam o título da terra e foram para lá plantar; que sejam indenizados. E aí a União tem que entrar. E nós trabalhamos com a ideia de colocar verba no Orçamento para indenizar aqueles que possuem o título, mas que a terra fique então com aqueles de direito.

Sr. Presidente, só por uma questão de justiça – e vou terminar e não vou ler, naturalmente, tudo o que pesquisamos –, quero dizer que o Ministério do Trabalho também já tem, baseado no Estatuto, política de combate à desigualdade racial.

O Ministério das Comunicações, também baseado no Estatuto, já aplica políticas de igualdade racial.

Eu diria que o Ministério da Justiça também possui políticas de combate à desigualdade racial. Eu diria que, praticamente, todos os Ministérios passaram a trabalhar nessa linha de combater os preconceitos.

Eu lembro aqui que os repasses financeiros para as entidades e para os setores que lutam na linha de combate aos preconceitos vão beneficiar de imediato. É grande o número de jovens que são assassinados – 4.200.

É claro que aqui eu destaco também o trabalho da SEPPIR e quero destacar também o trabalho da Justiça; os diversos órgãos da Justiça, baseados no Estatuto, já começaram a tomar medidas na linha de combater os preconceitos.

Por fim, Sr. Presidente, quero apenas dizer que, conforme estudo feito pela SEPPIR, somente 20% de tudo que está no Estatuto depende de regulamentação. Todos os outros artigos, ou seja, 80%, são dispositivos autoaplicáveis.

Meus cumprimentos ao Governo por essas iniciativas que vieram na linha de dizer que o Estatuto é para valer e ele está sendo aplicado no dia a dia.

Quero, ainda, destacar que para nós é muito importante dizer que eu sou o Relator, na Comissão de Assuntos Sociais, do Estatuto da Juventude, que também trabalha na linha de combater todos os preconceitos. O Senador Randolfe Rodrigues é Relator, por indicação minha, na Comissão de Direitos Humanos.

Os argumentos que outros setores usam, Sr. Presidente, aqui eu não vou destacá-los; eu vou destacar os argumentos propositivos, afirmativos. Estamos vendo agora que, mais do que nunca, nós caminhamos para ser um povo, efetivamente, de igualdade, de oportunidades para todos. Claro que não chegamos lá, mas, a partir do Estatuto e pela vontade que percebo no Governo, é possível que a gente possa, um dia, dizer que não há mais necessidade de nenhuma política, de nenhuma lei que vá na linha de combater os preconceitos porque os preconceitos não existem mais. Claro que é sonho, mas eu sou daqueles que sempre pensam e sonham que um dia isso pode ser uma realidade.

Para ser fiel ao que eu falei ontem, Sr. Presidente, acho que ainda há um preconceito muito grande no nosso País em relação aos idosos, porque, até hoje, nós não conseguimos derrubar o fator previdenciário e não temos uma política permanente de valorização dos benefícios dos aposentados e pensionistas.

Era isso, Sr. Presidente.

Agradeço a V. Ex<sup>a</sup> e peço que considere na íntegra o meu pronunciamento.

#### **SEGUE, NA ÍNTegra, PRONUNCIAMENTO DO SR. SENADOR PAULO PAIM.**

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco/PT – RS. Sem apartamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, no dia 20 de julho de 2010, após longuíssima e difícil tramitação no Congresso Nacional, foi promulgada a Lei no 12.228, que institui o Estatuto da Igualdade Racial, criado para garantir à população negra a igualdade de oportunidades, a defesa dos seus direitos e o combate à discriminação.

Transcorridos dois anos da sua vigência, iniciada noventa dias após a data de sua publicação, não faltam críticos que se apressam em afirmar que o Estatuto não está sendo implementado.

Será que existe fundamento para essa avaliação negativa? Será que o árduo trabalho que realizamos, ao longo de dez anos, enfrentando tanta incompreensão, não vem rendendo frutos?

O cerne da proposta que viria a se tornar o Estatuto da Igualdade Racial sobreviveu a todas as investidas das forças conservadoras por um motivo muito claro.

É que nossa proposta se assentava sobre uma base histórico-social muito legítima, que é o percurso da população negra deste País, nossa multissecular experiência de espoliação, de discriminação, de exclusão.

Apesar dos recuos que tivemos de fazer, o Estatuto da Igualdade Racial surgiu na realidade jurídico-social do País como um documento muito forte e relevante exatamente por ter suas raízes firmemente cravadas na experiência histórica das mulheres e dos homens negros do Brasil.

Agora, ao avaliarmos seus dois primeiros anos de vigência, não há como deixar de perceber um primeiro e muito importante avanço assegurado pelo Estatuto: graças a ele, conseguimos que a situação de desigualdade vivida pela população negra fosse plena, explícita e formalmente reconhecida como uma área de atuação do Estado para incidência das políticas públicas.

Graças ao Estatuto da Igualdade Racial, vimos conseguindo, ao longo dos últimos dois anos, que a transversalidade da questão étnico-racial seja considerada no planejamento das mais diversas políticas governamentais, seja na área da educação, da saúde, do trabalho e emprego, das comunicações, da segurança pública e do acesso à Justiça, do esporte, da cultura, do desenvolvimento agrário, do meio ambiente, das políticas para as mulheres ou para a juventude.

Podemos inclusive afirmar que, com o Estatuto, as ações afirmativas se inscreveram como parte do projeto geral de superação das desigualdades brasileiras.

Hoje, se nos debruçarmos sobre a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), sobre o Plano Plurianual (PPA) 2012–2015, veremos que os programas de governo, os objetivos, as ações, as iniciativas neles constantes estão atravessados por essa diretriz de combater a desigualdade de fundo étnico-racial.

Isso é novo. E isso é efeito do Estatuto da Igualdade Racial.

Com o Estatuto, estamos começando a vencer o desafio de incluir a perspectiva racial nas políticas públicas.

Passam a existir orientações orçamentárias específicas para o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), para o Banco do Brasil, para a Caixa Econômica Federal, para o Banco da Amazônia, para o Banco do Nordeste do Brasil.

Tudo isso é um impacto do artigo 56 do Estatuto. Gradativamente, documentos importantes do Governo vão assimilando com maior profundidade e introduzindo em suas orientações a idéia da promoção da igualdade racial.

Sr. Presidente, o Plano Plurianual 2012–2015 incorpora 25 Programas Temáticos – de um total de 65 –, que contém indicadores, iniciativas e metas que fazem referência à questão étnico-racial.

Por vezes, são dispositivos especificamente relacionados ao tema racial, outras vezes, são dispositivos mais genéricos que mencionam medidas especiais para contemplar a população negra.

No conjunto desses 25 Programas Temáticos, há 63 objetivos, 96 metas e 51 iniciativas em que a promoção da igualdade racial é mencionada de forma explícita.

A análise do PPA 2012–2015 deixa claro que suas diversas disposições que mencionam a população negra atendem à preocupação transversal do artigo 4º do Estatuto, o qual prevê uma série de mecanismos para promover a participação da população negra na sociedade brasileira em condição de igualdade de oportunidades.

Sendo o PPA 2012–2015 o primeiro formulado sob a vigência do Estatuto da Igualdade Racial, houve, no momento de sua elaboração, um esforço sistemático e bem sucedido da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR) de auxiliar os órgãos do Governo Federal na formulação de proposições que contemplassem as previsões legais do Estatuto em cada área de política pública.

Para citar apenas dois exemplos, destaco, no PPA, dentro do tema juventude, a questão da mortalidade negra no Programa Temático intitulado “Autonomia e Emancipação da Juventude”, prevendo inclusive a construção de um Plano Nacional de Enfrentamento à Mortalidade da Juventude Negra; e, nos Programas Temáticos “Segurança Pública e Cidadania” e “Cidadania e Justiça”, a inclusão da temática racial na formação de agentes de segurança pública e privada, e a promoção de Programas de Combate ao Racismo Institucional nas corporações de segurança pública.

Também na atual Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), a questão racial está explicitada em diversos itens, todos de destacada importância para a melhoria nas condições de vida da população negra.

Entre eles, destaco o parágrafo 1º do artigo 17, que exige a apresentação de um “relatório anual, referente ao exercício anterior, de impacto dos programas voltados ao combate das desigualdades nas dimensões de gênero, raça, etnia...”.

Já no parágrafo 7º desse mesmo artigo, ficou estabelecido que “A elaboração e a execução dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social deverão obedecer à diretriz de redução das desigualdades regionais, de gênero, raça e etnia”.

No Capítulo da LDO referente à Política de Aplicação dos Recursos das Agências Financeiras Oficiais de Fomento, ficou estabelecido como prioridade para o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) o “financiamento de programas do Plano Plurianual 2012–2015, especialmente as atividades produtivas que propiciem a redução das desigualdades de gênero e étnico-raciais”.

Ainda no item da LDO referente ao BNDES, estão estabelecidos como prioridade o “financiamento para o apoio à expansão e ao desenvolvimento (...) dos empreendimentos afro-brasileiros e indígenas” e “o financiamento à geração de renda e de emprego por meio do microcrédito, com ênfase nos empreendimentos protagonizados por afro-brasileiros, indígenas mulheres ou pessoas com deficiência”.

A prioridade de redução das desigualdades sociais, de gênero, e étnico-raciais é também estabelecida, na LDO, para os bancos regionais, tais como Banco da Amazônia e Banco do Nordeste do Brasil, além do Banco do Brasil.

Sr@s e Srs. Senadores, nas ações hoje em curso nos mais diversos Ministérios, observa-se também uma convergência de propósitos com os dispositivos do Estatuto da Igualdade Racial.

No caso do Ministério da Educação, existem algumas ações que, em função de seu desenho, têm grande incidência sobre a população negra.

Menciono, aqui, o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec), o Programa de Educação Tutorial (PET) Conexão de Saberes e o Projovem Urbano.

Este último, por exemplo, apesar de não possuir um recorte étnico-racial, trabalha com a meta de que 75% dos atendidos sejam jovens negros.

Vale destacar que o Pronatec e o Projovem Urbano são programas com grande escala, voltados a atender dezenas de milhares de pessoas por ano, com alto nível de prioridade dentro do Governo e já em curso.

No Ministério da Saúde, devo citar duas grandes linhas de ação que, entre outras, beneficiam a população negra.

A primeira delas é a efetivação da Política Nacional de Saúde Integral da População Negra nas esferas estadual e municipal.

A segunda, é o acordo de cooperação celebrado entre o Ministério da Saúde e a Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR) visando

à implementação de ações conjuntas que assegurem a efetivação da Política Nacional de Saúde Integral da População Negra, por meio da adesão desse Ministério à Campanha da SEPPIR intitulada “Igualdade Racial é pra Valer”.

Embora o acordo de cooperação firmado entre o Ministério da Saúde e a SEPPIR esteja no início de sua execução, será possível, a partir dele, atingir diversos resultados esperados em função do disposto no Estatuto da Igualdade Racial.

Com efeito, o que se observa é existir, no caso da saúde, todo um arcabouço legal e administrativo preparado para viabilizar a implementação da Política Nacional de Saúde Integral da População Negra e, portanto, do Estatuto da Igualdade Racial.

No Ministério do Trabalho, menciono a previsão de estímulo à promoção de empresários negros que encontra possibilidade de se concretizar por meio dos Projetos Especiais de Qualificação de Trabalhadores e Trabalhadoras para Empreendedores Afrodescendentes (PROESQ/Afrodescendentes).

No Ministério das Comunicações, tem destaque o acordo de cooperação firmado entre a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT) e a SEPPIR. Por meio desse acordo, a ECT aderiu à campanha “Igualdade Racial é Pra Valer”.

Entre os compromissos assumidos com essa adesão, estão, entre outros, a identificação do perfil étnico-racial de seus empregados, a divulgação e o cumprimento do Estatuto, e a inserção, no uniforme dos carteiros, do selo em homenagem ao Ano Internacional dos Povos Afrodescendentes, comemorado em 2011.

Como um primeiro resultado do acordo entre a ECT e a SEPPIR, foi produzido o selo “Heróis da Revolta dos Búzios”, que representa uma importante ação no sentido de promover a valorização da herança cultural e da participação da população negra na história do País, conforme previsto no Estatuto da Igualdade Racial.

No âmbito do Ministério da Justiça, devo ressaltar o Projeto FAROL – Oportunidade em Ação, que tem foco específico em jovens negros em situação de vulnerabilidade.

O repasse financeiro se deu por meio da celebração de convênios visando beneficiar 4.200 jovens.

Não menos importante é o protocolo de intenções entre esse Ministério e a SEPPIR. O instrumento visa estabelecer ações conjuntas de mútuo interesse das duas instituições, com fins de elaborar e ajustar políticas públicas e medidas administrativas voltadas à população negra, visando assegurar o enfrentamento ao racismo e a promoção da igualdade racial.

Essas políticas públicas e medidas administrativas englobam os campos da segurança pública, da política penitenciária, do acesso à Justiça, da política nacional sobre drogas, da melhoria dos serviços prestados pelas instituições do sistema de justiça.

Na Secretaria de Política para as Mulheres, menciono o importante Programa Pró-Equidade de Gênero e Raça, que conta com adesão de 95 organizações, sendo 80 públicas e 15 privadas.

Não posso deixar de fazer referência a decisão do Supremo Tribunal Federal (STF), que vai ao encontro do Estatuto da Igualdade Racial. Falo da constitucionalidade do sistema de cotas para negros e afrodescendentes em universidades públicas.

Da mesma forma, lembro que, logo em seguida, o Senado Federal aprovou o sistema de cotas.

Sr. Presidente, esses são apenas alguns exemplos de ações em curso que asseguram a inclusão da perspectiva racial nas políticas públicas.

Desejei dar conhecimento delas a este Plenário no contexto desta avaliação que faço do avanço na implementação do Estatuto da Igualdade Racial dois anos após sua promulgação.

Outro aspecto que costuma ser alvo de críticas por aqueles que afirmam que o Estatuto não vem sendo implementado refere-se à suposta falta de regulamentação de seus dispositivos.

Quanto a isso, reporto-me às conclusões de análise realizada pelo Grupo de Trabalho Interministerial encarregado de analisar e propor medidas necessárias para a implantação dos programas, das políticas e das ações previstas no Estatuto da Igualdade Racial (GT-EIR), criado por meio de Portaria da Ministra da SEPPIR, Luiza Bairros.

De acordo com a minuciosa avaliação feita por esse Grupo, apenas 12, entre os 65 artigos que compõem o Estatuto da Igualdade Racial, necessitam de regulamentação para serem implementados.

Apenas cerca de 20%, portanto, do que está previsto no Estatuto exige definições regulamentares.

Desse percentual, a metade será contemplada pelo Sistema Nacional de Promoção da Igualdade Racial (Sinapir), previsto no Título III do Estatuto e em fase de implementação na SEPPIR.

Fica claro, assim, que a suposta falta de regulamentação do Estatuto não chega a se constituir num problema mais grave, na medida em que 80% de seus dispositivos são auto-aplicáveis, não requerendo sua execução qualquer regulamentação, mas, sim, estratégias de implementação.

Como vimos, os órgãos públicos já tratam vários pontos da Lei em seus programas e projetos, muitos dos quais absorvidos pela via da institucionalização,

na última década, de demandas e mobilizações da sociedade civil. Esse aspecto está evidenciado, inclusive, num conjunto inédito de metas e iniciativas direcionadas ao enfrentamento do racismo e das desigualdades raciais incorporadas ao Plano Plurianual 2012–2015.

No sentido de impulsionar a plena efetivação do Estatuto da Igualdade Racial, o Grupo de Trabalho criado pela Ministra da SEPPIR sugeriu nada menos que trinta e quatro diferentes estratégias de implementação, algumas das quais já estão sendo executadas. Entre elas, destacam-se: as iniciativas de articulação com os demais órgãos do Governo Federal, com os Poderes Legislativo e Judiciário e o Ministério Público, com os Governos Estaduais e Municipais, com entidades da sociedade civil, e com os movimentos sociais; a ampla divulgação do Estatuto; a implantação do Sinapir; a elaboração de um guia para implementação do Estatuto direcionado a Estados, Distrito Federal e Municípios.

Sr<sup>as</sup>s e Srs., ao avaliarmos o avanço na implementação do Estatuto da Igualdade Racial dois anos após o início de sua vigência, o que fica claro é o gradativo aprofundamento do compromisso do Estado brasileiro com mudanças concretas, tendo em vista o combate ao racismo e a superação das desigualdades raciais em nosso País.

Com sua previsão de ações afirmativas, o Estatuto serve de referência aos três níveis de Governo para que promovam ações em benefício da população negra.

Para nós que tanto batalhamos pela aprovação do Estatuto da Igualdade Racial, o sentimento que hoje fica é o do dever cumprido, pois, graças a ele, vai-se consolidando em nossa sociedade a percepção de um conceito muito verdadeiro e importante, o conceito de que a promoção da igualdade racial é fundamental para o fortalecimento da nossa democracia.

O Estatuto destaca-se, nesta segunda década do século XXI, como um instrumento que contribui para que possamos alcançar a sociedade divisada pelo Constituinte de 1988, uma sociedade livre, justa e solidária.

Uma sociedade, portanto, democrática, fraterna, pluralista e sem preconceitos.

É muito comum, no campo da retórica, a valorização da diversidade que caracteriza o nosso País.

É frequente a lembrança de que temos o maior número de descendentes de japoneses fora do Japão, que temos o maior número de descendentes de africanos fora da África, que temos 25 milhões de descendentes de italianos, que temos descendentes de alemães, de árabes, de judeus.

Agora, com o novo impulso de desenvolvimento que o Brasil tomou, novas ondas migratórias vêm sendo atraídas, para enriquecer ainda mais o fabuloso

mosaico da nossa diversidade. De fato, o Brasil tem o Globo dentro de si.

Está corretíssima a avaliação de que toda essa diversidade constitui a mais esplêndida riqueza deste País.

É preciso pontuar, contudo, que a diversidade, por si só, não gera justiça.

Temos falhado, até o presente, em responder de modo politicamente adequado à realidade implicada pelo mosaico étnico-racial que compõe o povo brasileiro.

Em obediência ao espírito de nossa Carta Magna, que repudia, já em seu preâmbulo, os preconceitos de toda ordem, precisamos assegurar plenamente a igualdade de oportunidades para todos, o respeito à diversidade, o pluralismo, a tolerância, a solidariedade.

Garantir oportunidades iguais para toda a rica diversidade étnica que a história nos concedeu significa, Sr. Presidente, dar o melhor aproveitamento a um fantástico manancial de talentos que, até hoje, vem sendo em grande parte desperdiçado.

O Brasil não tem sabido, até o presente, usufruir adequadamente de todos os seus talentos, das suas melhores vocações.

Isso porque as barreiras do preconceito e do racismo acabam por excluir talentos, vocações, possibilidades de realização que deveriam estar a serviço do engrandecimento da Nação.

O País vive um momento extraordinário. É a sexta economia do mundo. Nesse contexto, o que precisamos ter claro é que o combate ao racismo é estratégico para o País, para o nosso futuro, para o aproveitamento do nosso potencial de desenvolvimento, para liberar nossa energia de realização, para assegurar o crescimento do nosso capital humano.

O Estatuto da Igualdade Racial chama a atenção para o fato de que promover a igualdade racial é fortalecer nosso processo democrático, nosso desenvolvimento, nossa economia.

Logo, promover a igualdade racial tem de ser um objetivo estratégico do Governo.

Nessa medida, o Estatuto da Igualdade Racial vem contribuindo diretamente para a consecução de um objetivo estratégico do Governo Federal.

Era o que eu tinha a dizer.

**O SR. PRESIDENTE** (Aníbal Diniz. Bloco/PT – AC) – V. Ex<sup>a</sup> será atendido nos termos do Regimento.

Agora, com a palavra o Senador Romero Jucá, que acabou de chegar, pela Liderança do PMDB.

Pela intercalação, falou um orador inscrito e, agora, o Senador Romero Jucá falará pela Liderança do PMDB.

**O SR. ROMERO JUCÁ** (Bloco/PMDB – RR. Pela Liderança. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup>s e Srs. Senadores, serei rápido.

Quero apenas fazer o registro de que, há alguns dias, usei o plenário do Senado para registrar a dificuldade extrema que estão vivendo os Municípios brasileiros por conta da queda da arrecadação do FPM.

Portanto, com essa queda de arrecadação, a capacidade de pagamento das prefeituras caiu, muitas prefeituras estão endividadas, muitas prefeituras estão com os salários atrasados e, mais do que isso, muitas prefeituras que haviam pactuado acordos com o INSS estão vivendo uma situação de extrema dificuldade: ou não estão honrando os acordos, ou estão tendo retidos os recursos do FPM pelo INSS e pela Receita Federal antes da transferência do FPM.

Portanto, o que está sobrando para essas prefeituras não está dando condição de as prefeituras pagarem as suas obrigações e pagarem seu pessoal.

Para se ter uma ideia, o Município de Alto Alegre, no meu Estado de Roraima, há seis meses não consegue receber o FPM e está sem pagar seu pessoal, colocando a situação da população e dos servidores públicos municipais em extrema dificuldade.

O Município de Boa Vista, também com débito alto no INSS, com a queda de arrecadação no FPM, também está hoje pagando algo em torno de 13% da sua receita de FPM somente com parcelamentos antigos do INSS, o que não pode ocorrer, porque desequilibra qualquer questão orçamentária e financeira.

Então, por conta disso, eu apresentei um projeto aqui no Senado e apresentei também, com o mesmo teor, uma emenda à Medida Provisória nº 585, que está tramitando no Congresso, no sentido de reabrir uma repactuação dos Municípios com o INSS. Repactuação que ensejaria pegarem-se todas as negociações feitas, mas as dívidas, enfim, todo o arcabouço de relação com o INSS, e repactuarem-se num único contrato, diminuindo juros, diminuindo multa, levando em conta já as vantagens que foram dadas em outros parcelamentos, sendo mantidas essas vantagens, e nós dividiríamos isso em 240 meses, exatamente para dar mais fôlego aos Municípios. Os pactos que estão sendo feitos agora com o INSS são de até 60 meses, o que sobrecarrega muito a capacidade de pagamento dos Municípios.

Então, eu queria registrar esse meu Projeto de Lei e queria registrar essa Emenda à Medida Provisória nº 585, no sentido, exatamente, de buscar um caminho para que os atuais prefeitos que estão deixando o seu mandato possam repactuar, para não saírem inadimplentes, não saírem deixando a prefeitura numa situação de dificuldade, e os novos prefeitos que es-

tão assumindo os mandatos em 1º de janeiro possam receber as prefeituras em condição de adimplência, de regularidade fiscal, para que possam se habilitar a convênios, a transferências federais, a transferências estaduais, ou seja, para que a condição do Município possa estar plenamente organizada, no sentido de beneficiar a população que mora nesses Municípios.

Fica aqui o meu registro, Sr. Presidente, pedindo a transcrição do meu Projeto de Lei e de uma Emenda à Medida Provisória nº 585, que determina repartimento, repactuação de todas as dívidas do INSS com os Municípios brasileiros.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

#### **DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O SR. SENADOR ROMERO JUCÁ EM SEU PRONUNCIAMENTO.**

(Inseridos nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

#### **PROJETO DE LEI DO SENADO Nº , DE 2012**

**Altera os arts. 96 e 102 da Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005, que dispõem sobre parcelamento de débitos de responsabilidade dos Municípios, decorrentes de contribuições sociais de que tratam as alíneas a e c do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, e dá outras providências.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º A Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 96. Os Municípios poderão repactuar parcelamentos em andamento ou novos débitos de sua responsabilidade, de autarquias e fundações municipais relativos às contribuições sociais de que tratam as alíneas a e c do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, com vencimento até 30 de setembro de 2012, reduzindo-se em 100% (cem por cento) as multas moratórias e as de ofício, e em 50% (cinquenta por cento) os juros de mora, conforme o maior dos prazos a seguir definidos:  
I – em 240 (duzentas e quarenta) prestações mensais e consecutivas;  
ou

II – em prestações mensais e consecutivas equivalentes a 3% (quatro por cento) da média mensal da receita corrente líquida municipal.

.....

§ 4º As vantagens e descontos de parcelamentos auferidos anteriormente ficam mantidos na nova repactuação." (NR)

"Art. 102.....  
I – à apresentação pelo Município, na data da formalização do pedido, do demonstrativo referente à apuração da Receita Corrente Líquida Municipal, na forma do disposto na Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, referente ao ano-calendário de 2011;  
..... " (NR)

Art. 2º A opção pelo parcelamento previsto no art. 96 da Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005, com a redação dada por esta Lei, deverá ser formalizada até o último dia útil do segundo mês subsequente ao da publicação desta Lei, na unidade da Receita Federal do Brasil de circunscrição do Município requerente, sendo vedada, a partir da adesão, qualquer retenção referente a débitos de parcelamentos anteriores incluídos no parcelamento de que trata esta Lei.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revoga-se o art. 98 da Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005.

### Justificação

Segundo o Anuário Estatístico da Previdência Social de 2011, a quantidade de débitos administrativos de órgãos públicos municipais junto ao INSS pas-

sou de 22.699, em 2009, para 39.739 em 2011. Em relação ao valor, tem-se que os montantes devidos subiram, no mesmo período, de R\$11,5 bilhões para R\$19,6 bilhões.

Na presença de montantes não parcelados, a Lei nº 8.212, de 1991, determina que não seja emitida certidão negativa de débitos. Assim, conforme o art. 56 desse diploma legal, os entes inadimplentes ficam impedidos de celebrar acordos, contratos, convênios ou ajustes e de receber empréstimos, financiamentos, avais e subvenções em geral de órgãos ou entidades da administração direta e indireta da União. Ademais, o art. 35 dessa mesma norma, com a redação dada pelo art. 26 da Lei nº 11.941, de 2009, prevê, como regra geral, que os débitos decorrentes de contribuições previdenciárias não pagas no prazo legal serão acrescidos de multa de até 20% e juros de mora correspondentes à taxa de referência do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (taxa Selic).

Semelhante situação tem tornado muito difícil a gestão das finanças públicas municipais, já bastante pressionadas pela queda da receita disponível em decorrência do arrefecimento da atividade econômica e da consequente política de desoneração tributária adotada pelo Governo Federal. Assim, é urgente a reabertura de prazo para que as prefeituras renegociem os seus débitos junto ao INSS.

Em face do exposto, conto com o apoio de meus ilustres Pares para a presente proposição.

Sala das Sessões, – Senador **Romero Jucá**.

**APRESENTAÇÃO DE EMENDAS**

Data 29/10/2012	Medida Provisória nº 585, de 2012			
Autor <b>Senador Romero Jucá</b>			Nº do Prontuário	
<b>1.</b> Supressiva	<b>2.</b> Substitutiva	<b>3.</b> Modificativa	<b>4.</b> X Aditiva	<b>5.</b> Substitutivo Global
Página	Artigo	Parágrafo	Inciso	Alínea

**TEXTO / JUSTIFICAÇÃO****EMENDA Nº - CM (Aditiva)**

(à MPV nº 585, de 2012)

Acrescentem-se os seguintes arts. 7º, 8º e 10 à Medida Provisória nº 585, de 23 de outubro de 2012, renumerando-se como art. 9º o atual art. 7º:

**"Art. 7º** Os arts. 96 e 102 da Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005, passam a vigorar com as seguintes alterações:

**'Art. 96.** Os Municípios poderão repactuar parcelamentos em andamento ou novos débitos de sua responsabilidade de autarquias e fundações municipais relativos às contribuições sociais de que tratam as alíneas *a* e *c* do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, com vencimento até 30 de setembro de 2012, reduzindo-se em 100% (cem por cento) as multas moratórias e as de ofício, e em 50% (cinquenta por cento) os juros de mora, conforme o maior dos prazos a seguir definidos:

I – em 240 (duzentas e quarenta) prestações mensais e consecutivas; ou

II – em prestações mensais e consecutivas equivalentes a 3% (quatro por cento) da média mensal da receita corrente líquida municipal.

.....  
**§ 4º** As vantagens e descontos de parcelamentos auferidos anteriormente ficam mantidos na nova repactuação.' (NR)

**'Art. 102.** .....

I – à apresentação pelo Município, na data da formalização do pedido, do demonstrativo

referente à apuração da Receita Corrente Líquida Municipal, na forma do disposto na Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, referente ao ano-calendário de 2011;

.....' (NR)''

**"Art. 8º** A opção pelo parcelamento previsto no art. 96 da Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005, com a redação dada por esta Lei, deverá ser formalizada até o último dia útil do segundo mês subsequente ao da publicação desta Lei, na unidade da Receita Federal do Brasil de circunscrição do Município requerente, sendo vedada, a partir da adesão, qualquer retenção referente a débitos de parcelamentos anteriores incluídos no parcelamento de que trata esta Lei.

.....''

**"Art. 10.** Revoga-se o art. 98 da Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005."

### JUSTIFICAÇÃO

Segundo o Anuário Estatístico da Previdência Social de 2011, a quantidade de débitos administrativos de órgãos públicos municipais junto ao INSS passou de 22.699, em 2009 para 39.739, em 2011. Em relação ao valor, tem-se que os montantes devidos subiram, no mesmo período, de R\$ 11,5 bilhões para R\$ 19,6 bilhões. Na presença de montantes não parcelados, a Lei nº 8.212, de 1991, determina que não seja emitida certidão negativa de débitos. Assim, conforme o art. 56 desse diploma legal, os entes inadimplentes ficam impedidos de celebrar acordos, contratos, convênios ou ajustes e de receber empréstimos, financiamentos, avais e subvenções em geral de órgãos ou entidades da administração direta e indireta da União. Ademais, o art. 35 dessa mesma norma, com a redação dada pelo art. 26 da Lei nº 11.941, de 2009, prevê, como regra geral, que os débitos decorrentes de contribuições previdenciárias não pagas no prazo legal serão acrescidos de multa de até 20% e juros de mora correspondentes à taxa de referência do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (taxa Selic). Semelhante situação tem tornado muito difícil a gestão das finanças públicas municipais, já bastante pressionadas pela queda da receita disponível em decorrência do arrefecimento da atividade econômica e da consequente política de desoneração tributária adotada pelo Governo Federal. Assim, é urgente a reabertura de prazo para que as prefeituras renegociem os seus débitos junto ao INSS.

**O SR. PRESIDENTE** (Anibal Diniz. Bloco/PT – AC) – Muito obrigado, Senador Romero Jucá. V. Ex<sup>a</sup> será atendido nos termos do Regimento.

**O SR. PRESIDENTE** (Anibal Diniz. Bloco/PT – AC) – O Senador Antonio Carlos Valadares apresentou o **Requerimento nº 925, de 2012**, por meio do qual solicita, em aditamento aos Requerimentos nº 891 e 896, de 2012, licença dos trabalhos da Casa, no período de 10 a 17 de novembro de 2012, a fim de participar, como observador parlamentar, das atividades da 67<sup>a</sup> Assembleia Geral das Nações Unidas, em Nova Iorque, Estados Unidos da América.

A Presidência, nos termos do art. 41 do Regimento Interno, defere o requerimento.

**O SR. PRESIDENTE** (Anibal Diniz. Bloco/PT – AC) – E, agora, com a palavra o Senador João Capiberibe.

**O SR. JOÃO CAPIBERIBE** (Bloco/PSB – AP) Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sras. Senadoras, ouvintes da Rádio Senado, telespectadores da TV Senado, trago aqui a esta tribuna um tema muito importante para a sociedade brasileira no geral e, em particular, para o povo do Amapá. Ontem, o Tribunal de Justiça do Amapá, pela primeira vez na história, recebeu denúncia do Ministério Público contra deputados estaduais.

Por unanimidade, os desembargadores do Tribunal de Justiça do Amapá receberam denúncia formulada pelo Ministério Público do Estado contra os Deputados Estaduais Moisés Souza e Edinho Duarte, além dos demais envolvidos em fraude entre a Assembleia Legislativa e a Cooperativa de Transporte de Veículos Leves e Pesados do Estado do Amapá (Cootram).

Para o Ministério Público do Amapá, os Deputados Moisés Souza e Edinho Duarte comandaram um esquema criminoso que resultou no desvio de mais de R\$5 milhões dos cofres públicos da Assembleia Legislativa, em contratos fraudulentos com a Cootram para locação de veículos leves e pesados.

Na denúncia, a Procuradora-Geral do Ministério Público Ivana Cei afirma que os parlamentares ordenavam e assinavam os cheques indevidamente pagos. Nesse mesmo período, os deputados gastaram mais de R\$5 milhões com aluguel de veículos, pagos com verba indenizatória.

Embora a defesa dos acusados tenha alegado que o Ministério Público não poderia conduzir o procedimento investigatório contra parlamentares, a Relatora, Desembargadora Sueli Pini – aqui, eu destaco que é a primeira mulher a chegar ao desembargo no Amapá –, com base em entendimento majoritário do Supremo Tribunal Federal, manifestou que a Polícia Judiciária não tem o monopólio da ação penal, sendo,

portanto, perfeitamente possível que a investigação seja conduzida por promotores.

Sobre o afastamento dos réus de suas funções, a Relatora esclareceu em seu voto o seguinte:

(...) os denunciados teriam formado um poderoso grupo organizado com o escopo de apoderar-se de recursos dos cofres públicos através de pseudocontratos celebrados com a Assembleia Legislativa do Amapá, motivo pelo qual mantê-los afastados de quaisquer funções que poderiam, em tese, facilitar-lhes a reiteração das condutas delituosas ou mesmo a ocultação de provas ou a intimidação de testemunhas é medida que se impõe como garantia da própria atuação judicial (...).

Por maioria, os desembargadores decidiram manter o afastamento dos réus. Eles responderão pelos crimes de lavagem de dinheiro, formação de quadrilha, peculato, falsidade ideológica, fraude em licitações, corrupção passiva e falsidade documental.

Os acusados são: Moisés Reatgeui de Souza, ex-Presidente da Assembleia Legislativa; Jorge Evaldo Edinho Duarte, Secretário-Geral da Mesa; Lindenberg Abel do Nascimento, ex-comandante da Polícia Militar, que servia como assessor da Assembleia Legislativa; Edmundo Ribeiro Tork, Janiery Torres; José Maria Miranda Cantuária; Rogério Cavalcante; Ednardo Tavares de Souza, filho do ex-desembargador que se aposentou no começo deste ano; Gleidson Luiz Amanajás Silva; Vítorio Miranda; Fúlvio Sussuarana; Fran Soares Júnior, ex-Presidente da Assembleia Legislativa; Elton Silva Garcia; Danilo Góes de Oliveira; José da Costa Góes Junior; Sinésio Leal da Silva e Antônio Basilízio Lima da Mata Cunha. São essas as pessoas que respondem a processo criminal perante o Tribunal de Justiça do Amapá.

E, na esteira dessa decisão, eu gostaria de tecer alguns comentários sobre a execução orçamentária e financeira do Amapá dos últimos 17 anos.

Eu fiz um levantamento dos gastos da Assembleia Legislativa do Amapá, de 1994 a 2012, ou melhor, a 2011, e também do Tribunal de Contas do Estado.

Eu fui eleito governador em 1994. E entre o período da posse, o 15 de novembro, e o 1º de janeiro, quando assumi o governo do Estado, a Assembleia Legislativa e o então governo, que estava saindo, remanejaram os recursos que estavam destinados para investimento do ano de 1995 e transferiram esses recursos para a Assembleia Legislativa e o Tribunal de Contas do Estado, fazendo com que, em valores nominais, os gastos da Assembleia Legislativa, que foram que R\$13 milhões, em 1994, saltassem para

R\$26 milhões, no ano seguinte, com uma inflação já sob controle.

E os gastos do Tribunal de Contas foram mais longe ainda. Saltaram de R\$4 milhões para R\$13 milhões; na verdade, de R\$4,275 milhões para R\$13,729 milhões. E condenaram o Estado a ficar sem investimento durante muitos anos.

Eu lembro que, em 1995, todas as obras do Estado pararam. Se compararmos os investimentos da Secretaria de Infraestrutura, encarregada de investir na área de saúde, na construção de hospital, de centros de saúde, de escolas, de prédios para a Administração, de penitenciárias, essa Secretaria, em 1994, investiu R\$40 milhões, mas, em 1995, os investimentos caíram para R\$3,5 milhões.

A mesma coisa aconteceu no setor de transporte. A Secretaria de Transporte investiu R\$21 milhões em 1994, mas não chegou a investir R\$3 milhões, em 1995. O Estado parou nas minhas mãos por causa dessa manobra.

E essa manobra – pasmem, Srs. Senadores, Sr<sup>s</sup> Senadoras e os que estão me ouvindo –, que me parece uma prática corrente em nosso País, fez com que, de 1994 até 2012, a Assembleia Legislativa e o Tribunal de Contas tenham gasto, além da necessidade da sua manutenção, algo em torno de R\$100 milhões por ano. Neste ano, a Assembleia Legislativa e o Tribunal de Contas devem atingir gastos da ordem de R\$200 milhões, quando, na verdade, com R\$100 milhões teriam um desempenho impecável, tanto um como outro. São 17 anos com um desvio sistemático de algo em torno de R\$100 milhões por ano, que perfazem R\$1,7 bilhão.

O Governo do Amapá junto com o Governo Federal estão construindo 5 mil habitações; e habitações de boa qualidade. O conjunto dessa obra, dotada de toda infraestrutura – escolas, segurança, saúde – chega em torno de R\$300 bilhões. Esse R\$1,7 bilhão teria resolvido, nesses 17 anos, o problema gravíssimo de habitação que nós enfrentamos. Daria para construir, no mínimo, 20 mil habitações; e mais: daria para dotar o Estado todo de água e esgoto.

Então, esse desvio condenou o povo do Amapá a ficar sem água tratada, durante esses anos todos, e também sem saneamento básico.

Todo mundo sabe que há dois anos, no dia 10 de setembro, houve uma operação da Polícia Federal, no Amapá, que levou para a prisão as principais lideranças daquele momento: o ex-Governador; o Governador em exercício; o Governador que tinha deixado o cargo; a Primeira-Dama; o Presidente do Tribunal de Contas. E este ano, a Justiça voltou a agir e afastou mais cinco conselheiros do Tribunal de Contas; e agora o Tribu-

nal de Justiça afasta o Presidente da Assembleia e o Secretário-Geral da Mesa, em definitivo. Ele já estava afastado desde o mês de abril, se não me engano. E agora o Tribunal os afasta definitivamente.

Eu tive o cuidado de levantar a contabilidade do Tribunal de Contas dos últimos 3 anos. A operação aconteceu em setembro de 2010. E analisando a contabilidade do Tribunal de Contas, a partir de 2009, eu cheguei aos seguintes números: em 2009, o Tribunal de Contas do Amapá executou, quer dizer, gastou – e ele tem apenas um prédio; apenas um prédio – R\$60,679 milhões, ou seja, R\$60 milhões, em contas redondas.

Em 2010, gastou um pouquinho mais, R\$62 milhões, mas, quando chegou em 2011, caiu para R\$36 milhões. Como é que se explica de um ano para o outro uma queda tão drástica nas despesas de uma instituição? É simples. Em 2010, a operação da Polícia Federal, que prendeu o Presidente do Tribunal de Contas, lacrou e paralisou o desvio dos recursos. Em 2011, a nova direção do Tribunal passou a ter um cuidado maior na aplicação dos recursos e os gastos foram reduzidos de R\$62 para R\$36 milhões. E esse dinheiro ficou no caixa, esse saldo financeiro ficou no caixa do Tribunal de Contas, rodou o ano com um financeiro altíssimo, e não poderia ser gasto, porque não havia previsão orçamentária. Hoje, a situação da Assembleia Legislativa é semelhante. Depois da ação enérgica do Ministério Público Estadual, dificultando, sobremaneira, o desvio de recursos na Assembleia Legislativa, tem-se notícia de que há um saldo financeiro volumoso na Assembleia Legislativa do Estado do Amapá. Imaginem uma comunidade ser penalizada pelo comportamento desonesto dos seus representantes e também pelas instituições que deveriam zelar pela correta aplicação do recurso, porque é essa a função dos Tribunais de Contas, instituídos em nosso País para cuidarem da *res publica* e não para se locupletarem com os recursos do contribuinte.

Essa é uma questão que ainda vai ter novos desdobramentos, porque a sociedade do Amapá, o povo do Amapá só agora, só agora está tendo conhecimento desses dados. Como é possível, ano após ano, um desvio de recurso da ordem de R\$100 milhões? E afirmo: uma Assembleia Legislativa com 24 parlamentares não poderia ter um custo de manutenção acima de R\$3 milhões por mês, até porque a Câmara de Vereadores do Município de Macapá, que tem 17 vereadores, consome R\$14 milhões por ano; a Assembleia Legislativa do Amapá, com 24 parlamentares, gasta R\$13 milhões por mês. Então, basta essa comparação para chegarmos à conclusão de que povo do Amapá, ao longo de sua história, ao longo dos últimos 17 anos, foi duramente penalizado pelo comportamento das suas lideranças.

E eu quero aqui reconhecer a ação do Ministério Público Estadual e a decisão do Tribunal de Justiça do Amapá. A decisão do Tribunal de Justiça do Amapá, repito, é histórica. E isso é fundamental para a nossa sociedade, que nós tenhamos justiça e, para nós em particular, para nós políticos. Porque, uma das estratégias do político corrupto é confundir todos, é dizer que todos são iguais, é nos colocar todos na vala comum para que não haja esperança, para que não haja solução. Então, se todos são corruptos, se todos são iguais, isso só acontece por causa da impunidade. É por isso que subi a esta tribuna, para destacar o feito do Ministério do Estado, que apresentou a denúncia, e do Tribunal de Justiça, que acatou essa denúncia.

Somente com um Judiciário operante, ágil, eficaz, que julgue com rapidez e que não tolere a impunidade, nós podemos separar o político correto, o político decente, do político desonesto e que causa danos irreparáveis à sociedade.

Era isso, Sr. Presidente.

Muitíssimo obrigado.

Obrigado, Srs. Senadores.

**O SR. PRESIDENTE** (Anibal Diniz. Bloco/PT – AC) – Obrigado Senador João Capiberibe.

Agora, a palavra para o Senador Cristovam Buarque.

V. Ex<sup>a</sup> não está no art. 17. O Senador Suplicy está falando pelo art. 17, a não ser que haja concessão de sua parte.

**O SR. CRISTOVAM BUARQUE** (Bloco/PDT – DF) – Concedo.

**O SR. PRESIDENTE** (Anibal Diniz. Bloco/PT – AC) – Senador Eduardo Suplicy com a palavra, por cessão do Senador Cristovam Buarque.

**O SR. EDUARDO SUPILCY** (Bloco/PT – SP). Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Anibal Diniz, a onda de violência que assola a região metropolitana da capital do Estado de São Paulo e algumas grandes cidades paulistas, como Ribeirão Preto, São Carlos e diversas outras, tem causado grande apreensão em toda a população, sendo motivo de preocupação para todos os brasileiros.

Notícias como a do Portal G1, da Rede Globo, dão conta que “desde o início do ano, ao menos 86 policiais militares foram executados no Estado” de São Paulo. Nessa última noite, mais oito pessoas foram assassinadas e duas feridas na cidade de São Paulo; 86% a mais de mortes foram registradas em São Paulo em relação ao mês passado. Entre os mortos, encontram-se dois policiais militares, o que eleva o número de assassinatos de policiais para 88 nos últimos dez meses. O Cabo Ailton Borges dos Santos e o Soldado

Antonio Paulo da Rocha, ambos em trajes civis, segundo o jornal *Dia a Dia* desta quinta-feira, trafegavam em duas motocicletas, às 11h30 da noite, pelo interior da favela de Heliópolis, quando foram baleados. Segundo a Polícia Civil, uma das motocicletas, as armas dos policiais e alguns objetos das vítimas foram roubados.

A matéria do Portal G1, ao relatar que a Polícia Militar encontrou uma lista, feita por criminosos, com os nomes de policiais militares e civis marcados para morrer, afirma que a ordem das facções criminosas seria – abrindo aspas – “matar dois policiais para cada criminoso morto”. O motivo seriam as execuções praticadas por policiais militares contra os criminosos.

Quero aqui expressar o meu respeito e solidariedade aos PMs mortos, àqueles ameaçados e aos seus familiares, que, obviamente, estão muito preocupados, mas é também importante alertar para a questão sobre a qual eu aqui, muitas vezes, tenho falado: violência gera violência. Alguns policiais – em pequeno número, é verdade – têm atuado de forma por vezes abusiva e violenta em face dos infratores. Vimos, pela televisão, policiais atirarem em pessoas, já desarmadas e imobilizadas, que haviam cometido um roubo no momento anterior. Por vezes, tenho acompanhado abordagens violentas de policiais, que redundam em mortes de pessoas que são confundidas com delinquentes.

É bom reafirmarmos que, no Estado democrático de direito estabelecido em nosso País, qualquer ser humano, independentemente de ser infrator ou não, deve ter os seus direitos fundamentais respeitados, o que implica, dentre outros, o direito à vida e a um julgamento justo. Não custa repetir: violência gera violência!

O momento é de união entre os diversos níveis de governo, federal, estadual e municipal, com vistas a dar a melhor proteção possível à população civil, que se encontra em risco. Avalio que devemos buscar o melhor entrosamento possível entre os governos, principalmente entre o estadual e o federal, mas também o municipal, para a consecução do objetivo maior da segurança pública, que é a preservação da ordem pública e a incolumidade das pessoas. Todos nós temos presente que o interesse público deve estar acima do interesse partidário.

É possível que durante o período prévio às eleições de 7 de outubro e de 28 de outubro tenha havido um certo acirramento, por exemplo, entre o PT e o PSDB – que são dirigidos pela Presidenta Dilma Rousseff, do PT, e pelo Governador Geraldo Alckmin, do PSDB, temos o Prefeito Gilberto Kassab, que é do PSD, mas que estava ali apoiando o candidato José Serra –, que possa haver acirramentos de opiniões, de sugestões, inclusive na área da segurança, mas é

necessário que nós superemos essas divergências, ainda mais tendo havido já o resultado das eleições.

E eu quero até saudar a iniciativa do Prefeito eleito, Fernando Haddad, de São Paulo, do Partido dos Trabalhadores, de ter sido cumprimentado pelo seu competidor, o ex-Senador e ex-Ministro José Serra, e de ter também ele sido convidado e ter recebido telefonema e já visitado o Governador Geraldo Alckmin, como também ter recebido telefonema de cumprimentos e já visitado o Prefeito Gilberto Kassab, quando tiveram diálogos muito construtivos.

É certo que, pela Constituição da República, cabe às polícias militares as ações de preservação da ordem pública e às polícias civis a apuração de infrações penais, ou seja, a segurança pública, que é atividade típica da responsabilidade dos Estados Federados. Não obstante ser a segurança pública, basicamente, responsabilidade direta das polícias estaduais, todos os órgãos de segurança, elencados no art. 144 da Constituição Federal – Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal e Polícia Ferroviária Federal –, assim como também as Guardas Civis Metropolitanas, ou seja, todos os órgãos de inteligência nos mais diversos níveis devem atuar juntos, mais intensamente, nos momentos de crise, como este agora pela qual enfrenta a Região Metropolitana da cidade de São Paulo e das grandes cidades paulistas.

Não vejo como mostra de falha ou fraqueza o recebimento de ajuda por parte de um Estado-membro, como o Estado de São Paulo, quando a situação aponta para tal necessidade. No planejamento e na execução de políticas públicas – e a segurança pública é uma importante vertente de política pública em qualquer nação –, a própria Constituição Federal já prevê, no seu art. 241, a possibilidade de gestão associada de serviços públicos e a realização de consórcios e convênios entre os entes federados. Eu próprio sou testemunha de parcerias entre o Governo do Estado de São Paulo e o Governo Federal nas áreas de combate à pobreza e na construção de casas populares, dentro do Programa Minha Casa, Minha Vida. E é hora, portanto, de juntar ainda mais os esforços, agora no campo da segurança pública.

Sobre o tema, no dia 30 de outubro, última quarta-feira, o Ministro da Justiça, José Eduardo Martins Cardozo, tornou pública a seguinte nota do Ministério, que, por sua relevância aqui assinalo:

*Em face de afirmações de autoridades do Estado de São Paulo no sentido de que a responsabilidade pela violência no Estado seria do Governo Federal em decorrência da suposta falta de fiscalização nas fronteiras, e ainda de que o Governo Federal nunca teria oferecido*

*ajuda ao governo do Estado de São Paulo na área de Segurança Pública, o Ministério da Justiça esclarece:*

- 1. Em diversas oportunidades o Governo Federal ofereceu apoio ao Governo do Estado de São Paulo na área de segurança pública. Essa proposta foi reiterada, inclusive, em reunião do Ministro da Justiça com o secretário de Segurança Pública do Estado de São Paulo, em junho deste ano, em que questões da área de inteligência policial foram debatidas.*
- 2. A proposta de apoio consistiu na elaboração de um plano conjunto de ações voltadas ao combate do crime organizado e da criminalidade violenta, a exemplo do que vem sendo executado por outros Estados brasileiros, como o Rio de Janeiro e Alagoas, cujos índices de criminalidade, nas áreas focadas, reduziram drasticamente.*
- 3. Não cabe ao Ministério da Justiça ser um mero repassador de recursos financeiros para substituir o custeio ordinário de ações na área de segurança pública. O orçamento do Estado de São Paulo é um dos maiores do país e, por isso, a proposta de apoio federal sempre foi feita na perspectiva da elaboração de um plano integrado de ações, com uma matriz de responsabilidades recíprocas definidas.*
- 4. Para que não exista qualquer dúvida sobre a proposta apresentada ao governo do Estado, o Ministro da Justiça encaminha nesta terça-feira (30/10) ofício ao governador Geraldo Alckmin em que manifesta, mais uma vez, a intenção de que seja pactuado um plano integrado de segurança pública, com compartilhamento de dados de inteligência e oferecimento de vagas nos presídios federais, para que possam ser abrigados líderes de organizações criminosas que de dentro de presídios estaduais estejam comandando ações do crime organizado.*
- 5. Finalmente, é inaceitável, além de inverídica, a afirmação de que a elevação da violência em São Paulo deriva do descontrole nas fronteiras. O Plano Estratégico de Fronteiras, lançado em junho de 2011, sob coordenação da Vice-Presidência da República, tem resultados positivos mensuráveis: desarticulou mais de 50 organizações criminosas transnacionais, apreendeu mais de 227 toneladas de drogas, 9 milhões de pacotes de cigarro, 145 mil garrafas de bebida e 1.171 armas de fogo, além de prender mais de 7,5 mil pessoas em flagrante. No mesmo período em que a violência sobe*

*no Estado de São Paulo, em outros, o nível de violência caiu, como no caso de Alagoas, que teve redução de 10% de crimes violentos, sendo 20% somente em Maceió, e 83% de resolução dos inquéritos, em apenas quatro meses da atividade conjunta entre o governo do Estado e o Ministério da Justiça.*

O Governador Geraldo Alckmin, na mesma noite, divulgou uma nota à imprensa, com o seguinte teor:

*Em relação à nota do Ministério da Justiça, divulgada nesta terça-feira (30/10), o Governo de São Paulo esclarece que não recebeu o ofício a que se refere a Assessoria de Comunicação do Ministério da Justiça. [Mas acredito que já tenha recebido, até porque, ainda ontem, no jornal da Globo, vi que mostraram uma carta do Ministro da Justiça.] Assim que o receber [diz o governador], adotará todas as providências para intensificar a cooperação no combate ao crime, inclusive no intercâmbio de informações para o aperfeiçoamento do controle das fronteiras.*

*O Governador Geraldo Alckmin reitera que toda colaboração do governo federal na Segurança Pública é bem-vinda. E lembra que parcerias de sucesso já ocorrem no combate à miséria, em grandes obras de infraestrutura e na habitação popular.*

Eu fico muito feliz com essas declarações, que denotam elevado espírito público, tanto do Ministro José Eduardo Cardozo, quanto do Governador Geraldo Alckmin, pois ambas vão na linha do apoio mútuo para a solução da crise de segurança vivida por São Paulo neste momento.

Como Senador pelo Estado de São Paulo, podem contar com o meu trabalho, o meu apoio. Quero ajudar a todos, e inclusive arregaçar as mangas para cumprir as garantias fundamentais que o Estado tem obrigação de prover a todas as pessoas. Mãos à obra!

Mas agora quero também assinalar que avalio que o clima de insegurança, o nível de criminalidade tão alto que se registra em tempos recentes no Estado de São Paulo e no Brasil, obviamente tem, no meu entender, a ver com problemas sociais gravíssimos que ainda enfrentamos, em que pese todo esforço que tem sido realizado pelos diversos níveis de governo e, em especial, nos oito anos do governo do Presidente Lula, nesses dois anos do governo da Presidenta Dilma Rousseff, no sentido de efetivamente conseguir erradicar a pobreza extrema, a pobreza absoluta, no máximo possível, e também de diminuir as desigualdades.

Mas o que percebemos, e o diagnóstico é claro, é que ali onde há dificuldades sociais imensas, muitas vezes os próprios jovens são levados, com maior facilidade, para o rumo da bandidagem, da criminalidade e, muitas vezes, do consumo de drogas, do tráfico de drogas, e assim por diante. E, portanto, a luta contra a criminalidade, que hoje se registra de forma tão preocupante, tem a ver, na minha avaliação, com a luta pela diminuição da desigualdade social, a luta para que possam todas as pessoas ter o direito de viver com dignidade em nosso País. Isso passa, obviamente, pela boa oportunidade de educação para todas as pessoas de forma universal, como tem tanto sido enfatizado pelo nosso querido Senador Cristovam Buarque; assim como, também, pela possibilidade de todas as pessoas em nosso País participarem da riqueza comum de nossa Nação, pelo menos em alguma forma. Eis porque avalio como muito importante que avancemos e realizemos a transição do Programa Bolsa Família, que tão bons resultados positivos têm alcançado, para um dia chegarmos naquilo que já é lei no Brasil, para ser instituída por etapas, a critério do Poder Executivo, a existência de uma renda básica incondicional para simplesmente todas as pessoas, não importando a sua origem, raça, sexo, condição civil ou mesmo socioeconômica.

Alguns prefeitos – inclusive, eleitos agora – colocaram como meta de seus respectivos governos, em cooperação com os Governos Estadual e Federal, caminhar na direção desta meta. Dentre os quais, o Prefeito José Augusto Guarnieri Pereira, que foi sucedido, e bem sucedido, pelo Júnior, o Prefeito eleito de Santo Antônio do Pinhal, pois ali já foi aprovada a lei no sentido da instituição da Renda Básica de Cidadania, mas ali são sete mil pessoas e ressalto que Santo Antônio do Pinhal, inclusive, foi ainda assinalado, neste ano, pelo Governador Geraldo Alckmin, como o Município paulista que tem o menor grau de criminalidades em diversos anos, já com taxa zero de homicídios.

**O Sr. Casildo Maldaner** (Bloco/PMDB – SC) – V. Ex<sup>a</sup> permite um aparte, Senador Eduardo Suplicy?

**O SR. EDUARDO SUPILCY** (Bloco/PT – SP) – Senador Casildo Maldaner, apenas completar a frase, fiquei feliz de o Prefeito eleito, Fernando Haddad, ter inserido no seu programa que ele vai caminhar na direção da instituição da Renda Básica de Cidadania, e é meu compromisso pessoal ajudá-lo neste caminho.

Com muita honra, Senador Casildo Maldaner.

**O Sr. Casildo Maldaner** (Bloco/PMDB – SC) – Senador Eduardo Suplicy, eu quero lhe cumprimentar, porque V. Ex<sup>a</sup>, eu diria, é um verdadeiro caminheiro em prol da Renda Básica da Cidadania, que dá essas garantias mínimas de as pessoas terem algo para uma

sobrevivência. E essa pregação, desde que o conheço, V. Ex<sup>a</sup> vem no Brasil, com seu cajado e andando. E, aliás, hoje já ultrapassou até as fronteiras do País. V. Ex<sup>a</sup> é convidado para pregar em outros países essa tese, essa ideia, e, gradativamente, as pessoas vêm se convencendo. Nos governos municipais, estaduais, enfim, esta tese está pegando na consciência das autoridades responsáveis de que esse é o caminho. E V. Ex<sup>a</sup> agora citou, inclusive, que um Município em São Paulo, Santo Antônio de...

**O SR. EDUARDO SUPILCY** (Bloco/PT – SP) – do Pinhal.

**O Sr. Casildo Maldaner** (Bloco/PMDB – SC) – Santo Antônio do Pinhal, em que o Governo Estadual de São Paulo, o Alckmin, tem adotado também, e a criminalidade tem sido praticamente zero.

**O SR. EDUARDO SUPILCY** (Bloco/PT – SP) – Ali, em Santo Antônio do Pinhal, se aplica o Bolsa Família, se está avançando na busca ativa, mas é fato que por ocasião da visita recente que fez a Campos do Jordão e a Santo Antônio do Pinhal, que é vizinho ali, o Governador Geraldo Alckmin, ainda no primeiro semestre, mencionou e cumprimentou o Prefeito, José Augusto Guarnieri Pereira, por ser o Município no Estado de São Paulo com o menor grau de criminalidade. Inclusive, não tem havido homicídios registrados nesses últimos anos em Santo Antônio do Pinhal, que tem uma população próxima de 7 mil habitantes. Trata-se de uma estação climática, com 80 pousadas, 35 restaurantes, pequenos e médios agricultores, um lugar muito aprazível e bonito na Serra da Mantiqueira.

**O Sr. Casildo Maldaner** (Bloco/PMDB – SC) – Eu quero me associar a V. Ex<sup>a</sup>. Se puder, inclusive, nós catarinenses queremos cumprimentar e nos solidarizar também não somente o Alckmin, que cumprimentou o prefeito de Santo Antônio do Pinhal. Acho que é um modelo, sem dúvida alguma, porque se as pessoas têm com que viver, sobreviver, elas deixam de buscar outros meios, muitas vezes escusos, para poder sobreviver. Então, ajuda a minimizar o assalto, a agressão e outros tipos de criminalidade. Quer dizer, tendo um básico para a sua sobrevivência ele tem tempo para buscar alguma coisa a mais para viver, um empreendimento ou alguma atividade; ter uma pequena sustentabilidade é fundamental. E se se municipalizar essa questão, os prefeitos têm condições de acompanhar mais de perto esses casos, de cuidar, de verificar, quer dizer, passar por triagens, para que pessoas que talvez não mereçam venham querer perceber, tem que ter uma triagem. Acho que isso vai ajudar e muito. Cada vez mais crescer na direção dessa sua tese. V. Ex<sup>a</sup>, com certeza, é um caminheiro, repito, como disse no início, nessa trilha. Por isso, Senador Eduardo Suplicy, o

senhor é conhecido no Brasil afora por essa linha de buscar a verdadeira cidadania, a dignidade de vida. Meus cumprimentos.

**O SR. EDUARDO SUPILCY** (Bloco/PT – SP) – Muito obrigado, Senador Casildo Maldaner.

Se V. Ex<sup>a</sup> quiser transmitir aos prefeitos de Santa Catarina a sugestão de caminharem também na direção da Renda Básica de Cidadania, estou disposto a ali caminhar e ajudar neste propósito.

Agradeço muito, Sr. Presidente. Essas são as considerações que tinha.

Quero dizer que Santo Antônio do Pinhal agora vai caminhar na direção de, por etapas, realizar o que está provado na sua Lei Municipal 10.092, de instituir, por etapas, a Renda Básica de Cidadania. O seu Conselho municipal aprovou que pelo menos todos aqueles que tiverem nascido a cada ano passarão a receber a Renda Básica de Cidadania.

Muito obrigado.

#### **DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR EDUARDO SUPILCY EM SEU PRONUNCIAMENTO.**

*(Inserido nos termos do art. 210, inciso I, § 2º, do Regimento Interno.)*

Aviso nº 1.993/MJ

Brasília, 30 de outubro de 2012

A Sua Excelência o Senhor  
Geraldo Alckmin  
Governador do Estado de São Paulo  
Palácio dos Bandeirantes  
Av. Morumbi, 4.500, Portão 2, Morumbi, 2º andar  
CEP:05650-905 – São Paulo – SP  
Assunto: Segurança Pública.

Senhor Governador,

Reiterando manifestações anteriores feitas pelo Ministério da Justiça a autoridades estaduais, venho pelo presente manifestar novamente nosso firme e definitivo propósito de estabelecer um pacto de colaboração na área de Segurança Pública com o Estado de São Paulo, a partir da definição de uma matriz de responsabilidades recíprocas, com o objetivo de somarmos esforços e alcançarmos um padrão integrado de atuação no enfrentamento à criminalidade violenta e ao crime organizado.

Por óbvio, diante do elevado padrão orçamentário desse Estado, nossa intenção, nessa pactuação, não é a de que o Governo Federal compareça como um mero repassador de recursos financeiros para atendimento de despesas ordinárias dos órgãos de Segurança Pública do Estado. Pela mesma razão, não é nossa intenção arcar com investimentos que possam ser

custeados diretamente pelos cofres estaduais a partir de uma política própria de priorização orçamentária.

Nossa intenção, como já explicitado anteriormente, é a atuação conjunta das forças e órgãos federais integrantes do Ministério da Justiça, ou mesmo de outros Ministérios, com todos os órgãos estaduais que desenvolvam ações e programas da área de Segurança Pública, a partir de um plano de ação predefinido, fundado no compartilhamento aprofundado de informações na área de inteligência policial, bem como em análises de técnicos e de especialistas.

Entendemos que este plano possa ser formulado e executado com a definição de metas, de recursos compartilhados de um cronograma de execução e, ainda, de índices de avaliação dos resultados obtidos, a partir da criação imediata de um Grupo de Trabalho constituído de comum acordo.

Segundo o mesmo propósito reiteramos, mais uma vez, a nossa oferta de vagas nos presídios federais de segurança máxima para abrigar líderes de organizações criminosas cuja permanência no Estado represente algum risco à segurança pública.

Por fim, impende observar que este esforço de colaboração conjunta entre o Governo Federal e Governos Estaduais tem produzido bons resultados em Estados que têm aceitado esta proposta de ações integradas. A título meramente exemplificativo, podemos mencionar as ações conjuntas e integradas que temos realizado nos Estados do Rio de Janeiro e Alagoas, onde o enfrentamento ao crime organizado e a redução da violência têm sido plenamente exitosos.

Assim sendo, encaminho o presente, colocando este Ministério ao inteiro dispor de Vossa Excelência para os entendimentos que julgar cabíveis e oportunos.

Atenciosamente, – **José Eduardo Cardozo** Ministro de Estado da Justiça.

**O SR. PRESIDENTE** (Aníbal Diniz. Bloco/PT – AC) – Obrigado, Senador Suplicy.

Com a palavra, o Senador Tomás Correia.

Senador Cristovam, V. Ex<sup>a</sup> não está inscrito no art. 17, e tem a primazia da palavra, mas, se quiser ceder, o Senador Correia está esperando.

Com a palavra, o Senador Cristovam Buarque.

Obrigado, Senador Eduardo Suplicy.

E, agora, com a palavra o Senador Cristovam Buarque.

**O SR. CRISTOVAM BUARQUE** (Bloco/PDT – DF) Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, considero até que estou fazendo uma comunicação inadiável. Creio que cinco minutos, talvez, devam bastar, para manifestar a preocupação que nós todos, hoje, de manhã, na Comissão de Direitos Humanos, manifestamos sobre a situação dos

índios guarani-kaiowá. O que vemos ali é uma tragédia de proporções inimagináveis, em proporções muito menores do que de um campo de concentração do período nazista – obviamente, uma condição muito menor, mas uma tragédia praticamente igual. Esses índios não estão cercados por arames farpados, não estão sob trabalho forçado, muito menos sob ameaças de genocídio direto, como sofreram, especialmente, os judeus, durante a Segunda Guerra Mundial, no Holocausto, que até hoje há gente que renega, erradamente, erradamente. Aquilo houve, aquilo foi grave e aquilo trouxe uma marca profunda, no século XX, pelo sofrimento do povo judeu.

Nossos índios, um grupo menor, estão sendo massacrados, estão sendo violentados, e não estamos dando a resposta correta, Senador Eduardo Suplicy, se não do ponto de vista das intenções com que a Presidente fez um documento e tomou uma posição, mas do ponto de vista prático dos resultados. Mas o mais grave é que não é uma coisa isolada, é apenas mais grave e mais visível até pelas denúncias que aconteceram, que, felizmente, não se comprovaram, até hoje, de suicídio em massa, mas uma suspeita muito forte de assassinato em massa de alguns desses índios – são crianças, são jovens, são velhos, que estão sendo massacrados.

Agora, Senador Eduardo Suplicy, o que precisamos fazer é uma reflexão de que nós, os brasileiros, não estamos dando a resposta correta aos problemas dos discriminados, especialmente dos indígenas.

Veja o que parece uma clara hipocrisia: temos, hoje, um programa, que fui um dos primeiros a defender, de cotas para índios – vamos colocar um, ou dois, ou três índios na universidade –, e não damos cota de terra, para que eles sobrevivam na sua maioria. Ou seja, estamos nos acostumando a dar a impressão de que resolvemos um problema, beneficiando duas ou três pessoas – corretamente, aliás –, sem cuidar de todos. Não só no caso dos índios, os negros, hoje, têm direito a algumas vagas nas universidades, por cotas, e não alfabetizamos os negros analfabetos, que são alguns milhões dos 13 milhões de analfabetos que o País tem.

É uma hipocrisia dizer que este País respeita os direitos humanos, atendendo a algumas categorias discriminadas, fazendo uma discriminação afirmativa para uns poucos e abandonando todos que estão embaixo.

O índio que consegue sobreviver ao que está passando ali hoje, que consegue fazer o fundamental, o ensino médio e passar no vestibular, a gente dá uma vaga por quota. Agora, os índios que não entram em escola, quer não têm o que comer, que sobrevivem ameaçados, nós não cuidamos devidamente. É preciso regularizar a situação das terras indígenas neste País

com a coragem que um país decente e que respeita os direitos humanos tem que fazer.

Vejam que constrangedor dizer que nós vamos dar posse aos índios. Aquilo pertencia aos seus ancestrais no passado, e agora vamos dizer que vamos tomar dos agricultores para eles? Não! Aquilo é um direito deles. Agora, os agricultores que ali estão foram enganados pelo Poder Público, que lhes deram pedaços de terra para que eles desenvolvessem a agricultura, vieram de outras partes do Brasil, se sacrificaram durante décadas e, agora, têm as terras ameaçadas por causa dos direitos dos índios. Por isso eles têm que ser pagos, eles têm que ser indenizados. Não podemos tratá-los como foram tratados, corretamente, naquela época, os escravagistas, os donos de escravos, quando nós abolimos a escravatura sem lhes pagar nada. Corretíssimamente.

A princesa Isabel e Joaquim Nabuco tiveram uma posição lúcida. Não tinha que indenizar os escravocatas pelos escravos que eles tinham. Agora é diferente. Agora, os agricultores foram enganados pelo Estado, nós vamos ter que indenizá-los.

Mas não basta indenizar e resolver a questão do grupo dos guarani-kaiowá. É preciso resolver o problema da relação dos brasileiros com os indígenas neste País, para que não passemos o entendimento, na comunidade internacional, de vermos os nossos indígenas sendo massacrados, sacrificados, vivendo em verdadeiros campos de concentração sem cerca na terra que pertenceu aos seus ancestrais. Nós precisamos fazer uma política correta e, depois disso, ter o assunto resolvido.

**O Sr. Eduardo Suplicy** (Bloco/PT – SP) – Permita-me, Senador.

**O SR. CRISTOVAM BUARQUE** (Bloco/PDT – DF) – Devo, aliás, dizer, Senador Eduardo Suplicy – depois lhe passo, com muito prazer – que outro item que está incomodando a comunidade internacional é a situação dos haitianos no Acre. Nós não podemos fechar os olhos. Aqui esta Casa despertou para este assunto seis meses atrás e conseguimos dar uma certa ajuda. Voltou a situação. Há pelo menos três mil haitianos vivendo na fronteira da Bolívia, do Acre, em situação de miséria, de sofrimento, de abandono. Nós não temos direito de ter mandado tropas para o Haiti, na defesa da paz, e agora recusar asilo para três mil deles que aqui vêm.

Este País precisa descobrir, de uma maneira séria, os direitos humanos – direitos humanos de alfabetizar todos os analfabetos, porque isso é uma questão de direitos humanos. Por isso, eu até defendo que o Programa de Erradicação do Analfabetismo não de-

veria estar no MEC. Deveria estar no ministério dos direitos humanos.

Há que se resolver o problema da demarcação de terras indígenas. Desde a Constituição, apenas duas terras foram realmente regularizadas para os indígenas. E nós temos que cuidar de todos aqueles que aqui chegam precisando de asilo, como o mundo lá fora nos recebeu quando nós precisamos, quando recebeu a muitos de nós exilados políticos, de braços abertos – europeus receberam –, como a Bolívia recebeu camponeses sem terra brasileiros, que hoje se transformaram em agricultores até de sucesso na Bolívia. Nós precisamos cuidar dos que aqui vêm e, sobretudo, daqueles que já estavam aqui antes que chegasse os portugueses, os japoneses, os árabes e todos os que nos deram origem.

Esta Casa não pode ficar calada. Hoje, na Comissão de Direitos Humanos, eu propus que a Comissão de Direitos Humanos ficasse em audiência permanente. Parece que o Regimento não permite esse instituto, embora eu ache que não haveria nada que impedisse. Mas nós precisamos enfrentar com rapidez, firmeza, competência, mas, sobretudo, com amor, com respeito aos direitos humanos, aquilo que se passa com os nossos indígenas.

Eu tenho a falar basicamente isso, Senador, mas passo a palavra com muito prazer ao Senador Suplicy.

**O Sr. Eduardo Suplicy** (Bloco/PT – SP) – Prezado Senador Cristovam Buarque, hoje, quando o antropólogo Tonico ali expressou o sentimento dos guarani-kaiowá, todos nós ficamos muito impressionados, inclusive porque ele e o outro líder indígena que ali nos prestaram o seu testemunho nos fizeram compreender melhor o que é esse fenômeno de suicídio entre os índios. Na verdade, eles ali mostraram que estão dispostos a caminhar até o seu último suspiro para resguardar aos seus sucessores, filhos e netos, o direito à terra.

Foi muito importante essa audiência até porque nos mobilizou. Os Senadores que ali, como nós, estavam presentes, ficamos imbuídos da responsabilidade de irmos até lá, em colaboração inclusive com a Funai, com a Presidente Marta, que ali estava, com o Cimi e outras pessoas, até com Deputados, numa comissão mista, para irmos lá o quanto antes e realizarmos este propósito de, o mais rapidamente possível, colaborar para que haja a definição das áreas para os indígenas guaranis-kaiowás. Então, meus cumprimentos ao registro que V. Ex<sup>a</sup> faz com muita propriedade.

**O SR. CRISTOVAM BUARQUE** (Bloco/PDT – DF) – Muito obrigado, Senador Suplicy.

Passo a palavra à Senadora Ana Amélia.

**A Srª Ana Amélia** (Bloco/PP – RS) – Caro Senador Cristovam Buarque, a partir do meio do seu pronunciamento me tranquilizei um pouco mais. Nós não temos a confirmação comprovada do que se disse massacre e assassinato de indígenas. Isso é uma coisa terrível! Não podemos, de maneira alguma, aceitar uma realidade, um crime dessa natureza. Então, as notícias não são confirmadas sobre massacres. Esse tema é extremamente complexo. Os direitos dos indígenas estão assegurados na Constituição de 1988. O Supremo Tribunal Federal se manifestou ao fazer a demarcação da reserva indígena Raposa Serra do Sol, tema que, com frequência, aparece aqui no nosso plenário. Mas eu me louvo de um especialista – lamentavelmente, não pude ir à audiência pública de hoje –, do Tonico Benites, referido pelo Senador Eduardo Suplicy há pouco. E ele, talvez, fale com o olhar de acadêmico e também de representante dessa etnia. Ele disse, numa entrevista ao jornal *Correio Braziliense* de hoje: “O olhar de cientista e pesquisador também faz parte da análise do indígena, que é mestre e doutorando em antropologia social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Para Benites, a decisão do Governo de povoar a região, [a responsabilidade foi do poder público] ainda na década de 1950...” O poder público levou – eu sou gaúcha –, lá do meu Estado, foram levados, estimulados a fazer a chamada interiorização, a colonização do Brasil para efeitos de segurança nacional. Então, essas pessoas foram de tão boa-fé que o próprio Benites diz o seguinte à pergunta: “o fazendeiro tem parcela de razão ou de culpa?” Ele diz: “Muitos fazendeiros compraram terras sem saber que havia índios ali...” E ele chama a atenção. “O Governo precisa apressar as demarcações, precisa ser mais ágil para solucionar esses conflitos, que trazem muito sofrimento e violência.” Então, é preciso separar o joio do trigo porque, aparentemente, quando se trata disso, parece que todos os produtores rurais são criminosos ou assassinos. Como ele próprio reconheceu, usando a racionalidade do cientista, de um doutor em Antropologia, a razão falou alto. Muitos não sabiam que aquelas eram terras que pertenciam aos índios, ou território indígena porque aquelas terras foram compradas do governo. Então, eles estão lá há 30 anos. No meu Estado, algumas demarcações foram feitas em terras em que as pessoas estão há mais de um século, como em áreas de Getúlio Vargas. Então, quanto a esse tema, a gente precisa ter muito cuidado até para não colocar a imagem do Brasil como se os brasileiros, digamos, aceitassem pacificamente a violência contra os indígenas. Ninguém quer violência contra os indígenas, como não queremos a violência em São Paulo, em Porto Alegre ou no Rio de Janeiro. Mas a gente precisa dessa racio-

nalidade. Fiquei feliz porque V. Exª fez a observação, no meio do pronunciamento, de que muitos foram para lá sem o conhecimento devido de que eram terras indígenas e que muitos foram para lá de boa-fé. Então, em nome dessas pessoas, é preciso cautela para que a gente não cometa injustiça com famílias e famílias que acreditaram, de boa-fé, que lá poderiam ajudar a desenvolver o Brasil e hoje estão colaborando muito com o crescimento, com a produção de renda e essas coisas todas que nós conhecemos. Então, queria cumprimentá-lo pela abordagem, mas, digamos, com a preocupação de que, falando em massacre sem uma comprovação real do que está acontecendo, podemos comprometer a imagem do Brasil, se isso não for real. Mas V. Exª tem muita responsabilidade, e é nela que eu confio, meu querido Senador, nosso mestre Cristovam Buarque.

**O SR. CRISTOVAM BUARQUE** (Bloco/PDT – DF) – Muito obrigado, Senadora.

Quero dizer que eu insisti, e a senhora repetiu, que não se trata de condenar esses agricultores que saíram de suas terras, saíram do comodismo e foram desbravar o Brasil. De jeito nenhum. Em nenhum momento. A senhora mesmo reconheceu isso. Então, eu agradeço o seu conhecimento porque o que eu creio é que é preciso resolver a situação dos índios sem deixar de reconhecer que aqueles que foram para lá foram enganados pelo Estado e que, portanto, o Estado deve lhes pagar aquilo que for preciso para devolver a terra aos índios, ou convencer os índios de que pode haver outro lugar para eles irem, o que eu acho muito difícil, porque a relação do índio com a terra é diferente da nossa. Nós vemos a terra como uma máquina para gerar dinheiro através da produção. Eles veem a terra como lar, não só deles, mas de seus ancestrais, de seus filhos e netos. A relação deles é de casamento com a terra; a nossa é de escravização da terra para a produção agrícola – nós, da sociedade ocidental. Então, não se trata de demonizar esses que ali estão produzindo.

**A Srª Ana Amélia** (Bloco/PP – RS) – Eu queria apenas, Senador Cristovam, fazer o adendo de que jamais eu usaria da tribuna para defender algum produtor que tivesse cometido um crime contra qualquer pessoa, indígena ou não. Quem comete crime precisa pagar na Justiça pelo delito cometido. Eu estou falando naquelas pessoas que, de boa-fé, foram para lá para trabalhar e para gerar renda, acreditando na palavra do Governo. Eu queria ressaltar isso porque jamais seria da minha índole fazer a defesa de algum criminoso.

**O SR. CRISTOVAM BUARQUE** (Bloco/PDT – DF) – Eu tenho certeza disto, como jamais seria da minha acusar um não criminoso.

Agora, a única divergência que eu tenho, mas é uma questão de terminologia e de significado das palavras, é massacre. Para mim e para muitos, existem dois tipos de massacre: o barulhento e o silencioso.

O barulhento é o que sai matando; o silencioso é aquele que deixa morrer. Está havendo um massacre. Não estou dizendo que fulano, sicrano ou beltrano é responsável diretamente por isso. Não, somos todos nós. Deixar que um grupo social morra por falta de dar recursos para eles, por falta de dar condições de trabalho é uma forma de massacre silencioso, que não tem um ou dois ou três responsáveis. É difícil personalizar, embora, no meio desses fazendeiros decentes, alguns cometam crimes, sim, como tem na indústria, como tem em todo lugar, como tem na grilagem de terra urbana, como tem na corrupção. Tem gente sendo massacrada porque denuncia, e eu temo que isso aumente muito, porque a maneira como se está incentivando a reação ao Supremo Tribunal Federal, no caso do mensalão, pode levar à perda de controle de grupos pequenos, Senador, marginais, que não vão fazer por decisão dos dirigentes, mas pela raiva, pelo ódio que pode estar sendo criado hoje contra o Supremo Tribunal Federal e seus membros.

Então, há um massacre que parece um massacre silencioso. Estou de acordo com a senhora, adjetivando, que não há massacre barulhento, com responsável, assassinando. Existe o massacre de um grupo étnico que está sendo condenado à morte mesmo sem ser assassinado. E, felizmente, isso quer dizer que o suicídio em massa parece que não é verdade, pelo menos até aqui, ainda que eu não duvide que isso possa vir a acontecer, pela relação deles, tão forte, com a terra.

O índio e a terra é a mesma coisa. Para a gente, agricultor ou não, a terra é um lugar que a gente pisa para poder produzir comida ou construir a morada. Deles é diferente. Deles, é onde eles nascem e aonde eles vão ao cemitério. Essa relação faz com que não será impossível que eles prefiram morrer reagindo ou se suicidando, a continuarem nessa situação.

Mas hoje parece que não está havendo isso. Está havendo, sim, a incompetência e a insensibilidade da Nação brasileira de enfrentar com rigor, com cuidado, com sabedoria, mas, sobretudo, com muito sentimento, esse problema dos nossos indígenas.

Era isso, Senador, o que eu tinha para falar.

**O SR. PRESIDENTE** (Aníbal Diniz. Bloco/PT – AC) – Obrigado, Senador Cristovam.

E agora, em permuta com o Senador Tomás Correia, o Senador Casildo Maldaner.

**O SR. CASILDO MALDANER** (Bloco/PMDB – SC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente e nobres colegas, em pri-

meiro lugar, quero agradecer, Senador Tomás, por permitir essa nossa permuta. Eis que estou viajando, logo depois, ao meu Estado, Santa Catarina, e V. Ex<sup>a</sup> foi benevolente em que eu pudesse usar, antes de V. Ex<sup>a</sup>, o tempo. Fico muito grato.

Nós, catarinenses, temos muitos irmãos em Rondônia, que para lá se deslocaram para ajudar a desbravar aquelas terras, chamados até pelo próprio Governo, na época; da mesma forma, os filhos dos nossos colonos que se deslocaram àquela região, também, e assim no Brasil inteiro.

Nos últimos meses, os brasileiros se prepararam com um amplo e diversificado desfile de promessas de campanha. Obras, serviços e ações em campos como saúde, educação e infraestrutura, por exemplo, pautaram os compromissos assumidos pelos candidatos.

Isso foi o que nós escutamos durante a campanha que agora se desenvolveu. Nos últimos meses, isso foi o que transcorreu no País, nos cinco mil e poucos Municípios deste Brasil.

Aos escolhidos pelo voto, resta agora o desafio de concretizar essas promessas, transformando-as em realidade e em benefícios para a população. Há, no entanto, um obstáculo comum a quase todos os Municípios brasileiros, assim como aos Estados, de dura transposição: a falta de recursos para investimentos, gerando uma danosa dependência do Governo Federal.

O quadro é consequência de um perverso quadro fiscal, em que a União concentra aproximadamente 60% do total dos impostos arrecadados, fazendo com que Estados e Municípios vivam numa permanente navalha entre a carência de recursos e as limitações impostas pela Lei de Responsabilidade Fiscal.

Na última terça-feira, agora, nesta semana, o Senado deu um importante passo rumo à construção de um novo Pacto Federativo. A comissão constituída para estudar o tema, presidida pelo ex-Ministro Nelson Jobim, entregou ao Presidente José Sarney o resultado dos trabalhos, que agora será debatido por todos nós, na tramitação regular dos projetos de lei.

As propostas apresentadas visam, entre outras coisas, dar fim à guerra fiscal do ICMS entre os Estados; estabelecer novos critérios para o Fundo de Participação dos Estados; revisar as regras para amortização da dívida contratada por Estados e Municípios com a União; além da definição acerca da participação dos entes federados nos *royalties* de exploração de petróleo. São, inequivocamente, pilares fundamentais do nosso Pacto Federativo que demandam revisão urgente, podendo dar novos rumos ao desenvolvimento do País. Ao mesmo tempo, exigirão amplo debate, para evitar que a renovação não deságue em novas injustiças.

A questão do ICMS é emblemática. A guerra fiscal que hoje reina no País fomenta desigualdades entre os Estados no momento de atração de investimentos. Ocorre, contudo, que tal mecanismo tem sido utilizado, tradicionalmente, para corrigir outras diferenças de ordem econômica e social. Além do mais, qualquer alteração nesse campo produz impactos profundos, que devem ser avaliados com extremo cuidado e responsabilidade.

Em outra ponta, a revisão dos indexadores das dívidas dos Estados e Municípios com a União criou uma situação perversa, com efeito bola de neve: sem capacidade de amortização, o saldo devedor cresce exponencialmente. Como resultado, os entes chegam à insolvência, tendo extremamente reduzida sua capacidade de captação de recursos e, por conseguinte, seu poder de investimento em obras e serviços públicos.

Isso é a verdade, porque foi feito um pacto, há tanto tempo, e foram negociadas com um índice as dívidas dos Estados e dos Municípios com a União. Com o tempo, nós sabemos que esse índice utilizado, hoje, não dá mais, porque vai pagando cada vez a dívida, em vez de baixar. Isso foi como o antigo sistema do BNH – Banco Nacional de Habitação, em que quanto mais pagava, mais ficava devendo. Mais ou menos nessa situação.

O Governo hoje tem mudado o índice. Inclusive a Caixa Econômica e o Banco do Brasil têm repactuado custos. A própria taxa Selic tem baixado. E isso em relação ao mundo. Nós ainda cobramos um dos juros mais altos do mundo, e com muita luta vem se baixando aos poucos essa relação. Se nós não revisarmos isso entre os nossos Estados-membros e a União, os Municípios da mesma forma, ...

E isso acontece também com aqueles que contrataram empréstimos com o BNDES, o Banco do Brasil, a Caixa Econômica – os produtores, as entidades –, há questão de 5, 6 anos. Se hoje se contrata com 5%, 6% ao ano, na época foi feito com 10%, 12%. Se não houver uma adequação disso, não tem jeito, vai se trabalhar, se trabalhar, para ganhar menos agora – a margem é menor. É preciso recompor esse índice, senão nós não vamos chegar a resultado algum.

Assim, não são só os Municípios e os Estados, são as entidades do Brasil, o setor produtivo como um todo. Quem fez negócio há 10 anos, 8 anos vê que hoje é diferente. À época, um contrato era de uma forma; hoje é diferente. Como o Governo, o mundo também tem a sua repactuação, a sua atualização. Nós também temos que atualizar, porque, senão, não vai.

As alterações no Fundo de Participação dos Estados (FPE) e, igualmente, no Fundo de Participação dos Municípios (FPM), aliadas à tão aguardada definição

da parcela dos *royalties* do petróleo, trazem inestimável contribuição no equilíbrio federativo.

Ao ressaltar a importância dessas alterações, é necessário lembrar que, se aliadas a outras reformas aguardadas, poderemos ter ampliado seu poder de transformação.

Na esteira da discussão a respeito do Pacto Federativo, devemos refletir sobre a expansão de seu espectro, partindo do campo exclusivamente fiscal para o administrativo.

A União, além de concentrar a arrecadação tributária, desempenha tarefas executórias em ações que seriam melhor geridas e executadas pelos Estados e principalmente pelos Municípios. Essa descentralização administrativa, implantada de forma pioneira em Santa Catarina pelo então governador e hoje Senador Luiz Henrique da Silveira, mostrou que, quando as decisões e a execução são deslocadas para próximo do cidadão, sua eficácia, agilidade e efetividade são muito maiores.

À União caberia, muito mais, uma função essencial de formuladora de políticas, de reguladora das relações entre os entes, e de atuação em temas exclusivamente afeitos à Nação como um todo, até mesmo quanto ao tema que há pouco o nosso eminentíssimo Senador e Professor Cristovam Buarque trouxe a esta tribuna da relação dos índios com os produtores e dos conflitos existentes. Quer dizer, a União vai ter que tratar disso para tentar encontrar um caminho, apaziguar o diálogo. É sempre melhor 2 horas de diálogo do que 5 minutos de tiroteio. Isso é fundamental. Então, cabe a União buscar o consenso, o diálogo, o entendimento. Em vez de executar obras diretamente, ela poderia descentralizá-las para os Estados e para os Municípios. Assim, a eficiência seria muito melhor. Seria um modelo muito mais racional e eficiente, baseado na autonomia dos entes, como reza nossa Constituição. Se executado, isso seria bem melhor.

Por fim, destaco ainda a importância de conjugarmos esses esforços com alterações no sistema tributário. A Presidenta Dilma Rousseff tem dado repetidas mostras de sua consciência acerca do problema e sua disposição para atacá-lo. Tem tomado medidas, ainda que esparsas e isoladas, para combater a alta carga tributária, que reduz absurdamente nossa competitividade internacional.

Uma ação mais ampla e orquestrada, que busque reduzir a carga tributária, sobre todos os setores produtivos e também sobre os consumidores, além de simplificar a forma de arrecadação, certamente contará com o apoio do Parlamento.

É esse o caminho para o desenvolvimento econômico e social de longo prazo, para a consolidação

do Brasil como economia forte, mas pauta permanentemente pela distribuição justa da riqueza e igualdade social.

São essas as considerações, Sr. Presidente, nobres colegas, que trago nesta tarde para a nossa reflexão.

Antes de encerrar, quero, mais uma vez, agradecer a bondade do eminente Senador pelo Estado de Rondônia, Tomás Correia, de ter cedido o seu espaço para que eu pudesse expor aqui essa preocupação com relação a esse tema.

Muito grato, Sr. Presidente e nobres colegas, por este momento.

**O SR. PRESIDENTE** (Anibal Diniz. Bloco/PT – AC) – Obrigado, Senador Casildo Maldaner.

Anunciamos a presença dos alunos do ensino fundamental do Colégio Marista de Varginha, Minas Gerais. Sejam todos muito bem-vindos às galerias do plenário do Senado Federal.

Agora, com a palavra o Senador Tomás Correia, do PMDB de Rondônia.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (Bloco/PT – SP) – Pela ordem, Sr. Presidente.

Permita-me, Senador Tomás Correia.

**O SR. TOMÁS CORREIA** (Bloco/PMDB – RO) – Pois não.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (Bloco/PT – SP). Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Há pouco, eu fiz um pronunciamento em que falei da carta do Ministro da Justiça ao Governador Geraldo Alckmin, sobre a colaboração do Governo Federal, do Ministério da Justiça, com respeito a como promover maior segurança no Estado de São Paulo.

Apenas há pouco recebi a cópia da carta e eu gostaria de solicitar a transcrição dela como parte do meu pronunciamento, Presidente Anibal Diniz, se for possível.

**O SR. PRESIDENTE** (Anibal Diniz. Bloco/PT – AC) – V. Ex<sup>a</sup> será atendido, nos termos do Regimento.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (Bloco/PT – SP) – Muito obrigado.

**O SR. TOMÁS CORREIA** (Bloco/PMDB – RO). Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Anibal Diniz; Sras Senadoras, Srs. Senadores; Senadores Eduardo Suplicy e Casildo Maldaner; Senadora Ana Amélia, do Rio Grande do Sul, que nos prestigia com a sua ilustre presença, está em exame nesta Casa a Medida Provisória nº 579, através da qual o Governo da Presidente Dilma Rousseff está adotando importantes providências no sentido de reduzir as tarifas de energia elétrica no País.

Como sabe V. Ex<sup>a</sup> e a Casa, o Brasil tem uma matriz energética excepcional, com enorme disponi-

bilidade de geração hidrelétrica, o que nos coloca em posição privilegiada no concerto das nações. Como também é de conhecimento geral, a energia dessas usinas apresenta a melhor relação custo/benefício, quer do ponto de vista de preço, quer no que diz respeito à preservação ambiental, conforme já demonstrado por diversos estudos.

Ainda assim, as tarifas de energia elétrica ao consumidor brasileiro andam entre as mais caras do mundo, também de acordo com vários estudos publicados recentemente.

As causas desse fenômeno, Sr. Presidente, são bastante conhecidas. A primeira é o excesso de imposto e de encargos setoriais. Depois vem a necessidade de geração térmica, muito mais cara do que a hidrelétrica, o que, num País com vastos recursos hídricos, é um enorme contrassenso que, parece, começa a ser percebido, começa a ser notado e valorizado pelo Governo Federal.

Agora mesmo, por falta de água nos reservatórios no fim da estação seca, o Operador Nacional do Sistema Elétrico está sendo obrigado a despachar 2.100 MW médios gerados por usinas térmicas. Ainda bem que as temos, mas a conta dessa geração mais cara irá, infelizmente, para o consumidor. Muito melhor seria se tivéssemos mais hidrelétricas, com mais água armazenada, para seguir gerando energia de menor preço até o início das chuvas.

Dito isso, voltemos às medidas adotadas pela Presidente Dilma Rousseff, a quem cumprimentamos pela iniciativa de remeter ao Congresso Nacional a Medida Provisória 579, que citei há pouco. A Medida Provisória enviada ao Congresso ataca duas frentes principais. Na primeira, elimina encargos setoriais, federais incidentes sobre a tarifa de energia elétrica – no caso, a Conta de Desenvolvimento Energético (CDE), a Conta de Consumo de Combustíveis (CCC) e a Reserva Global de Reversão (RGR), o que resultará numa redução de 7% na conta de luz do consumidor final.

Esses encargos, Sr. Presidente Anibal Diniz, são destinados a custear programas sociais, como é o caso do Luz para Todos; a tarifa social para consumidor de baixa renda; e a geração de energia elétrica nos Sistemas Isolados da Região Norte do País.

Já a RGR destina-se à indenização eventual a concessionários, em caso de reversão da concessão, determinada pelo Governo, na forma da Lei.

Antes pagos pelo consumidor de energia elétrica, esses encargos passarão agora a onerar o contribuinte. Trata-se de medida saudável nesse aspecto, que torna o subsídio transparente e o financia adequadamente, por meio de impostos, e não mais através de

encargos ocultos na tarifa de energia elétrica, de forma muito menos justa.

A segunda frente em que a Medida Provisória busca a redução das tarifas de energia elétrica é por meio de um engenhoso mecanismo de antecipação dos ganhos resultantes da amortização dos empreendimentos e instalações de energia elétrica. Esses ganhos, que iriam exclusivamente para os empreendedores – na maioria estatais – até o final de seus contratos de concessão, passarão a ser divididos com os consumidores, proporcionando redução de outros 13% na conta de energia elétrica.

Com essas medidas, o Governo Federal estima uma redução de até 16,2% na tarifa dos consumidores residenciais e de até 28% na tarifa dos consumidores industriais atendidos pelas distribuidoras de energia elétrica, o que dá a redução média estimada de 20%.

O mais interessante é que – ao contrário do que dizem seus críticos – não há truculência na Medida Provisória editada pela Presidente Dilma Rousseff. Na condição de Poder Concedente, a União pode, perfeitamente dentro das prerrogativas que a Lei lhe confere, propor a negociação, conforme o fez por meio da edição dessa Medida Provisória. Os concessionários são livres para aceitá-la ou não.

E foi o que fez o Governo: ofereceu aos atuais concessionários a possibilidade de renovação imediata das suas concessões – em vez de licitá-las daqui a um, dois ou três anos, como seria natural –, mediante novas regras, em troca da redução de parte de seus ganhos no presente, a serem divididos com os consumidores.

A demonstração de que o Governo agiu bem está na ampla acolhida que a proposta teve entre os concessionários.

Das 176 concessões que precisam ser renovadas, 159 concessionários de geração, transmissão e distribuição manifestaram-se de acordo com as novas regras propostas pelo Governo, nos termos da citada Medida Provisória nº 579. Apenas 17 concessionários não acharam vantajosa a negociação que o Governo sugeriu. Das 44 distribuidoras que podem ter suas concessões renovadas, 41 concordaram com as condições da Medida Provisória nº 579, e todas as nove concessionárias de transmissão também as aceitaram. O mesmo ocorreu com a maioria das geradoras: 109 de 123 usinas querem a renovação de suas concessões pelas regras estabelecidas na atual Medida Provisória nº 579.

Sr. Presidente, apenas um aspecto importante nesse processo de renovação de concessões não foi bem resolvido, a meu ver. Refiro-me à exclusão dos consumidores do mercado livre dos benefícios com-

pletos dessa redução tarifária que inteligentemente o Governo está buscando.

Ainda que esses consumidores se beneficiem da redução das tarifas decorrentes da eliminação de encargos setoriais, eles não usufruirão, como os demais consumidores, da redução tarifária gerada pela apropriação dos ganhos resultantes da amortização dos empreendimentos e instalações de energia elétrica. A Medida Provisória nº 579 não os beneficiou com essa hipótese.

Felizmente, há tempo para se corrigir esse equívoco, e não podemos nos esquecer de que os consumidores livres correspondem a cerca de 30% do mercado consumidor e são, na maioria, grandes, pequenas e médias indústrias, que precisam ter competitividade para conseguir disputar fatias do concorrido mercado global.

Já há emendas apresentadas nesse sentido, com soluções razoáveis para esse problema, que, em minha opinião, não pode deixar de ser resolvido. Se o Governo da Presidente Dilma Rousseff está mesmo – e como está – empenhado em auxiliar a indústria nacional a enfrentar a concorrência internacional, essa é uma grande oportunidade para fazê-lo, e o está fazendo com muita responsabilidade.

Penso que ao final tudo será bem resolvido. O acerto dessa medida provisória nos autoriza a pensar assim. As coisas que começam bem têm sempre maiores chances de terminarem bem. E essa proposta do Governo possui tal característica: ter sido bem-elaborada e discutida previamente com o setor. Isso certamente vai facilitar o seu aperfeiçoamento pelo Congresso Nacional, tarefa na qual todos estaremos empenhados.

Sr. Presidente, essa questão da energia elétrica é um tema palpitante, muito interessante, e certamente a Casa vai discuti-lo de forma amadurecida, de forma responsável, porque é um assunto de grande interesse não só para o consumidor comum, para o cidadão, mas também para o setor industrial do País.

Pagamos hoje, no Brasil, a energia que é uma das mais caras do mundo. De sorte que aqui fica o nosso apelo para que a Casa faça as correções necessárias e, em diálogo com o Governo, encontre o termo adequado para que tenhamos uma medida provisória aprovada por unanimidade, atendendo todo o setor industrial e de consumo do País.

Sr. Presidente, nesses minutos que ainda me restam, também quero tratar de um outro tema: a isenção de tributos para material esportivo.

Recentemente já me pronunciei nesta Casa sobre este assunto e senti que houve um grande interesse dos desportistas do País inteiro, que estão aguardando

a regulamentação por parte do Governo de proposta de isenção tributária para a aquisição de equipamentos esportivos que serão utilizados pelos desportistas nacionais.

É hora de trabalharmos com afinco pela boa preparação das equipes esportivas brasileiras, que merecem brilhar na próxima edição dos Jogos Olímpicos, desta feita na cidade querida e bonita do Rio de Janeiro, em 2016. O privilégio e a responsabilidade de organizarmos um evento de visibilidade mundial nos convida a lutar arduamente por sua boa organização e também por uma *performance* exemplar do Brasil nas competições esportivas.

É exatamente por esse motivo que retorno a esta tribuna, para pedir que a Receita Federal regulamente o art. 9º da Lei nº 12.649, de 2012, pois é nosso dever garantir às equipes brasileiras ideais condições para a boa preparação, para o treinamento ininterrupto e de grande qualidade.

Com esse objetivo, Sr. Presidente, a referida Lei, que trata de algumas desonerações tributárias em nosso sistema legal, prevê, em seu art. 9º, alteração no art. 8º da Lei nº 10.451, de 10 de maio de 2002, de modo a conceder isenção do Imposto de Importação (II) e do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) que incidem “na importação de equipamentos ou materiais esportivos destinados às competições, ao treinamento e à preparação de atletas e equipes brasileiras”.

A nova lei terá prazo de validade até 31 de dezembro de 2015, e a mencionada desoneração tributária tem por foco as competições esportivas em jogos olímpicos, paralímpicos, pan-americanos, parapan-americanos, nacionais e mundiais.

Vale sublinhar que a isenção terá por objeto o equipamento e o material esportivo dos atletas sem similar nacional. Em caso de fabricação no Brasil, os referidos bens serão isentos de Imposto sobre Produtos Industrializados. Convém ainda enfatizar que a luta pela isenção foi liderada, proposta incansavelmente, pelo ilustre Senador Valdir Raupp, que tenho a honra de substituir nesta Casa.

Srªs e Srs. Senadores, nesse sentido, ressalto que é imprescindível a regulamentação, mais amiúde, da tão benfeazeja desoneração tributária, que em muito auxiliará na melhoria dos centros de treinamento e também dos equipamentos pessoais dos competidores brasileiros, portanto, daqueles que estão se preparando para participar dessas grandes competições que ocorrerão no Brasil.

Como bem sabemos, é lícito e desejável, no estado da arte do esporte internacional, a maximização do vetor tecnológico na maximização da *performance*

dos atletas, medida absolutamente determinante da vitória em incontáveis modalidades.

Apenas a título de exemplo, podemos mencionar esportes como o ciclismo, a vela, o salto com vara, o remo, a ginástica olímpica e mesmo o nosso tradicional futebol, que dependem, em maior ou menor grau, do aporte tecnológico dos equipamentos e materiais utilizados para que se atinja a excelência no resultado nessas competições. Se pensarmos em modalidades extraolímpicas, como o motocross ou o automobilismo, a melhor tecnologia é a própria chave do sucesso dos competidores de ponta.

Por isso, Sr. Presidente, gostaríamos de instar o Governo Federal a envidar todos os esforços no sentido de facilitar, no mais curto prazo, a importação dos melhores equipamentos e materiais existentes no mercado em favor das equipes esportivas que representarão o nosso País nas mais importantes competições internacionais no curso dos próximos anos.

A gradativa priorização do esporte na agenda governamental tem resultado na elevação de nossa *performance* em sucessivas edições dos Jogos Olímpicos no mundo, de modo que o Brasil já é reconhecido como o “gigante a ser batido” em modalidades como o vôlei de quadra e o vôlei de praia, além de fazer excelente figura em esportes complexos, como a ginástica olímpica e a vela, além do futebol, obviamente.

Para além da projeção internacional da melhor imagem de nosso País, acreditamos que os Jogos Olímpicos do Rio podem nos auxiliar a criar, na juventude brasileira, uma genuína cultura esportiva, servindo de convite aberto e permanente à vida saudável e feliz do esporte.

Sr. Presidente, recebi inúmeras correspondências de desportistas brasileiros que se referiam a essa questão, querendo que o Governo Federal, o mais rápido possível, regulamentasse essa lei, que isenta de tributos materiais esportivos os nossos jovens. E, aqui, faço um apelo à Receita Federal brasileira, no sentido de que apressem o máximo que puderem a reformulação, a regulamentação dessa lei, no sentido de trazer esse conforto, trazer competitividade aos atletas nacionais.

Quero também saudar o Senador Valdir Raupp, que é o mentor que introduziu na Medida Provisória esse dispositivo, permitindo que o Governo regulamentasse, em um prazo a ser estabelecido, a isenção desses tributos, o que, certamente, muito contribuirá para a boa prática do esporte nacional.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Anibal Diniz. Bloco/PT – AC) – Obrigado, Senador Tomás Correia.

E, agora, com a palavra a Senadora Ana Amélia.

**A SR<sup>a</sup> ANA AMÉLIA** (Bloco/PP – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Caro Presidente Tomás Correia, Senador Aníbal Diniz, nossos telespectadores da TV Senado, ouvintes da Rádio Senado, atenciosos servidores desta Casa, neste momento em que ocupo a tribuna, em algum lugar do Brasil, algum brasileiro está sofrendo um acidente de trânsito. Se não morre, fica com graves sequelas. Essa é a trágica estatística a cada feriadão. Por isso eu gostaria de fazer um registro sobre algo que me preocupa muito, especialmente na véspera deste feriado de Finados, quando os acidentes em nossas rodovias aumentam em todo o Brasil, numa combinação trágica de álcool e alta velocidade, aliada às más condições das nossas rodovias, o que afeta motoristas, ciclistas, passageiros e empresas.

Reportagem publicada hoje no jornal *Zero Hora*, de Porto Alegre, mostra o drama de quem sobrevive a um acidente. Além de acabar com vidas humanas, em geral uma população jovem, a má conservação das rodovias também tira recursos da economia que poderiam ser melhor aproveitados. São custos pesados que precisam de atenção e de um redirecionamento. A reportagem do jornal do Rio Grande do Sul mostra que, para cada pessoa que morre no trânsito, cinco sobrevivem e ficam com sequelas bem sérias. Nos últimos dois anos e meio, mais de 530 mil brasileiros obtiveram indenização por invalidez permanente. É só fazer o cálculo para imaginar a dor de cabeça e as preocupações que o Ministro da Previdência Social, ou da Assistência Social, Garibaldi Alves, está tendo neste momento.

As motocicletas também são um capítulo à parte nesse trágico cenário. Em outubro deste ano – para se ter uma ideia, recém-terminado –, no meu Estado, houve o registro de um fim de semana violento. Mesmo com as boas condições de clima e não se tratando de um feriadão, no final de semana dos dias 21 e 22 de outubro foram registrados 26 casos de acidentes com morte, número igual ao do feriado do Dia dos Pais. No Rio Grande do Sul, nesse outubro trágico, de 21 a 22 morreram 26 gaúchos e gaúchas.

É claro que os motoristas precisam dirigir com muita cautela, prudência e, sobretudo, responsabilidade, seja nas cidades, seja na área rural, seja nas nossas rodovias estaduais, intermunicipais ou federais, assim como as autoridades policiais devem reforçar a fiscalização nas rodovias, como, aliás, a Polícia Rodoviária Federal vem fazendo, intensificando campanhas às vésperas de cada feriadão.

A qualidade das estradas também é uma necessidade básica e urgente. Portanto, os Governos, a União, Governo Federal, os Governos estaduais, e

os Governos municipais precisam atentar para essas questões e não ficar numa discussão ineficaz, inócuas, de quem é a responsabilidade: essa estrada é rodovia estadual; essa é federal. Quem paga imposto quer uma estrada, não quer saber de quem é a responsabilidade. Simplesmente precisa e tem direito a ter estradas em condições de trafegabilidade.

É preciso também que o motorista tenha a responsabilidade de nunca fazer ultrapassagens perigosas, pois a televisão, todos os dias, mostra exatamente esses riscos e os acidentes provocados pelo desejo de chegar primeiro e mais rápido. Essa é uma cultura que precisamos ir, aos poucos, retirando do nosso cotidiano, porque é contra nós. A vítima pode ser a própria pessoa que está fazendo essa ultrapassagem perigosa.

É preciso fazer também os desembolsos orçamentários para a área de transporte no tempo adequado, sem ficar condicionado à chamada liberação ou aos empenhos dos restos a pagar, e avançar nas obras de manutenção, construção, duplicação e ampliação da capacidade das nossas rodovias. Estradas duplicadas melhoram o trânsito e reduzem os acidentes. O problema atinge também os negócios e afeta o crescimento econômico.

A respeitada Fundação Don Cabral, de Minas Gerais, fez um estudo inédito, que foi publicado, ontem, pelo jornal *Correio Braziliense*, aqui da nossa Capital, Brasília, mostrando que os problemas de transporte, no Brasil, consomem até 22,69% de toda a receita bruta de setores estratégicos da cadeia produtiva brasileira. Foram ouvidas 126 empresas dos segmentos do agronegócio, óleo e gás, automotivo, siderúrgico. Mais da metade, 54,5% dos pesquisados, disseram que os problemas nas estradas brasileiras são o principal motivo do aumento dos custos das empresas. O frete no Brasil, portanto, continua entre os mais caros do mundo e é a principal reclamação desses setores.

Falimos em matéria logística, até porque a situação se agrava ainda mais, porque há uma concentração no modal rodoviário de transportes.

Essa pesquisa é relevante, Sr<sup>s</sup>s e Srs. Senadores, porque essas empresas respondem por um quinto de toda a nossa produção econômica anual, o nosso Produto Interno Bruto (PIB). Para essas empresas, a solução para o problema estaria nas ferrovias, com integração multimodal e investimentos no deslocamento sobre trilhos. Com a nossa dimensão continental, essa seria a grande alternativa para desafogar as estradas, que são as mesmas de 50 anos atrás, e o aumento do número de veículos mais potentes as sobrecarrega e elas já não têm mais potencial para suportar a carga e o aumento de fluxo.

A meu ver, as estradas também precisam de atenção, pois a maior parte da produção ainda passa por esta logística mais tradicional no Brasil: o transporte rodoviário. Esses ajustes, portanto, precisam estar no debate da Medida Provisória nº 576, que cria a Empresa de Planejamento e Logística (EPL), enviada para análise da Câmara Federal. Acabamos de aprovar e votar o relatório do Deputado Henrique Fontana, que acatou até uma sugestão feita por mim com relação à necessidade de elaboração de estudos jurídicos estabelecendo um marco regulatório para permitir e atrair empresas brasileiras ou estrangeiras que estejam interessadas em um investimento na área da logística e de transportes, com foco em planejamento, com o objetivo de termos uma verdadeira política nacional de transportes.

Precisamos considerar também o agronegócio, que é a espinha dorsal da nossa economia. Sou de um Estado, o Rio Grande do Sul, que tem base econômica fundada no campo. Hoje, inclusive, a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, presidida pelo nosso colega Acir Gurgacz (PDT – RO), aprovou um requerimento de minha autoria para a realização de uma audiência pública na cidade de Não-Me-Toque, no Rio Grande do Sul, entre os dias 4 e 8 de março, quando se realiza lá a Expodireto Cotrijal 2013. É um momento importante porque vamos debater exatamente as questões relacionadas à logística.

Será uma oportunidade de tratar da importância do papel da logística no crescimento da agricultura brasileira. Essa feira internacional, conhecida por reunir produtores rurais de todo o País e muitos estrangeiros, deve aprofundar o debate também com o Presidente da recém criada EPL, Bernardo Figueiredo, que casualmente tem uma expertise muito destacada na área de ferrovias, com o Presidente da Associação Brasileira de Logística, Rodrigo Vilaça, com o consultor da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil, Luis Antônio Fayet, com o Presidente da Associação Brasileira de Transportadores Internacionais, José Carlos Becker, e com o Presidente da Expodireto/Cotrijal, Nei César Mânicca.

A cadeia produtiva, fornecedores de insumos, instituições financeiras e o produtor rural também podem contribuir muito no debate sobre a política de logística, pois os agricultores estão entre os que mais sofrem as consequências dos gargalos logísticos.

Estive na sua Rondônia, Senador Tomás Correia, saí de Ji-Paraná para a cidade de Rolim de Moura, e fiquei impressionada com a quantidade de caminhões cruzando, fazendo ultrapassagens de carros e a péssima situação daquelas rodovias federais. É um Estado novo e florescente em matéria econômica, com

pecuária de ponta e agricultura florescendo – e hoje votamos projeto, na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, sobre a questão da cana na região –, mas, veja só, não adianta fazermos os investimentos da porteira para dentro da fazenda, como se diz, e estar tudo muito bem-feito se, da porteira para fora, a logística é tão deficiente

A Confederação Nacional do Transporte, presidida pelo nosso colega Clésio Andrade, fez recentemente um estudo completo sobre a situação das nossas rodovias. Quase dois terços das estradas pavimentadas do Brasil, ou seja, 62,7% delas estão em situação regular, ruim ou péssima, segundo a pesquisa. Então, é um cenário preocupante.

Se compararmos os dados nacionais deste ano com os pesquisados pela CNT em 2011, veremos que a qualidade das estradas no Brasil piorou! No ano passado, 57,4% das estradas apresentavam situação regular, ruim ou péssima. Portanto, aumentou o percentual da má qualidade das nossas rodovias. Entre os problemas recorrentes: buracos, deslizamentos e asfalto que quase não existe. Um desafio para escavar a produção rural. No meu Estado, o Rio Grande do Sul, os pesquisadores da CNT constataram piora no estado das principais rodovias.

Estradas avaliadas como ótimas ou boas caíram de 61,9%, no ano passado, para 58,7%. Seriam necessários investimentos de R\$2,7 bilhões para melhorar as estradas só no meu Estado. A pesquisa reflete a realidade de quem se desloca entre as principais capitais do País e o interior do Brasil. Para avaliar essas rodovias, a CNT considerou apenas itens básicos para uma rodovia viável, como a qualidade de pavimentação, a sinalização e a geometria da via. Ainda assim, a análise não foi satisfatória.

É, portanto, claro, uma má notícia – e mais preocupante ainda à véspera do feriadão de Finados. Não apenas para o agronegócio, setor estratégico do País altamente dependente dessa infraestrutura para o escoamento da produção nacional das nossas safras cada vez maiores, mas para todas as empresas e pessoas que dependem das rodovias para se locomoverem, para mobilidade urbana ou entre Estados e Municípios ou para fechar algum negócio.

Significa também menos crescimento econômico, pois, com as limitações impostas pela ausência de rodovias adequadas, a nossa competitividade despenca e o frete se eleva, aumentando o famoso “custo Brasil”.

Esse “raio X” atualizado sobre a precariedade das principais vias de acesso é alarmante porque atinge em cheio a nossa economia. O crescimento que precisamos ter nos próximos anos, enfrenta, infelizmente, obstáculo.

A Presidente Dilma estimula e anuncia – e é uma medida extremamente positiva e importante – a redução das tarifas de energia elétrica. Mas sabemos que é outro peso a encarecer e a pesar no custo Brasil, e, se houver um aumento da demanda, corremos o risco porque também não houve investimento adequado a fim de atender à demanda do mercado interno. Então, são essas questões todas que devem ser analisadas sob esse cenário nacional.

Estudo recente sobre o “Desenvolvimento do Brasil”, elaborado pelo Ipea – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, mostra que, desde 1990, o modal rodoviário respondeu por mais de 60% do total transportado no País.

Com a exceção do transporte de minério de ferro, feito por ferrovias, mais de 70% das cargas no nosso Brasil ainda são transportadas via rodovia.

Uma concentração enorme no modal rodoviário em relação, por exemplo, aos Estados Unidos, Austrália e China, que usam as rodovias para transportar, em média, 19% do total das cargas desses respectivos países – 19%; no Brasil, 60%. Esse percentual médio é três vezes menor que o do Brasil. Isso nos obriga também a pensar como desenvolver outros modais, sejam ferroviários, sejam através das vias aquaviárias, porque temos uma grande riqueza para fazer isso.

No caso da BR-448, a Rodovia do Parque, como é conhecida no nosso Estado, ali na região metropolitana de Porto Alegre, as obras não serão entregues no prazo inicialmente previsto. Essa via terá mais de 22km de extensão – é pouco –, ligará a cidade de Porto Alegre até o Município de Sapucaia do Sul. Agora, estima-se que ficará pronta até o início de 2014, isso se ela não for suspensa, pois o Tribunal de Contas da União recomendou a paralisação da obra por suspeitas de superfaturamento nos preços da rodovia. Esse é outro gargalo.

Em outras localidades do meu Estado e do Brasil, a situação também é preocupante. A BR-470, por exemplo, é uma rodovia importante de ligação do sul do Estado, Camaquã, Município localizado a 130km de Porto Alegre, a Navegantes, em Santa Catarina. Ela cruza, casualmente, a minha cidade natal, Lagoa Vermelha. A BR-470 entre Barracão e Lagoa Vermelha teve seu asfalto recém-concluído, depois de longas demandas entre o distrito onde eu nasci, chamado Clemente Argolo, e o Município sede, Lagoa Vermelha.

Pois veja só, meu caro Presidente Tomás Correia: essa BR-470 chega e cruza com a BR-285, outra importantíssima rodovia federal, mas os técnicos não previram esse cruzamento, que é na área urbana. Então, V. Ex<sup>a</sup> imagina o que significa isso em matéria de risco e de acidentes, que já estão ocorrendo ali.

Eu espero que o Ministério dos Transportes, com a urgência possível, consiga resolver esse problema, para salvar mais vidas, que ali já estão sendo perdidas.

Essa importante via serve de escoamento da produção agrícola para portos e aeroportos, mas hoje está acumulando índices recordes de acidentes.

É a segunda rodovia do País com o maior número de mortes. A sinalização é péssima e as condições de conservação estão entre as piores do nosso Brasil. O resultado disso: além das perdas econômicas, somos obrigados a pagar esta conta com vidas ou com tratamento das sequelas, como mostrou a reportagem de jornal *Zero Hora* de hoje.

Os motociclistas, grupo esquecido e que tenho defendido com frequência nesta Casa, também são duramente atingidos nas rodovias.

No primeiro semestre deste ano, 74% dos indemnizados por invalidez permanente, ou seja, mais de 100 mil pessoas, estavam em uma moto.

Apresentei um requerimento na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária desta Casa convidando o Ministro dos Transportes, Paulo Sérgio Passos, para debater soluções para as rodovias mais importantes.

Entre as rodovias estão a BR-364, em Rondônia; a BR-163, em Mato Grosso; a BR-251, em Minas Gerais; e a BR-285, no meu Estado do Rio Grande do Sul. Elas estão deterioradas e, em alguns casos, bem abandonadas.

A data da audiência pública ainda não está definida, mas precisamos avançar neste debate enquanto a Medida Provisória é analisada na Câmara e trabalhar com as soluções possíveis.

No ano passado, as obras de transporte foram prejudicadas por causa das denúncias de irregularidades nos ministérios que tratam desse assunto.

Mas, neste ano, o ritmo das obras e dos desembolsos continua lento. Agora a razão é a crise da Europa. Por isso, o Governo Federal precisa encontrar uma forma de fazer as devidas desapropriações, garantindo as licenças ambientais de forma alinhada aos desembolsos e aos investimentos necessários.

É preciso ficar atento também às soluções do setor privado. Há diferenças claras de qualidade entre as rodovias concedidas à iniciativa privada e as estradas sob responsabilidade dos Governos Federal e estadual.

Na concessão, é preciso negociar adequadamente os pedágios, porque não se pode cobrar do usuário, que já pagou imposto, um pedágio extorsivo ou abusivo, mas um pedágio que seja condizente com a realidade brasileira e do próprio usuário dessa rodovia.

Por fim, nos últimos anos, as modalidades construídas em parceria com o setor privado foram mais bem avaliadas pelos usuários. Portanto, precisamos

de foco e gerenciamento eficientes se quisermos realmente desenvolver as nossas rodovias, melhorando a competitividade brasileira e diminuindo os índices alarmantes de acidentes, mortes e mutilações.

Desejo, sinceramente, que, neste feriado de Finados, o número de mortes seja reduzido em relação a 2011.

Muito obrigado, Presidente.

*Durante o discurso da Sra. Ana Amélia, o Sr. Aníbal Diniz, 1º Vice-Presidente, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Tomás Correia.*

**O SR. PRESIDENTE** (Tomás Correia. Bloco/PMDB – RO) – Obrigado, Senadora Ana Amélia. Fico feliz em saber que V. Ex<sup>a</sup> se soma a nós em relação à BR-364. Nós queremos informar que estivemos, recentemente, com o Ministro dos Transportes e com o DNIT, e já estão licitados os principais trechos. Já lançaram ordem de serviço para a restauração da BR-364, dos principais trechos, onde será feito o alargamento de algumas curvas, os trevos e uma terceira pista, exatamente.

Então, foi lançada recentemente essa ordem de serviço. E agradeço muito a V. Ex<sup>a</sup>, que é Senadora do Rio Grande do Sul, mas, como eu sempre falo, é também Senadora de Rondônia. Em Rondônia há muitos gaúchos que foram para lá colaborar conosco.

Há quatro Senadores em Rondônia.

**A SR<sup>a</sup> ANA AMÉLIA** (Bloco/PP – RS) – É verdade.

**O SR. PRESIDENTE** (Tomás Correia. Bloco/PMDB – RO) – Obrigado a V. Ex<sup>a</sup>.

**A SR<sup>a</sup> ANA AMÉLIA** (Bloco/PP – RS) – Obrigada.

**O SR. PRESIDENTE** (Tomás Correia. Bloco/PMDB – RO) – Concedo a palavra ao nobre Senador Aníbal Diniz.

**O SR. ANÍBAL DINIZ** (Bloco/PT – AC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup>s e Srs. Senadores, telespectadores da TV e ouvintes da Rádio Senado, ocupo a tribuna nesta tarde para, em primeiro lugar, falar da audiência bem-sucedida que mantivemos esta semana, exatamente na terça-feira, com o Ministro dos Transportes, Paulo Passos, e com o Diretor do DNIT, envolvendo as Bancadas do Estado do Acre e do Estado de Rondônia para tratar das pendências em relação ao início das obras da ponte sobre o Rio Madeira.

E é muito importante a gente tomar conhecimento de todos os passos dados, agora, sim, com providências concretas anunciadas pelo Ministro Paulo Passos e também pelo Diretor do DNIT no sentido de que haja a licitação agora, no mês de novembro, e a contratação da empresa que vai executar a obra e fazer o projeto

já no início de 2013. A nossa esperança é de que, no verão de 2013, a gente tenha o início da obra.

O assunto já havia sido tratado com a nossa Presidenta Dilma, que delegou às Bancadas do Acre e de Rondônia a missão de acompanhar todos os passos dessa obra, que deve iniciar no verão de 2013 e tem a perspectiva de ser concluída até o final de 2014.

A Presidenta Dilma demonstrou total comprometimento com a realização dessa obra, que já está incluída no PAC, no Programa de Aceleração de Crescimento, mas que teve uma série de entraves, de 2010 para cá. Já havia um projeto para essa obra, que acabou sendo condenado por erros técnicos. Depois, quando houve licitação para outro projeto, ele acabou não acontecendo. E o fato é que os transportadores que fazem o percurso Porto Velho-Rio Branco passam por muitos transtornos. Isso porque, da extensão de uma estrada que vai desde Porto Velho, Rio Branco, Assis Brasil, atravessa para o Peru e vai os portos do Pacífico, a gente tem um único ponto de estrangulamento, que é exatamente a altura do Rio Madeira, na BR-364. Há, ali, um transtorno terrível na travessia de balsa, principalmente no verão, quando o nível das águas fica muito baixo, e as balsas não conseguem transportar com maior peso. Por isso, têm que transportar com pouco peso, e se formam filas quilométricas de caminhões, de carretas, de carros de passeio. Isso tudo tem sido muito cobrado da representação política do Acre, da representação política de Rondônia.

Havíamos feito várias reuniões com o Ministério dos Transportes, mas não tinha ainda havido a oportunidade de a gente fazer uma reunião conjunta, das duas Bancadas.

Dessa vez, fizemos a reunião com as duas Bancadas. Estavam presentes: o Senador Tomás Correia, a Deputada coordenadora da Bancada de Rondônia, Deputada Maria Raupp e o Senador Valdir Raupp. Da parte do Acre, esteve o Deputado Sibá Machado, representando os Deputados Federais. Esteve, também, o Senador Jorge Viana, e eu também me fiz presente.

Então, a gente conseguiu mostrar a importância dessa obra para os dois Estados e, ao mesmo tempo, obtivemos a garantia do Ministério dos Transportes de que a contratação deve acontecer até início do ano de 2013. Para o verão de 2013, as condições já estarão dadas para o início efetivo dessa obra. Então, estamos esperançosos de que, até final do Governo da Presidenta Dilma, em 2014, teremos essa obra concluída. Essa é nossa esperança, e estaremos acompanhando, passo a passo e reportando a nossa Presidenta Dilma cada uma das situações que forem colocadas.

Eu gostaria de voltar também, Sr. Presidente...

**O SR. PRESIDENTE** (Tomás Correia. Bloco/PMDB – RO) – Senador Aníbal Diniz, permita-me interrompê-lo para anunciar a presença nesta Casa, nas galerias e para nossa honra, dos alunos de ensino médio do Colégio Marista de Varginha, do querido Estado de Minas Gerais. Sejam bem-vindos.

Concedo a palavra a V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. ANÍBAL DINIZ** (Bloco/PT – AC) – Sejam todos bem-vindos ao Senado Federal.

Pretendo agora, Sr. Presidente, usar esta tribuna para voltar a um assunto que já foi tratado aqui no plenário pelo Senador Jorge Viana, mas que precisa ser reafirmado para que a verdade seja restabelecida e não fique uma cortina de fumaça a criar dúvidas sobre o resultado eleitoral ocorrido no Estado do Acre. Lá, tivemos, no segundo turno, realizado no último domingo, a vitória de Marcus Alexandre, jovem Prefeito da capital Rio Branco, mas que, somados os resultados do primeiro e do segundo turnos, tivemos uma divisão muito importante no Estado do Acre. O Partido dos Trabalhadores ficou com seis prefeituras; os partidos aliados, com 10 prefeituras e a oposição com 12 prefeituras. Então, houve uma vitória da oposição no interior do Estado. Importantes municípios foram vencidos pela oposição e outros importantes municípios sendo vencidos pela Frente Popular, integrada pelo Partido dos Trabalhadores, de tal maneira que tivemos um resultado bem equilibrado. Sem dúvida, a capital Rio Branco, por se tratar da cidade mais importante, com maior população – quase 50% da população do Estado e também com quase 50% do eleitorado – tem a maior importância política, o que traduz uma vitória da Frente Popular e do Partido dos Trabalhadores, que elegeram o sucessor do Prefeito Raimundo Angelim.

Terminadas as eleições, há sempre aquelas avaliações de quem ganhou, de quem perdeu.

Aconteceu aqui, na tribuna, um pronunciamento do Senador Petecão, um pronunciamento bastante comprometedor no que diz respeito à imagem do Estado do Acre, porque passou a ideia de que sofreu uma tentativa de atentado na sua residência e que não houve provisões por parte das autoridades do Estado.

Então, gostaria de reafirmar que um atentado a um Senador da República é um atentado à própria República Federativa do Brasil. E jamais, em hipótese alguma, se tivesse ocorrido tal fato, o Governo, que tinha total responsabilidade de fazer a apuração, faria – como fez.

Tão logo o Diretor-Geral da Polícia Civil, Delegado Emlyson Farias, tomou conhecimento do ocorrido, ele próprio parou todas as atividades de que estava à frente para acompanhar essa investigação. O resultado é que ele não conseguiu encontrar evidências

desse atentado. Ao tornar público que não encontrou essas evidências para, inclusive, buscar culpados ou, digamos, fazer com que houvesse punição a qualquer responsável por um ato de tal natureza, ele disse que não tinha como culpabilizar ninguém porque simplesmente não havia encontrado nenhum indício, nenhuma evidência. O Senador Petecão tratou o assunto como se o Delegado tivesse usado de má-fé no tratamento da situação.

Então, pretendo usar a tribuna para defender a verdade e não permitir que versões fantasiosas, construídas para atender a objetivos pessoais ou político-partidários, possam ganhar *status* de fatos verídicos. Falo especificamente sobre a versão propalada pelo Senador Sérgio Petecão de que sua casa em Rio Branco teria sofrido, recentemente, um atentado a balas, teria sido alvejada por vários tiros. Conversei ontem com o Secretário de Polícia Civil do Acre, Emlyson Farias, que esclareceu pontos essenciais e concretos para desmontar essa lamentável inverdade. O que o Senador Sérgio Petecão sugere como um ataque a sua casa, na verdade, tratou-se de uma tentativa de assalto a um policial militar em uma rua próxima à sua casa, à casa do Senador Petecão. Ali houve troca de tiros entre um militar e um assaltante, que foi ferido, recebeu atendimento do SAMU e já está devidamente detido na penitenciária estadual.

Quando o Senador Petecão fez o registro da queixa do suposto ocorrido, a Polícia Civil do Acre realizou uma perícia técnica minuciosa, cuidadosa, na residência do Senador. Houve uma perícia técnica, que apresentou resultados reais. O resultado desse laudo técnico, como afirmou o Secretário de Polícia Civil, é que nenhuma área de impacto de bala, de arma de fogo, foi encontrada na casa, no muro, no telhado, na caixa d'água da casa do Senador Petecão, de tal maneira que não foi identificada nenhuma evidência de que tenha havido alvejamento à residência do Senador Petecão. O resultado dessa perícia consta, inclusive, do inquérito já concluído pela Polícia Civil, que será encaminhado à Polícia Federal, ao Ministério Públíco Federal e, também, ao Senado da República, para as devidas providências de cada uma das instituições.

Essa perícia não apontou nenhuma zona de colisão de projétil de arma de fogo, como disse o Secretário. Como, então, querer, mantendo o mínimo de seriedade, que a casa tenha sido alvejada por vários tiros, se não há uma evidência sequer?

Nós estamos na era da tecnologia. Se uma situação dessas ocorre, um próprio telefone celular, de que cada um dos Senadores dispõe, pode fazer uma fotografia e ser uma prova, mas esse mínimo indício de prova não foi recolhido. E mais: o Senador Petecão,

que tanto fez questão de entrar no carro da Polícia para ir prestar queixa na delegacia, talvez até para dar mais dramaticidade às fotos, em nenhum momento teve o interesse de fotografar, até com o próprio celular, as marcas dos supostos tiros em sua casa. Não teve interesse em registrar a tal agressão. A gente pode se perguntar por que ele não tomou essa providência nesse momento.

A versão de que haveria um suspeito dentro de um carro Fiesta, cor prata, que estaria de tocaia, também é fantasiosa. Todos foram ouvidos. Eram quatro adolescentes que esperavam a namorada de um deles, que mora em frente à casa do Senador Petecão, para seguirem a um churrasco.

Temos de estabelecer a verdade dos fatos. É ultrapassado e inaceitável sugerir, por uma falsa comunicação de crime, que o Acre é uma terra sem mando, na qual prevalece a opressão. As eleições foram transparentes, sim, e o resultado é legítimo. Não é admissível, para o Estado do Acre, a violência contra nenhum cidadão e, muito menos, contra um Senador da República.

Caso tivesse havido qualquer fato dessa natureza, o Estado do Acre, com sua estrutura de segurança, estaria plenamente mobilizado para tomar as devidas providências. E, certamente, nós estaríamos aqui nos pronunciando para nos solidarizar ao Senador Petecão. O fato é que a investigação feita pela Polícia técnica não identificou o menor indício de que a residência do Senador Sérgio Petecão tenha sido alvejada.

Então, a gente traz esses esclarecimentos para mostrar ao Brasil que o Acre não é o que o Senador Sérgio Petecão insinuou aqui no plenário, ou seja, uma terra sem lei, uma terra onde a Polícia está a serviço do partido, onde não há o cumprimento das normas legais. Isso não é verdade. O Acre já teve, no passado, uma época em que as instituições não cumpriam com suas obrigações. Mas, hoje, graças a Deus e ao trabalho intenso das nossas autoridades, nós temos uma estrutura institucional que funciona no Acre.

O Judiciário, a Assembleia Legislativa, o Governo do Estado, o setor de Polícia Civil e a Polícia Militar têm seus problemas, têm entraves a serem superados, sim. Mas não podemos, em hipótese alguma, afirmar que o Estado de direito está sendo ameaçado no Estado do Acre porque as instituições não atuam.

Eu considero isso uma afronta às autoridades do Acre. Por isso, faço esse esclarecimento e me solidarizo, sim, com o delegado de Polícia Civil Dr. Emylson Farias, porque é uma pessoa de grande responsabilidade, que já teve atuação marcante no Acre na época do combate ao crime organizado. Ele estava atuando no Ministério Público e fez um trabalho exemplar.

Certamente, se tivesse havido um atentado à residência do Senador Petecão e a perícia técnica tivesse identificado, a gente estaria aqui neste momento para apresentar a nossa solidariedade ao Senador Petecão e certamente a exigir das autoridades policiais do Estado a completa apuração, para identificar os responsáveis, porque não podemos deixar esse tipo de dúvida pairando sobre a cabeça das pessoas.

O resultado das eleições no Acre expressa exatamente aquilo que foi a vontade do povo. E a gente quer seguir em frente, colocando um ponto final nessa discussão.

Muito obrigado, Sr. Presidente. Muito obrigado a todos que nos acompanham pela TV Senado e pela Rádio Senado.

**O SR. PRESIDENTE** (Tomás Correia. Bloco/PMDB – RO) – Obrigado, Senador Aníbal Diniz.

Concedo agora a palavra ao Senador Fernando Collor, pelo prazo regimental de 20 minutos.

**O SR. FERNANDO COLLOR** (Bloco/PTB – AL) Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Ex<sup>mo</sup> Sr. Presidente Tomás Correia, Ex<sup>mas</sup> Sr<sup>as</sup> Senadoras, Ex<sup>mos</sup> Srs. Senadores, paralela e paradoxalmente ao cenário de estabilidade e maturação institucional, desenvolve-se de forma vagarosa e quase que imperceptivelmente uma crise que tem passado ao largo da percepção e do entendimento da maioria da sociedade brasileira. Trata-se do agravamento de um desequilíbrio, que, sob o subterfúgio da aparente normalidade institucional, espraia-se entre os Poderes da República, notadamente no que tange ao exercício de suas atribuições, competências e prerrogativas institucionais.

Essa crise, ademais, envolve todas as esferas do Poder Público, e o que testemunhamos no âmbito nacional alcança também os Estados e Municípios, sobretudo neste momento tão difícil por que passam os Municípios brasileiros em função da enorme perda de sua arrecadação.

O Pacto Federativo é, assim, quebrado, e o princípio da descentralização, maculado. E o Estado e a sociedade brasileiros se veem ameaçados e vulneráveis diante desse processo de degradação das instituições e da perda da legitimidade dos alicerces da democracia, como tem ocorrido com a independência e a autonomia do Poder Legislativo.

O sociólogo americano Talcott Parsons defendia que as sociedades só sobrevivem e se mantêm coesas na medida em que nelas predomina certo grau de consenso acerca dos valores que todos cultuam, aceitam e preservam. “Se a maioria perde a crença neles, perde-se a crença na própria sociedade, que passa a correr o risco de desagregação”, conclui ele.

Se considerarmos que o conjunto das instituições públicas, políticas e sociais configura espécie de microsociedades, então nós podemos deduzir que esse risco de desagregação pela perda da crença também afeta diretamente o sistema institucional.

É certo que, desde a abertura democrática e a promulgação da Constituição de 1988, o Brasil desfruta de um período de quase 30 anos de estabilidade no plano político-institucional, que, aliado à estabilidade econômica, adquirida nas últimas duas décadas, nos coloca num patamar de possibilidade de desenvolvimento comparável ao das mais tradicionais potências do mundo. Para atingi-lo em sua plenitude, contudo, necessitamos ainda de promover as reformas de base, já tão propaladas, no campo da educação, do sistema tributário, da legislação trabalhista e previdenciária, da administração pública e, talvez a maior delas, na esfera política e eleitoral.

Essas reformas, ressalte-se, são essenciais para que continuemos no caminho da prosperidade. Entretanto, a crise a que me referi, invisível aos olhos de muitos, vai além de um mero desequilíbrio de conduta e atuação de nossas instituições. O que na prática se verifica, Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup>s e Srs. Senadores, e que nos preocupa cada vez mais, é a ruptura do princípio da independência e separação dos Poderes e, em alguns casos, a usurpação de papéis que vão além do tripé Executivo-Legislativo-Judiciário, e envolvem instituições outras que crescem e se notabilizam no vácuo e na inoperância dos verdadeiros poderes constituídos.

Vale lembrar, como bem ensina Raymundo Faoro, que embora acima das vontades subjetivas, as instituições, no curso do tempo, evoluem e perecem. Evoluem se crescer sua eficácia e perecem se houver um colapso da confiança ou da obediência. E é esse o perigo que vivemos com o desmantelamento e a credibilidade de algumas de nossas instituições, a começar pela classe política e seu abrigo maior, o Congresso Nacional e as Casas Legislativas estaduais e municipais. Nesse sentido, não podemos esquecer que uma grande nação se faz com um corpo institucional sólido e confiável.

O fato, Sr. Presidente Tomas Correia, Sr<sup>as</sup>s e Srs. Senadores, é que as três funções precípuas do Poder Legislativo, quais sejam, fiscalizar, legislar e aprovar o orçamento, estão hoje sendo exercidas com muito mais propriedade, intensidade e determinação por outros poderes e instituições.

O orçamento, no atual modelo autorizativo, como sabemos, pouca ou nenhuma relevância empresta ao papel do Congresso Nacional, a não ser aprová-lo no molde de chancela dos desejos do Executivo. Ademais, nos últimos anos, tem sido cada vez mais

sistemático, via medida provisória tão somente carimbada pelo Congresso Nacional, o suprimento, por parte do Governo, de recursos ao BNDES, Banco do Brasil e Caixa Económica mediante a transferência de montantes a taxas de juros inferiores às que o Tesouro paga aos detentores dos respectivos títulos. Na prática, esse modelo, além de ampliar a dívida pública, constitui mecanismo que dribla o controle e a fiscalização dos órgãos competentes.

O mesmo tem ocorrido, com pouca atenção do Congresso Nacional, no que tange às renúncias fiscais promovidas pelo Governo ou pelos governos para combater a crise externa, mas que enfraquecem sobremaneira os poderes municipais e estaduais.

Nesse diapasão, preocupa também o enfraquecimento das atribuições de fiscalização e controle do Parlamento, que se vê substituído pela fiscalização feita pelos meios de informação. Diga-se de passagem, fundamental em uma democracia é a existência de uma imprensa independente, séria e fiscalizadora da Administração Pública. Entretanto, essa mesma liberdade de imprensa pode se tornar tremendamente nefasta se não for conduzida com responsabilidade e se a fiscalização ficar entregue e adstrita a certos núcleos da imprensa marrom que atuam pautados em interesses que nada têm de nobres. Isso, Sr. Presidente, ameaça as instituições e a própria democracia.

Do mesmo modo, a atividade fiscalizadora, hoje, vem sendo desempenhada com mais propriedade por órgãos e instituições que sequer constituem um Poder da União, como é o caso do Ministério Público – cada vez mais ousado –, da Controladoria-Geral da União e do Tribunal de Contas da União, que, vale dizer, é um órgão auxiliar do Congresso Nacional, mas que progressivamente se apresenta e atua de forma independente. Assim, a competência primeira do Poder Legislativo, que é fiscalizar a Administração, é lançada de lado, solapando a essência do nosso Parlamento.

Quanto às outras duas funções do Parlamento a que me referi, o que se verifica hoje é a atividade legiferante sendo exercida pelo Poder Executivo, por meio de medidas provisórias e pressões de toda ordem junto ao Legislativo, e pelo Poder Judiciário, na interpretação de leis e dispositivos obscuros, incompletos ou mal concebidos, diga-se de passagem, ainda que aprovados pelo próprio Congresso Nacional.

Note-se, por exemplo, o quanto têm verdadeiramente legislado instituições como o Tribunal Superior do Trabalho, o Tribunal Superior Eleitoral e órgãos do Poder Executivo, esses mesmo extrapolando suas competências e produzindo portarias, instruções normativas e resoluções cujo caráter legal, de fato, usurparam do Poder Legislativo a legitimidade de estabelecer

normas que criam obrigações para todos os brasileiros e que suprimem direitos. Diante disso, o Parlamento, na maioria das vezes, permanece inerte.

Até mesmo a atribuição julgadora, que outrora o Parlamento exerceu com certo vigor e com muito mais rigor, como era o caso das Comissões Parlamentares de Inquérito, vem se tornando cada vez mais inerte e esvaziada por interesses político-partidários de toda ordem. Com isso, as CPIs e CPMIs perdem sua eficácia e já nascem mortas.

A verdade, Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, é que vivemos sob um cenário institucional em que se destaca um Judiciário fortalecido, um Executivo isolado dos outros Poderes e um Legislativo enfraquecido, de joelhos perante a mídia, o Ministério Público e a opinião pública, bem como subordinado aos dois outros Poderes da União. Evidencia-se, dessa maneira, a perda da legitimidade do Congresso Nacional em suas atribuições precípuas. Um parlamento que tenta se sustentar apenas com base na legalidade sem legitimidade deixa de ter seu papel de representante do poder máximo da nação, o poder popular. Lembremos de que é no Congresso Nacional que estão os legítimos representantes do povo, responsabilidade da qual não podemos nos afastar.

Não bastasse esse perigoso panorama de degradação dos perfis institucionais, o próprio Parlamento tem relegado a segundo plano, ou mesmo desprezado, diversas de suas competências constitucionais, de vital importância para o equilíbrio, a harmonia e a independência dos Poderes, princípios esses fundamentais de nossa Constituição, ao ponto de estarem insculpidos logo em seu art. 2º.

Além do desleixo e do relaxamento na apreciação de medidas provisórias – especialmente no que tange ao conceito e à aplicação dos pressupostos de urgência e relevância –, o Congresso Nacional praticamente abriu mão de deliberar os vetos do Presidente da República aos projetos por ele aprovados. Vale lembrar, Sr. Presidente, que, dentro do processo legislativo, a última palavra em relação à conversão das matérias em lei é sempre do Legislativo, exatamente ao se manifestar sobre o voto presidencial, que pode ser derrubado por maioria absoluta das duas Casas legislativas.

Apesar da previsão constitucional em relação ao prazo de 30 dias para apreciar voto, o Congresso sistematicamente adia quase que *ad eternum* sua decisão e, quando o faz, apenas chancela a manutenção do que foi decidido anteriormente pelo Executivo.

Esse mesmo caráter de chancela tem se verificado na apreciação das mensagens de indicação de autoridades, não só nas Comissões, mas principalmente no plenário desta Casa. Até mesmo, Sr. Presidente,

para a reformulação de importantes leis e códigos, o Congresso tem se utilizado de comissões de juristas e de notáveis externos para desempenhar o papel que cabe a nós parlamentares. Ainda dentro de suas competências exclusivas, o Congresso tem igualmente ignorado seu poder de sustar os atos normativos do Executivo – especialmente os decretos – que exorbitam do poder regulamentar ou dos limites de delegação normativa. Em suma, são várias as atribuições e poderes que o Legislativo simplesmente abriu mão de exercê-los.

Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, o próprio processo legislativo, ou o instituto denominado Direito Parlamentar, merece uma profunda reflexão e, mais do que isso, uma completa reformulação para adaptá-lo aos legítimos anseios de sociedade em termos de celeridade e participação, a começar pelo Regimento Interno de nossas Casas legislativas. É notório e unânime entre os Senadores que o atual modelo e estrutura das inúmeras instâncias do Parlamento não atendem mais à necessária dinâmica parlamentar e aos resultados que espera a sociedade brasileira no que tange à iniciativa, discussão e elaboração das leis.

O excesso de comissões, o excesso de matérias, de agendas e reuniões não comporta mais a nossa efetiva e eficaz participação nos trabalhos da Casa. Por isso mesmo, já me manifestei desta tribuna sobre essa avaliação e apresentei uma série de propostas de reformulação da estrutura e do funcionamento das comissões do Senado, e que ora se encontram sob exame da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Soma-se a isso, Sr. Presidente, a deplorável descrença da população no sistema partidário brasileiro. Entre as grandes causas desse descrédito estão o excesso de agremiações, a total perda de identidade política e a associação delas a um mínimo de coerência ideológica. O fato é que um dos pressupostos da verdadeira democracia passa necessariamente pela existência de partidos políticos fortes, atuantes e capazes de mobilizar, relacionar-se, decodificar e intermediar as aspirações dos diversos segmentos da sociedade. Infelizmente, com raríssimas exceções, não é isso que temos observado no Brasil. A simples plethora de legendas reflete esse quadro caótico e desvirtuado de nosso sistema partidário.

Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, são vários os exemplos de esfacelamento institucional pelo qual passa o Brasil e que pouca repercussão ou atenção têm despertado no meio político, cujo principal papel, passadas as eleições, deveria ser o de indutor desse debate. Não bastasse o desgaste do Legislativo, da classe política e do sistema partidário, ou seja, do instituto da democracia representativa, verificamos ainda

a decadência de uma imprensa séria e a deformação, no seio da sociedade e de suas organizações, dos verdadeiros valores sociais e cristãos.

Além do mais, está chegando ao limite da tolerância política e da boa governança o regime presidencialista, que hoje se arrasta alicerçado fragilmente na chamada base de coalizão, o chamado presidencialismo de coalizão, um sistema falido. Sobre o tema, lembro que, há seis anos, minha proposta de emenda à Constituição instituindo o parlamentarismo dormia nas gavetas da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. Ou seja, sequer temos a oportunidade de debater a matéria na integralidade da Casa.

Em resumo, Sr. Presidente Tomás Correia, vivemos sob a égide de um excesso de órgãos e uma escassez de serviços; um excesso de instrumentos e uma escassez de resultados e, finalmente, um excesso de meios e uma escassez de conteúdo. Essa é a realidade que nos cerca. E como dizia Christopher Quick, um banqueiro americano, “países e instituições que não levam em conta a realidade são pagos com a mesma moeda: a realidade também não os levam em conta”.

Sr. Presidente, a filosofia política nos ensina, nas palavras do Professor Newton Bignotto, da Universidade Federal de Minas Gerais, que:

*“Nesse território caótico, erigido pela destruição das instituições republicanas, a história mostra que gravitam os governos autoritários e os regimes corrompidos. Daí a relevância de tentarmos revigorar o Poder Legislativo e tantas outras instituições públicas que perderam a confiança da sociedade”.*

E aqui vale lembrar novamente Raymundo Faoro quando assinala que as instituições formam uma rede homogênea, dentro da qual umas dependem das outras. Ou seja, a desconstrução ou mesmo o desarranjo de uma compromete a homogeneidade de toda a rede, o que pode levá-la à completa ruptura.

Não por outro motivo, um dos maiores pensadores do século XX, Karl Popper, pregava que necessitamos de instituições como de alavancas se quisermos realizar qualquer coisa superior à força de nossos músculos:

*“Como máquinas, as instituições multiplicam nosso poder para o bem e o mal. Como máquinas, necessitam de supervisão inteligente por parte de alguém que compreenda seu modo de funcionar e, acima de tudo, seu objetivo, pois não as podemos construir para que trabalhem de todo automaticamente. Além do mais, sua construção requer certo conhecimento das regularidades sociais que impõem limitações ao que pode ser realizado pelas instituições.”*

(...) Fundamentalmente, porém, as instituições são sempre feitas estabelecendo-se a observância de certas normas, prescritas com certo alvo em mente.

Isto é certo especialmente para as instituições conscientemente criadas. (...) E seu funcionamento depende, amplamente, da observância das normas. As instituições são como fortalezas. Devem ser bem ideadas e guarnecidas de homens. [E conclui ele] Os que criticam a democracia baseando-se em terreno moral deixam de distinguir entre os problemas pessoais e os institucionais. As instituições democráticas não podem aperfeiçoar a si mesmas. O problema de aperfeiçoá-las é sempre um problema das pessoas, e não das instituições. Mas, se quisermos aperfeiçoamentos, devemos deixar claro quais as instituições que desejamos aperfeiçoar. [Conclui o Prof. Popper]

Ou seja, Sr. Presidente Tomás Correia, Sras e Srs. Senadores, está em nossas mãos, dos políticos e autoridades públicas, revigorar e, mais do que isso, reequilibrar o papel, a credibilidade e a confiança das nossas instituições públicas, especialmente no que tange ao mais significativo pilar da democracia, que é este Poder Legislativo. Se assim não agirmos, a história nos responsabilizará pelo fracasso do projeto de Brasil.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

Com muito prazer ouço S. Ex<sup>a</sup>, o Senador Cristovam Buarque.

**O Sr. Cristovam Buarque** (Bloco/PDT – DF) – Senador Collor, eu quero dizer que essa ideia sua de esfacelamento institucional é fundamental – e eu não tinha ouvido essa expressão até aqui. Nessa semana, depois da eleição, em cada momento sobre alguém aqui – eu inclusive – para falar da crise que nós vivemos, sobretudo do ponto de vista da estrutura eleitoral. Mas essa expressão esfacelamento institucional é a primeira vez que eu ouço. Prova dela é que um discurso como esse seu não está sendo acompanhado por 80 Senadores, nem debatido por nós. Esse é um discurso que precisa ser debatido com cuidado, aprofundado, procurando-se caminhos. Porque, se nós não cuidarmos, nós não sobrevivemos. Quando eu digo não sobreviver não é que vem ditadura, não. Mas é que fica esse clima de, em cada eleição, a gente fazer campanha para qualquer sigla, em aliança com quaisquer sublegendas, sem programas claros, sem debates – a não ser o debate mais superficial possível. Eu tenho insistido, nos momentos em que estou aqui e que ouço discursos sobre isso, que não é possível que nós falemos disso e não sejamos capazes de juntar um grupo aqui que traga uma proposta de reforma política

para este País. Seja o parlamentarismo, como o senhor defende, seja a continuação do presidencialismo que nós temos, mas de uma maneira em que se faça uma mudança de rumos. A gente precisa fazer uma inflexão, dobrar o rumo que a gente tem tido nesses 27 anos de democracia, especialmente nos 22 depois da sua eleição como primeiro eleito diretamente. Não dá para continuar esse sistema democrático sem uma profunda mudança do sistema eleitoral, do sistema partidário, da estrutura política, da relação entre os três Poderes, da convivência com a imprensa, todas as variáveis de que o senhor falou. Eu quero aqui recomendar que seu discurso seja distribuído a cada Senador, mas não apenas como a gente faz aqui, de distribuição para deixar um registro, mas, sim, para tentar criar um grupo que debata isso, independentemente de partido, de sigla – até porque elas significam tão pouco hoje que não vejo problema algum de a gente se juntar a siglas diferentes para discutir uma proposta de reforma política. É melhor do que a gente se reunir, independentemente de sigla, para eleger fulano ou sicrano, que a gente nem conhece na hora em que vai fazer campanha, nunca ouviu falar muitas vezes, não sabe o partido. E a gente termina indo fazer campanha a favor ou contra. É preciso levar à frente as medidas sérias para evitar este esfacelamento institucional. Essa é uma expressão muito forte, e precisamos bater nela. Estamos em um processo já vigente de esfacelamento institucional, nós estamos em instituições esfaceladas. E esfaceladas elas não vão durar. É preciso reaglutinar, recompor. Não é possível que nós não tenhamos competência para isso, com o mínimo de que precisamos e deixar de lado certos interesses pessoais, certos vícios que nós temos, certos preconceitos e trabalharmos uma proposta em benefício do Brasil.

**O SR. FERNANDO COLLOR** (Bloco/PTB – AL) – Muito obrigado a S. Ex<sup>a</sup>, o Senador Cristovam Buarque, que também vem trazendo ao Plenário desta Casa tantas reflexões a respeito deste tema.

Já passou aqui por nós, nesta Legislatura mesmo, a oportunidade de realizarmos uma reforma política. E essa reforma política, que tanta esperança criou dentro de cada um de nós, redundou tão somente em uma reforma eleitoral. Houve uma mudança em aspectos da lei eleitoral e tão somente isso.

Por que não avançamos na reforma política? Por que não avançamos sequer sobre a discussão de certos pontos que são necessários nós modificarmos na esfera das ações políticas, não somente da Casas Legislativas, mas também de outras Casas no plano estadual, no plano municipal?

É porque simplesmente – e ouvi isso de alguns companheiros – não queremos mexer em regras do

*establishment* político, regras pelas quais nos elegemos; ou seja, o receio de enfrentar o problema. Acontece que, ao não enfrentarmos o problema, estamos apenas adiando a sua, e se possível, solução em um futuro que esperamos não muito longo.

Enquanto isso, o que acontece? Acontece o distanciamento entre os Poderes. A convivência harmônica, que pressupõe, essa convivência, uma relação de certa estabilidade, vai deixando de existir. Os Poderes vão se distanciando entre si. No momento em que estamos vivendo, o Judiciário surge como um Poder extremamente forte, admirado e incensado pela opinião pública; um Executivo isolado dos outros dois Poderes, e o Legislativo, absolutamente enfraquecido.

E estamos dando provas seguidas, seguidas, desse enfraquecimento ao renunciarmos às atribuições que nos são conferidas pela Carta Magna do País. Ou seja, nós renunciamos àquilo que determina a Carta Magna do Brasil que façamos. Não se discute; aqui se homologa. Não se discute; aqui se chancela.

São coisas que nos deixam extremamente desmotivados para exercermos o papel de legisladores. Nem sequer para legislar, na plenitude do termo, estamos tendo hoje condições dentro das duas Casas Legislativas, porque aí está o Judiciário legislando em nosso nome, e não porque o deseje. A realidade é que legisla em função de leis que nós aqui, quando as fazemos, fazemos mal feitas. E o Judiciário é instado por nós mesmos a interpretar artigos de leis que nós próprios votamos aqui dentro do Congresso Nacional.

Então, isso nos distancia. Nós, que somos a Casa do povo, a expressão da vontade popular, nós estamos dizendo, alto e bom som, à população que nos elegeu, que nós estamos renunciando à atribuição que ela nos confere pelo voto e que nos é conferida pela letra da Constituição, de fiscalizar o Poder Executivo, de formular e fazer leis; enfim, as atribuições inerentes ao exercício de um mandato parlamentar.

Concordo com V. Ex<sup>a</sup>, Senador Cristovam Buarque, que o momento é muito sério. Quando eu falo esfacelamento constitucional, e eu pensei bastante nesse termo... Eu estava utilizando, no inicio do pronunciamento, esgarçamento institucional. Mas, depois dos últimos acontecimentos, eu verifique que não é exatamente esgarçamento o termo apropriado para o momento que nós estamos vivendo. O termo, embora duro, é exatamente este: é o esfacelamento institucional. Ou nós accordamos agora, ou nós contamos com figuras com a inteligência e a clarividência de V. Ex<sup>a</sup> e de tantos outros que têm assento nesta Casa para tratarmos objetivamente desse assunto, dessa questão – como resolvê-la, como fortalecer o Poder Legislativo –, ou nós iremos fenecer.

O meu desejo e mais do que desejo, a minha firme convicção é de que, sim, nesta Sessão Legislativa, ainda será possível nós estabelecermos as bases para a verdadeira reforma, a mãe de todas as reformas, que é a reforma política, que irá novamente, caso nós a façamos, reequilibrar os Poderes e trazer de volta à nossa democracia a sustentação de que ela necessita, que é a sustentação de um Poder Legislativo forte, operante e respeitado pela opinião pública.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Tomás Correia. Bloco/PMDB – RO) – V. Ex<sup>a</sup> me permite só uma informação, Senador Fernando Collor.

**O SR. FERNANDO COLLOR** (Bloco/PTB – AL) – Pois não.

**O SR. PRESIDENTE** (Tomás Correia. Bloco/PMDB – RO) – Fiz um estudo recentemente e, nos últimos 15 anos, tivemos aqui, aprovadas no Congresso Nacional, 1.870 leis de iniciativa do Executivo. Desses, a metade é de medidas provisórias. De iniciativa do próprio Parlamento, são 920 – por aí. Veja V. Ex<sup>a</sup> que, do volume da legislação aprovada pelo Congresso, o dobro é de iniciativa do Executivo. Dentre essas, ainda temos a metade de iniciativa de medida provisória.

Portanto, o Congresso, realmente, está só homologando aquilo que vem do Executivo.

Era só essa informação para o discurso brilhante que V. Ex<sup>a</sup> faz nesta tarde.

**O SR. FERNANDO COLLOR** (Bloco/PTB – AL) – Muito obrigado a V. Ex<sup>a</sup>, Presidente Tomás Correia, que, com essas informações, ratifica a argumentação que aqui trouxe à observação de V. Ex<sup>as</sup>.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Tomás Correia. Bloco/PMDB – RO) – Agradeço a V. Ex<sup>a</sup>.

Com a palavra o nobre Senador Randolfe Rodrigues, do PSOL do Estado do Amapá, pelo prazo regimental de 20 minutos.

**O SR. RANDOLFE RODRIGUES** (PSOL – AP) – Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador) – Sr. Presidente, obrigado pela condescendência de V. Ex<sup>a</sup> de, ao final desta sessão, permitir que eu ainda utilize esta tribuna para reiterar um tema que já foi tratado aqui, anteriormente, e na Comissão de Direitos Humanos do Senado: o drama que vive o povo guarani-kaiowá no Mato Grosso do Sul.

Tivemos hoje uma audiência na Comissão de Direitos Humanos na qual V. Ex<sup>a</sup> estava presente. Sei que, nesta tribuna, o tema foi tratado pelo Senador Cristovam Buarque e por outros Senadores. Queria insistir na abordagem deste tema, a situação do povo guarani-kaiowá, mas não sem antes apresentar aqui a

minha concordância com o pronunciamento que mais cedo foi feito pelo meu colega Senador pelo Estado do Amapá João Capiberibe, e cumprimentar o Tribunal de Justiça do meu Estado e o Ministério Público Estadual do Amapá, na pessoa da Dr<sup>a</sup> Ivana Cei, Procuradora-Geral de Justiça, pela decisão tomada ontem. Falo da decisão tomada pelo Tribunal de Justiça do Amapá em razão da ação movida pela Procuradoria-Geral de Justiça e pelo Ministério Público Estadual contra o ex-Presidente e o ex-1º Secretário da Assembleia Legislativa do Amapá. Eles foram indiciados, com pedido por parte do Ministério Público, por desvio de recursos públicos da Assembleia Legislativa.

Faz-se necessário tratar este tema aqui nesta tribuna: a quantidade de recursos gastos pelos Poderes, notadamente pela Assembleia Legislativa do meu Estado, pelo Tribunal de Contas do meu Estado. Recursos que, no meu entender, faltam concretamente para os investimentos do Estado do Amapá, notadamente investimento em educação e saúde.

Mas, queria, neste momento, cumprimentar o Tribunal de Justiça do meu Estado e cumprimentar o Ministério Público pelo sucesso dessa ação.

Voltando e tratando sobre o tema guarani-kaiowá, queria só registrar matéria publicada, no começo desta semana, na segunda-feira, no jornal *Estado de S. Paulo*, que, no meu entender, ilustra claramente o drama vivido por esse povo no Mato Grosso do Sul.

Diz a matéria assinada por Pablo Pereira e Wilton Junior:

*Eles são cerca de 170 índios guaranis-kaiowás, estão em uma área de 2 hectares [repito, Sr. Presidente, porque isso me chamou atenção no depoimento das lideranças indígenas hoje de manhã, na Comissão de Direitos Humanos – são 2 hectares para 170 índios] estão em uma área de 2 hectares de mata ilhada entre um charco e o leito do Rio Hovy, na divisa da Reserva Sassoró com a Fazenda Cambará, propriedade de 700 hectares no município de Iguatemi, no sul de Mato Grosso do Sul. A presença desse grupo de índios na área de mata ocupada por eles há um ano e chamada de Pyelito Kue/Mbarakay – que quer dizer terra dos ancestrais – foi decretada ilegal pela Justiça Federal há um mês e os indígenas condenados a deixar o local. Mas eles se negam a sair e prometem resistir à ordem judicial de despejo.*

Diz a sua liderança – líder Lopes – sobre a situação: “Esta terra não é dos brancos. É nossa, de nossos ancestrais. Vamos ficar aqui até morrer.”

Faz a liderança indígena uma advertência que ecoa na consciência de todos nós, brasileiros, e que ecoa, em especial, na consciência de todos nós, autoridades públicas, representantes dos Estados federais aqui no Senado Federal, representantes do povo brasileiro na Câmara dos Deputados.

É bom destacar que, lamentavelmente, essa não é a primeira ofensiva nesta Legislatura e neste curto período, em relação aos povos indígenas. É bom destacar aqui a ocorrência, recentemente, da Portaria nº 303, da Advocacia-Geral da União que, entre outras coisas, proíbe a ampliação de reservas indígenas que já tenham sido homologadas e impõe restrições ao uso das terras por parte das comunidades indígenas.

A clara inconstitucionalidade dessa Portaria nº 303, a flagrante inconstitucionalidade, destoante com o texto da Constituição de 1988, e as pressões que ocorreram sobre o Governo brasileiro impuseram a revisão, por parte do Advogado-Geral da União, dessa portaria. E não fica somente aí. É bom destacar aqui apresentação da Proposta de Emenda à Constituição nº 215, de 2000, que transfere do Executivo para o Legislativo a prerrogativa de demarcar e homologar terras tradicionalmente ocupadas pelos índios e a de ratificar demarcações.

Ora, será claramente um retrocesso no Texto Constitucional de 1988 se essa PEC vier a triunfar, porque transfere para Executivos, sem nenhum tipo de controle do Parlamento, a responsabilidade da demarcação de terras indígenas, retrocedendo, e muito, no que foi conquistado em 1988. Temos, ainda, o Projeto de Lei nº 1.610, que autoriza a mineração privada em terras indígenas, mediante o pagamento de *royalties*. Essas duas matérias pressionam, ameaçam as populações tradicionais. É como uma espada de Dâmocles permanente contra o texto da Constituição de 1988.

Essa ofensiva, além de ser um retrocesso, nos faz retornar ao começo do século XX. É bom lembrar que até o começo do século XX essa ofensiva anti-indígena encontra suas raízes históricas. Até o começo do século XX, até 1910, o índio era tratado não como ser humano. Até 1910, nosso País tratava as populações que aqui estavam antes de nós chegarmos... Antes da mistura branca, negra e indígena, o Estado brasileiro tratava os índios como não humanos.

Mas vamos mais adiante. Com o Marechal Rondon, em 1910, é criado o Serviço de Proteção ao Índio. Há uma evolução da compreensão, mas ainda com uma concepção positivista e atrasada de que os índios deveriam ser – abre aspas – “civilizados” – fecha aspas – e integrados à – abre aspas – “civilização brasileira” – fecha aspas. A mudança só aconteceu

com os irmãos Villas-Boas e com a criação do Parque Nacional do Xingu.

Outro retrocesso ocorreu durante a ditadura militar, um retrocesso para a compreensão anterior de que deveria haver a chamada integração. Não sei o que é mais criminoso: se o peso da chacina, se as armas de garimpeiros e do latifúndio contra os povos indígenas, ou se as seguidas tentativas de aculturação, achando que eles devem ser incorporados à nossa chamada civilização.

Ambos são criminosos do mesmo teor porque não reconhecem uma premissa fundamental para a constituição e a existência de um povo: para ser povo, alguém tem que se olhar em um espelho, o espelho de um povo é a sua cultura. Não se destrói a cultura. Ao se destruir a cultura de um povo, ao aculturar um povo, se destrói a identidade e se destrói o povo. O peso de uma bala é o mesmo das tentativas de destruir a identidade e a cultura dos povos indígenas.

E quero incorporar nesse sentido, Sr. Presidente, artigo da minha querida companheira, ex-Ministra, ex-Senadora Marina Silva, publicado esta semana no jornal *Folha de S.Paulo*, que traz trechos do manifesto guarani-kaiowá, que retrata concretamente o drama que esse povo está vivendo.

E faço questão de aqui transcrevê-los:

Já se disse tudo sobre os garanis-kaiowás. Nada parece comover, abre aspas, “a civilização brasileira” de que o extermínio desse povo é um crime imperdovável, e o sangue de suas crianças recairá sobre todos nós.

Dói na alma ler a carta da comunidade Pyelito kue/Mbarakay, de Iguatemi (MS), divulgada depois que a Justiça de Naviraí (MS) determinou sua retirada da beira de um rio.

É um daqueles documentos que testemunham momentos graves na formação do País, como os relatos de Canudos e o do Contestado, da Revolta da Chibata, da escravidão, da ditadura, dos incontáveis massacres e chacinas que tingem, lamentavelmente, o chão de nossa Pátria.

Ouçamos, então, a voz guarani-kaiowá no seu manifesto, cita a Senadora Marina, e eu transcrevo aqui trechos do manifesto guarani-kaiowá:

(...) Avaliamos a nossa situação e concluímos que vamos morrer todos mesmo em pouco tempo, não temos e nem teremos perspectiva de vida digna e justa tanto aqui na margem do rio quanto longe daqui. Estamos acampados a 50 metros do Rio Hovy, onde já ocorreram quatro mortes, sendo que dois morreram por meio de suicídio e dois em decorrência de espancamento e tortura de pistoleiros das fazendas. Moramos na margem deste Rio Hovy

*há mais de um ano. Estamos sem assistência nenhuma, isolados, cercado de pistoleiros e resistímos até hoje. Comemos comida uma vez por dia. Tudo isso passamos dia a dia para recuperar o nosso território antigo Pyelito kue/ Mbarakay [como foi dito; na tradução: terra dos nossos ancestrais.]*

A Senadora fez uma pergunta que eu reapresento aqui, no plenário do Senado: Onde estão os poderes da República, o sistema político, as grandes empresas que se dizem salvadoras da economia nacional? Onde está a opinião pública? Onde estão os brasileiros, diante dessa chacina e da destruição de uma civilização inteira, a que nós estamos assistindo?

Continua o manifesto guarani-kaiowá:

*(...) ali estão os cemitérios de todos os nossos antepassados.*

*Cientes desse fato histórico, nós já vamos e queremos ser mortos e enterrados junto aos nossos antepassados aqui mesmo onde estamos hoje, por isso, pedimos ao Governo e Justiça Federal para não decretar a ordem de despejo/expulsão, mas solicitamos para decretar a nossa morte coletiva e para enterrar nós todos aqui.*

*Pedimos, de uma vez por todas, para decretar a nossa dizimação e extinção total, além de enviar vários tratores para cavar um grande buraco para jogar e enterrar os nossos corpos. Esse é nosso pedido [de ajuda] aos juízes federais.*

Há um suicídio, Sr. Presidente, a cada seis dias entre os guaranis-kaiowás. Quase 50 guaranis-kaiowás, ao longo dos últimos anos, têm sido assassinados por ano. São agressões incontáveis. A civilização ocidental assiste ao drama guarani-kaiowá; e assiste perplexa, inerte, sem fazer nada, a um dos maiores crimes que já foram cometidos contra sua própria existência, contra a humanidade.

A pergunta que a Senadora Marina faz, ao final desse artigo, é a mesma que aqui repasso no plenário do Senado: "Até quando assistiremos a esse genocídio sem fazer nada?" Eu sei que, nesta semana, tivemos a feliz notícia da reversão da decisão da Justiça Federal, de desapropriação, de desalojamento dos guaranis-kaiowás de sua área. Mas não basta isso. O drama desses povos indígenas e de outros povos indígenas localizados no Mato Grosso do Sul não vem de agora.

Eu sou de um Estado que tem vários motivos de ter orgulho. Um deles é que todas as nossas populações indígenas têm o seu território demarcado. Mas

a realidade do Amapá, lamentavelmente, está claro e patente, não é a realidade de todo o País.

Não é possível, não é aceitável que, depois de 500 anos de nós termos tomado o território deles... Nós, sim; nós os brancos portugueses, os europeus, que singraram o Atlântico, que vieram para cá, que disseram que esta terra não tinha dono, que condenaram os que estavam aqui a serem tratados não como humanos ao longo do tempo.

Não pode ser aceito isso 500 anos depois de termos cometido a maior chacina da história humana, da passagem humana por este Planeta. Depois de quase 200 anos da nossa Constituição como Nação independente no Planeta; depois de mais de 100 anos da nossa Constituição como República, governo da coisa pública, por assim dizer, na sua definição, e depois de quase um século em que superamos a compreensão de que índio deve ser tratado como humano, não é possível, não é aceitável que nós possamos, em pleno século XXI, assistir à repetição de um crime continuado contra a humanidade. É disso que se trata o que está acontecendo em relação aos guaranis kaiowás.

Hoje tivemos uma sessão emocionada na Comissão de Direitos Humanos do Senado. Protocolizamos um requerimento que S. Ex<sup>a</sup> o Presidente da Comissão, Senador Paim, promete submetê-lo a voto na próxima segunda-feira; encaminha diligência da Comissão de Direitos Humanos para ir até o Município de Iguatemi e ver de perto o drama guarani kaiowá.

Não podemos achar que a situação foi resolvida com a última decisão judicial. É necessário acompanhar. Os anos têm sido de chacina continuada, de extermínio desse povo. Nós não podemos permitir que 170 remanescentes de um povo sejam dizimados diante dos nossos olhos.

Repto aqui um trecho de Edmund Burke, pensador alemão que viu o drama do nazismo. Burke dizia o seguinte: "Diante de tudo o que vi, o que me assustava não era a perversidade dos maus, o que me assustava e o que me intimidava era o silêncio dos bons".

Nós não podemos ficar em silêncio. Nós não podemos aceitar que crimes contra a humanidade, sejam os de ontem, sejam os de hoje, ocorram diante dos nossos olhos.

Muito obrigado pela tolerância e compreensão, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Tomás Correia. Bloco/PMDB – RO) – Muito obrigado, Senador Randolfe Rodrigues.

Eu também estive na Comissão de Direitos Humanos hoje e fiquei impressionado com alguns dados, inclusive com os relativos à taxa de homicídio, que é quatro vezes mais do que a nacional, que já é alta. É

uma média de 25 homicídios para cada 100 mil habitantes. A média internacional é de oito homicídios. Portanto, nós estamos aqui matando índio doze vezes mais do que a taxa internacional e quatro vezes mais do que a taxa nacional.

Então, esse foi um dado que me chamou a atenção e fiquei preocupado com isso.

**O SR. RANDOLFE RODRIGUES** (PSOL – AP) – V. Ex<sup>a</sup> e eu somos de Estados amazônicos e compreendemos a importância deles para impedir que chacinas e crimes como esses tenham sequência.

Oxalá possamos estar juntos na diligência da CDH até o Município de Iguatemi, para acompanharmos de perto e, enfim, garantir o direito à vida dos guaranis-kaiowás.

Agradeço-lhe, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Tomás Correia. Bloco/PMDB – RO) – Muito obrigado a V. Ex<sup>a</sup>. Estou à disposição de V. Ex<sup>a</sup> e da Comissão.

Não há mais oradores inscritos.

**O SR. PRESIDENTE** (Tomás Correia. Bloco/PMDB – RO) – Sobre a mesa, requerimento que será lido.

É lido o seguinte:

**REQUERIMENTO  
Nº 927, DE 2012**

Senhor Presidente,

Requeiro nos termos do art. 258 do Regimento Interno do Senado Federal, que o Projeto de Lei do Senado nº 213, de 2012, e o Projeto de Lei do Senado nº 301, de 2012, passem a tramitar em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 271, de 2008, por regularem a mesma matéria.

Sala as Sessões, – Senador **Paulo Paim**.

**O SR. PRESIDENTE** (Tomás Correia. Bloco/PMDB – RO) – O requerimento que acaba de ser lido será despachado à Mesa para decisão.

**O SR. PRESIDENTE** (Tomás Correia. Bloco/PMDB – RO) – O Sr. Senador Antonio Carlos Valadares e a Sr<sup>a</sup> Senadora Angela Portela enviaram discursos à Mesa, para serem publicados na forma do disposto no art. 203 do Regimento Interno.

S. Ex<sup>a</sup>s serão atendidos.

**O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES** (Bloco/PR – SP. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr<sup>a</sup>s e Srs. Senadores, o Brasil comemora, no ano de 2012, o sexagésimo terceiro aniversário da Associação Brasileira de Magistrados (AMB), sociedade civil de vital importância para a afirmação da democracia em nosso País. Assim, não poderia o Senado Federal abster-se de promover uma Sessão Especial, razão pela qual me congratulo com o Senador Eunício

Oliveira e demais signatários do Requerimento que possibilitou o exercício desta justa homenagem.

Ao longo de sua fecunda existência, a AMB cerrou fileiras junto aos cidadãos brasileiros sequiosos de justiça social e de liberdades civis, de modo a promover as melhores causas da pátria, como o fortalecimento e a independência do Poder Judiciário; o intransigente combate à corrupção no Estado; a luta pela garantia de eleições honestas e infensas a todo tipo de fraude; o aprofundamento da necessária transparência e moralidade na Administração Pública; enfim, o apoio incondicional a todos os movimentos de consolidação e avanço da cidadania.

Deita raízes nas consciências dos cidadãos de bem, no Brasil e no mundo, a idéia segundo a qual “O preço da liberdade é a eterna vigilância”.

A vigília pela liberdade, contudo, dificilmente se viabiliza pelo voluntarismo solitário de indivíduos que quase nada podem em face de um Estado não raramente opressor e brutal, em sua sanha de poder cego e de maximização do controle social.

Apenas a cotidiana mobilização democrática de cidadãos conscientes, pela garantia da livre expressão; somente a ininterrupta sentinela de todos pela manutenção do direito inalienável dos cidadãos de pensar e de projetar, com liberdade e alegria, seu presente e seu futuro; apenas o congraçamento de mulheres e homens emancipados, nos espaços próprios à livre expressão configuram medidas capazes de pavimentar o caminho espiritual da felicidade humana, que só pode ser trilhado em ambiente de cioso respeito mútuo do direito à fala e ao exercício franco do logos, que nos humaniza a todos.

A AMB filia-se aos que partilham desse ideário de congraçamento democrático em favor do bem comum, na certeza de que a violência cala o diálogo, e porque cala o diálogo, o seu uso somente se legitima em favor do bem comum, qual seja, o de garantir a interlocução dialógica livre e aberta dos membros da sociedade humana, naturalmente dotados de vontade e razão.

Sr<sup>a</sup>s e Srs. Senadores, demais convidados, a organização da AMB bem demonstra a importância e capilaridade da admirável instituição, que abrange nada menos que 36 associações regionais e, dentre elas, 27 de magistrados estaduais, sete de juízes trabalhistas e duas de julgadores militares. Sublinhe-se que à AMB também se associam os magistrados federais de nosso País.

Ciosa da necessidade de cultivo ao aprendizado jurídico, em favor da mais imparcial e equânime distribuição de justiça ao cidadão brasileiro, a AMB também se ocupa da qualificação permanente do magistrado brasileiro, buscando, por meio da oferta contínua de

cursos de especialização e de debates para seus tantos interlocutores privilegiados, a excelência dos operadores do Direito no cotidiano de suas funções.

Para tanto, a AMB tomou para si a nobre responsabilidade de gerir a Escola Nacional da Magistratura (ENM), mantendo, ademais, convênios com as escolas da magistratura nos Estados e outras instituições de ensino.

O Estatuto da Associação dos Magistrados Brasileiros -entidade defensora das garantias e direitos dos magistrados, do Poder Judiciário, e promotora dos valores do estado democrático de direito -enumera as finalidades da instituição, nos seguintes termos:

"Art. 2º A Associação dos Magistrados Brasileiros tem por finalidade:

I – congregar os magistrados, promovendo a cooperação e a solidariedade mútuas, estreitando e fortalecendo a união dos juízes brasileiros;

II – defender a valorização e independência do Magistrado, assegurando a efetividade de suas garantias e prerrogativas;

III – estimular o debate e a busca de soluções para os problemas da magistratura e para as questões sociais e da cidadania;

IV – formular política que vise assegurar o preparo e o aperfeiçoamento técnico-científico, cultural e humanístico do magistrado;

V – pugnar por remuneração que garanta a independência econômica do magistrado;

VI – propor medidas que assegurem o amplo acesso à justiça e a efetividade da jurisdição;

VII – estimular o associativismo e apoiar as iniciativas dos Membros Institucionais como forma de aprimoramento da democracia participativa;

VIII – representar judicial e extrajudicialmente, de ofício ou a requerimento, os direitos e interesses institucionais de seus associados;

IX – atuar como substituto processual/dos associados;

X – defender o Estado Democrático de Direito, preservando os direitos e garantias individuais e coletivos".

Sr. Presidente, os elevados objetivos institucionais que ora mencionamos reiteram o enorme valor da AMB para o progresso da vida cidadã em nosso País.

Nesses termos, gostaríamos de apresentar, no aniversário de 63 anos da Associação Brasileira de Magistrados, os nossos mais efusivos cumprimentos a todos os magistrados brasileiros, na certeza de que sua atuação conjunta sempre representará um valioso bem coletivo, voltado à plena emancipação cidadã do povo brasileiro.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

**A SR<sup>a</sup> ANGELA PORTELA** (Bloco/PT – RR. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) do Congresso Nacional, criada com a finalidade de investigar a situação da violência contra a mulher no Brasil, escolheu o Estado do Amazonas para receber as diligências e a audiência pública que debaterá acerca da violência de gênero na região Norte, formada pelo Acre, Amazonas, Amapá, Pará, Rondônia, Tocantins e Roraima.

As ações da CPMI se darão em Manaus, nos dias 22 e 23 de deste mês, com a presença de senadores e deputados federais que integram esta comissão, além de autoridades estaduais. Neste particular, considero ser um grande desafio para esta CPMI, investigar e apurar casos de omissão do poder público no tocante à aplicação de instrumentos destinados a proteger as mulheres em situação de risco de violência de gênero, como é o caso da Lei Maria da Penha, entre outros.

Todavia, penso que a ação estratégica de reunir, no âmbito regional, parlamentares (estaduais e federais) e autoridades em torno desta questão tão crucial, pode ser uma oportunidade ímpar de darmos maior visibilidade ao quadro de cada um dos Estados, que juntos formam uma população de quase 16 milhões de habitantes, conforme o Censo/ IBGE 2010.

O meu Estado, por exemplo, aparece no Mapa da Violência de 2012, em 13º lugar entre as unidades federativas mais violentas do país, com uma taxa de homicídio de mulheres da ordem de 5,0 por 100 mil.

De acordo com este Mapa da Violência de 2012, o Brasil aparece no em 7º lugar entre os 87 países que mais matam mulheres. Ou seja, a cada cinco minutos, uma mulher é agredida. São, portanto, 4,4 assassinatos de mulheres em cada grupo de 100 mil. Este mapa mostra que entre 1980 e 2010, aproximadamente 92 mil mulheres foram assassinadas, a maioria – 43.486 – delas, só na última década.

Atuando diretamente nas ações de combate à violência contra a mulher, colocamos no PPA, emendas para a criação dos Centros de Perícia Médico-Legal Especializados no Atendimento à Mulher Vítima de Violência Doméstica e Familiar, implantação dos Núcleos de Defensoria Pública Especializada e inclusão de mulheres em situação de violência como público-alvo do Pronasci, Programa de Segurança Pública com Cidadania.

Comprometida com a estruturação das administrações brasileiras, apresentamos emendas ao Plano Plurianual de Investimentos (PPA 2008/2011), à Lei de Diretrizes Orçamentárias e ao Orçamento da União para que estados e municípios criem a infraestrutura necessária à aplicação da Lei Maria da Penha.

Conseguimos, ainda, recursos para o Projeto “Mulheres na Luta Conta a Violência em Roraima”. Este projeto é focado na formação de mulheres camponezas, que devem atuar como multiplicadoras na conscientização de todas as práticas violentas, e divulgar a Lei Maria da Penha. Lutamos, ainda, por recursos para capacitar profissionais que atendem mulheres em situação de violência, além de qualificar e esclarecer mulheres do campo em relação à Lei Maria da Penha.

Junto à CPMI, tínhamos apresentado requerimento, que aliás, foi aprovado, pedindo a presença desta CPMI no nosso Estado, para realizar diligências e audiência pública. Mas, quero registrar, que me sinto contemplada com a decisão de meus colegas, de concentrar estas ações estratégicas em Manaus, por dois fatores primordiais.

O primeiro deve-se ao fato de Manaus, aparecer nos dados do Instituto Sangari, como a terceira capital do Brasil com o maior índice de homicídios contra mulheres. Isso é muito preocupante. A segunda refere-se à relação que meu Estado, Roraima, tem com o Estado do Amazonas. Uma relação não só de proximidade geográfica, mas, também, comercial e cultural.

A exemplo dos Estados das demais regiões, nós, da Amazônia, queremos pautar o debate sobre tal situação, porque entendemos que nós, parlamentares temos a obrigação política de apontarmos saídas concretas para o combate à violência de gênero. Já as autoridades públicas estaduais têm a responsabi-

dade administrativa de implementar políticas públicas combatendo este mal.

Precisamos, como já afirmei em outra oportunidade, garantir o fortalecimento do Pacto Nacional de Enfrentamento à Violência contra a Mulher. Para isso, temos o desafio urgente de ampliarmos os instrumentos de proteção às mulheres.

Precisamos, pois, de mais delegacias especializadas no atendimento a mulheres vítimas de violência; mais casas abrigo para acolher mulheres em situação de risco e novos centros de referência no país. Faz-se urgente a criação de mais juizados especializados ou Varas adaptadas para julgar casos de violência doméstica e familiar, assim como urge a instalação de mais núcleos de atendimento, tanto nas defensorias públicas como nos ministérios públicos estaduais.

Na área rural e na floresta, onde as distâncias são responsáveis pela violência doméstica, com a garantia da impunidade dos agressores, assegurar políticas públicas, instrumentos e ações de combate à violência sexista e familiar, se mostra imprescindível e inadiável.

Era o que tinha a dizer hoje.

Muito obrigada.

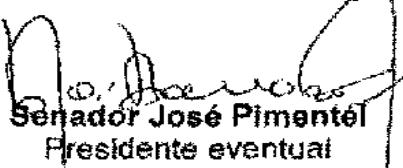
**O SR. PRESIDENTE** (Tomás Correia. Bloco/PMDB – RO) – Declaro encerrada a presente sessão do Senado Federal.

Está encerrada a sessão.

*(Levanta-se a sessão às 18 horas e 15 minutos.)*

**ATA DA 1ª. REUNIÃO DA COMISSÃO MISTA DESTINADA A EXAMINAR E EMITIR PARECER SOBRE A MEDIDA PROVISÓRIA Nº 576, DE 2012, ADOTADA EM 15 DE AGOSTO DE 2012 e PUBLICADA EM 16 DE AGOSTO DE 2012, QUE "ALTERA AS LEIS Nº 10.233, DE 5 DE JUNHO DE 2001, E Nº 12.404, DE 4 DE MAIO DE 2011, PARA MODIFICAR A DENOMINAÇÃO DA EMPRESA DE TRANSPORTE FERROVIÁRIO DE ALTA VELOCIDADE S.A. - ETAV PARA EMPRESA DE PLANEJAMENTO E LOGÍSTICA S.A. - EPL, E AMPLIAR SUAS COMPETÊNCIAS", DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 17 DE OUTUBRO DE 2012, ÀS 9h, NO PLENÁRIO Nº 19, DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, ANEXO II, DO SENADO FEDERAL.**

Às nove horas e cinquenta e cinco minutos do dia dezessete de outubro de dois mil e doze, na Sala número 19 da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência eventual do Senhor Senador José Pimentel, reúne-se a Comissão Mista da Medida Provisória 576, de 2012, com a presença das Senadoras Ana Amélia, Ana Rita e Lídice da Mata, dos Senadores José Pimentel, Clésio Andrade, Casildo Maldaner, Tomás Correia, Walter Pinheiro, Aníbal Diniz, Paulo Bauer, Gim Argello, Armando Monteiro, Eduardo Braga, Luiz Henrique, Paulo Davim, Jorge Viana, e Flexa Ribeiro; da Deputada Janete Rocha Pietá; e dos Deputados Henrique Fontana, Danilo Forte, Marcelo Castro, Roberto Santiago, Arthur Lira, Arnaldo Jardim, Reginaldo Lopes, Antônio Andrade, Guilherme Campos, Aroldo de Oliveira, Jerônimo Goergen, Milton Monti, Glauber Braga, Marcos Rogério e Hugo Leal. Deixam de comparecer os demais membros. Havendo número regimental, a Presidência declara aberta a presente Reunião e comunica a existência de acordo das lideranças das duas Casas, pelo qual são indicados os nomes do Senador Clésio Andrade e do Deputado Marcelo Castro para assumir, respectivamente, a Presidência e Vice-Presidência da Comissão. Submetidos os nomes indicados ao Plenário, são aprovados por aclamação. Assume a direção dos trabalhos o Deputado Marcelo Castro, Vice-Presidente eleito da Comissão, que, ato contínuo, designa o Deputado Henrique Fontana como Relator e o Senador Walter Pinheiro como Relator Revisor. A Senadora Ana Amélia apresenta requerimento propondo a realização de audiência com o objetivo de instruir a matéria, com a presença do ex-ministro da Fazenda e Economista Delfim Netto. O Relator da matéria apresenta Requerimento para realização de Audiência Pública com o objetivo de instruir a matéria com a presença do Senhor Bernardo Figueiredo, Presidente da Empresa de Planejamento e Logística S.A – EPL. Submetidos à Comissão, os requerimentos são aprovados por unanimidade. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião às dez horas e um minuto, lavrando eu, Marcos Machado Melo, Secretário da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente eventual, Senador José Pimentel, e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o registro das notas taquigráficas



Senador José Pimentel  
Presidente eventual

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel, PT – CE) – Bom dia, nossos Congressistas, nossos Deputados, nossas Deputadas, nossos Senadores, nossas Senadoras. Já demos quórum em algumas medidas provisórias para fins de instalação. A primeira delas que deu quórum foi a 576, que já tínhamos tentado instalar no mês de setembro e não havia quórum. Portanto, para a 576, já temos quórum.

Havendo número regimental, declaro aberta a 1ª Reunião da Comissão Mista destinada a examinar e emitir parecer sobre a Medida Provisória nº 576, de 2012.

Informo que, de acordo com o disposto no §1º do art. 3º da Resolução nº 1, de 2002, que estabelece o rodízio na direção das comissões destinadas a apreciar medidas provisórias, a Presidência desta Comissão ficará sob a responsabilidade do Senado Federal, e a relatoria, sob a responsabilidade da Câmara dos Deputados. Por acordo político das Lideranças partidárias, está sendo indicado Presidente desta Comissão o Senador Clésio Andrade. Está sendo indicado Vice-Presidente desta Comissão o Deputado Marcelo Castro, do PMDB da Câmara Federal. Como há acordo, proponho que a eleição do Presidente e do Vice-Presidente seja feita por aclamação.

Nossos Congressistas que concordam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Está aprovado, na Presidência, o Senador Clésio Andrade, e, na Vice-Presidência, o Deputado Marcelo Castro.

Convido o Deputado Marcelo Castro para presidir os trabalhos e designar o Relator e o Revisor dessa medida provisória.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro, PMDB – PI) – Quero cumprimentar todos os presentes e designar, como Relator, o Deputado Henrique Fontana, do PT do Rio Grande do Sul, aqui presente, a quem convidamos para vir à mesa, e, como Relator revisor, o Senador Walter Pinheiro, do PT da Bahia, que não chegou ainda, mas está a caminho.

A SR<sup>a</sup> ANA AMÉLIA (PP – RS) – Pela ordem, Sr. Presidente. Eu queria saber se já está encerrado o processo de escolha do Presidente e Vice-Presidente, Relator e Relator revisor.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro, PMDB – PI) – Exato.

A SR<sup>a</sup> ANA AMÉLIA (PP – RS) – Já está.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro, PMDB – PI) – O Presidente é o Senador Clésio Andrade; o Vice-Presidente sou eu, Marcelo Castro; o Relator é Henrique Fontana, do PT do Rio Grande do Sul, e o Revisor é Walter Pinheiro.

A SR<sup>a</sup> ANA AMÉLIA (PP – RS) – Pela ordem, Sr. Presidente, eu gostaria de aproveitar a oportunidade da escolha já do comando dessa Medida Provisória nº 576 e apresentar um requerimento para a realização de uma audiência pública exataamente para instruir e analisar a Medida Provisória nº 576, que altera a Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, para modificar a denominação da Empresa de Transporte Ferroviário de Alta Velocidade S. A. (Etav) para Empresa de Planejamento e Logística S. A. (EPL) e ampliar suas competências.

Minha sugestão é convidar, para essa audiência pública, o economista e ex-Ministro da Fazenda Prof. Antônio Delfim Netto,

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro, PMDB – PI) – Vamos ouvir, então, o Relator, nobre Deputado Henrique Fontana, a quem passo a palavra.

O SR. HENRIQUE FONTANA (PT – RS) – Obrigado.

Quero cumprimentar o Presidente, Deputado Marcelo Castro, o Senador Pimentel, todos os colegas Deputados e Deputadas e também os Senadores e Senadoras.

Considero muito positiva a sugestão da Senadora, que tão bem representa o meu Estado do Rio Grande do Sul nesta Casa, Senadora Ana Amélia, e quero propor aos colegas que compõem a Comissão da MP nº 576, além de agradecer a presença de todos, o seguinte cronograma: na primeira terça-feira após o segundo turno das eleições, que nós façamos uma audiência pública, à tarde, 14h30, onde podemos atender a este requerimento da Senadora e também convidar o Dr. Bernardo Figueiredo, para que toda a Comissão possa debater suas sugestões, ideias, emendas, dúvidas e também complementações ao texto que foi proposto pelo Executivo.

Quero também me colocar à disposição de todas as bancadas, de todos os Senadores e Senadoras, Deputados e Deputadas para conversar sobre negociação, compreensão e aproximação do texto, de tal forma que, na segunda semana após o segundo turno, eu possa apresentar à Comissão, também numa terça-feira, o nosso relatório para iniciar o processo de discussão e votação.

Então, essa é a proposta, como Relator, que faço aos colegas.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro, PMDB – PI) – Vou submeter ao Plenário...

A SR<sup>a</sup> ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Pela ordem, Presidente.

Se eu entendi bem, no mesmo dia, na mesma audiência, seriam ouvidos o Prof. Delfim Netto e o Bernardo Figueiredo, que vai ser...

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro, PMDB – PI) – Serão ouvidos os dois em sequência.

A SR<sup>a</sup> ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Ah! Ótimo! No mesmo dia, um e depois o outro. O.k.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro, PMDB – PI) – Submeto à votação desta Comissão Mista essa audiência pública, conforme proposta pela Senadora Ana Amélia e pelo Relator, Deputado Henrique Fontana.

Os Srs. Parlamentares que estiverem de acordo permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovada por unanimidade.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

**ATA DA 2ª. REUNIÃO DA COMISSÃO MISTA DESTINADA A EXAMINAR E EMITIR PARECER SOBRE A MEDIDA PROVISÓRIA Nº 576, DE 2012, ADOTADA EM 15 DE AGOSTO DE 2012 e PUBLICADA EM 16 DE AGOSTO DE 2012, QUE "ALTERA AS LEIS Nº 10.233, DE 5 DE JUNHO DE 2001, E Nº 12.404, DE 4 DE MAIO DE 2011, PARA MODIFICAR A DENOMINAÇÃO DA EMPRESA DE TRANSPORTE FERROVIÁRIO DE ALTA VELOCIDADE S.A. - ETAV PARA EMPRESA DE PLANEJAMENTO E LOGÍSTICA S.A. - EPL, E AMPLIAR SUAS COMPETÊNCIAS", DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 30 DE OUTUBRO DE 2012, ÀS 10h30, NO PLENÁRIO Nº 2, DA ALA SENADOR NILO COELHO, ANEXO II, DO SENADO FEDERAL.**

Às dez horas e cinqüenta e três minutos do dia trinta de outubro de dois mil e doze, na Sala número dois da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senador Clésio Andrade, reúne-se a Comissão Mista da Medida Provisória nº 576, de 2012, com a presença da Senadora Ana Amélia, dos Senadores José Pimentel, Aníbal Diniz, Clésio Andrade, Armando Monteiro, Flexa Ribeiro, Mozarildo Cavalcante, Jorge Viana, Eduardo Braga e Gim Argello; da Deputada Janete Rocha Pietá; e dos Deputados Henrique Fontana, Danilo Forte, Marcelo Castro, Zé Silva, Marcos Rogério, Arnaldo Jardim, Milton Monti e Hugo Leal. Deixam de comparecer os demais membros. Havendo número regimental, a Presidência declara aberta a presente Reunião, destinada à realização de Audiência Pública com a finalidade de instruir a apreciação da Medida Provisória, objeto da Comissão Mista. O Presidente convida o expositor, o Senhor Bernardo Figueiredo, Presidente da Empresa de Planejamento e Logística S.A. – EPL, a ocupar assento à Mesa de trabalhos, concedendo-lhe o uso da palavra. Ao término da exposição, seguida das considerações apresentadas pelo Relator, Deputado Henrique Fontana, o Senhor Presidente deu início à fase de interpelações e contraditas parlamentares, bem como de réplicas e tréplicas manifestas pelos convidados. Fizeram uso da palavra a Senadora Ana Amélia, os Senadores Eduardo Braga e Flexa Ribeiro, os Deputados Hugo Leal, Danilo Forte, Milton Monti e Arnaldo Jardim, seguindo-se às considerações finais do Senhor Bernardo Figueiredo. O Presidente submete ao Plenário a dispensa da leitura da Ata da 1º Reunião, que, por unanimidade, é dada como lida e aprovada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião às treze horas e cinqüenta minutos, lavrando eu, Marcos Machado Melo, Secretário da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente, Senador Clésio Andrade, e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o registro das notas taquigráficas.

Senador Clésio Andrade  
Presidente

**O SR. PRESIDENTE** (Clésio Andrade, PMDB – MG) – Bom dia a todos.

Declaro aberta a 2ª Reunião da Comissão Mista destinada a examinar e emitir parecer sobre a Medida Provisória nº 576, de 2012, com a presença do nosso Relator, Deputado Henrique Fontana; do nosso Vice-Presidente.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública para debater a Medida Provisória nº 576, de 2012, que altera as Leis nº 10.233, de 5 de junho de 2001, e nº 12.404, de 4 de maio de 2011, para modificar a denominação da Empresa de Transporte Ferroviário de Alta Velocidade S.A. – ETAV para Empresa de Planejamento e Logística S.A. – EPL, e ampliar suas competências, atendendo a requerimento de realização de audiência pública, Requerimento nº 2/2012, MPV nº 576/2012, de iniciativa do Deputado Henrique Fontana.

Assim, para atender a esse requerimento, convido o Dr. Bernardo Figueiredo para que possa vir à mesa, para começarmos o nosso debate.

Bem-vindo, Bernardo.

De acordo com o art. 94, § 2º e 3º, do Regimento Interno do Senado Federal, combinado com art. 256, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, a Presidência adotará as seguintes normas: o convidado fará sua exposição por 20 minutos e, em seguida, abriremos a fase de interpelação pelos Srs. Parlamentares inscritos; a palavra aos Srs. Parlamentares será concedida na ordem de inscrição; os interpellantes dispõem de três minutos, assegurado igual prazo para resposta do interpelado, facultada a réplica e a tréplica pelo mesmo período.

Assim, para darmos sequência, concedo a palavra ao Dr. Bernardo Figueiredo.

**O SR. BERNARDO FIGUEIREDO** – Bom dia, Senador Clésio Andrade; Deputado Henrique Fontana, Relator; Deputado Marcelo Castro; Srs. Senadores, Srs. Deputados.

É um prazer estar aqui, participando desta audiência pública, especialmente sobre um tema que é muito caro para mim, porque trata do resgate do planejamento do transporte no País, onde comecei a minha carreira profissional há quarenta anos, como estagiário do Geipot, numa época em que isso era uma prática rotineira no País.

Queria fazer uma apresentação inicial, nesses 20 minutos, sobre o Programa de Investimentos em Logística, que acabou sendo o *startup* da criação da Empresa. A medida provisória foi lançada exatamente no lançamento do programa. Então, existe uma consciência geral na sociedade da importância de se resgatar a logística como instrumento de competitividade do País. Sem uma logística adequada, especialmente num País de extensões continentais como o

nosso, é difícil que tenhamos competitividade no mercado internacional e mesmo no mercado interno.

Quando se fala de logística, sempre se discute sobre o gap de infraestrutura que temos. O País passou um longo tempo sem investir e isso gerou um déficit de infraestrutura que compromete a nossa logística. Mas também não é só essa que é questão da logística. A logística não se restringe à infraestrutura, mas também são os serviços que se utilizam dessa infraestrutura. E o conjunto da infraestrutura eficiente, com serviços eficientes, que gera uma política de preços, fretes e tarifas de movimentação de carga que torna o setor produtivo competitivo.

Então, isso é uma ação fundamental para que o País possa dar sustentação a um processo de crescimento e para que o nosso setor produtivo resgate a sua competitividade.

Pode passar.

O PAC, na verdade, foi a primeira iniciativa estruturada de se retomar um processo de intervenção mais contundente e mais contínuo na dotação de uma infraestrutura adequada para o País.

O PAC tinha três atributos importantes que o diferenciavam dos outros programas de ação nessa área. Embora as ações não tivessem muita novidade, porque a identificação do que precisava ser feito é relativamente antiga, o que diferencia o PAC dos outros programas são três coisas.

Primeiro, todas as ações têm os recursos assegurados sem contingenciamento para começar e para acabar a obra. Então, não tem um programa que depende, depois, a cada ano, de se discutir orçamento para ver se continua a obra ou não. O PAC tem um atributo importante que é a obra ter seus recursos prontos e assegurados para sua plena execução.

O segundo ponto importante do PAC é que o Governo organizou, paralelamente ao PAC, uma estrutura de gestão do programa que envolvia todas as áreas que, de uma forma ou de outra, participavam dessas ações. Então, esse sistema de monitoramento, de acompanhamento, a criação de salas de situação permitiu ao Governo identificar problemas que a gente tem na gestão pública de investimentos, trabalhar para o saneamento desses problemas e articular os diversos órgãos que são envolvidos nessas ações. Embora sejam ações percebidas claramente como ações setoriais do Ministério dos Transportes ou da Secretaria de Portos ou de outro nível de Governo, essas ações, normalmente, envolvem diversas instâncias de Governo, como a área ambiental, Fazenda, Planejamento. Então, essa estrutura de gestão do programa também é uma novidade; uma novidade importante.

E o terceiro atributo importante do PAC é a transparência para a sociedade. Desde o lançamento do programa, de quatro em quatro meses, o Governo vem a público e presta conta do cumprimento de cronograma, das dificuldades que se teve para cumprir esse cronograma.

Essa atitude de ter um cronograma é positiva para a gestão pública porque traz para nós, que somos parte da Administração Pública, o compromisso com prazos de execução, o que não era um hábito muito presente na Administração Pública. E é fundamental que você tenha comprometimento em executar no prazo que está definido e que você tenha coragem de prestar conta à sociedade das suas fragilidades, das suas deficiências, dos problemas em que a gente incorreu.

Então, esse exercício que tem sido feito tem gerado dois efeitos muito positivos para o Governo: um é essa conscientização da Administração Pública de que existe um compromisso firme, um comprometimento com o cumprimento das ações no cronograma definido; e o segundo é trazer a sociedade para compreender as dificuldades que o Governo enfrenta na execução desses programas.

Mas o Governo achou que precisava ir além dessas ações previstas no PAC e dessa estrutura gerencial do PAC. Nós não conseguimos superar os déficits de infraestrutura com ações acanhadas. É preciso ampliar a intervenção, e ampliar em curto prazo. Nós só vamos vencer o déficit se ele for combatido de uma forma contundente, porque, senão, a gente vai gerando novos déficits, resolvendo uns e gerando outros, porque você não atuou para evitar a geração de novos lapsos de investimento.

Então, o Governo lançou o Programa de Investimentos em Logística, que tinha duas vertentes: uma era a gente transformar essas ações de investimento na infraestrutura num processo contínuo e abrangente, que não se restringisse só a investimentos na ampliação da capacidade física da nossa infraestrutura logística, mas que se fizesse toda a articulação da infraestrutura com os serviços, que se olhasse a cadeia produtiva como um todo e, especialmente, que não se olhasse isoladamente cada modalidade. Nós precisamos ter portos aonde chegam as ferrovias; precisamos ter rodovias alimentadoras nas pontas ferroviárias; precisamos ter armazenagem. Então, era necessário que tivéssemos uma estrutura que, permanentemente, olhasse a articulação de todas as modalidades, olhasse toda a cadeia logística do processo produtivo e articulasse essas ações no tempo e no espaço de forma que uma gere eficiência para outra ou a falta de uma não gere ineficiência de outra.

Eu costumo citar muito o caso, por exemplo, de portos, porque, às vezes, se duplica, gasta bilhões duplicando uma rodovia para ganhar produtividade nos caminhões, e os caminhões ficam dias esperando nos portos para descarregarem. Então, às vezes, um investimento em um silo no porto que permita o caminhão descarregar rapidamente e voltar para buscar mais carga é mais importante que a duplicação de uma estrada que aumente a velocidade do caminhão, porque todo investimento que se fez na estrada se perde ao parar o caminhão no porto. Então, temos que olhar a logística como um todo, olhando toda a cadeia produtiva envolvida nesse processo.

Pode passar.

A segunda vertente desse programa era ampliar a capacidade de investimento, trazendo aí a participação privada para ampliar a capacidade de investir. O Governo tem limites no que se refere tanto ao gerenciamento do programa de investimento quanto à sua capacidade de investir. Então, trazer a iniciativa privada melhora tanto a questão da eficiência da realização dos investimentos quanto da ampliação da capacidade de realizá-los.

O Governo lançou já dois programas – rodovias e ferrovias – e está preparando o de aeroportos e portos.

No programa de rodovias e ferrovias, se procurou promover a duplicação dos eixos estruturantes rodoviários e a contratação de um processo contínuo de intervenção que mantivesse a qualidade e o nível de serviço das rodovias.

Na questão da ferrovia, o programa procurou não só ampliar a malha ferroviária do País, como também trouxe um novo modelo que vai gerar impactos positivos na prestação de serviços ferroviários. Além disso, o programa contém ainda na parte ferroviária um resgate da malha antiga. Nós temos uma malha ferroviária centenária, construída no final do século XIX, começo do século XX, que precisa ser modernizada para que seja aderente não só ao perfil econômico do País, à estrutura produtiva como também à moderna tecnologia de transporte.

O programa todo envolve o investimento da ordem de 133 bilhões, dos quais quase 80 bilhões são investimentos para serem realizados nos 5 primeiros anos e o restante são investimentos para a manutenção da capacidade e do nível de serviços dessa infraestrutura ao longo dos 25 anos de concessão, mas todo o investimento de ampliação da capacidade será feito nos 5 primeiros anos.

Pode passar.

Volta um.

Pela primeira vez, nós temos, em programas de investimentos do Governo, a questão ferroviária com mais ações e mais recursos de investimentos do que a rodovia. Nós temos 42 bilhões em rodovias, sendo que 24 bilhões nos primeiros 5 anos, que é toda a duplicação dos eixos rodoviários; na parte ferroviária, nós temos mais que o dobro do que está programado investir em rodovias: 91 bilhões, sendo que quase 60 bilhões nos 5 primeiros anos, que é a construção de 10 mil quilômetros de novas ferrovias.

Pode passar.

Na parte rodoviária, o programa prevê a concessão de nove lotes de rodovias. Não está muito claro no mapa, mas essas linhas pontilhadas são as intervenções que eram feitas no âmbito do PAC – Programa de Aceleração do Crescimento.

Na verdade, com esse programa, se traçarmos um paralelo de Salvador, Palmas, Cuiabá para as Regiões Sul, Sudeste e Centro-Sul do País, nós vamos ter todos os eixos rodoviários praticamente duplicados e praticamente todos sob intervenção de concessão privada das rodovias, o que nos garante um processo contínuo de intervenção na malha.

A concessão é um instrumento importante não só de realização dos investimentos, mas de manutenção da qualidade da rodovia ao longo do tempo, e a pesquisa que a CNT faz regularmente demonstra isso de uma forma muito clara.

No modelo de concessão existem algumas revisões importantes em relação a processos anteriores. Aprendemos muito com os erros cometidos e com a análise do que não deu certo e do que deu certo em concessão.

As principais mudanças são que os investimentos estão todos concentrados nos cinco primeiros anos. Então, é importante isso para que a sociedade perceba imediatamente a melhoria de qualidade.

O investimento não pode ser só financiado pelo pedágio, mas tem que ser financiado também pelo ganho de eficiência e de redução de custo de quem usa a rodovia. Então, é importante que esses investimentos aconteçam logo.

Observamos que, nas concessões antigas, existe uma frustração de expectativa da sociedade com relação às concessões, porque ela espera, ao ver a rodovia concedida, uma melhoria imediata, mas nem sempre isso está previsto no programa de exploração da rodovia.

Outra questão importante é a manutenção da seleção do concessionário pelo menor pedágio. Ao contrário do que se afirma, normalmente não é o valor do pedágio pequeno que gera problemas na concessão. Os problemas que observamos nas concessões são decorrentes de planos inadequados de exploração, de planos defasados de exploração, e nós precisamos melhorar a qualidade disso.

Não existia critério de seleção para adotarmos, de qualificação de grupos que eliminasse os grupos que ganharam as últimas concessões. São todos grupos fortes, internacionais, com várias concessões no mundo inteiro.

Então, a seleção pelo valor do pedágio é importante. O Governo não tem intenção de fazer da concessão um veículo de arrecadação de recursos. Portanto, isso está mantido.

Outro atributo importante é a tarifação do trânsito urbano, que normalmente é um caminho fácil para se reduzir o valor do pedágio, mas não é justo. Então, com essas concessões, evitaremos o pedagiamento do deslocamento urbano nas cidades. Essas rodovias são avenidas quando cruzam os centros urbanos, e todas essas concessões vão prever a construção de marginais, de transposição das concessões, de forma que a mobilidade urbana não passe necessariamente pela praça de pedágio.

Outra inovação importante é que o pedágio só será cobrado quando o usuário perceber que uma parte significativa das obras de duplicação já esteja realizada. Então, o pedágio só vai ser cobrado quando 10% de todas as duplicações estiverem concluídas.

O programa prevê, já para este ano, a publicação do edital de duas rodovias: a 116, em Minas, da fronteira da Bahia até o Rio de Janeiro; e a BR-040, de Brasília até Juiz de Fora. Esses editais devem ser publicados agora em novembro-dezembro.

Pode passar.

De forma que a licitação possa acontecer logo no começo do ano que vem, em dezembro-janeiro.

Quanto aos demais lotes, nós estamos programando publicar o edital em março do ano que vem e fazer a licitação em abril. É um cronograma agressivo, mas por ser desafiador, ele nos obriga – nós servidores públicos e responsáveis pela gestão do programa – a fazermos um esforço para cumprí-lo. Nós estamos trabalhando e a previsão é que possamos cumprir, pelo menos em grande parte, esse programa, senão integralmente. Estamos trabalhando para cumprir integralmente e não falhar no prazo.

Inclusive, uma das razões principais que atrasam a execução desses investimentos é a questão ambiental. E o Ministro Paulo Sérgio, em reunião com a Ministra Izabella, do Meio Ambiente, acertaram e a EPL já iniciou os estudos prévios de licenciamento de todas as obras que estão no programa.

O programa também prevê uma linha de financiamento adequada. Como o programa envolve um investimento agressivo em cinco anos e uma cobrança de pedágio só depois de parte desse investimento realizado, isso cria uma estruturação financeira complicada. Então, nós estamos disponibilizando, por meio do BNDES, um financiamento em condições que colocam essa estruturação financeira em termos adequados e geram um retorno atrativo para os investidores.

Pode passar.

Na parte de ferrovia, o programa é mais agressivo ainda, porque ele envolve a construção de 10 mil novos quilômetros de ferrovia. E não são

qualsquer 10 mil quilômetros de ferrovia. Nós temos um programa que constrói uma malha ferroviária nova e moderna, que liga todas as regiões do País e todos os principais centros produtores e consumidores do País.

Então, nós temos um sistema ferroviário e 90% dele foi construído há mais de 100 anos. Noventa por canto dessas ferrovias construídas há mais de 100 anos não sofreram qualquer processo de modernização ao longo do tempo, de forma que nós temos hoje, de malha ferroviária realmente explorada e que opera em condições adequadas de prestar um serviço conforme o mercado deseja apenas 10 mil quilômetros efetivamente sendo utilizados e explorados.

Então, esse programa dobra a malha ferroviária moderna do País e cria uma ligação Norte-Sul, de Belém, no Pará, até o Porto de Rio Grande, no Rio Grande do Sul, pela parte central do País. Cria uma outra ligação também de Fortaleza ao Rio Grande, pela faixa litorânea do País, além das ferrovias transversais, em que a gente destaca a ferrovia de Integração Centro-Oeste, que ligará Mato Grosso a um sistema portuário novo. Você oferece à região não só uma alternativa logística nova, mas também uma opção portuária nova. Ele vai se ligar na ferrovia, que também vai ser uma ferrovia antiga que será revitalizada, a ferrovia que liga Vitória ao Rio de Janeiro. Então, nós temos um corredor novo para a região Centro-Oeste, que liga opções portuárias novas também. E essa ferrovia do Rio-Vitória, que hoje está abandonada, vai ser modernizada e integrada a essa malha.

Nós temos também, no afendimento Oeste-Leste do País, a ferrovia ligando a região Sul do Mato Grosso do Sul até o Porto de Paranaguá e o Porto de Rio Grande, de um lado, e uma ligação com o restante da malha em Panorama, ligando também o Porto de Santos. Então, a ideia é criar mais opções portuárias para o mercado, criar mais opções de corredores ferroviários, de forma que também geremos um ambiente competitivo no mercado de transportes.

Esse programa resgata a ferrovia como alternativa logística efetiva. Nós estamos adotando um novo modelo, que acaba com o exercício do monopólio na prestação de serviço ferroviário. E nesse modelo, a gente assegura que o benefício da construção de uma ferrovia será passado para a ponta tomadora desse serviço, para o setor produtivo. Não adianta a gente fazer uma ferrovia na expectativa de que aquilo vai gerar custos logísticos menores e de fato esse ganho de produtividade é apropriado no meio do caminho por um operador monopolista, que não repassa para o mercado os ganhos dessa infraestrutura.

Pode passar.

Nesse novo modelo, o Governo faz uma concessão só da infraestrutura, conforme está previsto na lei, inclusive. E essa concessionária se obriga a construir e manter essa ferrovia ao longo do prazo de concessão e gerenciar a circulação de trens nessa malha.

Toda a disponibilidade dessa ferrovia será comprada pela Valec, que é uma empresa estatal de ferrovia; e a Valec colocará essa disponibilidade para o mercado em oferta pública sem limites e sem restrições de acesso.

Esse modelo é importante porque gera o menor custo do uso da infraestrutura. Ao garantir que 100% da capacidade da ferrovia está vendida, eu consigo construir o menor custo de circulação de trens na ferrovia. E ao ter a garantia de que não há risco de demanda, eu gero a maior atividade para o investidor. Então, eu gero também o melhor contrato na concessão dessa infraestrutura. Então, nós temos, de um lado, um efeito positivo no barateamento da obra e, do outro lado, a construção do menor preço para ser repassado para o mercado.

Esse preço construído nesse ambiente concorrido será oferecido, de uma forma livre e pelo preço fixado no leilão, ao mercado. Esse mercado foi ampliado na medida provisória pela previsão da existência do operador ferroviário independente, que não existia previsto em lei. Então, podem comprar o direito de circular trens na linha, além dos concessionários convencionais de ferrovias que já existem, os operadores ferroviários independentes e os usuários que queiram organizar seu serviço de transporte dedicado, conforme está previsto em resoluções que a ANTT aprovou no ano passado.

Nós estamos trabalhando para publicar o edital dessas ferrovias em março do ano que vem, de forma que a gente possa também fazer a licitação de todos esses trechos em abril do ano que vem.

Desculpe.

Nós temos um primeiro lote. Volta uma. Esse lote, que é o Ferroanel de São Paulo e o acesso ao Porto de Santos, a Ferrovia de Lucas do Rio Verde, a extensão da Norte-Sul até Maracaju e a extensão da Norte-Sul até Belém, até Vila do Conde, será em março e abril. São 2.600 quilômetros. E dos outros 7.400 o processo começa com a publicação do edital em maio, que são todos os outros trechos ferroviários, e a licitação em junho do ano que vem.

Então, também no caso de ferrovia, estamos disponibilizando uma linha de financiamento aderente à estruturação financeira demandada pelo projeto.

Pode passar.

Nós temos hoje a favor do programa um ambiente favorável tanto no País como em nível internacional, já que é uma oportunidade de investimento em bons projetos no momento em que o mercado de investidores demanda esse tipo de oportunidade.

Desculpe extrapolar um pouco o prazo.

Muito obrigado pela oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Clésio Andrade. PMDB – MG) – Na sequência, um pequeno comentário eu gostaria de fazer, porque é importante, Bernardo, toda sua exposição. Parabéns por ela.

Na realidade, nas duas últimas décadas, o governo vem aperfeiçoando o ponto de vista de criação de empresas que cuidassem do transporte, entidades, secretaria de portos, agências, uma série de entidades; mas ao longo dos anos, além de haver um desinvestimento muito grande nos vinte, trinta anos, também se perdeu a visão sistêmica.

Acho que o ponto forte, fundamental da EPL, além de todos os projetos que você apresentou, é de resgatar essa visão sistêmica do transporte, que é fundamental até para a redução de custos e melhoria e eficiência desse sistema.

Eu passo a palavra ao nosso Relator, Deputado Henrique Fontana.

O SR. HENRIQUE FONTANA (PT – RS) – Presidente, se V. Ex<sup>a</sup> concordar, além da cumprimentar o Dr. Bernardo Figueiredo, que é o Presidente da EPL, e o nosso colega Marcelo Castro, eu vou ouvir os colegas, primeiramente; as avaliações que têm, que fazem.

Eu prefiro falar ao final, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Clésio Andrade. PMDB – MG) – O.k. Então, na sequência, a Senadora Ana Amélia.

A SR<sup>a</sup> ANA AMÉLIA (PP – RS) – Muito obrigada, Presidente Clésio Andrade; caro Relator Henrique Fontana; demais Parlamentares; Senadores e Deputados.

Eu queria cumprimentar o Dr. Bernardo Figueiredo pela exposição que fez, que mostrou exatamente a sua expertise, o seu carinho pela ferrovia, e o seu grande conhecimento na área.

Estou vendo aqui, na avaliação da MP, que o espírito, o foco em logística é o objetivo maior, só que no texto, logística é uma palavra que foi esquecida. Então, já me preocupo com isso. Logística...

Fiquei feliz quando o senhor falou do exemplo do Paraná com a questão do silo. O silo não é transporte, é logística de armazenagem. Então, é essa perspectiva e essa visão que precisamos adotar no Brasil. A logística pega tudo, e afí essa compreensão de incluir também mobilidade urbana e toda essa questão da logística que precisamos hoje debater.

É preciso caracterizar a empresa que V. Ex<sup>a</sup> presidirá, porque ela está sendo constituída pela medida provisória para que tenha basicamente e essencialmente essa visão da questão logística.

Há uma questão aqui da autoridade, da competência. Estar vinculada essa empresa de planejamento e logística ao Ministério dos Transportes não parece, pela natureza da empresa, o mais adequado. Poderá haver conflito de interesse. Até algum conflito político, que a gente sabe que existe. Porque ela não tem as prerrogativas de uma agência reguladora nem tem autoridade executiva; ela é um órgão para subsidiar, coordenar. E afí queremos sugerir.

O ideal seria que essa empresa ficasse subordinada ao Ministério do Planejamento. Penso que teria mais afinidade e mais eficácia nas suas funções em relação a essa questão. É o que determina em um de seus artigos. O ideal seria até a Casa Civil, mas por razões políticas nós entendemos que ela tenha que fazer essa questão.

Aí nós queremos exatamente que a questão da logística fique sublinhada, fique de fato a questão crucial disso. Porque se a gente está vendo agora o apagão na área de energia, no fundo, no fundo é um problema também de logística que nós temos que ver.

No artigo 3º, item 1, está dito: elaborar estudos de viabilidade jurídica. Diz apenas: elaborar estudos de viabilidade técnico-econômica e de engenharia, necessários ao desenvolvimento de projetos de transporte.

Ora, estamos inovando, essa empresa é uma inovação. O objetivo do Governo, eu penso, é dar maior eficiência e eficácia ao planejamento e à logística no Brasil, mas basicamente à logística. Ali está muito restrito. Seria conveniente que essa empresa também cuidasse de estabelecer novas modalidades jurídicas além das questões eminentemente técnicas e econômicas, porque isso daria segurança jurídica aos investidores interessados nesse setor que é vital. O Brasil vai precisar desse capital estrangeiro ou nacional, mas precisa de regras claras, Deputado Clésio Andrade. V. Ex<sup>a</sup> que é do ramo sabe disso. Então, ali teria que incluir também na própria empresa a questão dessas novas modalidades jurídicas para dar segurança e também um atrativo a novos investidores.

No artigo 5º, item 2, fala-se de realizar, promover pesquisa tecnológica isoladamente ou em conjunto com instituições científicas e tecnológicas, organizações de direito privado sem fins lucrativos. Lista uma série de empresas, mas não coloca algumas questões relacionadas, por exemplo, a empresas nacionais para desenvolver projetos específicos, medidas jurídicas, técnicas, também avaliando o cenário internacional. Nós não somos mais uma

ilha, somos protagonistas na área de exportação de *commodities*. Então, temos que ver o que a logística no mundo pode nos oferecer.

Há outras questões. Por exemplo, no art. 3º, item 6, o que me parece relevante é que está escrito: subsidiar a formulação e planejamento e implementação de ações no âmbito de políticas de transporte, de modo a propiciar a integração das diversas modalidades de transporte. Penso que a palavra será coordenar. Essa tem uma força maior do que apenas subsidiar. Ela será coordenadora dessas ações todas, porque senão perderia o sentido se criar nova entidade que fique subordinada a outro órgão. O ideal seria, como eu disse, subordiná-la ao Ministério do Planejamento.

Outra questão. Ela define, no art. 5º, item 12: elaborar estudos de curto, médio e longo prazo, necessários ao desenvolvimento. Não define qual é esse curto prazo e médio prazo. Acho que é preciso definir. Curto prazo: 5 anos; médio prazo: 20 anos; e longo prazo: 50 anos. Acho que isso também vai trazer um pouco mais de segurança e até de eficácia para o próprio funcionamento da empresa.

Aqui no § 4º do art. 8º diz assim: a EPL poderá constituir subsidiária integral, bem como participar como sócia ou acionista majoritária em outras sociedades, incluindo empresas de sociedade específica. Eu gostaria de sugerir isso, porque aqui não está nesse artigo, no § 4º.

O que está escrito textualmente?

*A EPL poderá constituir subsidiária integral, bem como participar como sócia ou acionista minoritária em outras sociedades, desde que essa constituição ou participação esteja voltada para o seu objeto social, nos termos da legislação vigente.*

**O SR. HENRIQUE FONTANA (PT – RS) –** Senadora, podia localizar, por favor, esse artigo, pois estou acompanhando a sua fala?

**A SR<sup>a</sup> ANA AMÉLIA (PP – RS) –** Esse é o art. 8º, § 4º.

**O SR. ARNALDO JARDIM (PPS – SP) –** Não. Inciso XX do art. 5º.

**A SR<sup>a</sup> ANA AMÉLIA (PP – RS) –** Então, é isso.

**O SR. ARNALDO JARDIM (PPS – SP) –** Art. 5º, inciso XX.

**A SR<sup>a</sup> ANA AMÉLIA (PP – RS) –** E § 4º. A questão é poder definir isso, meu caro Relator, Deputado Henrique Fontana – e lhe agradeço a sua observação –, incluindo empresas de sociedade específica, fundos de participação estruturados especificamente em tecnologias inovadoras, em logística e transportes. Porque existem esses fundos interessados em participar disso e com expertise nessa área. Então, isso incluiria empresas de sociedade específica e esses fundos de participação.

São essas as minhas sugestões iniciais para este debate com o Dr. Bernardo Figueiredo.

**O SR. HENRIQUE FONTANA (PT – RS) –** Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Clésio Andrade. PMDB – MG) –** Pois, não, Relator.

**O SR. HENRIQUE FONTANA (PT – RS)** – Eu queria pedir um minuto para solicitar à nossa Senadora Ana Amélia, a quem cumprimento, se essas sugestões V. Ex<sup>a</sup> tem sob formato de sugestões ou se elas estão consolidadas na forma de alguma emenda. Se a questão é a primeira, que elas são sugestões, eu solicito que me sejam encaminhadas, que eu vou... Além de ter compreendido o básico que V. Ex<sup>a</sup> sugere como estudo, eu vou me aprofundar sobre esses temas. E, se já estão sob a forma de emendas, é evidente que facilita ainda mais.

**A SR<sup>a</sup> ANA AMÉLIA (PP – RS)** – Então, prepararei imediatamente a execução delas sob a forma de emenda para facilitar o seu trabalho. E lhe agradeço muito essa abertura para fazer esse aperfeiçoamento da MP que estamos examinando, que é a 576.

Obrigada, Presidente, Obrigada, Relator.

**O SR. PRESIDENTE (Clésio Andrade, PMDB – MG)** – Podemos juntar as perguntas em bloco, primeiro? Acho que sim. O.k.

Então, Deputado Arnaldo Jardim.

**O SR. ARNALDO JARDIM (PPS – SP)** – Muito obrigado, Sr. Presidente, Senador Clésio Andrade; Sr. Relator, Henrique Fontana; Deputado Marcelo; demais Deputados, Senadoras e Senadores.

Quero relatar um fato ocorrido semana passada, quando eu tive o privilégio de acompanhar o Dr. Bernardo Figueiredo. Estivemos juntos num evento que se realizou no interior do Estado de São Paulo, na cidade de Itirapina, em que se inaugurava um terminal privado que integrava o modal rodoviário com o modal de ferrovias. Uma coisa absolutamente importante de ser ressaltada, acredito eu, visto que, naquele evento, para trocarem coisas muito práticas do ponto de vista de informações que acho que todos nós receberemos com muito carinho, criamos ali a possibilidade de que, daquilo que são as cargas que chegam no porto de Santos, particularmente a carga de exportação de açúcar, que hoje chega a 8% pelo modal ferroviário, nós passaremos a ter esse percentual elevado para 30%. E aquilo que era demora de oito minutos de descarga de vagão carregado de açúcar no porto de Santos, a partir de inovações tecnológicas que nós presenciamos ali, teremos um processo de descarga que fará com que esse tempo seja feito com o trem em movimento – o trem não precisa parar –, e o tempo de descarga do vagão passará a ser de 58 segundos. Isso para descarregar um vagão completo de açúcar. É uma evolução tecnológica fantástica para a qual concorreram empresas nacionais, pois os vagões adquiridos foram desenvolvidos aqui no Brasil, dentro de um exemplo daquilo que é a integração logística, a integração de modais de escoamento da produção que podemos ver em nosso País.

Por isso, temos muito entusiasmo com aquilo que estamos discutindo aqui. Queremos, desde sempre, ressaltar o nosso entendimento positivo da constituição da EPL – Empresa de Planejamento e Logística.

As minhas intervenções aqui, Sr. Presidente, Sr. Relator, vão no mesmo escopo daquilo que foi mencionado aqui pela Senadora Ana Amélia. Ela fez isso de uma forma muito precisa. Já que vamos caminhar nesse sentido, o que tem nosso aplauso, acho que não podemos ficar no meio do caminho; nós temos que ir adiante. Para fortalecer, Relator Henrique Fontana, de uma forma muito definitiva a EPL, parece-me que as observações centrais sejam as seguintes – e esta Comissão deveria preparar e aperfeiçoar a medida provisória nesse rumo, acredito eu –: primeiro, a localização institucional da EPL.

Estou de acordo com aquilo que foi sugerido agora pela Senadora Ana Amélia, ou seja, que ela localizada no âmbito do Ministério dos Transportes no momento em que temos a Secretaria de Aviação Civil, no momento em que nós temos o Departamento de Portos colocado à parte, não se menciona, inclusive, o modal aqui de transporte, quer seja o porto como ponto de exportação, quer seja a questão de hidrovia, de uma forma muito enfática, nós teremos uma empresa pela metade, capaz de fazer o planejamento e a integração da logística.

É lógico, é correto que, além de menções como algumas emendas que eu sugeri – no caso, as Emendas 14 e 15 –, façam menção específica a toda questão do modal de transporte hidroviário, assim também nós devemos fazer a menção à questão do transporte integrado por aerovias, o transporte aeroviário; ou seja, a localização correta da EPL seria num órgão central do Governo ou na Casa Civil ou no Ministério do Planejamento. Acho que fica mais adequado fazê-lo no Ministério do Planejamento.

No que diz respeito à reformulação do marco regulatório ferroviário, acredito eu que foi uma atitude de coragem, importante, um avanço que se fez nesse sentido.

Eu queria só pedir um esclarecimento ao Dr. Bernardo Figueiredo sobre a modificação que se faz no caso específico da Lei 10.233, que está inserida na Medida Provisória no art. 18, quando nós instituímos aqui a figura do operador ferroviário independente. Eu gostaria de saber, na sua compreensão, Dr. Bernardo, como esse operador ferroviário independente dialogará com o concessionário da ferrovia propriamente dita? De que forma essa interface se imagina fazer, para que aquilo que é o espírito, que é a possibilidade de compartilhamento de vias possa ser operado de uma forma transparente e com critérios claramente divulgados.

Aqui na lei se menciona o instituto de autorização para exploração de infraestrutura de uso privativo. Pergunto como isso, na sua compreensão, se encaixa, particularmente neste momento em que estamos discutindo a renovação ou novos momentos de concessões para os portos? Porque nós temos os chamados portos de terminais privativos ou de carga própria. Como essa reformulação vai dialogar com aquilo que o próprio Governo anuncia, que é uma reformulação do conceito de concessão no que diz respeito à questão de portos, especificamente?

Sobre a questão da subsidiária, eu concordo com as sugestões feitas pela Senadora Ana Amélia no sentido de se contemplar também a possibilidade de se constituir sociedades de propósitos específicos, como a questão de integração a fundos de investimento nessa questão, sempre ressaltando, Sr. Relator Deputado Henrique Fontana, que essa amplitude nós aceitamos. E acho que seria bom se fazer dentro do escopo da EPL essa ampliação que nós admitimos, que poderá ser eficiente, no sentido de dar maior faixa de manobra e melhor poder cumprir a sua função. Como se faz isso, ao mesmo tempo em que se garantem os dispositivos de licitação, de contratação pública com regras bem equilibradas?

Então, só isso como uma questão, para que possamos dialogar quando estivermos com o texto final da medida provisória. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Clésio Andrade, PMDB – MG) – Obrigado, Deputado Arnaldo Jardim.

Pergunto se o Relator quer solicitar alguma complementação do Deputado antes de passar para o Bernardo? O.k.

Então, Dr. Bernardo, sobre os questionamentos da Senadora Ana Amélia e do Deputado Arnaldo Jardim.

**O SR. BERNARDO FIGUEIREDO** – A Senadora Ana Amélia tem uma preocupação histórica com a questão logística e suas observações são no sentido de explicitar eventualmente compromissos que a EPL teria e que necessariamente podem estar implícitos, mas não estão explícitos. Então, acho que nesse sentido isso pode contribuir, embora da forma como está redigido, isso não impede que seja feito. E a ideia é esta mesma. Quer dizer, a gente tratar a logística não como uma parte da cadeia, mas sim trabalhar a cadeia toda, a armazenagem anterior. A senhora sabe muito bem, é uma questão fundamental da logística e tem uma influência muito grande. Então acho que são pertinentes.

A questão da vinculação eu acho que é de conveniência administrativa e não necessariamente impede, porque a Presidenta, ao reformular o Conit, colocou a EPL como uma secretaria executiva do Conit.

O Conit é um conselho de ministros, agora também aberto à participação da iniciativa privada. Então, o Conit pode também legitimar uma ação da EPL que extrapole o âmbito do Ministério dos Transportes. Com os outros ministérios ela agiria em nome do Conit e não necessariamente em nome do Ministério, mas eu entendo que as observações da Senadora são no sentido de aperfeiçoar e explicitar questões que às vezes estão subentendidas e não claramente colocadas.

Com relação às manifestações do Deputado Arnaldo Jardim, que sempre encontramos nos eventos do setor, especialmente do ferroviário, é isto que temos que buscar no País, quer dizer, a modernização da nossa infraestrutura. Não podemos ter um país em que o trem ande a 10 quilômetros por hora na via, que ele demore dois ou três dias para carregar no terminal, porque isso não gera, em nenhuma hipótese, um serviço competitivo de logística. Então, aquela iniciativa de cuja inauguração nós tivemos oportunidade de participar, em São Paulo, é um exemplo claro do que deve ser feito de forma mais generalizada.

As questões levantadas pelo Deputado são alinhadas com as da Senadora Ana Amélia; acho que contribuem para a explicitação e o aperfeiçoamento.

Sobre a questão específica da autorização do transporte ferroviário independente, a ideia é a gente criar um ambiente competitivo na ferrovia. Então, é facilitar o acesso, é permitir que operadores logísticos, que são hoje os convededores do mercado... Se nós pegarmos hoje a ferrovia, se excluirmos o minério da estatística ferroviária, vamos ver que a participação da ferrovia no mercado de transportes de carga em geral, de bens de consumo, vamos ver que é menos de 10%. A ferrovia não conhece esse mercado, ela não tem equipamentos adequados. Então, trazer os operadores que estão hoje... E esse é um projeto antigo também que a CNT defende e que o Presidente Clésio Andrade sempre defendeu. Nós temos que trazer os operadores que conhecem o mercado, que têm história de atendimento desses mercados, para que eles tenham oportunidade de modernizar seus serviços vindo para a ferrovia, organizando. Às vezes você tem um trem de caminhão na estrada; e esse trem de caminhão na estrada poderia ser um trem na ferrovia, só que os setores prestadores de serviço, que conhecem esse mercado, que sabem articular isso, não têm oportunidade de participar da ferrovia.

A Lei nº 10.233 previa apenas a concessão da infraestrutura ou do serviço associado à infraestrutura. Então, ao se criar a figura do operador independente, amplia-se a possibilidade de trazer novos agentes para a prestação de serviços, o que cria um ambiente competitivo e garante um serviço mais adequado para o mercado, principalmente de trazer novas cargas.

Quanto à questão da autorização, ela tem o mesmo objetivo e o mesmo efeito da questão portuária que o senhor levantou. Quer dizer, esse tem que ser, necessariamente, um instituto ágil. Então, a autorização é mais ágil do que o processo de concessão ou permissão. Como a ideia é criar um ambiente competitivo; como o é no segmento portuário, os terminais de uso privativo do setor portuário, que são autorizados, são um instrumento que a iniciativa privada e o mercado usaram para superar os entraves que existiam nos postos organizados. Funcionou muito bem.

Hoje, grande parte dos terminais foram construídos sob essa lógica. E isso trouxe grande eficiência. Então, a ideia é realmente ter, na ferrovia, um instrumento ágil de habilitar novos agentes para prestar o serviço de transporte ferroviário. Então, acho que isso é um atributo importante dessa novidade, dessa modificação da Lei nº 10.233.

O SR. PRESIDENTE (Clésio Andrade. PMDB – MG) – Com a palavra o Deputado Henrique Fontana. Em seguida, mais solicitações.

O SR. HENRIQUE FONTANA (PT – RS) – Sr. Presidente, primeiramente cumprimento, mais uma vez, todos os colegas. Cumprimento o Dr. Bernardo Figueiredo, que está dirigindo a EPL e acompanhando a sua implantação. Agradeço as sugestões.

Tenho me debruçado no estudo de todas as emendas que foram apresentadas. Se algum colega não pôde redigir em tempo hábil, a título de emenda, alguma questão, como Relator estou aberto a acolher, estudar sugestões, juntamente com todos os colegas, a começar pelo nosso Presidente e Vice-Presidente e todos os Senadores e Deputados que compõem esta Comissão.

Evidentemente, a pedido do próprio Presidente e por minha convicção, queremos agir rapidamente, porque sabemos como é o cronograma de análise nesta nova sistemática de análise das medidas provisórias. Temos a comissão mista e, depois, temos que passar pelos dois Plenários, o da Câmara e do Senado. Evidentemente, nessa nova sistemática, este trabalho que estamos fazendo aqui – esse é o ensinamento das últimas medidas provisórias que analisamos – termina sendo mais denso, mais profundo e mais intenso que todos, porque a tendência é de que aqui se dê a aproximação desses textos.

Eu, Presidente, gostaria de ressaltar algo. Das minhas leituras e do acompanhamento que tenho feito sobre o assunto da EPL, da criação da Empresa de Planejamento Logístico, desde que ela foi anunciada e, mais ainda, a partir do momento em que tive a honra de ser escolhido Relator dessa matéria. A EPL traz, sob meu ponto de vista, uma inovação fantástica para a estruturação da infraestrutura do nosso País. É uma inovação profunda, porque, por exemplo, no setor de ferrovias, Deputado Hugo Leal, vivíamos um ambiente em que o concessionário era, e é, um monopolista da malha ferroviária que ele recebeu a título de concessão. E, com isso, muitas vezes – o próprio Presidente Clésio me adiantava aqui alguns exemplos e eu conheço outros, do meu Estado – esse concessionário privado, ao exercer o papel de monopolista, usava inclusive a ferramenta que ele tem na mão, que é a infraestrutura que deveria estar à disposição de todos, para excluir setores que economicamente poderiam atuar no mercado em diversas áreas de atividade.

Por exemplo, o Dr. Bernardo conhece esse sistema porque já conversamos, em outros períodos, sobre essa temática. E eu intuo, sugiro, me proponho a trabalhar junto com a EPL, como Parlamentar que sou.

Em um trecho ferroviário, por exemplo, no Estado do Rio Grande do Sul, que a Senadora Ana Amélia também conhece muito bem, que liga a cidade de Caxias do Sul a Bento Gonçalves, uma região de altíssimo desenvolvimento econômico do Estado do Rio Grande do Sul, temos ali uma malha ferroviária abandonada, que liga as cidades de Caxias do Sul, Farroupilha, Carlos Barbosa, Bento Gonçalves, que tanto poderia dar acesso ao transporte de passageiros, como uma espécie de transporte, um grande metrô, chamemos assim, daquela região, e, evidentemente, transporte de pequenas cargas, são grandes centros, inclusive abertura de novas áreas residenciais no entorno dessa ferrovia.

Uso esse exemplo porque isso mostra o equívoco que foi o modelo de concessão adotado anteriormente, porque o concessionário pode abandonar aquela ferrovia. É evidente que se poderiam fazer fiscalizações, pressões etc., mas ele ficou totalmente abandonado, com grande prejuízo para o interesse público.

Então, essa separação entre a concessão da ferrovia e a operação de quem vai transportar passageiros ou cargas na ferrovia é uma inovação – insisto com a palavra – fantástica, que pensa o nosso País a médio e longo prazo e que eu, como Relator desta matéria, como Deputado Federal, aplaudo e, com certeza, com o aperfeiçoamento que os colegas estão trazendo, vamos contribuir com o Parlamento para deixar um grande legado para a qualificação da infraestrutura do nosso País.

Outra questão importante é que aqui se faz um movimento de trazer toda a malha ferroviária para que ela tenha, de fato, uma interligação total. Ou seja, não haverá concessionário que possa limitar o acesso à malha ferroviária da qual ele é concessionário. Então, essa é outra inovação que corrige um erro estrutural do modelo anterior de concessões, porque, do mesmo jeito que temos – guardando proporções, é lógico – essa empresa, ela nasce e, com os nossos aperfeiçoamentos, será seguramente ainda melhor, numa modalidade semelhante à que surgiu a empresa de planejamento energético.

Ou seja, é a partir do interesse público, de um planejamento global que se convidam os investidores privados para corretamente participarem do esforço de construção da infraestrutura do País. Porque quem precisa olhar as necessidades globais de infraestrutura, como é o caso do setor energético, vamos construir mais usinas de geração eólica, térmica a carvão ou hidrelétrica, e onde serão essas construções, evidentemente é quem tem a responsabilidade de planejar as ações do Estado como um todo, na defesa do interesse público e o poder que emana da vontade popular dentro de um sistema democrático. E a iniciativa privada, que, obviamente é muito bem-vinda, por isso que, quando se criam falsas confusões, surgiram algumas confusões logo no lançamento desse programa e dessa modelagem, mas, quando se criam falsas confusões nessa temática, o que é privatização, o que não é, parece-me que temos que superar esse tipo de confusão.

O Estado precisa, como está procurando fazer, ainda com limites e procurando se aperfeiçoar e se qualificar, planejar estratégicamente olhando para o interesse público e proporcionar ao investidor privado que, encontrando as alternativas de investimento que estão dirigidas por esse planejamento, faça o melhor investimento possível. Ou seja, o investidor privado que tiver a melhor qualificação para construir o projeto que será elaborado pela EPL e que o Estado do Rio Grande do Sul vai aplaudir, quero dizer aos colegas que todas as emendas que falam de um determinado setor da proposta, sendo que inclua-se o estudo e o

planejamento e o projeto do trecho ferroviário da cidade A até a cidade B, vou rejeitar todas essas emendas, não porque elas não sejam importantes, mas porque, senão, pareceria que outros Deputados que não colocaram emendas como essa não estariam preocupados com a construção de determinados trechos em suas regiões.

Eu, por exemplo – e seguramente a Senadora Ana Amélia –, aplaudimos e apoiamos a construção de uma ferrovia entre a região metropolitana de Porto Alegre e Rio Grande, ou também a extensão da ferrovia de Panorama, em São Paulo, até Rio Grande, porque ela é muito importante para a infraestrutura ferroviária do Estado do Rio Grande do Sul. Mas eu não fiz uma emenda nesse sentido, porque sei que a EPL está estudando todas essas alternativas e o País as está estudando. Então, eu vou rejeitar essas emendas, entendam os colegas, não por desrespeito à emenda de cada um, mas por esse critério de que a EPL vai trabalhar sobre todas elas.

Feito o projeto de uma ferrovia, por exemplo, da região metropolitana até Rio Grande, ou uma ligação da Serra Gaúcha, como falávamos, a outro modal, a outro troncal ferroviário, vai-se abrir aquilo que podemos chamar de uma licitação para fazer uma concessão para aquele empreendedor privado que fizer, dentro daquela modelagem, a ferrovia pelo menor preço.

Eu entendo – e aqui vai uma pergunta ao Presidente da EPL – que quem construir será responsável por manter a ferrovia com trafegabilidade. Ou seja, se estragar um pedaço, a ferrovia foi feita e dois anos depois rompeu um pedaço, se aquela empresa que construiu tem a obrigatoriedade de manter a ferrovia em funcionamento durante 20 ou 25 anos, o período para o qual ela recebeu a concessão? E feita a ferrovia, a Valec vai então adquirir a integralidade pagando esse que nós podemos chamar de um retorno ao capital investido, uma espécie que vamos apelidar aqui de aluguel pelo uso daquela ferrovia. E a Valec vai... Como se a ferrovia passasse por um braço de planejamento público e vai então abrir também tomada pública, decisão pública, publicizada, para todos aqueles que queiram prestar serviços dentro daquela ferrovia. Pode ser uma grande empresa que queira carregar o seu próprio minério, pode ser uma empresa que queira montar uma linha de transporte de passageiros entre a cidade A e a cidade B. E pode ser uma terceira empresa que queira buscar cargas numa determinada região e levar para outras e que vai fazer toda intermediação dessas cargas. E esses usuários da ferrovia vão pagar um determinado valor para a Valec, que estará estabelecido nessa tomada pública.

Também aqui me parece algo muito inovador. Por quê? Hoje, no sistema de concessão de rodovias, não há mobilidade para as alterações. Não hoje, mas as que foram feitas no passado. Não foi previsto algo essencial, que era a mobilidade do custo de tarifas *versus* investimentos a serem feitos *versus* taxa de retorno, evidentemente correta e legítima para cada ambiente econômico, para cada um dos concessionários, de acordo com a evolução de utilização daquela rodovia. Então, se numa determinada área do País for feita uma ferrovia que tem menor utilização, a Valec pode e deverá indiretamente garantir a viabilidade daquele investimento com uma parcela de recurso público que está colocado para garantir que aquela ferrovia se viabilize para o empreendedor que construiu a ferrovia. Mas em lugares onde o movimento cresce e é grande, o retorno poderá levar a uma sustentabilidade total da ferrovia com o uso desses usuários que vão levar essas cargas.

Então, eu dou o exemplo também do meu Estado, porque cada um conhece a realidade do Estado em que atua como Parlamentar. A concessão pedagiada da rodovia que dá acesso ao porto de Rio Grande, no Rio Grande do Sul, é uma concessão que eu considero extremamente inadequada. O valor daquela concessão é altíssimo. O valor do pedágio é altíssimo. Não foi previsto nenhum tipo de duplicação de rodovia naquela concessão. Toda a duplicação que está sendo feita lá é com recursos públicos. E última questão, para que nós evitemos erros como esse no futuro: o volume enorme de crescimento de circulação que ocorreu por conta do crescimento do Polo Naval Rio Grande, ele não trouxe mais investimentos para a rodovia nem reduziu o valor da tarifa.

Eu ouço, com a anuência do nosso Presidente, o Deputado Arnaldo Jardim.

**O SR. ARNALDO JARDIM (PPS – SP) – Muito obrigado.**

É uma coisa muito rápida, Relator Henrique Fontana, Deputado, porque V. Ex<sup>a</sup> traz um tema muito importante, um processo de aperfeiçoamento. O Dr. Bernardo Figueiredo é um estudioso dessa questão e muitos aqui acompanham isso.

Vamos recuperar um pouco a história, porque acho que está na hora de realmente fazermos essa evolução sugerida por V. Ex<sup>a</sup>. Quando começamos o processo todo de concessão no Brasil – e eu acho que a concessão ferroviária, primeira que foi feita, realmente veio capenga e esse aperfeiçoamento é absolutamente necessário, não teve a necessária contrapartida do ponto de vista de investimentos e não tinha esse conceito de utilização concorrencial da via que se introduz agora.

Nós tivemos um debate em que as pessoas que tinham maior resistência ideológica à questão de concessões não admitiram que isso sequer fosse tocado. É o seguinte: em qualquer concessão que se faça no setor ferroviário, no setor rodoviário, você tem que ter uma projeção de demanda e aí se decidiu introduzir, num determinado instante na discussão, que você poderia ter uma flexibilidade para ter uma demanda que pudesse ser variável no tempo e isso pudesse ser apropriado pela sociedade.

Por exemplo, vivemos um caso em São Paulo que, neste instante, está sendo objeto de uma renegociação. Nós tínhamos lá uma grande rodovia, a dos Bandeirantes, cuja demanda explodiu. Hoje, a demanda, o volume de veículos que trafegam por lá é muito acima da previsão inicial, o que faz com que o concessionário tenha uma rentabilidade excessiva. Isso precisa ser rediscutido. Só que significa abrir rediscussão do contrato e precisa ser feito com cautela, porque, senão, pode-se dizer que se está rasgando contrato e agora indo atrás. Por quê? Porque, no período anterior, quando se discutiu essa questão de a demanda ter uma flexibilidade, os opositores diziam o seguinte: que a flexibilidade pode ser para mais – e aí você divide o ganho – ou para menos – aí você divide o prejuízo. Disseram que não, que aí não poderia ter flexibilidade, porque qualquer divisão para baixo seria tomar o risco do concessionário, seria fazer um negócio onde só havia lucro. Está certo? Então, com base nisso abdicou-se na época de ter exatamente essa flexibilidade.

**O SR. HENRIQUE FONTANA (PT – RS) – Certo.**

**O SR. ARNALDO JARDIM (PPS – SP) – Então, o risco de ter esse prejuízo dividido impossibilitou que se tivesse a lucratividade dividida do ponto de vista do interesse público.**

Então, acho que é muito importante isso, o avanço a que você procede nesse instante, caro Deputado Henrique Fontana, para que nós possamos ter concessões que tenham essa flexibilidade e que os ganhos de escala possam ser partidos. Vale para o ferroviário, vale para o rodoviário e vale, assim por diante. O Senador Clésio também é um convededor e acompanhou muito bem essa parte.

**O SR. HENRIQUE FONTANA (PT – RS)** – Eu não tenho dúvida e agradeço as colocações, Deputado Arnaldo Jardim, eu não tenho nenhuma dúvida disso. Quer dizer, uma concessão, para que ela de fato seja sólida para o futuro do País, não pode ser um salto no escuro, nem para a sociedade, que está representada pelo Poder Público, nem para o investidor sério. Não pode ser uma corrida do ouro, não pode haver. Inclusive, temos outro desafio que certamente está muito na cabeça de todos que estão nesta Mesa, mas aqui me refiro muito à experiência do nosso Presidente, que atua nesta área, Dr. Bernardo.

Eu tenho, ao longo desses anos, também procurado, especialmente agora, aprender um pouco mais sobre esse tema. Nós também, como temos concessões longas, Deputado Arnaldo Jardim, temos um ambiente macroeconômico que se modifica também. Não podemos... É o caso que eu digo desse contrato de Rio Grande, porque sou um contestador desse contrato, mas não um contestador que quer rasgar o contrato. Também, às vezes, aquilo que eu chamo de uma espécie de simplificação: "Não, Fontana, tu estás querendo rasgar um contrato?" Não, quando queremos discutir a justeza de um contrato, adaptá-lo para um novo momento da economia... Se havia, por exemplo, uma inflação, uma taxa de juros no País, a taxa básica Selic era o triplo da que há atualmente, óbvio que a taxa de retorno dos investimentos seria uma, numa condição macroeconômica, e outra, em outra condição.

Então, há que se sentar com civilidade, porque, às vezes, o concessionário – estou dizendo às vezes, não estou generalizando – pode se agarrar a um contrato que é uma espécie de galinha dos ovos de ouro, para usar aquela fábula, e quer fazer a cirurgia, para usar a linguagem médica, da minha profissão, e ver se retira os ovos de ouro dali ou não. Temos que criar um ambiente onde realmente haja cada vez mais a busca desse lucro justo para quem está investindo e a preservação do interesse público com tarifas módicas para garantir a competitividade da nossa economia, e assim por diante.

Quero fazer algumas perguntas ao Presidente Bernardo Figueiredo.

Primeiro, eu me inclino a aceitar uma emenda, proposta, se a memória não me falha, pelo Deputado Sarney Filho, que propõe que a EPL – Empresa de Planejamento e Logística também tenha a prerrogativa, quando necessária – não é para ser utilizada em todos os projetos, mas pode ser possível, necessário e positivo em algum projeto –, que ela possa elaborar estudos de viabilidade ambiental. Ela nunca fará, por óbvio, licenciamento ambiental, que é uma prerrogativa dos órgãos de licenciamento ambiental, mas num determinado investimento ela pode encomendar e trabalhar um projeto também de viabilidade ambiental, porque se ganha terreno com isso.

Segundo, que também me parece uma emenda – desculpe aqui, não vou poder dar a autoria neste momento porque não coloquei no meu rascunho – que propõe que a EPL possa subsidiar qualquer órgão governamental e não só alguns ministérios como está ali citado. O autor da emenda, inclusive, cita que a EPL pode ser chamada a subsidiar em alguns momentos com estudos, projetos o

Ministério das Cidades, por exemplo; ou o BNDES pode ter interesse em acoplar a sua estrutura técnica à EPL para fazer determinado estudo.

Depois, uma emenda do Deputado José de Filippi, que aborda o tema de regiões metropolitanas e de consórcios que se formam também. Ele sugere que a EPL possa subsidiar com estudo, planejamento, trabalho em conjunto eventuais consórcios públicos que estudem alternativas para regiões metropolitanas.

A única atividade executiva – executiva que eu digo de execução de obras – prevista nesta lei para a EPL é em torno do TAV, que é o Trem de Alta Velocidade entre Rio de Janeiro, São Paulo e Campinas. Mas a emenda do Deputado Filippi propõe que, em casos específicos, seja permitido que a EPL, caso haja interesse do gestor ou do poder público constituído a cada momento, da Presidência da República que, em última análise, é quem vai comandar os destinos da EPL, porque ela é uma empresa pública ligada ao Executivo, que possa do mesmo jeito que foi decidido que para viabilizar o TAV de maneira mais rápida, adequada etc. haveria que participar da construção de uma sociedade de propósito específico, que isso possa ficar em aberto para outras necessidades. Eu me inclino favoravelmente a essa possibilidade. Não vejo por que o TAV seja algo totalmente fora. Pode surgir necessidade numa determinada obra específica de infraestrutura.

Depois, o Senador Gim Argello também traz uma sugestão que me pareceu interessante, que é a relação da EPL – e ali já está também embulida naquela primeira emenda que abordei – onde ele cita até um exemplo na exposição de motivos muito interessante da emenda que ele apresenta. A seguinte: a construção de uma eclusa, por exemplo, gera um potencial energético, de geração hidrelétrica. Então, é importante que a EPL, da mesma forma que terá relação com a construção dos silos, como colocou a Senadora Ana Amélia – porque a logística tem ver com tudo isso –, que a EPL estabeleça uma relação com o Ministério de Minas e Energia para que se aproveite o potencial hidrelétrico da maneira mais rápida possível de uma eventual eclusa construída.

Então, isso mostra que, ao contrário do que talvez possa parecer para algumas pessoas... “Não, mas, se ampliar demais o espectro, isso pode retirar o foco.” Não, porque o foco será dado, a cada momento, pelo planejamento estratégico da EPL. Nós vamos focar... Por exemplo, agora – foi dito aqui –, está focada em duas rodovias que imediatamente devem ir para concessão; no médio prazo, há plano para daqui a 12 meses estar se concedendo a ferrovia tal ou coisa do gênero. Então, para mim, isso é uma decisão estratégica. A nossa legislação deve prever, sim, uma abrangência para que possa depois executar, da melhor maneira possível, o papel da EPL.

E também, se não me engano – não está aqui no meu rascunho –, há proposta do Senador Gim Argello para que a EPL tenha, em seu escopo de atuação, a possibilidade de realizar, de executar, de fazer o projeto executivo de determinadas obras – o projeto básico executivo. E a EPL tanto poderá contratar de terceiros, através de uma licitação – que pode contratar um grande escritório de projetos para executar um projeto –, como poderá ter uma estrutura também básica. E eu digo básica porque me parece que o objetivo do Estado brasileiro não deve ser o de ter uma estrutura própria de execução de projetos para executar todos os projetos de que o País precise, mas é bom que ele tenha o que se chama de espelho, quer dizer, uma inteligência forte na execução, capaz de executar projetos e que possa inclusive acompanhar as empresas contratadas para

executar outros projetos, com inteligência própria de servidores que tenham, por natureza, carreira de Estado, que se dediquem a ser bons engenheiros, que vão projetar grandes obras, com o viés de pensar a visão pública daquele projeto, que, como eu digo, serve para complementar e também para acompanhar e fiscalizar a contratação de outros projetos.

Por ora, Presidente, eram essas as minhas perguntas e contribuições.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Clésio Andrade. PMDB – MG) – Muito bem.

A SR<sup>a</sup> ANA AMÉLIA (PP – RS) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Clésio Andrade. PMDB – MG) – Pois não, Senadora.

A SR<sup>a</sup> ANA AMÉLIA (PP – RS) – Eu queria apenas pedir pela ordem ao que disse agora há pouco o Relator Henrique Fontana. Queria acrescentar também o Ministério da Saúde na logística para distribuição de medicamentos, que poderia, por um processo de inteligência e tecnologia, não só baratear, mas tornar muito mais rápida a distribuição desses medicamentos.

O senhor citou aí o caso do Ministério de Minas e Energia, mas penso que também o campo é muito grande para se fazer esse trabalho. E o desafio que terá o Dr. Bernardo Figueiredo é para mais de metro.

O SR. PRESIDENTE (Clésio Andrade. PMDB – MG) – É monstruoso.

Vamos ouvir o Deputado Hugo Leal; depois, o Senador Aníbal Diniz, o Deputado Danilo Fortes; em seguida, nós retornamos ao Dr. Bernardo.

O SR. HUGO LEAL (PSC – RJ) – Sr. Presidente, Sr. Relator, meus cumprimentos ao Vice-Presidente também, o colega Marcelo Castro.

Nesta oportunidade, também cumprimento, mais uma vez, o Dr. Bernardo Figueiredo, com quem já tive oportunidade de, algumas vezes, ter reuniões conjuntas, reuniões em audiências públicas, ainda na fase do segundo lote de processo de concessão – V. Ex<sup>a</sup> não era ainda o indicado da Agência Nacional de Transportes. Então, é uma satisfação muito grande poder contar com a presença de V. Ex<sup>a</sup> aqui, exatamente tratando desse tema que é tão importante para o País.

Por tudo o que já foi dito aqui, pelo menos na parte que pude acompanhar, todos os ventos são favoráveis à proposta e à criação da Empresa de Planejamento Logístico. Acho que isso tudo vem coroar um trabalho que já vem sendo realizado há algum tempo.

Eu queria não ser saudosista aqui, mas é importante a gente aprender com o passado. Já tive oportunidade de conversar também sobre isto, e V. Ex<sup>a</sup> também teve a oportunidade de atuar no Geipot. Eu fui estagiário do Geipot em 1985 – faz algum tempo isso –, que era o grupo executivo integrado de política de transporte. Foi criado em 1965, pelo então Presidente Castello Branco, que previa a visão de um país integrado na questão da logística.

É importante destacar isso – desculpe, Relator –, exatamente porque o principal aprendizado para evitar os erros no futuro é conhecer por que não deu certo no passado, qual foi o desvio que ocorreu no passado, para a gente chegar a essa circunstância falando dessa Empresa de Planejamento e Logística.

O Geipot tinha um foco específico, que era exatamente a integração. O País tinha um potencial crescimento que era significativo naquele momento também. Independente das crises que ocorreram depois, nos anos seguintes, nos

anos 70, o País estava numa projeção de crescimento. Nós tínhamos uma malha ferroviária que também estava em expansão, basicamente a que existe hoje, e muitas dessas malhas ainda foram desativadas. Não vou aqui buscar condenação, quem foi o responsável ou a responsável por isso. Ou seja, já existia, no Brasil, um viés desenvolvimentista baseado nessa questão da indústria ferroviária, dessa logística ferroviária, importante para a questão dos portos, importante para a questão da fluidez até mesmo do trânsito.

Nós perdemos essa cultura. Vamos colocar alguns percalços que nós tivemos. O próprio processo inflacionário, infelizmente, contribuiu muito para que o País esquecesse planejamento – esqueceu –, porque você vivia a realidade de sobrevivência e não a realidade de prospecção, de planejamento. Isso foi uma fatalidade, foi uma infelicidade.

Já saindo de 1965, passando 1970, 1980, eu tive oportunidade de ver, de analisar, de estudar, de avaliar o que aconteceu em 1991, quando então assumiu o hoje Senador Fernando Collor, com o Ministro João Santana, salvo engano, que assumiu a infraestrutura logística. O País precisava crescer também, mas o período não era o mais fértil e nós perdemos muito tempo, muito tempo. Eu não sei se teremos essa capacidade de recuperar o tempo perdido, mas nós temos que olhar para a frente. Nesse caso, o nosso trem – vou chamar de trem, não vou chamar de carro porque o carro já está saturado – não tem retrovisor, ele só pode andar para a frente. Não dá para ter perspectiva de prazo atrás.

A Lei 10.233, de 2001, que criou a ANTT, que deu novas funções à ANTT na questão da regulação, na questão das concessões, também resumiu um pouco o papel, quer dizer, direcionou um pouco o papel que era do DNIT. Mas o Geipot continuou existindo. O Geipot, na realidade, só foi extinto em 2008 por uma medida provisória, na época do Presidente Lula, que estabelecia novas regulamentações para a Valec. Existia lá uma Empresa Brasileira de Planejamento de Transportes, que foi extinta pela Lei 11.772, de 2008. Estava lá, inclusive, nos seus arts. 23 a 26, o que aconteceria com o espólio, com a sequência, de quem assumiria, que era a União, a sequência dessa Empresa Brasileira de Planejamento de Transportes. Então, foi nesse momento. Estamos falando de 2008. O Geipot acabou, a sua concepção, a ideia, não, porque a ideia tem produzido resultados.

E aí eu quero entrar especificamente na criação da EPL, para não ficarmos aqui amarrando, só falando de passado. Nesse período, a grande inovação que tivemos, já entrando no período de 2001, foi a discussão das concessões rodoviárias. As concessões ferroviárias, nós já tivemos a experiência e o resultado delas está aí. Não precisa nem fazer grandes apelos, grandes modificações. O que nós tivemos foi um retrocesso na questão ferroviária no País. A gente desmobilizou a malha ferroviária – o que também é nítido, qualquer estudo comprova – e isso aumentou o custo Brasil vertiginosamente. Se você pegar os estudos que existiam, ou existem ainda, no Geipot quando se fazia avaliação de mercado, de preço de frete, de preço de navios, essa circunstância toda, se pegar os últimos 15 anos você vai ver, você vai se defrontar com essa realidade. Isso é naturalíssimo. Não estou trazendo aqui nenhuma inovação, a não ser constatar o que é fato histórico.

Em 2001, nós tivemos as primeiras experiências de concessões de rodovias. E por que rodovias chamam mais a atenção? É claro que chamam mais a atenção, porque, a partir do momento em que se estabeleceu o princípio das concessões rodoviárias, as rodovias passaram a interessar para a população, que

começou a botar a mão no bolso e pagar o pedágio, que era a grande diferença, a grande situação, a grande "inovação" que existia naquela oportunidade. E o transporte ferroviário, como a gente, diretamente, não precisa botar a mão no bolso, porque, se está caro ou barato o frete, se aumenta o produto final, o consumidor, a pessoa, o cidadão não tem percepção sobre isso, para ele não está. A dimensão da política pública do investimento ferroviário não passa pela consciência do cidadão, do consumidor; passa a concessão rodoviária. E se tornaram um grande motivo de atenção as concessões rodoviárias. Falo de público, com conhecimento de causa mesmo, porque o meu Estado, o Rio de Janeiro, é o que tem mais rodovias concedidas, exatamente dentro do ambiente federal. Nós temos, salvo engano, oito rodovias federais que cruzam o Estado do Rio de Janeiro. Desses, acho que seis são concedidas.

Mas chamo a atenção, e já tive oportunidade de dizer isso para o Presidente Bernardo Figueiredo, – peço só um pouquinho mais de paciência para ele – exatamente nessa circunstância. Nós vivemos a realidade do sistema de concessões do primeiro lote, que continua causando um desequilíbrio em relação a esses comparativos, que precisam ser avaliados – não quebra de contrato. Não estou falando só de ferrovias, mas também de rodovias. No Rio Grande do Sul, a única rodovia concedida no primeiro lote foi a Concepa, que está em funcionamento hoje e não tem grandes problemas como nós temos no Rio de Janeiro com a Dutra, com a Rio-Teresópolis, com a BR-040, que vai até Juiz de Fora, cuja segunda etapa está sendo feita agora.

Aonde eu quero chegar? O segundo lote já sofreu outro tipo de análise, já sob a interferência e a supervisão... Na época, a Presidente era Chefe da Casa Civil e o Dr. Bernardo Figueiredo era o responsável pela montagem desse segundo lote, que teve um aspecto extremamente positivo, porque conseguiu baratear preços e trouxe uma série de outras circunstâncias indiretas para o cenário nacional, pelo fato de as concessionárias que ganharam não terem as parcerias necessárias aqui no Brasil. Essa é outra discussão. Mas evoluiu. Nós evoluímos nos processos de concessões do segundo lote. E agora estamos chegando à fase do terceiro lote.

Seria necessário, importantíssimo, fundamental, crucial que nesse segundo lote nós tivéssemos alguém que pudesse enxergar com uma perspectiva de futuro, que aprendêssemos com os nossos não vamos chamar de erros, mas de falhas, falta de um pouco mais de visão, falhas do primeiro lote para o segundo lote, para fazer o terceiro lote.

Digo isso com muita animação, porque vejo que isso evoluiu. Essa circunstância foi extremamente positiva. E tem acontecido esse reflexo na questão das concessões ferroviárias. Isso era uma necessidade. Isso é uma premência. Para podermos crescer, para dizermos que somos País de primeiro mundo precisamos fundamentalmente dessas concessões ferroviárias, desse reequilíbrio de forças entre rodovias e ferrovias, porque, por uma série de circunstâncias que não vêm ao caso, ferrovias foram deixadas de lado.

No meu Estado, temos uma ferrovia que era explorada, é uma concessão da Ferrovia Centro-Atlântica, mas V. Ex<sup>a</sup> sabe muito bem que não tinha utilização alguma. Só se conseguia utilizar o trecho até Vitória, que interessava à empresa que havia comprado. E o resto do trecho era zero, não tinha nenhum funcionamento. Podia transportar tijolos das olarias, podia transportar uma série de outros produtos. Não interessava. Essa é a realidade que o nosso Relator

Henrique Fontana disse muito bem que acontece também no Rio Grande do Sul, como acontece em outros lugares. Esse é um ponto fundamental e sobre o qual eu faria essa análise, meu apontamento e a minha, aí, sim, preocupação.

Em vista de todo esse histórico que temos no nosso País, de ter um período de pujança, depois de decadência, depois de ausência de planejamento, estamos vivendo uma realidade que é importantíssima e uma nova perspectiva. Digo, não de forma hipócrita ou demagógica, que não poderia estar em melhores mãos do que nas de uma pessoa que conhece o setor, tem capacidade, tem liderança e pode discutir de igual para igual em qualquer nível, Dr. Bernardo Figueiredo, no setor portuário, no setor ferroviário, no setor rodoviário, em qualquer nível. O senhor esteve à frente da ANTT em um período de consolidação dessas políticas. Passo, então, à minha principal preocupação, que é motivo de uma emenda minha, a Emenda nº 51.

Qual é a minha principal preocupação hoje? Temos uma empresa brasileira de planejamento de transporte – que assumiu o antigo Geipot, extinto em 2008 – com uma previsão, e já está fazendo a extinção, já que a União vai assumir algumas responsabilidades. Temos o DNIT, temos a ANTT, temos a Antac, temos Anac, temos uma série de entidades que, mal ou bem, atuam no setor, quer dizer, cada um dentro dos seus objetivos. São as agências reguladoras. Mas DNIT e Empresa de Planejamento e Logística vão se cruzar em alguns momentos – aliás, em vários momentos.

Essa é a minha grande preocupação, ou seja, uma definição clara, muito clara de qual será... Eu reformularia a Lei nº 10.233 para refazer o perfil do DNIT. Acho que o DNIT, inclusive no perfil de avaliação, de construção de parcerias e convênios, deveria passar tudo para a Empresa de Planejamento e Logística. O DNIT deveria ficar como um organismo que pudesse fazer análises de preços, de custo, deveria fazer comparativos. Sob meu ponto de vista, não deveria ser o DNIT um órgão executivo. Fiz algumas sugestões bem básicas para isso, para essa discussão, porque tenho uma preocupação. Dr. Bernardo Figueiredo, V. Ex<sup>a</sup> está lá hoje, tem a cultura e o conhecimento de longo prazo dessa circunstância da logística do País, conhece muito bem, e podemos entregar, com confiança, esse trabalho para que V. Ex<sup>a</sup> desenvolva lá. Mas, no futuro, entrando em uma discussão, em um debate, quem é que vai ficar com essa responsabilidade? Esse é o meu temor. Tenho experiência em administração pública e sei muito bem o quanto o "personograma" funciona, porque as pessoas sabem e dizem "Não, o Dr. Clésio conhece, ele é uma pessoa ótima, então deixe assim." Quanto mais definição – não agora, em que os ventos todos são favoráveis –, quanto melhor estiver definida a função de cada qual, especificamente o seu trabalho e a ampliação desse trabalho, melhor o será.

Fiz, modestamente em parceria com outros técnicos, algumas sugestões dessa modificação, inclusive da Lei nº 10.233. Sei que, às vezes, não é esse o objetivo, para não confundir, para não misturar, mas acho que a oportunidade que temos é exatamente essa. Então, coloco aqui, no parágrafo final da minha emenda, a "garantia de que a EPL possa alcançar todo o potencial a ela designada e, de fato, possa ser responsável pela elaboração de um plano, em nível nacional, de integração logística." Propus a emenda que pretende transferir a atual competência do DNIT para a EPL, transformando, primeiro, em agente regulador de infraestrutura de transporte.

Sugestão. Por que faço sugestões? Porque, entendendo o que aconteceu no passado, vendo as atuais circunstâncias e trabalhando na perspectivas que a EPL tem hoje, é fundamental que, dentro desse objetivo, dentro dessa oportunidade que temos, trabalhemos em cima dessa circunstância para evitar futuros conflitos.

O SR. PRESIDENTE (Clésio Andrade. PMDB – MG) – Muito bem, Deputado, eu faria apenas um comentário, mais para ressaltar essa colocação sua, mencionando dois pontos importantes. O primeiro, na questão dos transportes também, com a mesma EBTU aconteceu, na mobilidade urbana hoje se vê o caos que há. A extinção da EBTU também foi um erro, nós estávamos muito avançados no planejamento logístico rodoviário, planejamento de EBTU, a Senadora Ana Amélia colocou, visão sistêmica da logística e tivemos um retrocesso. Essa questão é importante. O segundo é que temos que ter o cuidado de criar uma empresa onde há o entrosamento dos técnicos executivos, como existe hoje: Bernardo, Paulo Sérgio, todas as pessoas são extremamente entrosadas, mas a lei tem que prever que esse entrosamento futuro pode não haver. Então, eu falava isto exatamente com o nosso Relator: repensar se a subordinação da EPL é o melhor caminho.

Deputado Danilo.

O SR. DANILÓ FORTE (PMDB – CE) – Obrigado, Sr. Presidente, Senador Clésio Andrade.

Nobre convidado, Presidente da EPL, Bernardo Figueiredo, nosso querido amigo Relator Henrique Fontana, Senador José Pimentel, Deputado Leal; Senadora Ana Amélia e meu amigo, Deputado Arnaldo Jardim, primeiramente, acho que o sentimento hoje, quando da geração desta Medida Provisória, é exatamente dar continuidade àquilo que se iniciou com a construção do Brasil Maior.

Tive oportunidade de ser Relator da Medida Provisória 564, que era exatamente a da preocupação da retomada do desenvolvimento industrial para ser compatível com a competitividade internacional que o Brasil perdeu. Visitei alguns Estados, como o Rio Grande do Sul, São Paulo, Rio de Janeiro, Ceará, Pernambuco e aqui fizemos audiências públicas, e tivemos a percepção clara de que o grande gargalo, além da desburocratização, da desoneração da indústria em alguns setores, estava discriminando o nosso produto em relação aos produtos internacionais e ao próprio mercado interno nosso – que hoje também tem que ser balizado por esse produto internacional –, era exatamente o grande gargalo que existia da questão da logística.

A criação da EPL veio exatamente para fazer o coroamento da preocupação que o Governo da Presidenta Dilma tem... Tivemos várias discussões, inclusive, com o MDIC, com o Ministério da Fazenda e toda vida, quando terminava a discussão, chegava-se na questão de que o nosso custo Brasil, de que a nossa falta de competitividade, o nosso maior embaraço, a nossa maior dificuldade, o maior obstáculo, era exatamente a questão da logística, seja da logística principalmente no que diz respeito ao transporte, aos modais com relação à evacuação dessa produção e, ao mesmo tempo, dos insumos necessários para essa mobilização.

Quero aqui louvar a iniciativa de entregar a EPL a um técnico qualificado, como o Dr. Bernardo Figueiredo, reconhecido nacionalmente como um dos mais preparados, inclusive pelo seu histórico e por sua prestação de serviços já na ação brasileira, quando esteve à frente da ANTT e pelas iniciativas que teve.

Foi um casamento perfeito entre a vontade governamental e a política de fazer e a capacidade executiva que o Dr. Bernardo Figueiredo tem de fazê-la.

Por outro lado, temos que também ter a preocupação de entender os momentos que os diversos brasis vivem, porque nós vivemos em brasis diferenciados. O Brasil do Sul tem uma realidade, hoje há uma disputa muito grande da produção da indústria gaúcha com o produto fabricado na Argentina, que é uma característica de competitividade própria; temos o Sudeste, que sempre foi a alavanca da locomotiva do desenvolvimento nacional, desde os primórdios da época de Getúlio, que iniciou o processo de industrialização no Brasil, continuado por Juscelino com a Indústria automobilística em São Paulo, que fez e gerou desenvolvimento; temos a produção agrícola do Centro-Oeste, que é outra realidade, voltada para a competitividade, principalmente do grão, da soja e do milho como mercado internacional e temos uma região como a nossa – e está aqui Senador Pimentel, que a conhece muito bem –, em que houve uma preocupação muito grande de desenvolvimento pelo Presidente Lula, em gerar fomento na nossa região nordestina, que no ano passado cresceu 7%, enquanto o resto do Brasil cresceu apenas 2,7%, que responde por 1/3 da população brasileira. Somos quase 30% dos brasileiros naquela região e temos gargalos estruturantes próprios nossos que precisam ser priorizados e entendidos pelo conjunto da Nação com o aporte de desenvolvimento.

Está aqui o Senador Armando Monteiro, que conhece também muito bem nossa realidade nordestina e sabe muito bem que o gargalo estruturante do Nordeste hoje passa necessariamente por aquilo que o Presidente Lula iniciou na construção dos portos. Está aí o Porto do Itaqui, o Porto de Suape, o Porto do Pecém, com um franco desenvolvimento, o Porto de Cabedelo, na Bahia. O foco do desenvolvimento industrial que precisa ser gerado a partir desses portos. Hoje, no Ceará, a nossa grande janela de desenvolvimento é o Porto do Pecém; a Presidente Dilma esteve lá e inclusive exaltou a importância do Porto do Pecém como foco de desenvolvimento, que é a mesma realidade que vive o Estado de Pernambuco hoje com o Porte de Suape.

Mas qual é a nossa grande falência? E aqui vem uma deficiência que, inclusive, quando o Hugo Leal estava falando eu também estava me lembrando: o meu primeiro estágio foi também no Geipot, em 1980 e 1981, fazendo pesquisa de volume de tráfego nas estradas do Nordeste, na BR-116, na BR-222. Pouco se alterou na modal transporte com relação à trafegabilidade. Pelo contrário, muito mais veículos, muito mais transportes, muito mais transportes de carga, e as rodovias continuam praticamente as mesmas, com a mesma capacidade de fluxo rodoviário. Isso está demonstrado no Ceará, e até foi feito – como nós, cearenses, temos o humor como prática –, no ano passado, um rali, no Estado do Ceará, mostrando ao Brasil a precariedade da conservação das rodovias federais no Estado.

Fizemos a emenda, que está aqui intitulada Emenda 61, fazendo a interligação de todas as capitais nordestinas duplicadas, porque já existe uma realidade de Natal até Recife, pela BR-101, que vai ser estendida até Aracaju. Mas precisamos interligar também os modais marítimos, precisamos interligar os modais ferroviários – daí a Transnordestina, a passos muito lentos, mas sendo construída – e precisamos exatamente dar essa trafegabilidade, porque, no Brasil de hoje, a concentração do transporte ainda é automotivo, ainda é o transporte de carga rodoviário. Está aqui o Senador Clésio Andrade que é um papa no assunto.

Quando a gente procurou sensibilizar o nosso Relator para a necessidade de transformar isso em emenda e ir no projeto de lei, foi porque sabemos que, como no Brasil isso é tratado de forma igual, sempre as Regiões Norte e Nordeste se sentem preteridas, porque assim o são, desde o início da industrialização, desde o início do desenvolvimento nacional. O único momento que o Brasil teve uma diferenciação com relação ao Nordeste foi exatamente no governo do Presidente Lula. E nós não podemos esquecer a história. Só que para esse desenvolvimento ser continuado, hoje, nós precisamos avançar, fundamentalmente, no que diz respeito à trafegabilidade, no que diz respeito ao transporte.

Então, Deputado Henrique Fontana, acho que o critério de excluir projetos prioritários do projeto de lei não é critério. Nós não podemos aqui penalizar as pessoas que tiveram iniciativa por conta de outras que não tiveram iniciativa. Não podemos aqui penalizar parlamentares que têm prazos publicados para apresentar emendas em detrimento daqueles que não apresentaram emendas. Isso não é critério. O critério é a necessidade que o Brasil tem de crescimento, o critério é a necessidade que a Região Nordeste tem hoje de dar continuidade a esse desenvolvimento que foi gerado pelo governo do Presidente Lula, senão, vamos ter um gargalo que vai inviabilizar inclusive os parques industriais que estão sendo montados. Não tenho dúvida de que, hoje, o grande problema de escoação no Nordeste brasileiro é exatamente a falta de estrada, é a falta de condição para que o produto ali produzido seja escoado. Hoje temos gargalos sensíveis com relação a isso. E priorizar em lei não é demérito nenhum para uma casa legislativa. Muito pelo contrário. Quando nós criamos, na Constituinte, o Fundo do Nordeste, o Fundo do Norte e o do Centro-Oeste, também se dizia, no contra-argumento, que o Ministério da Fazenda ia ver o País como um todo, e as bancadas do Norte e do Nordeste se sensibilizaram, que tinham que criar um fundo diferenciado de desenvolvimento para as suas regiões, porque elas eram sempre preteridas em relação às demais regiões nacionais. E nós sabemos disso.

Quando fizemos a Emenda 61 não foi para criar nenhum complicador. Foi exatamente para dizer que o Nordeste precisa de um tratamento diferenciado, inclusive, há uma previsão constitucional do Brasil, no art. 5º, tratar igual os desiguais e desigual os desiguais. Nós estamos em um momento rico para o Nordeste. Nós estamos em um momento rico no desenvolvimento econômico e industrial do Nordeste e não podemos, mais uma vez, "gargalar" esse desenvolvimento por falta de vias de acesso, de trafegabilidade para esse consumo.

Além disso, tem o problema do turismo terrestre. A Europa toda é interligada por rodovias duplicadas, isso dá um fluxo de turismo terrestre muito importante. No Nordeste hoje não temos. Só de Natal até Recife. O turista vai para Porto de Galinhas, para a Praia da Pipa, pega o avião em Natal e vem embora. Ou então o inverso. E nós não temos exatamente o fluxo que poderia ser feito. Inclusive eu queria dizer que o Deputado Henrique Alves, líder do meu Partido, o PMDB, fez-me o desafio de a gente fazer pelo menos das quatro capitais em que vai haver a Copa do Mundo, que pega de Fortaleza até Salvador. Nós não tivemos condições de viabilizar para o orçamento agora até a Copa do Mundo, mas nós temos, sim, condições de fazer uma priorização com relação à EPL, porque, se não, a EPL, como tudo no Brasil, vai priorizar apenas os grandes projetos nacionais, e, com certeza, dentro dos grandes projetos nacionais, mais uma vez, a gente pode ser preterido.

Tamanho é o preconceito no Brasil que o debate sobre a transposição do São Francisco tem quase 300 anos. A primeira coisa que os Estados Unidos fizeram para desenvolver a sua agricultura foi exatamente a transposição de bacias. Há quase 500 anos, a China já faz transposição de bacias. E nós, para fazermos a mais importante para o Nordeste, para levar água para 12 milhões de nordestinos, que estão lá sofrendo agora – temos uma das piores secas dos últimos 50 anos –, ainda houve gente que foi para a televisão dizer que era desperdício. Imagine, Deputado Pimentel, na hora em que for para o debate sobre a duplicação e a interligação das nossas capitais. Lógico que vai haver outras em que há um apelo muito grande. No Rio Grande do Sul mesmo, eu vi lá os produtores de soja reclamando também do escoamento da produção.

Mas, infelizmente, não sou Deputado pelo Rio Grande do Sul: sou Deputado pelo Ceará, orgulho-me de ser cearense, e trago aqui a Emenda 61. E vamos fazer esse debate na bancada do Nordeste, que se reúne costumeiramente para debater os assuntos de interesse do Nordeste, e vamos discutir essa emenda, que acho de fundamental importância.

As capitais do Nordeste precisam estar interligadas em rodovias duplicadas, há demanda para isso, há capacidade financeira para se resolver o problema, há investidores para isso, e é necessário que a EPL, essa nova empresa que vai exatamente suprir essa deficiência do custo Brasil, dê-nos oportunidade para que a gente possa dar continuação a esse momento do desenvolvimento do Nordeste brasileiro.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Clésio Andrade. PMDB – MG) – Muito bem.

Vou passar para o Dr. Bernardo, visto que já ouvimos o Deputado Hugo Leal, o Deputado Danilo Forte e o Relator também, que fez alguns questionamentos, para que o Bernardo possa fazer suas considerações. Em seguida, retomo com o Deputado Milton Monti, que já se inscreveu.

**O SR. BERNARDO FIGUEIREDO** – Obrigado, Presidente Clésio.

Há duas questões levantadas pelo Relator que eu tinha deixado de comentar a respeito dos comentários do Deputado Arnaldo Jardim, e eu queria aproveitar a oportunidade para resgatá-las.

Uma é a questão de como é que funciona essa coisa da ferrovia. Nós vamos criar, na licitação da concessão da infraestrutura, um pedágio que é sustentável a longo prazo. E quem vai comandar todas as ampliações de capacidade da ferrovia é a Valec. Então, ao se oferecer publicamente a possibilidade de circular trens por aquele pedágio, na hora em que se atingir determinado nível de utilização da ferrovia, já se encarrega à concessão fazer a ampliação de capacidade, para que ela gere novo bolsão, de forma a que não haja restrição de acesso à ferrovia. Quem vai gerenciar a circulação desses trens é a concessionária de infraestrutura. Programa-se a circulação do trem na linha, e, a partir daí, ela cumpre essa programação.

E há um elemento importante nesse modelo: há uma convergência de interesses entre quem está prestando o serviço e quem está explorando a infraestrutura, porque é compromisso da concessionária da infraestrutura manter certo desempenho operacional dos trens que nela circulam, porque é isso que garante que ela tem a capacidade de circular. É o tempo que o trem gasta para vencer um trecho crítico da ferrovia que define a capacidade da ferrovia. Então, o concessionário vai ser obrigado a manter aquele desempenho, que é também o

que interessa ao prestador de serviço, ou seja, que o trem dele tenha um desempenho bom na ferrovia. Então, o modelo faz convergir o interesse de todos a favor de uma ferrovia que funcione cada vez melhor.

Assim, nós não teremos possibilidade de ter esse caso que a gente observa hoje de uma ferrovia abandonada. O conceito é exatamente colocar a infraestrutura como elemento de alavancar o desenvolvimento, e não fazer a intervenção para resolver o problema que já é grave há algum tempo.

Então, esse conceito está em todo o programa. E, antecipando, Deputado Danilo Forte, ele caminha na linha que o senhor está colocando, quer dizer, nós não precisamos esperar uma rodovia ter o nível de congestionamento, ter o nível de estrangulamento da sua capacidade para programar, reagir e fazer o investimento. É o contrário. A Infraestrutura é alavancadora do desenvolvimento. Então, eu tenho que fazer o investimento para que ele propicie a atividade econômica e o desenvolvimento. Esse conceito está na ferrovia e está na rodovia também. Nós não estamos esperando atingir determinado nível de utilização para que façam o investimento.

Fico feliz que nós tenhamos três estagiários hoje, no plenário, do Geipot. Eu sou o mais malsucedido deles, mas tudo bem.

Então, a questão da ferrovia, eu acho que nós temos um modelo virtuoso que caminha e temos instrumentos para gerenciar essa capacidade ao longo do tempo.

Queria aproveitar, só para resgatar o Deputado Arnaldo Jardim, a questão da hidrovia, essa parte do tratamento da eclusa. A dificuldade que você tem de remunerar o investimento na eclusa gera uma impossibilidade de utilização das nossas hidrovias, porque eu não posso carregar no custo da energia o custo da eclusa. Eu tenho que fazer a eclusa simultaneamente com a hidrelétrica, porque essa é a forma mais racional e barata de se fazer a eclusa. E aí se cria uma impossibilidade.

Então, nós temos que criar um modelo em que se remunere o investimento na eclusa separadamente do custo da energia, mas que se aproveite o esforço de construção da hidrelétrica para fazer a eclusa. Se não se fizer nesse momento, fazer depois vai onerar e tornar muito mais caro.

De novo, está implícito que nós vamos trabalhar na questão das hidrovias, o Governo não tem dúvida disso, mas realmente explicitar isso talvez seja conveniente. A ideia é essa mesmo. Inclusive já estamos trabalhando com o DNIT...

**O SR. HENRIQUE FONTANA (PT – RS) – Bernardo, só pela precisão do momento,**

Eu estou inclinado a utilizar no relatório, em alguns momentos, uma linguagem de caráter mais abrangente. Se a EPL vai ter relação com todo e qualquer órgão governamental, ela poderá ter com o Ministério de Minas para o caso da eclusa e com outro Ministério para outro tema, quando houver interface entre questões da infraestrutura logística e das políticas de cada uma dessas áreas. Então a ideia é buscar uma redação que trabalhe a linguagem genérica, que, se não me engano, aparece em alguma das emendas.

**O SR. ARNALDO JARDIM (PPS – SP) –** Nesses termos, nós estamos até burilando um pouco a possibilidade do texto, não é, Fontana? Então é isso, os interesses e os aspectos da ação governamental como um todo. Mas particularmente uma referência a todos os modais, porque isso não está na proposta. Então o modal hidroviário, a questão dos portos... Particularmente nessa questão dos modais é absolutamente necessária essa referência explícita.

**O SR. DANILÓ FORTE (PMDB – CE)** – Só uma questão de ordem: pode ser genérico na norma, mas pode especificar prioridades. Isso não tem problema nenhum, não fere a legislação em canto nenhum. O processo legislativo fica resguardado.

**O SR. BERNARDO FIGUEIREDO** – Eu não teria competência para entrar no mérito, mas o fato de ser genérico não quer dizer que não vá ser feito, não é? Ou seja, o específico só... Porque amanhã poderá criar um outro ministério, ele não estar previsto na lei e fazer uma emenda...

**O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA)** – Sr. Presidente, para discutir. Só para contribuir.

Essa questão das hidrovias me deixa muito angustiado.

Na Amazônia, nossas estradas são os rios e nós temos um potencial de geração hidráulica para contemplar o Brasil. Nós somos exportadores de energia. Estamos prontos para ajudar o Brasil, só que, quando chegam lá, colocam uma barragem nos rios e nos deixam navegar. Está aí Tucuruí. Passamos 30 anos para fazer as eclusas. O Presidente Lula completou as eclusas pela metade. Estamos lá para fazer a derrocagem do Pedral do Lourenço, porque, já dizia o poeta, navegar é preciso, mas temos que navegar o ano todo. E, do jeito que está, nós só podemos navegar durante oito meses, sete meses. Então temos que tirar o Pedral do Lourenço, e não se consegue fazer.

A solução – e não sei se caberia alguma sugestão desse tipo – para resolver, agora mesmo o Dr. Bernardo colocou, é uma questão de recursos. A eclusa é do Ministério dos Transportes e a barragem é do Ministério de Minas e Energia – a questão da geração de energia. Aí você cria um conflito para que as duas possam caminhar ao mesmo tempo.

À época em que nós estávamos discutindo as eclusas de Tucuruí, a bancada, eu próprio, os governadores ao longo de todo esse tempo, fizemos várias sugestões, inclusive de o Governo Federal fazer uma operação com recebíveis futuros da parte dos royalties da energia, para que pudesse ter caixa, através do DNIT, para que as obras das eclusas pudessem caminhar. Então, fazia um financiamento assegurando recursos para o DNIT em que o Governo Federal dava como garantia do financiamento, Senador Pimentel – V. Ex<sup>a</sup> que é um expert nessa área –, vamos supor, ao BNDES o royalty futuro, a receita futura da parte da União – não vai tocar na parte do Estado – para conseguir os recursos ao DNIT, para que o DNIT pudesse ter fluxo de caixa para garantir as eclusas ao longo do tempo.

Então, essa era uma sugestão, não sei se cabe no relatório, mas eu pediria ao nosso Deputado Henrique Fontana que pudesse também fazer esse estudo em seu relatório.

**O SR. PRESIDENTE** (Clésio Andrade, PMDB – MG) – Vou inscrevê-lo aqui, Senador, para que, enquanto o Bernardo termina a exposição... Em seguida, o Deputado Milton Monti e depois V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. MILTON MONTI (PR – SP)** – Vai ser intervenção de um minuto apenas. Eu estou inscrito na sequência. No assunto de eclusa, é claro que talvez o Presidente Bernardo Figueiredo...

**O SR. PRESIDENTE** (Clésio Andrade, PMDB – MG) – V. Ex<sup>a</sup> prefere que as pessoas falem agora e, depois, ele...

**O SR. MILTON MONTI (PR – SP)** – Eu acho que assunto relacionado ele pode esclarecer, é coisa simples, rápida.

Sobre esse assunto de eclusa, eu ouvi e não sei se isso é confirmado, se isso pode ser dito aqui pelo Presidente Bernardo, pelos colegas Senadores, Senadoras, Deputados e Deputadas, mas eu acho que é um assunto para ser colocado à luz do debate, que a questão da eclusa não é feita junto com a hidrelétrica porque isso dificulta muito, mas muito, o licenciamento ambiental da usina.

Se isso procede ou não procede.

Obrigado.

**O SR. BERNARDO FIGUEIREDO** – Eu queria só, para continuar na questão das duas intervenções a respeito da questão da eclusa, na verdade, existe o impedimento legal de que você cobre no custo da hidrelétrica, portanto no custo da energia, o investimento que não está diretamente relacionado àquilo que é a eclusa.

Então, o que a gente tem que construir é uma forma de fazer isso sem que esse investimento, embora tenha que ser feito pelo mesmo concessionário que vai cuidar da energia, esse investimento não grave o custo da energia. Essa é a modelagem de que eu estava falando. Nós estamos trabalhando com o DNIT, estamos discutindo e acho que é justo e precisamos fazer.

Só para fazer justiça a nossa hidrovia do Tocantins, uma das questões fundamentais é a criação de uma estrutura de planejamento pode ajudar a melhorar isso. Quando se discutia a hidrovia do Tocantins não se falava da derrocagem que era necessária. Se falava que era preciso fazer uma eclusa para a hidrovia voltar. Aí você faz a eclusa. Agora, precisamos...

Estou falando porque eu participei das discussões, eu não estou falando que isso não era conhecido das pessoas. Estou falando que, quando o projeto veio para entrar no PAC, veio assim: eu faço a eclusa e a hidrovia fica boa. Quando a eclusa estava sendo concluída, foi levantada essa questão, que está sendo tratada também – eu concordo.

Mas eu só queria me referir a isso porque a necessidade que nós temos de olhar as coisas de uma forma integral de ponta a ponta. Não dá para a gente segmentar a logística, conforme a Senadora Ana Amélia ressaltou, segmentar logística é não falar de logística. Falar de logística é olhar o todo, é olhar como se alimenta a hidrovia, como é que embarca na hidrovia, como se usa a hidrovia, a cadeia toda de projetos.

Acho que nessa questão da hidrovia o segredo da retomada da hidrovia como alternativa logística é nós conseguirmos modelar o investimento da eclusa de uma forma adequada.

Retomando as questões levantadas pelo Deputado Henrique Fontana, com relação à questão de concessão de rodovias, o Hugo Leal acompanhou as concessões da segunda etapa e continua e tem um trabalho grande nessa área. O pior pedágio é aquele pedágio que você paga e tem uma rodovia ruim. Se paga um pedágio caro... e nós temos vários casos de concessões nessa situação. E o principal impasse, como bem levantou o Deputado Henrique Fontana é não ter a previsibilidade. Nós tínhamos um modelo que não andava, não era dinâmico, não acompanhava a dinâmica e, às vezes, não previa as coisas básicas que a rodovia tinha que ter. Eram concessões que não previam os investimentos para adequação da capacidade.

Isso acabou criando uma dificuldade de que como se repactua isso no meio do caminho sem ter uma regra clara dessa repactuação. A ANTT fez uma regra que conciliava, cria condições de fazer, só que aí vem a questão que o

Deputado Henrique Fontana levantou que é um certo apego a valores nominais das coisas: "Eu fiz uma concessão na época em que a taxa de juros era mais de 20%. A minha taxa interna de retorno é 18%. Eu não vou repactuar essa concessão." Mas também o administrador público não pode chegar e colocar mais R\$1 bilhão ou R\$2 bilhões de investimentos numa concessão remunerada a 18% hoje. Em 1995, 1996, 1997, essa era uma remuneração adequada porque tínhamos uma outra realidade econômica. Só que hoje, com a taxa de juros que nós temos, o custo de oportunidade de capital que nós temos no mercado, nós não podemos fazer isso porque isso seria contrário ao interesse público.

Então, nós criamos uma metodologia para fazer isso e existe um longo processo de debate com os concessionários, mas o que dá sustentabilidade a uma concessão é o fato de o usuário estar satisfeito com aquela infraestrutura, é ele achar que o que está pagando é justo pelo que está recebendo. E a pior situação é quando ele paga um valor e acha que não está recebendo, não está tendo reciprocidade.

Acho que a gente tem que ter coragem de encarar essas situações, nós temos obrigação de construir solução para ela, porque temos rodovias... o Deputado Hugo Leal tem uma lá que atende a terra dele e que está em condições de trafegabilidade muito ruim, tem pedágio alto e tem que fazer um investimento alto para melhorar. Para essa equação nós temos que buscar a solução; conviver com isso não é uma coisa aceitável.

Mas hoje existem, as regras foram criadas pela ANTT, que permite fazer isso de uma forma adequada, tanto olhando o interesse público quanto olhando o interesse privado. Acho que não tem dificuldade.

Sobre as questões específicas que o relator levantou, a questão do estudo ambiental é outra coisa, está implícito que a gente faz; tanto está que estamos fazendo para esse programa de concessões de investimentos em logística. A EPL está assumindo a função de empreendedor e vamos fazer todo o estudo de... vamos antecipar tudo que for possível e, se possível, vamos fazer concessão já com a licença prévia da rodovia já pronta.

Essa é a meta que nós temos que buscar. Eu falo que a EPL vai gerar efeito na hora em que tivermos uma prateleira de projetos em que se tem um bom projeto executivo, um licenciamento ambiental pronto, a modelagem, a estruturação, prontos para que, assim que o governante tomar a decisão de fazer, o passo seguinte é fazer e não começar a estudar.

O desafio nosso é inverter essa lógica e passar a antecipar a identificação dos pontos críticos. Não é investir depois que ficou ruim. É investir para que não fique ruim.

Quando anunciar fazer uma coisa, começar imediatamente e não começar a estudar como vai fazer aquilo. Esse é o desafio que nós temos que construir na empresa. Na questão da mobilidade urbana, eu queria lembrar que, na mesma época que existiu o Geipot, o Geipot começou a trabalhar com transporte urbano também. Eu também comecei fazendo contagem de tráfego, só que nos centros urbanos. Depois, separou e se criou a EBTU, porque se entendia que ter um órgão específico para a questão da mobilidade urbana era importante, porque ali há peculiaridades que são diferentes quando você pensa o transporte regional, o transporte de carga. Então, que esse processo de planejamento da mobilidade, do equacionamento da mobilidade das pessoas nos centros urbanos é

planejar e formular soluções para isso, é necessária eu não tenho a menor dúvida. Se é criando uma estrutura à parte para isso ou acrescentando isso nas atribuições da EPL é uma questão que o Governo e o Congresso podem avaliar melhor do que eu.

A questão que o senhor coloca, Deputado Henrique Fontana, sobre ampliar a ação da EPL como empreendedor, tipo TAV, em que ela tem uma participação mais executiva, eu acho que se alinha muito com o que a Senadora Ana Amélia falou, da questão de ter a possibilidade de criar SPEs. Esse é um instrumento que pode ser importante. É claro que isso não é uma coisa para ser uma rotina. Mas, eventualmente, na estruturação de um projeto, é importante que você tenha o braço público como estruturador daquela ação. Então, é uma possibilidade interessante. Acho que aumenta os instrumentos de ação do Estado.

Peço licença para discorrer sobre essa questão da organização, da generalização ou da particularização. Eu acho que o problema da particularização é que qualquer mudança você tem que refazer a lei. A generalização permite maior flexibilidade, mas é uma questão que não afeta diretamente a atuação da empresa.

E a questão do projeto executivo, na EPL, nós temos um quadro pequeno. A ideia é ter um grupo pequeno, não é ter uma empresa gigante, ainda que as atribuições sejam encorpadas. Mas tem uma coisa que o Geipot mostrou muito claramente, que pode funcionar bem. O Geipot era um formador de mão de obra, não só para o próprio Governo, mas para a iniciativa privada também, e ele era um consolidador de um mercado forte de empresas de engenharia, de consultoria, que gravitavam em torno da ação do Geipot. Quer dizer, ele mantinha um nível de contratação no mercado, que permitia a formação de engenheiros, a contratação de engenheiros.

Hoje, eu estive na Fiesp e eles levantaram que nós temos a nossa engenharia quase em regime de pleno emprego. E a principal dificuldade para o programa era que, eventualmente, faltaria mão de obra. E a mão de obra falta porque ela perde a perspectiva. Houve época em que nós tínhamos engenheiro vendendo cachorro quente na rua, porque não tinha perspectiva de trabalho. Hoje, graças a Deus, está tudo ocupado. A gente tem que manter a continuidade desse processo para que as pessoas se sintam estimuladas a estudar, a se aperfeiçoar e nós tenhamos empresas que funcionem, que tenham sustentabilidade de longo prazo. Essa coisa tem que deixar de ser um evento e tem que passar a ser uma ação contínua, porque isso é que dá a sustentabilidade, é isso que gera um mercado consistente.

Então, a EPL vai fazer, onde for necessário... Por exemplo, no projeto do Trem de Alta Velocidade, nós vamos fazer o projeto executivo e, sempre que for necessário, ela pode fazer e vai fazer o detalhamento do projeto até o nível executivo. Nós também não precisamos fazer projeto executivo para tudo e nem sempre. Tem hora em que é necessário. Por exemplo, no Trem de Alta Velocidade, que envolve um investimento grande e um risco elevado, é necessário ter um projeto executivo que reduza as margens de incerteza. Mas, em outros casos em que o risco é do empreendedor, a gente pode fazer com um projeto menos detalhado.

Então, essas coisas dependem de cada caso, mas a possibilidade da EPL fazer projeto executivo ela já existe e isso é aderente...

**O SR. HENRIQUE FONTANA (PT – RS) –** Peça redação da lei, na sua visão, ela já existe para além do TAV, se precisar para um outro projeto?

**O SR. BERNARDO FIGUEIREDO** – Eu entendo que sim. Agora, estar explícito isso eventualmente não prejudica.

Eu queria só fazer uma justiça ao Presidente Lula, porque não foi ele que extinguiu o Geipot. Ele só, eventualmente,...

**O SR. HUGO LEAL** (PSC – RJ) – Não, eu não estou dizendo que ele extinguiu o Geipot. O Geipot perdeu as funções quando foram criadas as agências. É que, para se efetivar o restante do Geipot, é que foi feita a medida provisória que se transformou na Lei nº 11.772.

**O SR. BERNARDO FIGUEIREDO** – Porque, na verdade, ele entrou em extinção lá, quando foi criada a agência, em 2000, 2001...

**O SR. HUGO LEAL** (PSC – RJ) – Em 2001.

**O SR. BERNARDO FIGUEIREDO** – Ele entrou em extinção, em liquidação, em processo de liquidação.

**O SR. HUGO LEAL** (PSC – RJ) – Exatamente. E fechou a liquidação nessa medida provisória.

**O SR. BERNARDO FIGUEIREDO** – E depois, a liquidação se encerrou em 2008.

**O SR. HUGO LEAL** (PSC – RJ) – Não, perfeito.

**O SR. BERNARDO FIGUEIREDO** – Não, é só porque o Presidente Lula, nessa época de Geipot, pediu ao Ministério dos Transportes, o Ministro Paulo Sérgio é testemunha disso, ele achava que devia recriar alguma coisa para substituir o Geipot, e encomendou esse trabalho ao Ministério dos Transportes nessa época. Então, ele tinha muita consciência da necessidade desse tipo de instrumento para o Estado.

**O SR. HUGO LEAL** (PSC – RJ) – V. S<sup>a</sup> estava lá na Casa Civil nessa oportunidade, exatamente discutindo as novas concessões.

Com certeza, V. S<sup>a</sup> não o deixaria fazer simplesmente a extinção. Ali já nascia a célula, o embrião.

**O SR. BERNARDO FIGUEIREDO** – Não, mas ele tinha essa consciência por si mesmo.

Eu queria só fazer um comentário rápido, Deputado, sobre o segundo lote. Essa coisa que o senhor colocou da visão crítica do que se passou e isso ser um elemento de aperfeiçoar a ação futura, eu acho que é muito importante. E fizemos isso com relação ao segundo lote. Assim, nosso diagnóstico... O senhor acompanha isso no Rio e sabe da dificuldade que houve para fazer o Contorno de Niterói, por causa dos estaleiros. Lá de Campos, o senhor participou, o Contorno de Campos estava errado.

Então, a questão principal do segundo lote de concessões não foi a qualificação de quem ganhou, não foi o valor do pedágio que foi dado, foi que havia um programa de exploração malfeito, antigo, defasado e superficial...

**O SR. HUGO LEAL** (PSC – RJ) – Só para ajudar V. S<sup>a</sup>, a ausência de planejamento. Quer dizer, nós tínhamos que fazer e faltou exatamente o que nós estamos aqui fazendo com a EPL.

**O SR. BERNARDO FIGUEIREDO** – Exatamente. Então, eu acho que abordei tudo. Concordo com a questão do... Nós não podemos estruturar uma empresa em cima de pessoas nem ter uma gestão em cima de pessoas. Acho que temos que fazer uma coisa estruturada e organizada no serviço público para formar quadros permanentemente. Então, a EPL tem essa missão também, que eu acho que é nobre.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Clésio Andrade. PMDB – MG) – Antes de passar a palavra ao Deputado Milton Monti, com a sua permissão e com a do Relator Henrique Fontana, que vai finalizar, eu gostaria de colocar em discussão, pois já há quórum regimental, a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da última reunião.

Se estiverem de acordo, permaneçam sentados. (*Pausa.*)  
Aprovada.

**A SR<sup>a</sup> ANA AMÉLIA** (PP – RS) – Pela ordem, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Clésio Andrade. PMDB – MG) – Sim.

**A SR<sup>a</sup> ANA AMÉLIA** (PP – RS) – Eu queria só fazer uma consulta à Mesa. Eu havia feito, na instalação desta Comissão Mista, um requerimento, que foi aprovado, para ouvirmos o ex-Ministro Delfim Netto,...

**O SR. PRESIDENTE** (Clésio Andrade. PMDB – MG) – Exatamente.

**A SR<sup>a</sup> ANA AMÉLIA** (PP – RS) – ...na sequência da exposição feita pelo Dr. Bernardo Figueiredo. Por motivos médicos, por orientação médica, ele está impossibilitado de viajar. Consulto o Presidente da Mesa se posso substituir, em função da impossibilidade, porque já estava, em princípio, previsto para o dia 6 o Prof. Delfim Netto, pelo Dr. Jorge Gerdau Johannpeter, que preside o Brasil Competitivo, que penso que tem uma visão grande para poder fazer isso. Se regimentalmente isso for possível, então, encaminho, verbalmente, a solicitação a V. Ex<sup>a</sup>, para submetê-la aos demais membros da Comissão Mista.

**O SR. PRESIDENTE** (Clésio Andrade. PMDB – MG) – Está o.k., Senadora. Nós só fariamos a seguinte observação, para análise da senhora: amanhã, nós estamos prevendo a aprovação do relatório. Que o Relator inclusive se disponha hoje a trabalhar nesse relatório, com toda a discussão que foi feita, e apresentá-lo para aprovação. Se fizermos nova convocação, teremos que apresentar o requerimento amanhã, o que atrasaria e poderia trazer, em consequência, a aprovação da medida provisória. Se a senhora...

**A SR<sup>a</sup> ANA AMÉLIA** (PP – RS) – Quando é para aperfeiçoar e melhorar o futuro do Brasil, é um atraso que eu acho que compensa. Mas tudo bem. Vou seguir...

**O SR. PRESIDENTE** (Clésio Andrade. PMDB – MG) – Perfeito. Fica a critério da senhora. Se o requerimento for apresentado amanhã, nós colocamos em apreciação.

**A SR<sup>a</sup> ANA AMÉLIA** (PP – RS) – Vou seguir, então, sua recomendação, atendendo às determinações do Regimento Interno.

Muito obrigada, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Clésio Andrade. PMDB – MG) – Obrigado, Senadora.

Então, com a palavra o Deputado Milton Monti.

**O SR. MILTON MONTI** (PR – SP) – Caro Presidente Clésio Andrade, Relator Henrique Fontana, Senadores, Senadoras, Deputados, Deputadas, caro Presidente Bernardo Figueiredo, quero saudar a presença de V. S<sup>a</sup> nesta comissão mista.

Acho que estamos discutindo um assunto de extrema importância para o País.

Eu costumo dizer, e quero cumprimentar a Senadora Ana Amélia pela ideia de trazer o Ministro Delfim Netto, porque dez em dez economistas, e não dez em dez engenheiros, discutem a logística do País. Então, a logística é muito mais hoje, pelas circunstâncias já colocadas, um assunto econômico, além de ser, claro, um assunto de engenharia, um assunto importante para o País.

Nós temos convicção de que o País só avança, só cresce, só se desenvolve se nós tivermos um sistema de logística adequado a atender às necessidades dos nossos empreendedores. E temos verificado que, ao longo dos anos, o Brasil tem perdido uma série de investimentos, inclusive investimentos externos, por não contar com uma perspectiva de atendimento de logística às necessidades da produção, do escoamento, enfim, da colocação dos produtos que podiam ser efetivamente produzidos aqui no País.

Então, acho que este assunto é de relevância. Nós estamos cuidando aqui do desenvolvimento do País, nós estamos falando de geração de empregos, nós estamos falando do aumento do PIB, nós estamos falando, enfim, de dar um novo patamar ao País, que precisa, e precisa com bastante urgência, porque nós temos grandes gargalos, deficiências que se arrastam já de muitos e muitos anos. O Presidente Lula procurou minimizar essas dificuldades, a Presidenta Dilma também está na mesma direção, mas os gargalos existem.

Entendo que a iniciativa de criar esta empresa é uma iniciativa muito meritória. Nós não podemos tratar, como já foi dito aqui a logística do País como um assunto isolado. Ele tem interfaces em todos os modais, inclusive interfaces com a Indústria, com a produção, com as empresas que vão demandar essas facilidades para a sua produção. E isso tudo tem que ser estudado dentro de um conjunto. Não pode ser uma ação isolada. Nós vamos cometer, evidentemente, equívocos se tratarmos isso de forma isolada.

Eu só gostaria de registrar, caros Senadores e Deputados, que acho que essa iniciativa é importantíssima e acho também que a empresa deve ficar muito restrita a essa questão do planejamento. Eu acho que, a partir do momento que a empresa procure atuar, mesmo com empresas de propósitos específicos, mais na área da execução do que na área do planejamento, eu particularmente entendo que nós vamos comprometer a especial e importantíssima finalidade da empresa, que é a atividade de planejamento.

Então, eu acho que nós temos que ter esse cuidado, porque diz o histórico do serviço público que, quanto maior a estrutura pública, mais devagar ela anda; quanto maior a estrutura que se cria, por mais agilidade que se possa pretender, por mais eficiência que se possa buscar, a própria estrutura no serviço público, quando é muito grande, tem dificuldades de andar. Na minha opinião, a visão de termos uma empresa para cuidar do planejamento e agir menos na questão da execução, é uma medida acertada.

Entendo também que, por conta de essa empresa ter a abrangência que vai ter, a importância que vai ter, não deveria estar vinculada a nenhum ministério fim; ela deveria estar vinculada diretamente à Casa Civil ou ao Ministério do Planejamento, porque, vejam, a partir do momento que esta empresa vai lidar com vários modais, inclusive na discussão aqui, vendo a ampliação da interface, inclusive com o Ministério de Minas e Energia, com o Ministério dos Transportes, com o Ministério da Aviação Civil, com o Ministério de Portos, é evidente que seria muito mais adequado – e eu tenho uma emenda neste sentido – que essa empresa estivesse vinculada, no meu entendimento, à Casa Civil.

Levantou-se, nas discussões que tivemos de forma preliminar, que poderia ser também ao Ministério do Planejamento. Mas eu ainda acho que a Casa Civil é o foro adequado, inclusive pela importância que eu repulo ter essa empresa de logística para o futuro do País. Acho que nós devemos dar o peso adequado a essa iniciativa, que é uma iniciativa válida, uma iniciativa importante.

Quero também, embora seja uma discussão que se fará de forma paralela, não diz respeito às atribuições da empresa... Fiz isso nas emendas que apresentei, mas com uma posição no sentido de marcar e demarcar um entendimento pessoal, no sentido de fortalecermos os Ministérios, especialmente os três que tratam da logística dos transportes terrestres, que são ferrovias e rodovias. No Ministério que trata de portos, deveríamos incluir – não está – portos e hidrovias. Esse Ministério deveria ser fortalecido nesse sentido. E o Ministério que trata da Aviação Civil. Hoje são secretarias especiais. No meu entendimento, eles deveriam se transformar em ministérios.

O movimento iniciado pelo Presidente Lula, na criação do Ministério de Portos, continuado com a Presidente Dilma, na criação da Secretaria de Aviação Civil, devia ser confirmado, devia ser consolidado, porque entendo que nós temos um País de dimensões muito grandes, e ter um ministério para cuidar dos transportes do ar, outros da água e outros da terra, seria, na minha opinião, conveniente com essa empresa que fará, então, a supervisão logística desses modais, fazendo com que eles possam atuar de forma conjunta e ordenada. Então, na minha opinião, essas secretarias devem se transformar em ministérios definitivamente, e deveríamos ter isso consolidado.

Esse foi um movimento feito, repito, pelo Presidente Lula e pela Presidenta Dilma, e que deu resultado. Eu vejo que tanto o setor de portos quanto o que já estava separado, da aviação, que não era um ministério, mas era vinculado à área da Aeronáutica, são setores que trabalham de forma muito específica, porque específicos são e devem, na minha opinião, ser consolidados.

Gostaria também de dizer, caro Presidente Bernardo, que, no que diz respeito às concessões futuras, acho que, como foi dito também, nós temos que aprender com as dificuldades que tivemos no passado. Acho que o modelo de não ser uma concessão onerosa é um modelo que deve ser contemplado, mas, ao mesmo tempo, nós temos que garantir que os investimentos possam ser feitos. Nós não podemos permitir que haja uma concorrência predatória e que nos dê uma falsa ilusão de uma tarifa extremamente reduzida, e depois essa tarifa extremamente reduzida não será revertida nos investimentos necessários de que o País precisa. Nós temos extremos no País: de tarifas extremamente elevadas e de tarifas extremamente baratas. Acho que nós temos que pensar no meio termo desde que os investimentos necessários, as ampliações, as implicações, os contornos, as obras, enfim, necessárias ao atendimento desse modal de logística possam ser contemplados verdadeiramente. E não fica um jogo de empurra porque a tarifa não remunera, porque a circunstância é difícil.

Então, acho que isso deve ser pensado.

Como também – sei que não é uma decisão exclusiva da empresa, mas é uma decisão do Governo – é claro que o Governo, a Presidenta da República, os agentes públicos, nós todos, nós do Governo, como Estado, o Congresso Nacional, o Poder Judiciário, o Poder Executivo, nós temos que zelar pelo interesse do dinheiro público. É evidente! E é claro que os contratos feitos com taxas e retornos no passado diferente daqueles aplicados hoje, quando dos investimentos futuros, devem ser colocados na mesa de negociação. Quando dos investimentos futuros, porque, vejam, nós promovemos, ao longo desse período, na minha opinião, caro Presidente Bernardo, a possibilidade – eu não quero aqui citar nomes, mas o mercado conhece – nós tivemos, através de várias concessões públicas, ao longo desses anos todos, o surgimento de importantes empresas nacionais que hoje estão, inclusive, competindo em mercados estrangeiros.

Então, o fato de termos tido uma taxa de retorno elevada serviu para que essas empresas pudessem se capitalizar o suficiente e hoje concorrer no mercado internacional. Nós temos que também pensar numa estratégia brasileira para fortalecer as empresas nacionais. Então, isso também tem que ser pesado na hora de pensarmos nos contratos futuros e na taxa de retorno, até porque, se hoje nós temos uma situação de dificuldade no mundo, especialmente na Europa, onde as taxas de retorno são pouco atrativas, ou sem atratividade nenhuma, isso pode se modificar daqui a cinco anos, oito anos. E nós estamos aqui falando em concessões de 20, 25, 30 anos. Então, é preciso também para nós, para o Brasil, que não tem disponibilidade do Tesouro para fazer os investimentos necessários de que o País precisa. Nós vamos apanhar para conseguir fazer o superávit primário até o final do ano. Não sei se vamos conseguir alcançar a nossa meta, porque nós tivemos queda de arrecadação, tivemos diminuição da atividade econômica. Nós não temos, então, disponibilidade para fazer investimentos.

Nós precisamos de capital estrangeiro, nós temos que sopesar várias questões na análise dos atrativos que nós vamos fazer, preservando, evidentemente, o interesse público, a soberania do País, o retorno que não pode ser de forma exagerada, mas, ao mesmo tempo, temos que garantir que tenhamos interessados, investidores de porte, não aventureiros, porque aventureiros chegam lá e aceitam qualquer tipo de condição, qualquer tipo de taxa de retorno, qualquer remuneração pelo serviço prestado e depois o serviço não acontece.

Então, acho que são lições do passado que devem permear as novas ações para o futuro. E no mais, quero saudar essa iniciativa porque o País, como eu disse, precisa resolver urgentemente essa questão, mesmo que as questões venham a ser projetadas ou planejadas para os próximos anos. Talvez tenha sido essa a nossa falha, a falha do País. Se o País tivesse projetado melhor e se planejado melhor antes, talvez tivéssemos uma condição, hoje, na nossa logística, mais satisfatória e atendendo às necessidades do País, especialmente pensando no futuro e pensando que nós, com uma logística eficiente, podemos ter aqui novos investimentos, como foi dito por V. S<sup>a</sup>. Nós não vamos fazer os investimentos de logísticas dentro da necessidade premente de um determinado empreendimento industrial que se instalou em um determinado lugar. Ao contrário, nós vamos fazer o investimento de logística para trazer o investimento na geração de emprego, na geração de renda e no fortalecimento da economia brasileira.

Era isso.

O SR. PRESIDENTE (Clésio Andrade. Bloco/PMDB – MG) – Obrigado, Deputado.

Eu vou passar para o Deputado Henrique Fontana para fazer, também, as suas colocações. Em seguida, o Bernardo, para a gente encerrar a reunião.

O SR. HENRIQUE FONTANA (PT – RS) – Presidente, também quero agradecer muito a contribuição de todos os colegas e ressaltar aqui a contribuição do Deputado Milton Monti, que acaba de usar a palavra; também as avaliações e ponderações feitas pelo Dr. Bernardo Figueiredo; cumprimentar o Líder do nosso Governo no Senado, Senador Eduardo Braga, junto com o Senador Pimentel, e dizer que tem realmente um ponto sobre o qual vou procurar me aprofundar nas próximas horas, ouvir mais ponderações e que o Deputado Milton Monti, desde o início – quero ser aqui muito justo nesta citação – me procurou desde o primeiro momento em que fui nomeado relator desta medida

provisória, Presidente Clésio, que é a temática que V. Ex<sup>a</sup> também pondera, de que como essa estrutura, queremos nós, estamos aqui para pensar o Estado brasileiro, não para pensar o governo A ou B. Este é o papel de um Parlamento em uma estrutura democrática.

Então, como a interface dessa empresa se dá com diferentes ministérios e setores governamentais, há esse argumento favorável à ideia de que ou estivesse vinculado ao Planejamento ou vinculado à Casa Civil.

Ao mesmo tempo, digo que, às vezes, quando nós produzimos um conjunto de reformas e melhorias, há sempre aquilo que pode ser considerado um ponto ideal e aquilo que é o ponto possível no convívio das ideias da política, num determinado momento. Eu mesmo sou relator de outra matéria, a que sempre peço o apoio dos colegas, que é uma espécie do que chamo de reforma das reformas, que é a reforma política. Tenho a honra de ser relator na Câmara Federal e tenho conversado muito com os colegas, sempre procurando alterar posicionamentos para compor a maioria efetiva que nos permita consolidar um novo sistema político, o melhor possível, antes de ficarmos parados no sistema que temos. Este não é o assunto de debate hoje, mas a pedra angular da reforma do sistema político brasileiro, na minha opinião, é o financiamento público exclusivo de campanhas. Tenho conversado com muitos colegas e colocado a minha disposição de abrir mão do tema A, B ou C para compor um acordo. Aqui, talvez, nós também... O próprio relator não pode fazer tudo aquilo que quer numa relatoria. Ele precisa encontrar o ponto mediano.

Eu quero fazer um apelo, e sei que o Deputado Danilo está nos acompanhando. Recebi uma sugestão que me pareceu muito ponderada e de muita razoabilidade do Senador Pimentel. Lógico, eu sou um Deputado do Brasil. Todos nós estamos aqui, temos a obrigação, sim, de defender os Estados que representamos, mas a melhor maneira de defendermos os nossos Estados é também, juntos, estruturarmos boas políticas para o nosso País. Como brasileiro, entendo que todo e qualquer mecanismo de combate a desigualdades regionais que possa priorizar seja Norte, Nordeste e também regiões mais empobrecidas do nosso País, por questão de um processo histórico, tem em mim, como brasileiro, cem por cento de apoio.

Eu peço a compreensão do Deputado Danilo. Porque, talvez, uma emenda... Por exemplo, a Emenda nº 37 fala em orientar as ações da EPL no sentido de reduzir as desigualdades regionais. E isso me parece algo correto. Porque, lógico, se eu abordo e coloco no relatório a estrada A, B ou C, por mais méritos que tenham essas estradas, ou mesmo uma ferrovia – eu vou ser muito franco, inclusive é o único parêntese que peço a favor do Relator –, seria incompreensível para a própria sociedade do Rio Grande do Sul que o Relator, sendo gaúcho,...

**O SR. MILTON MONTI (PR – SP)** – Se você coloca do Brasil inteiro e não coloca do Rio Grande do Sul, você está morto lá depois.

**O SR. HENRIQUE FONTANA (PT – RS)** – ...brasileiro como eu, agregasse quatro, cinco rodovias e não agregasse, meu líder, Senador Eduardo Braga, nenhuma rodovia ou ferrovia do Rio Grande do Sul. Vão dizer: "Mas, Fontana, nós votamos em ti para quê?". Então, eu tenho certeza de que estarei em muitas reuniões com o Dr. Bernardo e com toda a sua equipe, defendendo diversas obras de infraestrutura no Estado do Rio Grande do Sul, como já estive, com a nossa Bancada, lutando para que elas tenham prioridade e se acelerem, e

assim por diante. Eu mesmo trabalho com a questão da extensão da BR-377, para chegar à cidade de Cruz Alta. É um exemplo. Eu falei aqui da ferrovia da Região Metropolitana de Porto Alegre até Rio Grande. Tudo isso nós estamos trabalhando, mas não vamos citar aqui na relatoria cada uma delas. Agora, a citação de que a ação da EPL deve combater desigualdades regionais me parece muito positiva.

Outra questão que eu queria pedir. Como vou ter que rejeitar uma emenda, pelo menos minha inclinação é rejeitar, eu quero solicitar, desde já, que, na ação cotidiana da EPL, que está inclusive planejando concessões que vão se abrir em poucos meses, em questão de dias, dá para se dizer até poucos meses, se inclua a preocupação em relação às áreas de descanso para motoristas. Quanto à emenda do Deputado que levantou essa preocupação, o Deputado Vanderlei Macris – quero dar o mérito a ele –, eu me inclino pela ideia de que não posso engessar uma regra, como propunha o Deputado Macris.

Ele propunha que, a cada 200km de uma rodovia concedida, deveria haver uma área de descanso. Há regiões do País que, seguramente, demandam até mais áreas de descanso, porque são regiões mais ermas. Há outras regiões que são mais populosas e, portanto, podem demandar menos.

Parece-me que, quando a EPL vai estudar uma concessão, ela tem condições de colocar as exigências de acordo com a especificidade daquela necessidade. Então, se eu não colocar um artigo genérico atendendo à preocupação do Deputado Macris, fica aqui essa ponderação.

E, por fim, Presidente Bernardo Figueiredo, quero colocar o tema – acho que o Deputado Milton Monti também colocou e outros colocaram, Senadores também –: o grande desafio das futuras concessões, na minha opinião, é nós aprofundarmos ainda mais o que já vem sendo feito nos lotes mais recentes, que é a possibilidade de modulação dentro dos contratos. Ou seja, nós não queremos nem uma concessão que seja uma espécie de loteria para o concessionário que a conquiste no certame público, nem uma licitação e uma concessão que signifique a inviabilidade de prestar um bom serviço.

Eu, quando participei muito da discussão sobre o metrô de Porto Alegre, tive a oportunidade de, inclusive, ouvir a apresentação de técnicos que se aprofundaram nesse estudo, em que se faz a concessão com aquela modulação, se se tem como mira tantos milhões de passageiros, se houver 10% acima desse volume de passageiros, porque a economia se modificou, porque a ou b, podem-se fazer correções internas no mesmo contrato, sem criar aquela lógica de que o contrato não pode ser mexido em vírgula alguma; ao contrário, nós precisamos até prever nos contratos. Se, ao contrário, a economia entra numa forte retração e há uma inviabilização de um determinado investimento, nós não podemos deixar aquele investimento sucumbir, não receber a manutenção etc. porque aquele patrimônio instalado é do interesse público, até porque será patrimônio público ao final da concessão. Qualquer uma dessas concessões.

Tenho certeza de que a EPL está pensando nisso, mas fica também aqui essa visão que eu tenho sobre o tema, de que é esse dinamismo, como foi colocado, e que evite tantos lucros exacerbados fora do normal. Porque às vezes a gente também tem recebido, e eu mesmo tive um posicionamento contrário quando se levantou – e é legítimo que se levante, porque todo posicionamento tem que ser debatido... Mas, no Estado do Rio Grande do Sul, tive um posicionamento contrário à ideia da prorrogação das concessões no modelo rodoviário em que estava feita a concessão do Estado do Rio Grande do Sul, porque não haveria como mensurar o que seria um preço justo e o que seriam as

encomendas justas do que deve ser duplicado, de outras melhorias que devem ter essa Infraestrutura. Então, parece-me que, neste caso, o melhor é partir para o caminho que está se partindo, para aquilo que for necessário conceder, vai estudar-se uma nova formulação para que um certame público nos diga o maior volume possível de melhorias no serviço, obras, duplicações versus o menor preço possível com, como diz o Deputado Milton Monti, a não inviabilização dos investimentos.

Agradeço muito a participação dos colegas, vou trabalhar muito durante o dia de hoje, inclusive parte da noite, para atender o cronograma sugerido pelo Presidente, Senador Clésio Andrade, para estarmos com o relatório, amanhã, pronto para ser analisado e votado por esta Comissão, às 10 horas da manhã.

**O SR. PRESIDENTE** (Clésio Andrade. PMDB – MG) – Com a palavra o nosso Líder, Senador Eduardo Braga.

**O SR. EDUARDO BRAGA** (PMDB – AM) – Meu caro Presidente Clésio; meu caro Relator, Henrique Fontana; meu caro Líder no Congresso, Pimentel; meu caro Bernardo Figueiredo, que aqui expôs tão brilhantemente as razões pelas quais é imperioso ao Brasil voltar a pensar, planejar e coordenar ações de logística de infraestrutura, pensando no Brasil de hoje e no Brasil de amanhã. Se nós quisermos efetivamente vencer grandes gargalos que temos hoje na nossa capacidade macroeconômica e no custo Brasil, nós precisamos retomar a capacidade de planejamento, retomar a capacidade de pensar o Brasil na área de sistemas modais de transporte. O Brasil é um País de dimensão continental, com obstáculos geográficos importantes a serem vencidos para essa integração.

Portanto, quero, aqui, primeiro, louvar a iniciativa do Governo ao estabelecer a EPL, Empresa de Planejamento e Logística S/A, e ampliar suas competências.

Meu caro Bernardo Figueiredo, lamentavelmente, aqui, nesta Casa, estamos vivendo, nesta semana pós-eleitoral, um verdadeiro pingue-pongue. Eu e o nosso Líder Pimentel nos revezamos. Enquanto V. Ex<sup>a</sup> estava aqui, eu estive aqui na abertura da sua apresentação, juntamente com o nosso Relator, com o nosso Presidente. O nosso Pimentel aqui ficou. Eu fui para a CAE, onde conseguimos aprovar um projeto importante para o sistema Eletrobras, sem o que nós não teríamos a garantia do cumprimento do cronograma físico-financeiro de uma obra que está em pleno andamento, e o Brasil vem vivendo circunstancialmente questões tensas nessa área de apagão, etc..

Eu costumo dizer que um raio não cai duas vezes no mesmo lugar, Dr. Bernardo, mas, lamentavelmente, nos últimos dias, essa premissa está sendo desmoralizada por determinados apagões que estão acontecendo.

De qualquer forma, chego a tempo de fazer algumas considerações que acho pertinentes e que reforçam a colocação do nosso eminentíssimo Relator, Deputado Henrique Fontana, que quero aqui parabenizar pela forma racional e ao mesmo tempo pela forma de integração nacional com que tem conduzido este relatório.

Veja que, ao colocar o que V. Ex<sup>a</sup> colocou ainda há pouco, em relação à Região Norte e à Região Nordeste, acatando a Emenda nº 37, que, por via de consequência também, de certo modo, acata outras emendas que vêm no mesmo sentido, eu recomendaria apenas, com a vénia do Bernardo Figueiredo, que essa emenda se acoplasse tanto ao art. 3º quanto ao art. 5º. Por quê? Criando, portanto, um Inciso III no art. 3º.

O art. 3º é o que trata do objeto da EPL e diz:

*I – Planejar e promover o desenvolvimento do serviço de transporte ferroviário de alta velocidade de forma integrada com as demais modalidades de transporte, por meio de estudos, pesquisas, construção da infraestrutura, operação e exploração do serviço, administração e gestão de patrimônio, desenvolvimento tecnológico e atividades destinadas à absorção e transferência de tecnologias;*

*II – prestar serviços na área de estudos e pesquisas destinados a subsidiar o planejamento do setor de transportes no País.*

Ora, se há regiões que precisam ter estudos para planejamento do setor de transportes são exatamente as Regiões Norte e Nordeste deste País, onde nós temos os maiores buracos de logística no nosso Território nacional.

Portanto, colocar aqui um inciso III, que diga "orientar suas ações no sentido de reduzir as desigualdades regionais, priorizando investimentos estruturantes para as Regiões Norte e Nordeste", tem tudo a ver com o art. 3º.

Só que o art. 5º diz assim:

*Art. 5º. Compete à EPL [um é o objeto da EPL; o outro é a competência da EPL]:*

*I – elaborar estudos de viabilidade técnico-econômica e de engenharia necessários ao desenvolvimento de projetos de transportes;*

*II – planejar, exercer e promover as atividades de absorção e transferência de tecnologia no setor de transportes [...];*

*III - participar das atividades relacionadas ao setor de transportes [...];*

*IV - promover a capacitação e o desenvolvimento [...]*

*V - subsidiar a formulação, o planejamento e a implementação de ações no âmbito da política de transporte, [...];*

*VI - planejar e promover a disseminação e a incorporação das tecnologias [...];*

E aqui, meu caro Relator, eu sugeriria o XXI, que pudesse dizer o seguinte: estabelecer políticas de planejamento e de absorção tecnológica para a implementação de estruturas de transporte e logística nas Regiões Norte e Nordeste. Por que eu digo isso? Pelo seguinte, só para dar um pequeno exemplo aqui ao Relator Henrique Fontana: a BR-319. Nós estámos no Governo, nada mais, nada menos, do que há dez anos querendo resolver o problema da BR-319, e não conseguimos resolver o problema da BR-319. Por quê? Por que faltou vontade política do Presidente Lula? Não. Por que faltou vontade política do então Ministro dos Transportes, Alfredo Nascimento? Não. Por que faltou vontade política da então Ministra Chefe da Casa Civil, que era a gestora do PAC? Não, tendo em vista que a BR-319 era uma das obras do PAC. Então, por que a BR-319, se havia vontade política, se estava estruturada dentro do planejamento, não

se transformou em realidade? Porque não havia planejamento, porque não havia transferência de tecnologia e porque não havia um estudo de viabilidade técnica, econômica e ambiental que pudesse decidir se ali deveria ser feita uma rodovia ou uma ferrovia, e que pudesse apontar caminhos.

Portanto, quem tem competência para fazer isso neste momento, neste novo desenho da organização brasileira, é a EPL. Estou citando o exemplo da BR-319, mas não é apenas a BR-319. Nós estamos vendo que a fronteira do agronegócio e a fronteira da produção, das *commodities* minerais brasileiras estão avançando. E para que essas fronteiras possam continuar avançando – e não preciso dizer isso ao nosso querido Senador Clésio Andrade, porque ele é oriundo desse setor da nossa economia –, a logística é fundamental, seja para o escoamento de gás natural, seja para o escoamento de óleo fóssil, seja pela implementação de chegada de rede elétrica a fim de transformar sylvinita em potássio, pois o Brasil vai importar US\$10 bilhões em 2013 de potássio, tendo a segunda maior reserva mundial de potássio, e na nossa região.

Portanto, meu querido Relator, eu gostaria que, com esta colocação, V. Ex<sup>a</sup> pudesse aproveitar a Emenda nº 37 e que a colocasse exatamente com estes dois vieses, com estes dois enfoques: de que a EPL teria que orientar as suas ações para reduzir desigualdades regionais, priorizando investimentos estruturantes para as Regiões Norte e Nordeste, no art. 3º; e no art. 5º, que a EPL fizesse esforços na área de projeto, planejamento, transferência de tecnologia, estudo de viabilidade econômica, etc., para que defina que tipo de modal deveremos ter em determinadas regiões do Brasil.

Talvez assim, possamos dar respostas técnicas, racionais, economicamente corretas, ambientalmente corretas e socialmente lógicas para questões como a da BR-319, que está aí há uma década, com vontade política, com estruturação, e que não conseguimos fazer avançar.

Portanto, é para parabenizar a iniciativa do Governo, não só na figura de Líder do Governo, mas admirando o esforço e a razão pela qual o Governo estabelece uma MP como esta, que reestrutura o pensamento, que aponta caminhos e recupera a capacidade de planejar, de transferir tecnologia e de encontrar soluções técnicas para problemas para os quais hoje não há alternativas técnicas. Ao mesmo tempo, reconhecer a importância do espírito nacional que o nosso Relator tão brilhantemente vem dando a esta questão.

Reconheço que, se citarmos aqui alguma obra especificamente, nós vamos absolutamente causar um problema para todos nós, porque, se o Henrique não colocar uma obra lá de Porto Alegre, imagine eu, como Líder do Governo, se não colocar alguma coisa do Amazonas aqui, ou o nosso Pimentel lá Ceará. E assim, sucessivamente, cada um de nós.

Portanto, isso aqui tem que ser os marcos das diretrizes que estabelecerão e orientarão as diretrizes gerais para que a EPL possa estabelecer essas prioridades. Mas, sem nenhuma dúvida, é um avanço, sem nenhuma dúvida é uma conquista, olhando, inclusive, como empresa, porque dá uma outra dinâmica. Que fique claro, aqui nós não estamos criando uma outra agência. Aqui nós estamos criando uma empresa. Esta é uma empresa do Governo Federal, portanto sujeita às legislações voltadas para as empresas públicas. Contanto, nós estamos tratando aqui daquilo que a Constituição, aquilo que as leis complementares, as leis ordinárias estabelecem para empresas públicas e não

para uma agência reguladora. Isso dá dinamismo, dá autonomia, faz com que a Presidenta da República possa exercer a sua capacidade de Chefe do Poder Executivo, tratando de uma matéria que é eminentemente executiva.

Portanto, nós sabemos da competência do Dr. Bernardo Figueiredo, homem da escolha da Presidenta Dilma, e ele assim será nomeado: como o encarregado de tocar uma empresa estatal, uma empresa pública, que tem o desafio de fazer o planejamento, a infraestrutura e os estudos de transferência de tecnologia e de viabilidade econômica, ambiental e social de uma área tão necessitada no nosso País.

Parabéns, Presidente Clésio Andrade.

Eram essas as nossas sugestões e as nossas colocações.

O SR. PRESIDENTE (Clésio Andrade. PMDB – MG) – Obrigado, Líder...

O SR. MILTON MONTI (PR – SP) – Peço um minuto...

O SR. PRESIDENTE (Clésio Andrade. PMDB – MG) – Pois não, Deputado.

O SR. MILTON MONTI (PR – SP) –...para pedir vênia ao Líder do Governo, que fez observações extremamente pertinentes.

Eu só queria acrescentar ao Relator que acho que o estabelecimento de que a empresa deve priorizar as regiões com menor desenvolvimento é muito válido, mas situar Norte e Nordeste... Nós temos, por exemplo, Vale do Jequitinhonha, Minas Gerais, é no Sudeste, mas é uma região extremamente necessitada. Então, eu só queria fazer essa observação, concordando com... Nós temos no Sul, nós temos em São Paulo, o meu Estado, regiões que não têm o mesmo grau médio de desenvolvimento do resto do Estado.

Então, eu acho que é uma restrição, no meu entendimento, inadequada. Acho que deve contemplar, como um dos seus objetivos precípuos, buscar o desenvolvimento hegemônico do País, sem situar as regiões do Brasil, porque nós temos vários brasis.

O SR. PRESIDENTE (Clésio Andrade. PMDB – MG) – Muito bem, Deputado.

Dr. Bernardo, com as suas colocações a respeito dos questionamentos e também para as suas considerações finais, em seguida.

O SR. BERNARDO FIGUEIREDO – Senador Clésio Andrade, primeiro, o Deputado Milton Monti é um parceiro nas discussões na área de transportes desde que tive o prazer de conhecê-lo, quando fui indicado para a agência, e sempre contribuiu com boas reflexões sobre a questão dos transportes e sempre se dedicou muito a esse assunto, e faz agora, também, na mesma linha.

Eu queria dizer que concordo com as avaliações. Acho que, eventualmente, temos diagnósticos diferentes sobre os mesmos problemas, mas o importante é que os problemas sejam debatidos e sejam construídas soluções para eles.

Não vou entrar no mérito da organização, mas acho que conceitualmente é isso. Quando se fracionam as funções setoriais, é preciso que alguém que faça a articulação delas. Então, é isso, acho que a ideia presente na EPL é ter esse papel de articular setorialmente, na cadeia logística, todas as atividades que formam a nossa logística. E acho que as suas contribuições caminham no mesmo sentido.

Eu queria só fazer uma observação sobre essas questões ligadas às concessões. Nós temos que olhar, realmente, as concessões futuras; acho que nós temos que ler um setor fortalecido. Não existe a ideia, não é sustentável se construir concessões a pedágio barato às custas da sustentabilidade econômica do concessionário. Isso não fica de pé, não se sustenta a longo prazo.

Então, acho que a boa taxa interna de retorno é aquela que reflete o custo de oportunidade na época. Há determinada época em que esse custo é alto, em outras é baixo, e todas são sustentáveis porque refletem.

Não acho que houve erro na qualificação dos grupos. Não acho que o problema é esse – já tive oportunidade de abordar isso. Acho que a gente tem que ter uma visão crítica do que fizemos e arrumar. Essa preocupação está presente nos projetos atuais.

Eu queria dar uma notícia ao nosso Relator de que, nesses projetos de concessão desse programa, já estão previstos os pontos de repouso para os motoristas. Isso já vai fazer parte. É orientação do Ministro que isso esteja presente daqui para frente em todas as concessões. Então, nessa já vai estar. Eu queria só, mais uma vez, fazer justiça, porque, antes da lei do tempo de direção, o Presidente Lula pediu que nós fizéssemos a inclusão de pontos de apoio ao caminhoneiro em todas as concessões, inclusive nas já realizadas. É um trabalho que a ANTT chegou a formular, mas não chegou a implementar. Era uma observação válida, inclusive, para as antigas. Nesse trabalho de readequação das concessões antigas, acho que esse ponto deveria estar presente também – concordo.

Quanto à questão da desigualdade, acho que ela é fundamental, como diretriz, como orientação do trabalho. Acho que isso só ajuda.

Agradeço a oportunidade, Presidente Clésio, de estar aqui hoje. A gente sempre aprende nesse contato com o Congresso. O setor de transporte é uma atividade que atinge a sociedade de forma difusa, pulverizada, e o Congresso é o lugar onde a sociedade se manifesta de forma mais representativa. Então, a gente sempre aprende muito quando vem aqui.

Agradeço esta oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Clésio Andrade. PMDB – MG) – Muito bem, Bernardo.

Comunico aos Srs. Parlamentares que houve alteração do local da próxima reunião da Comissão, que será realizada amanhã, às 10h. Será no Plenário 6 da Ala Senador Nilo Coelho. Portanto, amanhã, às 10h, na Sala 6 da Ala Nilo Coelho.

Agradeço a todos os Parlamentares. Faço um agradecimento especial ao Dr. Bernardo, que não seria diferente, sempre com seu brilhantismo, com a sua competência. Não tenho dúvida de que a EPL se torna mais forte sob o seu comando; mais forte e com os resultados que o País, com certeza, terá.

Agradeço ao nosso Relator. Amanhã, estaremos juntos, com seu esforço, para a apresentação do relatório.

Muito obrigado.

Está encerrada a reunião.

*(Iniciada às 10 horas e 58 minutos, a reunião é encerrada às 13 horas e 56 minutos.)*

**ATA DA 3<sup>a</sup>. REUNIÃO DA COMISSÃO MISTA DESTINADA A EXAMINAR E EMITIR PARECER SOBRE A MEDIDA PROVISÓRIA Nº 576, DE 2012, ADOTADA EM 15 DE AGOSTO DE 2012 e PUBLICADA EM 16 DE AGOSTO DE 2012, QUE "ALTERA AS LEIS Nº 10.233, DE 5 DE JUNHO DE 2001, E Nº 12.404, DE 4 DE MAIO DE 2011, PARA MODIFICAR A DENOMINAÇÃO DA EMPRESA DE TRANSPORTE FERROVIÁRIO DE ALTA VELOCIDADE S.A. - ETAV PARA EMPRESA DE PLANEJAMENTO E LOGÍSTICA S.A. - EPL, E AMPLIAR SUAS COMPETÊNCIAS", DA 2<sup>a</sup> SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54<sup>a</sup> LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 31 DE OUTUBRO DE 2012, ÀS 10h, NO PLENÁRIO Nº 6, DA ALA SENADOR NILO COELHO, ANEXO II, DO SENADO FEDERAL.**

Às dez horas e trinta e seis minutos do dia trinta e um de outubro de dois mil e doze, na Sala número seis da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senador Clésio Andrade, reúne-se a Comissão Mista da Medida Provisória nº 576, de 2012, com a presença das Senadoras Ana Amélia, Ana Rita e Lídice da Mata, dos Senadores José Pimentel, Casildo Maldaner, Tomás Correia, Aloysio Nunes Ferreira, Walter Pinheiro, Luiz Henrique, Clésio Andrade, Armando Monteiro, Flexa Ribeiro, Randolfe Rodrigues, Jorge Viana, Paulo Davim, Jayme Campos, Álvaro Dias e Gim Argello; da Deputada Janete Rocha Pietá; e dos Deputados Henrique Fontana, Danilo Forte, Marcelo Castro, Zé Silva, Gonzaga Patriota, Felipe Bornier, Roberto Santiago, José de Filippi, Guilherme Campos, Arolde de Oliveira, Jerônimo Goergen, Glauber Braga, Arnaldo Jardim, Milton Monti, Esperidião Amin e Hugo Leal. Deixam de comparecer os demais membros. Havendo número regimental, o Senhor Presidente, Senador Clésio Andrade, declara aberta a reunião, que se destina à apresentação do relatório. O Presidente submete ao Plenário a dispensa da leitura da Ata da 2<sup>a</sup> Reunião, que, por unanimidade, é dada como lida e aprovada. O Presidente concede a palavra ao Relator, Deputado Henrique Fontana, para a leitura do relatório. O Deputado Henrique Fontana tece considerações sobre as alterações incluídas no relatório. É lido o relatório, que conclui pelo atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência, e de adequação orçamentária e financeira; e, no mérito, pela aprovação nos termos do Projeto de Lei de Conversão que apresenta, acatando, total ou parcialmente, as Emendas nºs 11, 13, 14, 15, 18, 19, 34, 37, 41, 47, 48, 49 e 61 e pela rejeição das demais emendas. O Presidente abre a discussão da matéria. Não havendo mais quem queira discutir, encerra-se a discussão. Abre-se a votação. O relatório é aprovado. O Presidente submete ao Plenário a dispensa da leitura da Ata da presente Reunião, que, por unanimidade, é dada como lida e aprovada. Fizeram uso da palavra a Senadora Ana Amélia, o Senador José Pimentel, o Deputado Milton Monti e o Deputado Esperidião Amin. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião às onze horas e dezessete minutos, lavrando eu, Marcos Machado Melo, Secretário da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente, Senador Clésio Andrade, e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o registro das notas taquigráficas.

Senador Clésio Andrade  
Presidente

**O SR. PRESIDENTE** (Clésio Andrade, PMDB – MG) – Havendo número regimental, declaro aberta a 3ª Reunião da Comissão Mista destinada a examinar e emitir parecer sobre a Medida Provisória nº 576, de 2012.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior.

Em discussão a ata. (Pausa.)

Todos de acordo permaneçam sentados. (Pausa.)

Aprovada.

Os Srs. Senadores e Deputados que concordam queiram permanecer como se encontram. (Pausa.)

Aprovada.

A ata está aprovada e irá à publicação.

A presente reunião destina-se à leitura do relatório oferecido pelo Deputado Henrique Fontana.

Concedo a palavra ao nobre Deputado Henrique Fontana, para a leitura do relatório.

**O SR. HENRIQUE FONTANA** (PT – RS) – Presidente, vou pedir aos colegas a compreensão para, evidentemente, não ler o relatório, que está distribuído. Quero apenas destacar, ainda com risco, como não vou pegar o relatório para ler parte por parte, mas dizer que procurei no trabalho que fizemos ao longo destas últimas semanas, especialmente a partir do debate de ontem, acolher diversas emendas sugeridas por diferentes colegas Senadores e Deputados que compõem a nossa Comissão Mista.

Então, uma das questões, por exemplo, que me vêm à mente aqui é que o Deputado Sarney Filho sugeriu que a Empresa de Planejamento e Logística pudesse também realizar ou antecipar estudos de viabilidade ambiental, não evidentemente o licenciamento, que continuará a cargo do Ibama, que é a instituição governamental que tem essa responsabilidade. Mas, por exemplo, a contratação de serviços de licenciamento ambiental poderá ser feita pela EPL. Então, no caso, a EPL, se for necessário, em determinados projetos, pode tanto conceber uma grande ferrovia que ela vá abrir para uma concessão pública, pode fazer o projeto básico, a sua equipe técnica pode fazer o projeto executivo, se precisar, e pode também fazer o estudo de viabilidade ambiental e também, atendendo pedido da Senadora Ana Amélia, pode e deve estudar o arcabouço jurídico de um determinado empreendimento, por exemplo, a modelagem jurídica de uma concessão que será feita numa determinada circunstância.

Surgiram debates ontem aqui que falavam de um exemplo muito interessante, que é, se a EPL estabelecer um projeto de infraestrutura de construção de uma eclusa para garantir naveabilidade num determinado rio, essa eclusa pode ter como ganho secundário a geração de energia hidroelétrica. Então, a modelagem de um investimento como esse, em que não podemos colocar o custo no custo de geração de energia a construção de uma eclusa. Então, uma modelagem toda específica para apropriar o custo de cada investimento no setor onde ele vai trazer os seus resultados.

Então, a EPL terá, a partir das alterações sugeridas pela Senadora Ana Amélia, a possibilidade de estudar uma modelagem diferenciada como essa.

Também o Deputado Danilo Fortes, o Deputado Zezé Ribeiro – peço desculpas se esqueci alguma outra colega – e o Senador Pimentel apontaram a importância de que a EPL priorize planejamento, execução de projetos e estudos que atendam a uma política de interesse geral do País, que é a política que trabalha o enfrentamento das desigualdades regionais. Porque nós sabemos que uma grande obra de infraestrutura numa determinada região pode alterar a lógica de desenvolvimento dessa região. Por exemplo, o Deputado Danilo

Fortes, o Deputado Zezéu Ribeiro e o Senador Pimentel têm a preocupação com a duplicação da rodovia estrutural que liga todas as capitais do Nordeste. Em algumas regiões, o estudo da EPL pode indicar que não há viabilidade para fazer uma concessão pedagiada, por exemplo. Mas esse próprio estudo pode indicar que uma região pode ser concedida e outra pode ser feita com recursos públicos.

Chega aqui o Senador Pimentel, nosso Líder do Governo... Não precisa, porque estávamos falando coisas extremamente positivas sobre o Senador.

Outra questão, Presidente Clésio, que eu também trouxe para o relatório, que não estava prevista inicialmente, é a possibilidade – e acho esta mudança muito importante, Deputado Hugo Leal – de a EPL ter a possibilidade, quando instada a isso pelo ministério ou pelos ministérios que vão ter relação com a empresa de planejamento logístico ou pela própria Presidência da República, seja através do Ministério do Planejamento ou através da Chefia da Casa Civil, de ela realizar projetos executivos – projeto básico e projeto executivo, quando isso se faça necessário.

Outra questão importante é que procuramos trazer uma redação mais clara, Senador Flexa, que dê à EPL a responsabilidade de ter relação com todos os órgãos governamentais – todo e qualquer órgão governamental. Então, por exemplo, se o Ministério das Cidades quer fazer uma encomenda à EPL, usando a linguagem do presidente Bernardo Figueiredo, para colocar algo na prateleira de projetos que o Brasil persegue, de infraestrutura e logística, o Ministério das Cidades poderá fazer essa encomenda. Se o BNDES quer estabelecer uma parceria com a EPL para estudar um determinado investimento, ele pode utilizar. Se um consórcio intermunicipal de uma grande região metropolitana quer fazer um determinado estudo sobre, por exemplo, um veículo leve sobre trilhos ou outro tipo de investimento qualquer que melhore o transporte naquela região metropolitana, ele poderá valer-se da capacidade da EPL de elaborar, estudar, fazer estudo de demanda, de viabilidade e chegar até o projeto executivo, até dizendo se aquele projeto tem a possibilidade real de entrar em uma sistemática de concessão pela demanda estudada, e assim por diante.

Outra questão que a Senadora Ana Amélia solicitou não através de emenda, mas através da sua intervenção de ontem, e atendemos, é a garantia, Deputado Esperidião Amin, de que ao olhar – uso uma palavra do nosso Presidente Clésio Andrade – de forma sistêmica a Infraestrutura de transportes, haja uma relação com toda a área logística. Então, que a EPL também possa estudar. A Senadora Ana Amélia trouxe, por exemplo, o caso de uma silagem. Um grande investimento de silagem precisará, com certeza, de uma parceria com a infraestrutura de transporte que vai levar a carga até essa silagem, a produção agrícola e assim por diante. Então, a redação atende a essa preocupação.

Quero ler aqui, por exemplo, o item VI, que fala das competências da EPL, porque ele é bastante ilustrativo do que eu estou falando:

*VI - Subsidiar a formulação, o planejamento e a implementação de ações no âmbito da política de transporte, de modo a propiciar que as modalidades de transportes se integramumas às outras, e, quando viável, a empreendimentos de infraestrutura e serviços públicos não relacionados manifestamente a transportes.*

Seria o exemplo de uma grande estrutura, por exemplo, da Conab, de acolher silagem de produtos agrícolas.

Atendo, também, Sr. Presidente, uma emenda do Deputado José de Filippi, de São Paulo, que trouxe a preocupação para o nosso debate do papel que a EPL pode e deve ter nos espaços urbanos, nos conglomerados urbanos que se formam em torno das grandes capitais do nosso País e também de algumas cidades-polo regionais.

Então, por exemplo, em homenagem à nossa querida capital de Santa Catarina, que está aqui representada pelo Deputado Esperidião Amin, nós sabemos que, ao estudar alternativas de transporte, por exemplo, para essa região metropolitana, nós temos que pensar Florianópolis, Palhoça, São José – agora me escapam outras cidades que o Deputado Esperidião poderia me ajudar aqui, mas, daqui a pouco, me vem aqui. E nós vamos, então, pensar em alternativas de transporte para essa área urbana. Assim, no inciso II, pensando em soluções de transportes para esse conglomerado, eu dava o exemplo da nossa querida capital de Santa Catarina, Florianópolis, e nós temos de pensar soluções que envolvam Palhoça, Florianópolis, São José, Biguaçu.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (PP – SC) – O sonho de todos os gaúchos inteligentes, não é?

O SR. HENRIQUE FONTANA (PT – RS) – Todos os gaúchos gostam muito daquele Estado colmão e frequentam, com grande alegria...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (PP – SC) – Para alegria nossa, fãs das gaúchas também.

O SR. HENRIQUE FONTANA (PT – RS) – (Risos.) Também. Exatamente. Eu mesmo tenho duas cunhadas que já estão morando lá em Florianópolis.

Mas, então, escrevo aqui no Item II dos objetivos da EPL... Chegou a Senadora. Eu já terminava de falar, Senadora, de duas emendas que acolho no nosso relatório, que foram oriundas da avaliação de V. Ex<sup>a</sup> a respeito da EPL. Depois eu posso explicar melhor, para não voltarmos atrás aqui.

Então, o Item II dos Objetivos da EPL, inciso II, eu coloco, atendendo emenda do Deputado Filippi, de São Paulo:

*Item II.*

*II - planejar e promover, juntamente com os Estados e os consórcios intermunicipais instituídos nas regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões, o desenvolvimento do serviço de mobilidade urbana, por meio de estudos, pesquisas, construção da infraestrutura, operação e exploração dos serviços, administração e gestão de patrimônio e desenvolvimento tecnológico e atividades destinadas à absorção e transferência de tecnologias.*

Por fim, também atendo... Por fim, não: há mais duas questões ou três. Atendo também emenda do Deputado Arnaldo Jardim, em que ele levanta a preocupação, no debate de ontem, de que especifiquemos melhor o papel de todos os modais de transporte em que a EPL vai atuar, Senador Pimentel. Então, no inciso III dos Objetivos da EPL, nós redigimos da seguinte forma, atendendo à emenda do Deputado Arnaldo Jardim:

*III - prestar serviços na área de projetos, estudos e pesquisas destinados a subsidiar o planejamento da logística e dos transportes no País, consideradas as infraestruturas, plataformas e os serviços pertinentes aos modos rodoviário, ferroviário, dutoviário, aquaviário e aeroviário...*

Aqui também se atende à preocupação colocada, de forma global, pela Senadora Ana Amélia, em nome da Bancada do Partido Progressista, e citamos aqui também atendendo à contribuição de análise de técnicos que trabalharam junto com a Senadora, e houve inclusive a contribuição do ex-Ministro Delfim Netto a este trabalho. Assim, no inciso III, onde se definem as articulações que a EPL poderá ter, eu redijo da seguinte forma:

*III - ...com órgãos e entidades da Administração Pública responsáveis por empreendimentos que possam gerar sinergias na implantação de obras de infraestrutura de transportes.*

Então, entra também a questão da sinergia. Pode uma clausa, geração de energia, silos para armazenagem da produção agrícola, e assim por diante.

Atendo emenda também do Deputado Ronaldo Caiado, do Democratas, onde ele levanta a preocupação de que ficasse mais clara a exigência de qualificação específica e dirigida para as contratações temporárias que a EPL fará ao longo do período de 48 meses, até que constitua quadro específico.

E aqui quero fazer um parêntese. Entendo que uma empresa desse modelo – mas isso não está redigido na lei que estou propondo e para a qual estou pedindo apoio dos colegas –, com esse perfil e com essa finalidade, sempre deve ter um determinado percentual de trabalhadores temporários, mas também um corpo permanente, concursado, para atender projetos específicos que surgem em determinados momentos.

Vou dar um exemplo típico. O TAV vai ser um grande projeto sobre o qual a EPL vai ter que se debruçar ao longo, talvez, do próximo ano. É o trem de alta velocidade entre Rio, São Paulo e Campinas, num primeiro momento. Esperamos que, no futuro, ele vá para outras regiões também.

Há determinados trabalhos que são finitos no tempo. Então, não podemos inchar uma empresa como esta e, depois, ela ficar com uma estrutura maior do que ela deveria ter.

Mas atendo emenda do Deputado Ronaldo Caiado com a seguinte redação:

*Nas contratações de que trata o caput [contratações temporárias], a EPL deverá exigir como critério de seleção títulos acadêmicos e atestados de experiência profissional referentes à área na qual o candidato pretende desempenhar suas atividades.*

Agora vou falhar com o colega, mas se a Consultoria me ajudar, para que eu possa colocar a autoria desta emenda, eu atendo emenda que busca ainda maior transparéncia nas atividades da EPL como empresa estatal estratégica, tão importante para pensar no curto, médio e longo prazo toda infraestrutura de transportes no País. Eu atendo a seguinte emenda. Que a Consultoria me atenda aqui de quem é a autoria:

*A EPL divulgará, em seu sítio eletrônico, informações gerenciais administrativas referentes à sua atuação, bem como os contratos firmados e demais instrumentos congêneres necessários ao desempenho de suas atividades, observadas as disposições na Lei 12527, de 18 de novembro de 2011.*

Emenda do Deputado Arnaldo Jardim, também, e do Deputado Francisco Araújo, através da Emenda 41.

Muito obrigado.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (PP – SC) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Clésio Andrade, PMDB – MG) – Pois não.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (PP – SC) – Relator, eu queria apartear V. Ex<sup>a</sup>, pois vou ter que me retirar. Nós estamos tendo uma reunião extraordinária sobre a questão do pré-sal e estou sendo instado porque participei daquele grupo de onze, número magnífico. Já foi subversivo e hoje é construtivo.

Eu só queria fazer duas observações. Primeiro, queria me congratular com o seu relatório, com as emendas e, por consequência, Sr. Presidente, com V. Ex<sup>a</sup> também. Trata-se da medida provisória, até aqui, menos contraventora que eu conheço, ou seja, com menos contrabando, com menos descaminho e com menos jabuti, ou seja, é a que menos fere, para não dizer que ela não fere, a Lei Complementar 95/98, porque ela não traz elementos estranhos ao seu objeto. Então, me congratulo.

É a primeira participação que eu tenho em comissão mista dentro desse novo rito e quero me congratular, porque todas as sugestões têm a ver com o escopo da medida provisória. Acho que isso é muito importante. Deve ser um bom exemplo. Quando é um mau exemplo, todo mundo fala. Quando faz um bom exemplo, ninguém comenta.

Eu não posso também deixar de registrar, com um pouquinho de experiência que tenho, que estou aqui percebendo uma ressurreição. Quem lê isso aqui, quem vê as emendas, vê que estão renascendo duas empresas: o Geipot, Empresa Brasileira de Planejamento de Transportes, empresa finada em 1989 – quem se lembra? –, com um corpo mínimo de técnicos para, em casos especializados, recorrer ao maior especialista do mundo, que é o corpo provisório a que se referiu o nosso Relator. E também a Empresa de Planejamento de Transportes, Empresa Brasileira de Transportes Urbanos, ou seja, aquele conjunto que o antigo CNDU compreendia. Não só de transportes urbanos, como estamos vendo, de logística.

Então, congratulo-me sobre esses dois aspectos. Claro que é uma visão moderna, necessária, absolutamente necessária. E, para concluir minha pequena observação, o que vai permitir ao Brasil competitividade, além de tudo que se discute sempre, é logística, porque, no mais, as indústrias vão se assemelhar cada vez mais.

Então, congratulo-me com escopos e louvo a iniciativa do Governo de criar com a feição do século XXI esse modelo de visão de plano estratégico para o País que essa empresa preconiza.

Muito obrigado, Presidente.

Peço permissão. Eu estava defendendo a Senadora Ana Amélia até agora. Agora, espero que ela retribua, porque, assim como Santa Catarina tem em Ana Maria de Jesus Ribeiro seu maior vulto histórico, o Rio Grande também o terá.

O SR. HENRIQUE FONTANA (PT – RS) – Quero pedir ao Deputado Esperidião Amin, antes...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (PP – SC) – É verdade. Confirmo isso.

O SR. HENRIQUE FONTANA (PT – RS) – ...de ele sair, como não vou ir à reunião que vai debater a questão dos royalties, que a gente encontre um mecanismo mais equilibrado de distribuição dos novos royalties no País, que não seja simples repetição...

**O SR. ESPERIDIÃO AMIN (PP – SC)** – Se V. Ex<sup>a</sup> segurar a bancada do Rio vai ser melhor.

**O SR. HENRIQUE FONTANA (PT – RS)** Não. Isso a gente segura. Mas só queria voltar...

**O SR. PRESIDENTE** (Clésio Andrade. PMDB – MG) – Obrigado, Deputado. Obrigado pelas palavras também.

**O SR. HENRIQUE FONTANA (PT – RS)** – Queria voltar a colocar, em deferência a dois colegas que chegaram aqui neste momento em nossa reunião, o Senador Gim Argello, que também demonstrou preocupação semelhante às preocupações da Senadora Ana Amélia e apresentou as Emendas 47, 48 e 49, que eu acatei, conforme redação de algumas que terminei de ler há pouco, mas a preocupação, por exemplo, do Senador Gim era incluir a possibilidade de que a EPL pudesse realizar projetos básicos e executivos em determinados casos sob encomenda. Está contemplado. Segundo, que ela trabalhasse o planejamento e implementação de ações no âmbito da política de transportes, de modo a propiciar a integração em diversas modalidades de transportes entre si e com outros empreendimentos de infraestrutura, que é preocupação semelhante à da Senadora Ana Amélia. Também está acolhida.

E quero – agora não lembro o número da emenda do Deputado Milton Monti e preciso me referir a ela de maneira muito respeitosa quanto ao seu conteúdo, porque ela tem uma lógica... São as emendas 57 e 58. Porque ela tem uma lógica bastante consubstanciada, do meu ponto de vista, é uma questão de opinião, como sempre na gestão pública e na política, nenhum de nós é dono da verdade, temos opiniões que se confrontam, que se debatem, que se constituem maiorias a cada momento, mas o Deputado Milton Monti entende que a melhor tessitura para a estruturação do Poder Executivo do Governo nacional é que, de fato, todas as modalidades de transporte fossem representadas por um ministério específico. Hoje temos uma secretaria para tratar dos temas da aviação civil, uma secretaria para tratar do tema dos portos, mas um ministério para tratar do tema de hidrovias e rodovias. O Deputado Milton Monti propõe nessa emenda que se estabelecessem uma divisão efetiva das três áreas mais importantes de transporte no País e que se tivesse uma representação ministerial em cada uma dessas áreas.

Não atendi a emenda do Deputado Milton Monti, mas quero destacar que ela tem uma lógica, do meu ponto de vista, muito bem consubstanciada. Não atendi porque entendo que no bojo desse debate sobre a EPL, que é uma mudança que vem chegando, e é estruturalmente muito importante para o futuro do País, não me senti seguro de propor uma mudança dessas, de caráter de estabelecer questões ministeriais, não pelo critério de que teria vício de iniciativa – e também tem. Mas não é isso, temos que discutir o mérito dos temas. Que é privativo da Presidência da República nós sabemos, mas o Deputado Milton Monti também sabe quando propõe uma emenda como essa, e ele propõe exatamente para gerar esse debate que estamos fazendo aqui. Então, por entender que, neste momento, não deveríamos dar um passo tão estratégico como esse, misturado à medida provisória, eu não atendi.

O mesmo motivo me levou a não atender outra emenda, de caráter estrutural, muito qualificada, sob meu ponto de vista, que veio de diversos colegas, inclusive do nosso Presidente – cumprimento o Senador Walter Pinheiro, que está conosco aqui –, que colocava que vale a pena discutir se a EPL não deveria se vincular ao Ministério do Planejamento ou, segundo também a Senadora, o Deputado Milton e diversos colegas que me procuraram.

Sinto inclusive que essa posição, escolhido um dos dois ministérios, teria maioria, porque uma coisa que um relator tem que ter sempre é sensibilidade para perceber o Plenário com o qual está dialogando. É a mesma coisa da situação seguinte: originalmente, não sou a favor da coincidência de eleições, mas eu já senti que, para aprovar a reforma política, vou – porque ela tem muita popularidade – na Casa, incorporá-la ao movimento de acordo que vamos tentar costurar hoje à tarde juntamente com o financiamento público exclusivo de campanha.

Então, eu não atendi, Senadora, pelo mesmo motivo: como estamos com entrosamento muito grande, como existe uma expertise muito forte acumulada em torno do Ministério dos Transportes, como esse processo de transição vem sereno, plano, navegando em águas tranquilas, sem marolas, abri mão de fazer uma análise do ponto de vista estrutural de modelo de Estado e me rendi a um argumento mais conjuntural, mantendo a redação original, em que o vínculo da EPL permanece junto ao Ministério dos Transportes.

Dito isso, quero agradecer a muitos colegas. Foi um relatório que considero bastante participativo, como indicam os bons critérios da política, segundo os quais devemos compor. Sempre digo aos nossos técnicos e Ministros que arrancam com uma redação, que estudam dois ou três meses no Executivo que aqui, no Parlamento, sempre há experiências muito fortes para contribuir com a redação melhor possível. É o que procuramos fazer nesse relatório que afi está.

Obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Clésio Andrade. PMDB – MG) – Agradeço ao Deputado Henrique Fontana. Passo à discussão do relatório. Estão Inscritos o Senador Flexa Ribeiro, Deputado Milton Monti, Senadora Ana Amélia. O Senador Flexa saiu. Concedo a palavra à Senadora Ana Amélia. Em seguida, ao Deputado Milton Monti.

**A SR<sup>a</sup> ANA AMÉLIA** (PP – RS) – Caro Presidente Clésio Andrade, caro Relator, Henrique Fontana, embora eu tenha firme discordância da forma como estamos votando medidas provisórias nas comissões mistas, ou seja, lemos em um dia e votamos no dia seguinte, eu homenageio à democrática atuação do Relator Henrique Fontana, à forma como ele fez, homenageio o Líder José Pimentel, que foi lá na CAS para colher minha assinatura – sempre sou apoiadora de se dar quórum para discussão e assinar qualquer proposta, mesmo discordando do mérito, para discutir – e homenageio, especialmente ao Relator Henrique Fontana, no acolhimento das propostas, da forma como, de maneira muito democrática e respeitosa, justificou as razões das rejeições da maioria das minhas emendas, lamentando a rejeição de algumas sugestões que fiz, que eram não com objetivo de cuidar do interesse regional, local nosso, no Rio Grande, mas no interesse do País na questão da logística. Refiro-me à possibilidade de que o termo “logística” pudesse permear o texto geral da matéria e que ficasse consolidado na ideia da criação dessa empresa estatal o fato de que ela terá compromisso com logística. É um espectro amplo das questões, como foi muito bem apresentado pelo Presidente da empresa, Sr. Bernardo Figueiredo, ontem, na exposição que fez na Comissão Mista.

Então, a despeito de não concordar com esta forma – eu diria, muito célebre de matérias tão relevantes –, mas, em homenagem à forma como o Relator trabalhou e em homenagem ao nosso Líder, sempre tão aberto às ponderações, voto favoravelmente ao relatório apresentado em relação à matéria.

Agradeço, especialmente, publicamente a colaboração do Prof. Delfim Netto e do Sr. Carlos Sá pela colaboração que deram numa matéria de interesse nacional.

**O SR. PRESIDENTE** (Clésio Andrade, PMDB – MG) – Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão e ponho em votação.

Os que estiverem de acordo permaneçam sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Vou passar a palavra ao Deputado Milton Monti.

**O SR. MILTON MONTI** (PR – SP) – Sr. Presidente, eu gostaria de aproveitar este encerramento para dizer que cumprimento o Relator pelo seu trabalho, pela sua dedicação em relação ao tema, um tema realmente palpitante, importante. Foi dito aqui ontem que esse tema tem relação com o desenvolvimento do País, com a economia do País.

Quero agradecer a atenção do Relator e dizer que as emendas que fiz foram realmente para provocar o debate. Queremos provocar o debate no sentido de aprimorar cada vez mais os mecanismos, as ferramentas para melhorarem a infraestrutura do nosso País. V. Ex<sup>a</sup>, Presidente, que conhece esse assunto como poucos no Brasil, tem uma vida toda dedicada a esse tema, conhece como ninguém as circunstâncias que ocorrem em todos os rincões deste País, sabe a importância de melhorarmos a logística brasileira.

Então, quero cumprimentar o Relator. Acho que esse debate que provoquei deve ter continuidade. Evidentemente, o Governo deve atentar para isso. Aproveitamos esta oportunidade para que os líderes governistas possam se debruçar neste assunto. Acho que consolidar esses três modais... Os três modais, na verdade, guardam relação com a natureza. Nós colocamos no que couber nossa participação, para que todas essas ideias possam se transformar em realidade e a infraestrutura brasileira, a logística brasileira ganhe um novo momento porque, para isso, estamos trabalhando e disso depende o futuro brasileiro.

**O SR. PRESIDENTE** (Clésio Andrade, PMDB – MG) – Muito bem. Agradeço ao Deputado, ressalto suas colocações, das quais também faço parte. Parabenizo o Deputado Henrique Fontana pelo brilhante relatório que muito fortaleceu, avançou muito com relação a essa empresa. Coloco também que é importante a visão sistêmica que ele dá ao relatório, que cria as condições para uma logística integrada.

Hoje, não há espaço mais no transporte, a não ser através dessa visão sistêmica da logística integrada. Concordaria também com V. Ex<sup>a</sup> de que a Casa Civil teria o peso político maior, mas é uma empresa importante. Neste momento, há um entrosamento muito grande dessas pessoas envolvidas nesse processo de transporte. Não tenho dúvida de que neste Governo, principalmente no próximo governo, é uma empresa que trará muito serviço e será muito positiva para todos nós.

Agradeço ao Deputado Henrique Fontana. Antes de passar a palavra a S. Ex<sup>a</sup>, encerramos o trabalho. Proponho dispensa da leitura e aprovação desta Ata de hoje.

Os que estiverem de acordo permaneçam sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Passo a palavra ao Deputado Henrique Fontana para que possa encerrar a nossa reunião.

**O SR. HENRIQUE FONTANA** (PT – RS) – Obrigado, Presidente.

Também quero, primeiramente, agradecer a participação, o apoio e o voto que o relatório recebeu de todos os colegas, sendo aprovado aqui de forma unânime.

Segundo, destaco também o trabalho de V. Ex<sup>a</sup>, que é um Senador que tem a sua atividade profissional vinculada à área de transportes, tem uma longa trajetória de vida, de dedicação a este tema. Evidentemente, a Comissão não poderia ter estado em melhores mãos do que as suas neste processo. Agora, peço a todos os colegas que nos ajudem: V. Ex<sup>a</sup>, Presidente, aqui no Senado; eu, lá na Câmara, porque agora temos que passar pelos dois Plenários. Peço o apoio de todos, que procurem levar aos colegas no plenário esclarecimentos sobre o debate que amadureceu aqui e que culminou com a aprovação deste texto. E esta empresa eu tenho enorme convicção: o voto que nós acabamos de dar a este relatório aqui vai marcar a história do Brasil nas próximas décadas. Nós vamos ver grandes projetos chegarem à prateleira da EPL prontos, estudados, e grandes projetos transformarem a realidade do Brasil.

Alguns recapitularam que isto é uma recuperação daquilo que nunca deveria ter deixado de existir, que foi o Geipot, por exemplo, e outras iniciativas, como a EBTU. E eu queria pedir ao nosso Líder do PSD, queria fazer um convite importante a ele, e faço aqui ao vivo: misturado com a EPL, nós vamos fazer uma conversa importante sobre a reforma política hoje, às 15 horas, e é muito importante a presença do Líder do PSD ou de um parlamentar na sala da Liderança do PP. Está certo, meu Líder? Será muito importante. Além de agradecer a sua presença, agradeço o seu voto e o apoio do PSD à votação da lei que institui a EPL.

Então, nós hoje temos um lugar... Eu mesmo, ontem, dava quatro, cinco exemplos do Estado do Rio Grande do Sul, Senador Pimentel. Eu conversava ontem com o Presidente Bernardo Figueiredo, e dizia, Deputado Milton Monti, que faz 20 anos que, na região carbonífera do Rio Grande do Sul, debate-se a viabilidade ou não de uma ponte ligando as cidades de São Jerônimo e Triunfo, que poderia retirar milhares de veículos da região metropolitana que se deslocam da estrada da produção, que é a 386, para o Porto do Rio Grande. Nós nunca tivemos um espaço... Até temos: temos o DNIT, temos a Secretaria Estadual de Infraestrutura, mas hoje eu sei que tenho o endereço certo para pedir um estudo de viabilidade real, de quanto custa uma ponte dessas, o que ela resolve, o que ela retira de trânsito da região metropolitana, que está saturada – no nosso caso, da região metropolitana de Porto Alegre, como outras no País inteiro.

Então, vejam a importância da ferramenta EPL.

Segundo, nós temos... Falo do meu Estado, que conheço, mas nós temos uma grande área lacustre que sai do extremo sul do Rio Grande do Sul, lá da cidade de Santa Vitória do Palmar, do extremo sul do Chui, como todos os brasileiros conhecem – todos falam "do Oiapoque ao Chui". Pois o Chui é uma pequena cidade, pouco mais ao sul do que Santa Vitória. Nós podemos sair em navegação do extremo sul, atravessar toda a lagoa, atravessar o Canal São Gonçalo – depois de atravessar a Lagoa Mangueira – ir até o Porto do Rio Grande, um dos maiores portos, o segundo maior porto do País. Podemos seguir pela Lagoa dos Patos e chegar até o centro do Estado do Rio Grande do Sul, na cidade de Estrela, Deputado Filippi. E ali nós temos um porto, que hoje está ocioso e que se liga com o modal ferroviário para ir para o centro do País, para São Paulo.

Hoje, esse projeto da hidrovia do Mercosul está no PAC, está em execução parcial. Mas hoje eu tenho um endereço para pedir um estudo mais abrangente de recuperação dessa intermodalidade. Então, o que nós votamos aqui é para empolgar o Brasil.

Parabéns a todos os Deputados e a todos os Senadores. Obrigado pelo apoio, e vamos em frente agora no Plenário, com todos os membros da nossa Comissão se inscrevendo para defender a nossa lei, não é, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Clésio Andrade. PMDB – MG) – É verdade.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (PT – CE) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Clésio Andrade. PMDB – MG) – Senador José Pimentel.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (PT – CE) – Sr. Presidente, Senador Clésio Andrade, eu quero parabenizar a forma como V. Ex<sup>a</sup> conduziu os trabalhos nessa medida provisória que aparentava ser muito trabalhosa, mas a sua capacidade de articular, de conduzir permitiu um excelente resultado.

O SR. PRESIDENTE (Clésio Andrade. PMDB – MG) – O bom relatório do nosso Relator.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (PT – CE) – E, ao mesmo tempo, parabenizo o nosso Relator, Henrique Fontana, nosso companheiro de partido, pela sua forma de acolher as várias sugestões, as várias contribuições, que aprimoraram o projeto. O Relator contemplou o pleito dos Senadores, das Senadoras, dos Deputados e das Deputadas.

Eu reputo como muito importante, entre os vários pontos aqui apresentados, o inciso III do art. 3º, em que traz todo um compromisso e cria o ambiente institucional para que a EPL possa desenvolver uma série de estudos estratégicos que, até então, não estavam previstos, em especial o inciso XX do art. 5º, que permite um diálogo forte com as bancadas das Regiões Norte e Nordeste, sem prejuízo das outras Regiões brasileiras.

E havia uma crítica muito forte no processo, em face de uma demanda crescente no Brasil, mas muito mais voltada para as Regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste e, de certa forma, uma diminuição para as regiões Norte e Nordeste no atendimento aqui apresentado.

Com esses instrumentos aqui incorporados, permite superar a crítica, permite preencher essas lacunas, e é por isso que o projeto está sendo aprovado sem nenhum pedido de vista.

Portanto, quero parabenizar os nossos Pares, em especial o Relator e o Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Clésio Andrade. PMDB – MG) – Obrigado, Senador.

Declaro encerrada a reunião.

*(Iniciada às 10 horas e 36 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 16 minutos.)*

## REQUERIMENTOS DE LICENÇA

**Artigos 13 e 43, I e II, do Regimento Interno do Senado Federal (sem ônus)**

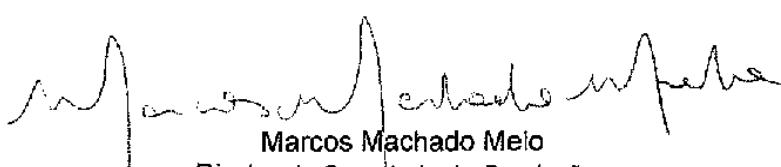
RQS	PARLAMENTAR	RISF	PERÍODO	FINALIDADE
568/2012-M	Jayme Campos	43, I	20 a 26.09	Licença Saúde
569/2012-M	Cristovam Buarque	13	12 a 14.11	Atividade Parlamentar
570/2012-M	Garibaldi Alves	13	30.10, 31.10 e 01.11	Atividade Parlamentar
571/2012-M	Eduardo Lopes	13	30.10 a 01.11	Atividade Parlamentar
572/2012-M	Clóvis Fecury	13	30.10 a 01.11	Atividade Parlamentar
573/2012-M	Pedro Simon	43,I	29.10 a 01.11	Licença Saúde
574/2012-M	Francisco Dornelles	13	30.10, 31.10 e 01.11	Atividade Parlamentar
575/2012-M	Cássio Cunha Lima	13	30.10 a 01.11	Atividade Parlamentar
576/2012-M	Wellington Dias	13	01.11	Atividade Parlamentar
577/2012-M	Paulo Bauer	13	31.10	Atividade Parlamentar
578/2012-M	Lobão Filho	43, II	30.10	Licença Particular

### TERMO DE REUNIÃO

Convocada Reunião de Instalação para o dia primeiro de novembro de dois mil e doze, quinta-feira, às 10 horas, na sala nº 19 da Ala Senador Alexandre Costa, Senado Federal, da Comissão Mista destinada a examinar e emitir parecer sobre a **MEDIDA PROVISÓRIA nº 585**, adotada em 23 de outubro de 2012 e publicada em 24 de outubro de 2012, que "Dispõe sobre a prestação de auxílio financeiro pela União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios no exercício de 2012, com o objetivo de fomentar as exportações do País", com a presença dos Senadores José Pimentel e Flexa Ribeiro e dos Deputados Stepan Nercessian e Ângelo Agnolin, a reunião não foi realizada por falta de quorum.

Para constar, foi lavrado o presente Termo, que vai assinado por mim, Marcos Machado Melo (matrícula 220830), Diretor da Secretaria de Comissões.

Sala das Comissões Mistas, 1º de novembro de 2012.



Marcos Machado Melo  
Diretor da Secretaria de Comissões

## COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 54<sup>a</sup> LEGISLATURA (por Unidade da Federação)

**Bahia**

- Bloco-PDT** - João Durval\*  
**Bloco-PSB** - Lídice da Mata\*\* (S)  
**Bloco-PT** - Walter Pinheiro\*\*

**Rio de Janeiro**

- Bloco-PP** - Francisco Dornelles\*  
**Bloco-PRB** - Eduardo Lopes\*\* (S)  
**Bloco-PT** - Lindbergh Farias\*\*

**Maranhão**

- Bloco-PTB** - Epitácio Cafeteira\*  
**Bloco-DEM** - Clovis Fecury\*\* (S)  
**Bloco-PMDB** - Lobão Filho\*\* (S)

**Pará**

- Bloco-PSDB** - Mário Couto\*  
**Bloco-PSDB** - Flexa Ribeiro\*\*  
**Bloco-PMDB** - Jader Barbalho\*\*

**Pernambuco**

- Bloco-PMDB** - Jarbas Vasconcelos\*  
**Bloco-PTB** - Armando Monteiro\*\*  
**Bloco-PT** - Humberto Costa\*\*

**São Paulo**

- Bloco-PT** - Eduardo Suplicy\*  
**Bloco-PSDB** - Aloysio Nunes Ferreira\*\*  
**Bloco-PR** - Antonio Carlos Rodrigues\*\* (S)

**Minas Gerais**

- Bloco-PMDB** - Clésio Andrade\* (S)  
**Bloco-PSDB** - Aécio Neves\*\*  
**Bloco-PDT** - Zeze Perrella\*\* (S)

**Goiás**

- Bloco-PSDB** - Cyro Miranda\* (S)  
**Bloco-PSDB** - Lúcia Vânia\*\*  
**Bloco-DEM** - Wilder Moraes\*\* (S)

**Mato Grosso**

- Bloco-DEM** - Jayme Campos\*  
**Bloco-PR** - Cidinho Santos\*\* (S)  
**Bloco-PDT** - Pedro Taques\*\*

**Rio Grande do Sul**

- Bloco-PMDB** - Pedro Simon\*  
**Bloco-PP** - Ana Amélia\*\*  
**Bloco-PT** - Paulo Paim\*\*

**Ceará**

- Bloco-PC DO B** - Inácio Arruda\*  
**Bloco-PMDB** - Eunício Oliveira\*\*  
**Bloco-PT** - José Pimentel\*\*

**Paraíba**

- Bloco-PSDB** - Cícero Lucena\*  
**Bloco-PSDB** - Cássio Cunha Lima\*\*  
**Bloco-PMDB** - Vital do Rêgo\*\*

**Espírito Santo**

- Bloco-PT** - Ana Rita\* (S)  
**Bloco-PR** - Magno Malta\*\*  
**Bloco-PMDB** - Ricardo Ferraço\*\*

**Piauí**

- Bloco-PTB** - João Vicente Claudino\*  
**Bloco-PP** - Ciro Nogueira\*\*  
**Bloco-PT** - Wellington Dias\*\*

**Rio Grande do Norte**

- Bloco-PMDB** - Garibaldi Alves\* (S)  
**Bloco-DEM** - José Agripino\*\*  
**Bloco-PV** - Paulo Davim\*\* (S)

**Santa Catarina**

- Bloco-PMDB** - Casildo Maldaner\* (S)  
**Bloco-PMDB** - Luiz Henrique\*\*  
**Bloco-PSDB** - Paulo Bauer\*\*

**Alagoas**

- Bloco-PTB** - Fernando Collor\*  
**Bloco-PP** - Benedito de Lira\*\*  
**Bloco-PMDB** - Renan Calheiros\*\*

**Sergipe**

- Bloco-DEM** - Maria do Carmo Alves\*  
**Bloco-PSB** - Antonio Carlos Valadares\*\*  
**Bloco-PSC** - Eduardo Amorim\*\*

**Mandatos**

\*: Período 2007/2015 \*\*: Período 2011/2019

**Amazonas**

- Bloco-PR** - Alfredo Nascimento\*  
**Bloco-PMDB** - Eduardo Braga\*\*  
**Bloco-PC DO B** - Vanessa Grazziotin\*\*

**Paraná**

- Bloco-PSDB** - Alvaro Dias\*  
**Bloco-PMDB** - Roberto Requião\*\*  
**Bloco-PMDB** - Sérgio Souza\*\* (S)

**Acre**

- Bloco-PT** - Anibal Diniz\* (S)  
**Bloco-PT** - Jorge Viana\*\*  
**PSD** - Sérgio Petecão\*\*

**Mato Grosso do Sul**

- Bloco-PR** - Antonio Russo\* (S)  
**Bloco-PT** - Delcídio do Amaral\*\*  
**Bloco-PMDB** - Waldemir Moka\*\*

**Distrito Federal**

- Bloco-PTB** - Gim Argello\* (S)  
**Bloco-PDT** - Cristovam Buarque\*\*  
**Bloco-PSB** - Rodrigo Rollemberg\*\*

**Rondônia**

- Bloco-PDT** - Acir Gurgacz\*  
**Bloco-PP** - Ivo Cassol\*\*  
**Bloco-PMDB** - Tomás Correia\*\* (S)

**Tocantins**

- PSD** - Marco Antônio Costa\* (S)  
**Bloco-PPL** - João Costa\*\* (S)  
**Bloco-PR** - João Ribeiro\*\*

**Amapá**

- Bloco-PMDB** - José Sarney\*  
**Bloco-PSB** - João Capiberibe\*\*  
**PSOL** - Randolfe Rodrigues\*\*

**Roraima**

- Bloco-PTB** - Mozarildo Cavalcanti\*  
**Bloco-PT** - Angela Portela\*\*  
**Bloco-PMDB** - Romero Jucá\*\*

## COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 54<sup>a</sup> LEGISLATURA (Bancadas dos Partidos no Senado Federal)

**Bloco Parlamentar da Maioria - 25**

PMDB-19 / PP-5 / PV-1

Ana Amélia.	PP/RS
Benedito de Lira.	PP/AL
Casildo Maldaner.	PMDB/SC
Ciro Nogueira.	PP/PI
Clésio Andrade.	PMDB/MG
Eduardo Braga.	PMDB/AM
Eunício Oliveira.	PMDB/CE
Francisco Dornelles.	PP/RJ
Garibaldi Alves.	PMDB/RN
Ivo Cassol.	PP/RO
Jader Barbalho.	PMDB/PA
Jarbas Vasconcelos.	PMDB/PE
José Sarney.	PMDB/AP
Lobão Filho.	PMDB/MA
Luiz Henrique.	PMDB/SC
Paulo Davim.	PV/RN
Pedro Simon.	PMDB/RS
Renan Calheiros.	PMDB/AL
Ricardo Ferraço.	PMDB/ES
Roberto Requião.	PMDB/PR
Romero Jucá.	PMDB/RR
Sérgio Souza.	PMDB/PR
Tomás Correia.	PMDB/RO
Vital do Rêgo.	PMDB/PB
Waldemir Moka.	PMDB/MS

**Bloco de Apoio ao Governo - 24**

PT-12 / PDT-5 / PSB-4 / PC DO B-2

PRB-1

Acir Gurgacz.	PDT/RO
Ana Rita.	PT/ES
Angela Portela.	PT/RR
Aníbal Diniz.	PT/AC
Antônio Carlos Valadares.	PSB/SE
Cristovam Buarque.	PDT/DF
Delcídio do Amaral.	PT/MS
Eduardo Lopes.	PRB/RJ
Eduardo Suplicy.	PT/SP
Humberto Costa.	PT/PE
Inácio Arruda.	PC DO B/CE
João Capiberibe.	PSB/AP
João Durval.	PDT/BA
Jorge Viana.	PT/AC
José Pimentel.	PT/CE
Lídice da Mata.	PSB/BA
Lindbergh Farias.	PT/RJ
Paulo Paim.	PT/RS
Pedro Taques.	PDT/MT
Rodrigo Rollemberg.	PSB/DF
Vanessa Grazziotin.	PC DO B/AM
Walter Pinheiro.	PT/BA

Wellington Dias.	PT/PI
Zeze Perrella.	PDT/MG

**Bloco Parlamentar Minoria - 15**

PSDB-10 / DEM-5

Aécio Neves.	PSDB/MG
Aloysio Nunes Ferreira.	PSDB/SP
Alvaro Dias.	PSDB/PR
Cássio Cunha Lima.	PSDB/PB
Cícero Lucena.	PSDB/PB
Clovis Fecury.	DEM/MA
Cyro Miranda.	PSDB/GO
Flexa Ribeiro.	PSDB/PA
Jayme Campos.	DEM/MT
José Agripino.	DEM/RN
Lúcia Vânia.	PSDB/GO
Maria do Carmo Alves.	DEM/SE
Mário Couto.	PSDB/PA
Paulo Bauer.	PSDB/SC
Wilder Morais.	DEM/GO

**Bloco Parlamentar União e Força - 14**

PTB-6 / PR-6 / PSC-1 / PPL-1

Alfredo Nascimento.	PR/AM
Antonio Carlos Rodrigues.	PR/SP
Antonio Russo.	PR/MS
Armando Monteiro.	PTB/PE
Cidinho Santos.	PR/MT
Eduardo Amorim.	PSC/SE
Epitácio Cafeteira.	PTB/MA
Fernando Collor.	PTB/AL
Gim Argello.	PTB/DF
João Costa.	PPL/TO
João Ribeiro.	PR/TO
João Vicente Claudino.	PTB/PI
Magno Malta.	PR/ES
Mozanildo Cavalcanti.	PTB/RR

**PSD - 2**

Marco Antônio Costa.	TO
Sérgio Petecão.	AC

**PSOL - 1**

Randolfe Rodrigues.	AP
Bloco Parlamentar da Maioria.	25
Bloco de Apoio ao Governo.	24
Bloco Parlamentar Minoria.	15
Bloco Parlamentar União e Força.	14
PSD.	2
PSOL.	1
<b>TOTAL</b>	<b>81</b>

## COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 54<sup>a</sup> LEGISLATURA

### (por ordem alfabética)

Acir Gurgacz* (Bloco-PDT-RO)	Eduardo Suplicy* (Bloco-PT-SP)	Luiz Henrique*** (Bloco-PMDB-SC)
Aécio Neves*** (Bloco-PSDB-MG)	Epitácio Cafeteira* (Bloco-PTB-MA)	Magno Malta*** (Bloco-PR-ES)
Alfredo Nascimento* (Bloco-PR-AM)	Eunício Oliveira*** (Bloco-PMDB-CE)	Marco Antônio Costa* (PSD-TO)
Aloysio Nunes Ferreira*** (Bloco-PSDB-SP)	Fernando Collor* (Bloco-PTB-AL)	Maria do Carmo Alves* (Bloco-DEM-SE)
Alvaro Dias* (Bloco-PSDB-PR)	Flexa Ribeiro*** (Bloco-PSDB-PA)	Mário Couto* (Bloco-PSDB-PA)
Ana Amélia*** (Bloco-PP-RS)	Francisco Dornelles* (Bloco-PP-RJ)	Mozarildo Cavalcanti* (Bloco-PTB-RR)
Ana Rita* (Bloco-PT-ES)	Garibaldi Alves* (Bloco-PMDB-RN)	Paulo Bauer*** (Bloco-PSDB-SC)
Angela Portela*** (Bloco-PT-RR)	Gim Argello* (Bloco-PTB-DF)	Paulo Davim *** (Bloco-PV-RN)
Aníbal Diniz* (Bloco-PT-AC)	Humberto Costa*** (Bloco-PT-PE)	Paulo Paim *** (Bloco-PT-RS)
Antonio Carlos Rodrigues*** (Bloco-PR-SP)	Inácio Arruda* (Bloco-PC DO B-CE)	Pedro Simon* (Bloco-PMDB-RS)
Antonio Carlos Valadares*** (Bloco-PSB-SE)	Ivo Cassol*** (Bloco-PP-RO)	Pedro Taques*** (Bloco-PDT-MT)
Antonio Russo* (Bloco-PR-MS)	Jader Barbalho*** (Bloco-PMDB-PA)	Randolfe Rodrigues*** (PSOL-AP)
Armando Monteiro*** (Bloco-PTB-PE)	Jarbas Vasconcelos* (Bloco-PMDB-PE)	Renan Calheiros*** (Bloco-PMDB-AL)
Benedito de Lira*** (Bloco-PP-AL)	Jayme Campos* (Bloco-DEM-MT)	Ricardo Ferraço*** (Bloco-PMDB-ES)
Casildo Maldaner* (Bloco-PMDB-SC)	João Capiberibe*** (Bloco-PSB-AP)	Roberto Requião*** (Bloco-PMDB-PR)
Cássio Cunha Lima*** (Bloco-PSDB-PB)	João Costa*** (Bloco-PPL-TO)	Rodrigo Rollemberg*** (Bloco-PSB-DF)
Cícero Lucena* (Bloco-PSDB-PB)	João Durval* (Bloco-PDT-BA)	Romero Jucá*** (Bloco-PMDB-RR)
Cidinho Santos*** (Bloco-PR-MT)	João Ribeiro*** (Bloco-PR-TO)	Sérgio Petecão*** (PSD-AC)
Ciro Nogueira*** (Bloco-PP-PI)	João Vicente Claudino* (Bloco-PTB-PI)	Sérgio Souza*** (Bloco-PMDB-PR)
Clésio Andrade* (Bloco-PMDB-MG)	Jorge Viana*** (Bloco-PT-AC)	Tomás Correia*** (Bloco-PMDB-RO)
Clovis Fecury*** (Bloco-DEM-MA)	José Agripino*** (Bloco-DEM-RN)	Vanessa Grazziotin*** (Bloco-PC DO B-AM)
Cristovam Buarque*** (Bloco-PDT-DF)	José Pimentel*** (Bloco-PT-CE)	Vital do Rêgo*** (Bloco-PMDB-PB)
Cyro Miranda* (Bloco-PSDB-GO)	José Sarney* (Bloco-PMDB-AP)	Waldemir Moka*** (Bloco-PMDB-MS)
Delcídio do Amaral*** (Bloco-PT-MS)	Lídice da Mata*** (Bloco-PSB-BA)	Walter Pinheiro*** (Bloco-PT-BA)
Eduardo Amorim*** (Bloco-PSC-SE)	Lindbergh Farias*** (Bloco-PT-RJ)	Wellington Dias*** (Bloco-PT-PI)
Eduardo Braga*** (Bloco-PMDB-AM)	Lobão Filho*** (Bloco-PMDB-MA)	Wilder Morais*** (Bloco-DEM-GO)
Eduardo Lopes*** (Bloco-PRB-RJ)	Lúcia Vânia*** (Bloco-PSDB-GO)	Zeze Perrella*** (Bloco-PDT-MG)

### Mandatos

\*: Período 2007/2015   \*\*: Período 2011/2019

## COMPOSIÇÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL

### PRESIDENTE

José Sarney - (PMDB-AP)

### 1<sup>a</sup> VICE-PRESIDENTE

Aníbal Diniz - (PT-AC)<sup>(8,9)</sup>

### 2<sup>o</sup> VICE-PRESIDENTE

Waldemir Moka - (PMDB-MS)<sup>(3,4)</sup>

### 1<sup>o</sup> SECRETÁRIO

Cícero Lucena - (PSDB-PB)

### 2<sup>o</sup> SECRETÁRIO

João Ribeiro - (PR-TO)<sup>(2)</sup>

### 3<sup>o</sup> SECRETÁRIO

João Vicente Claudino - (PTB-PI)

### 4<sup>o</sup> SECRETÁRIO

Ciro Nogueira - (PP-PI)

## SUPLENTES DE SECRETÁRIO

**1<sup>o</sup>** - Casildo Maldaner - (PMDB-SC)<sup>(1,5,6,7)</sup>

**2<sup>o</sup>** - João Durval - (PDT-BA)

**3<sup>a</sup>** - Maria do Carmo Alves - (DEM-SE)

**4<sup>a</sup>** - Vanessa Grazziotin - (PC DO B-AM)

### Notas:

1. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.
2. Em 03.05.2011, o Senador João Ribeiro licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, pelo período de 3 de maio a 31 de agosto de 2011, conforme Requerimento nº 472/2011, aprovado na sessão de 03.05.11.
3. Em 08.11.2011, vago em virtude do Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.
4. O Senador Waldemir Moka foi eleito 2º Vice-Presidente na sessão plenária do Senado Federal de 16.11.2011.
5. Em 28.11.2011, o Senador Gilvam Borges voltou ao exercício do mandato, tendo em vista o término de sua licença.
6. Em 29.11.2011, vago em virtude do Senador Gilvam Borges ter deixado o mandato.
7. O Senador Casildo Maldaner foi eleito 1º Suplente de Secretário na sessão plenária do Senado Federal de 08.12.2011.
8. Em 12.09.2012, lido ofício da Senadora Marta Suplicy comunicando que deixa o cargo de Primeira Vice-Presidente do Senado, para assumir o cargo de Ministra de Estado da Cultura (OF. 199/2012-PRVPRE).
9. O Senador Aníbal Diniz foi eleito 1º Vice-Presidente na sessão plenária do Senado Federal de 12.09.2012.

## LIDERANÇAS

<p><b>Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PV) - 25</b></p> <p>Líder Renan Calheiros - PMDB</p> <p>.....</p> <p><b>Líder do PMDB - 19</b></p> <p>Renan Calheiros</p> <p>Vice-Líderes do PMDB</p> <p>Vital do Rêgo Romero Jucá (40) Sérgio Souza (20) Waldemir Moka Ricardo Ferraço Casildo Maldaner</p> <p><b>Líder do PP - 5</b></p> <p>Francisco Dornelles</p> <p>Vice-Líder do PP Ana Amélia (12)</p> <p><b>Líder do PV - 1</b></p> <p>Paulo Davim</p> <p><b>Bloco Parlamentar União e Força (PTB/PR/PSC/PPL) - 14</b></p> <p>Líder Gim Argello - PTB</p> <p>Vice-Líderes Blairo Maggi (19,51) Alfredo Nascimento (41) João Vicente Claudino Eduardo Amorim (17,47,48)</p> <p>.....</p> <p><b>Líder do PTB - 6</b></p> <p>Gim Argello</p> <p>Vice-Líderes do PTB João Vicente Claudino Mozarildo Cavalcanti</p> <p><b>Líder do PR - 6</b></p> <p>Blairo Maggi (19,51)</p> <p>Vice-Líderes do PR Alfredo Nascimento (41) Vicentinho Alves (42,54)</p> <p><b>Líder do PSC - 1</b></p> <p>Eduardo Amorim (17,47,48)</p> <p><b>Líder do PPL - 1</b></p> <p>João Costa</p>	<p><b>Bloco de Apoio ao Governo (PT/PDT/PSB/PC DO B/PRB) - 24</b></p> <p>Líder Walter Pinheiro - PT (22,26)</p> <p>Vice-Líderes Acir Gurgacz (49,55) Lídice da Mata (29,39) Inácio Arruda Eduardo Lopes (37,44)</p> <p>.....</p> <p><b>Líder do PT - 12</b></p> <p>Walter Pinheiro (22,26)</p> <p>Vice-Líderes do PT Wellington Dias (27) Lindbergh Farias (23) Ana Rita (25) Anibal Diniz (24)</p> <p><b>Líder do PDT - 5</b></p> <p>Acir Gurgacz (49,55)</p> <p>Vice-Líder do PDT Pedro Taques (21)</p> <p><b>Líder do PSB - 4</b></p> <p>Lídice da Mata (29,39)</p> <p>Vice-Líder do PSB Antonio Carlos Valadares (30)</p> <p><b>Líder do PC DO B - 2</b></p> <p>Inácio Arruda</p> <p><b>Líder do PRB - 1</b></p> <p>Eduardo Lopes (37,44)</p> <p><b>Governo</b></p> <p>Líder Eduardo Braga - PMDB (38)</p> <p>Vice-Líderes Gim Argello Benedito de Lira Lídice da Mata (29,39) Jorge Viana Vital do Rêgo</p>	<p><b>Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) - 15</b></p> <p>Líder Jayme Campos - DEM (28)</p> <p>Vice-Líderes Cyro Miranda (32) Flexa Ribeiro (7,33) Lúcia Vânia (31) Mário Couto (34) Paulo Bauer (5,35)</p> <p>.....</p> <p><b>Líder do PSDB - 10</b></p> <p>Alvaro Dias</p> <p>Vice-Líderes do PSDB Aloysio Nunes Ferreira (6) Paulo Bauer (5,35) Flexa Ribeiro (7,33)</p> <p><b>Líder do DEM - 5</b></p> <p>José Agripino (2,10,14,45,46)</p> <p>Vice-Líder do DEM Jayme Campos (28)</p> <p><b>PSD - 2</b></p> <p>Líder Marco Antônio Costa - PSD (53)</p> <p>Vice-Líder Sérgio Petecão</p> <p><b>PSOL - 1</b></p> <p>Líder Randolfe Rodrigues - PSOL (18)</p>
---	--	---

Notas:

1. Senadora Vanessa Grazziotin passou a exercer a Liderança do PCdoB entre os dias 6 e 11 de fevereiro do corrente, conforme o OF. GSINAR N° 28/2011,lido na sessão do dia 7 de fevereiro de 2011.
2. Senador José Agripino exercerá a Liderança do Democratas até o dia 15 de março do corrente, conforme o OF. GLDEM N° 5/2011, lido na sessão do dia 8 de fevereiro de 2011.
3. Senador Demóstenes Torres passou a exercer a Liderança do DEM entre os dias 1º e 3 de março do corrente, conforme o OF. GLDEM N° 017/2011,lido na sessão do dia 1º de março de 2011.
4. Senador Demóstenes Torres é designado Líder do Partido, conforme o Ofício da Liderança dos Democratas, lido na sessão do dia 15 de março de 2011.
5. Senador Paulo Bauer é designado 2º Vice-Líder do PSDB, conforme OF. GLPSDB N° 69/2011, lido na sessão do dia 23 de março de 2011.
6. Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado 1º Vice-Líder do PSDB, conforme OF. GLPSDB N° 69/2011, lido na sessão do dia 23 de março de 2011.
7. Senador Flexa Ribeiro é designado 3º Vice-Líder do PSDB, conforme OF. GLPSDB N° 69/2011, lido na sessão do dia 23 de março de 2011.
8. Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme Requerimento n° 291/2011, aprovado na sessão de 29.03.11.
9. O Partido da República (PR) desliga-se do Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. N° 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 03.08.2011.
10. Senador José Agripino exercerá a Liderança do Democratas entre os dias 06 e 16 de outubro do corrente, conforme o OF. GLDEM n° 61/2011, lido na sessão do dia 05 de outubro de 2011.
11. Em 19.10.2011, a Senadora Kátia Abreu desfiliou-se do Democratas - DEM, e filiou-se ao Partido Social Democrático - PSD (OF n° 1.128/2011-GSKAAB).
12. Senadora Ana Amélia passou a exercer a Liderança do Partido Progressista - PP no período de 25 de outubro a 5 de novembro de 2011, conforme o OF. N° 068/2011-GLDPP.
13. Em 08.11.2011, foi lido o Of. n° 1.327/2011-GSKAAB, que comunica a indicação da Senadora Kátia Abreu, como Líder, e do Senador Sérgio Petecão, como Vice-Líder do PSD.
14. Senador José Agripino exerce a Liderança do Democratas nos dias 23 e 24 de novembro do corrente, conforme o OF. N° 073/11-GLDEM, lido na sessão do dia 23 de novembro de 2011.
15. Em 28.11.2011, o Senador Gilvam Borges voltou ao exercício do mandato, tendo em vista o término de sua licença.
16. Em 29.11.2011, o Senador Gilvam Borges deixou o mandato.
17. Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 06.12.11, conforme os Requerimentos n's 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.11.
18. Senador Randolfe Rodrigues é designado Líder do PSOL, conforme OF. GSMB N° 713/2011, lido na sessão do dia 21 de dezembro de 2011.
19. Senador Blairo Maggi é designado Líder do PR de 01/02/2012 a 31/01/2013, conforme OF. S/N - 2012, lido na sessão de 3 de fevereiro de 2012.
20. Senador Sérgio Souza é designado Vice-Líder do PMDB, conforme OF. GLPMDB N° 001/2012, lido na sessão do dia 3 de fevereiro de 2012.
21. Senador Pedro Taques é designado Vice-Líder do PDT, conforme OF. LPDT N° 001/2012, lido na sessão do dia 6 de fevereiro de 2012.
22. Senador Walter Pinheiro é designado Líder do PT, conforme OF. GLDPT N° 002/2012, lido na sessão do dia 7 de fevereiro de 2012.
23. Senador Lindbergh Farias é designado Vice-Líder do PT, conforme OF. GLDBAG N° 3/2012, lido na sessão de 9 de fevereiro de 2012.
24. Senador Arinal Diniz é designado Vice-Líder do PT, conforme OF. GLDBAG N° 3/2012, lido na sessão de 9 de fevereiro de 2012.
25. Senadora Ana Rita é designada Vice-Líder do PT, conforme OF. GLDBAG N° 3/2012, lido na sessão de 9 de fevereiro de 2012.
26. Senador Walter Pinheiro é designado Líder do Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. GLDBAG N° 005/2012, lido na sessão de 9 de fevereiro de 2012.
27. Senador Wellington Dias é designado Vice-Líder do PT, conforme OF. GLDBAG N° 3/2012, lido na sessão de 9 de fevereiro de 2012.
28. Senador Jayme Campos é designado Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme OF. S/N, lido na sessão de 9 de fevereiro de 2012.
29. Senadora Lídice da Mata é designada Líder do PSB, conforme OF. GLPSB N° 8/2012, lido na sessão de 14 de fevereiro de 2012.
30. Senador Antonio Carlos Valadares é designado Vice-Líder do PSB, conforme OF. GLPSB N° 9/2012, lido na sessão de 14 de fevereiro de 2012.
31. Senadora Lúcia Vânia é designada 3º Vice-Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme Of. GSJAYM N° 34/2012, lido na sessão de 15 de fevereiro de 2012.
32. Senador Cyro Miranda é designado 1º Vice-Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme Of. GSJAYM N° 34/2012, lido na sessão de 15 de fevereiro de 2012.
33. Senador Flexa Ribeiro é designado 2º Vice-Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme Of. GSJAYM N° 34/2012, lido na sessão de 15 de fevereiro de 2012.
34. Senador Mário Couto é designado 4º Vice-Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme Of. GSJAYM N° 34/2012, lido na sessão de 15 de fevereiro de 2012.
35. Senador Paulo Bauer é designado 5º Vice-Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme Of. GSJAYM N° 34/2012, lido na sessão de 15 de fevereiro de 2012.
36. Senador Marcelo Crivella afastou-se do exercício do mandato, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, para assumir o cargo de Ministro da Pesca e Aquicultura (Of. n° 34/2012-GSMC).
37. Senador Eduardo Lopes é designado Líder do PRB, conforme Of. GSMC N° 12/2012, lido na sessão de 08 de março de 2012.
38. Senador Eduardo Braga é designado Líder do Governo, conforme Mensagem n° 75, lida na sessão de 13 de março de 2012.
39. Senadora Lídice da Mata é designada Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares, conforme Of. n° 035/2012-GLDBAG, lido na sessão de 13 de março de 2012.

40. Senador Romero Jucá é designado 2º Vice-Líder do PMDB, conforme OF. GLPMDB nº 038/2012, lido na sessão ordinária de 21 de março de 2012.
41. Senador Alfredo Nascimento é designado 1º Vice-Líder do PR, conforme Of. Leg. nº 011/2012 GLPR, lido na sessão de 22 de março de 2012.
42. Senador Vicentinho Alves é designado 2º Vice-Líder do PR, conforme Of. Leg. nº 011/2012 GLPR, lido na sessão de 22 de março de 2012.
43. Senador Demóstenes Torres comunicou o seu afastamento da Liderança do DEM, conforme os Ofícios Int. nºs 032 e 033/GSDT, lidos na sessão de 27 de março de 2012.
44. Senador Eduardo Lopes é designado Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, conforme o Ofício nº 039/2012-GLDBAG, lido na sessão de 27 de março de 2012.
45. Senador Jayme Campos, em pronunciamento na sessão deliberativa ordinária do Senado de 27 de março de 2012, informou ao Plenário a designação do Senador José Agripino para Líder do DEM. Presidente do Senado, Senador José Sarney, informou que a comunicação seria considerada pela Mesa e aguardaria a sua formalização para leitura em Plenário.
46. Senador José Agripino é indicado Líder do DEM, conforme OF. N° 012/12-GLDEM, lido na sessão de 28 de março de 2012.
47. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. N° 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
48. Senador Eduardo Amorim é indicado Vice-Líder do Bloco Parlamentar União e Força, conforme OF. N° 028/GLBUF/SF, lido na sessão de 3 de maio de 2012.
49. Senador Acir Gurgacz licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 29.06.12, conforme os Requerimentos nºs 609 e 610, de 2012, aprovados na sessão de 28.06.12.
50. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
51. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 09.08.12, conforme os Requerimentos nºs 724 e 725/2012, aprovados na sessão de 07.08.12.
52. Senadora Kátia Abreu licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 02.10.2012, conforme RQS nº 869/2012, deferido na sessão de 01.10.2012.
53. Em 10.10.2012, foi lido o Of. nº 0053/2012-GLPSD, que comunica a indicação do Senador Marco Antônio Costa, como Líder, e do Senador Sérgio Petecão, como Vice-Líder do PSD.
54. Senador Vicentinho Alves afastou-se do exercício do mandato, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, para assumir o cargo de Secretário Extraordinário do Estado do Tocantins para Assuntos Legislativos junto ao Congresso Nacional (Ofício GSVALV nº 415/2012).
55. Senador Acir Gurgacz reassume o cargo de senador, em 30.10.2012, após licença (Of. GSAGUR nº 172/2012).

## COMPOSIÇÃO COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

### **1) CPI - TRÁFICO NACIONAL E INTERNACIONAL DE PESSOAS NO BRASIL**

**Finalidade:** Comissão Parlamentar de Inquérito composta por sete titulares e cinco suplentes, destinada a investigar, no prazo de cento e vinte dias, o tráfico nacional e internacional de pessoas no Brasil, suas causas, consequências, rotas e responsáveis, no período de 2003 e 2011, compreendido na vigência da convenção de Palermo.

(Requerimento nº 226, de 2011, da Senadora Marinor Brito e outros Senadores, aditado pelo Requerimento nº 824, de 2012, da Senadora Lídice da Mata e outros Senadores)

**Número de membros:** 7 titulares e 5 suplentes

**PRESIDENTE:** Senadora Vanessa Grazziotin (PC DO B-AM)<sup>(5)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** VAGO<sup>(5,12)</sup>

**RELATORA:** Senadora Lídice da Mata (PSB-BA)<sup>(14,16)</sup>

**Leitura:** 16/03/2011

**Instalação:** 27/04/2011

**Prazo final:** 06/09/2011

**Prazo prorrogado:** 15/04/2012

**Prazo prorrogado:** 30/06/2012

**Prazo prorrogado:** 12/10/2012

**Prazo prorrogado:** 22/12/2012

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB )<sup>(10)</sup></b>	
Lídice da Mata (PSB-BA) (2,4,7)	1. Gleisi Hoffmann (PT-PR) (2,6,9)
Angela Portela (PT-RR) (2)	2. Cristovam Buarque (PDT-DF) (2)
Vanessa Grazziotin (PC DO B-AM) (2)	
<b>Bloco Parlamentar da Maioria ( PMDB, PP, PV )<sup>(17)</sup></b>	
Paulo Davim (PV-RN)	1. Ricardo Ferraço (PMDB-ES)
VAGO (8)	2. João Alberto Souza (PMDB-MA) (13)
<b>Bloco Parlamentar Minoria ( PSDB, DEM )</b>	
VAGO (1,15)	1.
<b>Bloco Parlamentar União e Força ( PTB, PR, PSC, PPL )<sup>(17)</sup></b>	
(3,11)	

**Notas:**

\*. Em 12.8.2011, foi lido o Requerimento nº 995, de 2011, que prorroga os trabalhos da Comissão por mais 180 dias, a partir de 7.9.2011.

\*\*. Em 20.03.2012, foi lido o Requerimento nº 163, de 2012, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 30 de junho de 2012.

\*\*\*. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. N° 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

\*\*\*\*. Em 5.06.2012, foi lido o Requerimento nº 521, de 2012, que prorroga os trabalhos da Comissão por noventa dias, a partir de 30 de junho de 2012.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

- \*\*\*\*\*. Em 12.09.2012, lido e aprovado o Requerimento nº 824, de 2012, que prorroga os trabalhos da Comissão até 22.12.2012.
1. Em 5.4.2011, a Senadora Marinor Brito é designada membro titular na Comissão em vaga cedida pelo PSDB (Of. nº 114/2011 SF/GSMB).
  2. Em 13.4.2011, as Senadoras Vanessa Grazziotin, Ângela Portela e Marta Suplicy são designadas membros titulares; e a Senadora Lídice da Mata e o Senador Cristovam Buarque, membros suplentes do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 50/2011 - GLDBAG).
  3. Em 13.4.2011, o Senador Randolfe Rodrigues é designado membro titular na Comissão em vaga cedida pelo PTB (Ofícios nºs 80/2011/GLPTB e 159/2011/GSMB).
  4. Em 19.04.2011, a Senadora Gleisi Hoffmann é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Marta Suplicy (Of. nº 053/2011 - GLDBAG).
  5. Em 27.04.2011, foi lido o Of. 15/11 - SSCEPI, comunicando a eleição da Senadora Vanessa Grazziotin e do Senador Randolfe Rodrigues, respectivamente, para Presidente e Vice-Presidente deste colegiado, bem como designada Relatora a Senadora Marinor Brito.
  6. Em 04.05.2011, a Senadora Gleisi Hoffmann é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Lídice da Mata (Of. nº 058/2011 - GLDBAG).
  7. Em 04.05.2011, a Senadora Lídice da Mata é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann (Of. nº 058/2011 - GLDBAG).
  8. Em 07.06.2011, a Liderança do PMDB solicita, a pedido, a exclusão do Senador Waldemir Moka da Comissão (OF. GLPMDB nº 182/2011).
  9. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).
  10. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
  11. Vago, em 26.09.2011, em virtude de o Senador Randolfe Rodrigues ter se desligado da Comissão (OF nº 207/2011-GRSS).
  12. Em 26.09.2011, vago em virtude de o Senador Randolfe Rodrigues ter se desligado da Comissão (OF nº 207/2011 - GRSS).
  13. Em 29.09.2011, o Senador João Alberto Souza afastou-se nos termos do art. 56, inciso I, da Constituição Federal, para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais, da Casa Civil do Estado do Maranhão, conforme OF. Nº 208/2011-GSJALB.
  14. Vago, em 28.12.2011, em virtude da Senadora Marinor Brito ter deixado o mandato.
  15. Em 28.12.2011, vago em virtude de a Senadora Marinor Brito ter deixado o mandato.
  16. Em 15.02.2012, foi lido o Of. nº 3/12-SSCEPI, comunicando que a Senadora Lídice da Mata foi designada Relatora.
  17. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

**Secretário(a):** Will de Moura Wanderley  
**Telefone(s):** 061 33033514  
**Fax:** 061 33031176  
**E-mail:** sscepi@senado.gov.br

## COMPOSIÇÃO COMISSÕES TEMPORÁRIAS

### 1) REFORMA DO REGIMENTO INTERNO - 2008

**Finalidade:** Apresentar, no prazo de noventa dias, projeto de resolução para reforma do Regimento Interno do Senado Federal.

(Requerimento nº 208, de 2008, da Mesa do Senado Federal, aditado pelo Requerimento nº 1.622, de 2008, do Senador Marco Maciel)

**Número de membros:** 6

**PRESIDENTE:** VAGO

**VICE-PRESIDENTE:** VAGO

**RELATOR:** VAGO

**Aprovação do Requerimento:** 05/03/2008

**Aprovação do Requerimento de Aditamento:** 10/12/2008

**Instalação:** 06/11/2008

**Prazo prorrogado:** 30/06/2009

**Prazo prorrogado:** 31/08/2009

**Prazo prorrogado:** 22/12/2009

**Prazo prorrogado:** 17/07/2010

**Prazo prorrogado:** 22/12/2010

### MEMBROS

#### **Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB ) <sup>(3)</sup>**

Senador José Pimentel (PT) <sup>(1)</sup>

Senador Antonio Carlos Valadares (PSB) <sup>(1)</sup>

#### **Bloco Parlamentar da Maioria ( PMDB, PP, PV ) <sup>(4)</sup>**

Senador Vital do Rêgo (PMDB) <sup>(2)</sup>

Senador Ricardo Ferraço (PMDB) <sup>(2)</sup>

#### **Bloco Parlamentar Minoria ( PSDB, DEM )**

#### **Membro da Comissão Diretora**

---

**Notas:**

\*. Em 11.11.2008 foi aprovada a criação de uma sexta vaga na Comissão (Requerimento nº 1.356/2008).

\*\*. Em 29.04.2009, lido e aprovado o Requerimento nº 496, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 30.06.2009.

\*\*\*. Em 30.06.2009, lido e aprovado o Requerimento nº 794, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 31.08.2009.

\*\*\*\*. Em 19.08.2009, lido e aprovado o Requerimento nº 1.032, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 22.12.2009.

\*\*\*\*\*. Em 1.12.2009, lido e aprovado o Requerimento nº 1.584, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 17.07.2010.

\*\*\*\*\*. Em 1º.09.2010, lido e aprovado o Requerimento nº 799, de 2010, que prorroga os trabalhos da Comissão até 22.12.2010.

1. Em 23.03.2011, os Senadores José Pimentel e Antonio Carlos Valadares foram designados membros do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF. nº 038/2011 - GLDBAG).

2. Em 31.03.2011, os Senadores Vital do Rêgo e Ricardo Ferraço foram designados membros do Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão (Of. n° 097/2011 - GLPMDB).

3. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. N° 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

4. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. N° 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

**Secretário(a):** Antonio Oscar Guimarães Lóssio

**Telefone(s):** 33033511

**Fax:** 33031176

**E-mail:** antiossio@senado.gov.br

## 2) COMISSÃO EXTERNA PARA VISITAR O CONGRESSO NACIONAL DO PARAGUAI

**Finalidade:** Visitar o Congresso Nacional do Paraguai para estreitar as relações com os senadores paraguaios, tratar da crise que envolve os agricultores brasileiros no Paraguai e conhecer as ações que estão sendo realizadas pelo Governo daquele País para proteger os brasileiros no conflito de terras que envolvem os chamados "carperos" e "brasiguaios".

(Requerimento nº 30, de 2012, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional)

**Número de membros: 5**

**Aprovação do Requerimento:** 14/02/2012

**Designação:** 28/02/2012

**Instalação:** 28/02/2012

### MEMBROS

#### Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB )

Senador Delcídio do Amaral (PT) (3)

Senador Paulo Paim (PT) (3)

#### Bloco Parlamentar da Maioria ( PMDB, PP, PV ) (5)

Senador Sérgio Souza (PMDB) (2)

Senadora Ana Amélia (PP) (4)

#### Bloco Parlamentar Minoria ( PSDB, DEM )

Senador Alvaro Dias (PSDB) (1)

**Notas:**

1. Em 28.02.2012, o Senador Alvaro Dias é designado membro do PSDB (Bloco Parlamentar da Minoria) na Comissão (Of. n° 18/12-GLPSDB).

2. Em 05.03.2012, o Senador Sérgio Souza é designado membro do PMDB (Bloco Parlamentar da Maioria) na Comissão (Of. n° 23/12-GLPMDB).

3. Em 06.03.2012, os Senadores Delcídio do Amaral e Paulo Paim são designados membros do PT (Bloco de Apoio ao Governo) na Comissão (Of. n° 27/12-GLDBAG).

4. Em 07.03.2012, a Senadora Ana Amélia é designada membro do PMDB (Bloco Parlamentar da Maioria) na Comissão (Of. n° 24/12-GLPMDB).

5. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. N° 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

### 3) COMISSÃO EXTERNA PARA REPRESENTAR O SENADO NA CONFERÊNCIA DA ONU - RIO+20

**Finalidade:** Representar o Senado Federal no âmbito da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, a Rio+20

- Requerimento nº 39, de 2012, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle;
- Requerimento nº 40, de 2012, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

**Número de membros:** 12 titulares e 12 suplentes

**Aprovação do Requerimento:** 29/02/2012

**Designação:** 07/03/2012

**Instalação:** 07/03/2012

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB )</b>	
Senador Rodrigo Rollemberg (PSB)	1. Senador Cristovam Buarque (PDT)
Senador Jorge Viana (PT)	2. Senador Eduardo Lopes (PRB)
Senador Lindbergh Farias (PT)	3. Senadora Vanessa Grazziotin (PC DO B)
Senador Acir Gurgacz (PDT) (13,18)	4. Senador João Capiberibe (PSB)
	5. Senador Inácio Arruda (PC DO B) (11,12)
<b>Bloco Parlamentar da Maioria ( PMDB, PP, PV ) (5)</b>	
Senador Luiz Henrique (PMDB)	1. Senadora Ana Amélia (PP) (7)
Senador Eduardo Braga (PMDB)	2. Senador Paulo Davim (PV) (10)
Senador Sérgio Souza (PMDB)	
Senador Francisco Dornelles (PP) (7)	
<b>Bloco Parlamentar Minoria ( PSDB, DEM )</b>	
Senador Cássio Cunha Lima (PSDB) (1)	1. Senador Paulo Bauer (PSDB) (1)
Senador José Agripino (DEM) (3,6)	2. Senador Jayme Campos (DEM) (3)
<b>Bloco Parlamentar União e Força ( PTB, PR, PSC, PPL ) (5)</b>	
Senador Fernando Collor (PTB) (2)	1. Senador Gim Argello (PTB) (2)
Senador Cidinho Santos (PR) (4,14,15)	2. Senador Vicentinho Alves (PR) (4,17)
<b>PSD</b>	
	1. Senadora Kátia Abreu (8,9,16)

**Notas:**

\*. Em 07.03.2012, foi lido o Ofício nº 34/2012 - GLDBAG, designando os Senadores Rodrigo Rollemberg, Jorge Viana, Lindbergh Farias e Acir Gurgacz como membros titulares e os Senadores Cristovam Buarque, Eduardo Lopes, a Senadora Vanessa Grazziotin e o Senador João Capiberibe como membros suplentes do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão.

\*\*. Em 07.03.2012, foi lido o Ofício nº 25/2012 - GLPMDB, designando os Senadores Luiz Henrique, Eduardo Braga e Sérgio Souza como membros titulares do Bloco Parlamentar da Maioria, na Comissão.

\*\*\*. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. N° 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

1. Em 12.03.2012, os Senadores Cássio Cunha Lima e Paulo Bauer são designados membros titular e suplente, respectivamente, do Bloco Parlamentar Minoria, na Comissão. (Ofício nº 21/2012-GLPSDB)
2. Em 13.03.2012, os Senadores Fernando Collor e Gim Argello são designados membros titular e suplente, respectivamente, do PTB na Comissão (Of. nº 56/2012-GLPTB).
3. Em 14.03.2012, os Senadores Demóstenes Torres e Jayme Campos são designados membros titular e suplente, respectivamente, do Bloco Parlamentar Minoria (DEM) na Comissão (OF. N° 010/12-GLDEM).
4. Em 21.03.2012, os Senadores Blairo Maggi e Vicentinho Alves são designados membros titular e suplente, respectivamente, do PR na Comissão (Of. nº 009/2012-GLPR).
5. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. N° 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
6. Em 17.4.2012, em substituição ao Senador Demóstenes Torres, o Senador José Agripino é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão(OF. nº 15/2012-GLDEM).
7. Em 17.05.2012, o Senador Francisco Dornelles e a Senadora Ana Amélia são designados membros titular e suplente, respectivamente, do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. nº 129/2012-GLPMDB).
8. Em 25.05.2012, o Bloco Parlamentar da Maioria cede uma vaga de suplente na Comissão ao PSD (OF. GLPMDB nº 136/2012).
9. Em 28.05.2012, a Senadora Kátia Abreu é designada membro suplente na Comissão (OF. N° 027/2012-GLPSD) em vaga cedida ao PSD pelo Bloco Parlamentar da Maioria.
10. Em 29.05.2012, o Senador Paulo Davim é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 0143/2012).
11. Em 06.06.2012, o Bloco Parlamentar da Maioria cede uma vaga de suplente na Comissão ao Bloco de Apoio ao Governo (OF. GLPMDB nº 0146/2012).
12. Em 06.06.2012, o Senador Inácio Arruda é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 081/2012-GLDBAG), em vaga cedida pelo Bloco Parlamentar da Maioria.
13. Senador Acir Gurgacz licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 29.06.12, conforme os Requerimentos nº's 609 e 610, de 2012, aprovados na sessão de 28.06.12.
14. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 09.08.12, conforme os Requerimentos nº's 724 e 725/2012, aprovados na sessão de 07.08.12.
15. Em 09.08.2012, o Senador Cidinho Santos é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Blairo Maggi (OF. N° 090/2012/BLUFOR/SF).
16. Em 02.10.2012, a Senadora Kátia Abreu licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 02.10.2012, conforme RQS nº 869/2012, deferido na sessão de 01.10.2012.
17. Em 17.10.2012, foi lido na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal o Oficio GSVALV nº 415/2012, do Senador Vicentinho Alves, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o seu afastamento do exercício do mandato para assumir o cargo de Secretário Extraordinário do Estado do Tocantins para Assuntos Legislativos junto ao Congresso Nacional (Diário Oficial do Estado do Tocantins nº 3.735, de 17.10.2012).
18. Em 30.10.2012, o Senador Acir Gurgacz reassume o cargo de senador, após licença (Of. GSAGUR nº 172/2012).

**4) COMISSÃO EXTERNA PARA ACOMPANHAR OS PROGRAMAS  
DE TRANSPOSIÇÃO E REVITALIZAÇÃO DO RIO SÃO FRANCISCO**

**Finalidade:** Acompanhar, no prazo de doze meses, todos os atos, fatos relevantes, normas e procedimentos referentes às obras do Projeto de Integração do Rio São Francisco com as Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional, conhecida como "Transposição do Rio São Francisco", bem como o Programa de Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco.

(Requerimento nº 514, de 2011, do Senador Cícero Lucena)

**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

**Aprovação do Requerimento:** 21/03/2012

**Designação:** 04/04/2012

**Instalação:** 04/04/2012

**Prazo final:** 22/12/2012

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB )</b>	
Senador Humberto Costa (PT) <sup>(3)</sup>	1. Senador Inácio Arruda (PC DO B) <sup>(3)</sup>
Senadora Lídice da Mata (PSB) <sup>(3)</sup>	2. Senador Antonio Carlos Valadares (PSB) <sup>(3)</sup>
<b>Bloco Parlamentar da Maioria ( PMDB, PP, PV ) <sup>(2)</sup></b>	
Senador Vital do Rêgo (PMDB) <sup>(4)</sup>	1. Senador Benedito de Lira (PP) <sup>(4)</sup>
Senador Paulo Davim (PV) <sup>(4)</sup>	2. Senador Ciro Nogueira (PP) <sup>(4)</sup>
<b>Bloco Parlamentar Minoria ( PSDB, DEM )</b>	
Senador Cícero Lucena (PSDB) <sup>(1)</sup>	1.

**Notas:**

1. Em 4.4.2012, o Senador Cícero Lucena é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. nº 30/2012-GLPSDB).
2. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
3. Em 11.04.2012, o Senador Humberto Costa e a Senadora Lídice da Mata são designados membros titulares e os Senadores Inácio Arruda e Antonio Carlos Valadares membros suplentes do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF. nº 48/2012-GLDBAG).
4. Em 26.04.2012, os Senadores Vital do Rêgo e Paulo Davim são designados membros titulares e os Senadores Benedito de Lira e Ciro Nogueira membros suplentes do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB Nº 093/2012).

## **COMISSÃO DE ESPECIALISTAS COM O OBJETIVO DE ANALISAR QUESTÕES FEDERATIVAS**

**Finalidade:** Analisar e propor, no prazo de sessenta dias, a partir da instalação, soluções para questões relacionadas ao Sistema Federativo.

(Ato do Presidente do Senado nº 11, de 2012)  
(Requerimento nº 25, de 2012, do Senador Pedro Taques)

**Número de membros: 14**

**PRESIDENTE:** Nelson Jobim

**Ato do Presidente do Senado Federal:** 15/03/2012

**Designação:** 15/03/2012

**Instalação:** 12/04/2012

**Prazo final:** 10/06/2012

**Prazo prorrogado:** 22/09/2012

**Prazo prorrogado:** 22/10/2012

---

### **MEMBROS**

---

Nelson Jobim

---

Bernardo Appy

---

João Paulo dos Reis Velloso

---

Everardo Maciel

---

Ives Gandra da Silva Martins

---

VAGO (1)

---

Luís Roberto Barroso

---

Michal Gartenkraut

---

Paulo de Barros Carvalho

---

Bolívar Lamounier

---

Fernando Rezende

---

Sérgio Prado

---

Manoel Felipe do Rêgo Brandão

---

Marco Aurélio Marrafon

---

**Notas:**

\*. Em 29.05.2012, foi lido o Ofício nº 008/2012-CEAQF, que solicita a prorrogação dos trabalhos da Comissão por noventa dias. A prorrogação foi aprovada pelo Plenário em 29.05.2012.

\*\*. Prorrogado o prazo para conclusão dos trabalhos da Comissão, por 30 (trinta) dias, nos termos do Ato do Presidente do Senado Federal nº 26, de 2012.

1. Em 09.08.2012, foram lidos expedientes dos Senhores Adib Jatene e Mailson da Nóbrega comunicando a impossibilidade de participarem da Comissão.

**Secretário(a):** Keny Cristina Rodrigues Martins  
**Telefone(s):** 061 33033501  
**Fax:** 061 33031176  
**E-mail:** sscepi@senado.gov.br

**6) CT - REFORMA DO CÓDIGO PENAL BRASILEIRO - PLS 236/2012 (ART. 374-RISF)**

**Finalidade:** Examinar o Projeto de Lei do Senado nº 236, de 2012, que reforma o Código Penal Brasileiro.

**Número de membros:** 11 titulares e 11 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Eunício Oliveira (PMDB-CE) <sup>(1)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Jorge Viana (PT-AC) <sup>(1)</sup>

**RELATOR:** Senador Pedro Taques (PDT-MT) <sup>(1)</sup>

**Designação:** 17/07/2012

**Instalação:** 08/08/2012

**Apresentação Emendas - prazo final quadruplicado:** 04/12/2012

**Relatórios Parciais - prazo final duplicado:** 11/02/2013

**Relatório do Relator-Geral - prazo final duplicado:** 26/02/2013

**Parecer Final da Comissão - prazo final duplicado:** 12/03/2013

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB )</b>	
Senador Jorge Viana (PT)	1. Senador Eduardo Suplicy (PT) <sup>(4,5)</sup>
Senador Pedro Taques (PDT)	2. Senador José Pimentel (PT)
Senadora Lídice da Mata (PSB) <sup>(2)</sup>	3. Senadora Ana Rita (PT)
<b>Bloco Parlamentar da Maioria ( PMDB, PP, PV )</b>	
Senador Eunício Oliveira (PMDB)	1. Senador Sérgio Souza (PMDB)
Senador Ricardo Ferraço (PMDB)	2. Senador Vital do Rêgo (PMDB)
Senador Benedito de Lira (PP)	3. Senador Luiz Henrique (PMDB)
	4. Senador Tomás Correia (PMDB) <sup>(3)</sup>
<b>Bloco Parlamentar Minoria ( PSDB, DEM )</b>	
Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	1. Senador Jayme Campos (DEM)
Senador Clovis Fecury (DEM)	
<b>Bloco Parlamentar União e Força ( PTB, PR, PSC, PPL )</b>	
Senador Magno Malta (PR)	1. Senador Eduardo Amorim (PSC)
Senador Armando Monteiro (PTB)	2. Senador João Costa (PPL) <sup>(6)</sup>

**Notas:**

\*. Lida na sessão deliberativa extraordinária de 17.07.2012 a designação dos membros da Comissão.

\*\*. Em 15.08.2012, a Presidência fixa o calendário de tramitação do PLS nº 236/2012: Apresentação de Emendas - 09/08 a 05/09/2012 (vinte dias úteis); Relatórios parciais - 06 a 20/09/2012 (dez dias úteis); Relatório do Relator-Geral - 21 a 27/09/2012 (cinco dias úteis); Parecer Final da Comissão - 28/09 a 04/10/2012 (cinco dias úteis).

\*\*\*\*. Em 29.08.2012, foi lido e aprovado o Requerimento nº 772, de 2012, que duplica o prazo para a conclusão dos trabalhos da Comissão: Apresentação de Emendas - 09/08 a 04/10/2012 (quarenta dias úteis); Relatórios Parciais - 05/10 a 05/11/2012 (vinte dias úteis); Relatório do Relator-Geral - 06 a 20/11/2012 (dez dias úteis); Parecer Final da Comissão - 21/11 a 04/12/2012 (dez dias úteis).

\*\*\*\*\*. Em 25.09.2012, foi lido e aprovado o Requerimento nº 859, de 2012, que duplica o prazo para apresentação de emendas perante a Comissão: Apresentação de Emendas - 05/10 a 05/11/2012; Relatórios Parciais - 06/11 a 20/11/2012; Relatório do Relator-Geral - 21/11 a 27/11/2012; Parecer Final da Comissão - 28/11 a 04/12/2012.

\*\*\*\*\*. Em 30.10.2012, foi lido e aprovado o Requerimento nº 903, de 2012, que duplica o prazo para apresentação de emendas perante a Comissão: Apresentação de Emendas - 09/08 a 04/12/2012; Relatórios Parciais - 05/12 a 11/02/2013; Relatório do Relator-Geral - 12 a 26/02/2013; Parecer Final da Comissão - 27/02 a 12/03/2013.

1. Em 08.08.2012, a Comissão reunida elegeu os Senadores Eunício Oliveira e Jorge Viana, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado, e designou como Relator o Senador Pedro Taques (Of. nº 36/2012-SSCEPI).
2. Em 14.08.2012, a Senadora Lídice da Mata é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares (Of. nº 100/2012-GLBAG).
3. Em 04.09.2012, o Senador Tomás Correia é designado membro suplente na Comissão, em vaga cedida ao PMDB pelo PSDB (Ofícios N°s 172/2012-GLPSDB e 288/2012-GLPMDB).
4. Em 13.09.2012, lido o Ofício nº 198/2012, da Senadora Marta Suplicy, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado da Cultura (D.O.U. nº 178, Seção 2, de 13 de setembro de 2012).
5. Em 17.10.2012, o Senador Eduardo Suplicy é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Marta Suplicy (OF. nº 135/2012-GLDBAG).
6. Em 23.10.2012, o Senador João Costa é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Gim Argello (Of. nº 161/2012-BLUFOR).

## **7) COMISSÃO EXTERNA PARA PROPOR SOLUÇÕES AO FINANCIAMENTO DO SISTEMA DE SAÚDE DO BRASIL**

**Finalidade:** Debater e propor soluções, no prazo de noventa dias, para o financiamento do sistema de saúde do Brasil.

(Requerimento nº 145, de 2012, do Senador Humberto Costa)

**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

**Aprovação do Requerimento:** 28/03/2012

**Designação:** 17/04/2012

**Instalação:** 17/04/2012

**Prazo final:** 16/07/2012

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB )</b>	
Senador Humberto Costa (PT)	1. Senador Wellington Dias (PT)
Senador Antonio Carlos Valadares (PSB)	2. Senadora Vanessa Grazziotin (PC DO B)
<b>Bloco Parlamentar da Maioria ( PMDB, PP, PV )</b>	
Senador Vital do Rêgo (PMDB) (2)	1. Senador Paulo Davim (PV) (2)
Senador Luiz Henrique (PMDB) (2)	2. Senador Ciro Nogueira (PP) (2)
<b>Bloco Parlamentar Minoria ( PSDB, DEM )</b>	
	1. Senadora Lúcia Vânia (PSDB) (1)

**Notas:**

- \*. Em 17.04.2012, foi lido o Ofício nº 051, de 2012, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Humberto Costa e Antonio Carlos Valadares, como membros titulares; e os Senadores Wellington Dias e Vanessa Graziotin, como membros suplentes, para comporem a Comissão.
- 1. Em 25.04.2012, a Senadora Lúcia Vânia é designada membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB) na Comissão (Of. nº 43/12-GLPSDB).
- 2. Em 27.04.2012, foi lido o Ofício nº 095, de 2012, da Liderança do Bloco da Maioria, designando os Senadores Vital do Rêgo e Luiz Henrique, como membros titulares; e os Senadores Paulo Davim e Ciro Nogueira, como membros suplentes, para comporem a Comissão.

**8) CT - MODERNIZAÇÃO DO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR - PLS 281, 282 E 283/2012 (ART. 374-RISF)**

**Finalidade:** Examinar os Projetos de Lei do Senado nºs 281, 282 e 283, de 2012, que propõem alterações no Código de Defesa do Consumidor.

**Número de membros:** 11 titulares e 11 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Rodrigo Rollemberg (PSB-DF)

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Paulo Bauer (PSDB-SC)

**RELATOR:** Senador Ricardo Ferraço (PMDB-ES)

**Designação:** 15/08/2012

**Instalação:** 30/08/2012

**Apresentação de Emendas - prazo final triplicado:** 28/11/2012

**Relatórios Parciais - prazo final triplicado:** 20/02/2013

**Relatório Relator-Geral - prazo final triplicado:** 13/03/2013

**Parecer Final da Comissão - prazo final triplicado:** 04/04/2013

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco Parlamentar da Maioria ( PMDB, PP, PV )</b>	
Senador Renan Calheiros (PMDB)	1. Senador Romero Jucá (PMDB)
Senador Ricardo Ferraço (PMDB)	2. Senador Tomás Correia (PMDB)
Senador Casildo Maldaner (PMDB)	3. Senador Sérgio Souza (PMDB)
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB )</b>	
Senador Antonio Carlos Valadares (PSB)	1. VAGO (2)
Senador Rodrigo Rollemberg (PSB)	2. Senador Paulo Paim (PT)
	3. Senador Delcídio do Amaral (PT)
<b>Bloco Parlamentar Minoria ( PSDB, DEM )</b>	
Senador Paulo Bauer (PSDB)	1. Senador Cyro Miranda (PSDB)
Senador Wilder Morais (DEM)	2. Senador Clovis Fecury (DEM)
<b>Bloco Parlamentar União e Força ( PTB, PR, PSC, PPL )</b>	
Senador Eduardo Amorim (PSC)	1. Senador Gim Argello (PTB)
Senador Fernando Collor (PTB)	2. Senador Mozarildo Cavalcanti (PTB)
Senador Antonio Carlos Rodrigues (PR) (1,3,4)	

**Notas:**

\*. Em 15.08.2012, foi lido o Ofício nº 188/2012-GLPMDB, designando os Senadores Renan Calheiros, Ricardo Ferraço e Casildo Maldaner como membros titulares, e os Senadores Romero Jucá, Tomás Correia e Sérgio Souza como membros suplentes do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.

\*\*. Em 15.08.2012, foi lido o Ofício nº 99/2012-GLDBAG, designando o Senador Antonio Carlos Valadares, a Senadora Marta Suplicy e o Senador Rodrigo Rollemberg como membros titulares, e os Senadores Cristovam Buarque, Paulo Paim e Delcídio do Amaral como membros suplentes do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão.

\*\*\*. Em 15.08.2012, foi lido o Ofício nº 74/2012-BLURFORSF, designando os Senadores Eduardo Amorim e Fernando Collor como membros titulares, e os Senadores Gim Argello e Mozarildo Cavalcanti como membros suplentes do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão.

\*\*\*\*. Em 15.08.2012, foram lidos os Ofícios nºs 124/2012-GLPSDB e 42/2012-GLDEM, designando os Senadores Paulo Bauer e Wilder Morais como membros titulares, e os Senadores Cyro Miranda e Clovis Fecury como membros suplentes do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão.

\*\*\*\*\*. Há uma vaga de membro titular e uma vaga de membro suplente não ocupadas na Comissão, a serem compartilhadas pelo Bloco Parlamentar da Maioria e o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do art. 374 do Regimento Interno e com base na proporcionalidade partidária.

\*\*\*\*\*. Em 30.08.2012, ocorreu a instalação da Comissão, a eleição dos Senadores Rodrigo Rollemberg e Paulo Bauer para Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, e a designação, como Relator, do Senador Ricardo Ferraço (Of. nº 040/12-SSCEPI).

\*\*\*\*\*. Em 04.09.2012, a Presidência fixa o calendário de tramitação da Comissão: Apresentação de Emendas - 31/08 a 28/09/2012 (vinte dias úteis); Relatórios parciais - 1º a 15/10/2012 (dez dias úteis); Relatório do Relator-Geral - 16 a 22/10/2012 (cinco dias úteis); Parecer Final da Comissão - 23 a 29/10/2012 (cinco dias úteis).

\*\*\*\*\*. Em 12.09.2012, foi lido e aprovado o Requerimento nº 823, de 2012, que duplica o prazo para a conclusão dos trabalhos da Comissão: Apresentação de Emendas - 28/09 a 29/10/2012 (quarenta dias úteis); Relatórios Parciais - 30/10 a 28/11/2012 (vinte dias úteis); Relatório do Relator-Geral - 29/11 a 12/12/2012 (dez dias úteis); Parecer Final da Comissão - 13/12/2012 a 05/02/2013 (dez dias úteis).

\*\*\*\*\*. Em 17.10.2012, foi lido e aprovado o Requerimento nº 884, de 2012, que duplica o prazo para a conclusão dos trabalhos da Comissão: Apresentação de Emendas - 30/10 a 28/11/2012 (total: sessenta dias úteis); Relatórios Parciais - 29/11/12 a 20/02/2013 (total: trinta dias úteis); Relatório do Relator-Geral - 21/02 a 13/03/2013 (total: quinze dias úteis); Parecer Final da Comissão - 14/03 a 04/04/2013 (total: quinze dias úteis).

1. Em 13.09.2012, lido o Ofício nº 198/2012, da Senadora Marta Suplicy, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado da Cultura (D.O.U. nº 178, Seção 2, de 13 de setembro de 2012).

2. Em 25.09.2012, o Senador Cristovam Buarque deixa de ocupar vaga da suplência do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 119/2012-GLDBAG).

3. Em 17.10.2012, o Bloco de Apoio ao Governo cede a vaga de titular deixada pela Senadora Marta Suplicy ao Bloco Parlamentar União e Força (Of. nº 130/2012 - GLDBAG).

4. Em 30.10.2012, o Senador Antonio Carlos Rodrigues é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. nº 164/2012-BLUFOR).

## COMPOSIÇÃO

### COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES

#### **1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE**

**Número de membros:** 27 titulares e 27 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Delcídio do Amaral (PT-MS) <sup>(1)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Lobão Filho (PMDB-MA) <sup>(1)</sup>

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB ) <sup>(14)</sup></b>	
Delcídio do Amaral (PT)	1. Zeze Perrella (PDT) (11,15)
Eduardo Suplicy (PT)	2. Walter Pinheiro (PT) (34)
José Pimentel (PT) (10,11)	3. Anibal Diniz (PT) (42,43)
Humberto Costa (PT)	4. Wellington Dias (PT)
Lindbergh Farias (PT)	5. Jorge Viana (PT)
Acir Gurgacz (PDT) (35,36,47,48)	6. Cristovam Buarque (PDT) (9)
Lídice da Mata (PSB)	7. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Vanessa Grazzotin (PC DO B)	8. Inácio Arruda (PC DO B)
<b>Bloco Parlamentar da Maioria ( PMDB, PP, PV ) <sup>(30)</sup></b>	
Casildo Maldaner (PMDB)	1. Vital do Rêgo (PMDB)
Eduardo Braga (PMDB)	2. Sérgio Souza (PMDB) (18,23)
Tomás Correia (PMDB) (37,38)	3. Romero Jucá (PMDB)
Roberto Requião (PMDB)	4. Ana Amélia (PP)
Eunício Oliveira (PMDB)	5. Waldemir Moka (PMDB)
Luiz Henrique (PMDB)	6. Clésio Andrade (PMDB) (4,8,17,27,28)
Lobão Filho (PMDB)	7. Benedito de Lira (PP)
Francisco Dornelles (PP)	8. Ciro Nogueira (PP)
Ivo Cassol (PP) (12,13,19,21)	9. Ricardo Ferraço (PMDB) (6)
<b>Bloco Parlamentar Minoria ( PSDB, DEM )</b>	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) (2)	1. Alvaro Dias (PSDB)
Cyro Miranda (PSDB)	2. Aécio Neves (PSDB) (3)
Flexa Ribeiro (PSDB)	3. Paulo Bauer (PSDB)
José Agripino (DEM)	4. Lúcia Vânia (PSDB) (31,32,33)
Jayme Campos (DEM) (31)	5. Wilder Morais (DEM) (5,16,41)
<b>Bloco Parlamentar União e Força ( PTB, PR, PSC, PPL ) <sup>(30,46)</sup></b>	
Armando Monteiro (PTB)	1. Fernando Collor (PTB)
João Vicente Claudino (PTB)	2. Gim Argello (PTB)
Antonio Russo (PR) (27,28,29)	3. Cidinho Santos (PR) (39,40)
João Ribeiro (PR) (7)	4. Alfredo Nascimento (PR) (22)

**PSD PSOL (25)**

Marco Antônio Costa (PSD) (24,26,44,45)

1. Randolfe Rodrigues (PSOL)

**Notas:**

\*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando a Senadora Marinor Brito como membro titular, e o Senador Randolfe Rodrigues como membro suplente, para comporem a CAE.

\*\*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

\*\*\*. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 22, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aécio Neves, Cyro Miranda e Flexa Ribeiro como membros titulares; e os Senadores Alvaro Dias, Aloysio Nunes e Paulo Bauer como membros suplentes, para comporem a CAE.

\*\*\*\*. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 15, de 2011, da Liderança do PTB, designando os Senadores Armando Monteiro e João Vicente Claudino como membros titulares; e os Senadores Fernando Collor e Gim Argello como membros suplentes, para comporem a CAE.

\*\*\*\*\*. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 51, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Casildo Maldaner, Eduardo Braga, Valdir Raupp, Roberto Requião, Eunício Oliveira, Luiz Henrique, Lobão Filho, Francisco Dornelles e Ivo Cassol como membros titulares; e os Senadores Vital do Rêgo, Wilson Santiago, Romero Jucá, Ana Amélia, Waldemir Moka, Gilvam Borges, Benedito de Lira e Ciro Nogueira como membros suplentes, para comporem a CAE.

\*\*\*\*\*. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando os Senadores José Agripino e Demóstenes Torres como membros titulares; e o Senador Jayme Campos e a Senadora Kátia Abreu como membros suplentes, para comporem a CAE.

\*\*\*\*\*. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 16, de 2011, da Liderança do PT e do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Delcídio Amaral, Eduardo Suplicy, Gleisi Hoffmann, Humberto Costa, Lindbergh Farias, Clésio Andrade, João Ribeiro, Acir Gurgacz, Lídice da Mata e Vanessa Grazziotin como membros titulares; e os Senadores José Pimentel, Ângela Portela, Marta Suplicy, Wellington Dias, Jorge Viana, Blairo Maggi, Vicentinho Alves, Pedro Taques, Antônio Carlos Valadares e Inácio Arruda como membros suplentes, para comporem a CAE.

\*\*\*\*\*. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. N° 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

1. Em 23.02.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Delcídio Amaral e Lobão Filho, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.

2. Em 23.03.2011, o Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 059/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Aécio Neves.

3. Em 23.03.2011, o Senador Aécio Neves é designado membro suplente do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 059/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Aloysio Nunes Ferreira.

4. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.

5. Em 05.04.2011, a Senadora Maria do Carmo Alves é designada membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 033/11-GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.

6. Em 06.04.2011, o Senador Ricardo Ferraço é designado membro suplente do Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PMN/PSC/PV) na Comissão (of. nº 103/2011 - GLPMDB).

7. O Senador João Ribeiro licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, pelo período de 3 de maio a 31 de agosto de 2011, conforme Requerimento nº 472/2011, aprovado na sessão de 03.05.11.

8. Em 10.05.2011, o Senador Geovani Borges é designado suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. nº 141/2011-GLPMDB).

9. Em 26.05.2011, o Senador Cristovam Buarque é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Pedro Taques (Of. nº 66/2011-GLDBAG).

10. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).

11. Em 28.06.2011, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann, o Senador José Pimentel é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, deixando de ocupar a suplência (Of. nº 079/2011-GLDBAG).

12. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.

13. Em 14.07.2011, o Senador Reditario Cassol é designado titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 223/2011-GLPMDB).

14. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. N° 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

15. Em 18.08.2011, o Senador Zeze Perrella é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 104/2011 - GLDBAG).

16. Em 05.10.2011, em substituição à Senadora Maria do Carmo Alves, o Senador Clovis Fecury é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão.(Of. nº 060/2011-GLDEM).

17. Em 06.10.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Geovani Borges (OF. nº 271/2011 - GLPMDB).

18. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.

19. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditario Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. nº 656/2011-GSICAS).

20. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.
21. Em 16.11.2011, o Senador Ivo Cassol é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 294/2011).
22. Em 23.11.2011, o Senador Alfredo Nascimento é designado membro suplente do PR na Comissão, em decorrência de novas indicações do Partido (Of. Leg. 017/2011 GLPR).
23. Em 28.11.2011, foi lido o Ofício nº 298-2011-GLPMDB, comunicando o remanejamento do Senador Sérgio Souza, da 6<sup>a</sup> para a 2<sup>a</sup> suplência do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.
24. Em 28.12.2011, vago em virtude de a Senadora Marinor Brito ter deixado o mandato.
25. Em 16.02.2012, foi lido o Of. nº 6/2012-GLPSD, comunicando o compartilhamento de vagas entre o PSD e o PSOL na Comissão.
26. Em 16.02.2012, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do PSD/PSOL na Comissão (Of. nº 6/2012 - GLPSD).
27. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade comunicou ao Senado sua filiação partidária ao PMDB (Of.GSCAND nº 91/2012, lido na sessão desta data).
28. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of.GLPMDB nº 32/2012).
29. Em 21.03.2012, o Senador Antônio Russo é designado membro titular do PR na Comissão (Of. nº 004/2012-GLPR).
30. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
31. Em 17.4.2012, em substituição ao Senador Demóstenes Torres, o Senador Jayme Campos é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, ficando a vaga de suplente a ser indicada posteriormente (Of. nº 20/2012-GLDEM).
32. Em 25.04.2012, a Liderança do DEM cede uma vaga de suplente na Comissão ao PSDB (OF. Nº 027/12-GLDEM).
33. Em 25.04.2012, a Senadora Lúcia Vânia é designada membro suplente na Comissão em vaga cedida pelo DEM (Of. nº 48/12-GLPSDB).
34. Em 22.05.2012, o Senador Walter Pinheiro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Ângela Portela (Of. nº 073/2012-GLDBAG).
35. Senador Acir Gurgacz licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 29.06.12, conforme os Requerimentos nºs 609 e 610, de 2012, aprovados na sessão de 28.06.12.
36. Em 04.07.2012, o Senador Assis Gurgacz é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Acir Gurgacz (Of nº 089/2012-GLDB AG).
37. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
38. Em 1º.08.2012, o Senador Tomás Correia é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 181/2012).
39. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 09.08.12, conforme os Requerimentos nºs 724 e 725/2012, aprovados na sessão de 07.08.12.
40. Em 09.08.2012, o Senador Cidinho Santos é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Blairo Maggi (OF. Nº 075/2012-BLUFOR/SF).
41. Em 29.08.2012, é lido o Of. nº 046/12-GLDEM, designando o Senador Wilder Morais como membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, a partir de 10.09.2012, em substituição ao Senador Clovis Fecury.
42. Em 13.09.2012, lido o Ofício nº 198/2012, da Senadora Marta Suplicy, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado da Cultura (D.O.U. nº 178, Seção 2, de 13 de setembro de 2012).
43. Em 14.09.2012, o Senador Aníbal Diniz é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Marta Suplicy (Of nº 109/2012-GLDBAG).
44. Em 02.10.2012, a Senadora Kátia Abreu licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 02.10.2012, conforme RQS nº 869/2012, deferido na sessão de 01.10.2012.
45. Em 16.10.2012, o Senador Marco Antônio Costa é designado membro titular do PSD/PSOL na Comissão, em substituição à Senadora Kátia Abreu (Of. nº 55/2012 - GLPSD).
46. Em 17.10.2012, foi lido o Ofício nº 115/2012-BLUFOR/SF, dos Senadores Gim Argello, Vicentinho Alves e João Costa, comunicando que o PPL passou a integrar o Bloco Parlamentar União e Força.
47. Vago em virtude de o Senador Assis Gurgacz não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Acir Gurgacz, em 30.10.2012 (Of. GSAGUR-172/2012).
48. Em 30.10.2012, o Senador Acir Gurgacz é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Assis Gurgacz (Of. nº 139/2012 - GLDBAG).

**Secretário(a):** Adriana Tavares Sobral de Vito

**Reuniões:** terças-feiras, às 10h - Plenário nº 19 - ALA ALEXANDRE COSTA

**Telefone(s):** 3303-4605 /3303-3516

**Fax:** 3303-4344

**E-mail:** scomcae@senado.gov.br

**1.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - ASSUNTOS MUNICIPAIS**

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2005, do Senador Luiz Otávio, com o objetivo de opinar sobre matérias de interesse do poder municipal local.

**(Requerimento Da Comissão De Assuntos Econômicos 7, de 2005)**

**Número de membros:** 9 titulares e 9 suplentes

**Notas:**

\*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

**Secretário(a):** Adriana Tavares Sobral de Vito

**Telefone(s):** 3303-4605 /3303-3516

**Fax:** 3303-4344

**E-mail:** scomcae@senado.gov.br

## 1.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE AVALIAÇÃO DO SISTEMA TRIBUTÁRIO NACIONAL

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo RQE nº 1/2011, com o objetivo de avaliar a funcionalidade do Sistema Tributário Nacional.

**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP)

**VICE-PRESIDENTE:** Senador José Pimentel (PT-CE)

**Instalação:** 26/04/2011

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB ) <sup>(1)</sup></b>	
Marta Suplicy (PT) <sup>(5)</sup>	1. VAGO (3,4)
José Pimentel (PT)	2. Vanessa Grazziotin (PC DO B)
<b>Bloco Parlamentar da Maioria ( PMDB, PP, PV ) <sup>(2)</sup></b>	
Eduardo Braga (PMDB)	1. Romero Jucá (PMDB)
Luiz Henrique (PMDB)	2. Armando Monteiro (PTB)
<b>Bloco Parlamentar Minoria ( PSDB, DEM )</b>	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	1. Flexa Ribeiro (PSDB)

**Notas:**

1. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
  2. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
  3. Senador Acir Gurgacz licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 29.06.12, conforme os Requerimentos nºs 609 e 610, de 2012, aprovados na sessão de 28.06.12.
  4. Em 04.07.2012, vago em virtude de o Senador Acir Gurgacz não pertencer mais à CAE (Of. nº 089/2012 - GLDBAG).
  5. Em 13.09.2012, lido o Ofício nº 198/2012, da Senadora Marta Suplicy, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado da Cultura (D.O.U. nº 178, Seção 2, de 13 de setembro de 2012).
- \*. Em 3.6.2011, foi lido o Ofício 173/2011-CAE, que comunica a instalação da Subcomissão em 26.4.2011, bem como a eleição dos Senadores Aloysio Nunes Ferreira e José Pimentel para Presidente e Vice-Presidente, respectivamente.

**Secretário(a):** Adriana Tavares Sobral de Vito

**Telefone(s):** 3303-4605 / 3303-3516

**Fax:** 3303-4344

**E-mail:** scomcae@senado.gov.br

### 1.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE AVALIAÇÃO DA POLÍTICA FISCAL

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo RQE nº 6/2011, com o objetivo de acompanhar e avaliar, até o final da presente sessão legislativa ordinária, o desempenho da política fiscal implementada pelo Governo e suas consequências para a gestão da política macroeconômica.

**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Francisco Dornelles (PP-RJ)

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Cyro Miranda (PSDB-GO)

**Instalação:** 18/05/2011

**Prazo prorrogado:** 22/12/2012

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB ) <sup>(5)</sup></b>	
Lindbergh Farias (PT) <sup>(4,6)</sup>	1. Angela Portela (PT)
Clésio Andrade (PMDB) <sup>(8)</sup>	2. Cristovam Buarque (PDT) <sup>(7)</sup>
<b>Bloco Parlamentar da Maioria ( PMDB, PP, PV ) <sup>(9)</sup></b>	
Francisco Dornelles (PP)	1. Ciro Nogueira (PP)
Valdir Raupp (PMDB) <sup>(10)</sup>	2. Waldemir Moka (PMDB)
<b>Bloco Parlamentar Minoria ( PSDB, DEM )</b>	
Cyro Miranda (PSDB) <sup>(1)</sup>	1. Armando Monteiro (PTB) <sup>(2,3)</sup>

**Notas:**

1. Em 12.04.2011, o Senador Cyro Miranda é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Subcomissão, em substituição ao Senador Aécio Neves. (Of. nº 67/2011 - CAE).
2. Em 12.04.2011, o Senador Aécio Neves é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Subcomissão, em substituição ao Senador Cyro Miranda. (Of. nº 67/2011 - CAE).
3. Em 25.05.2011, o Senador Armando Monteiro é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Subcomissão, em substituição ao Senador Aécio Neves, em vaga cedida pelo PSDB (Of. nº 159/2011-CAE).
4. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).
5. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
6. Em 03.10.2011, o Senador Lindbergh Farias é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann (Of. nº 350/2011/CAE).
7. Em 03.10.2011, o Senador Cristovam Buarque é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão, em substituição ao Senador Lindbergh Farias (Of. nº 350/2011/CAE).
8. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade comunicou ao Senado sua filiação partidária ao PMDB (Of.GSCAND nº 91/2012, lido na sessão desta data).
9. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
10. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nº's 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
- \* Em 3.6.2011, foi lido o Ofício 174/2011-CAE, que comunica a instalação da Subcomissão em 18.5.2011, bem como a eleição dos Senadores Francisco Dornelles e Cyro Miranda para Presidente e Vice-Presidente, respectivamente.

#### **1.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS E DO EMPREENDEDOR INDIVIDUAL**

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2011, com a finalidade de examinar e debater os temas relacionados às micro e pequenas empresas e ao empreendedorismo individual.

**Secretário(a):** Adriana Tavares Sobral de Vito

**Telefone(s):** 3303-4605 /3303-3516

**Fax:** 3303-4344

**E-mail:** scomcae@senado.gov.br

**2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS****Número de membros:** 21 titulares e 21 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Jayme Campos (DEM-MT) <sup>(4)</sup>**VICE-PRESIDENTE:** Senador Casildo Maldaner (PMDB-SC) <sup>(4)</sup>

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB ) <sup>(9)</sup></b>	
Paulo Paim (PT)	1. Eduardo Suplicy (PT)
Angela Portela (PT)	2. Marta Suplicy (PT) <sup>(27)</sup>
Humberto Costa (PT)	3. José Pimentel (PT) <sup>(19)</sup>
Wellington Dias (PT)	4. Ana Rita (PT)
João Durval (PDT)	5. Lindbergh Farias (PT)
Rodrigo Rollemberg (PSB)	6. Cristovam Buarque (PDT)
Vanessa Grazziotin (PC DO B)	7. Lídice da Mata (PSB)
<b>Bloco Parlamentar da Maioria ( PMDB, PP, PV ) <sup>(23)</sup></b>	
Waldemir Moka (PMDB) <sup>(24)</sup>	1. Vital do Rêgo (PMDB) <sup>(7,18,24)</sup>
Paulo Davim (PV) <sup>(2,24)</sup>	2. Pedro Simon (PMDB) <sup>(24)</sup>
Romero Jucá (PMDB) <sup>(3,5,24)</sup>	3. Lobão Filho (PMDB) <sup>(24)</sup>
Casildo Maldaner (PMDB) <sup>(24)</sup>	4. Eduardo Braga (PMDB) <sup>(24)</sup>
Ricardo Ferraço (PMDB) <sup>(24)</sup>	5. Roberto Requião (PMDB) <sup>(24)</sup>
Ana Amélia (PP) <sup>(15,16,17,22,24)</sup>	6. Benedito de Lira (PP) <sup>(11,24)</sup>
Renan Calheiros (PMDB) <sup>(24,26)</sup>	7. VAGO <sup>(24)</sup>
<b>Bloco Parlamentar Minoria ( PSDB, DEM )</b>	
Cícero Lucena (PSDB)	1. Aécio Neves (PSDB)
Lúcia Vânia (PSDB)	2. Cássio Cunha Lima (PSDB) <sup>(10,12,14)</sup>
Cyro Miranda (PSDB) <sup>(8,10)</sup>	3. Paulo Bauer (PSDB)
Jayme Campos (DEM)	4. Maria do Carmo Alves (DEM)
<b>Bloco Parlamentar União e Força ( PTB, PR, PSC, PPL ) <sup>(23,28)</sup></b>	
Mozarildo Cavalcanti (PTB)	1. Armando Monteiro (PTB)
João Vicente Claudino (PTB) <sup>(1,6)</sup>	2. Eduardo Amorim (PSC) <sup>(25)</sup>
João Costa (PPL) <sup>(29,30)</sup>	3. Antonio Russo (PR) <sup>(20,21)</sup>

**Notas:**

\*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

\*\*. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 16, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro titular; e os Senadores Armando Monteiro e Gim Argello como membros suplentes, para comporem a CAS.

\*\*\*. Em 17.02.2011 foi lido o Ofício nº 21, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Cicero Lucena, Lúcia Vânia e Marisa Serrano como membros titulares; e os Senadores Aécio Neves, Cyro Miranda e Paulo Bauer como membros suplentes, para comporem a CAS.

\*\*\*\*. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 19, de 2011, do Líder do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Paulo Paim, Ângela Portela, Humberto Costa, Wellington Dias, Vicentinho Alves, João Durval, Rodrigo Rollemberg, Vanessa Grazziotin como membros titulares; e os Senadores Eduardo Suplicy, Marta Suplicy, João Pedro, Ana Rita Esgário, Lindbergh Farias, Clésio Andrade, Cristovam Buarque e Lídice da Mata como membros suplentes, para comporem a CAS.

\*\*\*\*\*. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 52, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Waldemir Moka, Gilvam Borges, Jarbas Vasconcelos, Casildo Maldaner, Ricardo Ferraço, Eudardo Amorim e Ana Amélia como membros titulares; e os Senadores Vital do Rêgo, Pedro Simon, Lobão Filho, Eduardo Braga, Roberto Requião, Sergio Petecão e Benedito de Lira como membros suplentes, para comporem a CAS.

\*\*\*\*\*. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Jayme Campos como membro titular, e a Senadora Maria do Carmo Alves como membro suplente, para comporem a CAS.

\*\*\*\*\*. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. N° 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

1. Vaga cedida temporariamente ao Partido Verde - PV (OF. nº 044/2011-GLPTB).

2. Em 23.02.2011, o Senador Paulo Davim é designado membro titular na Comissão, em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges (OF. nº 062/2011 - GLPMDB).

3. Em 01.03.2011, vago em virtude de o Senador Jarbas Vasconcelos declinar da indicação da Liderança do PMDB para compor a Comissão.

4. Em 02.03.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Jayme Campos e Casildo Maldaner, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.

5. Em 16.03.2011, o Senador Romero Jucá é designado membro titular do Bloco Parlamentar PMDB/PP/PSC/PMN/PV na comissão. (OF. nº 81/2011 - GLPMDB)

6. Em 18.05.2011, o Senador João Vicente Claudino é designado membro titular do PTB na comissão. (OF. nº 87/2011 -GLPTB)

7. Em 15.06.2011, o Senador Eunício Oliveira é designado membro suplente na Comissão, em vaga antes ocupada pelo Senador Vital do Rêgo (OF. nº 194/2011 - GLPMDB).

8. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.

9. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. N° 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

10. Em 26.10.2011, o Senador Cyro Miranda é designado membro titular do PSDB na Comissão, deixando de ocupar a suplência (Of. 184/11 -GLPSDB).

11. Em 1º.11.2011, foi lido o Of. 0450-2011, do Senador Sérgio Petecão, de 04.10.2011, comunicando passar a ter a sua filiação partidária no Senado vinculada ao Partido Social Democrático - PSD.

12. Em 14.11.2011, o Senador Alvaro Dias é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 190/11 -GLPSDB).

13. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.

14. Em 17.11.2011, o Senador Cássio Cunha Lima é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Alvaro Dias. (Of. nº 191/2011 - GLPSDB)

15. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.

16. Vaga cedida temporariamente ao PR (OF. N° 308/2011-GLPMDB).

17. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antônio é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)

18. Em 16.10.2012, o Senador Vital do Rêgo é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eunício Oliveira (OF. GLPMDB nº 14/2012).

19. Em 06.03.2012, o Senador José Pimentel é designado membro suplente na Comissão, em vaga destinada ao Bloco de Apoio ao Governo (Of. 33/2012-GLDBAG).

20. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade comunicou ao Senado sua filiação partidária ao PMDB (Of.GSCAND nº 91/2012, lido na sessão desta data).

21. Em 21.03.2012, o Senador Antônio Russo é designado membro suplente do PR na Comissão, em substituição ao Senador Clésio Andrade (Of. nº 004/2012-GLPR).

22. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antônio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.

23. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. N° 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

24. Em 13.4.2012, foi lido o Of. 64/2012, da Liderança do Bloco Parlamentar da Maioria, designando os Senadores Waldemir Moka, Paulo Davim, Romero Jucá, Casildo Maldaner, Ricardo Ferraço e Ana Amélia como membros titulares e os Senadores Vital do Rêgo, Pedro Simon, Lobão Filho, Eduardo Braga, Roberto Requião e Benedito de Lira como membros suplentes, para compor a CAS.

25. Em 26.04.2012, o Senador Eduardo Amorim é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Gim Argello (OF. N° 024/2012/GLBUF/SF).

26. Em 3.07.2012, o Senador Renan Calheiros é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 166/2012).

27. Em 13.09.2012, lido o Ofício nº 198/2012, da Senadora Marta Suplicy, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado da Cultura (D.O.U. nº 178, Seção 2, de 13 de setembro de 2012).

28. Em 17.10.2012, foi lido o Ofício nº 115/2012-BLUFOR/SF, dos Senadores Gim Argello, Vicentinho Alves e João Costa, comunicando que o PPL passou a integrar o Bloco Parlamentar União e Força.

29. Em 17.10.2012, foi lido na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal o Ofício GSVALV nº 415/2012, do Senador Vicentinho Alves, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o seu afastamento do exercício do mandato para assumir o cargo de Secretário Extraordinário do Estado do Tocantins para Assuntos Legislativos junto ao Congresso Nacional (Diário Oficial do Estado do Tocantins nº 3.735, de 17.10.2012).

30. Em 17.10.2012, o Senador João Costa é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (Of. nº 099/2012/BLUFOR/SF).

## 2.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ASSUNTOS SOCIAIS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo RAS nº 12/2005, da Comissão de Assuntos Sociais, com o objetivo da Valorização das Pessoas com Deficiência.

**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) <sup>(1)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** VAGO <sup>(1,2)</sup>

**Instalação:** 24/03/2011

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB ) <sup>(5)</sup></b>	
Lindbergh Farias (PT)	1. Rodrigo Rollemberg (PSB)
Wellington Dias (PT)	2. Lídice da Mata (PSB)
<b>Bloco Parlamentar da Maioria ( PMDB, PP, PV ) <sup>(7)</sup></b>	
Waldemir Moka (PMDB)	1. Ana Amélia (PP)
Casildo Maldaner (PMDB)	2. VAGO <sup>(6)</sup>
<b>Bloco Parlamentar Minoria ( PSDB, DEM )</b>	
VAGO <sup>(4)</sup>	1. Maria do Carmo Alves (DEM) <sup>(2)</sup>

**Notas:**

1. Em 31.03.2011, foi lido o Ofício nº 14/2011-PRES/CAS comunicando a eleição do Senador Lindbergh Farias e da Senadora Marisa Serrano para Presidente e Vice-Presidente da Subcomissão, respectivamente.
2. Em 07.04.2011, a Senadora Maria do Carmo Alves é designada membro suplente do Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB/DEM) na Comissão, em substituição ao Senador Cyro Miranda (Of. nº 20/2011 - PRESIDÊNCIA/CAS).
3. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul (expediente lido na sessão de 27.06.2011).
4. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.
5. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. N° 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
6. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nº's 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
7. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. N° 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
- \*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.
- \*\*. Em 23.03.2011, foi lido o OF. nº 11/2011 - PRES/CAS, designando os Senadores Lindbergh Farias e Wellington Dias como membros titulares, e Rodrigo Rollemberg e Lídice da Mata como suplentes (pelo Bloco de Apoio ao Governo); Waldemir Moka e Casildo Maldaner como titulares, e Ana Amélia e Eduardo Amorim como suplentes (pelo Bloco Parlamentar da Maioria); Marisa Serrano como titular e Cyro Miranda como suplente (pelo Bloco Parlamentar Minoria), para comporem a Subcomissão.

**Secretário(a):** Dulcídia Ramos Calháo

**Telefone(s):** 3303 4608

**Fax:** 3303 3652

## 2.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROMOÇÃO, ACOMPANHAMENTO E DEFESA DA SAÚDE

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo RAS nº 9/2005, do Senador Papaléo Paes, com o objetivo de Promoção, Acompanhamento e Defesa da Saúde.

**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Humberto Costa (PT-PE) <sup>(2)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** <sup>(2,5,6)</sup>

**Instalação:** 12/04/2011

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB ) <sup>(4)</sup></b>	
Humberto Costa (PT)	1. João Durval (PDT)
Ana Rita (PT) <sup>(1)</sup>	2. Wellington Dias (PT)
<b>Bloco Parlamentar da Maioria ( PMDB, PP, PV ) <sup>(7)</sup></b>	
VAGO <sup>(5,6)</sup>	1. VAGO <sup>(3)</sup>
Waldemir Moka (PMDB)	2. Ana Amélia (PP)
<b>Bloco Parlamentar Minoria ( PSDB, DEM )</b>	
Lúcia Vânia (PSDB)	1. Maria do Carmo Alves (DEM)

**Notas:**

1. Em 7.4.2011, a Senadora Ana Rita é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Rodrigo Rollemberg. (Of. nº 20/2011 - PRESIDÊNCIA/CAS).
2. Em 12.4.2011, a Subcomissão reunida elegeu os Senadores Humberto Costa e Eduardo Amorim, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado para o biênio 2011/2012 (Of. nº 22/2011-CAS).
3. Em 15.06.2011, vago em virtude de o Senador Vital do Rêgo não pertencer mais à CAS (Of. nº 194/2011 - GLPMDB).
4. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
5. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
6. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
7. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
- \*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.
- \*\*. Em 23.03.2011, foi lido o OF. nº 11/2011 - PRES/CAS, designando os Senadores Humberto Costa e Rodrigo Rollemberg como membros titulares, e João Durval e Wellington Dias como suplentes (pelo Bloco de Apoio ao Governo); Eduardo Amorim e Waldemir Moka como titulares, e Vital do Rêgo e Ana Amélia como suplentes (pelo Bloco Parlamentar da Maioria); Lúcia Vânia como titular e Maria do Carmo Alves como suplente (pelo Bloco Parlamentar Minoria), para comporem a Subcomissão.

**Secretário(a):** Dulcídia Ramos Calháo

**Telefone(s):** 3303 4608

**Fax:** 3303 3652

## 2.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE EM DEFESA DO EMPREGO E DA PREVIDÊNCIA SOCIAL

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo RAS nº 11/2009, do Senador Paulo Paim , com o objetivo da Defesa do Emprego e da Previdência Social.

**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Paulo Paim (PT-RS) <sup>(1)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) <sup>(1)</sup>

**Instalação:** 29/03/2011

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB ) <sup>(3)</sup></b>	
Paulo Paim (PT)	1. João Costa (PPL) (7,8,9)
Lídice da Mata (PSB)	2. VAGO (2)
<b>Bloco Parlamentar da Maioria ( PMDB, PP, PV ) <sup>(6)</sup></b>	
Casildo Maldaner (PMDB)	1. VAGO (5)
Ricardo Ferraço (PMDB)	2. Sérgio Petecão (PSD) (4)
<b>Bloco Parlamentar Minoria ( PSDB, DEM )</b>	
Paulo Bauer (PSDB)	1. Aécio Neves (PSDB)

**Notas:**

1. Em 31.03.2011, foi lido Ofício 15/2011 - PRES/CAS comunicando a eleição do Senador Paulo Paim e da Senadora Lídice da Mata para Presidente e Vice-Presidente da Subcomissão, respectivamente.
2. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
3. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
4. Em 1º.11.2011, foi lido o Of. 0450-2011, do Senador Sérgio Petecão, de 04.10.2011, comunicando passar a ter a sua filiação partidária no Senado vinculada ao Partido Social Democrático - PSD.
5. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nº's 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
6. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
7. Em 17.10.2012, foi lido na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal o Ofício GSVALV nº 415/2012, do Senador Vicentinho Alves, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o seu afastamento do exercício do mandato para assumir o cargo de Secretário Extraordinário do Estado do Tocantins para Assuntos Legislativos junto ao Congresso Nacional (Diário Oficial do Estado do Tocantins nº 3.735, de 17.10.2012).
8. Vago em virtude de o Senador Vicentinho Alves não pertencer mais à Comissão de Assuntos Sociais.
9. Em 31.10.2012, o Senador João Costa é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (Of. nº 189/2012 - PRESIDÊNCIA/CAS).
- \*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.
- \*\*. Em 23.03.2011, foi lido o OF. nº 11/2011 - PRES/CAS, designando os Senadores Paulo Paim e Lídice da Mata como membros titulares, e Vicentinho Alves e João Pedro como suplentes (pelo Bloco de Apoio ao Governo); Casildo Maldaner e Ricardo Ferraço como titulares, e Eduardo Amorim e Sérgio Petecão como suplentes (pelo Bloco Parlamentar da Maioria); Paulo Bauer como titular e Aécio Neves como suplente (pelo Bloco Parlamentar Minoria), para comporem a Subcomissão.

## 2.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DO FUNDO DE GARANTIA POR TEMPO DE SERVIÇO - FGTS

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo RAS nº 4/2012, do Senador Cyro Miranda, com a finalidade de, até o final da sessão legislativa, examinar as questões pertinentes à remuneração das contas vinculadas ao FGTS, a sustentabilidade de capitalização desse Fundo, bem como propor o devido aprimoramento na legislação específica.

**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Cyro Miranda (PSDB-GO) <sup>(1)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Paulo Paim (PT-RS) <sup>(1)</sup>

**RELATOR:** Senador José Pimentel (PT-CE) <sup>(5)</sup>

**Instalação:** 07/03/2012

**Prazo final:** 22/12/2012

**Prazo prorrogado:** 22/12/2013

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB )</b>	
Paulo Paim (PT)	1. Wellington Dias (PT)
José Pimentel (PT) (4,6)	2. Rodrigo Rollemberg (PSB)
<b>Bloco Parlamentar da Maioria ( PMDB, PP, PV ) <sup>(3)</sup></b>	
Ana Amélia (PP)	1. Waldemir Moka (PMDB)
Casildo Maldaner (PMDB)	2. VAGO (2)
<b>Bloco Parlamentar Minoria ( PSDB, DEM )</b>	
Cyro Miranda (PSDB)	1. Paulo Bauer (PSDB)

**Notas:**

1. Em 07.3.2012, a Subcomissão reunida elegeu os Senadores Cyro Miranda e Paulo Paim, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado, e designou como relatora a Senadora Marta Suplicy (Of. nº 23/2012 - CAS).

2. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.

3. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. N° 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

4. Em 13.09.2012, lido o Ofício nº 198/2012, da Senadora Marta Suplicy, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado da Cultura (D.O.U. nº 178, Seção 2, de 13 de setembro de 2012).

5. Em 17.10.2012, o Presidente da Subcomissão comunica a designação do Senador José Pimentel como relator (Of. nº 018/2012 - PRESIDÊNCIA/CASFGTS/CAS).

6. Em 17.10.2012, o Senador José Pimentel é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Marta Suplicy (OF. nº 183/2012-PRESIDÊNCIA/CAS).

\*. Em 15.02.2012, foi lido o Of. nº 16/2012-CAS, que designa o Senador Paulo Paim e a Senadora Marta Suplicy como membros titulares e os Senadores Wellington Dias e Rodrigo Rollemberg como membros suplentes do Bloco de Apoio ao Governo; a Senadora Ana Amélia e o Senador Casildo Maldaner como membros titulares e os Senadores Waldemir Moka e Lauro Antonio como membros suplentes do Bloco Parlamentar da Maioria; e o Senador Cyro Miranda como membro titular e o Senador Paulo Bauer como membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Subcomissão.

\*\*. Em 17.10.2012, foi lido o Ofício nº 182/2012-PRESIDÊNCIA/CAS, comunicando a aprovação do Requerimento nº 61, de 2012-CAS, que prorroga os trabalhos da Subcomissão até o término da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

**3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ****Número de membros:** 23 titulares e 23 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Eunício Oliveira (PMDB-CE) <sup>(1)</sup>**VICE-PRESIDENTE:** Senador José Pimentel (PT-CE) <sup>(1)</sup>

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB ) <sup>(24)</sup></b>	
José Pimentel (PT)	1. Eduardo Suplicy (PT) (8)
Ana Rita (PT) (55,56)	2. Lídice da Mata (PSB) (8,56,57)
Pedro Taques (PDT)	3. Anibal Diniz (PT) (8,10)
Jorge Viana (PT) (6)	4. Acir Gurgacz (PDT) (25,26,50,51,61,62)
Antonio Carlos Valadares (PSB)	5. Lindbergh Farias (PT) (7)
Inácio Arruda (PC DO B)	6. Rodrigo Rollemberg (PSB)
Eduardo Lopes (PRB) (33,34)	7. Humberto Costa (PT) (13)
<b>Bloco Parlamentar da Maioria ( PMDB, PP, PV ) <sup>(39)</sup></b>	
Ricardo Ferraço (PMDB) (40,52)	1. Renan Calheiros (PMDB) (2,4,16,21,28,40,52)
Eunício Oliveira (PMDB) (3,17,40,52)	2. Roberto Requião (PMDB) (5,16,37,40,47,52)
Pedro Simon (PMDB) (40,52)	3. Tomás Correia (PMDB) (14,16,40,52,53,54)
Romero Jucá (PMDB) (40,52)	4. Eduardo Braga (PMDB) (15,16,40,52)
Vital do Rêgo (PMDB) (21,40,52)	5. Lobão Filho (PMDB) (40)
Luiz Henrique (PMDB) (27,40)	6. Waldemir Moka (PMDB) (40)
Francisco Dornelles (PP) (40)	7. Benedito de Lira (PP) (40)
<b>Bloco Parlamentar Minoria ( PSDB, DEM )</b>	
Aécio Neves (PSDB)	1. Lúcia Vânia (PSDB) (23)
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	2. Flexa Ribeiro (PSDB)
Alvaro Dias (PSDB)	3. Cícero Lucena (PSDB) (9)
José Agripino (DEM) (18,44)	4. Paulo Bauer (PSDB) (19,44,45)
<b>Bloco Parlamentar União e Força ( PTB, PR, PSC, PPL ) <sup>(39,60)</sup></b>	
Armando Monteiro (PTB)	1. Mozarildo Cavalcanti (PTB) (12,46)
Gim Argello (PTB)	2. Ciro Nogueira (PP) (11,46)
Magno Malta (PR)	3. João Ribeiro (PR) (20,22,35,36)
	4. Eduardo Amorim (PSC) (48,49)
<b>PSOL</b>	
Randolfe Rodrigues	
<b>PSD</b>	
Sérgio Petecão (41,42,43)	1. Marco Antônio Costa (30,31,32,38,41,42,43,58,59)

**Notas:**

\*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 5, de 2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Lindberg Farias, José Pimentel, Marta Suplicy, Pedro Taques, Vicente Alves, Magno Malta, Antonio Carlos Valadares, Inácio Arruda e Marcelo Crivella como membros titulares; e

os Senadores João Pedro, Ana Rita Esgálio, Aníbal Diniz, Jorge Viana, Acir Gurgacz, João Ribeiro, Clésio Andrade, Rodrigo Rollemberg e Vanessa Grazziotin como membros suplentes, para comporem a CCJ.

\*\*\*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 4, de 2011, da Liderança do DEM, designando a Senadora Kátia Abreu como membro titular, para compor a CCJ (Em 22.02.2011, foi lido o Of. nº 12/2011, da Liderança do DEM, ratificando a informação).

\*\*\*\*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 6, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Demóstenes Torres como membro suplente, para compor a CCJ (Em 22.02.2011, foi lido o Of. nº 12/2011, da Liderança do DEM, ratificando a informação).

\*\*\*\*\*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 20, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aécio Neves, Aloysio Nunes e Álvaro Dias como membros titulares; e os Senadores Mário Couto, Flexa Ribeiro e Paulo Bauer como membros suplentes, para comporem a CCJ.

\*\*\*\*\*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 17, de 2011, da Liderança do PTB, designando os Senadores Armando Monteiro e Gim Argello como membros titulares, para comporem a CCJ.

\*\*\*\*\*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 25, de 2011, da Liderança do Bloco PMDB-PP-PSC-PMN-PV, designando os Senadores Eunício Oliveira, Eduardo Braga, Romero Jucá, Vital do Rego, Luiz Henrique, Roberto Requião, Francisco Dornelles e Sérgio Petecão como membros titulares; e os Senadores Renan Calheiros, Valdir Raupp, Wilson Santiago, Gilvam Borges, Lobão Filho, Waldemir Moka, Benedito de Lira e Eduardo Amorim como membros suplentes, para comporem a CCJ.

\*\*\*\*\*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando o Senador Randolfe Rodrigues como membro titular; e a Senadora Marinor Brito como membro suplente, para comporem a CCJ.

\*\*\*\*\*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

\*\*\*\*\*. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. N° 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

1. Em 09.02.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Eunício Oliveira e José Pimentel, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.

2. Vago em virtude de o Senador Renan Calheiros ter sido designado membro titular do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Braga. (OF. N° 29/2011-GLPMDB)

3. Em 10.02.2011, o Senador Renan Calheiros é designado membro titular do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Braga. (OF. N° 29/2011-GLPMDB)

4. Em 16.02.2011, o Senador Valdir Raupp é designado como 1º suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão. (OF. N° 42/2011-GLPMDB)

5. Em 16.02.2011, o Senador Eduardo Braga é designado como 2º suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp. (OF. N° 41/2011-GLPMDB)

6. Em 17.02.2011, o Senador Jorge Viana é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (Ofício nº 011/2011-GLDBAG).

7. Em 17.02.2011, o Senador Lindbergh Farias é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Clésio Andrade (Ofício nº 011/2011-GLDBAG).

8. Em 17.02.2011, a Liderança do Bloco de Apoio ao Governo solicitou alteração na ordem de seus membros na suplência da Comissão (Ofício nº 012/2011-GLDBAG).

9. O Senador Cícero Lucena é designado membro suplente do PSDB na Comissão, em 17.02.2011, em substituição ao Senador Paulo Bauer (Of. nº 034/2011-GLPSDB).

10. Em 17.02.2011, o Senador Eduardo Suplicy é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Jorge Viana (Ofício nº 011/2011-GLDBAG).

11. Em 17.02.2011, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado suplente do PTB na Comissão (Ofício nº 041/2011-GLPTB).

12. Em 17.02.2011, o Senador Ciro Nogueira é designado suplente na Comissão, em decorrência de vaga cedida pelo PTB ao PP (Ofícios nº 005/2011-GLDPP e 031/2011-GLPTB).

13. Em 22.02.2011, o Senador Humberto Costa é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Vanessa Grazziotin (OF. nº 014/2011-GLDBAG).

14. Em 23.02.2011, o Senador Ricardo Ferraço é designado suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Wilson Santiago (OF. nº 063/2011-GLPMDB).

15. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.

16. Em 31.03.2011, foi encaminhado um novo ordenamento na composição do Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão (Of. nº 089/2011 - GLPMDB).

17. Em 31.03.2011, o Senador Pedro Simon é designado membro titular do Bloco Parlamentar(PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Renan Calheiros. (Of. nº 088/2011-GLPMDB)

18. Em 05.04.2011, o Senador Demóstenes Torres é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 033/11-GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.

19. Em 05.04.2011, o Senador José Agripino é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 033/11-GLDEM), em substituição ao Senador Demóstenes Torres.

20. O Senador João Ribeiro licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, pelo período de 3 de maio a 31 de agosto de 2011, conforme Requerimento nº 472/2011, aprovado na sessão de 03.05.11.

21. Em 05.05.2011, o Senador Renan Calheiros é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Luiz Henrique, que passa à suplência (OF. GLPMDB nº 136/2011).

22. Em 24.05.2011, o Senador Clésio Andrade é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador João Ribeiro (Ofício nº 64/2011-GLDBAG).
23. Em 27.05.2011, a Senadora Lúcia Vânia é designada suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Mário Couto (Of. nº 125/2011-GLPSDB).
24. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
25. Em 29.08.2011, o Senador Cristovam Buarque é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Acir Gurgacz (Of. nº 107/2011-GLDBAG).
26. Em 31.08.2011, o Senador Acir Gurgacz é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Cristovam Buarque (Of. nº 112/2011-GLDBAG).
27. Em 29.09.2011, o Senador Luiz Henrique é designado titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Roberto Requião (OF. nº 261/2011-GLPMDB).
28. Em 29.09.2011, o Senador Roberto Requião é designado suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Luiz Henrique (OF. nº 261/2011-GLPMDB).
29. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.
30. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
31. Vaga cedida temporariamente ao PR (OF. Nº 308/2011-GLPMDB).
32. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)
33. Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato de Senador para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).
34. Em 06.03.2012, o Senador Eduardo Lopes é designado membro titular do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (Of. nº 32/2012 - GLDBAG).
35. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade comunicou ao Senado sua filiação partidária ao PMDB (Of.GSCAND nº 91/2012, lido na sessão desta data).
36. Em 21.03.2012, o Senador João Ribeiro é designado membro suplente do PR na Comissão, em substituição ao Senador Clésio Andrade (Of. nº 004/2012-GLPR).
37. Em 27.03.2012, o Senador Clésio Andrade é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF.GLPMDB nº 45/2012).
38. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.
39. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
40. Em 13.4.2012, foi lido o Of. 63/2012, da Liderança do Bloco Parlamentar da Maioria, designando os Senadores Eunício Oliveira, Pedro Simon, Romero Jucá, Vital do Rêgo, Renan Calheiros, Luiz Henrique e Francisco Dornelles como membros titulares e os Senadores Roberto Requião, Clésio Andrade, Eduardo Braga, Ricardo Ferraço, Lobão Filho, Waldemir Moka e Benedito de Lira como membros suplentes, para compor a CCJ.
41. Em virtude do parágrafo único do art. 78 do RISF, foi feito novo cálculo de proporcionalidade partidária, tendo em vista a criação do Partido Social Democrático, cálculo esse aprovado na reunião de Líderes de 14.02.2012.
42. As notas que se referiam à vaga do Bloco Parlamentar da Maioria deixam de ali ser alocadas em razão do mencionado na nota anterior.
43. Em 17.04.2012, foi lido o Ofício nº 0005/2012, da Liderança do Partido Social Democrático - PSD, designando o Senador Sérgio Petecão como membro titular e a Senadora Kátia Abreu como membro suplente, para compor a Comissão.
44. Em 17.4.2012, em substituição ao Senador Demóstenes Torres, o Senador José Agripino é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, ficando a vaga de suplente a ser indicada posteriormente (Of. nº 18/2012-GLDEM).
45. Em 18.04.2012, o Senador Paulo Bauer é designado membro suplente na Comissão, em vaga cedida pelo DEM (Ofs. nºs 21/12-GLDEM e 42/12-GLPSDB).
46. Em 19.04.2012, os Senadores Mozarildo Cavalcanti e Ciro Nogueira são designados, respectivamente, primeiro e segundo suplentes do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. nº 61/2012/GLPTB).
47. Em 7.05.2012, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB) na Comissão, em substituição ao Senador Clésio Andrade (OF. GLPMDB nº 106/2012).
48. Em 9.05.2012, o PSOL cede, em caráter provisório, uma vaga de suplente na Comissão ao Bloco Parlamentar União e Força (Ofício GSRR nº 00114/2012).
49. Em 10.05.2012, o Senador Eduardo Amorim é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força (PSC) na Comissão, em vaga cedida provisoriamente pelo PSOL (OF. Nº 009/2012/GLBUF/SF).
50. Senador Acir Gurgacz licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 29.06.12, conforme os Requerimentos nºs 609 e 610, de 2012, aprovados na sessão de 28.06.12.
51. Em 04.07.2012, o Senador Assis Gurgacz é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Acir Gurgacz (Of nº 092/2012-GLDBAG).
52. Em 04.07.2011, indicados os Senadores Ricardo Ferraço, Eunício Oliveira, Pedro Simon, Romero Jucá e Vital do Rêgo para primeiro, segundo, terceiro, quarto e quinto titulares, respectivamente, do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão; e os Senadores Renan Calheiros, Roberto Requião, Valdir Raupp e Eduardo Braga para primeiro, segundo, terceiro e quarto suplentes, respectivamente (OF. GLPMDB nº 168/2012).

53. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
54. Em 1º.08.2012, o Senador Tomás Correia é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 181/2012).
55. Em 13.09.2012, lido o Ofício nº 198/2012, da Senadora Marta Suplicy, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado da Cultura (D.O.U. nº 178, Seção 2, de 13 de setembro de 2012).
56. Em 14.09.2012, a Senadora Ana Rita é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Marta Suplicy (Of nº 110/2012-GLDBAG), e deixa de ocupar a suplência.
57. Em 14.09.2012, a Senadora Lídice da Mata é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em decorrência da designação da Senadora Ana Rita como titular (Of. nº 110/2012-GLDBAG).
58. Em 02.10.2012, a Senadora Kátia Abreu licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 02.10.2012, conforme RQS nº 869/2012, deferido na sessão de 01.10.2012.
59. Em 16.10.2012, o Senador Marco Antônio Costa é designado membro suplente do PSD na Comissão, em substituição à Senadora Kátia Abreu (Of. nº 55/2012 - GLPSD).
60. Em 17.10.2012, foi lido o Ofício nº 115/2012-BLUFOR/SF, dos Senadores Gim Argello, Vicentinho Alves e João Costa, comunicando que o PPL passou a integrar o Bloco Parlamentar União e Força.
61. Vago em virtude de o Senador Assis Gurgacz não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Acir Gurgacz, em 30.10.2012 (Of. GSAGUR-172/2012).
62. Em 30.10.2012, o Senador Acir Gurgacz é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Assis Gurgacz (Of. nº 142/2012 - GLDBAG).

**Secretário(a):** Ednaldo Magalhães Siqueira

**Reuniões:** quartas-feiras, às 10h - Plenário nº 3 - Ala Alexandre Costa

**Telefone(s):** 3303-3972

**Fax:** 3303-4315

**E-mail:** scomecj@senado.gov.br

### 3.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - IMAGEM E PRERROGATIVAS PARLAMENTARES

**Finalidade:** Assessorar a Presidência do Senado em casos que envolvam a imagem e as prerrogativas dos parlamentares e da própria instituição parlamentar.

**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

**Notas:**

\*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

**Secretário(a):** Ednaldo Magalhães Siqueira

**Telefone(s):** 3303-3972

**Fax:** 3303-4315

**E-mail:** scomecj@senado.gov.br

### **3.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SEGURANÇA PÚBLICA**

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo RQJ nº 4/2003, dos Senadores Ney Suassuna e Tasso Jereissati, com o objetivo de acompanhar sistematicamente a questão da segurança pública em nosso País.

**(Requerimento Da Comissão De Constituição, Justiça E Cidadania 4, de 2003)**

**Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Pedro Taques (PDT-MT)

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP)

**RELATOR:** Senador Eduardo Braga (PMDB-AM)

**Designação:** 19/10/2011

**Instalação:** 19/10/2011

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB )</b>	
Pedro Taques (PDT)	1.
Lindbergh Farias (PT)	2.
<b>Bloco Parlamentar da Maioria ( PMDB, PP, PV ) <sup>(1)</sup></b>	
Eduardo Braga (PMDB)	1. Ricardo Ferraço (PMDB) <sup>(3)</sup>
<b>Bloco Parlamentar Minoria ( PSDB, DEM )</b>	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	1.
VAGO <sup>(2)</sup>	2.
<b>Bloco Parlamentar União e Força ( PTB, PR, PSC, PPL ) <sup>(1)</sup></b>	
Armando Monteiro (PTB)	1.
<b>PSOL</b>	
Randolfe Rodrigues	1.

**Notas:**

1. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. N° 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

2. Vago, em 17.04.12, em virtude de o Senador Demóstenes Torres não pertencer mais à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (Of. n° 18/2012-GLDEM).

3. Em 10.5.2012, o Senador Ricardo Ferraço é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na subcomissão (OF. n° 56/2012-CCJ).

\*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício n° 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

\*\*. Em 26.10.2011, foi lido o Of. 188/2011-CCJ, que fixa a composição, designa os membros e comunica a instalação da Subcomissão em 19.10.2011; a fixação de sete membros titulares; a designação dos Senadores Pedro Taques e Lindbergh Farias como membros titulares do Bloco de Apoio ao Governo; a designação do Senador Eduardo Braga como membro titular do Bloco Parlamentar PMDB/PP/PSC/PMN/PV; a designação dos Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Demóstenes Torres como membros titulares do Bloco Parlamentar da Minoria PSDB/DEM; a designação do Senador Armando Monteiro como membro titular do PTB; a designação do Senador Randolfe Rodrigues como membro titular do PSOL; e a eleição dos Senadores Pedro Taques e Aloysio Nunes Ferreira para Presidente e Vice-Presidente da Subcomissão, respectivamente, e a designação do Senador Eduardo Braga para Relator.

\*\*\*\*. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. N° 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

**4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE - CE****Número de membros:** 27 titulares e 27 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Roberto Requião (PMDB-PR) <sup>(3)</sup>**VICE-PRESIDENTE:** Senador Paulo Bauer (PSDB-SC) <sup>(3,15,17)</sup>

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB ) <sup>(18)</sup></b>	
Angela Portela (PT)	1. Lindbergh Farias (PT) (41)
Wellington Dias (PT)	2. Anibal Diniz (PT)
Ana Rita (PT)	3. Marta Suplicy (PT) (52)
Paulo Paim (PT)	4. Vanessa Grazziotin (PC DO B) (14,27)
Walter Pinheiro (PT)	5. Pedro Taques (PDT)
Cristovam Buarque (PDT)	6. Antonio Carlos Valadares (PSB) (10)
Lídice da Mata (PSB)	7. Zeze Perrella (PDT) (19)
Inácio Arruda (PC DO B)	8. João Capiberibe (PSB) (33)
<b>Bloco Parlamentar da Maioria ( PMDB, PP, PV ) <sup>(44)</sup></b>	
Roberto Requião (PMDB) (46)	1. Vital do Rêgo (PMDB) (2,22,46,49)
Pedro Simon (PMDB) (29,30,32,42,46)	2. VAGO (46,49)
Ricardo Ferraço (PMDB) (7,13,28,46)	3. Luiz Henrique (PMDB) (46)
Benedito de Lira (PP) (31,34,43,46)	4. VAGO (46,49)
Ana Amélia (PP) (20,46)	5. VAGO (46,49)
Romero Jucá (PMDB) (46,49)	6. VAGO (23,46,49)
Tomás Correia (PMDB) (46,49,50,51)	7. VAGO (11,46)
Waldemir Moka (PMDB) (46,49)	8. (46)
Ciro Nogueira (PP) (46,49)	9. (46)
<b>Bloco Parlamentar Minoria ( PSDB, DEM )</b>	
Cyro Miranda (PSDB) (4)	1. Cícero Lucena (PSDB) (36)
Cássio Cunha Lima (PSDB) (16,25)	2. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) (5)
Paulo Bauer (PSDB)	3. Flexa Ribeiro (PSDB) (6)
Maria do Carmo Alves (DEM)	4. Clovis Fecury (DEM) (21)
José Agripino (DEM) (9)	5. Alvaro Dias (PSDB) (8,47,48)
<b>Bloco Parlamentar União e Força ( PTB, PR, PSC, PPL ) <sup>(44,56)</sup></b>	
Armando Monteiro (PTB)	1. Mozarildo Cavalcanti (PTB)
João Vicente Claudino (PTB)	2. Eduardo Amorim (PSC) (1,45)
Magno Malta (PR) (12,26)	3. Antonio Russo (PR) (39,40)
João Ribeiro (PR) (26)	4. João Costa (PPL) (54,55)
<b>PSD PSOL <sup>(37)</sup></b>	
Kátia Abreu (PSD) (35,38,53)	1. Randolfe Rodrigues (PSOL)

**Notas:**

- \*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando a Senadora Marinor Brito como membro titular, e o Senador Randolfe Rodrigues como membro suplente, para comporem a CE.
- \*\*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.
- \*\*\*. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 18, de 2011, da Liderança do PTB, designando os Senadores Armando Monteiro e João Vicente Claudino como membros titulares; e o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro suplente, para comporem a CE.
- \*\*\*\*. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 23, de 2011, da Liderança do PSDB, designando as Senadoras Lúcia Vânia, Marisa Serrano e o Senador Paulo Bauer como membros titulares; e os Senadores Alvaro Dias, Cyro Miranda e Cícero Lucena como membros suplentes, para comporem a CE.
- \*\*\*\*\*. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 17, de 2011, da Liderança do PT e do Bloco de Apoio ao Governo, designando a Senadora Ângela Portela e os Senadores Wellington Dias, Ana Rita, Paulo Paim, Walter Pinheiro, João Ribeiro, Magno Malta, Cristovam Buarque, Lídice da Mata e Inácio Arruda como membros titulares; e os Senadores Delcídio Amaral, Aníbal Diniz, Marta Suplicy, Gleisi Hoffmann, Clésio Andrade, Vicentinho Alves e Pedro Taques como membros suplentes, para comporem a CE.
- \*\*\*\*\*. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando as Senadoras Maria do Carmo Alves e Kátia Abreu como membros titulares; e os Senadores Jayme Campos e José Agripino como membros suplentes, para comporem a CE.
- \*\*\*\*\*. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 50, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Roberto Requião, Eduardo Amorim, Gilvam Borges, Garibaldi Alves, João Alberto Souza, Pedro Simon, Ricardo Ferreira, Benedito de Lira e a Senadora Ana Amélia como membros titulares; e os Senadores Jarbas Vasconcelos, Valdir Raupp, Luiz Henrique, Waldemir Moka, Vital do Rêgo, Sérgio Petecão e Francisco Dornelles como membros suplentes, para comporem a CE.
- \*\*\*\*\*. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. N° 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.
1. Vaga cedida temporariamente ao Partido Verde - PV (OF. nº 043/2011-GLPTB).
  2. Em 01.03.2011, vago em virtude de o Senador Jarbas Vasconcelos declinar da indicação da Liderança do PMDB para compor a Comissão.
  3. Em 02.03.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Roberto Requião e Marisa Serrano, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.
  4. Em 23.03.2011, o Senador Cyro Miranda é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão, em substituição à Senadora Lúcia Vânia (Of. nº 060/11-GLPSDB).
  5. Em 23.03.2011, o Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado membro suplente do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 062/11-GLPSDB).
  6. Em 23.03.2011, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro suplente do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão, em substituição ao Senador Cícero Lucena (Of. nº 061/11-GLPSDB).
  7. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.
  8. Em 05.04.2011, o Senador Demóstenes Torres é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 33/11 - GLDEM), em substituição ao Senador José Agripino.
  9. Em 05.04.2011, o Senador José Agripino é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 33/11 - GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
  10. Em 13.04.2011, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro suplente na Comissão. (Of. nº 048/2011 - GLDBAG)
  11. Em 02.05.2011, o Senador Ciro Nogueira é designado membro suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Francisco Dornelles (Ofício nº 123/2011-GLPMDB)
  12. O Senador João Ribeiro licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, pelo período de 3 de maio a 31 de agosto de 2011, conforme Requerimento nº 472/2011, aprovado na sessão de 03.05.11.
  13. Em 10.05.2011, o Senador Geovani Borges é designado titular do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. nº 141/2011-GLPMDB).
  14. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).
  15. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul (expediente lido na sessão de 27.06.2011).
  16. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.
  17. Em 12.07.2011, a Comissão reunida elegeu o Senador Paulo Bauer Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 72/2011-CE).
  18. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. N° 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
  19. Em 31.08.2011, o Senador Zezé Perrella foi designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 114/2011-GLDBAG).
  20. Em 29.09.2011, o Senador João Alberto Souza afastou-se nos termos do art. 56, inciso I, da Constituição Federal, para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais, da Casa Civil do Estado do Maranhão, conforme OF. N° 208/2011-GSJALB.
  21. Em 05.10.2011, em substituição ao Senador Jayme Campos, o Senador Clovis Fecury é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão.(Of nº 060/2011-GLDEM).
  22. Em 18.10.2011, o Senador Romero Jucá é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. nº 274/11-GLPMDB).
  23. Em 1º.11.2011, foi lido o Of. 0450-2011, do Senador Sérgio Petecão, de 04.10.2011, comunicando passar a ter a sua filiação partidária no Senado vinculada ao Partido Social Democrático - PSD.

24. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.
25. Em 17.11.2011, o Senador Cássio Cunha Lima é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria. (Of. 192/2011 - GLPSDB)
26. Em 23.11.2011, os Senadores Magno Malta e João Ribeiro são confirmados membros titulares do PR na Comissão, em decorrência das novas indicações do Partido (Of. Leg. 017/2011 GLPR).
27. Em 23.11.2011, a Senadora Vanessa Grazziotin é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann (Of. n° 139/2011-GLDBAG).
28. Em 28.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Geovani Borges, em face da reassunção do membro titular, Senador Gilvam Borges.
29. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
30. Vaga cedida temporariamente ao PR (OF. N° 308/2011-GLPMDB).
31. Senador Garibaldi Alves licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 07.12.2011, conforme Ofício n° 130/2011, aprovado na sessão de 07.12.2011.
32. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)
33. Em 08.12.2011, O Senador João Capiberibe é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão. (Of. n° 146/2011-GLDBAG).
34. Em 13.12.2011, a Senadora Ivonete Dantas é designada membro titular do Bloco da Maioria (PMDB/PP/PV/PSC) na Comissão, em substituição ao Senador Garibaldi Alves (OF. GLPMDB n° 330/2011).
35. Em 28.12.2011, vago em virtude de a Senadora Marinor Brito ter deixado o mandato.
36. Em 13.02.2012, o Senador Cícero Lucena é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Alvaro Dias (Of. n° 13/2012 - GLPSDB).
37. Em 16.02.2012, foi lido o Of. n° 6/2012-GLPSD, comunicando o compartilhamento de vagas entre o PSD e o PSOL na Comissão.
38. Em 16.02.2012, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do PSD/PSOL na Comissão (Of. n° 6/2012-GLPSD).
39. Em 21.03.2012, o Senador Antônio Russo é designado membro suplente do PR na Comissão, em substituição ao Senador Clésio Andrade (Of. n° 004/2012-GLPR).
40. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade comunicou ao Senado sua filiação partidária ao PMDB (Of.GSC AND n° 91/2012, lido na sessão desta data).
41. Em 27.03.2012, o Senador Lindbergh Farias é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Delcidio do Amaral (Ofício n° 041/2012-GLDBAG).
42. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.
43. Em 06.04.2012, vago em virtude de a Senadora Ivonete Dantas não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Garibaldi Alves.
44. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. N° 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
45. Em 11.04.2012, o Senador Eduardo Amorim é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (OF. n° 008/2012-GLBUF).
46. Em 13.4.2012, foi lido o Of. 65/2012, da Liderança do Bloco Parlamentar da Maioria, designando os Senadores Roberto Requião, Pedro Simon, Ricardo Ferraço, Benedito de Lira e Ana Amélia como membros titulares e os Senadores Romero Jucá, Valdir Raupp, Luiz Henrique, Waldemir Moka, Vital do Rêgo e Ciro Nogueira como membros suplentes, para compor a CE.
47. Em 17.4.2012, vago em virtude da retirada do nome do Senador Demóstenes Torres (Of. n° 17/2012-GLDEM).
48. Em 19.04.2012, o Senador Alvaro Dias é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Minoria na Comissão, em vaga cedida pelo DEM (Ofs. nºs 22/12-GLDEM e 44/12-GLPSDB).
49. Em 22.05.2012, foi lido o OF. n° 134/2012, da Liderança do PMDB e da Maioria, indicando os Senadores Romero Jucá, Valdir Raupp, Waldemir Moka e Ciro Nogueira para comporem a Comissão como titulares e o Senador Vital do Rêgo como 1º suplente.
50. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
51. Em 1º.08.2012, o Senador Tomás Correia é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB n° 181/2012).
52. Em 13.09.2012, lido o Ofício n° 198/2012, da Senadora Marta Suplicy, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado da Cultura (D.O.U. n° 178, Seção 2, de 13 de setembro de 2012).
53. Em 02.10.2012, a Senadora Kátia Abreu licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 02.10.2012, conforme RQS n° 869/2012, deferido na sessão de 01.10.2012.
54. Em 17.10.2012, foi lido na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal o Ofício GSVALV n° 415/2012, do Senador Vicentinho Alves, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o seu afastamento do exercício do mandato para assumir o cargo de Secretário Extraordinário do Estado do Tocantins para Assuntos Legislativos junto ao Congresso Nacional (Diário Oficial do Estado do Tocantins n° 3.735, de 17.10.2012).
55. Em 17.10.2012, o Senador João Costa é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (Of. n° 102/2012/BLUFOR/SF).
56. Em 17.104.2012, foi lido o Oficio n° 115/2012-BLUFOR/SF, dos Senadores Gim Argello, Vicentinho Alves e João Costa, comunicando que o PPL passou a integrar o Bloco Parlamentar União e Força.

#### **4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO, MÚSICA E COMUNICAÇÃO SOCIAL**

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo RCE nº 26/2000, do Senador José Fogaça e outros, com o objetivo de Acompanhamento das ações Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social.

**Número de membros:** 12 titulares e 12 suplentes

**Notas:**

\*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

**Secretário(a):** Júlio Ricardo Borges Linhares

**Telefone(s):** 3303-4604

**Fax:** 3303-3121

**E-mail:** julioric@senado.gov.br

#### **4.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO LIVRO**

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo RCE nº 1/2002, do Senador José Sarney.

**Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes

**Notas:**

\*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

**Secretário(a):** Júlio Ricardo Borges Linhares

**Telefone(s):** 3303-4604

**Fax:** 3303-3121

**E-mail:** julioric@senado.gov.br

**4.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO ESPORTE****Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes**Notas:**

\*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

**Secretário(a):** Júlio Ricardo Borges Linhares**Telefone(s):** 3303-4604**Fax:** 3303-3121**E-mail:** julioric@senado.gov.br**4.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA NO AMBIENTE ESCOLAR**

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo RCE nº 19/2011, da Senadora Gleisi Hoffmann e outras, com a finalidade de, no prazo de seis meses, realizar um ciclo de diálogos com o objetivo de analisar e debater as relações no ambiente escolar, e apresentar propostas ao Poder Público, em todos os níveis, para enfrentar esse problema em busca de uma sociedade educadora.

**Número de membros:** 3 titulares e 3 suplentes**Notas:**

\*. Em 17.05.2011, foi lido o Ofício nº 036/2011/CE informando que o Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte decidiu, e o Plenário referendou, a redução do número de cinco membros titulares e cinco suplentes para três membros titulares e três suplentes para a Subcomissão.

**Secretário(a):** Júlio Ricardo Borges Linhares**Telefone(s):** 3303-4604**Fax:** 3303-3121**E-mail:** julioric@senado.gov.br

**5) COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE - CMA**

**Número de membros:** 17 titulares e 17 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Rodrigo Rollemberg (PSB-DF) <sup>(3)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** VAGO <sup>(3,19)</sup>

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB ) <sup>(15)</sup></b>	
Aníbal Diniz (PT)	1. Ana Rita (PT)
Acir Gurgacz (PDT) (12,16,41,42,51,52)	2. Delcídio do Amaral (PT) (4)
Jorge Viana (PT)	3. Vanessa Grazziotin (PC DO B)
Pedro Taques (PDT)	4. Cristovam Buarque (PDT)
Rodrigo Rollemberg (PSB)	5. Antonio Carlos Valadares (PSB)
<b>Bloco Parlamentar da Maioria ( PMDB, PP, PV ) <sup>(39)</sup></b>	
Luiz Henrique (PMDB) (17)	1. Tomás Correia (PMDB) (43,44)
VAGO (21,22,40)	2. Lobão Filho (PMDB)
Eunício Oliveira (PMDB)	3. Romero Jucá (PMDB) (22,23)
Sérgio Souza (PMDB) (7)	4. João Alberto Souza (PMDB) (18)
Eduardo Braga (PMDB)	5. VAGO (32,34,37)
Ivo Cassol (PP) (13,14,24,27)	6. VAGO (9,30,31,33,38)
<b>Bloco Parlamentar Minoria ( PSDB, DEM )</b>	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	1. Cícero Lucena (PSDB)
Alvaro Dias (PSDB) (8,11)	2. Flexa Ribeiro (PSDB)
José Agripino (DEM) (20,28,29)	3. Clovis Fecury (DEM) (28)
<b>Bloco Parlamentar União e Força ( PTB, PR, PSC, PPL ) <sup>(39,49)</sup></b>	
Gim Argello (PTB) (1,26)	1. João Vicente Claudino (PTB) (2)
João Costa (PPL) (48,50)	2. Blairo Maggi (PR) (45)
<b>PSD PSOL <sup>(35)</sup></b>	
Randolfe Rodrigues (PSOL) (6)	1. Marco Antônio Costa (PSD) (5,6,10,36,46,47)

**Notas:**

\*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando a Senadora Marinor Brito como membro suplente, para compor a CMA.

\*\*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

\*\*\*. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 25, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aloysio Nunes e Marisa Serrano como membros titulares; e os Senadores Cícero Lucena e Flexa Ribeiro como membros suplentes, para comporem a CMA.

\*\*\*\*. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 22, de 2011, do Líder do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Aníbal Diniz, João Pedro, Jorge Viana, Vicentinho Alves, Pedro Taques, Rodrigo Rollemberg como membros titulares; a Senadora Ana Rita Esgálio e os Senadores Walter Pinheiro, Vanessa Grazziotin, Blairo Maggi, Cristovam Buarque e Antonio Carlos Valadares como membros suplentes, para comporem a CMA.

\*\*\*\*\*. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 57, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Vital do Rêgo, Wilson Santiago, Eunício Oliveira, Romero Jucá, Eduardo Braga, Ivo Cassol e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Valdir Raupp, Lobão Filho, Waldemir Moka, João Alberto Souza e Garibaldi Alves como membros suplentes, para comporem a CMA.

\*\*\*\*\*. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando a Senadora Kátia Abreu como membro titular; e o Senador Jayme Campos como membro suplente, para comporem a CMA.

\*\*\*\*\*. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. N° 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

1. Em 22.02.2011, o Senador Paulo Davim é designado membro titular em vaga cedida, provisoriamente, pelo Partido Trabalhista Brasileiro - PTB na Comissão (OF. nº 046/2011 - GLPTB / OF. nº 057/2011-GLPMDB).
2. Em 23.02.2011, o Senador João Vicente Claudino é designado membro suplente na Comissão (OF. nº 052/2011 - GLPTB).
3. Em 23.02.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Rodrigo Rollemberg e Kátia Abreu, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.
4. Em 18.03.2011, o Senador Delcídio do Amaral é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Walter Pinheiro (OF. nº 36/2011 - GLDBAG).
5. Em 1º.06.2011, o Senador Randolfe Rodrigues é designado membro titular do PSOL e a Senadora Marinor Brito deixa de ocupar a vaga de suplente do PSOL (Of. SF/GSMB nº 0275/2011).
6. Em 1º.06.2011, o PSOL cede a vaga de suplente ao Partido dos Trabalhadores - PT (Of. SF/GSMB nº 0276/2011).
7. Em 16.06.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Romero Jucá (OF. nº 196/2011 - GLPMDB).
8. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.
9. Em 30.6.2011, o Senador Eduardo Amorim é designado membro suplente na Comissão (OF. nº 210/2011 - GLPMDB).
10. Em 05.07.2011, o Senador Lindbergh Farias é designado membro suplente na Comissão, em vaga cedida, provisoriamente, pelo PSOL (OF. nº 087/2011 - GLDBAG / OF. nº 276/2011-GSMB).
11. Em 06.07.2011, o senador Alvaro Dias é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (OF nº 143/11-GLPSDB).
12. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
13. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.
14. Em 14.07.2011, o Senador Reditario Cassol é designado titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 223/2011-GLPMDB).
15. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. N° 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
16. Em 10.08.2011, o Senador Acir Gurgacz é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 100/2011 - GLDBAG).
17. Em 20.09.2011, o Senador Luiz Henrique é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Vital do Rêgo (OF. nº 255/2011 - GLPMDB).
18. Em 29.09.2011, o Senador João Alberto Souza afastou-se nos termos do art. 56, inciso I, da Constituição Federal, para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais, da Casa Civil do Estado do Maranhão, conforme OF. N° 208/2011-GSJALB.
19. Em 5.10.2011, o cargo de Vice-Presidente da Comissão fica vago em virtude da saída da Senadora Kátia Abreu do Colegiado, obedecido o disposto no art. 81, § 2º, do Regimento Interno (OF. nº 59/2011 - GLDEM).
20. Em 05.10.2011, em substituição à Senadora Kátia Abreu, o Senador Clovis Fecury é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão(OF nº 059/2011-GLDEM).
21. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.
22. Em 9/11/2011, o Senador Waldemir Moka é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, deixando de ocupar a suplência (OF. 289/11-GLPMDB).
23. Em 10.11.2011, o Senador Romero Jucá é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. 292/2011 - GLPMDB).
24. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditario Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. nº 656/2011-GSICAS).
25. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.
26. Em 16.11.2011, o Senador Gim Argello é designado membro titular da Comissão, em substituição ao Senador Paulo Davim (Of. nº 125/2011 - GLPTB).
27. Em 16.11.2011, o Senador Ivo Cassol é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 294/2011).
28. Em 17.11.2011, o Senador Jayme Campos é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Clóvis Fecury, que assume a suplência (Of. 072/2011 -GLDEM).
29. Em 23.11.2011, em substituição ao Senador Jayme Campos, o Senador José Agripino Maia é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of nº 074/2011-GLDEM).
30. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
31. Vaga cedida temporariamente ao PR (OF. Nº 308/2011-GLPMDB).
32. Senador Garibaldi Alves licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 07.12.2011, conforme Ofício nº 130/2011, aprovado na sessão de 07.12.2011.
33. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antônio é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)
34. Em 13.12.2011, a Senadora Ivonete Dantas é designada membro suplente do Bloco da Maioria (PMDB/PP/PV/PSC) na Comissão, em substituição ao Senador Garibaldi Alves (OF. GLPMDB nº 331/2011).
35. Em 16.02.2012, foi lido o Of. nº 6/2012-GLPSD, comunicando o compartilhamento de vagas entre o PSD e o PSOL na Comissão.

36. Em 16.02.2012, a Senadora Kátia Abreu é designada membro suplente do PSD/PSOL na Comissão (Of. nº 6/2012 - GLPSD).
37. Em 06.04.2012, vago em virtude de a Senadora Ivonete Dantas não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Garibaldi Alves.
38. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.
39. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. N° 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
40. Vago, em 13.06.2012, em virtude de o Senador Waldemir Moka ter se desligado da Comissão (OF nº 154/2012-GLPMDB).
41. Senador Acir Gurgacz licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 29.06.12, conforme os Requerimentos nº's 609 e 610, de 2012, aprovados na sessão de 28.06.12.
42. Em 04.07.2012, o Senador Assis Gurgacz é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Acir Gurgacz (Of nº 087/2012-GLDBAG).
43. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nº's 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
44. Em 1º.08.2012, o Senador Tomás Correia é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 181/2012).
45. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 09.08.12, conforme os Requerimentos nº's 724 e 725/2012, aprovados na sessão de 07.08.12.
46. Em 02.10.2012, a Senadora Kátia Abreu licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 02.10.2012, conforme RQS nº 869/2012, deferido na sessão de 01.10.2012.
47. Em 16.10.2012, o Senador Marco Antônio Costa é designado membro suplente do PSD/PSOL na Comissão, em substituição à Senadora Kátia Abreu (Of. nº 55/2012 - GLPSD).
48. Em 17.10.2012, foi lido na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal o Ofício GSVALV nº 415/2012, do Senador Vicentinho Alves, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o seu afastamento do exercício do mandato para assumir o cargo de Secretário Extraordinário do Estado do Tocantins para Assuntos Legislativos junto ao Congresso Nacional (Diário Oficial do Estado do Tocantins nº 3.735, de 17.10.2012).
49. Em 17.10.2012, foi lido o Ofício nº 115/2012-BLUFOR/SF, dos Senadores Gim Argello, Vicentinho Alves e João Costa, comunicando que o PPL passou a integrar o Bloco Parlamentar União e Força.
50. Em 17.10.2012, o Senador João Costa é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (Of. nº 105/2012/BLUFOR/SF).
51. Vago em virtude de o Senador Assis Gurgacz não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Acir Gurgacz, em 30.10.2012 (Of. GSAGUR-172/2012).
52. Em 30.10.2012, o Senador Acir Gurgacz é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Assis Gurgacz (Of. nº 138/2012 - GLDBAG).

**Secretário(a):** Leany Barreiro de Sousa Lemos

**Reuniões:** terças-feiras, às 11h30 - Plenário nº 6 - ALA NILO COELHO

**Telefone(s):** 3303-3519

**Fax:** 3303-1060

**E-mail:** scomcma@senado.gov.br

### 5.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA ÁGUA

**Finalidade:** Encaminhamento de soluções legislativas sobre os problemas ainda existentes da gestão e distribuição dos recursos hídricos no Brasil.

**Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Sérgio Souza (PMDB-PR) <sup>(1,3,6,8,14)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Rodrigo Rollemberg (PSB-DF) <sup>(1,6)</sup>

**RELATOR:** Senadora Vanessa Grazziotin (PC DO B-AM) <sup>(16)</sup>

**Instalação:** 15/03/2011

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB ) <sup>(5)</sup></b>	
Jorge Viana (PT)	1. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Vanessa Grazziotin (PC DO B)	2. Cristovam Buarque (PDT)
Anibal Diniz (PT) <sup>(4,12)</sup>	3. Rodrigo Rollemberg (PSB)
<b>Bloco Parlamentar da Maioria ( PMDB, PP, PV ) <sup>(15)</sup></b>	
VAGO <sup>(13)</sup>	1. Eduardo Braga (PMDB)
Sérgio Souza (PMDB) <sup>(11)</sup>	2. Waldemir Moka (PMDB) <sup>(7,13)</sup>
<b>Bloco Parlamentar Minoria ( PSDB, DEM )</b>	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) <sup>(2,10)</sup>	1. Kátia Abreu (PSD) <sup>(17)</sup>
<b>Bloco Parlamentar União e Força ( PTB, PR, PSC, PPL ) <sup>(15)</sup></b>	
(9)	1. João Vicente Claudino (PTB)

**Notas:**

1. Em 15.03.2011, a Senadora Marisa Serrano e o Senador Paulo Davim foram eleitos presidente e vice-presidente da Subcomissão (Of. nº 02/2011-CMA).
2. Vago, em virtude da Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.
3. Vago, em virtude da Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul (expediente lido na sessão de 27.06.2011).
4. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
5. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
6. Em 25.08.2011, foi lido o Ofício nº 134/2011/CMA comunicando a eleição, no dia 24 de agosto corrente, dos Senadores Paulo Davim e Rodrigo Rollemberg para Presidente e Vice-Presidente da Subcomissão, respectivamente.
7. Em 08.11.2011, vago em virtude do Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.
8. Em 16.11.2011, vago em virtude do OF. nº 125/2011-GLPTB.
9. Vago, em 16.11.2011, em virtude do OF. nº 125/2011-GLPTB.
10. Em 27.2.2012, o Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Subcomissão (Of. nº 34/2012/CMA).
11. Em 27.2.2012, o Senador Sérgio Souza é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão, em substituição ao Senador Vital do Rêgo (Of. nº 34/2012/CMA).
12. Em 27.2.2012, o Senador Aníbal Diniz é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão (Of. nº 34/2012/CMA).
13. Em 27.2.2012, o Senador Waldemir Moka é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão (Of. nº 34/2012/CMA).
14. Em 12.03.2012, foi lido o Ofício nº 50/2012/CMA comunicando a eleição do Senador Sérgio Souza para Presidente da Subcomissão.
15. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

16. Em 25.04.2012, foi lido o Ofício nº 008/2012/CMA, de 20.04.212, comunicando a indicação da Senadora Vanessa Grazziotin como Relatora da Subcomissão.
17. Em 02.10.2012, a Senadora Kátia Abreu licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 02.10.2012, conforme RQS nº 869/2012, deferido na sessão de 01.10.2012.
- \*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.
- \*\*. Em 16.3.2011, foi lido o Ofício nº 2, de 15.03.2011, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, designando os Senadores Jorge Viana, Vanessa Grazziotin, João Pedro, Waldemir Moka, Vital do Rêgo, Marisa Serrano e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Antonio Carlos Valadares, Cristovam Buarque, Rodrigo Rollemberg, Eduardo Braga, Wilson Santiago, Kátia Abreu e João Vicente Claudino como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Permanente da Água.
- \*\*\*. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

**Secretário(a):** Leany Barreiro de Sousa Lemos  
**Telefone(s):** 3303-3519  
**Fax:** 3303-1060  
**E-mail:** scomcma@senado.gov.br

## 5.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DA COPA DO MUNDO DE 2014 E DAS OLIMPÍADAS DE 2016

**Finalidade:** Acompanhamento, fiscalização e controle das obras financiadas com dinheiro público para a Copa de 2014 e as Olimpíadas de 2016.

**Número de membros:** 9 titulares e 9 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Blairo Maggi (PR-MT) <sup>(2,12)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Cícero Lucena (PSDB-PB) <sup>(2)</sup>

**Instalação:** 15/03/2011

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB ) <sup>(3)</sup></b>	
Rodrigo Rollemberg (PSB) <sup>(7)</sup>	1. Antonio Carlos Valadares (PSB) <sup>(7)</sup>
Pedro Taques (PDT)	2. Vanessa Grazziotin (PC DO B) <sup>(1,5)</sup>
Anibal Diniz (PT)	3. VAGO <sup>(7,8,9)</sup>
<b>Bloco Parlamentar da Maioria ( PMDB, PP, PV ) <sup>(6)</sup></b>	
Sérgio Souza (PMDB) <sup>(7)</sup>	1. Valdir Raupp (PMDB) <sup>(10)</sup>
Eunício Oliveira (PMDB)	2. Waldemir Moka (PMDB)
Eduardo Braga (PMDB)	3. Lobão Filho (PMDB)
<b>Bloco Parlamentar Minoria ( PSDB, DEM )</b>	
Cícero Lucena (PSDB)	1. Flexa Ribeiro (PSDB)
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	2. Jayme Campos (DEM)
<b>Bloco Parlamentar União e Força ( PTB, PR, PSC, PPL ) <sup>(6)</sup></b>	
Blairo Maggi (PR) <sup>(4,7,11)</sup>	1. João Costa (PPL) <sup>(7,13,14)</sup>

**Notas:**

1. Vago em virtude de o Senador Walter Pinheiro não pertencer mais à Comissão. (Of. nº 36/2011 - GLDBAG)
2. Em 15.03.2011, os Senadores Blairo Maggi e Cícero Lucena foram eleitos presidente e vice-presidente da Subcomissão (Of. nº 04/2011-CMA).
3. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
4. Em 16.11.2011, vago em virtude do OF. nº 125/2011-GLPTB.
5. Em 27.2.2012, a Senadora Vanessa Grazziotin é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão (Of. nº 34/2012/CMA).
6. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
7. Em 26.04.2011, foi lido o Ofício nº 116/2012/CMA comunicando a composição atualizada da Subcomissão com as seguintes alterações de Senadores: Bloco de Apoio ao Governo - Rodrigo Rollemberg como primeiro titular, Antonio Carlos Valadares e Acir Gurgacz, primeiro e terceiro suplentes, respectivamente; Bloco Parlamentar da Maioria - Sérgio Sousa, primeiro titular, Bloco Parlamentar União e Força - Blairo Maggi, titular, e Vicentinho Alves, suplente.
8. Senador Acir Gurgacz licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 29.06.12, conforme os Requerimentos nºs 609 e 610, de 2012, aprovados na sessão de 28.06.12.
9. Em 04.07.2012, vago em virtude de o Senador Acir Gurgacz não pertencer mais à CMA (Of. nº 087/2012 - GLDB AG).
10. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
11. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 09.08.12, conforme os Requerimentos nºs 724 e 725/2012, aprovados na sessão de 07.08.12.

12. Senador Blairo Maggi licenciou-se por 130 dias, a partir de 09.08.12, nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, conforme os Requerimentos nºs 724 e 725/2012, aprovados na sessão de 07.08.12.
13. Em 17.10.2012, foi lido na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal o Ofício GSVALV nº 415/2012, do Senador Vicentinho Alves, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o seu afastamento do exercício do mandato para assumir o cargo de Secretário Extraordinário do Estado do Tocantins para Assuntos Legislativos junto ao Congresso Nacional (Diário Oficial do Estado do Tocantins nº 3.735, de 17.10.2012).
14. Em 19.10.2012, o Senador João Costa é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (Of. nº 279/2012/CMA).
- \*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.
- \*\*. Em 16.3.2011, foi lido o Ofício nº 4, de 2011, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, designando em 15.03.2011 os Senadores Blairo Maggi, Pedro Taques, Aníbal Diniz, Vital do Rêgo, Eunício Oliveira, Eduardo Braga, Cícero Lucena, Aloysio Nunes Ferreira e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Rodrigo Rollemberg, Walter Pinheiro, Vicentino Alves, Valdir Raupp, Waldemir Moka, Lobão Filho, Flexa Ribeiro, Jayme Campos e João Vicente Claudino como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Permanente de Acompanhamento da Copa do Mundo de 2014 e das Olimpíadas de 2016.
- \*\*\*\*. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. N° 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

**Secretário(a):** Leany Barreiro de Sousa Lemos

**Telefone(s):** 3303-3519

**Fax:** 3303-1060

**E-mail:** scomcma@senado.gov.br

### 5.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAR A EXECUÇÃO DAS OBRAS DA USINA DE BELO MONTE

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo RMA nº 20, de 2010, com o objetivo de acompanhar a execução das obras da Usina Hidrelétrica de Belo Monte.

**Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) <sup>(1)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** VAGO <sup>(1,2,3)</sup>

**RELATOR:** Senador Delcídio do Amaral (PT-MS) <sup>(1)</sup>

**Instalação:** 12/04/2011

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB ) <sup>(4)</sup></b>	
Jorge Viana (PT) <sup>(8)</sup>	1. Anibal Diniz (PT) <sup>(8,12)</sup>
Rodrigo Rollemberg (PSB)	2. Pedro Taques (PDT)
Delcídio do Amaral (PT)	3. Vanessa Grazziotin (PC DO B) <sup>(12)</sup>
<b>Bloco Parlamentar da Maioria ( PMDB, PP, PV ) <sup>(10)</sup></b>	
Sérgio Souza (PMDB) <sup>(2,3,5,6,9)</sup>	1. Ivo Cassol (PP) <sup>(11)</sup>
Valdir Raupp (PMDB) <sup>(13)</sup>	2. Eduardo Braga (PMDB)
<b>Bloco Parlamentar Minoria ( PSDB, DEM )</b>	
Flexa Ribeiro (PSDB)	1. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
<b>Bloco Parlamentar União e Força ( PTB, PR, PSC, PPL ) <sup>(10)</sup></b>	
Blairo Maggi (PR) <sup>(7,12,14)</sup>	1. João Vicente Claudino (PTB)

**Notas:**

- Em 12.4.2011, a Subcomissão reunida elegeu os Senadores Flexa Ribeiro e Ivo Cassol, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado, e designou como relator o Senador Delcídio do Amaral (Of. nº 26/2011 - CMA).
- Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.
- Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.
- O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. N° 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
- Em 11.08.2011, o Senador Redentor Cassol é designado membro titular do Bloco Parlamentar Maioria na Subcomissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 91/2011-CMA).
- Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Redentor Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. nº 656/2011-GSICAS).
- Em 16.11.2011, vago em virtude do OF. nº 125/2011-GLPTB.
- Em 27.2.2012, o Senador Jorge Viana é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão (Of. nº 34/2012/CMA).
- Em 27.2.2012, o Senador Sérgio Souza é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão (Of. nº 34/2012/CMA).
- Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. N° 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
- Em 16.04.2012, o Senador Ivo Cassol é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão, em substituição ao Senador Lobão Filho (Of. nº 99/2012/CMA).
- Em 16.04.2012, os Senadores Aníbal Diniz, Vanessa Grazziotin e Blairo Maggi são designados para as vagas em aberto na Subcomissão (Of. nº 99/2012/CMA).

13. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
14. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 09.08.12, conforme os Requerimentos nºs 724 e 725/2012, aprovados na sessão de 07.08.12.
- \*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.
- \*\*. Em 12.4.2011, foi lido o Ofício nº 26, de 2011, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, designando os Senadores João Pedro, Rodrigo Rollemberg, Delcídio do Amaral, Ivo Cassol, Valdir Raupp, Flexa Ribeiro e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Jorge Viana, Pedro Taques, Lobão Filho, Eduardo Braga, Aloysio Nunes Ferreira e João Vicente Claudino como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Temporária de Acompanhamento das Obras da Usina Hidrelétrica de Belo Monte.
- \*\*\*. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

**Secretário(a):** Leany Barreiro de Sousa Lemos  
**Telefone(s):** 3303-3519

**Fax:** 3303-1060

**E-mail:** scomcma@senado.gov.br

## 5.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE MONITORAMENTO DA IMPLEMENTAÇÃO DAS MEDIDAS ADOTADAS NA RIO+20

**Finalidade:** Subcomissão alterada pelo RMA nº 53/2012, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, com a finalidade de monitorar a implementação das medidas adotadas na Rio+20. (Subcomissão anterior: Subcomissão Temporária de Acompanhamento da Conferência da ONU sobre Desenvolvimento Sustentável - Rio+20 - RMA nº 25/2011)

**Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Cristovam Buarque (PDT-DF)

**VICE-PRESIDENTE:**

**RELATOR:** Senador Pedro Taques (PDT-MT)

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB )</b>	
Cristovam Buarque (PDT)	1. Vanessa Grazziotin (PC DO B)
Rodrigo Rollemberg (PSB)	2. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Pedro Taques (PDT)	3. Jorge Viana (PT)
<b>Bloco Parlamentar da Maioria ( PMDB, PP, PV )</b>	
Eduardo Braga (PMDB)	1. Valdir Raupp (PMDB) (1)
Sérgio Souza (PMDB)	2. Luiz Henrique (PMDB)
<b>Bloco Parlamentar Minoria ( PSDB, DEM )</b>	
Cícero Lucena (PSDB)	1. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
<b>Bloco Parlamentar União e Força ( PTB, PR, PSC, PPL )</b>	
João Costa (PPL) (2,3)	1. João Vicente Claudino (PTB)

**Notas:**

1. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
  2. Em 17.10.2012, foi lido na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal o Ofício GSVALV nº 415/2012, do Senador Vicentinho Alves, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o seu afastamento do exercício do mandato para assumir o cargo de Secretário Extraordinário do Estado do Tocantins para Assuntos Legislativos junto ao Congresso Nacional (Diário Oficial do Estado do Tocantins nº 3.735, de 17.10.2012).
  3. Em 19.10.2012 o Senador João Costa é designado como membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (Of. 278/2012/CMA).
- \* Em 03.07.2012, lido o Requerimento nº 53, de 2012-CMA, aprovado em 27.06.2012, que altera a Subcomissão Temporária de Acompanhamento da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável - Rio+20 para Subcomissão Permanente de Monitoramento da Implementação das Medidas Adotadas na Rio+20 (Of. nº 193/2012/CMA).

**Secretário(a):** Leany Barreiro de Sousa Lemos

**Telefone(s):** 3303-3519

**Fax:** 3303-1060

**E-mail:** scomcma@senado.gov.br

**6) COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH****Número de membros:** 19 titulares e 19 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Paulo Paim (PT-RS) <sup>(3)</sup>**VICE-PRESIDENTE:** Senadora Ana Rita (PT-ES) <sup>(3)</sup>

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB ) <sup>(16)</sup></b>	
Ana Rita (PT)	1. Angela Portela (PT)
Lídice da Mata (PSB) <sup>(50,52)</sup>	2. Eduardo Suplicy (PT) <sup>(14,25)</sup>
Paulo Paim (PT)	3. Humberto Costa (PT)
Wellington Dias (PT)	4. Anibal Diniz (PT) <sup>(15,26,28)</sup>
Cristovam Buarque (PDT)	5. João Durval (PDT)
Eduardo Lopes (PRB) <sup>(12,40,41)</sup>	6. VAGO <sup>(23)</sup>
<b>Bloco Parlamentar da Maioria ( PMDB, PP, PV ) <sup>(44)</sup></b>	
Pedro Simon (PMDB)	1. Roberto Requião (PMDB) <sup>(8,10,27,34)</sup>
VAGO <sup>(2,13,29,30,32,42)</sup>	2. VAGO <sup>(39)</sup>
VAGO <sup>(31,35,43)</sup>	3. Ricardo Ferraço (PMDB)
Casildo Maldaner (PMDB) <sup>(18,33)</sup>	4. VAGO <sup>(21)</sup>
Sérgio Petecão (PSD) <sup>(20)</sup>	5. VAGO <sup>(13)</sup>
Paulo Davim (PV)	6.
<b>Bloco Parlamentar Minoria ( PSDB, DEM )</b>	
VAGO <sup>(6,9,17,37,47)</sup>	1. Cássio Cunha Lima (PSDB) <sup>(7,24)</sup>
VAGO <sup>(5)</sup>	2. Cyro Miranda (PSDB)
Clovis Fecury (DEM) <sup>(19,38,46)</sup>	3. Wilder Moraes (DEM) <sup>(49)</sup>
<b>Bloco Parlamentar União e Força ( PTB, PR, PSC, PPL ) <sup>(44,53)</sup></b>	
Mozarildo Cavalcanti (PTB) <sup>(1)</sup>	1. Gim Argello (PTB) <sup>(48)</sup>
Eduardo Amorim (PSC) <sup>(11,45)</sup>	2.
Magno Malta (PR)	3. João Costa (PPL) <sup>(51,54)</sup>
<b>PSOL</b>	
VAGO <sup>(36)</sup>	1. Randolfe Rodrigues <sup>(4)</sup>

**Notas:**

\*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando a Senadora Marinor Brito como membro titular para compor a CDH.

\*\*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

\*\*\*. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 24, de 2011, da Liderança do PSDB, designando as Senadoras Marisa Serrano e Lúcia Vânia como membros titulares; e os Senadores Cícero Lucena e Cyro Miranda como membros suplentes, para comporem a CDH.

\*\*\*\*. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 54, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Pedro Simon, Jarbas Vasconcellos, Garibaldi Alves, João Alberto Souza, Sérgio Petecão e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Gilvam Borges, Eunício Oliveira, Ricardo Ferraço, Wilson Santiago e Eduardo Amorim como membros suplentes, para comporem a CDH.

\*\*\*\*\*. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 20, de 2011, da Liderança do PT e do Bloco de Apoio ao Governo, designando as Senadoras Ana Rita e Marta Suplicy, e os Senadores Paulo Paim, Wellington Dias, Magno Malta e Cristovam Buarque, como membros titulares; e as Senadoras Ângela

Portela e Gleisi Hoffmann, e os Senadores Humberto Costa, João Pedro, Vicentinho Alves, João Durval e Lídice da Mata como membros suplentes, para comporem a CDH.

\*\*\*\*\*. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Demóstenes Torres como membro titular, e o Senador José Agripino como membro suplente, para comporem a CDH.

\*\*\*\*\*. Em 01.03.2011, foi lido o Ofício nº 58, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro titular, para compor a CDH.

\*\*\*\*\*. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

1. Em 01.03.2011, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado membro titular do PTB na Comissão (Of. nº 058/2011 - GLPTB).

2. Em 01.03.2011, vago em virtude de o Senador Jarbas Vasconcelos declinar da indicação da Liderança do PMDB para compor a Comissão.

3. Em 02.03.2011, a Comissão reunida elegeu o Senador Paulo Paim e a Senadora Ana Rita, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.

4. Em 17.03.2011, o Senador Randolfe Rodrigues é designado membro suplente do PSOL na Comissão (OF. nº 085/2011 - GSMB)

5. Em 23.03.2011, a Senadora Lúcia Vânia deixa de integrar a Comissão (OF. nº 65/2011 - GLPSDB).

6. Em 23.03.2011, a Senadora Marisa Serrano deixa de integrar a Comissão (OF. nº 64/2011 - GLPSDB).

7. Em 23.03.2011, o Senador Cícero Lucena deixa de integrar a Comissão (OF. nº 66/2011 - GLPSDB).

8. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.

9. Em 09.05.2011, o Senador Ataídes Oliveira é designado membro titular do PSDB na Comissão (OF. nº 110/2011-GLPSDB).

10. Em 10.05.2011, o Senador Geovani Borges é designado suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. nº 141/2011-GLPMDB).

11. Em 11.05.2011, o Senador Gim Argello é designado membro titular do PTB na Comissão (Of. nº 84/2011 - GLPTB).

12. Em 11.05.2011, o Senador Marcelo Crivella é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF. nº 63/2011-GLBAG).

13. Em 12.05.2011, o Senador Eduardo Amorim deixa de ser suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão e é designado como membro titular (Of. nº 156/2011 - GLPMDB)

14. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).

15. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.

16. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

17. Vago em virtude de o Senador Ataídes Oliveira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Ribeiro, em 1º.09.2011.

18. Em 29.09.2011, o Senador João Alberto Souza afastou-se nos termos do art. 56, inciso I, da Constituição Federal, para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais, da Casa Civil do Estado do Maranhão, conforme OF. Nº 208/2011-GSJALB.

19. Em 05.10.2011, em substituição ao Senador Demóstenes Torres, o Senador Clovis Fecury é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of nº 060/2011-GLDEM).

20. Em 1º.11.2011, foi lido o Of. 0450-2011, do Senador Sérgio Petecão, de 04.10.2011, comunicando passar a ter a sua filiação partidária no Senado vinculada ao Partido Social Democrático - PSD.

21. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.

22. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.

23. Em 17.10.2012, vago em razão da designação da Senadora Lídice da Mata como membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF. nº 133/2012-GLDBAG).

24. Em 17.11.2011, o Senador Cássio Cunha Lima é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão. (Of. nº 194/2011 - GLPSDB)

25. Em 22.11.2011, o Senador Eduardo Suplicy é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann (Of. nº 138/2011-GLDBAG).

26. Em 23.11.2011, a Senadora Vanessa Grazziotin é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 140/2011-GLDBAG).

27. Em 28.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Geovani Borges, em face da reassunção do membro titular, Senador Gilvam Borges.

28. Em 29.11.2011, o Senador Aníbal Diniz é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Vanessa Grazziotin (Of. nº 142/2011-GLDBAG).

29. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.

30. Vaga cedida temporariamente ao PR (OF. Nº 308/2011-GLPMDB).

31. Senador Garibaldi Alves licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 07.12.2011, conforme Ofício nº 130/2011, aprovado na sessão de 07.12.2011.

32. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)

33. Em 07.12.2011, o Senador Casildo Maldaner é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador João Alberto Souza. (Of. s/n-GLPMDB)

34. Em 08.12.2011, o Senador Roberto Requião é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão. (Of. nº 320/2011-GLPMDB)
35. Em 13.12.2011, a Senadora Ivonete Dantas é designada membro titular do Bloco da Maioria (PMDB/PP/PV/PSC) na Comissão, em substituição ao Senador Garibaldi Alves (OF. GLPMDB nº 324/2011).
36. Em 28.12.2011, vago em virtude de a Senadora Marinor Brito ter deixado o mandato.
37. Em 08.02.2012, o Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. 10/12 - GLPSDB).
38. Em 14.02.2012, o Senador Demóstenes Torres é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Clóvis Fecury (Of. nº 1/2012 - GLDEM).
39. Em 02.03.2012, vago em virtude de o Senador Eunício Oliveira deixar, a pedido, de integrar como suplente a Comissão (Of. nº 22/2012 - GLPMDB).
40. Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato de Senador para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).
41. Em 06.03.2012, o Senador Eduardo Lopes é designado membro titular do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (Of. nº 28/2012 - GLDBAG).
42. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.
43. Em 06.04.2012, vago em virtude de a Senadora Ivonete Dantas não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Garibaldi Alves.
44. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. N° 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
45. Em 11.04.2012, o Senador Eduardo Amorim é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Gim Argello (OF. nº 10/2012-GLBUF).
46. Em 17.4.2012, em substituição ao Senador Demóstenes Torres, o Senador Clovis Fecury é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. nº 16/2012-GLDEM).
47. Em 07.05.2012, lido o Ofício nº 55/12-GLPSDB, comunicando que o Senador Aloysio Nunes Ferreira deixou de integrar a Comissão.
48. Em 26.06.2012, o Senador Gim Argello é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. nº 65/2012/BLUFOR).
49. Em 05.09.2012, o Senador Wilder Morais é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador José Agripino (Of. GLDEM nº 48/2012).
50. Em 13.09.2012, lido o Ofício nº 198/2012, da Senadora Marta Suplicy, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado da Cultura (D.O.U. nº 178, Seção 2, de 13 de setembro de 2012).
51. Em 17.10.2012, foi lido na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal o Ofício GSVALV nº 415/2012, do Senador Vicentinho Alves, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o seu afastamento do exercício do mandato para assumir o cargo de Secretário Extraordinário do Estado do Tocantins para Assuntos Legislativos junto ao Congresso Nacional (Diário Oficial do Estado do Tocantins nº 3.735, de 17.10.2012).
52. Em 17.10.2012, a Senadora Lídice da Mata é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Marta Suplicy (OF. nº 133/2012-GLDBAG).
53. Em 17.10.2012, foi lido o Ofício nº 115/2012-BLUFOR/SF, dos Senadores Gim Argello, Vicentinho Alves e João Costa, comunicando que o PPL passou a integrar o Bloco Parlamentar União e Força.
54. Em 17.10.2012, o Senador João Costa é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (Of. nº 100/2012/BLUFOR/SF).

**Secretário(a):** Altair Gonçalves Soares

**Reuniões:** quintas-feiras, às 09:00hs - Plenário nº 2 - ALA NILO COELHO

**Telefone(s):** 3303-4251/3303-2005

**Fax:** 3303-4646

**E-mail:** scomcdh@senado.gov.br

## 6.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE EM DEFESA DA MULHER

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo RCH nº 76/2007, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com o objetivo de acompanhar as ações em Defesa da Mulher.

**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

**PRESIDENTE:** Senadora Angela Portela (PT-RR)

**VICE-PRESIDENTE:** Senadora Lídice da Mata (PSB-BA)

**Instalação:** 12/04/2011

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB ) <sup>(2)</sup></b>	
Angela Portela (PT)	1. Marta Suplicy (PT) <sup>(7)</sup>
Lídice da Mata (PSB)	2. Ana Rita (PT)
<b>Bloco Parlamentar da Maioria ( PMDB, PP, PV ) <sup>(5)</sup></b>	
Sérgio Petecão (PSD) <sup>(3)</sup>	1. VAGO <sup>(4)</sup>
VAGO <sup>(1)</sup>	2.
<b>Bloco Parlamentar Minoria ( PSDB, DEM )</b>	
VAGO <sup>(1,6)</sup>	1.

**Notas:**

- Em 04.05.2011, foi lido o OF. N° 172/11-CDH, que comunica a nova composição da Subcomissão, com o não preenchimento da segunda vaga de titular do Bloco Parlamentar pelo Senador João Alberto Souza (PMDB) e a ocupação da vaga de titular do Bloco da Minoria pelo Senador Demóstenes Torres (DEM).
- O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. N° 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
- Em 1º.11.2011, foi lido o Of. 0450-2011, do Senador Sérgio Petecão, de 04.10.2011, comunicando passar a ter a sua filiação partidária no Senado vinculada ao Partido Social Democrático - PSD.
- Em 02.03.2012, vago em virtude de o Senador Eunício Oliveira deixar, a pedido, de integrar como suplente a Comissão (Of. n° 22/2012 - GLPMDB).
- Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. N° 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
- Vago, em 17.04.12, em virtude de o Senador Demóstenes Torres não pertencer mais à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (Of. n° 16/2012-GLDEM).
- Em 13.09.2012, lido o Ofício nº 198/2012, da Senadora Marta Suplicy, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado da Cultura (D.O.U. n° 178, Seção 2, de 13 de setembro de 2012).
- \*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.
- \*\*. Em 02.05.2011, foi lido o Of. 150/2011-CDH, que comunica a instalação da Subcomissão em 12.04.2011; a designação das Senadoras Ângela Portela e Lídice da Mata como membros titulares e das Senadoras Marta Suplicy e Ana Rita como membros suplentes do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão; a designação dos Senadores Sérgio Petecão e João Alberto Souza como membros titulares e do Senador Eunício Oliveira como membro suplente do Bloco Parlamentar PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Subcomissão; e a eleição das Senadoras Ângela Portela e Lídice da Mata, Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, da Subcomissão.

**Secretário(a):** Altair Gonçalves Soares

**Telefone(s):** 3303-4251/3303-2005

**Fax:** 3303-4646

**E-mail:** scomcdh@senado.gov.br

## 6.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE ERRADICAÇÃO DA MISÉRIA E REDUÇÃO DA POBREZA

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo RDH nº 3/2011, do Senador Wellington Dias, com o objetivo de, no prazo de 6 meses, identificar, analisar e debater propostas legislativas que tratam dos temas da pobreza, da exclusão social e da questão de acesso e do exercício de direitos humanos fundamentais das populações menos favorecidas.

**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Wellington Dias (PT-PI) <sup>(1)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) <sup>(1)</sup>

**Instalação:** 18/05/2011

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB ) <sup>(3)</sup></b>	
Ana Rita (PT)	1. Angela Portela (PT)
Wellington Dias (PT)	2. Gleisi Hoffmann (PT) <sup>(2)</sup>
<b>Bloco Parlamentar da Maioria ( PMDB, PP, PV ) <sup>(6)</sup></b>	
Sérgio Petecão (PSD) <sup>(4)</sup>	1. VAGO <sup>(5)</sup>
Paulo Davim (PV)	2. Ricardo Ferraço (PMDB)
<b>Bloco Parlamentar Minoria ( PSDB, DEM )</b>	
Cyro Miranda (PSDB)	1. Cristovam Buarque (PDT)

**Notas:**

1. Em 18.05.2011, a Subcomissão reunida elegeu os Senadores Wellington Dias e Sérgio Petecão, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.
2. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).
3. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. N° 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
4. Em 1º.11.2011, foi lido o Of. 0450-2011, do Senador Sérgio Petecão, de 04.10.2011, comunicando passar a ter a sua filiação partidária no Senado vinculada ao Partido Social Democrático - PSD.
5. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nº's 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
6. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. N° 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
- \*. Em 30.05.2011, foi lido o Ofício nº 268/2011/CDH designando a Senadora Ana Rita e o Senador Wellington Dias como titulares e as Senadoras Ângela Portela e Gleisi Hoffmann como suplentes do Bloco de Apoio ao Governo, os Senadores Sérgio Petecão e Paulo Davim como titulares e os Senadores Eduardo Amorim e Ricardo Ferraço como suplentes do Bloco Parlamentar PMDB-PP-PSC-PMN-PV, e o Senador Cyro Miranda como titular e o Senador Cristovam Buarque como suplente do Bloco da Minoria, para comporem a Subcomissão.

**Secretário(a):** Altair Gonçalves Soares

**Telefone(s):** 3303-4251/3303-2005

**Fax:** 3303-4646

**E-mail:** scomedh@senado.gov.br

**6.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE COMBATE AO TRABALHO ESCRAVO**

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo RDH nº 80/2011, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com o objetivo de desenvolver ações de combate às formas contemporâneas de escravidão.

**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

**Aprovação do Requerimento:** 02/06/2011

**Secretário(a):** Altair Gonçalves Soares  
**Telefone(s):** 3303-4251/3303-2005  
**Fax:** 3303-4646  
**E-mail:** scomedh@senado.gov.br

**6.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE COMBATE À PEDOFILIA, DIREITOS DA CRIANÇA, ADOLESCENTE, JUVENTUDE E IDOSO**

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo RDH nº 40/2012, do Senador Magno Malta, com a incumbência de, até ao final da presente legislatura, dentre outros assuntos, investigar e combater todas as ações de maus tratos em todos os níveis, contra crianças e adolescentes, incluindo investigação de denúncias de toda ação delituosa contra esse segmento.

**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

**Aprovação do Requerimento:** 29/03/2012

**Secretário(a):** Altair Gonçalves Soares  
**Telefone(s):** 3303-4251/3303-2005  
**Fax:** 3303-4646  
**E-mail:** scomedh@senado.gov.br

**7) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE****Número de membros:** 19 titulares e 19 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Fernando Collor (PTB-AL) <sup>(2)</sup>**VICE-PRESIDENTE:** Senador Cristovam Buarque (PDT-DF) <sup>(2)</sup>

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB ) <sup>(8)</sup></b>	
Anibal Diniz (PT)	1. Delcídio do Amaral (PT)
Eduardo Suplicy (PT)	2. Jorge Viana (PT)
Vanessa Grazziotin (PC DO B) <sup>(5,7)</sup>	3. Lindbergh Farias (PT) <sup>(4)</sup>
Sérgio Souza (PMDB) <sup>(6,9,10)</sup>	4. Eduardo Lopes (PRB) <sup>(18,19)</sup>
Cristovam Buarque (PDT)	5. Pedro Taques (PDT) <sup>(17)</sup>
Antonio Carlos Valadares (PSB)	6. João Capiberibe (PSB) <sup>(16)</sup>
<b>Bloco Parlamentar da Maioria ( PMDB, PP, PV ) <sup>(23)</sup></b>	
Jarbas Vasconcelos (PMDB)	1. Lobão Filho (PMDB)
Luiz Henrique (PMDB)	2. Romero Jucá (PMDB)
Jader Barbalho (PMDB) <sup>(24,25,28)</sup>	3. Ana Amélia (PP)
Vital do Rêgo (PMDB)	4. Roberto Requião (PMDB)
Pedro Simon (PMDB)	5. Ricardo Ferraço (PMDB)
Francisco Dornelles (PP)	6. Tomás Correia (PMDB) <sup>(13,14,15,22,27)</sup>
<b>Bloco Parlamentar Minoria ( PSDB, DEM )</b>	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	1. Aécio Neves (PSDB)
Paulo Bauer (PSDB) <sup>(3)</sup>	2. Cyro Miranda (PSDB)
José Agripino (DEM)	3. Clovis Fecury (DEM) <sup>(11)</sup>
<b>Bloco Parlamentar União e Força ( PTB, PR, PSC, PPL ) <sup>(23,30)</sup></b>	
Fernando Collor (PTB)	1. Mozarildo Cavalcanti (PTB)
Gim Argello (PTB)	2. Inácio Arruda (PC DO B) <sup>(1)</sup>
Cidinho Santos (PR) <sup>(26,29)</sup>	3. João Ribeiro (PR) <sup>(20,21)</sup>
<b>PSOL</b>	
Randolfe Rodrigues	1.

**Notas:**

\*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando o Senador Randolfe Rodrigues como membro titular para compor a CRE.

\*\*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

\*\*\*. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 20, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Fernando Collor como membro titular; e o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro suplente, para comporem a CRE.

\*\*\*\*. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 26, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aloysio Nunes e Lúcia Vânia como membros titulares; e os Senadores Aécio Neves e Cyro Miranda como membros suplentes, para comporem a CRE.

\*\*\*\*\*. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 32, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Gim Argello como membro titular, para compor a CRE.

\*\*\*\*\*. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador José Agripino como membro titular; e o Senador Demóstenes Torres como membro suplente, para comporem a CRE.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

\*\*\*\*\*. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 59, de 2011, da Liderança do Bloco PMDB-PP-PSC-PMN-PV, designando os Senadores Jarbas Vasconcelos, Luiz Henrique, Valdir Raupp, Vital do Rego, Pedro Simon e Francisco Dornelles como membros titulares; e os Senadores Lobão Filho, Romero Jucá, Ana Amélia, Roberto Requião, Ricardo Ferraço e Eduardo Amorim como membros suplentes, para comporem a CRE.

\*\*\*\*\*. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 15, de 2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Aníbal Diniz, Eduardo Suplicy, Gleisi Hoffmann, João Pedro, Blairo Maggi, Cristovam Buarque e Antônio Carlos Valadares como membros titulares; e os Senadores Delcídio Amaral, Jorge Viana, Walter Pinheiro, Marcelo Crivella, Clésio Andrade, Acir Gurgacz e Rodrigo Rollemberg como membros suplentes, para comporem a CRE.

1. Em 22.02.2011, o Senador Inácio Arruda é designado membro suplente em vaga cedida, provisoriamente, pelo Partido Trabalhista Brasileiro - PTB ao Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF. nº 034/2011 - GLPTB / OF. nº 021/2011 - GLBAG).

2. Em 23.02.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Fernando Collor e Cristovam Buarque, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.

3. Em 23.03.2011, o Senador Paulo Bauer é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 057/11-GLPSDB), em substituição à Senadora Lúcia Vânia.

4. Em 13.04.2011, o Senador Lindbergh Farias é designado membro suplente na Comissão, em substituição ao Senador Walter Pinheiro. (Of. nº 051/2011 - GLDBAG)

5. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).

6. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.

7. Em 03.08.2011, a Senadora Vanessa Grazziotin é designada membro titular na Comissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann. (Of. nº 098/2011 - GLDBAG)

8. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

9. Em 25.08.2011, o Bloco de Apoio ao Governo cede uma vaga de titular na Comissão ao Bloco Parlamentar da Maioria (Of. nº 106/2011-GLDBAG).

10. Em 29.08.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro titular na Comissão em vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 237/2011 - GLPMDA).

11. Em 05.10.2011, em substituição ao Senador Demóstenes Torres, o Senador Clovis Fecury é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão.(Of nº 060/2011-GLDEM).

12. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011 e do Of. nº 17/2011-GLPR.

13. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nº's 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.

14. Vaga cedida temporariamente ao PR (OF. Nº 308/2011-GLPMDA).

15. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)

16. Em 08.12.2011, o Senador João Capiberibe é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Rodrigo Rollemberg. (Of. nº 147/2011-GLDBAG)

17. Em 09.02.2012, o Senador Pedro Taques é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Acir Gurgacz. (Of. 022/2012 - GLDBAG)

18. Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato de Senador para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).

19. Em 06.03.2012, o Senador Eduardo Lopes é designado membro suplente do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (Of. nº 29/2012 - GLDBAG).

20. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade comunicou ao Senado sua filiação partidária ao PMDB (Of.GSCAND nº 91/2012, lido na sessão desta data).

21. Em 21.03.2012, o Senador João Ribeiro é designado membro suplente do PR na Comissão, em substituição ao Senador Clésio Andrade (Of. nº 004/2012-GLPR).

22. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antônio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.

23. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

24. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nº's 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.

25. Em 1º.08.2012, o Senador Tomás Correia é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDA nº 181/2012).

26. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 09.08.12, conforme os Requerimentos nº's 724 e 725/2012, aprovados na sessão de 07.08.12.

27. Em 09.08.2012, o Senador Tomás Correia é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDA nº 191/2012).

28. Em 09.08.2012, o Senador Jacer Barbalho é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Tomás Correia (OF. GLPMDA nº 192/2012).

29. Em 09.08.2012, o Senador Cidinho Santos é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Blairo Maggi (OF. Nº 081/2012/BLUFOR/SF).

30. Em 17.104.2012, foi lido o Ofício nº 115/2012-BLUFOR/SF, dos Senadores Gim Argello, Vicentinho Alves e João Costa, comunicando que o PPL passou a integrar o Bloco Parlamentar União e Força.

**Secretário(a):** Alvaro Araújo Souza

**Reuniões:** quintas-feiras, às 10h - Plenário nº 7 - Ala Alexandre Costa

**Telefone(s):** 3303-3496

**Fax:** 3303-3546

**E-mail:** scomcre@senado.gov.br

## **7.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROTEÇÃO DOS CIDADÃOS BRASILEIROS NO EXTERIOR**

**Finalidade:** Subcomissão criada pelos RRE's nº 4 e 11/2003, do Senador Marcelo Crivella e do Senador Tião Viana, respectivamente, com o objetivo de estudar, propor e adotar as medidas necessárias à implementação das propostas aprovadas no " I Encontro Ibérico da Comunidade de Brasileiros no Exterior", dentro do "Projeto Brasileiros no Exterior".

**Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes

**Notas:**

\*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Oficio nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

**Secretário(a):** Alvaro Araújo Souza

**Telefone(s):** 3303-3496

**Fax:** 3303-3546

**E-mail:** scomcre@senado.gov.br

## 7.2) SUBC. PERM. DE MONIT. DA IMPL. DAS MEDIDAS ADOT. NA RIO+20 E REGIME INTERNAC. S/ MUDANÇAS CLIMÁTICAS

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo RRE nº 3/2007\*\*, do Senador Heráclito Fortes, com o objetivo de acompanhar, estudar e monitorar a implementação das políticas públicas nacionais decorrentes dos esforços mundiais para o combate ao aquecimento global, que se iniciaram com a Conferência-Quadro sobre Mudança Climática, assinado no Rio de Janeiro, em 1992, assim como contribuir para o aperfeiçoamento dessa implementação, sob a perspectiva da política externa brasileira, por meio da formulação de proposições de normas e quaisquer outros atos que forem da competência do Poder Legislativo.

**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Cristovam Buarque (PDT-DF) <sup>(2)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Francisco Dornelles (PP-RJ) <sup>(2)</sup>

**Instalação:** 19/04/2011

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB ) <sup>(4)</sup></b>	
Cristovam Buarque (PDT)	1. Cidinho Santos (PR) (9,10,11)
Lindbergh Farias (PT)	2. Sérgio Souza (PMDB) (3,5)
<b>Bloco Parlamentar da Maioria ( PMDB, PP, PV ) <sup>(8)</sup></b>	
Luiz Henrique (PMDB)	1. Eduardo Lopes (PRB) (6,7)
Francisco Dornelles (PP)	2. Inácio Arruda (PC DO B)
<b>Bloco Parlamentar Minoria ( PSDB, DEM )</b>	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	1. Randolfe Rodrigues (PSOL) (1)

**Notas:**

1. Vaga cedida ao PSOL (Of. nº 27/20110-CRE/PRES)
2. Em 26.05.2011, foi lido o Ofício nº 061/2011 - CRE/PRES comunicando a eleição, no dia 19 de abril do ano em curso, dos Senadores Cristovam Buarque e Francisco Dornelles para Presidente e Vice-Presidente da Subcomissão, respectivamente.
3. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).
4. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. N° 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
5. Em 16.11.2011, o Senador Sérgio Souza é designado como membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann. (Of. nº 134/2011 - GLDBAG)
6. Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato de Senador para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).
7. Em 09.03.2012, o Senador Eduardo Lopes é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (OF. Nº 167/2012-CRE/PRES, lido na sessão de 13.03.2012).
8. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
9. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 09.08.12, conforme os Requerimentos nºs 724 e 725/2012, aprovados na sessão de 07.08.12.
10. Em 09.08.2012, vago em virtude de o Senador Blairo Maggi não pertencer mais à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (OF. Nº 081/2012/BLUFOR/SF).
11. Em 14.09.2012, lido ofício do Presidente da CRE designando o Senador Cidinho Santos, do PR, como membro suplente da Subcomissão, em vaga do Bloco de Apoio ao Governo anteriormente ocupada pelo Senador Blairo Maggi (OF. Nº 260/2012-CRE/PRES).

\*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

\*\*. Em 14.4.2011, foi lido o Ofício nº 27, de 2011, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, designando os Senadores Cristovam Buarque, Lindbergh Farias, Luiz Henrique, Francisco Dornelles e Aloysio Nunes Ferreira como membros titulares; e os Senadores Blairo Maggi, Gleisi Hoffmann, Marcelo Crivella, Inácio Arruda e Randolfe Rodrigues como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Permanente de Acompanhamento da Rio +20 e do Regime Internacional sobre Mudanças Climáticas.

\*\*\*. Em 14.4.2011, foi lido o Ofício nº 27, de 2011, da CRE, informando o aditamento do RRE nº 3/2007 pelo RRE nº 10/2011-CRE, que alterou o nome deste colegiado e ampliou sua competência para também acompanhar o planejamento e as atividades da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável - Rio +20.

\*\*\*\*. Em 8.08.2012, foi lido o Ofício nº 256, de 2011, da CRE, informando que aquela Comissão aprovou, em 5.07.2012, o Requerimento nº 28, de 2012-CRE, que adita o RRE nº 10/2011-CRE e altera o nome da Subcomissão Permanente de Acompanhamento da Rio +20 e do Regime Internacional sobre Mudanças Climáticas para Subcomissão Permanente de Monitoramento da Implantação das Medidas Adotadas na Rio+20 e do Regime Internacional sobre Mudanças Climáticas.

**Secretário(a):** Alvaro Araújo Souza

**Telefone(s):** 3303-3496

**Fax:** 3303-3546

**E-mail:** scomcre@senado.gov.br

### 7.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA MODERNIZAÇÃO E REAPARELHAMENTO DAS FORÇAS ARMADAS

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo RRE nº 5/2006, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, com o objetivo de tratar de assuntos de seu interesse.

**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Luiz Henrique (PMDB-SC) <sup>(3)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Marcelo Crivella (PRB-RJ) <sup>(3)</sup>

**Instalação:** 11/08/2011

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB ) <sup>(2)</sup></b>	
Cidinho Santos (PR) <sup>(7,8,9)</sup>	1. Jorge Viana (PT)
Delcídio do Amaral (PT)	2. Eduardo Lopes (PRB) <sup>(4,5)</sup>
<b>Bloco Parlamentar da Maioria ( PMDB, PP, PV ) <sup>(6)</sup></b>	
Luiz Henrique (PMDB)	1. Ana Amélia (PP)
Francisco Dornelles (PP)	2. VAGO
<b>Bloco Parlamentar Minoria ( PSDB, DEM )</b>	
VAGO	1. José Agripino (DEM) <sup>(1)</sup>

**Notas:**

1. Em 03.08.2011, o Senador José Agripino é designado como membro suplente do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Subcomissão, em substituição ao Senador Aloysio Nunes Ferreira. (Ofício nº 157/2011-CRE/PRES)
2. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. N° 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
3. Em 18.08.2011, foi lido o Ofício nº 171/2011 - CRE/PRES comunicando a eleição, no dia 11 de agosto do ano em curso, dos Senadores Luiz Henrique e Marcelo Crivella para Presidente e Vice-Presidente da Subcomissão, respectivamente.
4. Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato de Senador para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).
5. Em 09.03.2012, o Senador Eduardo Lopes é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (OF. N° 167/2012-CRE/PRES), lido na sessão de 13.03.2012.
6. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. N° 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
7. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 09.08.12, conforme os Requerimentos nº's 724 e 725/2012, aprovados na sessão de 07.08.12.
8. Em 09.08.2012, vago em virtude de o Senador Blairo Maggi não pertencer mais à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (OF. N° 081/2012/BLUFOR/SF).
9. Em 14.09.2012, lido ofício do Presidente da CRE designando o Senador Cidinho Santos, do PR, como membro titular da Subcomissão, em vaga do Bloco de Apoio ao Governo anteriormente ocupada pelo Senador Blairo Maggi (OF. N° 260/2012-CRE/PRES).
- \*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.
- \*\*. Em 14.07.2011, foi lido o Ofício nº 155/2011-CRE designando os Senadores Blairo Maggi e Delcídio do Amaral como titulares e os Senadores Jorge Viana e Marcelo Crivella como suplentes do Bloco de Apoio ao Governo; os Senadores Luiz Henrique e Francisco Dornelles como titulares e a Senadora Ana Amélia e o Senador Pedro Simon como suplentes do Bloco Parlamentar da Maioria; e o Senador Demóstenes Torres como titular e o Senador Aloysio Nunes Ferreira como suplente do Bloco Parlamentar da Minoria.
- \*\*\*\*. Em 08.12.2011, foi lido o Of. 219/2011-CRE/PRES, que comunica nova composição da Subcomissão, designando os Senadores Blairo Maggi e Delcidio do Amaral como membros titulares e dos Senadores Jorge Viana e Marcelo Crivella como membros suplentes do Bloco de Apoio ao Governo, os Senadores Luiz Henrique e Francisco Dornelles como membros titulares e a Senadora Ana Amélia como membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria, e o Senador José Agripino como membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Subcomissão.

#### **7.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA E DA FAIXA DE FRONTEIRA**

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo RRE nº 2/2009, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, com o objetivo de acompanhar as ações na Faixa de Fronteira.

**Número de membros:** 8 titulares e 8 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) <sup>(4)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** Senadora Ana Amélia (PP-RS) <sup>(4)</sup>

**Instalação:** 01/03/2011

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB ) <sup>(7)</sup></b>	
Cidinho Santos (PR) <sup>(16,18,19)</sup>	1. Eduardo Lopes (PRB) <sup>(12,13)</sup>
Jorge Viana (PT)	2. VAGO <sup>(11)</sup>
Delcídio do Amaral (PT)	3. Cristovam Buarque (PDT)
Vanessa Grazzotin (PC DO B) <sup>(5,8)</sup>	4. Sérgio Souza (PMDB) <sup>(3,6,10)</sup>
<b>Bloco Parlamentar da Maioria ( PMDB, PP, PV ) <sup>(14)</sup></b>	
Tomás Correia (PMDB) <sup>(15,17)</sup>	1. Lobão Filho (PMDB)
Ana Amélia (PP)	2. Jarbas Vasconcelos (PMDB)
<b>Bloco Parlamentar Minoría ( PSDB, DEM )</b>	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) <sup>(1)</sup>	1. VAGO <sup>(2,9)</sup>
<b>Bloco Parlamentar União e Força ( PTB, PR, PSC, PPL ) <sup>(14)</sup></b>	
Mozarildo Cavalcanti (PTB)	1. Randolfe Rodrigues (PSOL)

**Notas:**

- Em 13.04.2011, o Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado membro titular da Subcomissão, em substituição à Senadora Lúcia Vânia. (Of. nº 026/2011 - CRE/PRES)
- Em 13.04.2011, o Senador Cyro Miranda é designado membro suplente da Subcomissão, em substituição ao Senador Aloysio Nunes Ferreira. (Of. 026/2011 - CRE/PRES)
- Em 13.04.2011, o Senador João Pedro é designado membro suplente da Subcomissão. (Of. 026/2011 - CRE/PRES)
- Em 18.04.2011, foi lido o Ofício nº 29/2011-CREPRES comunicando a eleição do Senador Mozarildo Cavalcanti e da Senadora Ana Amélia para Presidente e Vice-Presidente da Subcomissão, respectivamente.
- Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).
- Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
- O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
- Em 28.09.2011, a Senadora Vanessa Grazzotin é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann (OF. nº 194/2011 - CRE/PRES).
- Vago em virtude do desligamento do Senador Cyro Miranda da Subcomissão (OF nº 194/2011 - CRE/PRES).
- Em 16.11.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro suplente da Subcomissão. (Of. nº 135/2011 - GLDBAG)
- Vago em 09.02.12 em virtude de o Senador Acir Gurgacz não pertencer mais à CRE (Of. nº 022/2012-GLDBAG e OF. Nº 167/2012-CRE/PRES).
- Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato de Senador para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).
- Em 09.03.2012, o Senador Eduardo Lopes é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (OF. Nº 167/2012-CRE/PRES, lido na sessão de 13.03.2012).

14. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. N° 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
  15. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos n°s 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
  16. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 09.08.12, conforme os Requerimentos n°s 724 e 725/2012, aprovados na sessão de 07.08.12.
  17. Em 09.03.2012, o Senador Tomás Correia é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. N° 257/2012-CRE/PRES).
  18. Em 09.08.2012, vago em virtude de o Senador Blairo Maggi não pertencer mais à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (OF. N° 081/2012/BLUFOR/SF).
  19. Em 14.09.2012, lido ofício do Presidente da CRE designando o Senador Cidinho Santos, do PR, como membro titular da Subcomissão, em vaga do Bloco de Apoio ao Governo anteriormente ocupada pelo Senador Blairo Maggi (OF. N° 260/2012-CRE/PRES).
- \*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.
- \*\*. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. N° 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

**Secretário(a):** Alvaro Araújo Souza  
**Telefone(s):** 3303-3496  
**Fax:** 3303-3546  
**E-mail:** scomcre@senado.gov.br

**8) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA - CI****Número de membros:** 23 titulares e 23 suplentes**PRESIDENTE:** Senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO) <sup>(1)</sup>**VICE-PRESIDENTE:** Senador Blairo Maggi (PR-MT) <sup>(1,37)</sup>

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB ) <sup>(9)</sup></b>	
Lindbergh Farias (PT)	1. Humberto Costa (PT)
Delcídio do Amaral (PT)	2. José Pimentel (PT)
Jorge Viana (PT)	3. Wellington Dias (PT)
Walter Pinheiro (PT)	4. Eduardo Lopes (PRB) <sup>(21,22)</sup>
Acir Gurgacz (PDT) <sup>(32,33,46,47)</sup>	5. Pedro Taques (PDT)
João Capiberibe (PSB) <sup>(19)</sup>	6. Rodrigo Rollemberg (PSB)
Inácio Arruda (PC DO B)	7. Vanessa Grazziotin (PC DO B)
<b>Bloco Parlamentar da Maioria ( PMDB, PP, PV ) <sup>(26)</sup></b>	
Tomás Correia (PMDB) <sup>(27,34,35)</sup>	1. Romero Jucá (PMDB) <sup>(27)</sup>
Waldemir Moka (PMDB) <sup>(27)</sup>	2. Sérgio Souza (PMDB) <sup>(3,4,11,27)</sup>
Lobão Filho (PMDB) <sup>(27)</sup>	3. Roberto Requião (PMDB) <sup>(27)</sup>
Vital do Rêgo (PMDB) <sup>(27)</sup>	4. Francisco Dornelles (PP) <sup>(10,27)</sup>
Ricardo Ferraço (PMDB) <sup>(27)</sup>	5. Clésio Andrade (PMDB) <sup>(12,23,24,27)</sup>
Eduardo Braga (PMDB) <sup>(27)</sup>	6. Casildo Maldaner (PMDB) <sup>(27)</sup>
Ciro Nogueira (PP) <sup>(27)</sup>	7. Ivo Cassol (PP) <sup>(16,17,18,25,27)</sup>
<b>Bloco Parlamentar Minoria ( PSDB, DEM )</b>	
Flexa Ribeiro (PSDB)	1. Aécio Neves (PSDB)
Lúcia Vânia (PSDB)	2. Aloisio Nunes Ferreira (PSDB)
Cyro Miranda (PSDB) <sup>(2,5)</sup>	3. Alvaro Dias (PSDB) <sup>(5,8)</sup>
Wilder Morais (DEM) <sup>(31,39)</sup>	4. Jayme Campos (DEM) <sup>(31,40)</sup>
<b>Bloco Parlamentar União e Força ( PTB, PR, PSC, PPL ) <sup>(26,43)</sup></b>	
Fernando Collor (PTB)	1. Armando Monteiro (PTB)
Gim Argello (PTB) <sup>(38)</sup>	2. João Vicente Claudino (PTB)
Blairo Maggi (PR) <sup>(36)</sup>	3. João Costa (PPL) <sup>(44,45)</sup>
<b>PSOL</b>	
(20)	1. (20)
<b>PSD</b>	
Marco Antônio Costa <sup>(28,30,41,42)</sup>	1. Sérgio Petecão <sup>(6,7,13,15,28,29,30)</sup>

**Notas:**

\*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 21, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Fernando Collor como membro titular; e os Senadores Armando Monteiro e João Vicente Claudino como membros suplentes, para comporem a CI.

\*\*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

\*\*\*\*. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 27, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Flexa Ribeiro, Lúcia Vânia e Paulo Bauer como membros titulares; e os Senadores Aécio Neves, Aloysio Nunes e Cyro Miranda como membros suplentes, para comporem a CI.

\*\*\*\*\*. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 40, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro titular, para compor a CI.

\*\*\*\*\*. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 18, de 2011, da Liderança do PT e do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Lindbergh Farias, Delcídio Amaral, Jorge Viana, Walter Pinheiro, Blairo Maggi, Acir Gurgacz, Antonio Carlos Valadares e Inácio Arruda como membros titulares; e os Senadores Humberto Costa, José Pimentel, Wellington Dias, Marcelo Crivella, Vicentinho Alves, Pedro Taques, Rodrigo Rollemberg e a Senadora Vanessa Grazziotin como membros suplentes, para comporem a CI.

\*\*\*\*\*. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 56, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Valdir Raupp, Waldemir Moka, Lobão Filho, Vital do Rêgo, Ricardo Ferraço, Eduardo Braga, Ciro Nogueira e Francisco Dornelles como membros titulares; e os Senadores Romero Jucá, Gilvam Borges, Roberto Requião, João Alberto Souza, Wilson Santiago, Casildo Maldaner, Eduardo Amorim e Ivo Cassol como membros suplentes, para comporem a CI.

\*\*\*\*\*. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Demóstenes Torres como membro titular; e o Senador Jayme Campos como membro suplente, para comporem a CI.

1. Em 17.03.2011, a Comissão reunida elegeu a Senadora Lúcia Vânia Presidente e o Senador Blairo Maggi Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 003/2011 - CI).

2. Em 23.03.2011, o Senador Mário Couto é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 058/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Paulo Bauer.

3. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.

4. Em 10.05.2011, o Senador Geovani Borges é designado suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. nº 141/2011-GLPMDB).

5. Em 01.06.2011, o Senador Cyro Miranda é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. nº 124/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Mário Couto, que passa a integrar a Comissão como membro suplente.

6. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.

7. Em 14.07.2011, o Senador Reditario Cassol é designado suplente do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 223/2011-GLPMDB).

8. Em 1º.08.2011, o Senador Álvaro Dias é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB) na Comissão, em substituição ao Senador Mário Couto (Of. nº 151/11-GLPSDB).

9. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

10. Em 29.09.2011, o Senador João Alberto Souza afastou-se nos termos do art. 56, inciso I, da Constituição Federal, para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais, da Casa Civil do Estado do Maranhão, conforme OF. Nº 208/2011-GSJALB.

11. Em 06.10.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Geovani Borges (Of. nº 272/2011 - GLPMDB).

12. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.

13. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditario Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. nº 656/2011-GSICAS).

14. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.

15. Em 16.11.2011, o Senador Ivo Cassol é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 294/2011).

16. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.

17. Vaga cedida temporariamente ao PR (OF. Nº 308/2011-GLPMDB).

18. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)

19. Em 08.12.2011, o Senador João Capiberibe é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Antônio Carlos Valadares. (Of. nº 148/2011-GLDBAG)

20. Vaga cedida temporariamente ao Bloco de Apoio ao Governo (OF. Nº 20/2012-GSRR).

21. Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato de Senador para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).

22. Em 06.03.2012, o Senador Eduardo Lopes é designado membro suplente do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (Of. nº 30/2012 - GLDBAG).

23. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade comunicou ao Senado sua filiação partidária ao PMDB (Of.GSCAND nº 91/2012, lido na sessão desta data).

24. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of.GLPMBD nº 36/2012).

25. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.

26. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

27. Em 13.4.2012, foi lido o Of. 67/2012, da Liderança do Bloco Parlamentar da Maioria, designando os Senadores Valdir Raupp, Waldemir Moka, Lobão Filho, Vital do Rêgo, Ricardo Ferraço, Eduardo Braga e Ciro Nogueira como membros titulares e os Senadores Romero Jucá, Sérgio Souza, Roberto Requião, Francisco Dornelles, Clésio Andrade, Casildo Maldaner e Ivo Cassol como membros suplentes, para compor a CI.
28. Em virtude do parágrafo único do art. 78 do RISF, foi feito novo cálculo de proporcionalidade partidária, tendo em vista a criação do Partido Social Democrático, cálculo esse aprovado na reunião de Líderes de 14.02.2012.
29. As notas que se referiam à vaga do Bloco Parlamentar da Maioria deixam de ser alocadas em razão do mencionado na nota anterior.
30. Em 17.04.2012, foi lido o Ofício nº 0005/2012, da Liderança do Partido Social Democrático - PSD, designando a Senadora Kátia Abreu como membro titular e o Senador Sérgio Petecão como membro suplente, para compor a Comissão.
31. Em 17.4.2012, em substituição ao Senador Demóstenes Torres, o Senador Jayme Campos é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, ficando a vaga de suplente a ser indicada posteriormente (Of. nº 19/2012-GLDEM).
32. Senador Acir Gurgacz licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 29.06.12, conforme os Requerimentos nºs 609 e 610, de 2012, aprovados na sessão de 28.06.12.
33. Em 04.07.2012, o Senador Assis Gurgacz é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Acir Gurgacz (Of nº 088/2012-GLDB AG).
34. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
35. Em 1º.08.2012, o Senador Tomás Correia é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 181/2012).
36. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 09.08.12, conforme os Requerimentos nºs 724 e 725/2012, aprovados na sessão de 07.08.12.
37. Senador Blairo Maggi licenciou-se por 130 dias, a partir de 09.08.12, nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, conforme os Requerimentos nºs 724 e 725/2012, aprovados na sessão de 07.08.12.
38. Em 09.08.2012, o Senador Gim Argello é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Moazildo Cavalcanti (OF. Nº 093/2012/BLUFOR/SF).
39. Em 03.09.2012, o Senador Wilder Moraes é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Jayme Campos (OF. Nº 045/12-GLDEM).
40. Em 03.09.2012, o Senador Jayme Campos é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em decorrência da designação do Senador Wilder Moraes como titular (OF. Nº 045/12-GLDEM).
41. Em 02.10.2012, a Senadora Kátia Abreu licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 02.10.2012, conforme RQS nº 869/2012, deferido na sessão de 01.10.2012.
42. Em 16.10.2012, o Senador Marco Antônio Costa é designado membro titular do PSD/PSOL na Comissão, em substituição à Senadora Kátia Abreu (Of. nº 55/2012 - GLPSD).
43. Em 17.10.2012, foi lido o Ofício nº 115/2012-BLUFOR/SF, dos Senadores Gim Argello, Vicentinho Alves e João Costa, comunicando que o PPL passou a integrar o Bloco Parlamentar União e Força.
44. Em 17.10.2012, foi lido na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal o Ofício GSVALV nº 415/2012, do Senador Vicentinho Alves, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o seu afastamento do exercício do mandato para assumir o cargo de Secretário Extraordinário do Estado do Tocantins para Assuntos Legislativos junto ao Congresso Nacional (Diário Oficial do Estado do Tocantins nº 3.735, de 17.10.2012).
45. Em 17.10.2012, o Senador João Costa é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (Of. nº 104/2012/BLUFOR/SF).
46. Vago em virtude de o Senador Assis Gurgacz não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Acir Gurgacz, em 30.10.2012 (Of. GSAGUR-172/2012).
47. Em 30.10.2012, o Senador Acir Gurgacz é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Assis Gurgacz (Of. nº 140/2012 -GLDBAG).

**Secretário(a):** José Alexandre Girão M. da Silva

**Reuniões:** quintas-feiras, às 9h - Plenário nº 13 - Ala Alexandre Costa

**Telefone(s):** 3303-4607

**Fax:** 3303-3286

**E-mail:** scomci@senado.gov.br

**8.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - PLANO DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO**

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo RQI nº 6/2007, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, com o objetivo de acompanhar a implementação do Plano de Aceleração do Crescimento - PAC.

**Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes

**Notas:**

\*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

**Secretário(a):** José Alexandre Girão M. da Silva

**Telefone(s):** 3303-4607

**Fax:** 3303-3286

**E-mail:** scomci@senado.gov.br

**8.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE INFRAESTRUTURA E DESENVOLVIMENTO URBANO**

**Finalidade:** Debater temas relacionados à infraestrutura e desenvolvimento urbano.

**Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes

**Notas:**

\*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

**Secretário(a):** José Alexandre Girão M. da Silva

**Telefone(s):** 3303-4607

**Fax:** 3303-3286

**E-mail:** scomci@senado.gov.br

### 8.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA SOBRE A AVIAÇÃO CIVIL

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo RQI nº 68/2011, do Senador Vicentinho Alves, com a finalidade de, no prazo de doze meses, realizar ciclo de debates sobre a situação de todos os seguimentos da aviação nacional.

**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

**PRESIDENTE:** VAGO <sup>(2,11)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) <sup>(3,5,7)</sup>

**RELATOR:** Senador Vital do Rêgo (PMDB-PB) <sup>(4,5)</sup>

**Instalação:** 09/02/2012

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB )</b>	
Walter Pinheiro (PT)	1. José Pimentel (PT)
João Costa (PPL) (1,11,12,13)	2. Delcídio do Amaral (PT)
<b>Bloco Parlamentar da Maioria ( PMDB, PP, PV ) <sup>(6)</sup></b>	
Vital do Rêgo (PMDB)	1. Ivo Cassol (PP)
Eduardo Braga (PMDB)	2. Tomás Correia (PMDB) (8,9)
<b>Bloco Parlamentar Minoria ( PSDB, DEM )</b>	
Flexa Ribeiro (PSDB)	1. Lúcia Vânia (PSDB)

**Notas:**

1. Vaga cedida temporariamente ao Partido da República - PR (Of. nº 002/2012-GLDBAG).
2. Em 15.02.2012, foi lido o Of. nº 11/2012-CI, comunicando a eleição do Senador Vicentinho Alves para Presidente da Subcomissão.
3. Em 05.03.2012, foi lido o Ofício nº 22/2012-CI comunicando a eleição do Senador Vital do Rêgo para Vice-Presidente da Subcomissão.
4. Em 05.03.2012, foi lido o Of. nº 22/12-CI, comunicando que o Senador Eduardo Braga foi designado Relator.
5. Em 27.03.2012, foi lido o Ofício nº 037/2012-CI comunicando a renúncia do Senador Vital do Rêgo ao cargo de Vice-Presidente da Subcomissão e sua indicação ao cargo de Relator.
6. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. N° 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
7. Em 24.04.2012, foi lido o Of. nº 44/2012-CI, comunicando a eleição do Senador Flexa Ribeiro para Vice-Presidente da Subcomissão.
8. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nº's 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
9. Em 08.08.2012, foi lido o Of. nº 185/2012-GLPMDB, designando o Senador Tomás Correia como membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp.
10. Em 17.10.2012, foi lido na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal o Ofício GSVALV nº 415/2012, do Senador Vicentinho Alves, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o seu afastamento do exercício do mandato para assumir o cargo de Secretário Extraordinário do Estado do Tocantins para Assuntos Legislativos junto ao Congresso Nacional (Diário Oficial do Estado do Tocantins nº 3.735, de 17.10.2012).
11. Em 17.10.2012, o Senador Vicentinho Alves afastou-se, nos termos do art. 47 do Regimento Interno do Senado Federal, do exercício do mandato para assumir o cargo de Secretário Extraordinário do Estado do Tocantins para Assuntos Legislativos junto ao Congresso Nacional (Of. GSVALV nº 415/2012, Diário Oficial do Estado do Tocantins nº 3.735, de 17.10.2012).
12. Vago em virtude de o Senador Vicentinho Alves não pertencer mais à Comissão de Serviços de Infraestrutura.
13. Em 29.10.2012, o Senador João Costa é designado membro titular na Subcomissão (Of. nº 066/2012-PRES/CI).
- \*. Em 06.02.2012, foram lidos os Ofícios nº's 115, de 2011, e 1, de 2012, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, designando os Senadores Walter Pinheiro, Vicentinho Alves, Vital do Rêgo, Eduardo Braga e Flexa Ribeiro como membros titulares; e os Senadores José Pimentel, Delcídio do Amaral, Ivo Cassol, Valdir Raupp e a Senadora Lúcia Vânia como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Temporária sobre a Aviação Civil.

#### **8.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA O ACOMPANHAMENTO DAS ATIVIDADES DA ELETROBRÁS DISTRIBUIÇÃO**

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo RQI nº 8/2012, do Senador Ivo Cassol, para o acompanhamento das atividades da Eletrobrás Distribuição Acre, Eletrobrás Distribuição Alagoas, Eletrobrás Distribuição Piauí, Eletrobrás Distribuição Rondônia, Eletrobrás Distribuição Roraima e Eletrobrás Amazonas Energia, com a finalidade de discutir a qualidade de energia produzida e oferecida aos consumidores, os problemas, causas, efeitos e soluções técnico-operacionais e de gestão administrativa.

**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Ivo Cassol (PP-RO) <sup>(4)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Jayme Campos (DEM-MT) <sup>(4)</sup>

**RELATOR:** Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) <sup>(4)</sup>

**Aprovação do Requerimento:** 08/03/2012

**Instalação:** 16/05/2012

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB )</b>	
Jorge Viana (PT)	1. Wellington Dias (PT)
Vanessa Grazziotin (PC DO B)	
<b>Bloco Parlamentar da Maioria ( PMDB, PP, PV )</b>	
Ivo Cassol (PP)	1. Ciro Nogueira (PP)
Sérgio Petecão (PSD) <sup>(1,2)</sup>	2. Tomás Correia (PMDB) <sup>(6,7)</sup>
<b>Bloco Parlamentar Minoria ( PSDB, DEM )</b>	
Jayme Campos (DEM)	1.
<b>Bloco Parlamentar União e Força ( PTB, PR, PSC, PPL )</b>	
	1. João Costa (PPL) <sup>(3,5,8,9,10)</sup>

**Notas:**

1. Em 14.05.2012, o Senador Sérgio Petecão é designado membro titular na Comissão, em vaga cedida provisoriamente pelo Bloco Parlamentar da Maioria (Of. Nº058/2012 - CI).
2. Em 14.05.2012, o Bloco Parlamentar da Maioria cede, em caráter provisório, uma vaga de titular na Comissão ao Senador Sérgio Petecão (Ofício GLPMDB nº 00116/2012).
3. Em 16.05.2012, o Bloco de Apoio ao Governo cede vaga de suplente ao Bloco Parlamentar União e Força na Subcomissão (Of. nº 068/2012-GLDBAG, lido na sessão de 17.05.2012).
4. Em 16.05.2012, foram eleitos Presidente o Senador Ivo Cassol e Vice-Presidente o Senador Jayme Campos. O Senador Sérgio Petecão foi designado Relator (Of. nº 059/2012-CI, lido na sessão de 17.05.2012).
5. Em 16.05.2012, o Senador Vicentinho Alves é designado membro suplente na Subcomissão em vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 060/2012-PRES-CI, lido na sessão de 17.05.2012).
6. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
7. Em 08.08.2012, foi lido o Of. nº 185/2012-GLPMDB, designando o Senador Tomás Correia como membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp.
8. Em 17.10.2012, foi lido na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal o Ofício GSVALV nº 415/2012, do Senador Vicentinho Alves, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o seu afastamento do exercício do mandato para assumir

o cargo de Secretário Extraordinário do Estado do Tocantins para Assuntos Legislativos junto ao Congresso Nacional (Diário Oficial do Estado do Tocantins nº 3.735, de 17.10.2012).

9. Vago em virtude de o Senador Vicentinho Alves não pertencer mais à Comissão de Serviços de Infraestrutura.

10. Em 29.10.2012, o Senador João Costa é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Subcomissão (Of. nº 067/2012-PRES/CI).

\*. Em 22.03.2012, foi lido o Of. nº 30/2011-CI, comunicando a criação da Subcomissão Permanente, de acordo com a aprovação, em 08.03.2012, do Requerimento nº 08/2012-CI.

\*\*. Em 10.05.2012, foi lido o OF. nº 54/2012 - PRES/CI, designando o Senador Jorge Viana e a Senadora Vanessa Grazziotin como membros titulares, e o Senador Wellington Dias como suplente (pelo Bloco de Apoio ao Governo); o Senador Ivo Cassol como titular, e os Senadores Ciro Nogueira e Valdir Raupp como suplentes (pelo Bloco Parlamentar da Maioria); e o Senador Jayme Campos como titular (pelo Bloco Parlamentar Minoria), para comporem a Subcomissão.

**Secretário(a):** José Alexandre Girão M. da Silva

**Telefone(s):** 3303-4607

**Fax:** 3303-3286

**E-mail:** scomci@senado.gov.br

**9) COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR****Número de membros:** 17 titulares e 17 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Benedito de Lira (PP-AL) <sup>(1)</sup>**VICE-PRESIDENTE:** Senador Eduardo Amorim (PSC-SE) <sup>(1,22,23,28,33,36)</sup>

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB ) <sup>(11)</sup></b>	
Wellington Dias (PT) <sup>(2)</sup>	1. Paulo Paim (PT)
Ana Rita (PT)	2. Zeze Perrella (PDT) <sup>(8,12)</sup>
Vanessa Grazziotin (PC DO B)	3. José Pimentel (PT) <sup>(3)</sup>
João Durval (PDT)	4. Acir Gurgacz (PDT) <sup>(38,39,44,45)</sup>
Lídice da Mata (PSB)	5. Rodrigo Rollemberg (PSB) <sup>(14)</sup>
<b>Bloco Parlamentar da Maioria ( PMDB, PP, PV ) <sup>(34)</sup></b>	
Ana Amélia (PP)	1. João Alberto Souza (PMDB) <sup>(15)</sup>
Ricardo Ferraço (PMDB) <sup>(22,23,24,26,31,37)</sup>	2. Lobão Filho (PMDB)
Vital do Rêgo (PMDB)	3. Romero Jucá (PMDB) <sup>(4,43)</sup>
Eduardo Braga (PMDB) <sup>(17,40)</sup>	4. VAGO <sup>(30)</sup>
Ciro Nogueira (PP)	5. Ivo Cassol (PP) <sup>(9,10,18,19)</sup>
Benedito de Lira (PP)	6. VAGO <sup>(25,27,32)</sup>
<b>Bloco Parlamentar Minoria ( PSDB, DEM )</b>	
Cássio Cunha Lima (PSDB) <sup>(6,13,21)</sup>	1. Lúcia Vânia (PSDB)
Cícero Lucena (PSDB)	2. VAGO <sup>(7)</sup>
Maria do Carmo Alves (DEM)	3. Wilder Morais (DEM) <sup>(5,41)</sup>
<b>Bloco Parlamentar União e Força ( PTB, PR, PSC, PPL ) <sup>(34,42)</sup></b>	
Mozarildo Cavalcanti (PTB)	1. Armando Monteiro (PTB)
Eduardo Amorim (PSC) <sup>(35)</sup>	2. Magno Malta (PR)
<b>PSD PSOL <sup>(29)</sup></b>	
	1. Randolfe Rodrigues (PSOL) <sup>(16)</sup>

**Notas:**

\*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

\*\*. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 22, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro titular; e o Senador Armando Monteiro como membro suplente, para comporem a CDR.

\*\*\*. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 28, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aécio Neves e Cícero Lucena como membros titulares; e as Senadoras Lúcia Vânia e Marisa Serrano como membros suplentes, para comporem a CDR.

\*\*\*\*. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando a Senadora Maria do Carmo Alves como membro titular; e a Senadora Kátia Abreu como membro suplente, para comporem a CDR.

\*\*\*\*\*. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 55, de 2011, da Liderança do Bloco PMDB-PP-PSC-PMN-PV, designando a Senadora Ana Amélia e os Senadores Eduardo Amorim, Vital do Rego, Wilson Santiago, Ciro Nogueira e Benedito de Lira como membros titulares; e os Senadores João Alberto Souza, Lobão Filho, Jarbas Vasconcelos, Eunício Oliveira, Ivo Cassol e Garibaldi Alves como membros suplentes, para comporem a CDR.

\*\*\*\*\*. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 23, de 2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores José Pimentel, Ana Rita Esgráio, Vanessa Grazziotin, Vicentinho Alves, João Durval e Lídice da Mata como membros titulares; e os Senadores Paulo Paim, João Pedro, Wellington Dias, Magno Malta e Acir Gurgacz como membros suplentes, para comporem a CDR.

\*\*\*\*\*. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. N° 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

1. Em 23.02.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Benedito de Lira e Eduardo Amorim, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Ofício n° 001/2011 - PRES/CDR).
2. Em 24.02.2011, o Senador Wellington Dias é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador José Pimentel, que passa a ocupar a vaga de suplente destinada ao Bloco (Ofício n° 027/2011-GLDBAG).
3. Em 24.02.2011, o Senador José Pimentel foi substituído pelo Senador Wellington Dias como membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, passando a compôr a como suplente em vaga destinada ao Bloco (Ofício n° 027/2011-GLDBAG).
4. Em 01.03.2011, vago em virtude de o Senador Jarbas Vasconcelos declinar da indicação da Liderança do PMDB para compor a Comissão.
5. Em 05.04.2011, o Senador José Agripino é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. 033/11 - GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
6. Em 10.05.2011, o Senador Ataídes Oliveira é designado titular do Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB/DEM) na Comissão, em substituição ao Senador Aécio Neves (Of. n° 113/2011-GLPSDB).
7. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.
8. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
9. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS n°s 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.
10. Em 14.07.2011, o Senador Reditario Cassol é designado suplente do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. n° 223/2011-GLPMDB).
11. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. N° 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
12. Em 18.08.2011, o Senador Zeze Perrella é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. n° 102/2011 - GLDBAG).
13. Vago em virtude de o Senador Ataídes Oliveira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Ribeiro, em 1º.09.2011.
14. Em 29.09.2011, o Senador Rodrigo Rolemberg é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF n° 120/2011 - GLDBAG).
15. Em 29.09.2011, o Senador João Alberto Souza afastou-se nos termos do art. 56, inciso I, da Constituição Federal, para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais, da Casa Civil do Estado do Maranhão, conforme OF. N° 208/2011-GSJALB.
16. Em 29.09.2011, o Senador Randolfe Rodrigues é designado suplente do PSOL na Comissão (OF n° 481/2011 - GSMB).
17. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.
18. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditario Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. n° 656/2011-GSICAS).
19. Em 16.11.2011, o Senador Ivo Cassol é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB n° 294/2011).
20. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.
21. Em 17.11.2011, o Senador Cássio Cunha Lima é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão. (Of. n° 193/2011 - GLPSDB)
22. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos n°s 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
23. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos n°s 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
24. Vaga cedida temporariamente ao PR (OF. N° 308/2011-GLPMDB).
25. Senador Garibaldi Alves licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 07.12.2011, conforme Ofício n° 130/2011, aprovado na sessão de 07.12.2011.
26. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)
27. Em 13.12.2011, a Senadora Ivonete Dantas é designada membro suplente do Bloco da Maioria (PMDB/PP/PV/PSC) na Comissão, em substituição ao Senador Garibaldi Alves (OF. GLPMDB n° 326/2011).
28. Em 14.12.2011, foi lido o Ofício n° 342/2011-PRES/CDR comunicando a eleição do Senador Lauro Antônio, no dia 13.12.2011, para Vice-Presidente da Comissão.
29. Em 16.02.2012, foi lido o Of. n° 6/2012-GLPSD, comunicando o compartilhamento de vagas entre o PSD e o PSOL na Comissão.
30. Em 02.03.2012, vago em virtude de o Senador Eunício Oliveira deixar, a pedido, de integrar como suplente a Comissão (Of. n° 22/2012 - GLPMDB).
31. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.
32. Em 06.04.2012, vago em virtude de a Senadora Ivonete Dantas não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Garibaldi Alves.
33. Vago em 05.04.2012, em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.
34. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. N° 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar esse Bloco.
35. Em 17.04.2012, o Senador Eduardo Amorim é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (OF. N° 018/2012/GLBUF/SF).
36. Em 24.05.2012, foi lido o Ofício n° 120/2012-PRES/CDR comunicando a eleição do Senador Eduardo Amorim para Vice-Presidente da Comissão.
37. Em 13.06.2012, o Senador Ricardo Ferraço é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB) na Comissão (OF. GLPMDB n° 151/2012).
38. Senador Acir Gurgacz licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 29.06.12, conforme os Requerimentos n°s 609 e 610, de 2012, aprovados na sessão de 28.06.12.

39. Em 04.07.2012, o Senador Assis Gurgacz é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Acir Gurgacz (Of nº 091/2012-GLDBAG).
40. Em 16.08.2012, o Senador Eduardo Braga é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. nº 277/2012-GLPMDB).
41. Em 05.09.2012, o Senador Wilder Morais é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoría na Comissão, em substituição ao Senador José Agripino (Of nº 049/12-GLDEM).
42. Em 17.10.2012, foi lido o Ofício nº 115/2012-BLUFOR/SF, dos Senadores Gim Argello, Vicentinho Alves e João Costa, comunicando que o PPL passou a integrar o Bloco Parlamentar União e Força.
43. Em 19.10.2012 o Senador Romero Jucá é designado como membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. GLPMDB nº 329/2012).
44. Vago em virtude de o Senador Assis Gurgacz não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Acir Gurgacz, em 30.10.2012 (Of. GSAGUR-172/2012).
45. Em 30.10.2012, o Senador Acir Gurgacz é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Assis Gurgacz (Of. nº 141/2012 - GLDBAG).

**Secretário(a):** Selma Míriam Perpétuo Martins  
**Reuniões:** terças-feiras, às 14h -  
**Telefone(s):** 3303-4282  
**Fax:** 3303-1627  
**E-mail:** scomcdr@senado.gov.br

### **9.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE**

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo RDR nº 2/2011, do Senador Wellington Dias, com o objetivo de acompanhar o Desenvolvimento do Nordeste.

**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Wellington Dias (PT-PI) <sup>(1)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** VAGO <sup>(5,7,8)</sup>

**Instalação:** 29/03/2011

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB ) <sup>(2)</sup></b>	
Wellington Dias (PT)	1. José Pimentel (PT)
Lídice da Mata (PSB)	2. Magno Malta (PR)
<b>Bloco Parlamentar da Maioria ( PMDB, PP, PV ) <sup>(10)</sup></b>	
Vital do Rêgo (PMDB)	1. Ciro Nogueira (PP)
	2. VAGO <sup>(3)</sup>
<b>Bloco Parlamentar Minoria ( PSDB, DEM )</b>	
Maria do Carmo Alves (DEM)	1. Cicero Lucena (PSDB)
<b>PSC</b>	
Eduardo Amorim <sup>(4,6,9,11,12)</sup>	

**Notas:**

- Em 04.04.2011, foi lido o Ofício nº 01/2011-CDR comunicando a eleição dos Senadores Wellington Dias e Eduardo Amorim para Presidente e Vice-Presidente da Subcomissão, respectivamente.
- O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
- Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.
- Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nº's 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
- O Senador Eduardo Amorim licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nº's 1.458 e 1.459/11, aprovados na sessão de 30.11.2011, e foi substituído na Subcomissão pelo Senador Lauro Antonio, em 21.12.2011 (OF. Nº 377/2011-PRES/CDR).
- Em 21.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, licenciado (OF. Nº 377/2011-PRES/CDR).
- Em 14.02.2012, foi lido o Ofício nº 11/2012-CDR comunicando a eleição do Senador Lauro Antônio para Vice-Presidente da Subcomissão.
- Vago em 05.04.2012, em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.
- Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.
- Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
- Em 28.05.2012, o Bloco Parlamentar da Maioria cede uma vaga de titular na Subcomissão ao Partido Social Cristão - PSC (OF. GLPMDB nº 140/2012).
- O Presidente da CDR comunica a designação do Senador Eduardo Amorim como membro titular da Subcomissão (OF. Nº 119/2012-PRES/CDR).

## 9.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo RDR nº 1/2011, da Senadora Vanessa Grazziotin, com o objetivo de acompanhar as políticas referentes à Amazônia.

**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

**PRESIDENTE:** Senadora Vanessa Grazziotin (PC DO B-AM) <sup>(1)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** VAGO <sup>(1,10)</sup>

**Instalação:** 12/04/2011

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB ) <sup>(5)</sup></b>	
Vanessa Grazziotin (PC DO B)	1. VAGO (12,13)
VAGO (11)	2. VAGO (3)
<b>Bloco Parlamentar da Maioria ( PMDB, PP, PV ) <sup>(9)</sup></b>	
Ana Amélia (PP)	1. Mozarildo Cavalcanti (PTB)
Ivo Cassol (PP) (4,6,7,8)	2. Lobão Filho (PMDB)
<b>Bloco Parlamentar Minoria ( PSDB, DEM )</b>	
VAGO (2)	1. Lúcia Vânia (PSDB)

**Notas:**

1. Em 12.04.2011 a Subcomissão reunida elegeu a Senadora Vanessa Grazziotin e o Senador Vicentinho Alves, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Ofício nº 041/2011-CDR/PRES).
2. Vago em 10.05.2011 em virtude de o Senador Aécio Neves não pertencer mais à Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (Of. nº 113/2011-GLPSDB).
3. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
4. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.
5. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
6. Em 18.08.2011, o Senador Reditario Cassol é designado titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (OF. Nº 162/2011-PRES/CDR).
7. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditario Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. nº 656/2011-GSICAS).
8. Em 22.11.2011, o Senador Ivo Cassol é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Subcomissão (OF. Nº 339/2011-PRES/CDR).
9. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
10. Vago, em 17.04.2012, em virtude de o Senador Vicentinho Alves não pertencer mais à CDR (OF. Nº 018/2012/GLBUF/SF).
11. Em 17.04.2012, vago em virtude de o Senador Vicentinho Alves não pertencer mais à CDR (OF. Nº 018/2012/GLBUF/SF).
12. Senador Acir Gurgacz licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 29.06.12, conforme os Requerimentos nºs 609 e 610, de 2012, aprovados na sessão de 28.06.12.
13. Em 04.07.2012, vago em virtude de o Senador Acir Gurgacz não pertencer mais à CDR (Of. nº 091/2012 - GLDBAG).

**Secretário(a):** Selma Míriam Perpétuo Martins

**Telefone(s):** 3303-4282

**Fax:** 3303-1627

**E-mail:** scomcdr@senado.gov.br

### **9.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE DESENVOLVIMENTO DO CODESUL**

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo RDR nº 5/2011, da Senadora Ana Amélia, com o objetivo de debater as propostas de integração regional e desenvolvimento dos Estados da região Sul.

**Secretário(a):** Selma Míriam Perpétuo Martins

**Telefone(s):** 3303-4282

**Fax:** 3303-1627

**E-mail:** scomcdr@senado.gov.br

#### **9.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA COPA 2014, OLIMPÍADA E PARAOLIMPÍADA 2016.**

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo RDR nº 8/2011, da Senadora Lídice da Mata, com o objetivo de acompanhar, avaliar e fiscalizar todas as ações empreendidas para a realização da Copa do Mundo de Futebol em 2014 no Brasil, bem como para os Jogos Olímpicos e Paraolímpicos em 2016, na cidade do Rio de Janeiro.

**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

**PRESIDENTE:** Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) <sup>(1)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Zeze Perrella (PDT-MG) <sup>(1,5,7)</sup>

**Designação:** 14/06/2011

**Instalação:** 05/07/2011

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB ) <sup>(3)</sup></b>	
Zeze Perrella (PDT) <sup>(2,6)</sup>	1. José Pimentel (PT)
Lídice da Mata (PSB)	2.
<b>Bloco Parlamentar da Maioria ( PMDB, PP, PV ) <sup>(12)</sup></b>	
Vital do Rêgo (PMDB)	1. VAGO <sup>(9)</sup>
VAGO <sup>(8)</sup>	2. VAGO <sup>(10)</sup>
<b>Bloco Parlamentar Minoria ( PSDB, DEM )</b>	
Cássio Cunha Lima (PSDB) <sup>(4,11)</sup>	1. Cícero Lucena (PSDB)

**Notas:**

1. Em 06.07.2011, foi lido Ofício comunicando a eleição da senadora Lídice da Mata e do senador Ataídes Oliveira para Presidente e Vice-Presidente da Subcomissão, respectivamente (Ofício nº 099/2011-PRES/CDR).
2. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
3. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
4. Vago em virtude de o Senador Ataídes Oliveira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Ribeiro, em 1º.09.2011.
5. Em 1º.09.2011, vago em virtude de o Senador Ataídes Oliveira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Ribeiro.
6. Em 20.09.2011, o Senador Zeze Perrella é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão(Of. nº 220/2011-PRES/CDR).
7. Em 20.09.2011, foi lido o Ofício nº 221/2011-PRESCDR comunicando a eleição do Senador Zeze Perrella para vice-presidente da Subcomissão.
8. Em 08.11.2011, vago em virtude do Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.
9. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
10. Em 02.03.2012, vago em virtude de o Senador Eunício Oliveira deixar, a pedido, de integrar como suplente a Comissão (Of. nº 22/2012 - GLPMDB).
11. Em 06.03.2012, o Senador Cássio Cunha Lima é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Subcomissão(Of. nº 049/2012-PRES/CDR).
12. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
- \*. Em 14.6.2011, foi lido o Ofício nº 85, de 2011, da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, designando os Senadores João Pedro, Lídice da Mata, Vital do Rêgo, Wilson Santiago e Ataídes Oliveira como membros titulares; e os Senadores José Pimentel, Eduardo Amorim, Eunício Oliveira e Cícero Lucena como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Temporária Copa 2014, Olimpíada e Paraolímpiada 2016.

**10) COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA****Número de membros:** 17 titulares e 17 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) <sup>(2,39)</sup>**VICE-PRESIDENTE:** Senador Waldemir Moka (PMDB-MS) <sup>(2)</sup>

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB ) <sup>(16)</sup></b>	
Delcídio do Amaral (PT)	1. Angela Portela (PT)
Antonio Russo (PR) <sup>(8,11,23,24)</sup>	2. Eduardo Suplicy (PT)
Zeze Perrella (PDT) <sup>(12,17)</sup>	3. Walter Pinheiro (PT)
Acir Gurgacz (PDT) <sup>(40,49)</sup>	4. João Durval (PDT)
Rodrigo Rollemberg (PSB) <sup>(5)</sup>	5. Antonio Carlos Valadares (PSB)
<b>Bloco Parlamentar da Maioria ( PMDB, PP, PV ) <sup>(38)</sup></b>	
Waldemir Moka (PMDB)	1. VAGO <sup>(28,30,36)</sup>
Casildo Maldaner (PMDB)	2. Roberto Requião (PMDB)
VAGO <sup>(26,27,29,37)</sup>	3. Tomás Correia (PMDB) <sup>(41,42)</sup>
Ana Amélia (PP)	4. Luiz Henrique (PMDB)
Ivo Cassol (PP) <sup>(13,14,20,22)</sup>	5. Ciro Nogueira (PP)
Benedito de Lira (PP)	6. João Alberto Souza (PMDB) <sup>(18)</sup>
<b>Bloco Parlamentar Minoria ( PSDB, DEM )</b>	
Flexa Ribeiro (PSDB) <sup>(4)</sup>	1. Aloysis Nunes Ferreira (PSDB)
Cyro Miranda (PSDB)	2. Alvaro Dias (PSDB) <sup>(3,10,15)</sup>
Jayme Campos (DEM)	3. Clovis Fecury (DEM) <sup>(7,19)</sup>
<b>Bloco Parlamentar União e Força ( PTB, PR, PSC, PPL ) <sup>(38,47)</sup></b>	
Sérgio Souza (PMDB) <sup>(1,9)</sup>	1. Mozarildo Cavalcanti (PTB) <sup>(6)</sup>
Antonio Carlos Rodrigues (PR) <sup>(25,34,35,48)</sup>	2. Cidinho Santos (PR) <sup>(25,43,44)</sup>
<b>PSD PSOL <sup>(32)</sup></b>	
Sérgio Petecão (PSD) <sup>(31)</sup>	1. Marco Antônio Costa (PSD) <sup>(33,45,46)</sup>

**Notas:**

\*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

\*\*. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 29, de 2011, da Liderança do PSDB, designando a Senadora Marisa Serrano e o Senador Cyro Miranda como membros titulares; e os Senadores Aloysis Nunes e Flexa Ribeiro como membros suplentes, para comporem a CRA.

\*\*\*. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 58, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Waldemir Moka, Casildo Maldaner, Eduardo Amorim, Ana Amélia, Ivo Cassol e Benedito de Lira como membros titulares; e os Senadores Garibaldi Alves, Roberto Requião, Valdir Raupp, Luiz Henrique, Ciro Nogueira e João Alberto Souza como membros suplentes, para comporem a CRA.

\*\*\*\*. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 24, de 2011, do Líder do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Delcídio Amaral, Gleisi Hoffmann, João Pedro, Clésio Andrade e Acir Gurgacz como membros titulares; a Senadora Ângela Portela e os Senadores Eduardo Suplicy, Walter Pinheiro, Blairo Maggi, João Durval e Antonio Carlos Valadares como membros suplentes, para comporem a CRA.

\*\*\*\*\*. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Jayme Campos como membro titular; e a Senadora Kátia Abreu como membro suplente, para comporem a CRA.

\*\*\*\*\*. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. N° 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

1. Vaga cedida temporariamente ao Partido do Movimento Democrático Brasileiro - PMDB (OF. n° 047/2011-GLPTB).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

2. Em 23.02.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Acir Gurgacz e Waldemir Moka, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.
3. Em 23.03.2011, a Senadora Marisa Serrano é designada membro suplente do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 063/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Flexa Ribeiro.
4. Em 23.03.2011, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 063/11-GLPSDB), em substituição à Senadora Marisa Serrano.
5. Em 29.03.2011, o Senador Rodrigo Rollemberg é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 040/11-GLBAG).
6. Em 05.04.2011, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado membro suplente do PTB na Comissão (Of. 76/2011 - GLPTB).
7. Em 05.04.2011, o Senador Demóstenes Torres é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. 033/11 - GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
8. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).
9. Em 16.06.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro titular na Comissão, em vaga cedida pelo Partido Trabalhista Brasileiro - PTB (Of. nº 197/2011 - GLPMDB).
10. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.
11. Em 29.06.2011, o Senador Antonio Russo é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann (Of. nº 083/2011-GLBAG).
12. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
13. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.
14. Em 14.07.2011, o Senador Reditario Cassol é designado titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 223/2011-GLPMDB).
15. Em 1º.08.2011, o Senador Alvaro Dias é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB) na Comissão (Of. nº 152/11-GLPSDB).
16. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
17. Em 18.08.2011, o Senador Zeze Perrella é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 103/2011 - GLDBAG).
18. Em 29.09.2011, o Senador João Alberto Souza afastou-se nos termos do art. 56, inciso I, da Constituição Federal, para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais, da Casa Civil do Estado do Maranhão, conforme OF. Nº 208/2011-GSJALB.
19. Em 05.10.2011, em substituição ao Senador Demóstenes Torres, o Senador Clovis Fecury é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão.(Of nº 060/2011-GLDEM).
20. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditario Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. nº 656/2011-GSICAS).
21. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.
22. Em 16.11.2011, o Senador Ivo Cassol é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 294/2011).
23. Em 22.11.2011, vaga cedida ao PR pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 137/2011-GLDBAG).
24. Em 23.11.2011, o Senador Antonio Russo é designado membro titular em vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. Leg. nº 18/2011-GLPR).
25. Em 23.11.2011, os Senadores Clésio Andrade e Blairo Maggi são designados membros titular e suplente, respectivamente, do PR na Comissão, em decorrência da revisão da cálculo da proporcionalidade da participação do Partido (Of. Leg. 017/2011 GLPR).
26. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
27. Vaga cedida temporariamente ao PR (OF. Nº 308/2011-GLPMDB).
28. Senador Garibaldi Alves licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 07.12.2011, conforme Ofício nº 130/2011, aprovado na sessão de 07.12.2011.
29. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)
30. Em 13.12.2011, a Senadora Ivonete Dantas é designada membro suplente do Bloco da Maioria (PMDB/PP/PV/PSC) na Comissão, em substituição ao Senador Garibaldi Alves (OF. GLPMDB nº 329/2011).
31. Em 16.02.2012, o Senador Sérgio Petecão é designado membro titular do PSD/PSOL na Comissão (Of. nº 6/2012-GLPSD).
32. Em 16.02.2012, foi lido o Of. nº 6/2012-GLPSD, comunicando o compartilhamento de vagas entre o PSD e o PSOL na Comissão.
33. Em 16.02.2012, a Senadora Kátia Abreu é designada membro suplente do PSD/PSOL na Comissão (Of. nº 6/2012-GLPSD).
34. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade comunicou ao Senado sua filiação partidária ao PMDB (Of.GSC AND nº 91/2012, lido na sessão desta data).
35. Em 21.03.2012, o Senador Alfredo Nascimento é designado membro titular do PR na Comissão, em substituição ao Senador Clésio Andrade (Of. nº 004/2012-GLPR).
36. Em 06.04.2012, vago em virtude de a Senadora Ivonete Dantas não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Garibaldi Alves.
37. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.
38. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

39. Senador Acir Gurgacz licenciou-se por 123 dias, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, a partir de 29.06.12, conforme os Requerimentos nºs 609 e 610, de 2012, aprovados na sessão de 28.06.12.
40. Senador Acir Gurgacz licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 29.06.12, conforme os Requerimentos nºs 609 e 610, de 2012, aprovados na sessão de 28.06.12.
41. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
42. Em 1º.08.2012, o Senador Tomás Correia é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 181/2012).
43. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 09.08.12, conforme os Requerimentos nºs 724 e 725/2012, aprovados na sessão de 07.08.12.
44. Em 09.08.2012, o Senador Cidinho Santos é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Blairo Maggi (OF. Nº 082/2012/BLUFOR/SF).
45. Em 02.10.2012, a Senadora Kátia Abreu licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 02.10.2012, conforme RQS nº 869/2012, deferido na sessão de 01.10.2012.
46. Em 16.10.2012, o Senador Marco Antônio Costa é designado membro suplente do PSD/PSOL na Comissão, em substituição à Senadora Kátia Abreu (Of. nº 55/2012 - GLPSD).
47. Em 17.10.2012, foi lido o Ofício nº 115/2012-BLUFOR/SF, dos Senadores Gim Argello, Vicentinho Alves e João Costa, comunicando que o PPL passou a integrar o Bloco Parlamentar União e Força.
48. Em 30.10.2012, o Senador Antonio Carlos Rodrigues é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Alfredo Nascimento (OF. Nº 163/2012-BLUFOR).
49. Em 30.10.2012, o Senador Acir Gurgacz reassume o cargo de senador, após licença (Of. GSAGUR nº 172/2012).

**Secretário(a):** Marcello Varella

**Reuniões:** quintas-feiras, às 08:30hs -

**Telefone(s):** 3303 3506

**Fax:** 3303 1017

**E-mail:** marcello@senado.gov.br

**10.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DOS BIOCOMBUSTÍVEIS****Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes**Notas:**

\*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

**Secretário(a):** Marcello Varella**Telefone(s):** 3303 3506**Fax:** 3303 1017**E-mail:** marcello@senado.gov.br**10.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAR A POLÍTICA AGRÍCOLA  
BRASILEIRA**

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo RRA nº 8/2011, da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, destinada a acompanhar a execução da política agrícola brasileira.

**Secretário(a):** Marcello Varella**Telefone(s):** 3303 3506**Fax:** 3303 1017**E-mail:** marcello@senado.gov.br

**11) COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA,  
INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA - CCT**  
**Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes**

**PRESIDENTE:** Senador Eduardo Braga (PMDB-AM) <sup>(2)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Gim Argello (PTB-DF) <sup>(2)</sup>

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB ) <sup>(9)</sup></b>	
Angela Portela (PT)	1. Delcídio do Amaral (PT)
Aníbal Diniz (PT)	2. Paulo Paim (PT)
Walter Pinheiro (PT)	3. Cristovam Buarque (PDT) <sup>(12,14)</sup>
João Capiberibe (PSB) <sup>(10,11,19)</sup>	4. Lídice da Mata (PSB)
Rodrigo Rollemberg (PSB)	5. Eduardo Lopes (PRB) <sup>(1,23,24)</sup>
<b>Bloco Parlamentar da Maioria ( PMDB, PP, PV ) <sup>(25)</sup></b>	
Eduardo Braga (PMDB)	1. Sérgio Souza (PMDB) <sup>(3,5,13)</sup>
Tomás Correia (PMDB) <sup>(26,27)</sup>	2. Luiz Henrique (PMDB)
Vital do Rêgo (PMDB)	3. Ricardo Ferraço (PMDB)
Lobão Filho (PMDB)	4. Renan Calheiros (PMDB)
Ciro Nogueira (PP)	5. Ivo Cassol (PP) <sup>(7,8,15,16)</sup>
Eunício Oliveira (PMDB)	6. Benedito de Lira (PP)
<b>Bloco Parlamentar Minoria ( PSDB, DEM )</b>	
Cyro Miranda (PSDB)	1. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Flexa Ribeiro (PSDB)	2. Cícero Lucena (PSDB)
José Agripino (DEM)	3. Maria do Carmo Alves (DEM)
<b>Bloco Parlamentar União e Força ( PTB, PR, PSC, PPL ) <sup>(25,29)</sup></b>	
Gim Argello (PTB)	1. Fernando Collor (PTB)
Alfredo Nascimento (PR) <sup>(4,18)</sup>	2. João Ribeiro (PR) <sup>(18)</sup>
<b>PSD PSOL <sup>(22)</sup></b>	
Marco Antônio Costa (PSD) <sup>(6,28)</sup>	1. Sérgio Petecão (PSD) <sup>(20,21)</sup>

**Notas:**

\*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando o Senador Randolfe Rodrigues como membro titular, e a Senadora Marinor Brito como membro suplente, para comporem a CCT.

\*\*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicaram a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

\*\*\*. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 23, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Gim Argello como membro titular, e o Senador Fernando Collor como membro suplente, para comporem a CCT.

\*\*\*\*. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 30, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Cyro Miranda e Flexa Ribeiro como membros titulares; e os Senadores Aloysio Nunes e Cícero Lucena como membros suplentes, para comporem a CCT.

\*\*\*\*\*. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 25, de 2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando a Senadora Ângela Portela e os Senadores Aníbal Diniz, Walter Pinheiro, João Ribeiro, Pedro Taques e Rodrigo Rollemberg, como membros titulares e os Senadores Delcídio Amaral, Paulo Paim, Magno Malta, Cristovam Buarque e a Senadora Lídice da Mata, como membros suplentes, para comporem a CCT.

\*\*\*\*\*. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 53, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Eduardo Braga, Valdir Raupp, Vital do Rêgo, Lobão Filho, Ciro Nogueira e Eunício Oliveira, como membros titulares e os Senadores Gilvam Borges, Luiz Henrique, Ricardo Ferraço, Renan Calheiros, Ivo Cassol e Benedito de Lira, como membros suplentes, para compor a CCT.

\*\*\*\*\*. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador José Agripino como membro titular e a Senadora Maria do Carmo Alves como membro suplente, para compor a CCT.

\*\*\*\*\*. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

1. Em 23.02.2011, o Senador Marcelo Crivella é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF.nº 026/2011-GLDBAG).

2. Em 02.03.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Eduardo Braga e Gim Argelo, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.

3. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11,

conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.

4. O Senador João Ribeiro licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, pelo período de 3 de maio a 31 de agosto de 2011, conforme Requerimento nº 472/2011, aprovado na sessão de 03.05.11.

5. Em 10.05.2011, o Senador Geovani Borges é designado suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. nº 141/2011-GLPMDB).

6. Em 01.06.2011, o Senador Randolfe Rodrigues deixa de compor a Comissão (Of. nº 274/11-GSMB).

7. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.

8. Em 14.07.2011, o Senador Reditario Cassol é designado suplente do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 223/2011-GLPMDB).

9. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

10. Em 18.08.2011, o Senador Pedro Taques deixa de compor a Comissão (Of. nº 99/11-GLDBAG).

11. Em 27.09.2011, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão. (Of. 116/2011 - GLDBAG)

12. Em 05.10.2011, o Senador Acir Gurgacz é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Cristovam Buarque (Of. nº 126/2011 - GLDBAG).

13. Em 06.10.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Geovani Borges (Of. nº 270/2011 - GLPMDB).

14. Em 18.10.2011, o Senador Cristovam Buarque é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Acir Gurgacz (Of. nº 128/11-GLDBAG).

15. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditario Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. nº 656/2011-GSICAS).

16. Em 16.11.2011, o Senador Ivo Cassol é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 294/2011).

17. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.

18. Em 23.11.2011, os Senadores Alfredo Nascimento e João Ribeiro são designados membros titular e suplente do PR na Comissão, respectivamente, em decorrência das novas indicações do Partido (Of. Leg. 017/2011 GLPR).

19. Em 08.12.2011, o Senador João Capiberibe é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares. (Of. nº 145/2011-GLDBAG).

20. Em 28.12.2011, vago em virtude de a Senadora Marinor Brito ter deixado o mandato.

21. Em 16.02.2012, o Senador Sérgio Petecão é designado membro suplente do PSD/PSOL na Comissão (Of. nº 6/2012 - GLPSD).

22. Em 16.02.2012, foi lido o Of. nº 6/2012-GLPSD, comunicando o compartilhamento de vagas entre o PSD e o PSOL na Comissão.

23. Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato do Senador para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).

24. Em 06.03.2012, o Senador Eduardo Lopes é designado membro suplente do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (Of. nº 31/2012 - GLDBAG).

25. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

26. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.

27. Em 1º.08.2012, o Senador Tomás Correia é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 181/2012).

28. Em 16.10.2012, o Senador Marco Antônio Costa é designado membro titular do PSD/PSOL na Comissão (Of. nº 55/2012 - GLPSD).

29. Em 17.10.2012, foi lido o Ofício nº 115/2012-BLUFOR/SF, dos Senadores Gim Argello, Vicentinho Alves e João Costa, comunicando que o PPL passou a integrar o Bloco Parlamentar União e Força.

## **11.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SERVIÇOS DE INFORMÁTICA**

**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

**Notas:**

\*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

**Secretário(a):** Égli Lucena Heusi Moreira

**Telefone(s):** 3303-1120

**Fax:** 3303-2025

**E-mail:** scomect@senado.gov.br

## **COMPOSIÇÃO CONSELHOS e ÓRGÃOS**

### **1) CORREGEDORIA PARLAMENTAR**

*(Resolução do Senado Federal nº 17, de 1993)*

<b>SENADORES</b>	<b>CARGO</b>
Senador Vital do Rêgo (PMDB-PB)	CORREGEDOR
	CORREGEDOR SUBSTITUTO
	CORREGEDOR SUBSTITUTO
	CORREGEDOR SUBSTITUTO

**Atualização:** 26/04/2011

**Notas:**

1. Eleito na sessão plenária do Senado Federal de 26.04.2011.

## **SECRETARIA-GERAL DA MESA**

**Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)**

**Endereço:** Senado Federal - Anexo II - Térreo

**Telefone(s):** 3303-5255 **Fax:** 3303-5260

**E-mail:** scop@senado.gov.br

**2) CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR***(Resolução do Senado Federal nº 20, de 1993)***Número de membros:** 15 titulares e 15 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) <sup>(7,8)</sup>**VICE-PRESIDENTE:** Senador Jayme Campos (DEM-MT) <sup>(3)</sup>**1ª Eleição Geral:** 19/04/1995 **5ª Eleição Geral:** 23/11/2005**2ª Eleição Geral:** 30/06/1999 **6ª Eleição Geral:** 06/03/2007**3ª Eleição Geral:** 27/06/2001 **7ª Eleição Geral:** 14/07/2009**4ª Eleição Geral:** 13/03/2003 **8ª Eleição Geral:** 26/04/2011

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>PMDB</b>	
Eunício Oliveira (CE) (9)	1. Sérgio Souza (PR) (10)
João Alberto Souza (MA) (5)	2. VAGO (6)
Renan Calheiros (AL)	3. VAGO (2)
Romero Jucá (RR)	4. VAGO (1)
<b>PT</b>	
Humberto Costa (PE)	1. Aníbal Diniz (AC)
Wellington Dias (PI)	2. Walter Pinheiro (BA)
José Pimentel (CE)	3. Angela Portela (RR)
<b>PSDB</b>	
Mário Couto (PA)	1. Paulo Bauer (SC)
Cyro Miranda (GO)	2. VAGO (4)
<b>PTB</b>	
Gim Argello (DF)	1. João Vicente Claudino (PI)
<b>DEM</b>	
Jayme Campos (MT)	1. Maria do Carmo Alves (SE)
<b>PR</b>	
Vicentinho Alves (TO) (11)	1.
<b>PP</b>	
Ciro Nogueira (PI)	1.
<b>PDT</b>	
Acir Gurgacz (RO)	1.
<b>PSB</b>	
Antonio Carlos Valadares (SE)	1.
<b>Corregedor do Senado (art. 25 da Resolução nº 20/93)</b>	

---

Vital do Rêgo (PMDB/PB)

---

**Atualização:** 17/10/2012**Notas:**

1. Em 30.05.2012,vago em virtude de sua eleição como membro titular deste Conselho, conforme Of.GLPMDB nº 145/2012, de 30.05.2012, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
2. Em 18.04.2012, vago em decorrência da renúncia do Senador Valdir Raupp, conforme Of.GSVR nº 002/2012, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
3. Eleito Vice-Presidente na 1<sup>a</sup> reunião do Conselho, realizada em 27/04/2011.
4. Em 27.06.2011, lido o Ofício da Senadora Marisa Serrano comunicando, nos termos do art. 29 do Regimento Interno do Senado Federal, renúncia a seu mandato, em razão de ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.
5. Em 29.09.2011, foi lido, na Sessão Deliberativa Extraordinária do Senado Federal, o OF. GSJALB nº 0208/2011, do Senador João Alberto Souza, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais da Casa Civil do Estado do Maranhão (Diário Oficial do Estado do Maranhão nº 186, de 26.09.2011).
6. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago( PMDB-PB ) ter deixado o mandato.
7. Em 10.04.2012, na 1<sup>a</sup> Reunião de 2012 do Conselho, assumiu a Presidência o Senador Antonio Carlos Valadares (art. 88, § 3º, do Regimento Interno do Senado Federal).
8. Eleito Presidente na 3<sup>a</sup> Reunião do Conselho, realizada em 12.04.2012.
9. Em 30.05.2012, eleito membro titular deste Conselho, conforme Of.GLPMDB nº 145/2012, de 30.05.2012, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
10. Em 12.06.2012, eleito membro suplente deste Conselho, conforme Of.GLPMDB nº 149/2012, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
11. Em 17.10.2012, foi lido na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal o Ofício GSVALV nº 415/2012, do Senador Vicentinho Alves, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o seu afastamento do exercício do mandato para assumir o cargo de Secretário Extraordinário do Estado do Tocantins para Assuntos Legislativos junto ao Congresso Nacional (Diário Oficial do Estado do Tocantins nº 3.735, de 17.10.2012)

**SECRETARIA-GERAL DA MESA****Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)****Endereço:**Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):**3303-5255 **Fax:**3303-5260**E-mail:**scop@senado.gov.br

**3) PROCURADORIA PARLAMENTAR***(Resolução do Senado Federal nº 40, de 1995)***Número de membros: 5 titulares**

<b>SENADOR</b>	<b>BLOCO / PARTIDO</b>
Waldemir Moka (PMDB/MS)	PMDB
Delcídio do Amaral (PT/MS)	PT
Mozarildo Cavalcanti (PTB/RR)	PTB
VAGO <sup>(1)</sup>	DEM
Benedito de Lira (PP/AL)	PP

**Atualização:** 12/07/2012**Notas:**

1. Vago em virtude da perda do mandato do Senador Demóstenes Torres, decretada pela Resolução do Senado Federal nº 20, de 2012, publicada no Diário Oficial da União de 12.07.2012

**SECRETARIA-GERAL DA MESA****Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)****Endereço:**Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):**3303-5255 **Fax:**3303-5260**E-mail:**scop@senado.gov.br**4) OUVIDORIA DO SENADO FEDERAL***(Ato da Comissão Diretora nº 05, de 2005 - Resolução do Senado Federal nº 01, de 2005)***OUVIDOR-GERAL:** Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)**1ª Designação:** 26/04/2011**Atualização:** 26/04/2011**SECRETARIA-GERAL DA MESA****Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento - SCOP****Endereço:**Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):**3303-5255 **Fax:**3303-5260**E-mail:**scop@senado.gov.br

**5) CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ***(Resolução do Senado Federal nº 02, de 2001.)***Número de membros:** 16 titulares**PRESIDENTE:** Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) <sup>(6,17)</sup>**VICE-PRESIDENTE:** Senadora Vanessa Grazziotin (PC DO B-AM) <sup>(17)</sup>**1<sup>a</sup> Designação:** 03/12/2001**2<sup>a</sup> Designação:** 26/02/2003**3<sup>a</sup> Designação:** 03/04/2007**4<sup>a</sup> Designação:** 12/02/2009**5<sup>a</sup> Designação:** 11/02/2011

---

**MEMBROS**

---

**PMDB**

---

VAGO <sup>(8,16)</sup>**PT**

---

Ana Rita (ES) <sup>(10)</sup>**PSDB**

---

Lúcia Vânia (GO)

**PTB**

---

Mozarildo Cavalcanti (RR) <sup>(5)</sup>**DEM**

---

Maria do Carmo Alves (SE) <sup>(2)</sup>**PR**

---

VAGO <sup>(9,14,15)</sup>**PP**

---

Ciro Nogueira (PI) <sup>(1)</sup>**PDT**

---

Zeze Perrella (MG) <sup>(13)</sup>**PSB**

---

Lídice da Mata (BA)

**PC DO B**

---

Vanessa Grazziotin (AM) <sup>(4)</sup>**PSOL**

---

VAGO <sup>(3,11)</sup>**PRB**

---

Eduardo Lopes (RJ) <sup>(12)</sup>**PSC**

---

---

Eduardo Amorim (SE) (7)

**PSD**

Marco Antônio Costa (TO) (18,19,20)

**PMN**

Sérgio Petecão (PSD-AC)

**PV**

Paulo Davim (RN)

---

**Atualização:** 16/10/2012

**Notas:**

1. Indicado para ocupar a vaga do PP, conforme Of.nº 070/2011-GSFD, de 15.02.2011, lido na sessão da mesma data.
2. Indicada para ocupar a vaga do DEM, conforme Of.nº 008/2011-GLDEM, de 15.02.2011, lido na sessão da mesma data.
3. Indicada para ocupar a vaga do PSOL, conforme Of.nº 034/2011-GSMB, de 16.02.2011, lido na sessão da mesma data.
4. Indicada para ocupar a vaga do PCdoB, conforme Of.nº 003/2011-GLPCdoB, de 15.02.2011, lido na sessão da mesma data.
5. Indicado para ocupar a vaga do PTB, conforme Of.nº 038/2011-GLPTB, de 15.02.2011, lido na sessão da mesma data.
6. Eleita na 1ª reunião do Conselho, realizada em 24.02.2011.
7. Em 30/11/2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se por 121 dias, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, a partir dessa data, conforme RQS nº's 1.458 e 1.459, de 2011, lidos e aprovados na sessão da mesma data.
8. Indicada para ocupar a vaga do PMDB, conforme OF.GLPMDB nº 323, de 13.12.2011, lido na sessão da mesma data.
9. Indicado para ocupar a vaga do PR, conforme Of. Leg. nº 020/2011-GLPR, de 13.12.2011, lido na sessão da mesma data.
10. Indicada para ocupar a vaga do PT, conforme Of. nº 063/2011-GLDPT, de 13.12.2011, lido na sessão da mesma data.
11. Em 28.12.2011, vago em virtude de a Senadora Marinor Brito ter deixado o mandato.
12. Indicado para ocupar a vaga do PRB, em substituição ao Senador Marcelo Crivella, conforme Of. nº 003/2012-GSEL, de 06.03.2012, lido na sessão do Senado Federal de 14.03.2012.
13. Indicado para ocupar a vaga do PDT, conforme Of.GSAGUR nº027/2012, de 29.02.2012, lido na sessão do Senado Federal de 14.03.2012.
14. Designado para ocupar a vaga do PR, nos termos do Of. Leg. 005/2012-GLPR, lido na sessão do Senado Federal de 21.03.2012.
15. Em 06.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.
16. Em 06.04.2012, vago em virtude de a Senadora Ivonete Dantas não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Garibaldi Alves.
17. Eleita na 1ª Reunião de 2012, realizada em 09.05.2012.
18. Designada para ocupar a vaga do PSD, nos termos do Of. 043/2012-GLPSD, de 15 de agosto de 2012, lido na sessão do Senado Federal de 27/08/2012.
19. Em 02.10.2012, a Senadora Kátia Abreu licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 02.10.2012, conforme RQS nº 869/2012, deferido na sessão de 01.10.2012.
20. O Senador Marco Antônio Costa foi designado para ocupar a vaga do PSD, conforme Of. nº 0060/2012-GLPSD, de 16/10/2012, lido na sessão da mesma data, em substituição à Senadora Kátia Abreu, licenciada do mandato nos termos do art. 43, inciso II do RSF

**SECRETARIA-GERAL DA MESA**

**Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)**

**Endereço:**Senado Federal - Anexo II - Térreo

**Telefone(s):**3303-4561/3303-5258 **Fax:**3303-5258

**E-mail:**scop@senado.gov.br

**6) CONSELHO DO DIPLOMA JOSÉ ERMÍRIO DE MORAES***(Resolução do Senado Federal nº 35, de 2009)***Número de membros:** 15 titulares**PRESIDENTE:** Senador Armando Monteiro (PTB-PE) <sup>(21)</sup>**VICE-PRESIDENTE:** Senador Waldemir Moka (PMDB-MS) <sup>(21)</sup>**1<sup>a</sup> Designação:** 23/03/2010**2<sup>a</sup> Designação:** 14/03/2011**MEMBROS****PMDB**Waldemir Moka (MS) <sup>(4)</sup>**PT**Jorge Viana (AC) <sup>(6)</sup>**PSDB**Cyro Miranda (GO) <sup>(8)</sup>**PTB**Armando Monteiro (PE) <sup>(9)</sup>**DEM**José Agripino (RN) <sup>(7)</sup>**PR**VAGO <sup>(10,19,20)</sup>**PP**Ivo Cassol (RO) <sup>(14)</sup>**PDT**Acir Gurgacz (RO) <sup>(16)</sup>**PSB**Rodrigo Rollemberg (DF) <sup>(11)</sup>**PC DO B**Inácio Arruda (CE) <sup>(3)</sup>**PSOL**VAGO <sup>(12,13)</sup>**PRB**Eduardo Lopes (RJ) <sup>(1,17,18)</sup>**PSC**Eduardo Amorim (SE) <sup>(2,15)</sup>**PSD**Sérgio Petecão (AC) <sup>(22)</sup>

**PV**

Paulo Davim (RN) (5)

**Atualização:** 27/08/2012**Notas:**

1. Designado para ocupar a vaga do PRB, nos termos do Of.nº 086/2011, de 02/03/2011, lido na sessão do Senado Federal de 14/03/2011.
2. Designado para ocupar a vaga do PSC, nos termos do Of. nº 55, de 02/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 15/03/2011.
3. Designado para ocupar a vaga do PC do B, nos termos do Of. nº 05, de 14/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 15/03/2011.
4. Designado para ocupar a vaga do PMDB, nos termos do Of nº 74/2011, de 14/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 16/03/2011.
5. Designado para ocupar a vaga do PV, nos termos do Of. nº 52/2011, de 03/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 16/03/2011.
6. Designado para ocupar a vaga do PT, nos termos do Of. nº 023/2011-GLDPT, de 22/03/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
7. Designado para ocupar a vaga do DEM, nos termos do Of. nº 024/2011-GLDEM, de 22/03/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
8. Designado para ocupar a vaga do PSDB, nos termos do Of. nº 054/2011, lido na sessão do Senado Federal de 23/03/2011.
9. Designado para ocupar a vaga do PTB, nos termos do Of. nº 64, de 23/03/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
10. Designado para ocupar a vaga do PR, nos termos do Of. Leg. 004/2011-GLPR, de 17/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 07/04/2011.
11. Designado para ocupar a vaga do PSB, conforme Of. nº 003/2011-GSACV, de 13/04/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
12. Designado para ocupar a vaga cedida pelo PSOL ao PSDB, nos termos dos Ofs. nºs 118/2011, da Liderança do PSDB, e 213/2011 da Liderança do PSOL, respectivamente, lidos na sessão do Senado Federal do dia 19/05/2011.
13. Vago em virtude de o Senador Ataídes Oliveira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Ribeiro, em 1º.09.2011.
14. Designado para ocupar a vaga do PP, nos termos do Of. nº 77/2011-GLDPP, de 24/11/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
15. Em 30/11/2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se por 121 dias, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, a partir dessa data, conforme RQS nºs 1.458 e 1.459, de 2011, lidos e aprovados na sessão da mesma data.
16. Designado para ocupar a vaga do PDT, nos termos do Of. nº 023/2012-GSAGUR, de 29/02/2012, lido na Sessão do Senado Federal de 01/03/2012.
17. Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato de Senador para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).
18. Indicado para ocupar a vaga do PRB, em substituição ao Senador Marcelo Crivella, conforme Of. nº 004/2012-GSEL, de 06.03.2012, lido na sessão do Senado Federal de 21.03.2012.
19. Designado para ocupar a vaga do PR, nos termos do Of. Leg. 006/2012-GLPR, lido na sessão do Senado Federal de 21.03.2012.
20. Em 06.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.
21. Eleito na 2ª Reunião de 2012, realizada em 13/06/2012.
22. Designado para ocupar a vaga do PSD, nos termos do Of nº 0044/2012-GLPSD, lido na Sessão do Senado Federal de 27/08/2012.

**SECRETARIA-GERAL DA MESA****Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)****Endereço:**Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):**3303-5255 **Fax:**3303-5260**E-mail:**scop@senado.gov.br

**7) CONSELHO DA COMENDA DE DIREITOS HUMANOS DOM HÉLDER CÂMARA***(Resolução do Senado Federal nº 14, de 2010)***Número de membros:** 15 titulares**PRESIDENTE:** Senador Inácio Arruda (PC DO B-CE) <sup>(14)</sup>**VICE-PRESIDENTE:** Senadora Ana Amélia (PP-RS) <sup>(13)</sup>**1ª Designação:** 30/11/2010**2ª Designação:** 14/03/2011**3ª Designação:** 21/03/2012

---

**MEMBROS****PMDB****PT**Humberto Costa (PE) <sup>(5)</sup>**PSDB**Cícero Lucena (PB) <sup>(7)</sup>**PTB**Gim Argello (DF) <sup>(9)</sup>**DEM****PR**João Costa (PPL-TO) <sup>(4,15)</sup>**PP**Ana Amélia (RS) <sup>(11)</sup>**PDT**Cristovam Buarque (DF) <sup>(8)</sup>**PSB**João Capiberibe (AP) <sup>(12)</sup>**PC DO B**Inácio Arruda (CE) <sup>(1)</sup>**PSOL**Randolfe Rodrigues (AP) <sup>(3)</sup>**PRB**Eduardo Lopes (RJ) <sup>(10)</sup>**PSC****PSD**

---

Sérgio Petecão (AC) (2)

---

**PV**

---

Paulo Davim (RN) (6)

---

**Atualização:** 17/10/2012**Notas:**

1. Designado para ocupar a vaga do PC do B, nos termos do Of.GLPCB nº 020/2012, de 15.02.2012, lido na sessão do Senado Federal de 21.03.2012
2. Designado para ocupar a vaga do PSD, nos termos do Of.009/2012-GLPSD, de 15.02.2012, lido na sessão do Senado Federal de 21.03.2012
3. Designado para ocupar a vaga do PSOL, nos termos do Of.GSRR nº 00030/2012, de 14.02.2012, lido na sessão do Senado Federal de 21.03.2012
4. Designado para ocupar a vaga do PR, nos termos do Of.Leg. nº 010/2012/GLPR, lido na sessão do Senado Federal de 21.03.2012
5. Designado para ocupar a vaga do PT, nos termos do Of.nº006/2012-GLDPT, de 06.03.2012, lido na sessão do Senado Federal de 21.03.2012
6. Designado para ocupar a vaga do PV, nos termos do Of.GSPDAV nº 005/2012, de 15.02.2012, lido na sessão do Senado Federal de 21.03.2012
7. Designado para ocupar a vaga do PSDB, nos termos do Of.nº 14/12-GLPSDB, lido na sessão do Senado Federal de 21.03.2012.
8. Designado para ocupar a vaga do PDT, nos termos do Of.GSAGUR-026/2012, de 29.02.2012, lido na sessão do Senado Federal de 21.03.2012
9. Designado para ocupar a vaga do PTB, nos termos do Of.049/2012/GLPTB, de 13.03.2012, lido na sessão do Senado Federal de 21.03.2012
10. Designado para ocupar a vaga do PRB, nos termos do Of.05/2012-GSMC, de 06.03.2012, lido na sessão do Senado Federal de 21.03.2012
11. Designada para ocupar a vaga do PP, nos termos do Of. 18/2012-GLPP, de 02/04/2012, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
12. Designado para ocupar a vaga do PSB, nos termos do Of.GLPSB nº 0024/2012, de 03.04.2012, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
13. Eleita na 1ª reunião de 2012, realizada em 03.04.2012.
14. Eleito na 1ª reunião de 2012, realizada em 03.04.2012.
15. O Senador João da Costa foi designado para ocupar a vaga do PR, conforme Of. nº 101/2012/BLUFOR/SF, em substituição ao Senador Vicentinho Alves, afastado nos termos do art. 56, inciso I, da Constituição Federal, para exercer o cargo de Secretário Extraordinário do Estado do Tocantins para Assuntos Legislativos junto ao Congresso Nacional, nos termos do Of. GSVALV nº 415/2012, lidos na sessão do Senado Federal de 17/10/2012.

**SECRETARIA-GERAL DA MESA****Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)****Endereço:**Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):**3303-5255 **Fax:**3303-5260**E-mail:**scop@senado.gov.br

**8) COMISSÃO DO PROJETO JOVEM SENADOR**

(Art. 17 da Resolução do Senado Federal nº 42, de 2010, regulamentada pelo Ato da Comissão Diretora nº 07, de 2011.)

**Número de membros:** 15 titulares

**PRESIDENTE:** Senador Paulo Davim (PV-RN) <sup>(14)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Paulo Paim (PT-RS) <sup>(14)</sup>

**1ª Designação:** 14/03/2011

**2ª Designação:** 21/03/2012

---

**MEMBROS****PMDB****PT**

Paulo Paim (RS) <sup>(11)</sup>

**PSDB**

Cyro Miranda (GO) <sup>(5)</sup>

**PTB**

João Vicente Claudino (PI) <sup>(2)</sup>

**DEM**

Clovis Fecury (MA) <sup>(12)</sup>

**PR**

João Costa (PPL-TO) <sup>(1,17)</sup>

**PP**

Ciro Nogueira (PI) <sup>(9)</sup>

**PDT**

Cristovam Buarque (DF) <sup>(13)</sup>

**PSB**

Rodrigo Rollemberg (DF) <sup>(10)</sup>

**PC DO B**

Vanessa Grazzotin (AM) <sup>(3)</sup>

**PSOL**

Randolfe Rodrigues (AP) <sup>(4)</sup>

**PRB**

Eduardo Lopes (RJ) <sup>(8)</sup>

**PSC**

VAGO

**PSD**

---

Marco Antônio Costa (TO) (6,15,16)**PV**

Paulo Davim (RN) (7)

**Atualização:** 17/10/2012**Notas:**

1. Designado para ocupar a vaga do PR, conforme OF. Leg. nº 008/2012-GLPR, de 15/03/2012, lido na sessão do Senado Federal do dia 21/03/2012.
2. Designado para ocupar a vaga do PTB, conforme OF. nº 048/2012/GLPTB, de 13/03/2012, lido na sessão do Senado Federal do dia 21/03/2012.
3. Designada para ocupar a vaga do PCdoB, conforme OF. GLPCB nº 021/2012, de 15/02/2012, lido na sessão do Senado Federal do dia 21/03/2012.
4. Designado para ocupar a vaga do PSOL, conforme OF. GSRR nº 00031/2012, de 14/02/2012, lido na sessão do Senado Federal do dia 21/03/2012.
5. Designado para ocupar a vaga do PSDB, conforme OF. nº 15/12-GLPSDB, lido na sessão do Senado Federal do dia 21/03/2012.
6. Designada para ocupar a vaga do PSD, conforme OF. nº 0008/2012-GLPSD, de 15/02/2012, lido na sessão do Senado Federal do dia 21/03/2012.
7. Designado para ocupar a vaga do PV, conforme OF. GSPDAV nº 006/12, de 15/02/2012, lido na sessão do Senado Federal do dia 21/03/2012.
8. Designado para ocupar a vaga do PRB, conforme OF. nº 06/2012-GSMC, de 06/03/2012, lido na sessão do Senado Federal do dia 21/03/2012.
9. Designado para ocupar a vaga do PP, conforme Of. nº 019/2012-GLPP, de 02/04/2012, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
10. Designado para ocupar a vaga do PSB, conforme Of.GLPSB nº 0025/2012, de 03.04.2012, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
11. Designado para ocupar a vaga do PT, conforme OF. nº 10/12-GLDPT, lido na sessão do Senado Federal do dia 11/04/2012.
12. Designado para ocupar a vaga do DEM, nos termos do Of.028/2012-GLDEM, de 24.04.2012, lido na sessão do Senado Federal de 25.04.2012.
13. Designado para ocupar a vaga do PDT, nos termos do Of.GLPDT-015/2012, de 24.04.2012, lido na sessão do Senado Federal de 02.05.2012.
14. Eleito na 1ª Reunião de 2012, realizada em 09.05.2012.
15. Em 02.10.2012, a Senadora Kátia Abreu licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 02.10.2012, conforme RQS nº 869/2012, deferido na sessão de 01.10.2012.
16. O Senador Marco Antônio Costa foi designado para ocupar a vaga do PSD, conforme Of. nº 0056/2012-GLPSD, de 16/10/2012, lido na sessão da mesma data, em substituição à Senadora Kátia Abreu, licenciada do mandato nos termos do art. 43, inciso II do RSF.
17. O Senador João da Costa foi designado para ocupar a vaga do PR, conforme Of. nº 108/2012/BLUFOR/SF, em substituição ao Senador Vicentinho Alves, afastado nos termos do art. 56, inciso I, da Constituição Federal, para exercer o cargo de Secretário Extraordinário do Estado do Tocantins para Assuntos Legislativos junto ao Congresso Nacional, nos termos do Of. GSVALV nº 415/2012, lidos na sessão do Senado Federal de 17/10/2012.

**SECRETARIA-GERAL DA MESA****Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento****Endereço:**Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):**(61)3303-5255 **Fax:**(61)3303-5260**E-mail:**scop@senado.gov.br

**9) CONSELHO DO PRÊMIO MÉRITO AMBIENTAL***(Resolução do Senado Federal nº 15, de 2012 )***Número de membros:** 18 titulares**PRESIDENTE:****VICE-PRESIDENTE:****1ª Designação:** 12/09/2012**MEMBROS****PMDB**

Tomás Correia (RO) (4)

**PT**

Jorge Viana (AC) (8)

**PSDB****PTB****DEM****PR**

Cidinho Santos (MT) (6)

**PP**

Ivo Cassol (RO) (3)

**PDT****PSB**

Rodrigo Rollemberg (DF) (5)

**PC DO B**

Vanessa Grazzotin (AM) (1)

**PSOL**

Randolfe Rodrigues (AP) (2)

**PRB****PSC****PSD**

Marco Antônio Costa (TO) (9)

**PV**

---

Paulo Davim (RN) (7)

**Representante da sociedade civil organizada**

**Pesquisador com produção científica relevante**

**Representante do setor produtivo ligado ao tema do meio ambiente**

---

**Atualização:** 16/10/2012

**Notas:**

1. Designada para ocupar a vaga do PC do B, conforme Of. GSINAR nº 192/2012, de 28/08/2012, lido na sessão do Senado Federal de 12/09/2012.
2. Designado para ocupar a vaga do PSOL, conforme Of. GRSS nº 00201/2012, de 28/08/2012, lido na sessão do Senado Federal de 12/09/2012.
3. Designado para ocupar a vaga do PP, conforme Of. nº 058/2012-GLPP, de 11/09/2012, lido na sessão do Senado Federal de 12/09/2012.
4. Designado para ocupar a vaga do PMDB, conforme Of. GLPMDB nº 287/2012, de 28/08/2012, lido na sessão do Senado Federal de 12/09/2012.
5. Designado para ocupar a vaga do PSB, conforme Of. GSLMAT nº 456/2012, de 29/08/2012, lido na sessão do Senado Federal de 12/09/2012.
6. Designado para ocupar a vaga do PR, conforme Of. Leg. nº GLPR nº 027/2012, de 29/08/2012, lido na sessão do Senado Federal de 12/09/2012.
7. Designado para ocupar a vaga do PV, conforme Of. GSPDAV nº 045/2012, de 28/08/2012, lido na sessão do Senado Federal de 12/09/2012.
8. Designado para ocupar a vaga do PT, conforme Of. 028/2012-GLDPT, de 25.09.2012, lido na sessão do Senado Federal do dia 25.09.2012.
9. O Senador Marco Antônio Costa foi designado para ocupar a vaga do PSD, conforme Of. nº 0061/2012-GLPSD, de 16/10/2012, lido na sessão da mesma data.

**SECRETARIA-GERAL DA MESA**

**Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)**

**Endereço:** Senado Federal - Ed. Anexo II - Térreo

**Telefone(s):** 3303.5258   **Fax:** 3303.5260

**E-mail:** scop@senado.gov.br

## COMISSÕES MISTAS

### COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO (Resolução nº 1/2006-CN)

**Número de membros:** 11 Senadores e 33 Deputados <sup>8</sup>

#### COMPOSIÇÃO<sup>2</sup>

<b>Presidente:</b>	Deputado Paulo Pimenta <sup>4</sup>
<b>1º Vice-Presidente:</b>	Senador Cássio Cunha Lima <sup>4</sup>
<b>2º Vice-Presidente:</b>	Deputado Reinaldo Azambuja <sup>4</sup>
<b>3º Vice-Presidente:</b>	Senador Vicentinho Alves <sup>4 e 16</sup>

**Instalação:** 27-3-2012

**Relator do PLDO / 2013:** Senador Antonio Carlos Valadares <sup>6</sup>

**Relator do PLOA / 2013:** Senador Romero Jucá <sup>6</sup>

**Relator da Receita:** Deputado Cláudio Puty <sup>6</sup>

#### Senado Federal

<b>Titulares</b>	<b>Suplentes</b>
<b>Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PV/PSC)</b>	
Romero Jucá (PMDB/RR)	1. Tomás Correia (PMDB/RO) <sup>10</sup>
Benedito de Lira (PP/AL) <sup>5</sup>	2. Mozarildo Cavalcanti (PTB/RR) <sup>10 e 12</sup>
Clésio Andrade (PMDB/MG)	3. <sup>3</sup>
Sérgio Souza (PMDB/PR) <sup>9 e 10</sup>	4. <sup>9</sup>
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT/PDT/PSB/PCdoB/PRB)</b>	
Wellington Dias (PT/PI)	1. Vanessa Grazziotin (PCdoB/AM)
Antonio Carlos Valadares (PSB/SE)	2. Angela Portela (PT/RR) <sup>11 e 13</sup>
Paulo Paim (PT/RS)	3. Ana Rita (PT/ES) <sup>7</sup>
<b>Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM)</b>	
Cássio Cunha Lima (PSDB/PB)	1.
Flexa Ribeiro (PSDB/PA)	2.
<b>PTB</b>	
Armando Monteiro (PTB/PE)	1. <sup>12</sup>
<b>PR</b>	
João Costa (PPL/TO) <sup>16 e 17</sup>	1. Antonio Russo (PR/MS)
<b>PSD</b> <sup>1</sup>	
Sérgio Petecão (PSD/AC)	1. Marco Antônio Costa (PSD/TO) <sup>14 e 15</sup>

**Notas:**

1- Vaga destinada ao rodízio, nos termos da Resolução nº 2/2000-CN.

2- Designação na Sessão do Senado Federal de 20-3-2012.

3- Em 26-3-2012 (Sessão do Senado Federal), foi lido o Ofício nº 042/2012, da Liderança do PMDB, comunicando a retirada do nome do Senador Benedito de Lira.

4- Mesa eleita em 27-3-2012, conforme Of. Pres. nº 40/2012/CMO.

5- Designado o Senador Benedito de Lira, como membro titular, em substituição ao Senador Ciro Nogueira, em 16-4-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 67, de 2012, da Liderança do PMDB.

6- Designados o Senador Romero Jucá para o cargo de Relator-Geral do PLOA/2013, o Senador Antonio Carlos Valadares para o cargo de Relator do PLDO/2013, e o Deputado Cláudio Puty para o cargo de Relator da Receita, em 17-4-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 183/2012, da Presidência da CMO.

7- Designada a Senadora Ana Rita, como membro suplente, em 26-6-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 84, de 2012, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo.

8- Uma vaga acrescida ao Senado Federal e três vagas acrescidas à Câmara dos Deputados nos termos da Resolução nº 1, de 2012-CN.

9- Vaga acrescida nos termos da Resolução nº 1, de 2012-CN.

10- Designado o Senador Sérgio Souza, como membro titular, e o Senador Tomás Correia, como membro suplente, em 12-9-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 296, de 2012, da Liderança do PMDB.

11- Designado o Senador José Pimentel, como membro suplente, em substituição à Senadora Angela Portela, em 18-9-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 115, de 2012, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo no Senado Federal.

12- Designado o Senador Mozarildo Cavalcanti, como membro suplente, em vaga pertencente ao Bloco Parlamentar da Maioria, em 18-9-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme os Ofícios nºs 135, de 2012, da Liderança do PTB e 305, de 2012, da Liderança do Bloco Parlamentar da Maioria.

13- Designada a Senadora Angela Portela, como membro suplente, em substituição ao Senador José Pimentel, em 20-9-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 116, de 2012, da Liderança do PT e do Bloco de Apoio ao Governo.

14- Em 2-10-2012, a Senadora Kátia Abreu licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, por 121 dias, a partir de 2-10-2012, conforme RQS nº 869/2012, deferido na sessão de 1º-10-2012.

15- Designado o Senador Marco Antônio Costa, como membro suplente, em substituição à Senadora Kátia Abreu, em 16-10-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 57, de 2012, da Liderança do PSD.

16- Em 17.10.2012, lido o Ofício nº 415/2012, do Senador Vicentinho Alves, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tornado posse no cargo de Secretário Extraordinário do Estado do Tocantins.

17- Designado o Senador João Costa, como membro titular, em substituição ao Senador Vicentinho Alves, em 30-10-2012 (Sessão do Senado Federal), nos termos do Ofício nº 120, de 2012, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força, em vaga do PR no Senado Federal, conforme composição da CMO estabelecida em 20-3-2012.

**Câmara dos Deputados**

<b>Titulares</b>	<b>Suplentes</b>
<b>PT</b>	
João Paulo Lima (PT/PE)	1. Cláudio Puty (PT/PA)
Josias Gomes (PT/BA)	2. Leonardo Monteiro (PT/MG)
Paulo Pimenta (PT/RS)	3. Assis Carvalho (PT/PI) <sup>8 e 9</sup>
Waldenor Pereira (PT/BA)	4. Vander Loubet (PT/MS)
Zeca Dirceu (PT/PR)	5. Vanderlei Siraque (PT/SP)
<b>PMDB</b>	
Aníbal Gomes (PMDB/CE)	1. Celso Maldaner (PMDB/SC) <sup>2</sup>
Edio Lopes (PMDB/RR) <sup>2</sup>	2. Joaquim Beltrão (PMDB/AL)
Eliseu Padilha (PMDB/RS)	3. Hugo Motta (PMDB/PB)
Leandro Vilela (PMDB/GO)	4. Osmar Serraglio (PMDB/PR) <sup>7</sup>
Lucio Vieira Lima (PMDB/BA) <sup>7</sup>	5. Luiz Pitiman (PMDB/DF) <sup>22</sup>
Mauro Lopes (PMDB/MG)	
<b>PSDB</b>	
Duarte Nogueira (PSDB/SP) <sup>3</sup>	1. Carlos Alberto Leréia (PSDB/GO) <sup>3</sup>
Reinaldo Azambuja (PSDB/MS)	2. Marcus Pestana (PSDB/MG) <sup>10</sup>
Wandenkolk Gonçalves (PSDB/PA)	3. Nelson Marchezan Junior (PSDB/RS) <sup>13</sup>
<b>PP</b>	
João Leão (PP/BA) <sup>4</sup>	1. Roberto Balestra (PP/GO)
Renato Molling (PP/RS)	2. Toninho Pinheiro (PP/MG)
Cida Borghetti (PP/PR)	3. Waldir Maranhão (PP/MA)
<b>DEM</b>	
Augusto Coutinho (DEM/PE) <sup>6</sup>	1. Eli Correa Filho (DEM/SP) <sup>8</sup>
Felipe Maia (DEM/RN)	2. Lira Maia (DEM/PA) <sup>11 e 12</sup>
Professora Dorinha Seabra Rezende (DEM/TO)	3. Luiz Carlos Setim (DEM/PR)
<b>PSD</b>	
Eduardo Sciarra (PSD/PR) <sup>16, 17, 21 e 23</sup>	1. Átila Lins (PSD/AM) <sup>16 e 17</sup>
Irajá Abreu (PSD/TO) <sup>16 e 17</sup>	2. Jorge Boeira (PSD/SC) <sup>16 e 17</sup>
Paulo Magalhães (PSD/BA) <sup>16 e 17</sup>	3. Manoel Salviano (PSD/CE) <sup>16 e 17</sup>
<b>PR</b>	
João Maia (PR/RN)	1. Giacobo (PR/PR)
Luciano Castro (PR/RR)	2. Jaime Martins (PR/MG)
<b>PSB</b>	
Paulo Fólio (PSB/ES)	1. Sandra Rosado (PSB/RN)
Laurez Moreira (PSB/TO) <sup>14 e 15</sup>	2. Antonio Balhmann (PSB/CE) <sup>19 e 20</sup>
<b>PDT</b>	
Giovanni Queiroz (PDT/PA)	1. Félix Mendonça Júnior (PDT/BA)
Paulo Rubem Santiago (PDT/PE)	2. Marcos Rogério (PDT/RO)
<b>Bloco Parlamentar (PV / PPS)</b>	
Arnaldo Jardim (PPS/SP)	1. Roberto De Lucena (PV/SP)
Paulo Wagner (PV/RN)	2. Stepan Nercessian (PPS/RJ)
<b>PTB</b>	
Arnon Bezerra (PTB/CE)	1. Antonio Brito (PTB/BA)
<b>PSC</b>	
Leonardo Gadelha (PSC/PB) <sup>18</sup>	1. Professor Sérgio de Oliveira (PSC/PR) <sup>18</sup>
<b>PCdoB</b>	
Osmar Júnior (PCdoB/PI)	1. Manuela D'Ávila (PCdoB/RS) <sup>5</sup>
<b>PMN<sup>1</sup></b>	

2

2

**Notas:**

- 1- Vaga destinada ao rodízio, nos termos da Resolução nº 2/2000-CN.
- 2- Vaga cedida pelo PMN ao PMDB, conforme Ofício nº 296/2012/SGM/P, de 13-3-2012.
- 3- Designado o Deputado Duarte Nogueira, em substituição ao Deputado Carlos Alberto Leréia, como membro titular, e o Deputado Carlos Alberto Leréia, como membro suplente, em 21-3-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 311/2012, da Liderança do PSDB.
- 4- Designado o Deputado João Leão, em substituição ao Deputado Lázaro Botelho, como membro titular, em 21-3-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 144/2012, da Liderança do PP.
- 5- Designada a Deputada Manuela D'Ávila, como membro suplente, em 28-3-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 097/12, da Liderança do PCdoB.
- 6- Designado o Deputado Augusto Coutinho, como membro titular, em substituição ao Deputado Eli Correa Filho, que passa a ser suplente, em 12-4-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 76-L-Democratas/12, da Liderança do DEM.
- 7- Designado o Deputado Lucio Vieira Lima, como membro titular, em substituição ao Deputado Osmar Serraglio, que passa a ser suplente, em 12-4-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 323, de 2012, da Liderança do PMDB.
- 8- Em 19-4-2012 (Sessão do Senado Federal), foi lido o Ofício nº 176/2012/PT, do Líder do PT na Câmara dos Deputados, solicitando a retirada do nome do Deputado Rubens Otoni da suplência na Comissão.
- 9- Designado o Deputado Assis Carvalho, como membro suplente, em 10-5-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 231, de 2012, da Liderança do PT.
- 10- Designado o Deputado Marcus Pestana, como membro suplente, em 24-5-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 561, de 2012, da Liderança do PSDB.
- 11- Designado o Deputado Ronaldo Caiado, como membro suplente, em substituição ao Deputado Lira Maia, em 4-7-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 155, de 2012, da Liderança do DEM.
- 12- Designado o Deputado Lira Maia, como membro suplente, em substituição ao Deputado Ronaldo Caiado, em 4-7-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 156, de 2012, da Liderança do DEM.
- 13- Designado o Deputado Nelson Marchezan Junior, como membro suplente, em 4-7-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 692, de 2012, da Liderança do PSDB.
- 14- Designado o Deputado Pastor Eurico, como membro titular, em substituição ao Deputado Laurez Moreira, em 12-7-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 119, de 2012, da Liderança do PSB.
- 15- Designado o Deputado Laurez Moreira, como membro titular, em substituição ao Deputado Pastor Eurico, em 1º-8-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 121, de 2012, da Liderança do PSB.
- 16- Vaga acrescida nos termos da Resolução nº 1, de 2012-CN.
- 17- Designados os Deputados Eduardo Sciarra, Irajá Abreu e Paulo Magalhães, como membros titulares, e os Deputados Átila Lins, Jorge Boeira e Manoel Salviano, como membros suplentes, em 7-8-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 815, de 2012, da Liderança do PSD.
- 18- Designados os Deputados Leonardo Gadelha e Professor Sérgio de Oliveira, como membros titular e suplente, em substituição, respectivamente, aos Deputados Ratinho Júnior e Leonardo Gadelha, em 18-9-2012, conforme Ofício nº 241, de 2012, da Liderança do PSC.
- 19- Designado o Deputado Givaldo Carimbão, como membro suplente, em substituição ao Deputado Antonio Balhmann, em 19-9-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 186, de 2012, da Liderança do PSB.
- 20- Designado o Deputado Antonio Balhmann, como membro suplente, em substituição ao Deputado Givaldo Carimbão, em 24-9-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 187, de 2012, da Liderança do PSB.
- 21- Designado o Deputado Hugo Napoleão, em substituição ao Deputado Eduardo Sciarra, em 25-9-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 964, de 2012, da Liderança do PSD.
- 22- Designado o Deputado Luiz Pitiman, como membro suplente, em 25-9-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 967, de 2012, da Liderança do PMDB.
- 23- Designado o Deputado Eduardo Sciarra, como membro titular, em substituição ao Deputado Hugo Napoleão, em 16-10-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 1.019, de 2012, da Liderança do PSD.

**Secretaria:** Maria do Socorro de L. Dantas**Telefones:** (61) 3216-6892 / 3216-6893**Fax:** (61) 3216-6905**E-mail:** cmo@camara.gov.br**Local:** Câmara dos Deputados, Anexo Luis Eduardo Magalhães (Anexo II), Ala "C" – Sala 08 – Térreo**Endereço na Internet:** [www2.camara.gov.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-mistas/cmo](http://www2.camara.gov.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-mistas/cmo)

**COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO****I – COMITÊ DE AVALIAÇÃO, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA – CFIS****COMPOSIÇÃO**

**Coordenador:** Senador Sérgio Souza (PMDB/PR)

**Senado Federal**

Bloco / Partido	Membros
Bloco Parlamentar União e Força <b>(PTB / PR / PSC)</b>	Armando Monteiro (PTB/PE)
Bloco Parlamentar da Maioria <b>(PMDB / PP / PV)</b>	Sérgio Souza (PMDB/PR)
Bloco de Apoio ao Governo <b>(PT / PDT / PSB / PCdoB / PRB)</b>	Paulo Paim (PT/RS)

**Câmara dos Deputados**

Bloco / Partido	Membros
PT	João Paulo Lima (PT/PE)
PMDB	Celso Maldaner (PMDB/SC)
PSDB	Reinaldo Azambuja (PSDB/MS)
PDT	Paulo Rubem Santiago (PDT/PE)
PTB	Antonio Brito (PTB/BA)
Bloco Parlamentar <b>(PV / PPS)</b>	Paulo Wagner (PV/RN)
PCdoB	Osmar Júnior (PCdoB/PI)

**COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO****II – COMITÊ DE AVALIAÇÃO DA RECEITA – CAR****COMPOSIÇÃO**

**Coordenador:** Deputado Cláudio Puty (PT/PA)

**Senado Federal**

Bloco / Partido	Membros
Bloco Parlamentar da Maioria <b>(PMDB / PP / PV)</b>	Clésio Andrade (PMDB/MG)
Bloco Parlamentar Minoria <b>(PSDB / DEM)</b>	Flexa Ribeiro (PSDB/PA)
PSD	Sérgio Petecão (PSD/AC)

**Câmara dos Deputados**

Bloco / Partido	Membros
PT	Cláudio Puty (PT/PA)
PMDB	Osmar Serraglio (PMDB/PR)
PSDB	Duarte Nogueira (PSDB/SP)
PP	Renato Moling (PP/RS)
DEM	Luiz Carlos Setim (DEM/PR)
PR	Giacobo (PR/PR)
PSB	Paulo Foletto (PSB/ES)

### COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO

#### III – COMITÊ DE AVALIAÇÃO DAS INFORMAÇÕES SOBRE OBRAS E SERVIÇOS COM INDÍCIOS DE IRREGULARIDADES GRAVES – COI

##### **COMPOSIÇÃO**

**Coordenador:** Deputado Mauro Lopes (PMDB/MG)

##### **Senado Federal**

<b>Bloco / Partido</b>	<b>Membros</b>
Bloco Parlamentar União e Força <b>(PTB / PR / PSC)</b>	Vicentinho Alves (PR/TO) <sup>1</sup>
Bloco de Apoio ao Governo <b>(PT / PDT / PSB / PCdoB / PRB)</b>	Wellington Dias (PT/PI)

##### **Câmara dos Deputados**

<b>Bloco / Partido</b>	<b>Membros</b>
PT	Josias Gomes (PT/BA)
PT	Vanderlei Siraque (PT/SP)
PMDB	Mauro Lopes (PMDB/MG)
PSDB	Wandenkolk Gonçalves (PSDB/PA)
DEM	Professora Dorinha Seabra Rezende (DEM/TO)
PSB	Laurez Moreira (PSB/TO)
PDT	Félix Mendonça Júnior (PDT/BA)

**Notas:**

1- Em 17.10.2012, lido o Ofício nº 415/2012, do Senador Vicentinho Alves, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Secretário Extraordinário do Estado do Tocantins.

### COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO

#### IV – COMITÊ DE ADMISSIBILIDADE DE EMENDAS – CAE

##### **COMPOSIÇÃO**

**Coordenador:** Deputado Marcus Pestana (PSDB/MG)

##### **Senado Federal**

<b>Bloco / Partido</b>	<b>Membros</b>
Bloco de Apoio ao Governo <b>(PT / PDT / PSB / PCdoB / PRB)</b>	Vanessa Grazziotin (PCdoB/AM)
Bloco Parlamentar da Maioria <b>(PMDB / PP / PV)</b>	Benedito de Lira (PP/AL)
Bloco Parlamentar Minoria <b>(PSDB / DEM)</b>	Cássio Cunha Lima (PSDB/PB)

##### **Câmara dos Deputados**

<b>Bloco / Partido</b>	<b>Membros</b>
PT	Leonardo Monteiro (PT/MG)
PMDB	Edio Lopes (PMDB/RR)
PSDB	Marcus Pestana (PSDB/MG)
PP	Roberto Balestra (PP/GO)
PR	João Maia (PR/RN)
Bloco Parlamentar (PV / PPS)	Arnaldo Jardim (PPS/SP)
PSC	Leonardo Gadelha (PSC/PB)

**COMISSÃO MISTA PERMANENTE SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS – CMMC**  
 (Criada pela Resolução nº 4/2008-CN)

**Número de membros:** 13 Senadores e 13 Deputados<sup>21</sup>

**COMPOSIÇÃO**

**Presidente:** Deputado Márcio Macedo<sup>15 e 20</sup>  
**Vice-Presidente:** Senadora Vanessa Grazziotin<sup>15 e 20</sup>  
**Relator:** Senador Sérgio Souza<sup>16 e 20</sup>

**Instalação:** 10-4-2012<sup>15 e 20</sup>

**Senado Federal**

<b>Titulares</b>	<b>Suplentes</b>
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT / PR / PDT / PSB / PCdoB / PRB)</b>	
Jorge Viana (PT/AC) <sup>7</sup>	1. Wellington Dias (PT/PI) <sup>7</sup>
Vanessa Grazziotin (PCdoB/AM) <sup>7, 13 e 17</sup>	2. Lindbergh Farias (PT/RJ) <sup>7</sup>
Blairo Maggi (PR/MT) <sup>7 e 23</sup>	3. Antonio Carlos Valadares (PSB/SE) <sup>7</sup>
Cristovam Buarque (PDT/DF) <sup>7</sup> <sup>22</sup>	4. <sup>7 e 17</sup> 5. <sup>22</sup>
<b>Bloco Parlamentar (PMDB / PP / PSC / PMN / PV)</b>	
Sérgio Souza (PMDB/PR) <sup>3 e 14</sup>	1. Vital do Rêgo (PMDB/PB) <sup>3</sup>
Eduardo Braga (PMDB/AM) <sup>3</sup>	2. Romero Jucá (PMDB/RR) <sup>3</sup>
Ciro Nogueira (PP/PI) <sup>3, 11 e 12</sup>	3. Renan Calheiros (PMDB/AL) <sup>3</sup>
Sérgio Petecão (PSD/AC) <sup>3 e 18</sup>	4. <sup>3 e 19</sup>
<b>Bloco Parlamentar Minoria (PSDB / DEM)</b>	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB/SP) <sup>2</sup>	1. <sup>2 e 24</sup>
Jayme Campos (DEM/MT) <sup>6 e 10</sup> <sup>22</sup>	2. José Agripino (DEM/RN) <sup>6 e 10</sup> 3. <sup>22</sup>
<b>PTB</b>	
João Vicente Claudino (PTB/PI) <sup>4</sup>	1. <sup>8, 9 e 12</sup>
<b>PSOL<sup>1</sup></b>	
Randolfe Rodrigues (PSOL/AP) <sup>5</sup>	1.

**Notas:**

- 1- Vaga destinada ao rodízio, nos termos da Resolução nº 2/2000-CN.
- 2- Designados os Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Cyro Miranda em 18-2-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 35/2011, da Liderança do PSDB.
- 3- Designados os Senadores Ricardo Ferraço, Eduardo Braga, Pedro Simon, Sérgio Petecão, Vital do Rêgo, Romero Jucá, Renan Calheiros e Wilson Santiago em 18-2-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 47/2011, da Liderança do PMDB.
- 4- Designado o Senador João Vicente Claudino em 2-3-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 55/2011, da Liderança do PTB.
- 5- Designado o Senador Randolfe Rodrigues em 2-3-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 65/2011, da Liderança do PSOL.
- 6- Designados os Senadores Kátia Abreu e Jayme Campos em 22-3-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 26/2011, da Liderança do DEM.
- 7- Designados Senadores Jorge Viana, João Pedro, Blairo Maggi, Cristovam Buarque, Wellington Dias, Lindbergh Farias, Antonio Carlos Valadares e Vanessa Grazziotin em 22-3-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 34/2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo.
- 8- Em 28-3-2011 (Sessão do Senado Federal), foi lido o Ofício nº 70/2011, da Liderança do PTB, cedendo provisoriamente, ao PP, a vaga de suplente.
- 9- Designado o Senador Ciro Nogueira, para vaga cedida pelo PTB, em 29-3-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 21/2011, da Liderança do PP.
- 10- Designado o Senador Jayme Campos, como membro titular, em substituição à Senadora Kátia Abreu, e o Senador José Agripino, como membro suplente, em substituição ao Senador Jayme Campos, em 5-4-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 32/2011, da Liderança do DEM.
- 11- Em 27-4-2011 (Sessão do Senado Federal), foi lido o Ofício nº 115/2011, da Liderança do PMDB, comunicando a retirada do nome do Senador Pedro Simon.
- 12- Designado o Senador Ciro Nogueira em 28-4-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 130/2011, da Liderança do PMDB.
- 13- Vago em razão da reassunção do titular, Senador Alfredo Nascimento, em 7-7-2011.
- 14- Designado o Senador Sérgio Souza em 25-8-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 236/2011, da Liderança do PMDB.
- 15- Comissão instalada em 30-8-2011 (Sessão do Senado Federal); eleitos Presidente e Vice-Presidente, conforme Ofício nº 1/2011-CMMC.
- 16- Ofício nº 6/2011-CMMC, publicado no DSF de 22-9-2011.
- 17- Designada a Senadora Vanessa Grazziotin em 20-10-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 130/2011 – GLDBAG, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo.
- 18- Em 1-11-2011 (Sessão do Senado Federal), foi lida comunicação do Senador Sérgio Petecão, informando a sua filiação ao Partido Social Democrático – PSD.
- 19- Em 8-11-2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago (PMDB/PB) ter deixado o mandato.
- 20- Comissão instalada em 10-4-2012, eleitos Presidente, Vice-Presidente e Relator, conforme Ofício nº 2/2012-CMMC.
- 21- Duas vagas acrescidas ao Senado Federal e duas vagas acrescidas à Câmara dos Deputados nos termos da Resolução nº 1, de 2012-CN.
- 22- Vaga acrescida nos termos da Resolução nº 1, de 2012-CN.
- 23- O Senador Blairo Maggi licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno do Senado Federal, por 130 dias, a partir de 9-8-2012, conforme os Requerimentos nºs 724 e 725, de 2012, aprovados na Sessão do Senado Federal de 7-8-2012.
- 24- Lido na Sessão do Senado Federal de 9-8-2012 o Ofício nº 135, da Liderança do PSDB, comunicando a retirada do nome do Senador Cyro Miranda como membro suplente.

## Câmara dos Deputados

<b>Titulares</b>	<b>Suplentes</b>
<b>PT</b>	
Fernando Ferro (PT/PE) <sup>2</sup>	1. Francisco Praciano (PT/AM) <sup>2</sup>
Márcio Macêdo (PT/SE) <sup>2</sup>	2. Leonardo Monteiro (PT/MG) <sup>2</sup>
<b>PMDB</b>	
Valdir Colatto (PMDB/SC) <sup>2, 5 e 6</sup>	1. Celso Maldaner (PMDB/SC) <sup>2</sup>
André Zacharow (PMDB/PR) <sup>2, 9 e 10</sup>	2. Adrian (PMDB/RJ) <sup>10</sup>
<b>PSD</b>	
Hugo Napoleão (PSD/PI) <sup>14 e 15</sup>  14	1. <sup>14</sup> 2. <sup>14</sup>
<b>PSDB</b>	
Antonio Imbassahy (PSDB/BA) <sup>2 e 11</sup>	1. Ricardo Tripoli (PSDB/SP) <sup>2</sup>
<b>PP</b>	
José Otávio Germano (PP/RS) <sup>2</sup>	1. Rebecca Garcia (PP/AM) <sup>2</sup>
<b>DEM</b>	
Rodrigo Maia (DEM/RJ) <sup>2</sup>	1. <sup>2 e 8</sup>
<b>PR</b>	
Anthony Garotinho (PR/RJ) <sup>2</sup>	1. Bernardo Santana De Vasconcellos (PR/MG) <sup>2 e 12</sup>
<b>PSB</b>	
Luiz Noé (PSB/RS) <sup>2</sup>	1. Glauber Braga <sup>2, 7 e 13</sup>
<b>PDT</b>	
Giovani Cherini (PDT/RS) <sup>2</sup>	1. Miro Teixeira (PDT/RJ) <sup>2</sup>
<b>Bloco Parlamentar (PV / PPS)</b>	
Alfredo Sirkis (PV/RJ) <sup>2</sup>	1. Sarney Filho (PV/MA) <sup>2</sup>
<b>PTB</b> <sup>1</sup>	
Jandira Feghali (PCdoB/RJ) <sup>2 e 3</sup>	1. Arnaldo Jardim (PPS/SP) <sup>4</sup>

**Notas:**

- 1- Vaga destinada ao rodízio, nos termos da Resolução nº 2/2000-CN.
- 2- Designados os Deputados Fernando Ferro, Márcio Macêdo, Mendes Ribeiro Filho, Moacir Micheletto, Antonio Carlos Mendes Thame, José Otávio Germano, Rodrigo Maia, Anthony Garotinho, Luiz Noé, Giovani Cherini, Alfredo Sirkis, Jandira Feghali, Francisco Praciano, Leonardo Monteiro, Celso Maldaner, Ricardo Tripoli, Rebecca Garcia, Walter Ihoshi, Paulo César, Domingos Neto, Miro Teixeira e Sarney Filho, em 22-3-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 300/2011, do Presidente da Câmara dos Deputados.
- 3- Em 22-3-2011, vaga de membro titular destinada ao PTB, cedida ao PCdoB.
- 4- Cedida vaga ao PPS, e Designado o Deputado Arnaldo Jardim, em 5-4-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 123/2011, da Liderança do PTB.
- 5- Vago em razão do afastamento do Deputado Mendes Ribeiro Filho em 23-8-2011, nos termos do art. 230 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.
- 6- Designado o Deputado Valdir Colatto, em substituição ao Deputado Mendes Ribeiro Filho, em 21-9-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 1043/2011, da Liderança do PMDB.
- 7- Vago em razão do desligamento do Deputado Domingos Neto, em 22-9-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício OF.B/130/11, da Liderança do Bloco PSB, PTB e PCdoB.
- 8- Em 3-1-2012, vago em razão do afastamento do Deputado Walter Ihoshi (PSD/SP), nos termos do artigo 230, § 2º, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.
- 9- Em 30-1-2012, vago em razão do falecimento do Deputado Moacir Micheletto (PMDB/PR), nos termos do art. 238, inciso I, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.
- 10- Em 16-3-2012 (Sessão do Senado Federal), foram designados os Deputados André Zacharow, como membro titular, e Adrian, como membro suplente, conforme Ofícios nºs 184/2012 e 183/2012, ambos da Liderança do PMDB.
- 11- Em 9-4-2012 (Sessão do Senado Federal), foi designado o Deputado Antonio Imbassahy, em substituição ao Deputado Antonio Carlos Mendes Thame, conforme Ofício nº 401/2012, da Liderança do PSDB.
- 12- Em 12-4-2012 (Sessão do Senado Federal), foi designado o Deputado Bernardo Santana De Vasconcellos, em substituição ao Deputado Dr. Paulo César, conforme Ofício nº 224/2012, da Liderança do Bloco PR/PTdoB/PRP/PHS/PTC/PSL/PRTB.
- 13- Em 12-7-2012 (Sessão do Senado Federal), foi designado o Deputado Glauber Braga, como membro suplente, conforme Ofício nº 117/2012, da Liderança do PSD.
- 14- Vaga acrescida nos termos da Resolução nº 1, de 2012-CN.
- 15- Em 7-8-2012 (Sessão do Senado Federal), foi designado o Deputado Hugo Napoleão, como membro titular, conforme Ofício nº 812, de 2012, do Líder do PSD.

**COMISSÃO MISTA REPRESENTATIVA DO CONGRESSO NACIONAL NO FÓRUM INTERPARLAMENTAR  
DAS AMÉRICAS – FIPA**  
(Criada pela Resolução nº 2/2007-CN)

Número de membros: 11 Senadores e 11 Deputados<sup>3</sup>

**COMPOSIÇÃO**

Presidente: \_\_\_\_\_

Vice-Presidente: \_\_\_\_\_

**Senado Federal**

<b>Titulares</b>	<b>Suplentes</b>
Bloco de Apoio ao Governo (PT / PR / PDT / PSB / PCdoB / PRB)	
	1.
	2.
	3.
	4.
Bloco Parlamentar (PMDB / PP / PSC / PMN / PV)	
	1.
	2.
	3.
<sup>4</sup>	4. <sup>3</sup>
<b>PSDB</b>	
	1.
<b>PTB</b>	
Gim Argello (PTB/DF) <sup>2</sup>	1. Mozarildo Cavalcanti (PTB/RR) <sup>2</sup>
<b>DEM</b>	
	1.
<b>PSOL<sup>1</sup></b>	
	1.

**Notas:**

1- Vaga destinada ao rodízio, nos termos da Resolução nº 2/2000-CN.

2- Designados os Senadores Gim Argello e Mozarildo Cavalcanti em 1º-4-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 78/2011, da Liderança do PTB.

3- Uma vaga acrescida ao Senado Federal e uma vaga acrescida à Câmara dos Deputados nos termos da Resolução nº 1, de 2012-CN.

4- Vaga acrescida nos termos da Resolução nº 1, de 2012-CN.

**Câmara dos Deputados**

<b>Titulares</b>	<b>Suplentes</b>

**COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA – CCAI**  
 (Art. 6º da Lei nº 9.883/1999)

**COMPOSIÇÃO**

**Presidente:** Senador Fernando Collor<sup>6</sup>  
**Vice-Presidente:** Deputada Perpétua Almeida<sup>6</sup>

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
<b>LÍDER DA MAIORIA</b> Jilmar Tatto (PT/SP) <sup>1</sup>	<b>LÍDER DA MAIORIA</b> Renan Calheiros (PMDB/AL) <sup>2</sup>
<b>LÍDER DA MINORIA</b> Antonio Carlos Mendes Thame (PSDB/SP) <sup>3</sup>	<b>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA</b> Jayme Campos (DEM/MT) <sup>4</sup>
<b>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</b> Perpétua Almeida (PCdoB/AC) <sup>5</sup>	<b>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</b> Fernando Collor (PTB/AL)

(Atualizada em 29.03.2012)

**Notas:**

- 1- Conforme Of. nº 66/2012/SGM, da Câmara dos Deputados de 15/03/2012, o Líder do PT, Jilmar Tatto, responde pela Maioria daquela Casa Legislativa, de acordo com o art. 13 de seu Regimento Interno.
- 2- Indicado Líder da Maioria, conforme expediente subscrito pelos líderes Renan Calheiros (PMDB), Eduardo Amorim (PSC), Francisco Dornelles (PP) e Paulo Davim (PV).
- 3- Conforme Of. nº 53/2012/SGM, da Câmara dos Deputados de 05/03/2012, que informa o atual quadro de lideranças e a relação das bancadas de partidos e blocos parlamentares daquela Casa Legislativa.
- 4- Senador Jayme Campos é designado Líder do Bloco Parlamentar da Minoria, conforme Of. s/n, lido na sessão de 9 de fevereiro de 2012.
- 5- Conforme Of. nº 66/2012/SGM, da Câmara dos Deputados de 15/03/2012, que informa o atual quadro de Presidentes e Vice-Presidentes das Comissões Permanentes daquela Casa Legislativa.
- 6- Assumiu a Presidência na 2ª Reunião de 2012, realizada em 08/05/2012, em substituição à Deputada Perpétua Almeida, que passou a ocupar a Vice-Presidência, conforme alternância estabelecida na 1ª Reunião de 2001 da CCAI, realizada em 15/08/2001 (Ata publicada no DSF de 22/08/2001, pg. 17595).

**Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)**

**Telefone:** (61) 3303-4561 / 3303-5258

**E-mail:** scop@senado.gov.br

**Local:** Senado Federal, Anexo II, Térreo

**Endereço na Internet:** [www.senado.gov.br/atividade/conselho/conselho.asp?con=449&origem=CN](http://www.senado.gov.br/atividade/conselho/conselho.asp?con=449&origem=CN)

**COMISSÕES PARLAMENTARES MISTAS DE INQUÉRITO**  
 (Requerimento nº 4, de 2011-CN)

Requer a criação de Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, composta por 13 (treze) Senadores<sup>18</sup> e 13 (treze) Deputados<sup>19</sup> e igual número de suplentes, para, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, investigar a situação de violência contra a mulher no Brasil e apurar denúncias de omissão por parte do poder público com relação à aplicação de instrumentos instituídos em lei para proteger as mulheres em situação de violência.

**Leitura:** 13-7-2011

**Designação:** 14-12-2011

**Instalação:** 8-2-2012

**Prazo Final:** 19-8-2012

**Prazo Final Prorrogado:** 28-3-2013<sup>17</sup>

**Presidente:** Deputada Jô Moraes  
**Vice-Presidente:** Deputada Keiko Ota  
**Relatora:** Senadora Ana Rita

**Senado Federal**

<b>Titulares</b>	<b>Suplentes</b>
Bloco de Apoio ao Governo (PT / PR / PDT / PSB / PCdoB / PRB)	
Ana Rita (PT/ES)	1. Humberto Costa (PT/PE)
Marta Suplicy (PT/SP) <sup>20</sup>	2. Lídice da Mata (PSB/BA) <sup>10 e 11</sup>
"	3. Pedro Taques (PDT/MT)
Angela Portela (PT/RR)	4. <sup>6</sup>
<sup>19</sup>	5. <sup>19</sup>
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB / PP / PSC / PMN / PV)	
<sup>16</sup>	1. Vanessa Grazziotin (PCdoB/AM) <sup>14 e 15</sup>
Ana Amélia (PP/RS) <sup>3, 4, 9 e 13</sup>	2. Sérgio Souza (PMDB/PR) <sup>2, 8, 12 e 16</sup>
	3.
	4.
<sup>19</sup>	5. <sup>19</sup>
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB / DEM)	
Lúcia Vânia (PSDB/GO)	1.
Maria do Carmo Alves (DEM/SE)	2. José Agripino (DEM/RN)
PTB	
Armando Monteiro (PTB/PE)	1. Gim Argello (PTB/DF) <sup>7</sup>
PSOL <sup>1</sup>	
<sup>5</sup>	1.

**Notas:**

- 1- Vaga destinada ao rodízio, nos termos da Resolução nº 2/2000-CN.
- 2- Designada a Senadora Ivonete Dantas, em 15-12-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 3/2011, da Liderança do Bloco Parlamentar da Maioria.
- 3- Cedida uma vaga de membro titular ao Bloco de Apoio ao Governo, em 15-12-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 2/2011, da Liderança do Bloco Parlamentar da Maioria.
- 4- Designada a Senadora Vanessa Grazziotin, em 21-12-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 149/2011, da Liderança do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo.
- 5- Em 28-12-2011, vago em virtude de a Senadora Marinor Brito ter deixado o mandato.
- 6- Em 2-3-2012 (Sessão do Senado Federal), foi lido o Ofício nº 034/2012-GSMC, do Senador Marcelo Crivella, comunicando seu afastamento do mandato, para exercer o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal.
- 7- Designado o Senador Gim Argello, em 13-3-2012 (Sessão do Senado Federal), em substituição ao Senador João Vicente Claudino, conforme Ofício nº 050/2012/GLPTB, da Liderança do PTB, no Senado Federal.
- 8- Vago em razão da reassunção do 1º suplente, Senador Garibaldi Alves, em 4-4-2012.
- 9- Em 24-4-2012 (Sessão do Senado Federal), foi lido o Ofício nº 055/2012, da Liderança do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, comunicando a retirada do nome da Senadora Vanessa Grazziotin.
- 10- Em 24-4-2012 (Sessão do Senado Federal), foi lido o Ofício nº 056/2012, da Liderança do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, comunicando a retirada do nome do Senador Wellington Dias.
- 11- Em 24-4-2012 (Sessão do Senado Federal), foi lido o Ofício nº 058/2012, da Liderança do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, comunicando que a Senadora Lídice da Mata deixa da condição de titular e a passa a ser suplente.
- 12- Designado o Senador Sérgio Souza, em 23-5-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 96/2012, da Liderança do PMDB.
- 13- Designada a Senadora Ana Amélia, em 24-5-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 138/2012, da Liderança do PMDB.
- 14- Cedida uma vaga de membro suplente ao Bloco de Apoio ao Governo, em 18-6-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 155/2012, da Liderança do Bloco Parlamentar da Maioria.
- 15- Designada a Senadora Vanessa Grazziotin, como membro suplente, em vaga cedida pelo Bloco Parlamentar da Maioria, em 26-6-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 83/2012, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo.
- 16- Designado o Senador Sérgio Souza, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Maioria, em 9-7-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 170/2012, da Liderança do Bloco, no Senado Federal.
- 17- Prazo prorrogado, conforme Requerimento do Congresso Nacional nº 2, de 2012, lido em 16/07/2012 (Sessão do Senado Federal).
- 18- Duas vagas acrescidas ao Senado Federal e duas vagas acrescidas à Câmara dos Deputados nos termos da Resolução nº 1, de 2012-CN.
- 19- Vaga acrescida nos termos da Resolução nº 1, de 2012-CN.
- 20- Em 13.09.2012, lido o Ofício nº 198/2012, da Senadora Marta Suplicy, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado da Cultura.

## Câmara dos Deputados

Titulares	Suplentes
PT	
Dr. Rosinha (PT/PR)	1. Dalva Figueiredo (PT/AP)
Marina Santanna (PT/GO) <sup>1</sup>	2. Luci Choinacki (PT/SC)
PMDB	
Teresa Surita (PMDB/RR)	1. Nilda Gondim (PMDB/PB) <sup>8</sup>
Jô Moraes (PCdoB/MG) <sup>1</sup>	2. Fátima Pelaes (PMDB/AP)
PSD	
Ademir Camilo (PSD/MG) <sup>10 e 11</sup>	1.
	2.
PSDB	
Eduardo Azeredo (PSDB/MG)	1. Bruna Furlan (PSDB/SP) <sup>8</sup>
PP	
Rebecca Garcia (PP/AM)	1. Aline Corrêa (PP/SP)
DEM	
Professora Dorinha Seabra Rezende (DEM/TO)	1. Rosinha Da Adefal (PTdoB/AL) <sup>5</sup>
PR	
Gorete Pereira (PR/CE)	1. Neilton Mulim (PR/RJ) <sup>2 e 4</sup>
PSB	
Keiko Ota (PSB/SP) <sup>7</sup>	1 Sandra Rosado (PSB/RN) <sup>7</sup>
PDT	
Sueli Vidigal (PDT/ES)	1. Flávia Morais (PDT/GO)
Bloco PV, PPS	
Carmen Zanotto (PPS/SC)	1. Rosane Ferreira (PV/PR) <sup>6</sup>
PTB <sup>1</sup>	
Celia Rocha (PTB/AL)	1. Marinha Raupp (PMDB/RO) <sup>3</sup>

**Notas:**

1- Vaga cedida pelo PMDB.

2- Vaga cedida pelo PR.

3- Vaga cedida pelo PTB.

4- Designado o Deputado Neilton Mulim, em 15-12-2011 (Sessão do Senado Federal), em substituição à Deputada Liliam Sá, conforme Ofício nº 503/2011, da Liderança do Bloco Parlamentar PR/PTdoB/PRP/PHS/PTC/PSL, da Câmara dos Deputados.

5- Designada a Deputada Rosinha Da Adefal (PTdoB/AL), em 9-2-2012 (Sessão do Senado Federal), em vaga pertencente ao Democratas na Câmara dos Deputados, conforme Ofício nº 3/2012, da Liderança do Democratas.

6- Designada a Deputada Rosane Ferreira, em 15-2-2012 (Sessão do Senado Federal), em substituição ao Deputado Arnaldo Jordy, conforme Ofício nº 18/2012, da Liderança do Bloco Parlamentar PV/PPS, da Câmara dos Deputados.

7- Designadas, em 15-2-2012 (Sessão do Senado Federal), a Deputada Keiko Ota, como membro titular, em substituição à Deputada Sandra Rosado, e a Deputada Sandra Rosado, como membro suplente, em substituição à Deputada Keiko Ota, conforme Ofício nº 4/2012, da Liderança do PSB, da Câmara dos Deputados.

8- Designada a Deputada Bruna Fulan, como membro suplente, em 5-3-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 71/2012, da Liderança do PSDB na Câmara dos Deputados.

9- Designada a Deputada Nilda Gondim, como membro suplente, em substituição à Deputada Elcione Barbalho, em 15-5-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 493/2012, da Liderança do PMDB na Câmara dos Deputados.

10- Vaga acrescida nos termos da Resolução nº 1, de 2012-CN.

11- Designado o Deputado Ademir Camilo, como membro titular, em 7-8-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 812, de 2012, do Líder do PSD.

**COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO**  
 (Requerimento nº 1, de 2012-CN)

Requer a criação de Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, composta por 17 (dezessete) Senadores<sup>8</sup> e 17 (dezessete) Deputados<sup>8</sup> e igual número de suplentes, para, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, investigar práticas criminosas do senhor Carlos Augusto Ramos, conhecido vulgarmente como Carlinhos Cachoeira, desvendadas pelas operações 'Vegas' e 'Monte Carlo', da Polícia Federal, nos termos que especifica.

- Leitura: 19-4-2012  
 - Designação da Comissão: 24-4-2012  
 - Instalação da Comissão: 25-4-2012  
 - Prazo final da Comissão: 4-11-2012

**Presidente:** Senador Vital do Rêgo  
**Vice-Presidente:** Deputado Paulo Teixeira  
**Relator:** Deputado Odair Cunha

**Senado Federal**

<b>Titulares</b>	<b>Suplentes</b>
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT/PDT/PSB/PCdoB/PRB)</b>	
José Pimentel (PT/CE) <sup>3</sup>	1. Walter Pinheiro (PT/BA) <sup>6</sup>
Jorge Viana (PT/AC) <sup>3</sup>	2. Aníbal Diniz (PT/AC) <sup>3 e 6</sup>
Lídice da Mata (PSB/BA)	3. Angela Portela (PT/RR) <sup>6</sup>
Pedro Taques (PDT/MT)	4. Delcídio do Amaral (PT/MS) <sup>6</sup>
Vanessa Grazziotin (PCdoB/AM)	5. Wellington Dias (PT/PI) <sup>4 e 6</sup>
<b>Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PV)</b>	
Vital do Rêgo (PMDB/PB)	1. Benedito de Lira (PP/AL)
Ricardo Ferraço (PMDB/ES)	2.
Sérgio Souza (PMDB/PR)	3.
Ciro Nogueira (PP/PI)	4.
Paulo Davim (PV/RN)	5.
<b>Bloco Parlamentar Minoria (PSDB / DEM)</b>	
Jayme Campos (DEM/MT)	1. Cyro Miranda (PSDB/GO) <sup>5 e 7</sup>
Alvaro Dias (PSDB/PR)	2. Jarbas Vasconcelos (PMDB/PE)
Cássio Cunha Lima (PSDB/PB)	3. <sup>10</sup>
<b>Bloco Parlamentar União e Força (PTB/PR/PSC)</b>	
Fernando Collor (PTB/AL)	1. Cidinho Santos (PR/MT) <sup>2, 11 e 12</sup>
Vicentinho Alves (PR/TO) <sup>15</sup>	2. Eduardo Amorim (PSC/SE) <sup>2</sup>
<sup>8</sup>	3. <sup>8</sup>
<b>PSD<sup>8</sup></b>	
Marco Antônio Costa (PSD/TO) <sup>13 e 14</sup>	1. Sérgio Petecão (PSD/AC)
<b>PSOL<sup>1</sup></b>	
Randolfe Rodrigues (PSOL/AP) <sup>10</sup>	

**Notas:**

- 1- Vaga destinada ao rodízio, nos termos da Resolução nº 2/2000-CN.
- 2- Designados os Senadores Blairo Maggi e Eduardo Amorim, como membros suplentes, em 13-6-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 64/2012, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força no Senado Federal.
- 3- Designados o Senador Jorge Viana, como membro titular, em substituição ao Senador Humberto Costa, e o Senador Aníbal Diniz, como membro suplente, em substituição ao Senador Jorge Viana, em 14-6-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 82/2012, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo no Senado Federal.
- 4- O Senador Acir Gurgacz licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 29-6-2012, conforme os Requerimentos nº's 609 e 610, de 2012, aprovados na sessão de 28-6-2012.
- 5- Designado o Senador Flexa Ribeiro, como membro suplente, em substituição ao Senador Aloysio Nunes Ferreira, em 4-7-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 90, de 2012, da Liderança do PSDB.
- 6- Designada a Senadora Angela Portela, como membro suplente, em substituição ao Senador Acir Gurgacz, e reposicionado o quadro de suplência, em 6-7-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 93, de 2012, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo.
- 7- Designado o Senador Cyro Miranda, como membro suplente, em substituição ao Senador Flexa Ribeiro, em 6-7-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 93, de 2012, da Liderança do PSDB.
- 8- Duas vagas acrescidas ao Senado Federal e duas vagas acrescidas à Câmara dos Deputados nos termos da Resolução nº 1, de 2012-CN.
- 9- Vaga acrescida nos termos da Resolução nº 1, de 2012-CN.
- 10- Designado o Senador Randolfe Rodrigues, como membro titular, em 8-8-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme a Resolução nº 1, de 2012-CN e o Ofício nº 185, de 2012, da Liderança do PSOL.
- 11- O Senador Blairo Maggi licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno do Senado Federal, por 130 dias, a partir de 9-8-2012, conforme os Requerimentos nº's 724 e 725, de 2012, aprovados na Sessão do Senado Federal de 7-8-2012.
- 12- Designado o Senador Cidinho Santos, como membro suplente, em substituição ao Senador Blairo Maggi, em 9-8-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 84, de 2012, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força.
- 13- Em 2-10-2012, a Senadora Kátia Abreu licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, por 121 dias, a partir de 2-10-2012, conforme RQS nº 869/2012, deferido na sessão de 1º-10-2012.
- 14- Designado o Senador Marco Antônio Costa, como membro titular, em substituição à Senadora Kátia Abreu, em 16-10-2012 (Sessão do Senado Federal), nos termos do Ofício nº 58, de 2012, da Liderança do PSD no Senado Federal.
- 15- Em 17-10-2012, lido o Ofício nº 415/2012, do Senador Vicentinho Alves, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Secretário Extraordinário do Estado do Tocantins.

## Câmara dos Deputados

Titulares	Suplentes
<b>PT</b>	
Cândido Vaccarezza (PT/SP)	1. Dr. Rosinha (PT/PR)
Odair Cunha (PT/MG)	2. Luiz Sérgio (PT/RJ)
Paulo Teixeira (PT/SP)	3. Emiliano José (PT/BA) <sup>4 e 12</sup>
<b>PMDB</b>	
Íris de Araújo (PMDB/GO)	1. Leonardo Picciani (PMDB/RJ) <sup>2</sup>
Luiz Pitiman (PMDB/DF)	2. João Magalhães (PMDB/MG)
<b>PSDB</b>	
Carlos Sampaio (PSDB/SP)	1. Vaz de Lima (PSDB/SP) <sup>9 e 10</sup>
Domingos Sávio (PSDB/MG) <sup>8</sup>	2. Vanderlei Macris (PSDB/SP) <sup>3,6 e 7</sup>
<b>PSD</b>	
José Carlos Araújo (PSD/BA) <sup>13 e 14</sup>	1. Roberto Santiago (PSD/SP) <sup>13 e 14</sup>
Armando Vergilio (PSD/GO) <sup>13 e 14</sup>	2. César Halum (PSD/TO) <sup>13 e 14</sup>
<b>PP</b>	
Gladson Cameli (PP/AC)	1. Iracema Portella (PP/PI)
<b>DEM</b>	
Onyx Lorenzoni (DEM/RS)	1. Mendonça Prado (DEM/SE)
<b>PR</b>	
Maurício Quintella Lessa (PR/AL)	1. Ronaldo Fonseca (PR/DF)
<b>PSB</b>	
Glauber Braga (PSB/RJ) <sup>15</sup>	1. Paulo Foleto (PSB/ES) <sup>15</sup>
<b>PDT</b>	
Miro Teixeira (PDT/RJ)	1. Vieira da Cunha (PDT/RS)
<b>Bloco PV, PPS</b>	
Rubens Bueno (PPS/PR)	1. Sarney Filho (PV/MA)
<b>PTB</b>	
Silvio Costa (PTB/PE)	1. Arnaldo Faria de Sá (PTB/SP)
<b>PSC</b>	
Filipe Pereira (PSC/RJ)	1. Hugo Leal (PSC/RJ)
<b>PCdoB<sup>1</sup></b>	
Delegado Protógenes (PCdoB/SP)	1. Jô Moraes (PCdoB/MG) <sup>5, 11 e 16</sup>

**Notas:**

- 1- Vaga destinada ao rodízio, nos termos da Resolução nº 2/2000-CN.
- 2- Designado o Deputado Leonardo Picciani, como membro suplente, em substituição ao Deputado Edio Lopes, em 16-5-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 518/2012, da Liderança do PMDB na Câmara dos Deputados.
- 3- Designado o Deputado Vanderlei Macris, como membro suplente, em substituição ao Deputado Rogério Marinho, em 30-5-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 576/2012, da Liderança do PSDB na Câmara dos Deputados.
- 4- Designado o Deputado Ricardo Berzoini, como membro suplente, em substituição ao Deputado Sibá Machado, em 14-6-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 094/2012, da Liderança do PT na Câmara dos Deputados.
- 5- Designada a Deputada Jô Moraes, como membro suplente, em substituição ao Deputado Osmar Júnior, em 14-6-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 202/2012, da Liderança do PCdoB na Câmara dos Deputados.
- 6- Designado o Deputado Antonio Carlos Mendes Thame, como membro suplente, em substituição ao Deputado Vanderlei Macris, em 25-6-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 649/2012, da Liderança do PSDB na Câmara dos Deputados.
- 7- Designado o Deputado Vanderlei Macris, como membro suplente, em substituição ao Deputado Antonio Carlos Mendes Thame, em 3-7-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 661/2012, da Liderança do PSDB na Câmara dos Deputados.
- 8- Designado o Deputado Domingos Sávio, como membro titular, em substituição ao Deputado Fernando Francischini, em 3-7-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 689/2012, da Liderança do PSDB na Câmara dos Deputados.
- 9- Designado o Deputado Fernando Francischini, como membro suplente, em 3-7-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 694/2012, da Liderança do PSDB na Câmara dos Deputados.
- 10- Designado o Deputado Vaz de Lima, como membro suplente, em substituição ao Deputado Fernando Francischini, em 4-7-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 701/2012, da Liderança do PSDB na Câmara dos Deputados.
- 11- Designado o Deputado Osmar Junior, como membro suplente, em substituição à Deputada Jô Moraes, em 6-7-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 234, de 2012, da Liderança do PCdoB.
- 12- Designado o Deputado Emiliano José, como membro suplente, em substituição ao Deputado Ricardo Berzoini, em 17-7-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 437/2012, da Liderança do PT na Câmara dos Deputados.
- 13- Vaga acrescida nos termos da Resolução nº 1, de 2012-CN.
- 14- Designados os Deputados José Carlos Araújo e Armando Vergílio, como membros titulares, e os Deputados Roberto Santiago e César Halum, como membro suplente, em 7-8-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 1.463, de 2012, do Presidente da Câmara dos Deputados.
- 15- Designado o Deputado Glauber Braga (PSB/RJ), como membro titular, em substituição ao Deputado Paulo Foleto (PSB/ES), e o Deputado Paulo Foleto (PSB/ES), como membro suplente, em substituição ao Deputado Glauber Braga (PSB/RJ), em 9-8-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 125/2012, da Liderança do PSB na Câmara dos Deputados.
- 16- Designada a Deputada Jô Moraes, como membro suplente, em substituição ao Deputado Osmar Junior, em 4-9-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 238, de 2012, da Liderança do PCdoB.

## COMISSÕES MISTAS ESPECIAIS

## ATO DO PRESIDENTE DO CONGRESSO NACIONAL Nº 15, DE 2012

Constitui Comissão Mista Especial prevista no art. 3º da Emenda Constitucional nº 69, de 2012, destinada a elaborar, em sessenta dias, os projetos de lei necessários à adequação da legislação infraconstitucional quanto à transferência, da União para o Distrito Federal, das atribuições de organizar e manter a Defensoria Pública do Distrito Federal.

**Presidente:**  
**Vice-Presidente:**  
**Relator:**

## Senado Federal

Titulares	Suplentes
<b>Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PV)<sup>1</sup></b>	
Vital do Rêgo (PMDB/PB) <sup>5</sup>	1. Francisco Dornelles (PP/RJ) <sup>5</sup>
Eunício Oliveira (PMDB/CE) <sup>5</sup>	2. Garibaldi Alves (PMDB/RN) <sup>5</sup>
Clésio Andrade (PMDB/MG) <sup>5</sup>	3. Tomás Correia (PMDB/RO) <sup>5</sup>
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT/PDT/PSB/PCdoB/PRB)<sup>1</sup></b>	
Rodrigo Rollemberg (PSB/DF) <sup>2</sup>	1. Pedro Taques (PDT/MT) <sup>7</sup>
Cristovam Buarque (PDT/DF) <sup>2</sup>	2. Antonio Carlos Valadares (PSB/SE) <sup>7</sup>
Paulo Paim (PT/RS) <sup>2 e 7</sup>	3. Eduardo Suplicy (PT/SP) <sup>7</sup>
<b>Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM)</b>	
Cyro Miranda (PSDB/GO) <sup>2</sup>	1. Clovis Fecury (DEM/MA) <sup>6</sup>
Wilder Moraes (DEM/GO) <sup>2 e 6</sup>	2.
<b>Bloco Parlamentar União e Força (PTB/PR/PSC)</b>	
Alfredo Nascimento (PR/AM) <sup>3</sup>	1. Eduardo Amorim (PSC/SE) <sup>3</sup>
Gim Argello (PTB/DF) <sup>3</sup>	2. João Vicente Claudino (PTB/PI) <sup>3</sup>
<b>PSD<sup>4</sup></b>	
Sérgio Petecão (PSD/AC) <sup>2</sup>	1. Marco Antônio Costa (PSD/TO) <sup>2, 8 e 9</sup>

**Notas:**

- 1- Conforme Ofícios nºs 1.815 e 1.816, de 2012-SF, o Bloco Parlamentar da Maioria e o Bloco de Apoio ao Governo dispõem de mais uma vaga, que deve ser compartilhada, sendo uma de titular e uma de suplente.
- 2- Em 17-9-2012 (Sessão do Senado Federal), designados os Senadores Cyro Miranda, Clovis Fecury, Rodrigo Rollemberg, Cristovam Buarque, Pedro Taques e Sérgio Petecão para integrarem como titulares; e a Senadora Kátia Abreu para integrar, como suplente, a Comissão Especial Mista destinada a elaborar em sessenta dias os projetos de lei necessários à adequação da legislação infraconstitucional à matéria tratada na Emenda Constitucional nº 69, de 2012; nos termos dos Ofícios nºs 60, 34, 74 e 25, de 2012, das Lideranças dos respectivos partidos.
- 3- Em 19-9-2012 (Sessão do Senado Federal), designados os Senadores Alfredo Nascimento e Gim Argello, como membros titulares, e os Senadores Eduardo Amorim e João Vicente Claudino, como membros suplentes, nos termos do Ofício nº 134/2012, do Bloco Parlamentar União e Força.
- 4- Vaga destinada ao rodízio, nos termos do art. 10-A do Regimento Comum do Congresso Nacional.
- 5- Em 20-9-2012 (Sessão do Senado Federal), designados os Senadores Vital do Rêgo, Eunício Oliveira e Clésio Andrade, como membros titulares, e os Senadores Francisco Dornelles, Garibaldi Alves e Tomás Correia, como membros suplentes, nos termos dos Ofícios nº 306/2012, do Bloco Parlamentar da Maioria.
- 6- Em 25-9-2012 (Sessão do Senado Federal), designado o Senador Wilder Moraes, como membro titular, em substituição ao Senador Clovis Fecury, e o Senador Clovis Fecury, como membro suplente, nos termos dos Ofício nº 50/2012, da Liderança do DEM.
- 7- Em 25-9-2012 (Sessão do Senado Federal), designado o Senador Paulo Paim, como membro titular, em substituição ao Senador Pedro Taques, e os Senadores Pedro Taques, Antonio Carlos Valadares e Eduardo Suplicy, como membros suplentes, nos termos dos Ofício nº 120/2012, do Bloco de Apoio ao Governo.
- 8- Em 2-10-2012, a Senadora Kátia Abreu licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, por 121 dias, a partir de 2-10-2012, conforme RQS nº 869/2012, deferido na sessão de 1º-10-2012.
- 9- Em 16-10-2012 (Sessão do Senado Federal), designa o Senador Marco Antônio Costa, como membro suplente, em substituição à Senadora Kátia Abreu, nos termos dos Ofício nº 59/2012, da Liderança do PSD no Senado Federal.

## Câmara dos Deputados

Titulares	Suplentes
-----------	-----------

## CONSELHOS E ÓRGÃO

### CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

(Criado pelo Decreto Legislativo nº 70/1972)  
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato nº 1/1973-CN)

### COMPOSIÇÃO

**Grão-Mestre:** Presidente do Senado Federal

**Chanceler:** Presidente da Câmara dos Deputados

MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS	MESA DO SENADO FEDERAL
<b>PRESIDENTE</b> Marco Maia (PT/RS)	<b>PRESIDENTE</b> José Sarney (PMDB/AP)
<b>1º VICE-PRESIDENTE</b> Rose de Freitas (PMDB/ES)	<b>1ª VICE-PRESIDENTE</b> Aníbal Diniz (PT-AC) <sup>1,2</sup>
<b>2º VICE-PRESIDENTE</b> Eduardo da Fonte (PP/PE)	<b>2º VICE-PRESIDENTE</b> Waldemir Moka (PMDB/MS) <sup>3</sup>
<b>1º SECRETÁRIO</b> Eduardo Gomes (PSDB/TO)	<b>1º SECRETÁRIO</b> Cícero Lucena (PSDB/PB)
<b>2º SECRETÁRIO</b> Jorge Tadeu Mudalen (DEM/SP)	<b>2º SECRETÁRIO</b> João Ribeiro (PR/TO)
<b>3º SECRETÁRIO</b> Inocêncio Oliveira (PR/PE)	<b>3º SECRETÁRIO</b> João Vicente Claudino (PTB/PI)
<b>4º SECRETÁRIO</b> Júlio Delgado (PSB/MG)	<b>4º SECRETÁRIO</b> Ciro Nogueira (PP/PI)
<b>LÍDER DA MAIORIA</b> Jilmar Tatto (PT/SP) <sup>4</sup>	<b>LÍDER DA MAIORIA</b> Renan Calheiros (PMDB/AL)
<b>LÍDER DA MINORIA</b> Antonio Carlos Mendes Thame (PSDB/SP) <sup>5</sup>	<b>LÍDER DA MINORIA</b> Jayme Campos (DEM/MT) <sup>6</sup>
<b>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA</b> Ricardo Berzoini (PT/SP) <sup>7</sup>	<b>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA</b> Eunício Oliveira (PMDB/CE)
<b>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</b> Perpétua Almeida (PCdoB/AC) <sup>5</sup>	<b>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</b> Fernando Collor (PTB/AL)

(Atualizada em 12.09.2012)

**Notas:**

1. Em 12.09.2012, lido ofício da Senadora Marta Suplicy comunicando que deixa o cargo de Primeira Vice-Presidente do Senado, para assumir o cargo de Ministra de Estado da Cultura (OF.199/2012-PRV/PR).

2. O Senador Aníbal Diniz foi eleito 1º Vice-Presidente na sessão plenária do Senado Federal de 12.09.2012.

3. O Senador Waldemir Moka foi eleito 2º Vice-Presidente na sessão do Senado Federal de 16.11.2011.

4. Conforme Of. nº 66/2012/SGM, da Câmara dos Deputados de 15/03/2012, o Líder do PT, Jilmar Tatto, responde pela Maioria daquela Casa Legislativa, de acordo com o art. 13 de seu Regimento Interno.

5. Conforme Of. nº 53/2012/SGM, da Câmara dos Deputados de 05/03/2012, que informa o atual quadro de lideranças e a relação das bancadas de partidos e blocos parlamentares daquela Casa Legislativa.

6. Senador Jayme Campos é designado Líder do Bloco Parlamentar da Minoria, conforme Of. s/n, lido na sessão de 9 de fevereiro de 2012.

7. Conforme Of. nº 66/2012/SGM, da Câmara dos Deputados de 15/03/2012, que informa o atual quadro de Presidentes e Vice-Presidentes das Comissões Permanentes daquela Casa Legislativa.

**CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL<sup>1</sup>**

(13 titulares e 13 suplentes)

(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)

(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)

Presidente: **DOM ORANI JOÃO TEMPESTA<sup>2</sup>**Vice-Presidente: **FERNANDO CESAR MESQUITA<sup>2</sup>**

LEI Nº 8.389/91, ART. 4º	TITULARES	SUPLENTES
Representante das empresas de rádio (inciso I)	WALTER VIEIRA CENEVIVA	DANIEL PIMENTEL SLAVIERO
Representante das empresas de televisão (inciso II)	GILBERTO CARLOS LEIFERT	MÁRCIO NOVAES
Representante de empresas da imprensa escrita (inciso III)	ALEXANDRE KRUEL JOBIM	LOURIVAL SANTOS
Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social (inciso IV)	ROBERTO FRANCO	LILIANA NAKONECHNYJ
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)	CELSO AUGUSTO SCHRÖDER	MARIA JOSÉ BRAGA
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)	JOSE CATARINO NASCIMENTO	EURÍPEDES CORRÉA CONCEIÇÃO
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)	JORGE COUTINHO	MÁRIO MARCELO
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)	LUIZ ANTONIO GERACE DA ROCHA E SILVA	PEDRO PABLO LAZZARINI
Representante da sociedade civil (inciso IX)	MIGUEL ANGELO CANÇADO	WRANA PANIZZI
Representante da sociedade civil (inciso IX)	DOM ORANI JOÃO TEMPESTA	PEDRO ROGÉRIO COUTO MOREIRA
Representante da sociedade civil (inciso IX)	RONALDO LEMOS	JOÃO LUIZ SILVA FERREIRA (JUCA FERREIRA)
Representante da sociedade civil (inciso IX)	JOÃO MONTEIRO FILHO	VICTOR JOSÉ CIBELLI CASTIEL (ZÉ VICTOR CASTIEL)
Representante da sociedade civil (inciso IX)	FERNANDO CESAR MESQUITA	LEONARDO PETRELLI

Atualizada em 27.08.2012

1ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 05.06.2002

2ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004

3ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 17.07.2012

## SECRETARIA GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefones: 3303-4561 e 3303- 5258

[ccsn@senado.gov.br](mailto:ccsn@senado.gov.br)[www.senado.gov.br/ccs](http://www.senado.gov.br/ccs)**Notas:**

1- Conselheiros eleitos para a 3ª Composição tomaram posse em 08.08.2012.

2- Eleitos na 1ª Reunião do Conselho, realizada em 08.08.2012.

**REPRESENTAÇÃO BRASILEIRA NO PARLAMENTO DO MERCOSUL**  
**Resolução nº 1/2011-CN**

**COMPOSIÇÃO<sup>1</sup>**

**37 Titulares (27 Deputados e 10 Senadores) e 37 Suplentes (27 Deputados e 10 Senadores)**

**Presidente:** Senador Roberto Requião<sup>6</sup>

**Vice-Presidente:** Deputado Antônio Carlos Mendes Thame<sup>6</sup>

**Vice-Presidente:** Senadora Ana Amélia<sup>6</sup>

**Instalação:** 31.08.2011

**Deputados**

<b>Titulares</b>	<b>Suplentes</b>
<b>PT</b>	
Benedita da Silva	Bohn Gass
Dr. Rosinha	Jilmar Tatto <sup>18</sup>
vago <sup>10</sup>	Sibá Machado
Newton Lima <sup>17</sup>	Weliton Prado
Paulo Pimenta	Zé Geraldo
<b>PMDB</b>	
Íris de Araújo	Fátima Pelaes
Marçal Filho	Gastão Vieira
André Zacharow <sup>9</sup>	Lelo Coimbra
Raul Henry	Valdir Colatto
<b>PSDB</b>	
Eduardo Azeredo	Duarte Nogueira <sup>3</sup>
Antonio Carlos Mendes Thame <sup>2</sup>	Bruno Araújo <sup>19</sup>
Sergio Guerra	Ruy Carneiro <sup>16</sup>
<b>PP</b>	
Dilceu Sperafico	Afonso Hamm
Renato Molling	Raul Lima
<b>DEM</b>	
Júlio Campos	Marcos Montes <sup>4</sup>
Mandetta	Augusto Coutinho <sup>5</sup>
<b>PR</b>	
Paulo Freire	Giacobo
	Henrique Oliveira
<b>PSB</b>	
José Stédile	Antonio Balhmann
Ribamar Alves	Audifax
<b>PDT</b>	
Vieira da Cunha	Sebastião Bala Rocha
<b>Bloco PV / PPS</b>	
Roberto Freire (PPS)	Antônio Roberto (PV)
<b>PTB</b>	
Sérgio Moraes	Paes Landim
<b>PSC</b>	
Nelson Padovani	Takayama
<b>PCdoB</b>	
Delegado Protógenes <sup>11</sup>	Assis Melo <sup>12</sup>
<b>PRB</b>	
George Hilton	Vitor Paulo
<b>PMN</b>	
Dr. Carlos Alberto	Fábio Faria
<b>PTdoB</b>	
Luis Tibé <sup>8</sup>	

Senadores

<b>Titulares</b>	<b>Suplentes</b>
<b>Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB / PP / PMN / PSC / PV)</b>	
Pedro Simon (PMDB)	Casildo Maldaner (PMDB)
Roberto Requião (PMDB)	Waldemir Moka (PMDB)
Luiz Henrique (PMDB) <sup>7</sup>	Valdir Raupp (PMDB) <sup>20</sup>
Ana Amélia (PP)	
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT / PR / PDT / PSB / PCdoB / PRB)</b>	
Eduardo Suplicy (PT) <sup>14</sup>	Paulo Paim (PT) <sup>15</sup>
Inácio Arruda (PCdoB)	Humberto Costa (PT)
Antonio Carlos Valadares (PSB)	Cristóvam Buarque (PDT)
	Magno Malta (PR)
<b>Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB / DEM)</b>	
Paulo Bauer (PSDB)	Cássio Cunha Lima (PSDB) <sup>13</sup>
	José Agripino (DEM)
<b>PTB</b>	
Mozarildo Cavalcanti	Fernando Collor

(Atualizada em 09.07.2012)

**Notas:**

- 1- Designados pelo Ato nº 28, de 2011, do Presidente da Mesa do Congresso Nacional, lido na sessão do Senado Federal de 15 de julho de 2011.
- 2- Designado para ocupar a vaga de titular do PSDB, nos termos do Of. nº 687/2011/PSDB, de 9-8-2011, lido na sessão do Senado Federal de 10-8-2011, em virtude da renúncia do Dep. Reinaldo Azambuja, conf. OF. nº 697/2011/PSDB, de 10-8-2011.
- 3- Designados para ocuparem as vagas de suplente do PSDB, nos termos do Of. nº 687/2011/PSDB, de 9-8-2011, lido na sessão do Senado Federal de 10-8-2011.
- 4- Designado para ocupar a vaga de suplente do DEM, nos termos do Of. nº 285-L-DEM/11, de 9-8-2011, lido na sessão do Senado Federal de 10-8-2011.
- 5- Designado para ocupar a vaga de suplente do DEM, nos termos do Of. nº 295-L-DEM/11, de 16-8-2011, lido na sessão do Senado Federal dessa mesma data.
- 6- Eleitos na Reunião Ordinária do dia 13/09/2011.
- 7- Designado para ocupar a vaga de titular do PMDB, conforme Ato do Presidente da Mesa do Congresso Nacional nº 9, de 2012, publicado no Diário Oficial da União de 27-3-2012, em virtude de o Senador Wilson Santiago não mais se encontrar no exercício do mandato.
- 8- Vaga cedida pelo PR.
- 9- Designado para ocupar a vaga de titular do PMDB, conforme Ato do Presidente da Mesa do Congresso Nacional nº 8, de 2012, publicado no Diário Oficial da União de 27-3-2012, em vaga existente em virtude do falecimento do Deputado Moacir Micheletto em 30-1-2012.
- 10- Em 15-3-2012, vaga em razão do afastamento do Deputado Emiliano José (PT/BA).
- 11- Designado para ocupar a vaga de titular do PCdoB, conforme Of. nº 233/2012, da Liderança do PCdoB na Câmara dos Deputados, lido na sessão do Senado Federal de 09.07.2012.
- 12- Designado para ocupar a vaga de suplente do PCdoB, conforme Of. nº 233/2012, da Liderança do PCdoB na Câmara dos Deputados, lido na sessão do Senado Federal de 09.07.2012.
- 13- Designado para ocupar a vaga de suplente destinada ao Bloco Parlamentar da Minoria, conforme Ato do Presidente da Mesa do Congresso Nacional nº 21, de 2012, de 8-5-2012, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
- 14- Designado para ocupar a vaga de membro titular do Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício nº 085-21012-GLDBAG, de 26.06.2012, lido na sessão do Senado Federal do dia 27.06.2012.
- 15- Designado para ocupar a vaga de membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício nº 085-21012-GLDBAG, de 26.06.2012, lido na sessão do Senado Federal do dia 27.06.2012.
- 16- Designado para ocupar a vaga de membro suplente do Partido da Social Democracia Brasileira – PSDB, nos termos do Ofício nº 430/21012-PSDB, de 17.04.2012, lido na sessão do Senado Federal do dia 27.06.2012.
- 17- Designado para ocupar a vaga de membro titular do Partido dos Trabalhadores - PT, em substituição ao Deputado Jilmar Tatto, nos termos do Of. nº 082/PT, lido na sessão do Senado Federal do dia 03.07.2012.
- 18- Designado para ocupar a vaga de membro suplente do Partido dos Trabalhadores - PT, em substituição ao Deputado Newton Lima, nos termos do Of. nº 082/PT, lido na sessão do Senado Federal do dia 03.07.2012.
- 19- Designado para ocupar a vaga de membro suplente, nos termos do Of. nº 417/2012, do Gabinete da Liderança do PSDB na Câmara dos Deputados, lido na sessão do Senado Federal do dia 09.07.2012.
- 20- Licenciou-se por 122 dias, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, a partir de 16.07.2012, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678/2012, aprovados na sessão do Senado Federal de 11.07.2012.



**PODER LEGISLATIVO  
SENADO FEDERAL  
SERVIÇO DE ADMINISTRAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA**

# **DIÁRIOS DO CONGRESSO NACIONAL PREÇO DAS ASSINATURAS**

## **SEMESTRAL**

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados - s/o porte (cada)	<b>R\$ 58,00</b>
Porte do Correio	<b>R\$ 488,40</b>
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados - c/o porte (cada)	<b>R\$ 546,40</b>

ANUAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados - s/o porte (cada)	<b>R\$ 116,00</b>
Porte do Correio	<b>R\$ 976,80</b>
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados - c/o porte (cada)	<b>R\$ 1.092,80</b>

## NÚMEROS AVULSOS

<b>Valor do Número Avulso</b>	<b>R\$ 0,50</b>
<b>Porte Avulso</b>	<b>R\$ 3,70</b>

## **ORDEM BANCÁRIA**

UG - 020054

GESTÃO - 00001

## EMISSÃO DE GRU PELO SIAFI

Os pedidos deverão ser acompanhados de Nota de Empenho a favor do FUNSEN  
cópia da Guia de Recolhimento da União - GRU, que poderá ser retirada no  
<http://www.tesouro.fazenda.gov.br> código de recolhimento apropriado e o  
de referência: 20815-9 e 00002 e o código da Unidade favorecida – UG/gestão:  
00001 preenchida e quitada no valor correspondente à quantidade de  
ras pretendidas e enviar a esta Secretaria.

Para Órgãos Públicos integrantes do SIAFI, deverá ser seguida a rotina acima  
**EMISSÃO DE GRU SIAFI.**

**OBS.: QUANDO HOUVER OPÇÃO DE ASSINATURA CONJUNTA DOS DIÁRIOS  
SENADO E CÂMARA O DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL SERÁ  
FORNECIDO GRATUITAMENTE.**

Maiores informações pelos telefones: **(0XX-61) 3303-3803/4361, fax:3303-1053**  
Serviço de Administração Econômica Financeira / Controle de Assinaturas, falar com Mourão.

**SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES  
PRAÇA DOS TRÊS PODERES, AV .Nº2 S/N – CEP : 70.165-900 BRASÍLIA-DF**

CNPJ: 00.530.279/0005-49

Edição de hoje: 288 páginas  
(OS: 15241/2012)

Secretaria Especial de  
Editoração e Publicações – SEEP

SENADO  
FEDERAL

